

Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas

Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas

Coordenação
Carlos Cordeiro

Os textos apresentados correspondem às comunicações do seminário internacional da Ribeira Grande “Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas: ideologias, programas e práticas”, numa organização do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, com o inestimável apoio da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Este Seminário Internacional surgiu na sequência dos já realizados em Bolonha (2005), S. Paulo (2006) e Coimbra (2007), integrando investigadores destas três universidades, bem como de outras instituições do ensino superior e centros de investigação. As experiências históricas dos autoritarismos e dos totalitarismos têm vindo a suscitar o empenhamento de historiadores, filósofos e cientistas políticos no sentido de melhor se compreender, tanto os contextos políticos, económicos, sociais e culturais que a tais regimes conduziram, como os respectivos fundamentos teóricos, linhas doutrinárias e a organização do “equipamento instrumental” para a concretização dos seus desígnios antiliberais e antidemocráticos.

Considerando que a participação no Seminário Internacional da Ribeira Grande “Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas: ideologias, programas e práticas” contribuiria para o aprofundamento da formação científica dos professores, no sentido de uma melhor compreensão da contemporaneidade, quer na perspectiva da interculturalidade, quer da globalização, o secretário regional da Educação e Ciência do Governo Regional dos Açores determinou a creditação do Seminário como requisito de formação contínua dos professores de todos os grupos de docência.



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Coimbra | Ponta Delgada . 2011

Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas

Coordenação

Carlos Cordeiro

Coimbra · 2011

Ficha Técnica

Título: Autoritarismos, totalitarismos e respostas democráticas

Coordenação: Carlos Cordeiro

Editores: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20

Capa : Emanuel Pinto e Pantone 4

Execução gráfica: Pantone 4

Impressão: Pantone 4

ISBN: 978-972-8627-24-9

Depósito legal: 326891/11

Obra publicada com o apoio de:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação
do Quadro Comunitário de Apoio III

**Actas do Seminário Internacional realizado na Ribeira Grande
nos dias 26, 27, 28 e 29 de Novembro de 2008**

ENCONTRO ORGANIZADO NO CONTEXTO DE UM PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO
QUE ENVOLVE AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES:

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de
Coimbra (CEIS20) – Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História
do Século XX”

Departamento de História da Universidade de Bolonha
Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP)

Colóquio acreditado para professores de todos os grupos de docência da Região
Autónoma dos Açores (Despacho do Secretário Regional da Educação e
Ciência do GRA, n.º 1080/2008, de 6 de Novembro de 2008)

CONSELHO CIENTÍFICO

Luís Reis Torgal (CEIS20), Carlos Cordeiro (CEGF-UAc/CEIS20), Alberto de
Bernardi (Universidade de Bolonha) e Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carlos Cordeiro, Catarina Albergaria, Maria de Lurdes Alfinete, Isabel Maria
Luciano

APOIOS

FCT

Câmara Municipal da Ribeira Grande

AUTORES

LUÍS REIS TORGAL • CEIS20

PAOLO CAPUZZO • Universidade de Bolonha

MIGUEL DIAS SANTOS • CEIS20

SUSANA SERPA SILVA • Universidade dos Açores/CHAM

NOÉMIA MALVA NOVAIS • CEIS20

CARLOS CORDEIRO • Universidade dos Açores/CEIS20

ALBERTO DE BERNARDI • Universidade de Bolonha

MASSIMO MORIGI • Universidade de Bolonha

STEFANO SALMI • Universidade de Bolonha/CEIS20

NUNO ROSMANINHO • Universidade de Aveiro/CEIS20

JOANA BRITES • Universidade de Coimbra/CEIS20

LINA ALVES MADEIRA • CEIS20

GABRIELA CASTRO • Universidade dos Açores/CFLL

MARIA DAS GRAÇAS ATAÍDE DE ALMEIDA • Universidade Federal Rural de Pernambuco

ELISABETH CANCELLI • PROIN - Universidade de S. Paulo

HELOISA PAULO • CEIS20

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES • Universidade de Coimbra/CEIS20

MATTEO PASETTI • Universidade de Bolonha

MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO • PROIN - Universidade de S. Paulo

MARIA CRISTINA CASTILHO COSTA • Universidade de S. Paulo

SANDRA DUARTE • CEIS20

MÁRIO MATOS E LEMOS • CEIS20

MARICA TOLOMELLI • Universidade de Bolonha

LUÍS MANUEL VIEIRA DE ANDRADE • Universidade dos Açores/CEIS20

JORGE PAIS DE SOUSA • CEIS20

CARLOS E. PACHECO AMARAL • Universidade dos Açores/CEIS20

AUGUSTO JOSÉ MONTEIRO • CEIS20

ALBERTO PENA RODRÍGUEZ • Universidade de Vigo

FERNANDO TAVARES PIMENTA • CEIS20

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	9
Luís Reis Torgal	
A “RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA”. UMA NOVA SOLUÇÃO POLÍTICA ENTRE DUAS OPOSIÇÕES.....	11
Paolo Capuzzo	
CULTURA COMERCIAL E LIMITES DO PROJECTO TOTALITÁRIO	29
Miguel Dias Santos	
AUTORITARISMO E ANTIDEMOCRACIA NA EVOLUÇÃO DO LIBERALISMO MONÁRQUICO EM PORTUGAL (1890-1926).....	43
Susana Serpa Silva	
O SIDONISMO NAS ILHAS DOS AÇORES. UMA ABORDAGEM À LUZ DA IMPRESA PERIÓDICA MICAELENSE	51
Noémia Malva Novais	
A ASCENSÃO DE SALAZAR E A IMPRESA	75
Carlos Cordeiro	
A DITADURA MILITAR E A AUTONOMIA DOS AÇORES.....	93
Alberto De Bernardi	
PARA UMA INTERPRETAÇÃO DO ANTIFASCISMO: ALGUMAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	113
Massimo Morigi, Stefano Salmi	
NEUE SLOWENISCHE KUNST (NSK) ET AL.: LA CYBERAVANGUARDIA FRA FASCISMO E TRAGEDIA (AESTHETICA FASCISTICA VI E PRIMI ELEMENTI PER UNA TEORIA NEOREPUBBLICANA)	147
Nuno Rosmaninho	
HISTORIOGRAFIA ARTÍSTICA NO ESTADO NOVO. A OPOSIÇÃO DISCRETA ..	167
Joana Brites	
ARQUITECTOS E OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO.....	177

Lina Alves Madeira	
«É UMA CASA PORTUGUESA, COM CERTEZA». O CONTRIBUTO DE ARISTIDES DE SOUSA MENDES PARA A EDIFICAÇÃO DA CASA DE PORTUGAL EM ANTUÉRPIA	205
Gabriela Castro	
“POIÉTICA” DO PODER	217
Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida	
DISCURSO E CENSURA: A RESISTÊNCIA VIGIADA PRESENTE NOS ARQUIVOS DA DOPS-PE (1935-1945).....	231
Elizabeth Cancelli	
MAL-ESTAR DE ESCREVER: MEMÓRIAS DE CÁRCERE EM TEMPOS DE DITADURA E DE GUERRA FRIA	239
Heloisa Paulo	
EXILADOS NOS AÇORES: DUAS TRAJECTÓRIAS, ERNESTO CARNEIRO FRANCO E ALBERTO MOURA PINTO	257
João Paulo Avelãs Nunes	
COLABORAÇÃO E OPOSIÇÃO: A “ACÇÃO SOCIAL CATÓLICA” EM PORTUGAL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940	267
Matteo Pasetti	
UMA RESPOSTA AMBÍGUA: O SINDICALISMO REFORMISTA PERANTE O FASCISMO NOS ANOS DA CONSTRUÇÃO DO REGIME	285
Maria Luiza Tucci Carneiro	
(DES)CONSTRUINDO OS DISCURSOS FASCISTA E ANTIFASCISTA NO BRASIL, 1930-1945	297
Maria Cristina Castilho Costa	
A CENSURA NO BRASIL E EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	325
Sandra Duarte	
A OPOSIÇÃO CATÓLICA FEMININA AO ESTADO NOVO (1958-1974)	343
Mário Matos e Lemos	
A OPOSIÇÃO NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS À ASSEMBLEIA NACIONAL: 1945-1973	357

Marica Tolomelli	
A REFUNDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA ITÁLIA PÓS-BÉLICA. UMA TRANSIÇÃO EM VÁRIAS VELOCIDADES	369
Luís Manuel Vieira Andrade	
O NOVO TRANSATLANTISMO	383
Jorge Pais de Sousa	
O ESTADO NOVO DE SALAZAR COMO UM FASCISMO CATEDRÁTICO: FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DE UMA CATEGORIA POLÍTICA	393
Carlos E. Pacheco Amaral	
TOTALITARISMO, DEMOCRACIA LIBERAL E AUTONOMIA	419
Augusto José Monteiro	
O ULTRAMAR E A POLÍTICA ULTRAMARINA NOS LIVROS DE LEITURA DA ESCOLA PRIMÁRIA DOS ANOS 60	439
Alberto Pena	
PORTUGAL, INDONESIA Y TIMOR ESTE: LA OPINIÓN PÚBLICA INTERNA- CIONAL Y LA RESISTENCIA DEMOCRÁTICA DEL PUEBLO TIMORENSE	471
Fernando Tavares Pimenta	
PORTUGAL: DESCOLONIZAÇÃO AUTORITÁRIA	485

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Entre os dias 26 e 29 de Novembro de 2008, decorreram, no Teatro Ribeiragrandense, os trabalhos do Seminário Internacional da Ribeira Grande “Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas: ideologias, programas e práticas”, numa organização do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, com o inestimável apoio da Câmara Municipal da Ribeira Grande e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Este Seminário Internacional surgiu na sequência dos já realizados em Bolonha (2005), S. Paulo (2006) e Coimbra (2007), integrando investigadores destas três universidades, bem como de outras instituições do ensino superior e centros de investigação. Por dificuldades de natureza administrativa, só agora foi possível a edição deste livro, que integra os originais das comunicações então apresentadas e debatidas. Como é óbvio, os textos são da inteira responsabilidade dos seus autores, tendo-se mesmo optado por neles não interferir nem sequer sob o ponto de vista de apresentação formal (citações, notas, etc).

As experiências históricas dos autoritarismos e dos totalitarismos têm vindo a suscitar o empenhamento de historiadores, filósofos e cientistas políticos no sentido de melhor se compreender, tanto os contextos políticos, económicos, sociais e culturais que a tais regimes conduziram, como os respectivos fundamentos teóricos, linhas doutrinárias e a organização do “equipamento instrumental” para a concretização dos seus desígnios antiliberais e antidemocráticos.

Considerando que a participação no Seminário Internacional da Ribeira Grande “Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas: ideologias, programas e práticas” contribuiria para o aprofundamento da formação científica dos professores, no sentido de uma melhor compreensão da contemporaneidade, quer na perspectiva da interculturalidade, quer da globalização, o secretário regional da Educação e Ciência determinou a creditação do Seminário como requisito de formação contínua dos professores de todos os grupos de docência.

Para além da apresentação e debate das comunicações, houve lugar à realização de um “circuito cultural da cidade da Ribeira Grande”, dirigido pelo

chefe da Divisão de Promoção Cultural da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Dr. Mário Moura. No dia 29, “guiados” pela Dra. Sónia Moniz, os participantes no Seminário tiveram a oportunidade de conhecer os principais pontos de interesse histórico e cultural daquele concelho da ilha de S. Miguel, Açores.

A terminar, algumas palavras de agradecimento.

Em primeiro lugar, ao Dr. Ricardo Silva, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que, desde a primeira hora, acolheu com entusiasmo a iniciativa, reconhecendo a importância da temática geral do encontro e inserindo a sua realização na cidade da Ribeira Grande no âmbito das suas preocupações de descentralização cultural que advoga enquanto presidente da autarquia. A simpatia com que fomos acolhidos, os meios que nos foram disponibilizados e o interesse com que, sempre que possível, acompanhou as sessões de trabalho mereceram de todos os participantes os maiores elogios. Ao reitor da Universidade dos Açores, Doutor Avelino de Freitas de Meneses, à coordenadora científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e à directora do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, Doutora Maria Margarida Vaz do Rego Machado, uma palavra de agradecimento pelo apoio institucional concedido. O grafismo do material de promoção do Seminário foi da responsabilidade do Dr. Emanuel Pinto, que merece o nosso reconhecimento. Uma palavra de simpatia também para os funcionários da Câmara da Ribeira Grande que, dum forma ou doutra, tudo fizeram para que os trabalhos decorressem na maior normalidade. Além dos já citados, lembramos também o Senhor José António Lima, chefe de Gabinete da Câmara, a Dra. Maria de Lurdes Alfinete e a Dra. Ana Cristina Moscatel.

Luís Reis Torgal

**A “RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA”
UMA NOVA SOLUÇÃO POLÍTICA ENTRE DUAS OPOSIÇÕES**

O Estado Novo, a liberdade de reunião e de expressão, e os partidos

O Estado Novo pretendeu criar um Estado nacional de “partido único”, a União Nacional. Tal associação política era entendida, porém, por Salazar – mas não por todos os salazaristas (por exemplo, Marcello Caetano) – como uma associação nacionalista de apoio ao regime e não um “partido”, para fugir à concepção de “totalitarismo” que supunha um “Estado de partido único”. Desta forma, num discurso da sessão inaugural do 1.º Congresso da UN, em 26 de Maio de 1934, Salazar afirmava:

Se o Estado Novo não pode ser totalitário no sentido que há pouco defini, pode sê-lo a União Nacional? Se o fosse, teria o significado de partido, e de partido único, em substituição de todos os outros que a revolução banuiu, e o valor de engrenagem pertencente à própria estrutura do Estado. Parece-me esta ideia contrária não só ao que representou a intervenção nacional do Exército em 1926, mas ainda à proclamação de 30 de Julho de 1930¹. A ideia de unidade perfeita, de forte coesão, de

¹ Refere-se ao Manifesto da União Nacional. Em 30 de Julho de 1930, o presidente do ministério, general Domingos Oliveira, leu, na Sala do Conselho de Estado, aos representantes dos municípios reunidos com o Governo, o manifesto que continha as bases orgânicas da União Nacional. Também discursaram o ministro do Interior, coronel António Lopes Mateus, republicano conservador, como responsável das transformações que se iriam passar no plano interno do país, e o já poderoso ministro das

completa homogeneidade, clara e decidida no nosso espírito e na nossa acção relativamente a este organismo, não exige o exclusivismo totalitário, e tem em si própria a maior amplitude e eficiência a que se pode aspirar, sem cair em excessos que nos comprometeriam.

A União Nacional que não é, pois, um partido e que, se o fosse, não poderia sem violência ser o único, deve ter a aspiração de contar no seu grémio o maior número possível de cidadãos e até de colectividades que dela possam fazer parte. É a lei de todo o organismo vivo, e é também necessidade política ser a mais vasta e valiosa possível a aglomeração disciplinada de indivíduos que aceitem e aclamem e defendam o evangelho da renascença nacional. Mas há-de reconhecer-se que fora dela existem e podem sempre existir pessoas a quem, tenham ou não as mesmas ideias fundamentais, são reconhecidos na Constituição e nas leis direitos políticos. O essencial é que não ofendam nem a actividade governativa nem os fins da Constituição, e isto quer dizer que, se alguns se erguem contra eles, obrigam o Estado em legítima defesa, a limitar-lhes o exercício das faculdades que não sabem ou não podem exercer sem prejuízo da renovação nacional empreendida.²

Como se pode verificar, há muitas contradições neste discurso, sobretudo se se tiver em conta que Salazar afirmava que a Revolução Nacionalista teria abolido os partidos. Na prática, assim sucedeu, mas, na sua estratégia de ambiguidade, nunca houve na verdade nenhuma lei que os tivesse proibido. O que houve foi uma tentativa de persuasão para que tal se verificasse. Em 23 de Novembro de 1932, ainda o Estado Novo não estava constitucionalizado, no acto da tomada de posse dos corpos directivos da UN, em discurso que oficialmente foi intitulado “As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional”, o presidente do governo dirigiu-se a todos os núcleos políticos no sentido de se desfazerem como “partidos” e de colaborar com a União Nacional. E não se esqueceu de nenhum, desde os monárquicos e dos católicos (Salazar fora em 1919 acusado de monárquico, por altura do movimento da “Monarquia do Norte”, e estivera na fundação do partido católico, Centro

Finanças, Oliveira Salazar, que leu um dos seus mais importantes textos de oratória, por vezes confundido com o célebre discurso da Sala do Risco (“Ditadura Administrativa e Revolução Política”, 28 de Maio de 1930), o qual veio a ser intitulado, na publicação oficial dos seus Discursos, “Princípios fundamentais da Revolução Política” (*Discursos*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, pp. 67-96).

² “O Estado Novo português na evolução política europeia”, discurso proferido no 1.º Congresso da União Nacional, em 26 de Maio de 1934, *Discursos*, vol. I, pp. 342-343.

Católico Português, por que fora candidato a deputado e uma vez eleito, em 1921, por Guimarães), aos antigos partidos republicanos e às organizações operárias e ao Partido Socialista³.

Por sua vez, a Constituição de 1933, que foi “plebiscitada” de uma forma pouco normal do ponto de vista democrático (Marcello Caetano, que a ajudou a escrever, considerou mais tarde que o “sistema político” não poderia supor uma “eleição”, mas simplesmente uma “adesão”)⁴, incluía, no seu artigo 8.º, todos os direitos concedidos pelas constituições democráticas, como o direito de livre expressão de pensamento ou de reunião. Todavia, no final desse mesmo artigo, apontava para a regulamentação desses direitos que, na prática, eram abolidos, através de decretos-leis que tiveram a data da própria promulgação constitucional, ou seja, 11 de Abril de 1933.⁵

Para confirmar toda esta legislação, um cuidado especial era tido com os “funcionários públicos”. Eles estavam ao serviço do Estado, ou melhor, do Estado Novo. Assim, o conhecido decreto n.º 25.317, de 13 de Maio de 1935, considerava que os “funcionários ou empregados, civis e militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário” (artigo 1.º). No ano seguinte, o decreto-lei n.º 27.003, de 14 de Setembro de 1936, obrigava todos os funcionários públicos ou seus aspirantes, nomeadamente professores, leitores e bolseiros, a fazer formalmente o seguinte juramento. “Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição política de 1933, com activo repúdio do comunismo e todas as ideias subversivas”.

Finalmente, a lei n.º 1.901, de 21 de Maio de 1935 – resultante de um projecto apresentado pelo deputado José Cabral, que militara no nacional-sindi-

³ Cfr. *Discursos*, vol. I, p. 157 ss..

⁴ “Ao partido único deve pertencer a indicação da assembleia legislativa e do Chefe do Estado, quando este não seja hereditário. É no partido único que o Chefe do Estado deve procurar o grupo de homens que hão-de constituir o Governo, órgão superior de direcção de todas as actividades nacionais, gestor supremo dos serviços públicos. *A sanção plebiscitária do nome escolhido para a chefia do Estado, nos regimes republicanos, não significa neste caso eleição, mas adesão.* Por isso se compreende que não haja liberdade de apresentação de candidaturas, nem se contem os votos que não recaiam na lista única.” (*O Sistema Corporativo*, Lisboa, s. ed., 1938, pp. 51-52).

⁵ Sobre o direito de reunião, ver o decreto n.º 22.468, de 11 de Abril de 1933, e, sobre o direito de expressão do pensamento, ver decreto n.º 22.469, de 11 de Abril de 1933.

calismo de Rolão Preto e que dele se afastara para aderir à UN – não poupou as organizações secretas, pensando na Maçonaria, mas também, na prática, em todos os organizações clandestinas, que poderiam ter uma acção política não permitida.

Os movimentos e as associações políticas de oposição na Ditadura Militar e no Estado Novo

Todavia, não se pense que a oposição não tentava organizar-se, já na Ditadura Militar (1926-1933) e, depois, no Estado Novo, que inicia o seu processo de formação sobretudo em 1930, com o manifesto da UN, ou mesmo após 1928 quando, em 27 de Abril, Salazar ocupa com plenos poderes a pasta do Ministério das Finanças.

A oposição republicana ou demoliberal (formada por políticos da Primeira República ou seus aderentes), que ficou conhecida pelo “revivalho”⁶, bem como a acção dos anarquistas, o grupo revolucionário mais forte até aos fins dos anos trinta, foi responsável por muitas revoluções, nomeadamente aquelas que eclodiram em Fevereiro de 1927, sobretudo em Lisboa e no Porto, ou em 1931, um pouco por todo o lado, mesmo nas ilhas e nas colónias.

Heloisa Paulo tem vindo a estudar o percurso destes oposicionistas e por isso não nos vamos referir a eles. Mas, recorde apenas que, ainda em Janeiro de 1927, partidos e movimentos da República (PRP, Esquerda Democrática, Partido Republicano Radical, Acção Republicana, grupo da “Seara Nova”, Partido Socialista Português e Partido Republicano Nacionalista) contestavam junto da embaixada da Grã-Bretanha e das legações da França e dos Estados Unidos em Lisboa a Ditadura que se instalara em Portugal. Depois, no exílio, em 1927, formara-se a Liga de Paris, que se dissolve formalmente em 1932. Por outro lado, deve notar-se que, na clandestinidade, o Partido Comunista Português se ia organizando em ritmo lento e irregular, enquanto na extrema-direita se organizava o Partido Nacional-Sindicalista, que também iria desaparecer depois de medidas tomadas pelo Estado Novo expressamente para o destruir.

Em Maio de 1931, formara-se ainda a Aliança Republicana-Socialista, espécie de frente única de que faziam parte o Partido Democrático (represen-

⁶ Luís Farinha, *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Estampa, 1998.

tado pelo general Norton de Matos, grão-mestre da Maçonaria), o Partido Socialista (Amílcar Ramada Curto), o grupo da “Seara Nova” (Mário Azevedo Gomes), a Acção Republicana (Maurício Costa), o Partido Republicano Radical (António de Almeida Arez), a Esquerda Democrática (Adriano Crispiniano da Fonseca), a União Liberal Republicana (Mendes Cabeçadas, que participara no 28 de Maio e fora o primeiro presidente do governo da Ditadura Militar) e o Partido Republicano Nacionalista (Tito Augusto de Morais)⁷. Mas eram mais confluências efêmeras do que organizações políticas estáveis.

Apenas para manter uma aparência de “liberdade”, permitia-se a existência vigiada de alguns centros republicanos e até a organização de outros, como o Centro Republicano António José de Almeida de Coimbra, cujos Estatutos foram publicados em 1933⁸, mantendo-se durante largo tempo, sem grande significado de intervenção política.

Só o grupo da “Seara Nova” se afirmou sempre activo com a sua revista cultural e foi neste contexto, como de outros movimentos político-intelectuais, que surgiu em 1932 o movimento de “Renovação Democrática”, que foi efêmero como movimento activo, ainda que vivesse formalmente até 1945⁹. Nessa altura, no pós-guerra, organizara-se o MUD, Movimento de Unidade Democrática (8 de Outubro de 1945), já hegemónico por um PCP forte, que fora antecedido pelo Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), organizado em Dezembro de 1943.

Mas são muitos os movimentos formados durante o Estado Novo¹⁰, pondo de parte os movimentos marxistas-leninistas e maoistas dos anos sessenta e setenta. Basta recordar os movimentos católicos, organizados à volta da JOC/LOC, da JUC, ou da JAC e até do Centro Académico de Democracia Cristã (que fora o centro em que Salazar militara em Coimbra, como estudante e como professor) e do Gabinete de Estudos Corporativos (instituição organizada pelo próprio regime), ou o movimento católico progressista Grupo de Estudos e Documentação que publicava os Cadernos GEDOC, os quais partici-

⁷ *Manifesto ao País da Aliança Republicana-Socialista*, p. 8.

⁸ *Estatutos do Centro Republicano António José de Almeida de Coimbra*, Coimbra, Casa Tipográfica Alves & Mourão, 1933.

⁹ Pedro Veiga, *O movimento de Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945)*, Porto, Centro Editorial Português, 1981.

¹⁰ O único livro de conjunto publicado sobre o tema da oposição, a partir dos anos quarenta, é a obra de D. L. Raby, *Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*, Lisboa, Salamandra, 1988.

param activamente nas acções de contestação à guerra colonial, nos anos sessenta e setenta. Os monárquicos que, por várias vias, actuaram contra o regime desde os anos trinta e quarenta, organizaram em 1957 o Movimento dos Monárquicos Independentes (MII) e, depois, o Movimento dos Monárquicos Populares (MMP), de onde nasceu, depois do 25 de Abril, o PPM. Deve notar-se que até a Casa dos Estudantes do Império (CEI), criada em 1944, também organizada pelo Estado Novo, esteve, subterraneamente, na base da formação de movimentos independentistas das colónias.

Por outro lado, ao nível do socialismo democrático, recorde-se que em 1955 se organizou a Resistência Republicana e Socialista (RRS), que se transformou em Abril de 1964, em Genebra, na Acção Socialista Portuguesa (ASP), embrião do futuro Partido Socialista Português, fundado na Alemanha em 1973. Foi este grupo socialista o responsável pela formação da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) nas eleições de 1969, mantendo-se na maior parte dos círculos as listas da CED (Comissão Eleitoral Democrática), de hegemonia comunista, mas com a colaboração, em certos casos, de católicos progressistas.

Enfim, foram muitos os movimentos que se constituíram, mas, na verdade, existiram sempre na clandestinidade ou semi-clandestinidade, sendo interrogados pela PVDE/PIDE/DGS os seus membros, considerados suspeitos de subversão e algumas vezes presos. O único que gozou de uma certa legalidade foi o MUD, logo ilegalizado em Março de 1948, com consequências bem penosas para muitos dos seus participantes e activistas. E, naturalmente, para manter uma aparência de “democracia corporativa” no pós-guerra, as listas da oposição à Assembleia Nacional, organizadas a partir 1949, foram formalmente toleradas¹¹, bem como a oposição à Presidência da República, em 1949 (general Norton de Matos), em 1951 (almirante Quintão Meireles), com a exclusão do Prof. Ruy Luís Gomes, e em 1958 (general Humberto Delgado), terminando este “jogo eleitoral”, sempre falsificado, com a alteração da Constituição em 1959, que pôs fim ao processo eleitoral directo, passando o PR a ser eleito ou sancionado por uma assembleia de carácter “corporativo”.

¹¹ Ver Mário Matos e Lemos (e Luís Reis Torgal, Coordenação), *Dicionário dos Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional*, Assembleia da República - Texto, 2009.

O “último partido”: o movimento de “Renovação Democrática” e a concepção social da República

O movimento de “Renovação Democrática”¹² (a que nos referimos de passagem) já mereceu um estudo especializado numa interessante tese de mestrado apresentada na Universidade do Minho, de Severino Augusto Mendes Polónia¹³, orientada por Norberto Cunha, a quem se devem importantes trabalhos sobre os intelectuais e cientistas que se afirmaram no Estado Novo e contra o Estado Novo, entre os quais Abel Salazar¹⁴, professor na Faculdade de Medicina do Porto, um dos docentes demitidos em 1935, mas também um primeiro estudo sobre a “questão universitária portuguesa de 1933”, a que nos vamos referir¹⁵. Mas, para além dos textos publicados pelo próprio grupo na altura da sua criação e anos seguintes, importa salientar que um dos seus mais significativos fundadores, Pedro Veiga, que escreveu com vários pseudónimos, mas sobretudo com o de *Petrus*, publicou uma resenha memorial do movimento de “Renovação Democrática”¹⁶.

¹² Ver o desenvolvimento do tema aqui tratado no livro editado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2009, *Lobo Vilela e a polémica sobre o Ensino e a Universidade nos inícios do Estado Novo* a que adiante nos referimos em citação completa.

¹³ *O Grupo de Renovação Democrática ou uma das últimas utopias político-ideológicas republicanas ante a repressão do Estado Novo (1932-1933)*. Dissertação de mestrado em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea. Braga, Universidade do Minho, 1998.

¹⁴ Entre outros textos publicados ver a tese *Gênese e evolução do ideário de Abel Salazar*. Dissertação de Doutoramento. Braga, Universidade do Minho, 1989.

¹⁵ “A questão universitária portuguesa em 1933”, in *Diacrítica*, n.º 5, Braga, 1990, pp. 177-208.

¹⁶ *O movimento de Renovação Democrática ou o novo cenáculo da vida mental portuguesa (1932-1945)*, Porto, Centro Editorial Português, 1981. Publicou também *Afinidades políticas, religiosas e filosóficas entre Fernando Pessoa e a Renovação Democrática*, Porto, Centro Editorial Português, 1983. Pedro Veiga (1910-1987), embora natural de Moimenta da Beira, iniciou a sua actividade no Porto. Frequentou as Universidades de Coimbra e de Lisboa, tendo-se licenciado em Direito e em Letras. Foi advogado e professor do ensino técnico e liceal. Para além de fundador do movimento de Renovação Democrática, participou em várias actividades da oposição, nas candidaturas à Presidência da República e à Assembleia Nacional. Foi, sobretudo, escritor e editor de obras de variada natureza, sobretudo de tipo literário, ligadas aos modernistas e nomeadamente a Fernando Pessoa.

Em 16 de Fevereiro de 1932, Álvaro Ribeiro¹⁷, António Alvim, Eduardo Salgueiro¹⁸ e Pedro Veiga dirigem uma carta aos jornais, anunciando a criação, no Porto, do “grupo de propaganda dos ideais democráticos” intitulado “Renovação Democrática”.

Nesse curto comunicado propunha-se o movimento lutar pela Democracia “fora da mentalidade burguesa, sem compromissos com o passado histórico da República, nem com as tradições da Propaganda, acima de meros e ocasionais arranjos eleitorais e de plataformas em que se consentem vultos de duvidosa fé política”. Mas, o grupo haveria de lançar pela imprensa, em 1933, um extenso texto de quase 300 páginas, caracterizado, em subtítulo, como *Manifesto Político do Grupo “Renovação Democrática”*, e intitulado primeiro *A Organização da Democracia*.¹⁹

Para além da reprodução da referida carta fundadora²⁰, analisava-se o momento político da época, afirmava-se o movimento como sendo de uma “nova geração” que se radicava na procura de “novos caminhos para liberdade”, a qual se formara a partir de meados do século XIX (no final da obra, tendo como título “Palavras Proféticas”, surgiam textos de Antero de Quental, Teófilo Braga, Basílio Teles, João de Meneses, Raul Proença e outros, e apresentava-se uma “Exortação à Juventude”), teciam-se considerações de toda a ordem relativamente à vida política, à sua crise e ao modo de a superar, anexava-se o “Programa da Revolução” proposta e um projecto do “Estatuto da Democracia”, outro nome para falar de uma nova Constituição. Mesmo no termo do “Manifesto”, apelava-se à adesão à Renovação Democrática, considerando que deveria ser formulada provisoriamente para a “Rua 5 de Outubro, 233 – Porto, ao cuidado do Dr. Pedro Veiga”.

¹⁷ Álvaro Ribeiro (1905-1981) licenciou-se na Faculdade de Letras do Porto, tendo sido influenciado pelo magistério de Leonardo Coimbra. Foi ensaísta sobretudo no domínio da especulação filosófica, a partir nomeadamente da obra, publicada em 1943, *O problema da Filosofia Portuguesa*. Sobre Álvaro Ribeiro e o movimento da filosofia portuguesa, ver Joaquim Domingues (org.), *Álvaro Ribeiro e a filosofia portuguesa. Bibliografia geral de Álvaro Ribeiro*. Ciclo de palestras promovido pela Fundação Lusiada no Ateu Comercial do Porto em 14 e 15 de Maio de 1993. Lisboa, Fundação Lusiada, 1995.

¹⁸ Jornalista, natural como Pedro Veiga de Moimenta da Beira, nascido em 1904, esteve ligado no Porto à Renascença Portuguesa, foi também editor, tendo fundado em Lisboa, onde se instalou, a Editorial Inquérito.

¹⁹ *A Organização da Democracia. Manifesto Político do Grupo “Renovação Democrática”*, [Porto], Editorial R. D., 1933.

²⁰ *Ob. cit.*, p. 7.

Alguns dos aderentes advinham da extinta (em 1931) Faculdade de Letras da Universidade do Porto – criação polémica, em 1919, do ministro da Instrução Pública Leonardo Coimbra, contra o que considerou o espírito “escolástico” da Faculdade de Letras de Coimbra e, assim, com a finalidade de “modernizar” os estudos nessa área – e outros tiveram com eles relações culturais. Recorde-se o jovem Álvaro Ribeiro, um dos subscritores da carta, que virá a ser um dos nomes mais significativos da filosofia portuguesa. Mas lembremos (apenas como exemplo) mais alguns dos nomes que vieram a tornar-se representativos da intelectualidade e dos meios políticos: Adolfo Casais Monteiro²¹, Joaquim de Magalhães²², Mário de Castro²³, Domingos Monteiro²⁴, Henrique de Barros²⁵, Adeodato Barreto²⁶, Nuno Rodrigues dos Santos²⁷,

²¹ Adolfo Casais Monteiro (1908-1972) licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo sido professor no Liceu Rodrigues de Freitas, de que foi afastado por motivos políticos. Esteve ligado à revista *Presença*, de que foi director e foi um poeta, crítico, tradutor e ensaísta de renome, com colaboração em muitas revistas, entre elas *A Águia* e *Seara Nova*. Exilou-se no Brasil, onde continuou a sua actividade literária e onde morreu, em S. Paulo.

²² Joaquim Magalhães, como aparece na assinatura das suas intervenções, ou Joaquim da Rocha Peixoto Magalhães (1909-1999), era natural do Porto, onde se licenciou em Filologia Românica. Veio a ser professor no Liceu de Faro e conta entre as suas acções relevantes ter descoberto o famoso poeta popular António Aleixo. É pai do professor da Faculdade de Economia de Coimbra, historiador e socialista, Joaquim Antero Romero Magalhães.

²³ Mário de Castro nasceu em Aviz em 1901. Formou-se em Direito em Coimbra. Foi escritor, colaborando na *Seara Nova* e foi um dos mais conceituados oposicionistas ao regime de Salazar.

²⁴ Domingos Monteiro nasceu em 1903 no concelho de Mesão Frio, formou-se em Direito e defendeu muitos presos políticos. Escritor e jornalista, publicou várias obras, entre elas romances e uma História da Civilização.

²⁵ É suficientemente conhecida a biografia de Henrique de Barros (1904-2000), filho do pedagogo João de Barros, engenheiro agrónomo e que teve uma assinalável actividade política de oposição ao Estado Novo, vindo, depois do 25 de Abril, a ser um respeitado membro do Partido Socialista e, depois, do extinto Partido Renovador Democrático.

²⁶ Adeodato Barreto nasceu em Margão em 1905, vindo a formar-se em Direito e em Filosofia na Universidade de Coimbra. Aqui formou um Instituto Indiano e fundou o jornal *Índia Nova*, tendo depois publicado o livro *Civilização hindu* (Lisboa, Seara Nova, 1935), reeditado recentemente: *Civilização hindu seguido de O livro da vida: (cânticos indianos)*, Lisboa, Hugin, 2000). Foi professor na Figueira da Foz e colaborou no jornal local *A Voz da Justiça* e também na *Seara Nova* e no *Diabo*. Foi, depois, escrivão de Direito em Montemor-o-Novo e notário em Aljustrel. Faleceu muito novo, pelo que ficou esquecido até á actualidade. A Universidade de Coimbra

Delfim Santos²⁸, Vasco da Gama Fernandes²⁹, António Eduardo Lobo Vilela (de que falaremos mais tarde)... Quase todos andavam então pelos vinte e tal – trinta anos. Por isso, a imprensa do Estado Novo, de forma crítica e irónica, lhes haveria de chamar, tendo como inspiração o termo “revirvalho”, nome dado aos velhos oposicionistas provindos da Primeira República, o de “renovalho”³⁰. Mas, no meio de críticas dos novos “situacionistas” do Estado Novo e já da acção da Censura, alguns intelectuais mais maduros teciam sobre o novo grupo considerações positivas, como Marques Guedes ou Joaquim de Carvalho³¹.

prestou-lhe uma homenagem, com uma sessão pública e uma exposição no Arquivo da Universidade (*Adeodato Barreto. No Centenário do seu nascimento 1905-2005. Catálogo da Exposição Bibliográfica e Documental*, Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra/Arquivo da Universidade de Coimbra/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2005-2006). É pai do sindicalista e membro do Partido Socialista Kalidás Barreto.

²⁷ Nuno Rodrigues dos Santos (1910-1984) formou-se em Direito em Lisboa, depois de ter frequentado a faculdade de Coimbra. Exerceu a advocacia, foi um dos fundadores do MUD, colaborou no *República* e na *Seara Nova* e participou como candidato da oposição em várias eleições nos anos cinquenta e sessenta. Veio a ser membro do Partido Popular Democrático.

²⁸ Delfim Santos (1907-1966), nascido em ambiente modesto, fez estudos na Escola Industrial e no Liceu e formou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras do Porto. Foi professor do liceu e depois bolseiro em Viena e Berlim (onde foi leitor até 1942). Doutorou-se na Universidade de Coimbra e acabou por enveredar pela área de Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo considerado um dos mais eminentes especialistas. Na sua juventude, colaborou em muitas revistas literárias como *A Águia*, *Presença* e *Linha Geral*, o órgão da Renovação Democrática, a que aderiu. Nesse contexto escreveu nos “Cadernos de Cultura Democratista” o texto *Linha geral da nova Universidade* (1934).

²⁹ A biografia de Vasco da Gama Fernandes (1908-1991) é sobejamente divulgada e conhecida. Apenas se recorda que se formou em Direito em Lisboa e teve uma vida dedicada à luta contra o Estado Novo, escrevendo muitos livros de análise política. Sobretudo exerceu a sua função profissional e política em Leiria, distrito por onde foi candidato a deputado pela oposição. Pertenceu ao Partido Socialista, ocupando cargos significativos depois do 25 de Abril.

³⁰ *Diário da Manhã*, Lisboa, 18 de Maio de 1933, p. 1 (apud Severino Polónia, *ob. cit.*, p. 77, nt. 231).

³¹ Cfr. *A Organização da Democracia*, pp. 8-11. Armando Marques Guedes (1889-1958) formado em Direito na Universidade de Coimbra, onde foi presidente do Centro Republicano Académico, foi advogado no Porto, por onde foi deputado e presidente da Câmara. Desde 1926 que se tornou professor do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Joaquim de Carvalho (1892-1958) – sobejamente conhecido (a Fundação Gulbenkian publicou a sua *Obra Completa* e em 2008 foi homenageado na Figueira da Foz, por altura dos cinquenta anos da sua morte)

Vários periódicos de Lisboa e do Porto alinharam basicamente com o movimento ou deram-lhe voz, entre os quais se podem citar o *Diário da Noite*, o *Diário Liberal*, o *Diário de Lisboa* e o órgão académico *Liberdade*. Na imprensa regional podem mencionar-se *A Voz da Justiça*, da Figueira da Foz, o *Almeidense*, de Almeida, ou *Linha Geral*, de Leiria. O semanário de crítica e doutrina do Porto, *República* (1928-1930), e a folha de cultura e política da mesma cidade, *Princípio* (1930), bem como os “Cadernos de Cultura e Política” (1931) e o “Doutrinal da Geração Moça” eram considerados, oficialmente, pelo grupo de “Renovação Democrática”, como antecedentes do movimento³². Mas já da responsabilidade do grupo surgiam publicações sob a forma de uma colecção, intitulada “Cadernos de Cultura Democratista”, de que saíram cinco volumes: *Para uma nova Civilização. Razões por que aderi ao movimento de Renovação Democrática*, de Mário de Castro, *A crise do idealismo na arte e na vida social*, de Domingos Monteiro, e, numa perspectiva mais específica e mais polémica, sobre a educação (que vamos aflorar), o opúsculo *A crise da Universidade*, de Lobo Vilela, *O suicídio dos catedráticos de Coimbra*, do jornalista Eduardo Salgueiro, *A Universidade falou...*, do mesmo Lobo Vilela, e ainda um opúsculo de reflexão global sobre a Universidade, de Delfim Santos, *Linha geral da nova Universidade*.

Movimento jovem e idealista, mesmo utópico, e por isso efémero, professava uma ideia de democracia socialista (pelo que empregava o conceito novo de “democratismo”), opondo-se à prática (mas não à “ideia”) republicana. Daí não utilizar preferencialmente o termo “República”, que considerava abusivamente ligado a um regime, como não desejava utilizar o termo “Constituição”, o qual entendia também desvirtuado, com a Constituição de 1911, que não passava – de acordo com a sua interpretação – de uma adaptação republicana do constitucionalismo monárquico. Mas, a este “anti-republicanismo”, justificado por uma posição antiliberal, anti-individualista, anticapitalista e antiburguesa e na crítica à concepção de um Estado neutral e não interveniente, juntava-se, por outro lado, uma lógica antinacionalista e anti-organicista, tendo

– foi professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tornando-se significativa a sua actividade no domínio da Filosofia, da História da Cultura e da Pedagogia. Foi um dos principais defensores da Faculdade de Letras de Coimbra, aquando da tentativa de extinção em 1919. Responsável pela Imprensa da Universidade, viu-a ser extinta pelo governo de Salazar. Manteve sempre uma linha de “republicano histórico” e demoliberal moderado, crítico do regime de Salazar, mas mantendo-se sempre numa posição mais ou menos discreta do ponto de vista da acção política.

³² *Ob. cit.*, p. 14.

como referências, neste caso, o Integralismo Lusitano e o movimento unitário do recém-nascido Estado Novo e, mais latamente, o fascismo, que considerava “a última forma política de tipo burguês”.

A Democracia, como poder efectivo do Povo, era a forma política que defendia o movimento, por isso chamado de “Renovação Democrática”, que assentava de novo no significado fundamental do Parlamento (mesmo tendo em conta a crise do parlamentarismo), de tipo pluripartidário e fundamentado numa prática política de sufrágio universal. Essa Democracia era, porém, de tipo socialista, que – embora se opusesse ao comunismo soviético – tinha como base uma ideia de um Estado intervencionista que lutava por uma série de princípios, entre eles a nacionalização da propriedade do sub-solo, das energias naturais, das grandes indústrias, do comércio de exportação e dos meios de transporte públicos. O municipalismo era outra forma de afirmação da Democracia, bem como a consideração de que todos os territórios, metropolitanos ou ultramarinos, deveriam ser tratados do mesmo modo, defendendo-se os direitos dos cidadãos, quer nascessem em Portugal ou no Ultramar. Para darmos uma ideia ainda mais esclarecedora da ideologia deste “grupo de bacharéis”, como pejorativamente se lhe chamou, classificando-o de elitista e irrealista, digamos que, para além de propor um Estatuto de Democracia consentâneo com estas características de sociedade ideal, defendia a elaboração de um novo corpo de direito, com novos códigos, civil, criminal, de trabalho, etc., bem como a desburocratização da sociedade, com a centralização de toda a documentação que dizia respeito a cada indivíduo.

No que concerne à Instrução Pública – tema particularmente debatido –, falava de uma escola única, laica e gratuita, com um ensino superior ao alcance de todos e com a afirmação de relações culturais com a Europa. Surge, assim, a ideia de “Escola Nova”, com base em transformações de tipo pedagógico e didáctico e na afirmação do princípio laicista, na linha de uma “desclericização”, entendendo como “clérigo” (*clerc*) não apenas o clero da Igreja, mas o professor e o intelectual que reproduzia os seus modelos, pelo que se atacava, neste aspecto, sobretudo a Universidade de Coimbra.

O problema da “crise da Universidade” e do ensino e a acção de António Lobo Vilela

Um dos temas mais abordados pelo movimento de “Renovação Democrática” era a questão do ensino e da “crise da Universidade”³³. Foi este, de resto, o título de um opúsculo de um dos militantes mais influentes do movimento, António Eduardo Lobo Vilela, *A crise da Universidade*, publicado em 1933.

Nascido em Vila Viçosa em 25 de Fevereiro de 1902, tinha, pois, cerca de 30 anos quando aderiu ao grupo “renovador”, de jovens intelectuais e políticos, que deu os primeiros passos no Porto. Começou por frequentar o Liceu de Évora, mas logo no 2.º ano transitou para o Colégio Militar, dado que o seu pai era tenente de Cavalaria. Foi no Porto, na Faculdade de Ciências, que se licenciou em Matemática em 1931, tendo completado também a licenciatura em Engenharia Geográfica na Universidade de Coimbra, no ano seguinte. Foi professor estagiário no Liceu Normal de Coimbra em 1933 e fez exame de estado em Julho de 1935, que lhe daria acesso ao título de professor agregado. Na prática não chegou a suceder, pois como bastantes outros professores (quatro deles da Universidade) foi indirectamente abrangido pelo já referido decreto n.º 25.317, de 13 de Maio de 1935.

Afastado ou impedido de se candidatar a outros lugares da função pública, e depois de algumas experiências, entre elas a tentativa de lançar no Brasil uma filial da Editorial Inquérito, de que era sócio, António Eduardo Lobo Vilela, casado (com uma sobrinha de Afonso Costa) e com um filho, acabou por ter de ganhar a vida como tradutor e explicador de Matemática – como sucedeu em alguns outros casos idênticos de oposicionistas ao regime de Salazar –, em Lisboa, onde faleceu (no Hospital de S. Luís) em 25 de Março de 1966.

A sua experiência de homem da oposição começa com a integração, como se disse, no grupo de “Renovação Democrática”, logo em 1932, dando a esse respeito uma entrevista ao jornal *República*, de Lisboa, no dia 17 de Março desse ano. De resto, vemo-lo em várias iniciativas sociais, culturais e

³³ Ver, em especial sobre este tema, para além do estudo de Norberto Cunha e a tese de Severino Augusto Mendes Polónia, já citados, a obra já publicada e referida atrás: *Lobo Vilela, a polémica sobre a Universidade e o Ensino nos princípios do Estado Novo*. Selecção, fixação de textos e notas de António da Costa Lobo Vilela, Introdução de Luís Reis Torgal e Prefácio de Eduardo Marçal Grilo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

políticas consideradas como ameaças ao regime salazarista e registadas, por isso, nos seus processos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado/Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PVDE/PIDE). Colaborador da *Seara Nova* e da *Presença*³⁴, a revista portuguesa do segundo modernismo, e redactor do jornal *República*, de Lisboa, participa, em 1942, na iniciativa de José Magalhães Godinho de constituir o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista (NDAS) e na União Socialista (US), de cuja Junta Directiva vai fazer parte. Em 1943 integra o MUNAF e em 1945 participa da organização do MUD. Em Junho de 1946 foi eleito vogal, representando a União Socialista (US), da 3.ª Comissão Central deste movimento, presidida por Mário de Azevedo Gomes. Neste contexto foi preso por curto espaço de tempo. Outras suas actividades são comuns aos opositoristas de então: participação em jantares de homenagem a figuras cimeiras da oposição, assinatura de documentos de protesto ou de reclamação de liberdades, etc. Mas deve destacar-se ainda a sua participação activa na Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), que haveria de ser ilegalizada pelo regime, e, como situação especial, desde o tempo de estudante, a sua filiação na Federação Espírita Portuguesa (FEP), onde ocupou lugares de direcção, ocupando mesmo o lugar de Presidente, bem como veio a ser director da *Revista de Espiritismo*. Alguns dos seus escritos – para além de livros, publicou numerosos artigos em vários jornais e revistas, até ao ano da sua morte – integram-se nesta linha, mas outros dizem respeito a questões políticas, de filosofia antropológica e social e a problemas pedagógicos (algumas de carácter geral e outras referentes à matemática). Enquanto Câmara Reys prefaciou a sua síntese de filosofia política intitulada *Linha Geral* (1946), significativamente o mesmo nome do jornal de Leiria ligado à “Renovação Democrática”, António Sérgio prefaciaria a sua colectânea, *Do sentido cómico e trágico da vida* (1956). Por outro lado, o nome António Eduardo Lobo Vilela, que publicou em 1946 *Questões Pedagógicas*, um dos livros integrados na colecção “Cadernos da Seara Nova”, é um dos nomes que figura no *Dicionário dos Educadores Portugueses*, dirigido por António Nóvoa³⁵.

³⁴ Ver sobre este tema Miguel Real, “Crítica filosófica na *Presença*. O caso de António Lobo Vilela”, in *Prelo*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Setembro – Dezembro, 2007, pp. 39-59.

³⁵ *Dicionário dos Educadores Portugueses*. Direcção de António Nóvoa, Porto, ASA Editores, 2003, pp. 1455-1456.

Depois desta síntese biográfica que pretendeu mostrar com mais pormenor o percurso de um dos mais significativos militantes da “Renovação Democrática”, pela sua constante intervenção, voltemos à questão da Universidade.

O principal objectivo do opúsculo citado, *A crise da Universidade*, era, como sempre, a Universidade de Coimbra, considerada como escola “conservadora”. De resto, fora dela professor de Finanças e Economia Política António de Oliveira Salazar. Mas, mais do que a crítica de Vilela nesse opúsculo e em outro, intitulado *A Universidade falou...*, já atrás referido, em que se censura a posição que a Universidade assumiu numa moção na qual criticou a situação do ensino superior e sobretudo dos seus professores, mal pagos e obrigados a leccionar muitas cadeiras, com prejuízo pessoal, do ensino e da investigação científica, é o facto de ter surgido, no seu contexto, e em intercontextualidade, uma das polémicas mais interessantes sobre a Universidade do século XX. Recordemos que, apesar das reformas da República, que, por exemplo, criou duas novas Universidades, a de Lisboa e do Porto, e das reformas da Ditadura Militar, que criou uma quarta, a Universidade Técnica (1930), e uma Junta Educação Nacional (1929), de apoio à pesquisa científica, o que originou o surgir de bolseiros, alguns dos quais na Alemanha, em breve nazi, parecia manter-se uma lógica “conservadora” na Universidade. E Coimbra, como seria natural, era sempre considerada o exemplo da crise. Por sua vez, para além das teses de Leonardo Coimbra, que terminou a sua vida política na Esquerda Democrática, em favor da “modernidade”, em 1930 José Ortega y Gasset, depois de ter feito uma lição na Universidade de Madrid, publicava, primeiro no jornal *El Sol* e depois na sua “Revista de Occidente” o seu texto fundamental *Misión de la Universidad*, que influenciou várias gerações que o citaram ou glosaram. Defendia ali uma “Universidade de Cultura”, admitindo, todavia, que ela era formadora de profissionais e era, além do mais (*además*, em castelhano), criadora de Ciência. Esta concepção como que previa – por oposição – as teses germânicas de uma Universidade tecnológica, “política” e “anticultural”, ao serviço de um Estado Totalitário que se avizinhava e cujas teses seriam expostas em revistas portuguesas.

No contexto de todo um interessante debate, o professor da Universidade de Coimbra, Joaquim de Carvalho, escreveu um artigo intitulado “Reflexão outonal sobre a Universidade de todo o ano”, publicada no *Diário Liberal*, de Lisboa, em 8 de Novembro de 1933, que é um dos textos mais interessantes desta polémica. Centrado na defesa do tempo disponível, para professores e estudantes, defende assim uma Universidade construtora de Cultura e de Ciência.

Outro colega da Universidade de Lisboa, o historiador de literatura e cultura medievais, portuguesa e galega, Rodrigues Lapa, numa conferência proferida nas instalações do jornal *O Século* e noticiada pelo jornal em 16 de Fevereiro de 1933, dava origem a incidentes internos e com o Estado³⁶. O mesmo sucedeu com Aurélio Quintanilha, também bolseiro da Junta de Educação Nacional e professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, pelo seu passado político, mas também devido a uma conferência que proferira. A notícia desta nova intervenção de um professor universitário no salão de *O Século*, em Lisboa, foi registada no periódico no dia 26 de Março de 1933. Intitulava-se a conferência “O papel social e as necessidades da investigação científica”.

Aí se criticava duramente a impossibilidade de a Universidade se renovar. Como consequência dos seus textos ou das suas posições políticas, Joaquim de Carvalho viu extinguir em 1934 pelo governo a Imprensa da Universidade, de que era responsável, enquanto no ano seguinte Aurélio Quintanilha (que chegara a defender posições anarquistas) e Rodrigues Lapa, conjuntamente com Abel Salazar, a que nos referimos, e Sílvio Lima (que atacara, em 1930, a concepção “científica” de Manuel Gonçalves Cerejeira, como ele professor da Faculdade de Letras de Coimbra, mas então Cardeal Patriarca de Lisboa) eram demitidos, no dia seguinte, ao abrigo do citado decreto n.º 25.317, de 13 de Maio de 1935.

Entretanto, por acção de Lobo Vilela, promovia-se um debate público sobre a Universidade. No jornal figueirense *A Voz da Justiça*, militantes da “Renovação Democrática” – Adolfo Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, Adeodato Barreto, Joaquim Magalhães, Jaime Rebelo, Lobo Vilela... – e Rodrigues Lapa respondiam a um inquérito sobre a Universidade. E António Sérgio, da “Seara Nova”, e mais alguns professores de concepções liberais (Hernâni Cidade, professor de Literatura Portuguesa na Universidade de Lisboa, depois de ter estado na efémera Faculdade de Letras do Porto, Geraldino Brites, da Faculdade de Medicina de Coimbra, e Adriano Rodrigues, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto) davam ao mesmo jornal uma entrevista sob o título geral de “Renovemos a Escola”.

³⁶ Para além das referências feitas pelo autor desta Introdução no livro *A Universidade e o Estado Novo* (Coimbra, MinervaCoimbra, 1999), cap. II, ver o artigo de Norberto Cunha, “As desventuras políticas de um ‘clerc’: Rodrigues Lapa”, in *Forum*, n.º 22, Julho-Dezembro, Braga, Centro de Estudos Lusíadas, 1997, pp. 11-44.

Pode dizer-se que quase todos estes intelectuais, mesmo que alguns pudessem não se tornar militantes contra o regime, sofreram com as posições tomadas.

O movimento de “Renovação Democrática” e a dramática vida de uma geração idealista

O movimento de “Renovação Democrática” pode ter sido de curta duração, mas reuniu jovens intelectuais ligados a diversos movimentos e revistas de cultura (*A Águia, Presença, Seara Nova*, etc.) que vieram a exercer uma significativa importância na oposição ao Estado Novo. Mesmo se Pedro Veiga, conjuntamente com o médico Borges Guedes e o escritor Amorim de Carvalho, em 1945, propunha a Salazar uma polémica “Tentativa de Conciliação Nacional”, que defendia a alteração da situação eleitoral, solicitando ao governo salazarista autorização para se organizar, como força que procuraria cooperar criticamente com o regime, o que provocou grande celeuma nos meios oposicionistas, hegemonzados pelo PCP, no MUD, acabou Pedro Veiga ainda por ser candidato a deputado pela oposição democrática do Porto em 1957.

Os militantes renovadores, apesar de serem críticos do demoliberalismo republicano e de atacarem o comunismo marxista, não se livraram, evidentemente, da crítica de “comunistas”, logo nos primeiros anos da constituição do movimento³⁷, como, de resto, sucederia a todos os liberais e socialistas democráticos, que só nos anos cinquenta e sessenta se começaram a organizar. O certo, porém, é que constituíram não só uma “terceira via”, entre o comunismo e o fascismo, mas uma “quarta”, pois superaram igualmente a via demoliberal. Por outras palavras, formaram uma oposição que se encontrava entre a oposição comunista e a oposição demoliberal, dita normalmente “republicana”. Os monárquicos, os católicos e outros movimentos oposicionistas ainda não tinham nos anos trinta grande expressão.

Luís Câmara Reys, um dos fundadores da “Seara Nova”, numa interessante síntese caracterizadora da geração de Lobo Vilela, falou das posições extremistas dos jovens de entre as duas guerras que tiveram de escolher um caminho e que optaram pelo “vermelho” de Marx ou pelo “negro” de

³⁷ *O Problema Universitário em Portugal*, Editorial Vanguarda, Avenida da Liberdade, 3-2º, Lisboa, 1934.

Nietzsche, de Sorel ou de Maurras, e... daqueles que optaram por uma escolha difícil, de “quarta via” ou “quinta via” (a expressão é, portanto, nossa), afastada da ideologia liberal e burguesa, da ideologia comunista, mas também da linha fascista ou fascizante e da linha dogmática do catolicismo conservador. Câmara Reys, falando de Lobo Vilela e da sua geração, e referindo-se menos às suas ideias e mais às suas opções dramáticas de vida e de concepção, dizia:

Os melhores espíritos [...] concentraram-se numa dolorosa vida interior, debateram-se na angústia dos problemas da existência familiar, nacional ou largamente humana, procuraram ver claro no conceito de democracia, paradoxalmente alargado da feição plutocrática à ditadura de classe, enfrentaram um renascimento católico, que se encaminha seguramente para o fanatismo e o dogmatismo mais grosseiros. Foi num ambiente de recinto incendiado que tiveram de fazer a inevitável escolha de uma carreira, que constituíram um lar, que se educaram a si próprios e aos filhos, que seleccionaram amizades, que se isolaram num cenobismo político, num cepticismo triste, ou se agruparam num dos numerosos partidos, seitas, ou núcleos de acção. Na política e na filosofia, tiveram de procurar discernir o que é joio e o que é trigo, o que é moda efêmera e o que persistirá.³⁸

³⁸ Prefácio, datado de 20 de Setembro de 1946, ao livro de Lobo Vilela, *Linha Geral*.

CULTURA COMERCIAL E LIMITES DO PROJECTO TOTALITÁRIO

Nas últimas décadas a historiografia italiana prestou uma atenção crescente à questão do consenso ao fascismo e aos modos da sua organização. Um ponto de referência para esta historiografia foram as obras de George Mosse dos anos Setenta que iniciaram um novo modo de estudar a entrada das massas na cena política, dos movimentos nacionalistas do século XIX aos movimentos fascistas e totalitários do período entre as duas guerras.¹

Símbolos, rituais, manifestações de praça, próxemica e linguagem tornaram-se objectos de estudo importantes para compreender como se formaram as “religiões políticas” dos séculos XIX e XX, capazes de mobilizar grandes massas de pessoas. A introdução da obra de Mosse em Itália ocorreu através de Renzo De Felice, um historiador que nos anos Setenta e Oitenta promoveu uma profunda revisão da historiografia sobre o fascismo contrapondo-se à tradicional historiografia antifascista que tinha removido um aspecto muito delicado da história italiana do século XX, ou seja, o problema das dimensões de massa do consenso ao fascismo².

¹ Em particular a obra *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*, 1975, traduzida imediatamente em italiano por Il Mulino e *Masses and Man: Nationalist and Fascist Perceptions of Reality*, 1980, traduzida em 1982 por Laterza.

² A obra principal de De Felice é a sua monumental biografia de Mussolini publicada por Einaudi entre 1964 e 1997; mas na discussão pública italiana, as posições revisionistas de De Felice foram veiculadas sobretudo pela sua *Intervista sul fascismo*, por M. Leeden, Bari, Laterza, 1975. Para uma lúcida discussão crítica da historiografia

Actualmente, a questão do consenso ao regime já não é um tabu para a historiografia italiana e o desafio historiográfico de De Felice foi acolhida também pelos seus adversários. Portanto, multiplicaram-se as pesquisas sobre os aspectos sociais e culturais do fascismo para explorar a sua capacidade de cativar a sociedade italiana. Nesta nova chave foram objecto de investigação o Partido nacional fascista e as suas organizações que se ocupavam das crianças, dos jovens, das mulheres e dos trabalhadores³. Procurou-se focalizar a função do ritualismo colectivo construído pelo regime, as grandes paradas e manifestações que tinham o objectivo de consolidar o consenso e de cultivar a adesão espiritual aos mitos e aos valores afirmados pelo fascismo⁴. Enfim, dedicou-se uma atenção crescente à política cultural do regime, em particular às suas iniciativas no âmbito da arquitectura, da radiofonia, do cinema e da promoção das artes⁵.

À parte algumas louváveis excepções, seja como for até agora prevaleceu o estudo das organizações e das iniciativas promovidas pelo regime mais do que a análise do modo em que essas foram recebidas e quanto realmente

italiana sobre o fascismo cfr. A. De Bernardi, *Una dittatura moderna. Il fascismo come problema storico*, Milano, Bruno Mondadori, 2006 (2° ed.).

³ A partir do clássico trabalho de Victoria de Grazia, *Consenso e cultura di massa nell'Italia fascista. L'organizzazione del dopolavoro*, Roma-Bari, Laterza, 1981; cfr. também A. De Bernardi, *Tempo libero e nazionalizzazione delle masse nell'Italia fascista*, in M.L. Betri e D. Bigazzi, por, *Ricerche di storia in onore di F. Della Peruta*, Milano, Franco Angeli, vol. I, pp. 497-508.

⁴ Cfr sobretudo as obras de E. Gentile, *Il mito dello Stato nuovo dall'antigiolittismo al fascismo*, Roma-Bari, Laterza, 1982; *Il culto del Littorio. La sacralizzazione della politica nell'Italia fascista*, Roma, Laterza, 1993; *La grande Italia. Ascesa e declino del mito della nazione nel ventesimo secolo*, Milano, Mondadori, 1997.

⁵ A partir do trabalho de P.V. Cannistraro, *La fabbrica del consenso. Fascismo e mass media*, Roma-Bari, Laterza, 1975; M. Isnenghi, *Intelletuali militanti e intelletuali funzionari. Appunti sulla cultura fascista*, Torino, Einaudi, 1979; A. Vittoria, *Le riviste del duce. Politica e cultura del regime*, Milano, Guanda, 1983; L. Malvano, *Fascismo e politica dell'immagine*, Torino, Bollati Boringhieri, 1988; E. Scarpellini, *Organizzazione teatrale e politica del teatro nell'Italia fascista*, Firenze, La Nuova Italia, 1989; L. Passerini, *Mussolini immaginario*, Bari-Roma, Laterza, 1991; M. Salvati, *L'inutile salotto. L'abitazione piccolo borghese nell'Italia fascista*, Torino, Bollati Boringhieri, 1993; S. Cavazza, *Piccole patrie. Feste popolari tra regione e nazione durante il fascismo*, Bologna, Il Mulino, 1997; R. Ben Ghiat, *La cultura fascista*, Bologna, Il Mulino, 2000; G. Turi, *Lo Stato educatore. Politica e intelletuali nell'Italia fascista*, Roma, Laterza, 2002; S. Falasca Zamponi, *Lo spettacolo del fascismo*, Soveria Mannelli, Rubettino, 2003; P. Nicoloso, *Mussolini architetto. Propaganda e paesaggio urbano nell'Italia fascista*, Torino, Einaudi, 2008.

modificaram a sociedade italiana⁶. Aliás, muito frequentemente se considerou como óbvio que o acompanhamento de massa das manifestações do regime representasse por si só um sinal de consenso e de penetração das ideias e da cultura do fascismo na sociedade.

Com base nas experiências de pesquisa já avançadas relativamente à Alemanha nazista, parece-me oportuno colocar o tema do consenso e da cultura de massa sobre bases novas em relação à polarização entre sustentadores do enraizamento de massa do consenso ao fascismo, tornado possível pela sua política cultural e pelas suas organizações sociais, e as formas de resistência activa e oposição antifascista. Na verdade, com o desenvolvimento da indústria e do consumo culturais desencadearam-se transformações sociais difíceis de controlar e de remeter para um quadro coerente de valores partilhados. A transformação das identidades individuais e colectivas influenciadas pelo desenvolvimento da indústria cultural nos anos Trinta, orientaram-se em direcção a valores e interesses também muito distantes daqueles perseguidos pelo regime sem que isto tenha configurado comportamentos antifascistas conscientes. Em suma, trata-se de analisar, para além das políticas sociais e culturais do regime e das formas conscientes e organizadas de oposição antifascista, os resultados da difusão da cultura de massa, como esta modificou a sociedade italiana e quanto estas mudanças tenham ou não correspondido aos objectivos perseguidos pelo regime⁷.

Os limites do consenso

Os estados totalitários activam instrumentos pedagógicos e coercivos para impor e perpetuar a própria ordem e para construir um modelo antropológico ao qual tornar homogénea a maior parte da população. É específico do totalitarismo, em relação a outras formas de governo autoritário, justamente este esforço de engenharia social e manipulação cultural que visa destruir ou reduzir as capacidades de determinação autónoma da sociedade; um regime totalitário não se detém nem sequer perante a esfera privada porque também

⁶ Entre os trabalhos que pelo contrário procuraram analisar os elementos de resistência, mais ou menos explícita ou consciente, deve ser evocado o livro de L. Passerini, *Torino operaia e fascismo. Una storia orale*, Roma, Laterza, 1984.

⁷ É nesta direcção que se orientou a importante investigação de S. Gundle e S. Forgacs, *Cultura di massa e società italiana: 1936-1954*, Bologna, Il Mulino, 2007.

esta pode ser produtora de elementos contraditórios em relação ao próprio projecto⁸.

Todavia este esforço de uniformização, para além de ser contrastado por aqueles que se organizaram para combater o regime totalitário, podia suscitar a intolerância, a dissensão, a oposição também por parte de quem não militava nem simpatizava com algum grupo antifascista, mas que resistia à vontade do regime de controlar também as esferas mais íntimas da própria vida, de planificar o seu tempo, de utilizar as suas energias para os fins do Estado totalitário.

Detlev Peukert foi autor de estudos iluminados sobre alguns grupos juvenis na Alemanha nazista que deram vida a formas de oposição ao projecto totalitário recusando-se a submeter-se às regras culturais e à disciplina social que o regime pretendia promover⁹. É um caso particularmente interessante porque se refere a pessoas muito jovens activas entre o final dos anos Trinta e os primeiros anos Quarenta e que portanto não tinham uma experiência política que remontava à época weimariana. Os “jovens swing”, por exemplo, eram rapazes de classe média apaixonados pela música jazz que utilizavam uma gíria

⁸ A literatura sobre o totalitarismo é vastíssima, para quem escreve foi muito importante o volume do 1939 de E. Lederer, *Lo Stato delle masse. La minaccia della società senza classi*, Milano, Bruno Mondadori, 2004; cfr. a ampla introdução de M. Salvati à edição italiana da obra; cfr. também M. Salvati, *Antifascismo e totalitarismo nelle scienze sociali tra le due guerre*, in «Contemporanea», 4/2002, pp. 623-50; cfr. para um balanço historiográfico sobre totalitarismos H. Rousso (a cura di), *Stalinismo e nazismo. Storia e memoria comparate*, Torino, Bollati, Boringhieri, 2001.

⁹ D. Peukert, *Jugend zwischen Krieg und Krise. Lebenswelten von Arbeiterjungen in der Weimarer Republik*, Köln, Bund, 1987; D. Peukert, *Die Edelweißpiraten. Protestbewegungen jugendlichen Arbeiter im "Dritten Reich"*, Köln, Bund, 1988; cfr. também G. Helmers e A. Kenkmann (a cura di), «*Wenn die Messer blitzen und die Nazis flitzen ...*». *Der Widerstand vome Arbeiterjugendcliquen und -banden im Dritten Reich*, Lippstadt, Leimeier, 1984; M. von Hellfeld e W. Breyvogel e A. Kenkmann, *Wilde Jugend. Lebenswelt großstädtischer Jugendlicher zwischen Weltwirtschaftskrise, Nationalsozialismus und Währungsreform*, Essen, Klartext, 2002; discuti sobre esta literatura no quadro da recente historiografia sobre os jovens in P. Capuzzo, *Youth Cultures and Consumption in Contemporary Europe*, in «Contemporary European History», vol. 10, March 2001, pp. 155-70; cfr. também S. Souto Kustrín, *Culture giovanili, sollecitudini morali e mobilitazioni di massa in Europa tra le due guerre mondiali*, in «Memoria e ricerca», 25, 2007, pp. 61-80. Para uma colocação destas tendências sociais no quadro da resistência alemã ao nazismo cfr. L. Klinkhammer, *La resistenza giovanile contro il regime nazista*, in A. De Bernardi e P. Ferrari (a cura di), *Antifascismo e identità europea*, Roma, Carocci, 2004, pp. 135-53.

com muitas palavras estrangeiras, assumiam comportamentos e utilizavam um vestuário que evocava, sobretudo pelos impermeáveis e pelos chapéus, as estrelas do cinema americano daqueles anos. Nos relatórios da polícia encarregada de reprimir as suas actividades “anti-alemãs” condenavam-se, para além do seu “americanismo”, a desenvolta promiscuidade sexual e as danças desenfreadas “negras e bestiais”. Estes grupos juvenis, presentes sobretudo nas grandes cidades, e que em algumas áreas eram de origem operária, como os *Edelweisspiraten* do Ruhr que entraram por vezes em conflito físico com a *Hitler Jugend*, ou as bandas juvenis dos bairros operários de Berlim que se activaram na luta antinazista também com alianças com o partido comunista, mesmo sem entrar nas suas fileiras,¹⁰ maturaram uma hostilidade em relação ao nazismo e às suas organizações que, independentemente de qualquer contacto com o antifascismo organizado, socialista ou comunista, deram vida a episódios de aberta politização durante a guerra. A intolerância e a dissensão de tipo existencial em relação ao modelo antropológico promovido pelo nazismo, transformaram-se em oposição no momento em que o regime activou instrumentos repressivos contra esses comportamentos, chegando a gerar em alguns casos verdadeiras formas de resistência consciente.

Não são decerto a maioria e nem sequer frequentes os casos em que se assiste a este percurso, todavia, vale a pena aprofundar a análise dessas áreas de dissensão social que nascem do estilo de vida, dos desejos, do modo de se tornar sujeitos, um modo que entra em conflito com as estratégias totalitárias do regime e com o aparato de organização social e manipulação simbólica que esse instaura para procurar quebrar ou controlar todas as tentativas de iniciativa autónoma por parte das subjectividades individuais ou sociais.

¹⁰ Sobre a complexa relação entre bandas juvenis e partido comunista em Berlim nos últimos anos da República de Weimar, cfr. Eve Rosenhaft, *Organising the «Lumpenproletariat»: Cliques and Communists in Berlin during the Weimar Republic*, in Evans Richard J. (a cura di), *The German Working Class 1888-1933. The Politics of Everyday Life*, London, Croom Helm, 1982, pp. 174-219. Para uma comparação entre a resistência cultural dos jovens ao nazismo e aquela ao regimes soviéticos da Europa do Leste, cfr. C. Wallace e R. Alt, *Youth Cultures under Authoritarian Regimes. The Case of the Swings against Nazis*, in «Youth and Society», 32, 2001, pp. 275-302.

O fascismo e a cultura de massa

O comportamento do fascismo em relação à cultura de massa comercial era ambivalente: por um lado, esta podia oferecer um entretenimento apolítico útil ao regime para afastar a população de uma tomada de consciência crítica dos problemas da realidade social, por outro representava porém um elemento de concorrência em relação às iniciativas de mobilização das massas organizadas no quadro do projecto totalitário. Este último aspecto podia ser particularmente insidioso porque através da cultura comercial de massa a população italiana podia entrar em contacto com modelos culturais, contextos sociais, valores muito distantes dos promovidos pelo projecto totalitário e por vezes até mesmo contrários a este. Boa parte dos produtos de sucesso popular (cinema, banda desenhada, revistas ilustradas) era americana ou referia-se a modelos americanos, mas o sucesso destes produtos entre o público fazia com que o regime não pudesse banir a sua difusão porque assim teria gerado mal-humor e intolerância; o fascismo preferiu portanto negociar com as empresas privadas da indústria cultural um código de conduta que regulasse o seu comportamento. O regime controlou a imprensa através da censura, mas ainda mais importante do que as intervenções de censura directas foi a criação de um clima de ameaça e de chantagem que teve o efeito de favorecer a formação de um código não escrito de auto-censura seguido pelos jornalistas e escritores.

As iniciativas do regime no âmbito da cultura de massa foram múltiplas. Em 1927 o Estado adquiriu o monopólio da radiofonia exercido propositalmente por uma entidade pública, o Eiar. Em 1924 foi criado um centro de produção cinematográfica, o Istituto Luce, que se ocupou sobretudo da produção de um cine-jornal, iniciada em 1927, que tinha o monopólio da informação sobre a actualidade durante o regime e era obrigatoriamente projectado em todas as salas italianas antes dos filmes; a partir de meados dos anos Trinta o Istituto Luce operou também no campo da produção dos filmes de ficção¹¹. Em 1937, seguindo o exemplo da Alemanha, onde tinha sido criado já em 1933 o ministério da propaganda, dirigido por Goebbels até ao final do Reich¹², foi instituído o Ministério da cultura popular, no qual vinham concentradas todas as funções de produção cultural, de propaganda e de censura, geridas pelo

¹¹ Cfr. M. Argentieri, *L'occhio del regime. Informazione e propaganda nel cinema del fascismo*, Firenze, Vallecchi, 1979.

¹² Cfr. D. Welch, *The Third Reich. Politics and Propaganda*, London, Routledge, 1993.

regime e que Mussolini confiou à guia do seu genro Galeazzo Ciano. Através da *Opera Nazionale del dopolavoro (Ond)*, o regime teve um outro instrumento de intervenção sobre os consumos e a cultura de massa. A Ond era uma instituição que tinha por objectivo a organização do tempo livre dos trabalhadores através de actividades recreativas, culturais, turísticas, e providenciar bens de consumo que a economia italiana estagnante e os baixos rendimentos dos trabalhadores não conseguiam assegurar através dos mecanismos de mercado¹³. A gestão pública ou sindical do *dopolavoro* para contrastar as tendências à “degeneração dos costumes” desencadeadas pelas iniciativas da cultura comercial que estava multiplicando a oferta de entretenimento para as massas, abrangeu também os países democráticos no período entre as duas guerras¹⁴, todavia em países fascistas como a Itália ou a Alemanha¹⁵ assumia um significado completamente diverso porque se inseria num quadro de relação coercivo entre o Estado e a sociedade. Juntamente com a Ond o Estado fascista colocou também outras organizações como a *Opera nazionale Balilla*, instituída em 1926 (à qual se sucedeu em 1937 a Gioventù italiana del Littorio) e dedicada à educação fascista de crianças e rapazes¹⁶, os Gil que organizavam os estudantes universitários e os *Fasci juvenis*. Todas estas iniciativas tinham como objectivo a construção de um novo tipo humano, missão que para além das suas organizações o fascismo confiava em geral à cultura, a assim chamada «purificação» de Itália e o saneamento da estirpe depois da decadência burguesa¹⁷.

Tudo isto dizia respeito principalmente aos homens ainda que não faltassem iniciativas e organizações das mulheres como os *Fasci femminini*. O papel que o regime atribuía à mulher, aquele de procriadora e de anjo do lar,

¹³ Para uma avaliação quantitativa das tendências do consumo alimentar em Itália cfr., cfr. V. Zamagni, *L'evoluzione dei consumi tra tradizione e innovazione*, in A. Capatti, A. De Bernardi, A. Varni (a cura di), *Storia d'Italia. Annali 13. L'alimentazione*, Torino, Einaudi, 1998, pp. 171-204; para um quadro geral, E. Scarpellini, *L'Italia dei consumi. Dalla belle époque al nuovo millennio*, Roma-Bari, Laterza, 2008.

¹⁴ Cfr. G. Cross, *Time and Money. The Making of Consumer Culture*, London – New York, Routledge, 1993.

¹⁵ A instituição análoga da Ond fascista na Alemanha nazista era *Kraft durch Freude*, sobre a qual cfr. H. Spode, *Fordism. Mass Tourism and the Third Reich*, In: «Journal of Social History», Bd. 38, 2004 S. Baranowski: *Strength through joy: consumerism and mass tourism in the Third Reich*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

¹⁶ Cfr. C. Betti, *L'Opera nazionale balilla e l'educazione fascista*, Firenze, La Nuova Italia, 1984.

¹⁷ São questões centrais nos dois estudos de M. Salvati, *L'inutile salotto*, cit.; e R. Ben Ghiat, *La cultura fascista*, cit.

contrastava com as iniciativas de mobilização pública das mulheres, uma ambivalência que teria caracterizado toda a política do regime em relação às mulheres¹⁸.

Todavia, o enraizamento social das organizações de massa do fascismo, não era uniforme: maciço entre a classe média, adquiriu alguma consistência entre a classe operária nos anos Trinta, ainda que não se tratasse da maioria dos operários e, pelo contrário, foram poucos os camponeses envolvidos nestas organizações.

A esfera pública comercial

Nos anos Trinta a indústria cultural em Itália conhece uma fase de crescimento que a transforma e que inova as suas tecnologias e conteúdos.

A difusão da rádio é notoriamente inferior à dos outros países europeus: em 1934 os assinantes da rádio em Itália eram 440 mil, enquanto que eram 5 milhões na Alemanha e quase 6 milhões na Grã-Bretanha¹⁹. O custo dos aparelhos radiofónicos era de facto demasiado alto para a maior parte dos italianos e a electrificação do território era ainda parcial, e não era por acaso que cerca 60% dos assinantes se concentrava no norte de Itália, a parte mais rica do país²⁰. Todavia, a rádio, por ocasião de eventos importantes, podia ter milhões de ouvintes porque era muito difusa a audição colectiva.

O desenvolvimento da imprensa desportiva, em particular de *La Gazzetta dello Sport*, um jornal fundado em 1896 que desde 1909 organizava o Giro de Itália, a manifestação desportiva italiana mais importante até ao final dos anos Cinquenta, tornou possível o aparecimento de mitos nacionais do desporto. Por ocasião do Giro de Itália a *Gazzetta* podia alcançar uma tiragem de 500 mil cópias (o que certamente significa mais de um milhão de leitores), mas nos anos Trinta deram-se outros eventos desportivos que apaixonaram o público: o sucesso do pugilista Primo Carnera²¹, que em 1933 se tornou campeão mundial dos pesos máximos; e depois as vitórias da equipa nacional ita-

¹⁸ Sobre o tema cfr. V. de Grazia, *Le donne nel regime fascista*, Venezia, Marsilio, 1993.

¹⁹ F. Monteleone, *Storia della radio e della televisione in Italia. Società, politica, strategie, programmi*, Venezia, Marsilio, 1992, p. 56.

²⁰ Cfr. Forgacs e Gundle, *Cultura di massa*, cit. pp. 242-43.

²¹ Cfr. D. Marchesini, *Carnera*, Bologna, Il Mulino, 2006.

liana no campeonato mundial de futebol de 1934 e 1938. Em muitas partes de Itália, sobretudo rurais, prevalecia uma identificação colectiva em termos mais locais do que nacionais, mas a paixão comum por estes mitos do desporto contribuiu para a percepção de Itália como uma nação, facto que decerto não desagradava ao regime, ainda que seja arbitrário deduzir daqui a consolidação de um sentimento nacionalista.

É o cinema o espectáculo mais popular do período entre as duas guerras, absorve aproximadamente 65-70% das despesas para consumos culturais dos italianos. Tratava-se de uma programação que tinha fortes hierarquias territoriais, com uma destinação principalmente, ainda que não exclusivamente, urbana: cerca 70% dos bilhetes era vendido nas capitais de província, 30% nos pequenos municípios²². Na província passavam apenas filmes de segunda ou terceira visão. Isto configurava uma fractura entre cidade e campo na fruição dos produtos da cultura de massa, mesmo que já nem sequer o campo fosse excluído dos circuitos da cultura comercial.

70% dos filmes que passavam nos cinemas italianos eram de produção americana, não obstante tivessem existido diversas tentativas de criar um cinema comercial italiano que pudesse amansar as tendências à transformação moderna com a ancoragem a valores tradicionais, como nos filmes de sucesso de Mario Camerini, *Gli uomini che mascalzoni* (1932), *Il signor Max* (1937). *Gli uomini che mascalzoni* é um produto cultural exemplar desta tentativa de criar um cinema de entretenimento ambientado na quotidianidade das pessoas comuns italianas. Ambientado em Milão nos anos Trinta, com dois protagonistas que interpretam novos papéis sociais, uma balconista de perfumaria e um motorista, é um filme que parece aceitar a dimensão urbana moderna, feita de revistas ilustradas, bondes, automóveis, raparigas que trabalham fora de casa, a feira, os novos consumos e a publicidade; todavia, ainda que não demonizando estes aspectos da modernidade, avisava contra os riscos da emulação social e recompunha um harmonioso quadro doméstico com uma definição dos papéis de género substancialmente tradicionais. Em suma, eram aceites alguns elementos da modernidade, mas mostrado quão vácuo e perigoso pudesse ser seguir uma mobilidade social ascendente perante os valores sãos e tradicionais do trabalho e da família. Um tema análogo, o da dignidade popular ou pequeno-burguesa e da crítica da ambição de ascensão social também é retomado noutros filmes de Camerini.

²² Cfr. Forgacs e Gundle, cit., p. 74.

O cinema americano era veículo de estilos de vida, modas, comportamentos, que fascinavam os jovens italianos, facto que não agradava muito ao regime e aos católicos que tinham um papel de relevo na censura. Filmes de grande sucesso em Itália nos anos Trinta, como *Grand Hotel* (1932) com Greta Garbo ou *Letty Lynton* (1932) com Joan Crawford, contavam intrigas e paixões interpretadas por mulheres elegantes e sedutoras, vestidas e maquilhadas de modo a exaltar a sua feminilidade. Eram modelos femininos, que encontravam depois amplo espaço e ressonância numa nova geração de revistas femininas endereçadas principalmente para as raparigas de classe média, que propunham uma nova imagem, e sobretudo novas ambições, em relação às escassas possibilidades que oferecia o destino de procriadora e anjo do lar defendido pelo regime fascista. De facto, o papel da mulher na sociedade segundo o regime, era o de potenciar a força do Estado com a sua fertilidade, um papel que reafirmava uma ideia da mulher própria também da tradição católica e que definia os caracteres da cidadania feminina, visava a governar a sexualidade das mulheres, influía na determinação dos níveis salariais do trabalho feminino e sobre as formas de participação na vida social.

Nos anos Trinta, os modelos culturais que regulavam as relações entre os sexos, sobretudo entre as novas gerações, sofrem um momento de mudança contraditória²³. Ainda que o controlo dos pais, sobretudo para as raparigas, permaneça ainda muito rígido (é frequente a proibição de participar de festas dançantes, os encontros com os rapazes devem ocorrer em casa e sob a vigilância dos adultos), existem elementos de novidade na relação com o corpo e na sua exibição, para além da praticabilidade de novos espaços que proporcionam maior liberdade. Neste contexto o cinema assumia uma importância central porque oferecia um espaço de encontro entre raparigas e rapazes menos submetido ao controlo dos adultos, e os filmes que ali se viam eram fontes de novos *looks*, comportamentos e modelos de vida.

As mudanças dos fatos-de-banho nas praias italianas mostram bem como a redescoberta do corpo fosse um fenómeno já bem em curso antes da viragem da segunda guerra mundial. Para esta recuperação e exibição da corporeidade – que destoava com a rígida disciplina católica, mas também com a

²³ Sobre a contradição da relação entre identidade feminina e novos consumos nos anos Trinta, cfr. V. de Grazia, *Nationalizing Women: The Competition between Fascism and Commercial Cultures Models in Mussolini's Italy*, in V. de Grazia e E. Furlough (a cura di), *The Sex of Things. Gender and Consumption in Historical Perspective*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1996, pp. 337-58.

ideologia fascista da feminilidade – contribuiu também um novo interesse pelo exercício físico promovido pelo regime no quadro das políticas eugenéticas que todavia acabou por ter resultados que foram muito além das intenções, favorecendo uma nova cultura da feminilidade para a qual o corpo são, magro e esbelto se tornava um elemento de sedução.

Não obstante as políticas viradas a incentivar a natalidade, a sua tendência a diminuir não se deteve nem sequer durante o fascismo. Era de 32,4 por 1000 no início do século e diminuiu progressivamente até 23,2 por 1000 nos anos Trinta. Os esforços ideológicos para restabelecer as hierarquias de género danificadas durante a primeira guerra mundial, confinando a mulher no espaço doméstico²⁴ e exaltando a virilidade, as qualidades desportivas e guerreiras dos homens, embatia-se com dificuldades objectivas e também com diversas projecções subjectivas da própria identidade. Em primeiro lugar muitas mulheres eram obrigadas a trabalhar fora de casa para integrar o balanço familiar, visto que durante as duas décadas fascistas a renda das classes populares permaneceu estagnada, ou até sofreu uma redução, e portanto era muito difícil pedir às mulheres que se dedicassem à esfera familiar quando eram obrigadas a executar trabalhos precários e mal pagos para integrar o balanço familiar. Mas em segundo lugar, sobretudo entre as jovens gerações, apareciam novas ideias sobre a própria vida e deixava-se maior espaço aos próprios desejos. Já não se consideravam as relações com os rapazes como o rápido prelúdio de um rápido casamento, cuidava-se de si próprias, adquiriam-se comportamentos novos veiculados pelo cinema comercial, ambicionava-se a uma maior autonomia pessoal tornada possível pelas novas oportunidades profissionais que as modernas cidades ofereciam às jovens mulheres, balconistas, dactilógrafas, secretárias que ampliavam as suas relações sociais e fruía os produtos da indústria cultural²⁵.

Se sobre as mulheres se concentravam as maiores pressões sociais, também a influência que a indústria cultural exercia sobre os rapazes era vista com suspeita porque parecia desestabilizar papéis e comportamentos e veicu-

²⁴ Uma revista que tinha a tarefa de educar as meninas aos valores católicos e fascistas era «La piccola italiana», publicada entre 1927 e 1943, sobre a qual cfr. A. Balzarro, *La «ragazzina nuova»? Il fascismo e le immagini di bambine*, in «Genesis. Rivista della Società Italiana delle Storie», 1/2006, pp. 119-145.

²⁵ Também os jovens operários encontraram na cultura do consumo uma oportunidade de subjectivação, sobretudo quando eram alheios a precedentes experiências políticas, cfr. M. Gribaudo, *Mondo operaio e mito operaio. Spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*, Torino, Einaudi, 1987.

lava modelos culturais americanos. Nos anos Trinta houve um notável crescimento no consumo juvenil de desenhos animados. Uma das publicações de maior sucesso foi «L'Avventuroso», que iniciou a publicar em 1934, e trouxe para Itália a banda desenhada de Walt Disney e também os super-heróis Flash Gordon, o Uomo mascherato, Mandrake. As preferências do público juvenil eram abertamente pela banda desenhada americana e as tentativas do fascismo de italianizar os heróis tiveram pouco sucesso, ainda que com algumas excepções como Dick Fulmine, um polícia italiano na América, desenhado por Carlo Cossio e encenado pelo jornalista desportivo Vincenzo Baggioli, que lutava contra criminosos chineses, bandidos caraíbas de pele negra ou mercadores hebreus, que foi publicado em «L'Audace», um periódico que iniciou as publicações em 1934 e que em 1941 teria sido adquirido por Franco Bonelli, o autor italiano de banda desenhada mais célebre do pós-guerra.

Na segunda metade dos anos Trinta, com a guerra da Etiópia, a consolidação da aliança com a Alemanha e as leis raciais de 1938 acentuaram-se os caracteres racistas, imperialistas e militaristas que aliás o fascismo tinha tido desde as suas origens. O aproximar-se da guerra tornou mais urgente a necessidade de controlo e mobilização do aparato simbólico produzido pela indústria cultural, sobretudo para contrastar a influência da cultura americana; procurou-se italianizar a banda desenhada e bloqueou-se o fluxo dos filmes de Hollywood: ora nas salas italianas circulavam filmes nacionais ou então produções alemãs ou húngaras.

Conclusão

A hipótese que se pretende expor é que a cultura de massa comercial permitia tornar próprios comportamentos culturais que exprimem elementos de desafeição e por vezes de resistência ao esforço de propaganda do regime porque veiculavam modelos de género, de comportamento, de uso do tempo que abriam espaços de subjectivação que não eram completamente controláveis pelo regime.

A presença de uma esfera comercial dentro da qual os empresários da cultura perseguiram os seus objectivos, por vezes de acordo, mas outras vezes em contraste com os objectivos do regime porque empurrados pelos gostos do público, introduzia limites e contradições no processo de construção de uma cultura de massa dirigida do alto e monopolizada pelos mitos e pelos rituais

organizados pelo regime. Os próprios consumidores, ainda que operando uma escolha limitada pelas possibilidades que o mercado e a censura tornavam disponíveis, seleccionavam e interpretavam os materiais simbólicos da indústria cultural em modos que podiam pôr em crise os modelos normativos impostos pela família e pela propaganda, abrindo possibilidades de subjectivação na organização do espaço e do tempo da própria existência. A indústria cultural, além do mais, não se dirigia a um público de massa indiferenciado, mas contribuía com a própria oferta comercial para a segmentação do público: geográfica (espectáculos de carácter regional ou local, produtos para os italianos no estrangeiro), de género (espectáculos para homens e mulheres), por faixa etária (crianças, jovens, adultos, anciãos), e isto alimentava uma complexidade social que não era fácil integrar no projecto totalitário.

Através dos média, a percepção de si e da própria comunidade alargou-se também para as classes populares, fazendo sentir uma realidade social que ia para além da própria comunidade e trazendo este amplo mundo externo para dentro da própria quotidianidade. A isto se acrescentou uma maior mobilidade física, visto que, não obstante as tentativas incansáveis, o fascismo não conseguiu interromper os processos de migração interna que deslocavam quotas de população dos campos em direcção aos centros urbanos²⁶. Esta força dos média comerciais em criar identidades tornou por vezes vãos os esforços normativos dos regimes porque mostrava mundos e desejos irredutíveis a um projecto político coerente fundado na uniformidade cultural do italiano novo.

Não se pretende enfatizar a função da cultura comercial ao representar um limite ou até mesmo um elemento de eversão contra as estratégias de arregimentação da sociedade promovidas pelo regime totalitário. Frequentemente a cultura comercial podia representar uma distração inócua que tornava mais fácil ao regime proceder com as suas difíceis decisões em relação ao imperialismo, racismo e guerra.

O que se pretende propor é uma maior compreensão das dinâmicas sociais postas em movimento pelo Estado totalitário e das zonas que permaneceram fora da sua influência porque a sociedade se modelava segundo outras expectativas, desejos e modelos. O exemplo de outras possibilidades de vida,

²⁶ Sobre a ideologia anti-urbana do regime e a impossibilidade, não obstante as intervenções normativas, de concretizá-la, cfr. o clássico trabalho de A. Treves, *Le migrazioni interne nell'Italia fascista*, Torino, Einaudi, 1976; mas agora também D. Breschi, *Fascismo e antiurbanesimo. Prima fase: ideologia e legge (1926-1929)*, in «Le carte e la storia», 2/2007, pp. 171-188.

modelos de género e de comportamento veiculados pelo cinema, pelas revistas ilustradas e pelo imaginário da banda desenhada, entravam em colisão com a rigidez militar defendida pelo regime e a sua tentativa de organizar a sociedade em função do Estado.

Observar modelos e comportamentos alternativos aos promovidos pelo regime permite-nos portanto compreender melhor a dinâmica da sociedade italiana durante o fascismo – para além da projecção que o fascismo fez sobre esta – e portanto de melhor focalizar o complexo percurso de transição para a democracia pós-fascista.

Por si só, a dissensão que podia nascer das escolhas culturais ou dos estilos de vida não poderia ter feito cair o fascismo. Viu-se como a pesquisa histórica na Alemanha identificou percursos nos quais de uma oposição baseada nos estilos de vida e na orientação cultural se passou a uma oposição política. Mas este não era certamente um caso frequente, o fascismo foi derrotado pelas armas.

**AUTORITARISMO E ANTIDEMOCRACIA NA EVOLUÇÃO DO LIBERALISMO
MONÁRQUICO EM PORTUGAL (1890-1926)**

O estudo que temos vindo a desenvolver sobre a direita monárquica, surgida após a implantação da república, revelou a emergência de uma cultura política e ideológica muito marcada pelo antiliberalismo e pela recusa veemente de quaisquer concessões à democracia. Esta tendência não caracterizava apenas os agrupamentos tradicionalistas ou neo-traditionalistas, marcados pela utopia regressiva, pelo regresso a instituições pré-liberais ou, no caso dos integralistas, pela ucronia. Nos sectores manuelistas, defensores do liberalismo constitucional, foi-se firmando uma revisão ou crítica do liberalismo fundada em dimensões teóricas da doutrinação conservadora e até mesmo contra-revolucionária¹. A inteligência desse processo de transformação ideológica compreende o período que vai das últimas décadas da monarquia, a fase da gestação, até à emergência da Ditadura Militar, numa fase de consolidação das novas concepções, evolução que no contexto desta comunicação se apresenta em forma de síntese.

A crise da monarquia liberal deu origem a uma série de movimentos reformistas. Começou com o projecto da *Vida Nova*, de Oliveira Martins²,

¹ Esta problemática é objecto de estudo mais aprofundado na dissertação de doutoramento que produzimos com o título «Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)», que aguarda nesta fase a discussão pública.

² Sobre este projecto, leia-se Fernando Catroga, «O Problema Político em Antero de Quental. Um confronto com Oliveira Martins», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. III, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1981, pp. 1-180;

ainda a reboque de um partido dinástico, o Partido Progressista. Teve depois continuidade no grupo dos *Vencidos da Vida*³ e do seu projecto cesarista inspirado por uma elite de personalidades intimamente ligadas a D. Carlos. E culminou no franquismo e nas ambições reformistas de um liberal suportado por uma elite política e intelectual⁴. A análise de alguns dos pressupostos ideológicos destes movimentos deixa antever certas premissas que se vislumbram na evolução do liberalismo monárquico ao longo da crise que vai de 1890 a 1926. Em primeiro lugar, a emergência de formas de representação orgânico-corporativa saídas das propostas de Oliveira Martins, que prescrevia a representação dos grupos sócio-profissionais em detrimento das «abstracções algébricas». Mais tarde, a defesa de uma política de engrandecimento régio propugnada em variadíssimos círculos da elite intelectual monárquica ligada ao grupo dos *Vencidos da Vida*⁵ e do Partido Regenerador-Liberal⁶.

O cesarismo regressaria às discussões teórico-doutrinárias pela pena de alguns dos corifeus do franquismo, que faziam a apologia da intervenção política da coroa para morigerar o sistema político⁷. As concepções elitistas estavam então em voga na Europa, perpassavam nos escritos de Taine e Renan ou escudavam-se nos pressupostos antidemocráticos de Nietzsche⁸. Entre as figuras de proa do franquismo, algumas, como Luís de Magalhães ou Aires de Ornelas, eram adeptas confesas de uma «aristocracia aberta» ou «democracia aristocrática», vista como «o poder dirigente de uma elite seleccionada no livre exercício das suas capacidades»⁹.

Miguel Dias Santos, in «Luís de Magalhães, Oliveira Martins e a ‘Vida Nova’», in *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra, Faculdade de Letras, 2003, pp. 311-353.

³ Leia-se Amadeu Carvalho Homem, *O Primeiro Conde de Arno e o seu Tempo*, V. N. de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.

⁴ Sobre o franquismo, leia-se, entre outros, Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

⁵ Cf. Amadeu Carvalho Homem, *ob. cit.*

⁶ Cf. Miguel Dias Santos, *art. cit.* pp. 353-355.

⁷ Cf. *Ibidem*; Luís de Magalhães, *Eduardo VII. Elogio Histórico Pronunciado na Sessão Solemne da Liga Monarchica do Porto em 20 de Junho de 1910*, Porto, Magalhães & Moniz, 1910.

⁸ Cf. Zeev Sternhell (org.), *O eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999; Antoine Compagnon, *Los antimodernos*, Barcelona, Acantilado, 2007.

⁹ BNP, Espólio de Luís de Magalhães, caixa 36, carta de Luís de Magalhães ao 2.º conde de Azevedo, 02-06-1928; *Diário da Manhã*, ano I, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

Já então a crítica apontava duas fraquezas ao sistema liberal português: a ruptura imposta pelas revoluções liberais face às tradições políticas e administrativas do país, abolindo as raízes históricas para favorecer as novas construções ideológicas assentes em meros sofismas filosóficos; e a inexistência de uma opinião pública que fiscalizasse a acção político-partidária¹⁰. Os ataques à acção deletéria dos partidos legitimavam as «ditaduras antiparlamentares» impostas por intervenção da coroa.

O pensamento monárquico do início do século XX reflectia também a crescente ameaça vinda dos sectores radicais, do republicanismo e do anarco-sindicalismo. A crise política do final da monarquia, marcada pela violência do radicalismo, favoreceu a instituição de uma nova cultura política, caracterizada por valores conservadores, com os quais se esperava operar o «ressurgimento nacional» e a renovação da instituição monárquica. Quando se fundou em 1903, o Partido Nacionalista de Jacinto Cândido ambicionava reformar a monarquia a partir do topo, de forma «pacífica e ordeira», reforma que seria consumada pelo «poder do Estado»¹¹. Os diferentes movimentos de natureza militar, em que estiveram envolvidos Mouzinho de Albuquerque, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Vasconcelos Porto, entre 1899 e 1910, constituem talvez indicadores suficientemente fortes para se presumir a emergência de uma mentalidade reformista autoritária, a enunciar o sentido das novas concepções ideológicas que se afirmaram no *Congresso Nacional*, de 1910. O Congresso pautou-se pela afirmação da unidade moral da nação, o culto da tradição nacional e do heroísmo, a recristianização social e o Estado forte. Aí se prescreveu uma sociedade hierárquica, a vocação imperial e o antiparlamentarismo como soluções para a crise política e moral da nação enferma¹².

Na realidade, os teóricos do liberalismo monárquico compreenderam depressa que a ameaça revolucionária trazia «no bojo» a difícil transição dos regimes liberais para as democracias de massas. Na tradição do pensamento

¹⁰ Leiam-se os textos de Luís de Magalhães, teórico do reformismo liberal franquista, no jornal do movimento, *A Tarde*, entre 1897 e 1899, nomeadamente *A Tarde*, ano X, n.º 2894, 26-07-1897, p. 1. Luís de Magalhães seria depois a mais importante referência doutrinária dentro do campo liberal conservador no contexto da Causa Monárquica.

¹¹ Jacinto Cândido, *Memórias Íntimas para o meu filho (1898-1925)*, Prefácio do Dr. José Lopes Dias, Castelo Branco, Estudos de Castelo Branco, Revista de História e Cultura, 1963, pp. 54-55.

¹² Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos, 1999, pp. 93-97.

européu antimoderno, de Nietzsche a Gustave Le Bon, Maurras, Spengler e Carl Schmitt, a direita monárquica, incluindo liberais e neo-traditionalistas, repudiava as transformações violentas da estrutura política e contemplava com terror a ascensão da multidão. Na esteira do pensamento conservador, entreviam numa transição para a democracia – «demagogia» segundo o conceito da época – a vitória da anarquia sobre a ordem e a autoridade do Estado¹³.

A instauração da república teve efeitos imediatos no discurso político e ideológico dos monárquicos liberais, que se apressaram a apontar o novo regime como a confirmação da decadência moderna. A violência radical, a secularização, o laicismo e a promoção das classes médias provocaram uma mutação no liberalismo monárquico, no sentido de uma aproximação ao pensamento conservador. A sua retórica, agora acentuadamente anti-revolucionária, redobrou os ataques ao «jacobinismo republicano», escudando-se numa valorização de princípios antiliberais como a «hierarquia», a «ordem» e o reforço da «autoridade do Estado». Para os liberais monárquicos, a violência radical tinha a sua génese nos valores igualitários da república, apresentando a democracia como uma subversão «de toda a disciplina» social e de toda a autoridade.

A crítica liberal à «ficção igualitária» do novo regime revelava a emergência de uma antropologia social que estava em consonância com a crítica tradicionalista e antiliberal. A direita monárquica promovia então a desigualdade social como condição natural do indivíduo, recuperando as concepções elitistas atrás identificadas: o exercício do poder devia constituir a reserva moral de uma oligarquia restrita, de uma casta de eleitos ou «homens superiores», muitas vezes uma elite de «competências»¹⁴. Na melhor tradição conservadora e contra-revolucionária, os liberais defendiam a existência de uma comunidade histórica formada por várias gerações e moldada por tradições, costumes e crenças que a república ameaçava na sua fúria destruidora¹⁵.

Entretanto, a conjuntura de guerra criou as condições necessárias para um ressurgimento dos debates teórico-doutrinários dentro do sector liberal, acossado entretantes pelo ressurgimento tradicionalista e neo-traditionalista

¹³ Aires de Ornelas, Aires de Ornelas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal Editora, 1914, pp. 45-46; Henrique de Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*, Coimbra, Edição do Autor, 1917, pp. 63-64; Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, Coimbra, França & Amado, 1915, p. 51; Alfredo Pimenta, *Política Monarchica*, Lisboa, Empresa Lusitana Editora, s/d [1917], pp. 21-23.

¹⁴ Luís de Magalhães, in *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 2, 28-05-1914, p. 1.

¹⁵ Luís de Magalhães, in *Diário da Manhã*, ano I, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

de diferentes segmentos monárquicos. A retórica monárquica deste período procurou «demonstrar» que a guerra viria a operar uma mudança no paradigma ideológico na Europa, inevitável face à crise do sistema liberal. Todos entre-viam na guerra a vitória do conservadorismo face às ameaças demoliberal e socialista, e apregoavam uma mutação ideológica que estava na senda da «revolução conservadora» teorizada mais tarde por Spengler¹⁶. Para os teóricos da direita monárquica, incluindo os liberais, os integralistas e os neo-tradicionais de vários matizes, o conflito mundial significava a morte do individualismo e da democracia¹⁷. Recrudesceram os textos de pendor nacionalista, e em alguns casos pregava-se um nacionalismo de matiz imperialista e militarista no quadro de uma nova era de expansionismo e engrandecimento da raça¹⁸. Por último, a guerra teria operado na Europa, a partir de França e Bélgica, o ressurgimento católico, visto como fermento moral necessário ao reforço da unidade nacional e à vitória da civilização sobre a barbárie¹⁹.

O contexto da guerra implicou na Europa uma intervenção do Estado que rompeu com a concepção liberal do Estado mínimo. As grandes mobilizações militares, as requisições civis para garantia do serviço público, a despromoção da intervenção parlamentar, a censura e, em alguns casos, a adopção da pena de morte impunham severos limites ao liberalismo político e, em especial, às liberdades individuais²⁰. Os teóricos da direita monárquica, incluindo os liberais, vislumbravam nesta apoteose estatal a derrocada do individualismo e o reforço da comunidade nacional. Todos assumiam o reforço da autoridade do Estado como necessário à reconstrução europeia do pós-guerra e como dique para evitar a instabilidade e a desordem global²¹. Os principais órgãos da Causa Monárquica, mesmo se reputados de sentimentos aliadófilos, expressavam

¹⁶ *Diário da Manhã*, n.º 62, 06-08-1914, p. 1; *O Dia*, n.º 721, 14-08-1914, p. 1; Cf. Luís de Magalhães, *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Amado, 1915; Aires de Ornelas, *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1916.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Santos, Miguel Dias, «Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas», in *Estudos do Século XX*, n.º 3, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, pp. 83-112.

¹⁹ Cf. Aires de Ornelas, *Segundo Ano de Guerra (Agosto de 1915 a Agosto de 1916)*, Porto, Magalhães & Moniz, 1918., p. 42; Miguel Castelo-Branco, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001, pp. 82-83.

²⁰ John Gray, *O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 66.

²¹ Cf. Luís de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 50-51.

verdadeira admiração pela hierarquia social e pelo poder musculado da Alemanha, fazendo desta monarquia imperial e ultra-conservadora a referência ideológica da futura Europa²².

A teorização produzida no campo liberal sobre a monarquia a restaurar comprova esta aproximação ao ideário conservador. Em primeiro lugar, pela recusa dos princípios abstractos, das «sociedades idealizadas», reafirmando o papel da tradição histórica, vista como «política experimental», na evolução das comunidades. Depois, pela defesa do princípio dinástico com um rei que dispusesse de soberania efectiva, partilhando com os sectores tradicionalistas o reforço claro dos poderes régios: «o rei reina e governa».

No campo da representação política reforçavam-se as bases do liberalismo censitário apoiado na existência de uma oligarquia, estribada no preceito da desigualdade social imposto pela Natureza. A representação orgânico-corporativa das classes sócio-profissionais aprofundava a dimensão antidemocrática deste liberalismo oligárquico, que entrevia nas formas avançadas de democracia a «reação plebeia contra os poderosos»²³.

O período que decorreu entre a Guerra e a instauração da Ditadura Militar, em 1926, ficou marcado pela profunda divisão doutrinária dentro da direita monárquica, entre os defensores de uma monarquia constitucional que tinha como referência a Carta de 1826 e os adeptos da monarquia tradicionalista que estabelecia a soberania nacional sem o direito contratual, o individualismo e o parlamento. Os debates e conflitos ideológicos provocaram o lento mas inexorável definhamento da corrente liberal. Uma das personalidades mais proeminentes deste sector, Luís de Magalhães, ainda resistiu, defendendo a tese do tradicionalismo da Carta Constitucional, isto é, apresentou o liberalismo como a nova tradição do século XX. A tese, muito importante para compreender a evolução do liberalismo monárquico, defendia que o conceito de soberania nacional e dos direitos individuais tinha origem na representação das antigas cortes régias, na forma de liberdades. Abjurada com o absolutismo, a

²² *Diário da Manhã*, n.º 54, 30-07-1914, p. 1: «A todos nós, latinos, esta política da Alemanha, ditada pelo mais sã patriotismo e pela compreensão inteligente dos seus interesses nacionais, dever-nos-ia servir de ensinamento e de estímulo. Nós desunimo-nos e batalhamos sobre ambições mesquinhas; ela, forte e consciente, rodeia a figura grandiosa do seu imperador, o chefe supremo do mais potente exército do mundo, que levanta como lema e grito de guerra a legenda seguinte [...] - Com Deus pelo Imperador e pela Pátria».

²³ Luís de Magalhães, in *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 63, 07-08-1914, p. 1; *Diário da Manhã*, ano 1, n.º 35, 05-07-1914, p. 1.

soberania nacional teria sido reposta pelas revoluções liberais e impunha-se desde então como um «facto histórico» irreversível²⁴.

Apesar deste esforço para avocar algumas das conquistas básicas do liberalismo, as novas tendências conservadoras tinham tomado conta da Causa Monárquica. D. Manuel defenderia em 1926 (Março) que «a monarquia do futuro tem de ser baseada sobre Deus e a religião, sobre a tradição, sobre a autoridade, sobre princípios e convicções, sobre a Ordem»²⁵. Estas afirmações reforçavam o campo antiliberal e antidemocrático numa época em que as novas gerações prescreviam o anti-individualismo e aceitavam com agrado os limites à liberdade, no pressuposto de que a liberdade sem limites se aproximava da desordem, mostrando-se por isso incompatível com o progresso social e moral. Já depois de instaurada a Ditadura Militar, os monárquicos de vários matizes, incluindo antigos liberais, defendiam que aquela era a «hora das ditaduras», pregando a eliminação do parlamento e advogando os governos de competências²⁶. O campo monárquico, militar e civil, constituiu parte significativa da base social de apoio à Ditadura Militar e ao Estado Novo, como já o tinha feito em relação às ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais²⁷. Em 1930, a Causa Monarquia, já então convertida ao ideário antiliberal, faria uma declaração pública a apoiar o espírito e a obra da Ditadura Militar²⁸.

Parece assim poder concluir-se que a evolução da direita monárquica se fez no sentido de uma ruptura ideológica e epistemológica com o campo liberal. A crítica e o revisionismo histórico protagonizados por leituras historiográficas produzidas por diferentes segmentos da direita monárquica neo-tradi-

²⁴ Leia-se Luís de Magalhães, *Tradicionalismo e Constitucionalismo: estudos de história e política nacional*, Porto, Chardron, 1927.

²⁵ *Correio da Manhã*, ano V, n.º 1722, 02-03-1926, p. 1. Afirmou ainda D. Manuel que «o regime parlamentar tal como existe faliu» e «a monarquia de 1910 não pode voltar».

²⁶ *Correio da Manhã*, n.º 1876, 05-08-1926: «A verdade, porém, é que hoje, todos admitem a pôr de parte o Parlamento, para que um governo, forte, bem intencionado, rodeado por competências, possa agir sem quaisquer embaraços. É bem a hora das ditaduras».

²⁷ São problemáticas que foram analisadas na dissertação supra referida.

²⁸ Cf. «Nota Oficiosa da Causa Monárquica sobre o Manifesto do Governo de 30 de Julho de 1930», in Leão Ascensão Ramos, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, Edições Gama, 1943, pp. 207-209. Apesar disso, muitos políticos monárquicos criticaram o Estado Novo e alguns viriam mesmo a combatê-lo.

cionalista²⁹ (como os integralistas, o grupo de Alfredo Pimenta e alguns oficiais que eram referência no exército, casos de Paiva Couceiro, Aires de Ornelas e João de Almeida) contribuíram para o reforço do ideário antiliberal e antidemocrático que se tornou dominante.

²⁹ Leia-se Paulo Archer de Carvalho, «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 18, Coimbra, Instituto de História das Ideias, 1996, pp. 231-243; Miguel Dias Santos, «O Mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico», in *Estudos do Século XX*, n.º 8, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2008, pp. 277-291.

Susana Serpa Silva

**O SIDONISMO NAS ILHAS DOS AÇORES
UMA ABORDAGEM À LUZ DA IMPRENSA PERIÓDICA MICAELENSE**

Introdução

Por entre as notícias avassaladoras sobre o decurso da Grande Guerra e os feitos da “frente portuguesa”, em França; a par das Cartas de Lisboa¹ que atestavam o clima de instabilidade social e política que o país atravessava, a imprensa micaelense fez eco do golpe sidonista de 5 Dezembro de 1917², com maior ou menor destaque, consoante a linha editorial dos periódicos.

O esforço de guerra, que dividira os portugueses em – “guerristas e anti-guerristas”, o desmesurado encargo financeiro que levou a alvites inusitados como o de se venderem colónias para se pagar as despesas da contenda³, em tempos em que a União Sul-Africana idealizava integrar no seu território a província de Moçambique, no todo ou em parte⁴, eram motivos de preocupação e descontentamento. Os actos eleitorais “corriam agitadosíssimos” em todo o

¹ Rubrica de *O Açoriano Oriental*, ano de 1917.

² Sobre a biografia de Sidónio Pais, o golpe revolucionário e suas consequências, bem como o apogeu, o declínio e a queda da República Nova, veja-se a tese publicada de Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*. Vol. 1. *História de uma vida*; Vol. 2. *História de um caso político*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

³ “Carta de Lisboa”, a propósito de notícias dos jornais *A Capital* e *O Século*, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.305, 17 de Novembro de 1917.

⁴ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.309, 15 de Dezembro de 1917.

continente, marcados pela violência e por recorrentes assaltos às urnas. A palavra crise estava na ordem do dia bem como o confronto político entre monárquicos e republicanos, cuja unidade há muito se exaurira⁵. O custo de vida em constante agravamento causticava a população, em geral, cada vez mais insatisfeita com a situação do país e as greves estudantis rematavam este inquietante quadro de efervescência sociopolítica. Daí as esperanças suscitadas pelo movimento revolucionário que derrubou, contra todas as probabilidades, o governo democrático de Afonso Costa. À partida tudo indicaria que se tratava de um clássico golpe militar, à semelhança de muitos outros anteriores que haviam falhado. Mas, desta vez, as expectativas do governo saíram goradas, pois a revolução triunfou⁶, configurando, como diria José Brandão, “o primeiro esboço da concepção fascista do Estado” em Portugal⁷. Desde logo, a legislação eleitoral que suscitou uma profunda modificação da Constituição de 1911, inspiraria o vindouro texto constitucional de 1933⁸. O golpe militar de 5 de Dezembro, apesar de fazer emergir um regime efémero e instável, acabaria por constituir uma experiência política significativa e premonitória.

1. O anúncio do golpe e as primeiras reacções

A notícia do golpe sidonista chegou aos Açores com algum atraso resultante da condição insular. Durante a I República, não obstante o avanço propiciado pelo telégrafo, os factos políticos nacionais eram, por vezes, actualizados à velocidade das viagens marítimas e com grande desfasamento entre as diversas localidades.

Em Vila Franca do Campo, em S. Miguel, somente a 22 de Dezembro, numa breve notícia de segunda ordem, foi dada a conhecer, confusamente, a

⁵ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.306, 24 de Novembro de 1917.

⁶ António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977, p. 133.

⁷ José Brandão, *Sidónio. “Ele tornará feito qualquer outro”, “Testemunhos Contemporâneos, 18”*, Lisboa, Alfa, 1990, p. 12. O Visconde de Porto Cruz também vinculou a acção política, ideológica e social sidonista “às raízes do fascismo”, uma vez que a República Nova teve projecção no 28 de Maio. Veja-se Visconde de Porto da Cruz, *Paixão e Morte de Sidónio*, Funchal, Tipografia Esperança, 1928, cit. por Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, *A Madeira e o Sidonismo*, Funchal, Governo Regional da Madeira / DRAC, 1983, p. 31.

⁸ Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 148.

revolução que rebentara em Lisboa⁹. Na Ribeira Grande, o jornal generalista *A Estrela Oriental*, que lutava com algumas limitações editoriais (meia folha), persistia na publicação de notícias sobre as festividades de época ou sobre questões associadas à Grande Guerra. Apenas a 12 de Janeiro de 1918 noticiava, com base no periódico *Portugal, Madeira e Açores*, a prisão de Afonso Costa no presídio da Trafaria¹⁰. Ao Nordeste, mais depressa chegaram as novas sobre a Revolução Russa, com destaque de primeira página¹¹, do que as do golpe de Dezembro, em Lisboa. Apenas a 31 de Janeiro de 1918, nas três colunas da primeira página, *O Nordestense* deu conta dos actos do governo de Sidónio Pais, na sequência de uma revolução que “escorraçou das cadeiras do poder essas aves de rapina que ali se empoleiraram há sete anos e estavam com desejos de tudo devorar”¹².

Já em Ponta Delgada, dez dias após o golpe sidonista, o jornal *O Açoriano Oriental*, deu conta do ocorrido em notícia intitulada “Queda do Ministério”¹³. O articulista justificava este atraso com o “sepulcral silêncio acerca de notícias políticas” sobre o movimento revolucionário comandado pelo major de artilharia, que diziam ser “um republicano de grande valor, muito bem orientado”¹⁴. Descritos os acontecimentos do parque Eduardo VII, rasgados elogios foram feitos a outro dos membros da Junta Revolucionária, a saber: Machado Santos, o verdadeiro “fundador da República”. Figura sobejamente conhecida, desde o seu exílio na ilha de S. Miguel, havia sido “sacrificada e ultrajada” pelos homens do poder que, na óptica do jornalista, deviam ter tido por ele “a maior adoração”.

Considerando o perfil dos principais responsáveis pelo golpe de Dezembro, o vaticínio era de que a república seria reposta “num caminho de ordem e de moralidade”. A renovada esperança de que o regime voltaria a pugnar pela liberdade e tolerância, colhendo as simpatias populares, não só era manifestada na notícia deste jornal, como havia sido propalada por um impresso anónimo, distribuído pela cidade. Todavia, se para uns, o ensejo era de uma nova República com “verdadeiros republicanos”, para outros a hora era de nostalgia, isto

⁹ *O Autónimo*, nº 972, 22 de Dezembro de 1917.

¹⁰ *A Estrela Oriental*, 2ª Série, nº 2, 12 de Janeiro de 1918.

¹¹ *O Nordestense*, nº 219, 21 de Janeiro de 1918.

¹² *O Nordestense*, nº 220, 31 de Janeiro de 1918.

¹³ Artigo em duas colunas, assinado por Ruy Moraes, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.309, 15 de Dezembro de 1917.

¹⁴ Idem.

é, de certo revivalismo monárquico. Alguns periódicos micalenses, como o *Ecos do Norte* da Ribeira Grande, não disfarçaram mesmo algum saudosismo face à velha Monarquia, criticando os injustos sarcasmos contra o rei e a coroa proclamados pelos políticos republicanos, estadistas de minúscula envergadura e de duvidoso crédito¹⁵.

Mais prudente afigurava-se o discurso do correspondente de Lisboa de *O Açoriano Oriental*. Primeiro, havia que esclarecer que a revolução de 5 de Dezembro fora mais sanguinária e mortífera do que se podia supor, ainda que muitos dos civis mortos tenham sido vítimas da sua falta de cuidado. Segundo, levantava-se uma “interrogação tétrica, mas muito intuitiva”: o que resultaria de tudo aquilo? Sendo certo que uma boa parte do país saíra agradado com a reviravolta, especialmente por se dizer que não iriam mais tropas para França, mas sim para África, na realidade pairava uma enorme expectativa quanto ao rumo da política nacional e das próximas negociações de paz que se previam ou esperavam para breve¹⁶.

De um modo geral, podemos afirmar que a imprensa açoriana foi favorável ao golpe de Dezembro. A de cariz conservador e católico, não deixou de se regozijar com a queda de Afonso Costa. Muito mais do que qualquer entusiasmo face ao rumo político, denotava-se a satisfação pelo justo afastamento e prisão do maior inimigo da Igreja e do povo, do verdadeiro “criminoso revolucionário, louco e infeliz”¹⁷ que a história marcaria com o ferrete da ignomínia. Alguns articulistas, de forma veemente e apaixonada, não se coibiram de comparar os anteriores governos democráticos ao jacobinismo revolucionário francês, configurado no partido montanhês dos demagogos e sanguinários Danton, Robespierre e Marat¹⁸. Muita da legislação republicana, em especial a de matriz laica e anti-clerical, acrescida pelos sobressaltos da instabilidade do regime, mereciam agora a mais contundente ironia e repúdio por parte do jornalismo católico¹⁹. Para esta facção da opinião pública regional, o golpe sidonista tinha agradado “à maioria da nação”, porque escorraçara do poder o democratismo

¹⁵ “Ecos & Notícias”, in *Ecos do Norte*, nº 79, 26 de Janeiro de 1918. Veja-se também “Messianismo Republicano”, in *Ecos do Norte*, nº 84, 2 de Março de 1918.

¹⁶ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.313, 12 de Janeiro de 1918.

¹⁷ “A Queda do ídolo!”, in *O Autônomico*, nº 973, 29 de Dezembro de 1917.

¹⁸ “Abaixo o radicalismo, a opressão e a tirania! Abaixo o demagogismo!”, in *O Autônomico*, nº 934, 28 de Março de 1918.

¹⁹ Veja-se *O Autônomico*, nº 975, 12 de Janeiro de 1918 e nº 979, 9 de Fevereiro de 1918.

que oprimia o país e fora responsável pelo envio dos “melhores braços” de Portugal para a frente de guerra²⁰.

Pelo mesmo motivo, o órgão do micalense Centro Socialista “Antero de Quental”, intitulado *O Protesto*, também manifestou satisfação pelo golpe de estado. Manifestamente anti-guerrista e, por isso, adverso à política de Afonso Costa, congratulava-se com o afastamento de um governo tido como prepotente e esbanjador, aplaudindo a “promessa de vida-nova” que parecia oferecer um novo rumo político²¹. Este jornal, reaparecido 16 de Novembro de 1916 e que se assumia como mensageiro da equidade e da justiça e base de propaganda da ideologia favorável à República Social²², havia sido suspenso por ordem do governo democrático. Logo, só podia apoiar o afastamento dos vencidos “pela razão, pelo direito, pela justiça, que armou e fortaleceu esses heróicos revolucionários que acaba[vam] de derrubar tal poder”, tão nefasto aos interesses do país.

Como refere Carlos Cordeiro, mesmo a nível nacional, uma parte dos socialistas apoiavam Sidónio, enquanto outra parte se mantinha na reserva. Por isso a tática socialista, a nível local, passaria por uma aceitação do regresso à vida pública por parte dos ditos conservadores²³. Afinal, como nota António José Telo, a vitória de Sidónio Pais – um ilustre desconhecido – devera-se, em grande parte, ao “vasto leque de classes que, pouco a pouco, tinham vindo passando para a oposição ao ‘partido da guerra’, formando um conjunto extremamente heterogêneo de forças, com uma coisa muito simples a uni-las: o desejo de derrubar o governo Democrático”²⁴.

Pelo contrário, os jornais republicanos como *A Pátria*, surgido apenas a 6 de Junho de 1918 e ostentando, ao centro da primeira página, a fotografia de Afonso Costa, insurgiram-se contra a “aventura de Dezembro” que empurrara até ao cume do poder “a incompetência e a megalomania, a personificação da traição e dos ódios inferiores”. Numa clara alusão à repressão que então se

²⁰ *O Autónimo*, nº 976, 19 de Janeiro de 1918.

²¹ “Reaparecemos”, in *O Protesto*, nº 26, 21 de Dezembro de 1917.

²² Ver Editorial e Programa do Partido Socialista Português, in *O Protesto*, nº 1, 16 de Novembro de 1916. Este bi-mensário, dirigido por Manuel Augusto César, seria suspenso após 15 de Novembro de 1917, por ordem governamental, devido a um artigo intitulado “Maldita Guerra”, alegando-se os “superiores interesses da Pátria e do Regime”. Ver nº 26, 21 de Dezembro de 1917.

²³ Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 199, pp. 70-72.

²⁴ António José Telo, *ob. cit.*, p. 134.

fazia sentir (e que recairia sobre o próprio)²⁵, defendia que a fé republicana só podia repudiar as inauditas violências canalizadas contra os cidadãos e as colectividades da verdadeira república. *A Pátria*, apresentava-se como o órgão do Partido Republicano Português, na sua facção democrática, demarcando-se, pois, do cesarismo e despotismo monárquico governamentais, em total solidariedade com o periódico *O Repórter*²⁶ que havia sido tiranicamente suspenso, em 1917, por ordem de Machado Santos²⁷.

Muito menos adversos foram os jornalistas do diário *A República*, afecto aos unionistas de Brito Camacho²⁸ e, por consequência, há muito críticos e opositores do governo de Afonso Costa²⁹. Impetuosamente, e em letras garra-fais, saudaram “A República Victoriosa” saída do movimento revolucionário triunfante! A entrada do sidonismo³⁰ afigurava-se como sinónimo da restituição do espírito de liberdade, igualdade e tolerância acalentados a 5 de Outubro de 1910. Fixados ao centro do espectro republicano, condenavam os dois escolhos do regime: a demagogia da esquerda e a reacção monárquica da direita. Assim, uma vida nova ia começar, liderada por um oficial de artilharia, lente catedrático da Universidade de Coimbra, cujo perfil³¹ não se coíbiam de enaltecer³². O

²⁵ O jornal *A Pátria* também seria apreendido, segundo o Governador Civil, ao abrigo da Lei de 9 de Julho de 1912, publicada no *Diário do Governo*, nº 164, de 15 do mesmo mês, e vigente por força do Decreto nº 4052 ou 62, de 13 de Abril de 1918. BPARPD – FGCPD, Livro 444, *Correspondência Expedida (2ª Secção) para Diversas Autoridades e Pessoas*, Ofício 320, 30 de Agosto de 1918, fl. 312.

²⁶ Periódico publicado em Ponta Delgada entre 1896 e 1917.

²⁷ Mota Vieira, “Viva a República!”, in *A Pátria*, nº 1, 6 de Junho de 1918. Era director do novo órgão republicano o Dr. António Franco, chefe do PRP em Ponta Delgada.

²⁸ Alguns artigos da lavra de Brito Camacho chegam a ser publicados neste jornal. Por exemplo: nº 2.040, 24 de Janeiro de 1918 ou nº 2.046, 31 de Janeiro de 1918.

²⁹ Veja-se José Barbosa, “Mortos!”, in *A República*, nº 1.940, 22 de Setembro de 1917.

³⁰ Vejam-se as notícias detalhadas sobre “A Revolução de 5 de Dezembro”, in *A República*, nº 2.026, 8 de Janeiro de 1918; nº 2.028, 9 de Janeiro de 1918; “A Situação”, nº 2.030, 12 de Janeiro de 1918 e ss.

³¹ Com base em jornais do continente “Sidonio Pais”, in *A República*, nº 2.034, 17 de Janeiro de 1918.

³² *A República*, nº 2.005, 11 de Dezembro de 1917.

novo ministério, com forte participação unionista, seria saudado pelo seu elenco de “comprovados republicanos”, claro!³³.

Nos finais de Janeiro de 1918, o Sidonismo continuava a afigurar-se, para muitos editorialistas micaelenses, como o feliz “vendaval” que limpava “a atmosfera política portuguesa de certos micróbios que a viciaram”³⁴. Por isso, os primórdios da nova república foram também um período de ajuste de contas com o denominado “governo da demagogia”, sobre o qual pesaram as mais graves acusações³⁵. Nas páginas de alguns periódicos estampavam-se os escândalos financeiros atribuídos aos governos anteriores, e transcritos de alguma imprensa continental, com o intuito de comprovar a danosa administração de Afonso Costa e o modo como, no tempo dos democratas, o país estivera a “saque”. Dezasseis contos por dia, – dizia-se – era quanto gastava o governo anterior, sustentando assim uma autêntica praga de “formiga branca”³⁶. Alardeava-se, com sensacionalismo, os esbanjamentos, as falcatruas e os latrocínios operados, nas repartições públicas, pelo governo que a revolução apeara e que, ao que tudo indicava, eram bem mais graves do que os mais pessimistas podiam prever. Das quantias destinadas à esposa de Afonso Costa, às pratas da casa real encontradas na residência do casal, por ocasião do assalto, tudo se descriminava com vista a desacreditar os anteriores governantes³⁷. Por consequência, louvava-se a intervenção sidonista, pela firmeza dos seus princípios políticos dedicados “à causa da libertação da Pátria”³⁸.

A par do sensacionalismo, e como é habitual em períodos de rápidas mudanças propiciadas por revoluções ou golpes de estado, a onda de boatos propagou-se rapidamente. O “corre como certo” também assumiu foros jornalísticos, alardeando alguma imprensa que determinados ministros depositos viriam residir para a ilha de S. Miguel³⁹. Entre eles, o próprio Afonso Costa,

³³ “Notas biográficas. O Novo Ministério”, in *A República*, nº 2.009, 15 de Dezembro de 1918.

³⁴ “Tinha que ser...”, editorial assinado por José de Sousa Calouro, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.315, 26 de Janeiro de 1918.

³⁵ “Crónica. Cartas de Lisboa”, in *A República*, nº 2.024, 5 de Janeiro de 1918.

³⁶ Veja-se, por exemplo, *O Autónimo* (ex. nº 983).

³⁷ *Ecos do Norte*, nº 77, 12 de Janeiro de 1918.

³⁸ Rui Morais, “O Actual Governo”, in *O Autónimo*, nº 978, 2 de Fevereiro de 1918.

³⁹ Circularam boatos de que Afonso Costa iria ser degredado para a ilha Terceira ou para as ilhas de Cabo Verde. *Ecos do Norte*, nº 75, 29 de Dezembro de 1917.

político não muito grato à linha do jornal *O Açoriano Oriental*. Todavia, porque errar é humano e difícil era encontrar quem “endireite o que está torto”, apelava-se à tolerância e generosidade⁴⁰. Por outro lado, aventavam-se grandes surpresas, especialmente conduzidas pela mão de Machado Santos, que se dizia ser um grande amigo de S. Miguel e dos micalenses. Previa-se a formação de um centro machadista, augurando-se até a sua possível união aos autonomistas, como garantia de uma futura e retumbante vitória eleitoral⁴¹. Seria a desforra do “herói da Rotunda” que, na óptica socialista, era o patriota honrado e o verdadeiro republicano-socialista⁴².

Enquanto a notícia da contra-revolução de Janeiro de 1918, promovida pela marinha de guerra,⁴³ chegou à imprensa insular como facto consumado e já ultrapassado, a *vox populi* persistia no “diz-se que se diz” próprio da insegurança e da instabilidade. Não obstante, o novo governo colhia simpatias e aclamações que pareciam cimentar a sua consolidação. O clima de aprovação e de confiança, que caracterizou a primeira fase do sidonismo, prosseguia especialmente consubstanciado pelas alas conservadoras⁴⁴. Também a Madeira aderiu prontamente à revolução. “Nos jornais operários, republicanos, monárquicos e independentes, transparece[u] uma atitude de esperança na ‘República Nova’”⁴⁵.

Porque a revolução de Dezembro traduzira, em parte, o sentimento popular, por todo o país os novos governantes eram freneticamente aclamados⁴⁶. As medidas preliminares do governo haviam sido bem acolhidas⁴⁷, o que não impedia, porém, por parte dos mais cautelosos, alguma desconfiança face a um executivo apoiado apenas nas forças armadas, o que era o oposto de um governo constitucional, legitimado por um acto eleitoral. No olhar da opinião

⁴⁰ “Ministros depostos”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.311, 29 de Dezembro de 1917.

⁴¹ Ruy Morais, “Carta de Ponta Delgada”, in *O Autónimoico*, nº 976, 19 de Janeiro de 1918.

⁴² Ruy Morais, “Machado dos Santos”, in *O Protesto*, nº 29, 31 de Janeiro de 1918.

⁴³ Foram 340 os marinheiros do cruzador *Vasco da Gama* que, por se terem envolvido nesta revolta, seguiram para África Oriental, sem terem sido julgados em conselho de guerra. “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.320, 2 de Março de 1918.

⁴⁴ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.315, 26 de Janeiro de 1918.

⁴⁵ Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, *ob. cit.*, p. 57.

⁴⁶ Rui Morais, “O Actual Governo”, in *O Autónimoico*, nº 978, 2 de Fevereiro de 1918.

⁴⁷ “Proclamação do Actual Governo”, in *A República*, nº 2.026, 6 de Janeiro de 1918.

pública insular perspectivavam-se graves responsabilidades sobre o novo ministério de quem, pelo benefício da dúvida, se esperava a salvação da pátria, mergulhada numa profunda crise económico-financeira. O momento era de grandes incertezas e receios, em especial para os açorianos cientes de que a sua autonomia era demasiado restrita e sujeita às pressões do poder central⁴⁸. Mas, a hora era também de oportunidade para tirar partido da anunciada revisão constitucional, a favor de descentralização da administração pública, cuja reforma era do maior interesse para o arquipélago, em geral, e os funcionários públicos, em particular⁴⁹.

2. O apogeu do Sidonismo e os Açores

Nos Açores, o início do período sidonista foi marcado pelo aparecimento do denominado “Partido Regionalista” do distrito de Ponta Delgada, cuja designação ilustra, aliás, todo o movimento que se fez sentir no arquipélago, ao longo dos anos 20, no sentido da exaltação e defesa da identidade, da cultura e dos interesses das ilhas açorianas. A nova força política – cujos protagonistas, significado e programa já foram devidamente estudados por Carlos Cordeiro⁵⁰ – procurava ser uma garantia quanto à boa administração insular (micalense, em particular) tão necessária “naquele momento porque passa[va] a nacionalidade portuguesa”⁵¹. As tendências conservadoras do governo central ecoavam assim no limitado campo político micalense, dado que a configuração do novo círculo partidário conotavam-no com uma força de direita⁵². Para o núcleo de autonomistas, ainda bem vivo, por exemplo, no concelho de Vila Franca do Campo, este era olhado como o “há muito almejado” e necessário Partido Autonomista, que se destinaria, como defensor do regionalismo, a sal-

⁴⁸ “Tinha que ser ...” cit.

⁴⁹ *O Autónimo*, nº 980, 16 de Fevereiro de 1918.

⁵⁰ Cf. Carlos Cordeiro, *ob. cit.*, pp. 67-101.

⁵¹ A comissão do novo partido era composta por: presidente, José Maria Raposo d’Amaral; relator, Aristides Moreira da Mota; Conde de Albuquerque, Gil Mont’Alverne de Sequeira, Luis d’Ataíde Corte Real da Silveira Estrela, Luís Betten-court de Medeiros e Câmara; secretário, Francisco de Carvalhal. “Partido Regionalista, do distrito de P. Delgada”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.314, 19 de Janeiro de 1918.

⁵² “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.315, 26 de Janeiro de 1918.

vaguardar os valores do catolicismo e da livre consciência⁵³. Voltava, portanto, ao prelo a questão da autonomia administrativa, num ensejo, acarinhado por muita da imprensa local, de apologia da doutrina descentralizadora⁵⁴.

Na óptica da oposição democrática republicana o novo partido político não passava de um agrupamento dos monárquicos realistas da terra – mistura de antigos progressistas, franquistas e nacionalistas – pela mera ambição de monopolizarem os cargos administrativos locais⁵⁵. Curiosamente, para o Centro Socialista o novo partido, necessário ao meio micalense pelo programa que propunha, mereceu um forte aplauso não só pela convergência de objectivos em prol da administração insular, como pela exaltação das autonomias por tenderem sempre “para o bem do povo” ao traduzir as aspirações do mesmo⁵⁶.

Afinal, qual era o espectro político-partidário de então?

- “– Sidonistas, simpatizantes do presidencialismo americano
- Machadistas, admiradores do fundador das duas Repúblicas: a velha e a nova
- Socialistas, amantes dos novos ideais em prol da nação proletária
- Democráticos, seguidores de Afonso Costa
- Unionistas, apoiantes de Brito Camacho
- Almeidistas, correligionários de António José de Almeida
- Monárquicos, saudosistas e nostálgicos
- Integralistas, afectos à trilogia Deus, Pátria e Rei
- Regionalistas, conservadores simpatizantes da monarquia”⁵⁷.

Entretanto, notícias da capital asseguravam o retorno da serenidade política ao país, após a triunfante visita de Sidónio Pais à cidade do Porto⁵⁸. A propaganda, veiculada pelo próprio chefe do governo, prosseguia por todo o território nacional com o fim de contribuir para a “união da família portu-

⁵³ Paulo Relvas, “Um Programa”, in *O Autónimo*, nº 976, 19 de Janeiro de 1918.

⁵⁴ Aires Jácome Correia, “Autonomia Administrativa”, in *Ecos do Norte*, nº 81, 9 de Fevereiro de 1918. Ver números seguintes.

⁵⁵ Rochefoso, “Aspectos Vários – Regionalismo”, in *A Pátria*, nº 13, 29 de Agosto de 1918.

⁵⁶ “Partido Regionalista do Distrito de Ponta Delgada”, in *O Protesto*, nº 29, 31 de Janeiro de 1918.

⁵⁷ “Sob a lente da critica...”, in *O Protesto*, nº 45, 30 de Setembro de 1918.

⁵⁸ “Viagem Triunfal. Afirmacões Republicanas”, in *A República*, nº 2.045, 30 de Janeiro de 1918.

guesa”⁵⁹. Os discursos de Sidónio, de pendor conciliatório e tolerante, a favor da competência e do mérito, em detrimento do facciosismo político, eram tidos pelos seus simpatizantes como indicadores de boa vontade e não apenas como uma forma de legitimar o apoio que lhe era concedido pela esmagadora maioria dos monárquicos⁶⁰. Além disso, o presidencialismo sidonista não se coadunava com a pluralidade partidária, bastando ao partido “único” a exaltação da figura do presidente, cujo crescente prestígio e carisma atestavam essa característica do regime. “A promoção da figura de Sidónio e das suas ‘qualidades’ era assim de uma importância fundamental para o sistema constitucional que se pretendia montar”⁶¹. Como explica Armando Malheiro da Silva, a própria personalidade de Sidónio concitava o desejo de conciliação ao invés da ruptura, bem como uma postura dupla de cidadão/soldado, majestática e teatral, certamente por vaidade, mas mais ainda “por espírito de missão e pelo seu entendimento passional das funções institucionais em que se vira investido”⁶².

Sob a égide do patriotismo anunciavam-se as eleições para a Presidência da República e também para os lugares de deputados e senadores, na linha do modelo político norte-americano. A nova República presidencialista, renunciando o enfraquecimento da democracia parlamentar, assumia-se como a alternativa única e possível aos anteriores desacertos de Afonso Costa. Reagiam alguns partidos (os republicanos democratas e os socialistas); acomodava-se a demais nação, exaurida pelas adversidades da conjuntura nacional e internacional ou talvez rendida ao demagógico ideário da República Nova, que repousava na profunda reforma dos costumes políticos, na justiça da governação, na igualdade dos cidadãos, unidos em torno da pátria comum⁶³. Precisamente a Lei Eleitoral nº 3.997 foi fazendo emergir as secessões e as primeiras críticas entre os grupos que, inicialmente, haviam acalentado esperanças na revolução⁶⁴ e que agora não aceitavam, nem compreendiam, os princípios de organização corporativista e muito menos o sufrágio universal masculino que poderia inquinar o republicanismo pela sobreposição do tradicionalista voto

⁵⁹ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.320, 2 de Março de 1918.

⁶⁰ “Ecos” – “Palavras Nobres”, in *O Autónimo*, nº 979, 9 de Fevereiro de 1918.

⁶¹ Veja-se António José Telo, *ob. cit.*, pp. 152-153.

⁶² Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 26.

⁶³ Veja o esboço de um elucidativo discurso de Sidónio Pais transcrito por Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 73-74.

⁶⁴ Cf. Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, *ob. cit.*, pp. 63-64.

rural em relação ao progressista voto urbano⁶⁵. Antes, porém, da controversa problemática do sufrágio, outras dificuldades se avolumaram, em especial, nas ilhas onde assumiram foros de grande gravidade. Referimo-nos à questão das subsistências.

Se por inícios de Março de 1918, Lisboa achava-se abastecida de trigo⁶⁶, nos Açores, a mesma insularidade que apartava os ilhéus do teatro político nacional, agudizava a crise de subsistências, avultada pelo açambarcamento e pela especulação⁶⁷. “O isolamento e a dependência do exterior, agravados pela conjuntura de guerra – a ausência de transportes, a falta de géneros, o encarecimento de produtos, o desemprego, a ameaça da fome...” eram problemas acutilantes que ocupavam “lugar primeiro na escala das preocupações”⁶⁸, tanto de açorianos, como de madeirenses.

Na ilha de S. Miguel, por finais de Fevereiro, tumultos populares haviam-se desencadeado em Vila Franca do Campo e também na Povoação, na sequência da carestia de alimentos e de artigos de vestuário⁶⁹. As insurreições acabariam por alastrar-se à vila da Lagoa, saindo a população às ruas ao som dos tradicionais toques de búzios. O confronto entre civis e militares acabou por redundar em duas mortes e vários feridos⁷⁰.

Os descontentamentos insulares relativos aos entraves impostos à administração local voltariam a recrudescer dadas as circunstâncias desfavoráveis e as constantes e perniciosas alterações do governo central. A instabilidade política nacional era, pois, para a elite política micaelense, o ensejo para novas/velhas reivindicações⁷¹. Ainda para mais, a instalação da base naval “da

⁶⁵ Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, pp. 143 e 148 e ss.

⁶⁶ “Ecos” – “Palavras Nobres”, in *O Autónimo*, nº 979, 9 de Fevereiro de 1918.

⁶⁷ “Primeiro, nós”, in *Ecos do Norte*, nº 77, 12 de Janeiro de 1918.

⁶⁸ Fátima Freitas Gomes e Nelson Veríssimo, *ob. cit.*, pp. 83 e ss.

⁶⁹ O envio de força militar para Vila Franca do Campo, mais propriamente de 60 praças destinados a manter a ordem pública, deu-se por intermédio do “alto favor” concedido pelo almirante Dunn – responsável pelas tropas americanas estacionadas em P. Delgada – que cedeu alguns “camions” para o transporte dos soldados. Além deste relevante contributo, o referido almirante ainda cedeu algumas toneladas de farinhas americanas para suprir as faltas de abastecimento local. BPARPD – FGCPD, Livro 444, *Correspondência Expedida (2ª Secção) para Diversas Autoridades e Pessoas*, Ofício 41, 20 de Fevereiro de 1918, fl. 113.

⁷⁰ “Graves Sucessos”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.320, 2 de Março de 1918.

⁷¹ Aires Jácome Correia, “As Autoridades Administrativas e o Governo Central”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.321, 9 de Março de 1918.

grande República dos Estados Unidos da América do Norte” na cidade de Ponta Delgada, tornava-se num facto de capital importância para os micalenses. A opinião pública vaticinava, por esta circunstância, um futuro mais próspero pelo eventual crescimento das relações comerciais com os americanos, não obstante a pequenez do arquipélago que, ainda assim, despertava a cobiça de diferentes nações⁷², servindo mesmo de plataforma negocial entre Portugal e os seus aliados. Se o reconhecimento do papel estratégico dos Açores era inevitável, havendo mesmo a constante necessidade de reforçar a soberania portuguesa no arquipélago, no entanto, sobressaía, nas palavras de Malheiro da Silva “a maneira provocatória como os paladinos do regionalismo açoriano lançavam sobre Lisboa a sua americanofilia”⁷³.

Sem ignorar estas condicionantes, bem como as movimentações do Almirante Dunn, em Ponta Delgada; tentando acompanhar as teias urdidas nos bastidores das relações internacionais, o triunfante Sidónio Pais continuava a marcar a agenda política nacional. Aos Açores chegavam os ecos da sua estrondosa viagem, desta vez, ao sul do país. Não obstante as remodelações ministeriais, dizia-se que o governo continuava forte e prolixo na sua intervenção legislativa. O modelo presidencialista representava uma novidade em Portugal que parecia não ensombrar o entusiasmo popular em torno do dito “Presidente-Rei” que, pela sua figura e carisma pessoal, ia assumindo uma imagem messiânica ou sebastianista, como refere Oliveira Marques⁷⁴. As cisões camachistas e a formação do bloco republicano afiguravam-se quase irrelevantes perante a certeza da eleição de Sidónio como presidente. Os elementos dissonantes, que atestavam o mal estar do país real, assentavam nas inúmeras greves, na crise das subsistências e nos contínuos boatos de novas tramas revolucionárias⁷⁵. Logo em Abril de 1918, na sequência de uma denúncia anónima, eram presos os primeiros suspeitos de fazerem parte de um “complot” para assassinar o futuro presidente, ainda que nada se tenha conseguido provar⁷⁶.

⁷² José de Souza Calouro, “A nossa terra valorizada”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.326, 13 de Abril de 1918.

⁷³ Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 59.

⁷⁴ Cf. José Brandão, *ob. cit.* e Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*. Vol. XI, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, dir., *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 718.

⁷⁵ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.323, 23 de Março de 1918.

⁷⁶ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.325, 6 de Abril de 1918.

A imagem proporcionada pela correspondência que, entretanto, chegava à imprensa das ilhas, era de que a política portuguesa se ia tornando um “imbróglio”. Os jornais partidários discutiam o modelo presidencialista; outros condenavam abertamente a política do governo e o Sidonismo circunscrevia-se, cada vez mais, ao apoio de monárquicos e católicos⁷⁷. Aproximavam-se as eleições de 28 de Abril e o editorial de *O Açoriano Oriental* emprestou-lhes grande destaque enaltecendo, desde logo, o seu carácter de sufrágio universal masculino:

“o sufrágio universal é a formula mais democrática que se conhece, consentânea com a razão e com a justiça, porquanto é o povo que sanciona genuinamente com o seu voto os candidatos que lhe merecerem maior confiança. Para isto é mister não haver subornos; as eleições livres e sem coações de nenhuma espécie é tudo quanto de mais nobre haverá”⁷⁸.

A crítica do editorialista incidiu então sobre o clima de “terrorismo sufocante” que se vivia no país, com a difusão de boatos e insinuações que auguravam um “terrível desfecho”. O excesso de actos eleitorais, com curtíssimos intervalos mensais, era o erro político que minava, pela saturação, o povo português, mergulhando toda a nação num mal estar contínuo. Era por isso que, no estrangeiro, Portugal era visto como um país eleioeiro e truculento, à semelhança do México! A última réstia de esperança estava, pois, neste novo acto eleitoral: a nível nacional, esperava-se que com ele se marcasse o epílogo da degradante instabilidade da república; a nível local, que os novos representantes do distrito soubessem tirar os devidos dividendos, em prol dos interesses insulares⁷⁹. Enquanto o Partido Regionalista (cujos deputados e senadores foram efectivamente eleitos) comprometia o seu voto em Sidónio Pais; o

⁷⁷ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.327, 20 de Abril de 1918.

⁷⁸ José de Sousa Calouro, “Eleições”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.328, 27 de Abril de 1918.

⁷⁹ Candidatos a deputados e senadores pelo círculo de Ponta Delgada: deputados – Partido Regionalista, José Jacinto d’Andrade Albuquerque, Duarte Manuel d’Andrade Albuquerque e António Hintze Ribeiro; Partido Socialista, Alfredo Augusto Canelas e Júlio Silva. Para senadores pela Madeira e Açores (uma só província, segundo o decreto eleitoral) – Adolfo Augusto Batista Ramires e Alberto Correia Pinto d’Almeida, ambos professores do Instituto de Agronomia. “Candidatos a Deputados e Senadores”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.328, 27 de Abril de 1918. Veja-se também *O Protesto*, nº 33, 30 de Março de 1918.

Partido Socialista Micaelense, que à semelhança do continente concorria somente à eleição de deputados, deu liberdade de acção aos seus membros⁸⁰.

Para a ala unionista republicana a abstenção foi a palavra de ordem. Este foi o meio mais eficaz de protesto dos unionistas, evolucionistas e democráticos contra o que consideravam ser o “imperialismo” de Sidónio. Recrudescia, assim, a incompreensão e o protesto quanto aos objectivos do sidonismo. A legitimidade do acto eleitoral era posta em causa e o perigo monárquico voltava a ensombrar os destinos da política nacional. Sidónio Pais deixava-se arrastar pela incongruência, resultante da escassez de apoios, o que era desfavorável ao novo regime⁸¹. Estaria a desenhar-se uma República sem republicanos? Como validar um sufrágio universal mediante uma população maioritariamente analfabeta⁸²? Mesmo alguma imprensa localista, sem grande expressão, manifestava preocupações quanto à americanização do novo regime português. Como poderia um país de 6 milhões de habitantes, dos quais 4 milhões eram analfabetos, adoptar um sistema de um país muito mais desenvolvido? Estaríamos em condições de nos compararmos com outras grandes nações onde se valorizavam competências e não interesses pessoais?⁸³ Aparentemente, mesmo em pequenas localidades insulares, o descrédito face aos políticos e aos actos eleitorais tornara-se uma realidade para a opinião pública.

As posições iam-se extremando. Segundo a imprensa micaelense conservadora, o novo acto eleitoral exigia o maior cuidado e interesse para que não se perpetuasse a burla anterior. O facto de se esperar, dos novos deputados, a revisão da constituição e dos decretos arbitrários da anterior governação, obrigava a que os novos representantes da nação advogassem a defesa da consciência portuguesa. Por outras palavras, respeitassem a religião e a moral vigentes. A confiança, pois, no Partido Regionalista resultava, assim, da crença que os seus membros eram todos profundamente católicos⁸⁴. Já para a imprensa da oposição, as eleições de Abril não passavam de uma farsa, na qual até se havia convidado os analfabetos a votarem no “Senhor Dom Sidónio Pais”⁸⁵. A hora

⁸⁰ Ibidem. Veja-se também *O Protesto*, nº 35, 27 de Abril de 1918.

⁸¹ “Abstenção Eleitoral”, in *A República*, nº 2.103, 12 de Abril de 1918.

⁸² “As Eleições”, in *A República*, nº 2.105, 14 de Abril de 1918.

⁸³ *O Nordestense*, nº 225, 21 de Março de 1918.

⁸⁴ Paulo Relvas, “Os Deputados d’Amanhã”, in *O Autónimo*, nº 938, 20 de Abril de 1918.

⁸⁵ “Ecos”, in *A Pátria*, nº 1, 6 de Junho de 1918.

era a de todas as traições, protagonizadas por um republicano “estragado pelos ares de Berlim”. O que esperava o povo de um governo que nem seria republicano, porque se afastava dos “programas de governo à republicana”, nem podia ser monárquico, por uma questão de decência e pudor?⁸⁶

Consumada a eleição de Sidónio Pais, emerge a República Nova, “à moda americana”⁸⁷. Todavia, enquanto a celebração dos 134 anos da República dos EUA viria a merecer o maior relevo por parte da imprensa oposicionista, a notícia da anterior eleição do novel Presidente da República não beneficiou de qualquer destaque jornalístico, mesmo por parte da imprensa de tendência conservadora, porque mais atreita às questões de directo interesse insular. 500 mil votos elegeram Sidónio Pais, assegurando o governo a maioria parlamentar, onde se destacavam monárquicos e católicos e um único deputado socialista, eleito por S. Tomé e Príncipe⁸⁸. Porém, ecoavam já nos nossos jornais – segundo “autorizadas opiniões” parlamentares – que o dito parlamento não iria além de Setembro. O intuito, dizia-se, era o de fazer aprovar a Constituição para depois o presidente pedir um voto de confiança e governar em ditadura. Adivinhavam-se, portanto, dias difíceis alvitando-se até a hipótese de o peso da ala conservadora criar novas formas de obstrucção a várias conquistas da república, entre elas a Lei da Separação. A indignação da oposição face ao reconhecimento internacional do novo chefe de estado atestava o clima de tensão então vivido, ainda que os sidonistas entendessem estar salvaguardada a República Nova⁸⁹, desencadeando, sempre que possível, autênticas acções de propaganda.

A notícia do regresso massivo dos militares sobreviventes da frente francesa circulou na imprensa insular, com grande destaque para a visita que o Presidente-Rei efectuou a bordo dos cruzadores “Pedro Nunes” e “Gil Eanes”. Foi realçado o solícito interesse do presidente, junto do exército, num momento de exaltação patriótica, com vivas lançados a Portugal, ao novo regime e aos aliados, seguidos por um vigoroso “morra a Alemanha!”⁹⁰. Tudo isto procurava escamotear o abandono a que tinham sido votadas as tropas do CEP e que ditou, em parte, o desastre de La Lys. Apenas os jornais da oposição, como *A Pátria*, aludiam, a miúdo, à influência da *Germânia Mater* sobre a alma do

⁸⁶ Satam, “Comparando”, in *A Pátria*, nº 2, 13 de Junho de 1918.

⁸⁷ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.330, 11 de Maio de 1918.

⁸⁸ O deputado eleito por S. Tomé e Príncipe foi o Dr. João de Castro. *O Protesto*, nº 37, 31 de Maio de 1918.

⁸⁹ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.333, 1 de Junho de 1918.

⁹⁰ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.331, 18 de Maio de 1918.

“cavalheiroso e aguerrido senhor feudal”⁹¹. As acusações de germanofilia que pendiam sobre o novo governo, na sequência de ponderosas suspeitas motivadas pela estada de Sidónio em Berlim, pareciam comprovadas pela tomada de determinadas atitudes. Não obstante, para Malheiro da Silva esta leitura dos factos tem-se mantido “porque os historiadores ainda não superaram as premissas viciadas do discurso político esgrimido na época, tendendo a confundir neutralidade com defectismo e germanofilia. Confusão habilmente utilizada pelos anti-sidonistas na sua campanha de descrédito interno e externo”⁹².

É na linha deste aproveitamento político que a crítica acutilante e irónica ia-se tornando uma constante nas páginas dos jornais adversos, que em algumas rubricas transcreviam iguais sátiras ou ataques desferidos pelos homólogos continentais ou insulares, como por exemplo: o lisboeta *O Mundo* ou *O Democrata*, de Angra do Heroísmo. Por outro lado, os confrontos de Mota Vieira, pel’*A Pátria* com os jornalistas de *O Autónómico* ou com alguns articulistas de *O Açoriano Oriental* chegavam às vias do insulto, pelas aguçadas divergências políticas.

Por meados de Junho, a imprensa micaelense dava conta do incremento do descontentamento nas grandes cidades do país: por um lado, o povo causticado pela carestia e escassez de alimentos na sequência de uma guerra nefasta que teimava em prolongar-se; por outro lado, sectores da oposição política projectavam rebeliões sangrentas, como o “*complot* do Porto” sufocado pelas forças governamentais. A libertação dos presos, pelo próprio presidente – em outro gesto de propaganda – foi censurada pela imprensa como um precedente gravíssimo. E, pior do que isso, era o desagrado manifestado pelos jornais monárquicos face ao sistema presidencialista que impedia o normal funcionamento do parlamento que ainda se mantinha fechado⁹³.

Nos finais de Junho, as notícias vindas da capital pareciam bem mais animadoras: afinal o parlamento iria abrir a 1 de Julho com o intuito de se discutir a constituição e deliberar sobre o presidencialismo. Não obstante, prosseguiram os “*mentideros*” e os constantes boatos, entre eles, que os próprios conservadores eram todos contra o sidonismo pelas suas propensões ditatoriais; que os mesmos conservadores continuariam a apoiar a República Nova enquanto as suas medidas fossem consideradas úteis. Mais auspiciosa era a

⁹¹ Mota Vieira, “Fantasia. Se a censura der licença”, in *A Pátria*, nº 4, 27 de Junho de 1918.

⁹² Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 52.

⁹³ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.335, 15 de Junho de 1918.

esperança de se aproximar a paz devido à grande revolução austríaca⁹⁴ e à participação americana na contenda e que contava com milhares de voluntários portugueses⁹⁵. Durante todo o período da República Nova as atoardas e os boatos alimentados, em parte, pelos partidos adversos, continuaram a proliferar em torno dos adiamentos dos trabalhos parlamentares ou em relação aos avanços e recuos dos apoiantes de Sidónio. As atenções voltavam-se, amiúde, para Machado Santos, durante vários meses Secretário das Subsistências. A sua saída do governo alimentou inúmeras especulações, entre elas, a do abandono do directório do partido ou a do pressentido entendimento futuro com António José d'Almeida⁹⁶.

Nos Açores, e no tocante à prática político-administrativa, o sidonismo implicou algum anuviamento nas relações entre o poder central e alguns elementos do poder local. O então Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada, o tenente coronel Virgílio Soares d'Albergaria foi admoestado pelo Ministro do Interior por teimar em manter incompatibilidades com o chefe do Partido Regionalista, enquanto foi intimidado a remodelar a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada por esta se ter recusado a lavrar, em acta, um louvor ao novo governo. As demais ordens imitadas obrigavam-no a encerrar o Centro Democrático, por ser um foco de conspiração contra o governo, a demitir todos os democratas que tivessem sido nomeados para cargos de confiança, a extinguir o jornal *O Repórter* por ser afecto a Afonso Costa e a desarmar as populações civis, por intermédio de buscas domiciliárias. Por fim, os nomes dos novos administradores de concelho seriam adiantados pela tutela. Ora, na óptica de algumas forças da oposição tamanha censura era o resultado de desastrada aliança entre democráticos e unionistas micaelenses, especialmente pela fraca representatividade dos últimos então dirigidos por Francisco Luís Tavares⁹⁷.

Pouco tempo depois, após pedido de demissão, o governador civil do distrito de Ponta Delgada era substituído pelo tenente coronel Mário Augusto Teixeira, comandante da Guarda Republicana que terá vindo, contrafeito, a pedido de Machado Santos, para se entrosar com os regionalistas e logo foi

⁹⁴ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.337, 29 de Junho de 1918.

⁹⁵ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.339, 13 de Julho de 1918.

⁹⁶ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.342, 10 de Agosto de 1918.

⁹⁷ “Os últimos acontecimentos políticos locais. As nossas razões” in *O Protesto*, nº 30, 15 de Fevereiro de 1918.

criticado pelos unionistas e democráticos em virtude das suas manifestações públicas religiosas (integração de procissões)⁹⁸.

A nomeação do Alto-Comissário dos Açores, general Augusto José Simas Machado também concitou reservas e críticas por parte da oposição. Esta, ironicamente, entendia que tão fulgurante, quanto agourenta magistratura revolucionária, resultara apenas da necessidade da nova República saber onde ficavam os Açores. Figura decorativa ou simples propagandista do novo regime, pagava caro, com lautos banquetes, a pesca de simpatias locais⁹⁹. Para a imprensa socialista, que não retirava o mérito ao general, tratava-se de excessivo despesismo do governo em demasiada representação oficial. Os encargos com o Alto-Comissário afiguravam-se desnecessários quando, para mais, se encontrava nas ilhas o almirante Augusto Eduardo Neuparth que superintendia a defesa marítima dos Açores, tão necessária na época. Porém, o que de certo a opinião pública local desconhecia era que o governo sidonista agia com desconfiança e cautela face à presença americana em S. Miguel, procurando manter a aliança com a Inglaterra, do que resultou a nomeação do Alto-Comissário, então visto como um amigo dos ingleses. Ademais, as propostas de Neuparth eram consideradas excessivas e onerosas e importava manter alguém de confiança que soubesse aproximar-se dos regionalistas e neutralizar, por completo, os democráticos¹⁰⁰.

Maior descontentamento, porém, causou a célebre questão das farinhas em que o Alto-Comissário e o próprio Governador Civil terão autorizado elevadas exportações e práticas açambarcadoras em períodos de crise e carestia¹⁰¹. Na sequência de suspeitas e acusações, o então Governador Civil acabaria por ser exonerado pelo general Simas Machado, que alegou, em carta particular dirigida a Aristides Moreira da Mota, razões de ordem moral. Contudo, circulavam nos meandros políticos locais, insinuações e suspeitas de que a substituição do administrador do concelho de Ponta Delgada suscitara grandes desavenças entre aquelas duas autoridades¹⁰².

⁹⁸ “No Écran...”, in *O Protesto*, nº 41, 31 de Julho de 1918.

⁹⁹ Satam, “Simas”, in *A Pátria*, nº 17, 26 de Setembro de 1918.

¹⁰⁰ Cf. Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol. 2, p. 60. Sobre o período sidonista e os Açores, durante a I Guerra Mundial, veja-se António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico, 1898-1948*, Porto, Edições Asa, 1993.

¹⁰¹ “No Écran...”, in *O Protesto*, nº 41, 31 de Julho de 1918.

¹⁰² *Idem*.

3. O declínio do Sidonismo e o desfecho fatal

Entretanto, a nível nacional, a agitação política continuava na ordem do dia, avolumando as inquietações. Era inegável a atitude populista de Sidónio Pais face às contingências do país, através da sua acção e intervenção de rua, empolgando multidões. Mas, em contrapartida, o *desaire* dos trabalhos do congresso inviabilizara a tomada de medidas atinentes a uma verdadeira “vida nova”. Rugas, buscas e apreensões de bombas e armas de guerra anunciavam uma revolta premeditada. A oposição mantinha-se em efervescência e a sombra de Machado Santos pairava sobre o governo que garantia a sua neutralidade, a par de um total controlo da situação¹⁰³.

Os jornais democráticos e socialistas persistiam na sua tarefa de desacreditar os homens do poder, acusando-os da ausência de um programa de governação e da escassez de verdadeiros estadistas. Rebatiam, violentamente, a imprensa conservadora, escrutinando criticamente a “fedorentina” dos artigos de opinião e contestando a censura¹⁰⁴. O direito de resposta levava-os a contrapor os ataques ao “bando de demagogos” e à praga da “formiga branca”, como eram designados pela oposição, afrontando os monárquicos e os republicanos reaccionários ou pseudo-republicanos – autênticos “profissionais da infâmia”, apoiantes do sidonismo¹⁰⁵. Por consequência, os cortes impostos pela comissão de censura manchavam, de vez em quando, com espaços em branco, as colunas dos periódicos republicanos que não se coíbiam de reagir com gordos “Viva a República” e “Afonso Costa”, o verdadeiro ídolo¹⁰⁶.

Entretanto, as notícias que continuavam a chegar de Lisboa insistiam na crescente agitação política, marcada pelas cerradas investidas da imprensa e por múltiplos preparativos revolucionários. Anunciavam-se remodelações ministeriais, mas o desfecho do Sidonismo eram um facto anunciado, em paralelo com o triunfo dos aliados e o regozijo sentido pela recuperação da paz. Há

¹⁰³ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.350, 28 de Setembro de 1918.

¹⁰⁴ Satam, “Mentis, senhor D. Vilão...”, in *A Pátria*, nº 7, 18 de Julho de 1918.

¹⁰⁵ “Formiga Branca”, in *A Pátria*, nº 10, 8 de Agosto de 1918 e “Profissionais da Infâmia”, *Idem*, nº 12, 22 de Agosto de 1918.

¹⁰⁶ “Viva a Republica! Foi com as três palavras acima que abrimos a publicação deste semanário, e é com elas que respondemos à violência inaudita de que fomos vítima a semana passada, com a apreensão despótica e descaroadada da edição do nosso numero treze, quando tínhamos respeitado, religiosamente, como se se tratasse de um dogma de que fossemos crentes, todos os cortes que a comissão de censura aprovou fazer-lhe! Viva a República!” in *A Pátria*, nº 14, 5 de Setembro de 1918.

alguns meses que os republicanos, na oposição, exortavam as hostes contra o mal disfarçado “monarca”, o desmascarado César, vaidoso e ambicioso, que indiferente aos clamores da nação, escolhera como residência o poético Palácio da Pena que se havia decretado local de visita e de estudo¹⁰⁷. Como se tudo isto não bastasse, o bloco de classes que, de início, apoiava o sidonismo desfazia-se vertiginosamente e, por consequência, “poucos dias passados sobre a morte de Sidónio, já a sua ‘Constituição’ e o sistema institucional se esboroavam”¹⁰⁸.

O assassinato do líder da República Nova mereceu desigual tratamento por parte da imprensa micalense. Na de cariz generalista, apenas uma pequena nota, de última página, dava conta do funesto acontecimento, comprovado pelos telegramas de Lisboa, dizendo-se estarem implicados “políticos altamente colocados”¹⁰⁹. A 21 de Dezembro de 1918, no dia do funeral e da conclusão do período de luto nacional, o mais antigo periódico português, atribuiu honras de primeira página, na largura de duas colunas, à trágica notícia, sob o título “Sidónio Pais”. À consternação por o chefe de estado ter sido violentamente impedido de realizar “a sua obra de regeneração e pacificação da política e da família portuguesa”, associou-se a evocação do fatídico regicídio de 1908. Alguém um dia escrevera “que o sangue dum rei martirizado há-de ter mais tarde ou mais cedo a sua vingança cruel e justa...”¹¹⁰. Tal paralelismo afigurava-se inevitável pois entendia-se que, uma vez mais, era o povo desmoralizado pelo facciosismo político.

Na imprensa conservadora expressou-se a indignação e a revolta pelo “covarde e vil” assassinato do Presidente Sidónio Pais, “o Condestável da República, o Libertador heróico de Portugal”, que agonizara a mando da Franco-Maçonaria¹¹¹. O tom encomiástico e ao mesmo tempo apocalíptico, perante a fatalidade, denunciavam, uma vez mais, as fortes esperanças depositadas no presidencialismo sidonista cujo desfecho só podia augurar a “derrocada fatal”. Com o título “A Tragédia” dava conta o *Ecos do Norte* do desfecho sangrento, mas pouco surpreendente, infligido ao sidonismo. “O homem que a Providência deparara, em boa hora, ao nosso país”, para travar a marcha da loucura democrática, tombara no cumprimento do seu dever – qual herói da

¹⁰⁷ Satam, “A Postos!”, in *A Pátria*, nº 12, 22 de Agosto de 1918.

¹⁰⁸ António José Telo, *ob. cit.*, p. 225.

¹⁰⁹ *A Estrela Oriental*, 2ª Série, nº 40, 21 de Dezembro de 1918.

¹¹⁰ José Rebelo, “Sidonio Pais”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.361, 21 de Dezembro de 1918.

¹¹¹ “Voltando à Arena”, in *O Autónimo*, nº 966, 8 de Fevereiro de 1919.

guerra – pois vagueava livremente pelo país, sem guarda e confiante no bom povo português¹¹².

A imprensa socialista esteve ao lado da conservadora na sua indignação contra o que intitulou “Mais um crime!”. A duas colunas, na primeira página, *O Protesto* – que se assumia como o órgão dos revolucionários de ideias em prol da maioria, – insurgiu-se com mais este violento derramamento de sangue que voltava a manchar a história portuguesa. Dentro de um espírito pacifista e humanista declarava a sua adversidade a toda e qualquer pena de morte, mesmo a do próprio Kaiser. Mais grave afigurava-se ainda o facto da morte ter sido premeditada, mercenária e friamente executada, em vez do presidente ter caído morto no ardor de uma nova revolução. Ainda assim condenável, seria, porém, melhor tolerado¹¹³.

Na imprensa unionista micaelense, de feição menos radical, um extenso artigo, a três colunas, traçava a biografia do malogrado presidente, em jeito de homenagem, acrescida de uma lúcida e desapaixonada interpretação dos acontecimentos. Fora “curta, acidentada e brilhante a sua carreira política” e, por isso, inesquecível. A aproximação de Sidónio aos unionistas amenizara quase sempre as críticas destes ao novo regime revolucionário, o qual, na sua óptica, soçobrara de forma tão trágica, devido “à voragem política, à ambição pessoal, à falta de colaboradores”. Os republicanos não podiam continuar a acompanhar o movimento de Dezembro quando este, pela mão de delirantes monárquicos, enveredara pelo caminho da censura e da supressão de jornais, das prisões em massa, dos espancamentos de presos e dos sucessivos atropelamentos à liberdade. Todavia, o abominável crime da estação do Rossio não apagaria da memória aquele que morrera no seu posto¹¹⁴.

Finalmente, pelos jornais da oposição democrática foi bem mais modesta a referência ao falecimento de Sidónio Pais. Apenas uma natural justificação: a criação de situações de tal modo graves acabava sempre por desencadear fins inesperados e violentos. Somente uma crítica: o forçado luto nacional era infundado, pois não fora o Chefe de Estado, na sua verdadeira acepção, que morrera, mas sim o combatente político que chefiara uma revolução efemera-mente victoriosa¹¹⁵.

¹¹² “A Tragédia”, in *Ecos do Norte*, nº 123, 21 de Dezembro de 1918.

¹¹³ “Mais um Crime!”, in *O Protesto*, nº 50, 31 de Dezembro de 1918.

¹¹⁴ “Dr. Sidonio Pais”, in *A República*, nº 2.311, 21 de Dezembro de 1918.

¹¹⁵ *A Pátria*, nº 22, 9 de Janeiro de 1919. Por mudança de direcção o jornal sofreu uma interrupção nas suas publicações após 17 de Outubro de 1918 até 9 de Janeiro de 1919.

Algumas conclusões

Parecem-nos claras, as três grandes fases que o Sidonismo assumiu, aos olhos dos insulares: uma primeira fase de esperança e de expectativas; outra de hesitações e incertezas mediante o modelo constitucional escolhido e, finalmente, uma fase de inquietação e descrédito perante os indícios de uma crescente tensão em torno dos abusos do sistema presidencialista e da consequente falta de coesão dos seus apoiantes.

A primeira coincide com o período imediato ao golpe militar, até Janeiro de 1918. À falta de melhor, o optimismo era quase generalizado. Nem o Corpo Expedicionário Português terá escapado a esta onda de esperança e de estado de graça concedido ao novo governo. No plano militar, esperava-se que os homens recém-chegados ao poder assegurassem uma boa colaboração entre a rectaguarda e as forças da frente¹¹⁶. No plano civil, almejava-se a estabilidade e uma promissora nova ordem.

A segunda fase diz respeito ao período entre Janeiro e as eleições de finais de Abril em que se desencadeiam as dúvidas sobre o novo sistema político. A última, emerge a partir de Junho, altura do ano em que, ironicamente, “a questão política continua engraçada” dado que os próprios correligionários do sidonismo começavam então a contestar os excessos do presidencialismo. As heterogéneas e díspares bases de apoio da República Nova começavam a esboroar-se.

Todavia, nas ilhas, a questão política nacional não detinha primazia sobre os problemas e os interesses locais, ainda que, por vezes, não diferissem muito dos do continente. Destacou-se, em especial, o problema das subsistências, geral a todo o país, mas que, neste período, afectou gravemente os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Os altos e baixos do sidonismo nunca mereceram grandes destaques de primeira página, ao contrário da Grande Guerra ou das desilusões insulares para com a I República. Afinal, o que tinham ganho as ilhas, e no caso particular de S. Miguel, com o novo regime? Poucos ou nenhuns benefícios, considerando até que algumas regalias haviam sido retiradas, tais como o Tribunal da Relação ou os avanços da obra da doca. As esperanças que se nutriram com a implantação da República haviam-se esfumado mediante a efemeridade dos ministérios e o esquecimento a que as ilhas eram votadas. Quão

¹¹⁶ “Carta de Lisboa”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.318, 16 de Fevereiro de 1918.

saudosa se afigurava então a memória de Hintze Ribeiro¹¹⁷! O descrédito face ao sidonismo – que suscitara, entre alguma opinião pública, renovadas esperanças – era afinal o eco do balanço crítico de todo o republicanismo.

Exceptuando a genuína imprensa republicana, na passagem do 8º aniversário da implantação da república, percebia-se, entre alguns sectores, o desencanto face ao jovem regime. O editorial de *O Açoriano Oriental* lembrava a fé então “depositada nos caudilhos republicanos” e na doutrina da respectiva propaganda, que se desfizera, a breve trecho, “como as bolas de sabão”. Tal como sucedera com a Monarquia, a adversidade dos políticos era a causa principal da inoperância da República. Nem Sidónio Pais escapava ao “trabalho de sapa” dos seus opositores! Depois dele outros viriam e com eles a mesma afronta aos ideais do regime¹¹⁸. Na análise do presente e na prospectiva do futuro não se augurava nada de bom para a exaurida pátria portuguesa.

Não obstante algum alheamento dos insulanos, há muito que também se pressentia “o ambiente de incerteza, de pavor mesmo, que paira[va] sobre (...) Lisboa, o receio constante de que *rebent[asse] a bomba* no dia seguinte”, adivinhando-se o trágico fim da República Nova. A sucessão de “revoluções” era então tida como um lamentável e terrível prenúncio da inviabilização do progresso de Portugal, impraticável mediante o complexo quadro da instabilidade política e dos acérrimos ódios partidários¹¹⁹.

A favor ou contra, nenhum círculo político se quedou indiferente ao sidonismo que coincidiu com uma conjuntura de grande complexidade. O paralelismo entre o atribulado final da Monarquia e o desfecho do sidonismo foi inevitável aquando do assassinato do Presidente. A obra da regeneração – velho conceito de tão longe almejado – tinha sido uma vez mais adiada. Sidónio falhara na sua tentativa de reabilitar e nacionalizar a república, o mesmo regime que, afinal, fora proclamado à custa da violenta morte de um rei e de um príncipe. Em 1918, uma década depois, a consternação generalizou-se a todos os quadrantes, porque “a morte de Sidónio Pais causou um sentimento de profunda emoção”¹²⁰.

¹¹⁷ Ruy Moraes, “Uma Verdade!”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.340, 20 de Julho de 1918.

¹¹⁸ José de Souza Calouro, “Oito Anos de República”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.351, 5 de Outubro de 1918.

¹¹⁹ Zigomar, “As Revoluções”, in *O Açoriano Oriental*, nº 4.346, 31 de Agosto de 1918.

¹²⁰ Armando Malheiro da Silva, *ob. cit.*, vol 2, p. 353.

A ASCENSÃO DE SALAZAR E A IMPRENSA

Introdução

“Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela marca-nos para o resto da vida. Sobre esta representação, que é também para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado das sociedades, enxertam-se em seguida opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor..., ao passo que subsistem, indeléveis, os traços das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções”¹. Esta afirmação de Marc Ferro, escolhida por Luís Reis Torgal como citação para o seu livro *História e Ideologia*, retrata a forma como nos habituámos a ver Salazar e o Estado Novo, daí que a tenha escolhido para início do meu estudo subordinado ao tema *A ascensão de Salazar e a Imprensa*.

Actualmente, o jornalismo define-se como uma expressão directa, impessoal e não literária. Lado a lado com as notícias e a publicidade, os jornais apresentam entrevistas, reportagens, crónicas e editoriais, em que se descobre a personalidade dos autores/jornalistas, o seu estilo pessoal, a sua visão sobre o assunto em análise. Vivemos um momento em que o jornalismo vive do imediato, do transitório e procura captar o interesse de um público apressado ou negligente. Assim, a generalidade dos conteúdos jornalísticos caracteriza-se pela brevidade e pela oportunidade. Apenas as entrevistas, as reporta-

¹ TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, MinervaCoimbra, 1989, p. 9.

gens, as crónicas e os editoriais continuam a atravessar o tempo e a valer como descrição e como “como juízo”².

Neste momento, o jornalismo, utilizando as palavras de Mário Mesquita, é mais “quarto equívoco” do que um “quarto poder”. Mesmo assim, “o poder de influência do jornalismo e dos media aumenta com a crise dos poderes republicanos”³, e contribui para agravar essa mesma crise. Do mesmo modo que se fabricam ídolos, arranjam-se bodes expiatórios, ajudando a edificar uma sociedade desencantada, que vive de miragens, e se identifica e se projecta nos “habitantes do Olimpo” (a comunicação social na terminologia de Edgar Morin). Assim acontece, porque o jornalista, apesar de ter um “campo de liberdade”⁴, essa “liberdade é aquela que lhe concede o sistema”⁵. Digamos que, como afirma Daniel Cornu, a liberdade jornalística é uma “liberdade enquadada”⁶.

Ora, o que se passa em Portugal, a partir do golpe militar de 1926, não diverge notoriamente daquilo a que se assiste na actualidade portuguesa. A Imprensa tem um papel relevante no triunfo do movimento militar do 28 de Maio (1926). O jornal *O Século*, na sua edição de 24 de Junho (1926), resume assim a situação: “Foi toda a Imprensa portuguesa, com excepção de apenas dois ou três jornais, que tornou possível o êxito do último movimento militar, dirigindo aos políticos corruptos que dominavam em Portugal um ataque de tal modo encarniçado que o ambiente que se lhes criou acabou por os asfixiar”⁷.

Evidentemente, podemos discutir o que estará subjacente à publicação do artigo de *O Século* donde transcrevemos este parágrafo, do mesmo modo que devemos reflectir acerca das motivações que estão na base de muitos artigos que se publicam actualmente. O que acabamos por concluir é que, no nosso período de estudo (1926-1933) coexiste uma Imprensa observadora, uma Imprensa militante, uma Imprensa comprometida e uma Imprensa anti-institu-

² COELHO, Jacinto do Prado (dir), *Dicionário de Literatura*, Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994, pp. 504-512.

³ MESQUITA, Mário, *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2004, pp. 17-18.

⁴ MATHIEN, Michel, *Les Journalistes et le Système Médiatique*, Paris, Hachete, 1997, p. 225.

⁵ Ibidem.

⁶ CORNU, Daniel, *Jornalismo e Verdade – Para uma Ética da Informação*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999, p. 266.

⁷ LEMOS, Mário Matos e, *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne/Ceis20, 2006, p. 129.

cional. A Imprensa observadora mantém algum distanciamento do poder; a Imprensa militante comporta-se como representante ou porta-voz do poder; a Imprensa comprometida assume a defesa de determinadas causas sociais, políticas e/ou económicas mas não se vincula a nenhum poder; a Imprensa anti-institucional adopta uma atitude de contra-poder, de permanente antagonismo perante os poderes e as instituições⁸.

Assim, entre a Imprensa que analisámos, destacamos o jornal católico *O Novidades* que, desde o início, foi um jornal militante, assumindo-se como porta-voz do poder; o *Diário de Notícias* que foi um jornal comprometido, dado que, apesar de não se ter vinculado ao partido do poder, assumiu uma postura cooperante; o *Comércio do Porto* que, numa primeira fase, foi um observador distanciado dos factos e, numa segunda fase, foi um jornal comprometido; e o jornal *A República* que foi anti-institucional e, por isso, adoptou uma atitude permanente de oposição ao poder instituído e ao próprio Salazar.

1. O entusiasmo de Lisboa pelo professor de Coimbra

O que se passa em Portugal, a partir do golpe militar de 1926, evidencia, como defende Fernando Rosas, que a sociedade portuguesa não escapou “à tendência que atravessa vários outros países europeus economicamente periféricos e de liberalismo oligárquico, em que o desenlace da crise do sistema liberal desembocou em soluções autoritárias e de tipo fascista”⁹. Entre nós, a debilidade da economia associada à segmentação das classes dominantes – e cito novamente Fernando Rosas – “conduziu à adopção de uma solução de tipo autoritário, antidemocrática no plano político e corporativista no plano social”¹⁰. E, para dar corpo a esta solução, em 1928, afigurou-se adequada a personalidade de Salazar que, sem hesitações, declarou: “Sei o que quero e para onde vou”.

Salazar entra em cena num momento político, económico e social difícil em Portugal. O país precisa de “um plano de choque urgente para reactivar o processo de produção e pôr em marcha uma reforma económica gradual que

⁸ MESQUITA, Mário, *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2004, p. 49.

⁹ ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política, Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 55.

¹⁰ Idem, p. 76.

melhorasse as condições de vida da população”¹¹. Assim, Salazar é investido nas Finanças sob a aura de um acadêmico de excelência na área da economia política. O jornal que mais contribui para a criação desta primeira imagem do Professor de Coimbra é o *Novidades*. Entre o primeiro convite para a pasta das Finanças em Junho de 1926 e o segundo convite em Abril de 1928, o *Novidades* nunca esquece o seu antigo colaborador.

1.1. Salazar constrói perfil para ministro das finanças

Em 1928, logo em Janeiro, o *Novidades* publica um artigo de Salazar sobre “O empréstimo externo”¹², crítico da orientação seguida pelo Ministério das Finanças; e, em Abril, poucos dias antes de Salazar assumir a pasta das Finanças, publica três artigos de sua autoria intitulados “Medidas de Finanças I”, “Medidas de Finanças II” e “Medidas de Finanças III”¹³. Sintomaticamente, os artigos de Abril analisam a decisão da SDN face ao pedido de empréstimo do governo português, a política económico-financeira seguida pelo ministro das Finanças e o caminho a seguir em matéria de finanças públicas.

A publicação destes artigos evidencia que se, em Junho de 1926, Salazar, para além de não ter chegado a acordo com o Exército, entende que não tinha chegado o momento para a implementação do projecto que pensara para Portugal, em 1928, Salazar começa a ficar sem paciência para esperar pelo poder. Através destes artigos, Salazar desbrava o terreno que será chamado a semear a 27 de Abril de 1928. Portanto, o *Novidades* é o meio que Salazar utiliza para mostrar às elites do país que é o homem de quem o Estado precisa para governar as Finanças. Assim se precipita a sua nomeação como ministro das Finanças e a notícia é divulgada por todos os jornais, nuns com destaque e noutros com discrição.

O *Novidades*, mais uma vez, dá asas ao seu entusiasmo, considerando que nenhum outro nome reuniria “um tão consciente e desinteressado sufrágio”, que Salazar é “alguém da mais alta competência e que o país inteiro considera como um dos seus maiores valores intelectuais e técnicos em assuntos

¹¹ Idem, p. 77.

¹² *Novidades*, 3/1/1928, p. 1.

¹³ *Novidades*, 4, 11 e 13/4/1928, p. 1.

financeiros”¹⁴. Ora, sabendo nós que a opinião pública portuguesa da época não correspondia à opinião do país inteiro mas tão somente à opinião das elites, na sua maioria urbanas, percebemos que a intenção do *Novidades* é, claramente, ajudar à construção de uma imagem popular de Salazar.

O *Diário de Notícias* elogia a opção por Salazar, traça o seu perfil como Professor de Economia da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, apresenta-o como “excessivamente modesto” e, recordando a sua permanência de apenas alguns dias nas Finanças em 1926, considera que Salazar “em tão breve período procedeu de forma que o país se convenceu de que havia na sua individualidade o estofado de um verdadeiro homem de governo”. O *Diário de Notícias* recorre aos artigos publicados por Salazar no *Novidades* para lhe dar um voto de confiança, explícito nestas palavras: “está em terreno conhecido, como um técnico sabedor e experimentado e os seus passos não poderão de certo deixar de ser firmes e seguros”¹⁵.

O jornal *O Comércio do Porto* publica apenas a nota oficiosa da nomeação, na página cinco, na qual dá conta de que Salazar impôs diversas condições para aceitar o cargo de ministro das Finanças e que a aceitação causou boa impressão por se confiar na sua “incontestável competência”¹⁶.

1.2. O ineditismo do destaque jornalístico dado à tomada de posse

Aquando da tomada de posse, o *Diário de Notícias* e *O Comércio do Porto* não fazem qualquer referência à cerimónia. O *Novidades*, no entanto, dedica-lhe a abertura, a manchete e a nota do dia, um destaque inédito em matéria de cerimónias de tomada de posse ministeriais. O artigo do *Novidades* começa com o antetítulo “O dia político de ontem”, o título “Constitui um verdadeiro acontecimento a posse do novo Ministro das Finanças” e a entrada “Que o país me acompanhe com confiança na minha inteligência e na minha honestidade, confiança absoluta mas serena, calma, sem entusiasmos exagerados nem desânimos depressivos – diz o ilustre homem público”¹⁷.

¹⁴ *Novidades*, 27/4/1928, p. 1.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 27/4/1928, p. 1.

¹⁶ *O Comércio do Porto*, 27/4/1928, p. 5.

¹⁷ *Novidades*, 28/4/1928, p. 1.

A esta entrada, seguem-se as frases de Salazar “Sei o que quero e para onde vou” e “Que o país discuta, que o país estude, que o país represente, mas que o país obedeça quando se chegar à altura de mandar” e uma fotografia de Salazar ladeado pelo presidente do Ministério, pelo seu secretário e pelo ministro da Agricultura. O *Novidades* volta a enumerar as qualidades do novo ministro, salientando que esses atributos formaram um tal interesse à sua volta que “há 17 anos que não se via tamanha concorrência a uma posse de ministro¹⁸. Com estas palavras, o *Novidades* compara esta cerimónia à tomada de posse de João Chagas como presidente do primeiro governo constitucional da 1.ª República (12 de Setembro de 1911) e desvaloriza todas as tomadas de posse dos restantes governos da 1.ª República.

2. A consolidação da imagem de reformista

Em 1929 – ano das reformas Orçamental e Tributária e do *superavit* (registado a 31 de Julho após 15 anos de orçamentos deficitários) – o *Novidades* publica, logo no dia 1 de Janeiro, uma grande entrevista com Salazar. A entrevista ocupa mais de três quartos da primeira página e prossegue na página oito, apresenta um título a toda a largura do jornal, entradas em que se elogia o equilíbrio orçamental, e começa de um modo insólito com o jornalista a solicitar a Salazar “uma boa notícia para dar[mos] as boas festas aos [nossos] leitores” e Salazar a perguntar “E o que é uma boa notícia, não me dirá?” e a responder de imediato que “Para o ministro das Finanças pode ser, por exemplo, que as receitas entram bem, que as despesas não excedem as previsões orçamentais, que a Tesouraria está regularmente abastecida, os câmbios calmos e a Bolsa normal”. E ainda continua: “Para os seus leitores seria porventura uma baixa no custo de vida, um desagravamento dos impostos mais pesados, maiores facilidades no crédito, um rôr de obras por esse país além. Não é verdade que os nossos pontos de vista podem ser em grande parte divergentes?”¹⁹.

Esta entrevista, publicada a meio do ano económico que Salazar queria de equilíbrio orçamental, é uma espécie de carta aberta ao país. O *Novidades* só disponibiliza idêntico espaço a altas personalidades eclesiásticas, como o Papa, os cardeais e os bispos, e estes últimos só muito raramente conseguem um destaque comparável ao concedido a Salazar. Ora, sendo o *Novidades* um jor-

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Novidades*, 1/1/1929, pp. 1 e 8.

nal católico, esta circunstância revela a militância do jornal face ao ministro das Finanças e ao projecto político, económico e social que este tinha para Portugal.

2.1. Salazar visto como reformador político

A propósito da aprovação da Reforma Orçamental (a 27 de Março de 1929) e da publicação dos decretos que passam a regular a reforma da Caixa Geral de Depósitos²⁰, o *Diário de Notícias* enaltece a publicação dos referidos diplomas, considerando que essa publicação “traduz claramente a iniludível certeza de que se entra agora numa nova etapa da restauração portuguesa”. Isto porque, no entender do *Diário de Notícias* estava então no ministério das Finanças “um homem sabedor, severo e honesto, mas um homem de Estado capaz de resolver com mão firme as mais graves questões da vida pública portuguesa, um estadista na verdadeira e nobre acepção do termo”²¹.

O mesmo *Diário de Notícias*, aquando da aprovação da Reforma Tributária (a 13 de Abril de 1929), reproduz integralmente o texto da reforma, ocupando uma página e um quarto de outra página e publica, na primeira página, uma entrevista com Salazar, utilizando um título, um antetítulo e uma entrada elogiosos, a saber: “Uma entrevista sensacional”, “O novo sistema tributário” e “Não presidiu à reforma a preocupação de arranjar receitas para o Estado, mas sim a de tornar menos pesados os actuais encargos mediante um alargamento da base fiscal e o estabelecimento de uma maior justiça na atribuição do imposto”.

Ao longo de toda a entrevista, o *Diário de Notícias* enaltece a Reforma Tributária e aborda as razões e os objectivos da reforma, a contribuição predial urbana, a contribuição industrial, o imposto profissional, o imposto de transmissão de bens imobiliários por título oneroso e gratuito, a taxa militar, a maior justiça fiscal, o alargamento da base tributária e a simplificação dos serviços. Estes temas correspondem exactamente aos entretítulos publicados ao longo da

²⁰ *Diário de Notícias*, 22/3/1929, p. 1.

²¹ *Ibidem*. A reforma da Caixa Geral de Depósitos cria a Caixa Nacional de Crédito e a Caixa Nacional de Previdência e modifica o sistema de aposentações. É muito noticiada nos jornais portugueses.

entrevista, em que se sucedem os elogios a Salazar que sobressai como um “ilustre homem de Estado”²².

O Comércio do Porto, que, dada a sua génese, dava especial atenção às questões económicas e financeiras, publica também integralmente o texto da Reforma Tributária²³. Na edição do dia seguinte, apresenta uma selecção de algumas partes do relatório que precede o decreto da referida reforma, nomeadamente as respeitantes à contribuição industrial²⁴, bem como alguns excertos da entrevista de Salazar ao *Diário de Notícias*, designadamente os parágrafos relativos à contribuição predial urbana, à contribuição industrial, ao imposto profissional, ao imposto de transmissão de bens imobiliários e à taxa militar. Ou seja, apesar de ostentar na sua primeira página a inscrição “Este número foi visado pela Comissão de Censura”, *O Comércio do Porto* continua a noticiar o que interessa ao seu público, sem elogiar Salazar ou a sua obra.

O Novidades também publica o texto integral da reforma, ocupando a primeira página e as páginas três e quatro na totalidade, considerando que com “certeza, clareza, simplicidade e independência do contribuinte”, Salazar afirma “as suas invulgares e excepcionais qualidades de homem de governo, de reformador político”²⁵. Na edição seguinte, transcreve o relatório que precede o texto da reforma, classificando-o como “notabilíssimo”²⁶.

2.2. O ciclo da notícia, da entrevista/exposição e da nota oficiosa

A propósito da Reforma Tributária, o *Novidades* publica, em várias edições, um conjunto de editoriais, elogiando a reforma e criticando os que discordam de algum dos seus aspectos²⁷. Um desses editoriais é uma crítica ao modo como o jornal *O Século* analisa a referida reforma. Este tipo de crítica é, aliás, prática habitual do *Novidades* que, além de elogiar Salazar e o seu trabalho, aparece em sua defesa sempre que algum jornal ousa tecer-lhe críticas.

²² *Diário de Notícias*, 12/4/1929, pp. 1., 3 e 4.

²³ *O Comércio do Porto*, 12/4/1929, pp. 4, 5 e 6.

²⁴ *O Comércio do Porto*, 13/4/1929, p. 6. O relatório foi elaborado por Salazar para preceder o projecto da Reforma Tributária e funciona como introdução explicativa da própria reforma.

²⁵ *Novidades*, 12/4/1929, pp. 1, 3 e 4.

²⁶ *Novidades*, 13/4/1929, pp. 1, 3 e 4.

²⁷ *Novidades*, 15, 16, 23, 24 e 26/4/1929 e 1/5/1929, pp. 1 e 6.

Algumas características destes editoriais acabam por nos fazer reflectir sobre se, dissimuladamente, Salazar não terá voltado a ser, nesta fase, colaborador do *Novidades*. Esta questão coloca-se com particular veemência perante um editorial em que é explicado que a Reforma Tributária não implica um aumento dos impostos. O texto, acompanhado da fotografia de Salazar dos tempos de estudante, agora recortada e ampliada, ocupa toda a primeira página, mais uma parte da página seis, rejeitando as críticas à reforma²⁸. Veremos, mais à frente, se a nossa interrogação faz algum sentido.

Admitindo não ter sido capaz de impedir a continuação das críticas, o *Novidades* entrevista Salazar. Este aproveita para desdenhar dos críticos, utilizando, para o efeito, palavras do Padre António Vieira: “São quase apenas pó, pó levantado e muito em breve pó caído, mas somente pó”. Ao longo da entrevista, que mais parece uma longa exposição, Salazar justifica, ponto a ponto, as suas opções na reforma. A entrevista não cala as críticas e, por isso, Salazar acaba por redigir uma nota oficiosa a rebater a contestação. O *Novidades* publica a nota oficiosa na primeira página, lado a lado com os telegramas enviados a Salazar pelas câmaras de Coimbra e Ovar e pela Associação Comercial e Industrial de Cascais a elogiar a Reforma Tributária²⁹. A paginação, lado a lado, destas duas informações só pode ter pretendido mostrar que o país começava a manifestar-se a favor da reforma de Salazar.

2.3. O *superavit* que “não é pouco nem é muito”

Quando se regista o primeiro *superavit* (no orçamento de Estado de 31 de Julho de 1929), Salazar encontra-se hospitalizado³⁰ e, por isso, só alguns dias mais tarde os jornais têm conhecimento da novidade. O *Diário de Notícias* publica o relatório das contas do Estado (relativas ao período de 1928-1929), enfatiza o saldo positivo de 285 000 contos, e, depois de extensos elogios, acentua que “o saldo previsto só numa pequena parte foi devido a agravamen-

²⁸ *Novidades*, 1/5/1929, pp. 1 e 6.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Salazar encontra-se hospitalizado no Hospital da Ordem Terceira, em Lisboa, desde Maio, em consequência de uma queda que deu em princípios de Maio, no seu gabinete de trabalho. Aliás, esta queda motiva uma onda de solidariedade nacional para com ele, que o *Novidades* vai acompanhar e que culmina com as manifestações de apoio realizadas em Outubro, altura em que já se encontra restabelecido

tos tributários”³¹. O *Comércio do Porto* dá a notícia na secção ‘*Revista Financeira*’ e defende que “como a gerência do ano económico de 1928-1929 apresentou um saldo favorável de 285 000 contos, é natural e lógico que as contribuições sejam reduzidas, dando assim um certo alento aos negócios, em geral, pois que, presentemente, se encontram em grande penúria”³².

O *Novidades*, que no início de Agosto dedica exclusivamente as suas páginas à morte do cardeal patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, acaba por dar resposta, dias mais tarde, através de um título em grandes parangonas, quatro entradas compostas em letras grandes e paginadas a toda a largura da primeira página, a esta pretensão de *O Comércio do Porto*. Ao longo das páginas um, dois e cinco tece os mais elogiosos comentários ao saldo positivo e publica declarações de Salazar para quem este saldo “não é pouco nem é muito; mas demonstra que um povo que verdadeiramente quer não tem problemas insolúveis”. Salazar explica que o *superavit* “é justificado pelo facto de Portugal não poder fazer excepção a toda a Europa que penosamente reconstituiu depois da guerra as suas finanças avariadas” e, usando de ironia, afirma que “lá fora o sentimento da salvação pública fez esquecer os sacrifícios feitos e o povo sentiu orgulho da obra que ajudou a realizar. Aqui pressinto uma atmosfera artificialmente criada que quase me obriga a pedir desculpa... de ter administrado bem”³³.

3. A imprensa como instrumento de propaganda

Estas declarações de Salazar ajudam a perceber a natureza da sua relação com a Imprensa. Isto é, Salazar procura estar próximo da Imprensa, fazendo declarações pontuais e concedendo algumas entrevistas, com o objectivo de consolidar uma imagem de governante exemplar. Com a conquista do primeiro saldo orçamental positivo, Salazar ganha a força de que ainda carece para impor a sua política económico-financeira ao país. A Imprensa, que até então apenas não podia criticar o governo, é agora transformada em instrumento privilegiado de propaganda do Estado.

³¹ *Diário de Notícias*, 4/8/1929, pp. 1, 2 e 5.

³² *O Comércio do Porto*, 31/8/1929, p. 1.

³³ *Novidades*, 25/8/1929, pp. 1, 2 e 5.

Esta viragem é particularmente evidente a partir de Outubro de 1929, altura em que, após um período de hospitalização, Salazar retoma as suas funções ministeriais. Desde representantes de municípios, de bancos, de proprietários rurais a associações de retalhistas, todos rumam a Lisboa para lhe apresentarem cumprimentos pela reabilitação. Os jornais noticiam, nas suas edições dos dias 19, 20 e 21, as sessões de apresentação de saudações como uma homenagem nacional.

O *Diário de Notícias* escreve mesmo que se “associa [-se] sinceramente a essa calorosa e excepcional homenagem” que “constitui uma verdadeira consagração nacional à obra de restauração financeira do ilustre estadista”³⁴. O *Novidades* noticia a “homenagem” como a confirmação da confiança em Salazar, sublinhando que “o país vem dizer-lhe que continue a obra de restauração de Portugal, pela consolidação da sua política de verdade contra toda a política de mentira, quer realizada no passado, quer sonhada como renovável para o futuro”. Apelando aos portugueses para cerrarem “fileiras à volta da sua figura moral” e da política de “tudo pela Nação e nada contra a Nação”, o *Novidades* evoca a ideia de comando para aquilo que designa como “um futuro de ordem, de paz e de prosperidades”³⁵.

O *Comércio do Porto*, embora ainda mais comedido que os anteriores, pois apenas noticia “as manifestações de aplauso” pela “obra financeira” de Salazar” no interior da edição, começa, nesta altura, a modificar o seu posicionamento face a Salazar. Destaca algumas passagens do discurso feito pelo presidente do Banco de Portugal depois de visitar o ministro das Finanças, dando conta que este considera Salazar como “o homem forte das escrituras, a quem nem a doença fez sucumbir no árduo trabalho da gerência da sua pasta” e acrescenta a resposta de Salazar, segundo a qual durante o período de doença se esquecia que estava na cama de um hospital, dado que “a consciência do dever a cumprir se impunha”³⁶.

O diário nortenho selecciona também os excertos que considera “mais interessantes” do discurso “longo” e “notável” que Salazar fez na ocasião da visita dos representantes dos municípios e no qual começa a desvendar a sua ideia de Estado Novo. Salazar afirma e o *Comércio do Porto* publica que “tem a ditadura de dotar o país com o novo estatuto constitucional, criador de uma

³⁴ *Diário de Notícias*, 19, 20 e 22/10/1929, p.1.

³⁵ *Novidades*, 19, 20, 21 e 22/10/1929, p. 1.

³⁶ *O Comércio do Porto*, 19 e 22/10/1929, p. 5.

nova ordem política”, “a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se num nacionalismo sólido, prudente, conservador [...]” e ainda “as garantias políticas destes factores primários devem ter a sua consagração na Constituição Portuguesa, de modo a que influam directa ou indirectamente na formação dos corpos supremos do Estado”³⁷.

O Comércio do Porto apresenta, no entanto, a política que Salazar pretende levar a efeito num futuro próximo sem lavrar quaisquer comentários. Até ao início da década de 30 é este o posicionamento deste diário do Porto. Já o *Novidades* e o *Diário de Notícias*, embora mais claramente o primeiro, contribuem intencionalmente para a consolidação da imagem de Salazar como estadista. Com o início dos anos 30, o *Diário de Notícias* mantém a fidelidade a Salazar, o *Novidades* mantém-se fiel mas menos entusiasmado e *O Comércio do Porto* começa a idolatrar Salazar, sobretudo a partir do momento em que este se torna chefe do governo.

3.1. Imagem de estadista viabiliza União Nacional

Com a utilização da Imprensa como instrumento de propaganda, Salazar consegue consolidar a imagem de um homem de Estado, que será fundamental para legitimar as Bases da União Nacional em finais de Julho de 1930. E no momento em as Bases são apresentadas ao país, o *Novidades*, o *Diário de Notícias* e agora também *O Comércio do Porto* rendem homenagem ao “ditador das Finanças”.

O *Novidades* e o *Diário de Notícias* concedem honras de manchete em grandes parangonas à apresentação das Bases, publicam-nas integralmente, bem como aos discursos de Salazar e do ministro do Interior³⁸.

O Comércio do Porto realça algumas partes do manifesto que apresenta as Bases, nomeadamente a parte que refere que “o governo põe mais do que nunca em relevo, diante da Nação e do Exército, o seu propósito absolutamente contrário à restauração do sistema partidário que o movimento do 28 de Maio pretendeu desfazer em nome dos destinos de Portugal. A vida constitucional a estabelecer em Portugal será tão somente a que resulta da transformação que a ditadura foi chamada a iniciar e por forma a que não possam repetir as causas políticas dos males contra os quais vinha desenvolver a sua aplicação repara-

³⁷ *O Comércio do Porto*, 22/10/1929, p. 5.

³⁸ *Novidades e Diário de Notícias*, 31/7/1930, p. 1 e 6.

dora. A organização da União Nacional irá mostrar que quem não é pela ditadura é contra ela”³⁹.

Claramente contra a ditadura é, a partir deste período, o renascido (a 20 de Maio de 1930) jornal *República*. Em constante oposição à política de Salazar, o *República* assume um postura de boicote à cobertura jornalística de acontecimentos e iniciativas de carácter estatal, dando relevo às notícias do estrangeiro, recebidas através de agências noticiosas, esquivando-se, deste modo, à caneta impiedosa da censura prévia. Este diário da tarde afirma procurar “fugir à mediocridade geral”, pelo que, aquando da apresentação das Bases da União Nacional tenta mostrar que, com estas Bases, o governo “vai organizar uma força” que, apesar de não ser considerada um partido, é isso mesmo, um partido destinado “a apoiar e manter a obra realizada pela ditadura”⁴⁰.

O *República* vai mais longe na sua crítica, frisando que “somente os homens da ditadura, convencidos, enfim, de que nalguns ramos da actividade nacional realizaram obra boa, desejam manter de pé essa obra”. Porém, aproveitando o facto de estar “organizada, em regime constitucional, uma força de apoio à obra da ditadura”, considera que “é justo e da mais elementar ciência política que outras, ou pelo menos outra força política” seja criada “dentro da República” e que “constitua oposição”, podendo designar-se Partido Constitucional ou Liga Constitucional⁴¹.

3.2. Protagonismo nas bases assegura ascensão à chefia do governo

A oposição do jornal *República*, bem como do *Diário de Lisboa*, não é suficiente para impedir a consolidação do protagonismo que Salazar alcança com a apresentação das Bases da União Nacional. Assim, quando, em princípios de 1932, ascende ao cargo de chefe do governo, a generalidade da Imprensa manifesta confiança em Salazar. O *Diário de Notícias* destaca o discurso do novo chefe do governo, reitera que este “já fez uma grande obra financeira”, pelo que “fará agora uma grande obra nacional”.

Lembrando que o governo “tem sobre si as maiores responsabilidades pelo muito que o país espera da sua acção”, sustenta que “entre o governo e a

³⁹ *O Comércio do Porto*, 31/7/1930, p. 6.

⁴⁰ *República*, 2/8/1930, p. 1.

⁴¹ *Ibidem*.

opinião pública tem de se estabelecer um contacto permanente e para isso basta que os ministros falem com frequência ao país, como costuma fazer o dr. Oliveira Salazar, esclarecendo-o e instruindo-o acerca das suas intenções e processos”.⁴²

Ora, Salazar vai aproveitar esta disponibilidade do *Diário de Notícias* com elevada mestria. É o próprio *Diário de Notícias* que relata (na sua edição de 12 de Julho de 1932) ter manifestado o desejo de entrevistar Salazar assim que este formou o novo governo mas que, afinal, foi o próprio Salazar que, oito dias depois de tomar posse como chefe do governo, telefonou ao jornalista para lhe dizer que, conforme lhe prometera, conceder-lhe-ia a primeira entrevista. E é também o *Diário de Notícias* que esclarece como Salazar advertiu o jornalista. “Não sei se entrevista poderá e deverá chamar-se a uma exposição que, por intermédio do *Diário de Notícias*, entendo dever fazer ao país. Estou acostumado a escrever tudo quanto destino a público. Por isso, não faço discursos de improviso, nem exponho os meus pensamentos pela palavra falada. Redijo o que quero dizer e leio. Através da minha vida pública tem sido este o meu sistema”.⁴³

A conversa que se segue entre o jornalista e Salazar é, no mínimo, insólita. O jornalista pergunta-lhe o que quer dizer e Salazar responde: “O que vou dizer-lhe consta de uma exposição escrita que vou ler-lhe”. O jornalista responde: “O nosso interesse [...] é reproduzir as declarações de V. Ex.”. Salazar diz “oiça então” e o *Diário de Notícias* escreve: “E fielmente reproduzimos”; e reproduz uma longa exposição intervalada com falsas perguntas sobre o 28 de Maio, a União Nacional e a sua organização, o projecto de Constituição, a normalidade constitucional, o Exército e a política”.⁴⁴

Finalmente, Salazar ainda deixa um último recado: “É possível que se modifique radicalmente a maneira de trabalhar do governo, substituindo-se à ânsia reformadora de que somos normalmente atacados, a resolução ordenada dos maiores problemas e substituindo-se os frequentes conselhos de ministros pelas reuniões do chefe do governo com os ministros [...]. Não deverá mesmo estranhar-se que, não sendo de facto razoável exigir responsabilidades aos ministros em obra legislativa, que não é da sua especialidade, os próprios decretos com força de Lei venham mesmo a ter apenas a assinatura do presi-

⁴² *Diário de Notícias*, 6/7/1932, p. 1.

⁴³ *Diário de Notícias*, 12/7/1932, p. 1.

⁴⁴ *Ibidem*.

dente do Ministério e dos ministros efectivamente responsáveis por eles. Haverá, nesta forma de trabalhar, economia de tempo e mais perfeita harmonia com as realidades da governação pública”⁴⁵.

O *Novidades*, para além de noticiar a tomada de posse do novo governo e a primeira reunião do novo conselho de ministros, publica grande parte desta exposição, porém já sem os títulos a várias colunas e sem o destaque gráfico habitualmente concedido por este jornal católico a Salazar. Ora, como é sabido, nesta altura, está já em preparação a nova Constituição, que não prejudica mas também não beneficia a Igreja Católica e, sendo assim, o *Novidades* acusa alguma desilusão e distancia-se de Salazar⁴⁶. Por sua vez, *O Comércio do Porto*, recentemente convertido à causa salazarista, reproduz a exposição de Salazar⁴⁷. O *República*, no entanto, ignora a ascensão de Salazar à chefia do governo. Aliás, o *República* não apresenta qualquer referência a Salazar, ao seu governo ou ao Presidente da República, continuando a privilegiar as questões políticas e económicas internacionais, nomeadamente a questão da paz e da guerra.

Num momento em que se anuncia o Estado Novo (1933), o *República* é claramente o diário mais anti-institucional, e também o mais criativo. Em Março de 1933, enquanto todos os outros jornais de maior expansão estão empenhados em promover a nova Constituição, o *República* inicia a sátira social através de caricaturas. Desse modo, retrata os problemas sociais e escapa à censura. Uma das caricaturas mais interessantes é, sem dúvida, a do fascismo. A legenda desta caricatura questiona: “E, então sempre vais para o fascismo? Dizem que dão uma camisa... Se também arranjam umas cuecas, não sei que te diga... o ano vai tão mau...”⁴⁸.

Conclusão

De uma maneira geral, verificamos que, numa primeira fase, há uma onda geral de entusiasmo com Salazar; numa segunda etapa, Salazar sente necessidade de consolidar a imagem criada; e num terceiro período, está já

⁴⁵ *Diário de Notícias*, 12/7/1932, p. 2.

⁴⁶ *Novidades*, 13/7/1932, pp. 1 e 3.

⁴⁷ *O Comércio do Porto*, 13/7/1932, p. 5.

⁴⁸ *República*, 17/3/1933, p. 1.

enraizada no pensamento de Salazar a noção de que a Imprensa é um poderoso instrumento de propaganda.

Como a liderança de Salazar, primeiro no Ministério das Finanças e depois na chefia do governo, “não faz apelo à mobilização das paixões massivas, não é veiculada pelo seu retrato”⁴⁹, o exercício do seu cargo é retratado pelo texto. Os jornais retratam-no pela via textual, “em torno de uma leitura ideológica, cujas ideias centrais são a sua pretensa competência financeira e política, o seu espírito de estudo e devoção, o seu paternalismo omnipresente e onisciente, em suma, o seu providencialismo”⁵⁰.

Neste contexto, a anuência de Salazar a alguns pedidos de entrevistas ou a solicitação de ‘entrevistas’ por Salazar (por exemplo, as exposições do *Diário de Notícias*) evidenciam que Salazar tinha uma clara percepção da importância da Imprensa na legitimação e consolidação do seu poder. Mais, o facto de Salazar saber escolher o momento em que deveria falar aos jornais, bem como ser capaz de seleccionar o jornal que, em cada momento, lhe era mais útil, aliado ao facto de alguns jornais estarem empenhados na construção de um certo “imaginário popular” fiel a Salazar, contribui decisivamente para a sua ascensão política.

Salazar concede, numa primeira fase, entrevistas ao *Novidades* e ao *Diário de Notícias*; numa segunda fase, em que pretende demarcar-se da Igreja católica, dá entrevistas ao *Diário de Notícias*; e, em momentos de crise, alarga as entrevistas a *O Século*). Quando assume a presidência do governo, o controlo da opinião pública já não se faz apenas pela ocultação de informação mas “num plano superior de manipulação, pela veiculação das posições governamentais” sobre determinados acontecimentos através das notas oficiais⁵¹.

Nesta fase, a censura prévia é elevada à categoria de “meio indispensável a uma obra de reconstrução e saneamento moral”⁵² e permite um agravamento da repressão sobre a Imprensa, que pode explicar, pelo menos parcialmente, a conversão de *O Comércio do Porto* ao salazarismo. É neste período que a Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa (DGSCI) repõe (através da Circular de 28 de Agosto de 1931) as 19 directivas que desde 1926

⁴⁹ REIS, António (dir), *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 321.

⁵⁰ Idem, p. 330.

⁵¹ TENGARRINHA, José, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2006, p. 57.

⁵² *Ibidem*.

vinham regulando as relações com a Imprensa e que agora obrigam os jornais a valorizarem Salazar, assim doutrinando subliminarmente a população portuguesa (desempenhando, nesta fase, a função propagandística do futuro Secretariado de Propaganda Nacional).

Por esta altura, também, a mesma DGSCI publica os “Fins” da censura (nas “Instruções Gerais” de 1932), onde enumera os 23 tipos de informação não permitidos, no sentido de evitar a publicação de opiniões e informações consideradas perturbadoras da ordem pública, e de fomentar uma opinião pública favorável ao novo regime.

Ora, apesar deste conjunto de medidas ter facilitado a ascensão de Salazar à chefia do governo (entre 1928 e 1933), no entender de Salazar não eram suficientes para garantir a sua permanência no poder, pelo que o ditador resolve o problema, institucionalizando a censura prévia na Constituição de 1933 (Art.º 8, parágrafo 2.º; aplicada depois pelo Decreto de 11 de Abril de 1933). A partir daqui podemos definir Portugal como Marshall McLuhan definiu filme e então Portugal terá sido um país-fantasma povoado “de falsas aparências” em que a ideia “de engano, de engodo, de propaganda, desdobra-se em claro-escuro [...] para apontar, por trás das falsas aparências, aquilo que se encontra delicadamente em causa: sem dúvida, a ideologia”⁵³.

⁵³ RAMONET, Ignacio, *Propagandas Silenciosas*, Porto, Campo das Letras, 2001, p.9.

A DITADURA MILITAR E A AUTONOMIA DOS AÇORES

Como é bem conhecido, o movimento militar do 28 de Maio de 1926 gerou expectativas, geralmente benevolentes, sobre os rumos que a política portuguesa iria trilhar¹. A imprensa açoriana da época dá bem nota, aliás, de alguns equívocos sobre a natureza do movimento: chegara a verdadeira república? Seriam os novos homens os grandes “redentores da pátria”? Um regresso ao tempo de Sidónio Pais?

A “matriz” da expectativa positiva percorria as páginas de diversos jornais conservadores açorianos: expectativa no “saneamento da pátria”, no “triunfo da libertação dos oprimidos”², nos “bons intentos” do Exército e na sua capacidade para dominar e vencer os políticos³. Mesmo do lado da esquerda democrática, o que se verificava era uma atitude compreensiva para com os

¹ Dispensamo-nos de apresentar uma lista bibliográfica sobre esta questão, por tão vasta que seria. Sobre a situação nos Açores, nomeadamente quanto às posições da imprensa, poderá consultar-se o nosso trabalho *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999, ponto 3. do capítulo V. Sobre a problemática socioeconómica, v. Carlos Enes, *A Economia Açoriana Entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Salamandra, 1994. V., ainda, sobre aspectos da situação política, Luís Menezes, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1992. Quanto aos aspectos demográficos e à emigração, v. Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX: Unidade. Permanência. Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

² *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, 1926, Junho, 5.

³ *O Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 1926, Junho, 5.

acontecimentos: pela orientação seguida, o Governo afastara-se da opinião pública, que, portanto, recebera bem a nova situação. O certo, todavia, é que a concepção do levantamento militar era já bem vincada como uma espécie de parêntesis “purificador” da vida política nacional, para um regresso rápido ao sistema parlamentar⁴.

Pelo Decreto 14402, de 7 de Outubro de 1927, seria criado o cargo de Delegado Especial do Governo da República nos Açores, com funções de superintendência nos serviços da administração pública e com competências para a nomeação e demissão de autoridades administrativas e militares. Além do mais, teria especiais responsabilidades no controle dos deportados políticos que se encontravam dispersos por diversas ilhas dos Açores, mas, sobretudo, na Terceira.

Após a sua chegada às ilhas, o coronel Silva Leal, que fora nomeado para o desempenho do cargo, alertou o Governo para a necessidade de tomada de medidas “destinadas a satisfazer antigas e justas reclamações de grande interesse público”⁵. E uma das questões que, desde a segunda metade do século XIX, concitava o debate político era, sem dúvida, a problemática administrativa, nomeadamente, a reivindicação autonomista. Silva Leal⁶, que era natural dos Açores, teve bem a consciência da necessidade de enfrentar o problema, até porque sabia que uma parte significativa dos autonomistas se situava ideológica e politicamente no espectro conservador da sociedade açoriana.

Ainda antes da nomeação de Silva Leal como DEGRA, o decreto 13.912, de 30 de Junho de 1927, constituiu uma comissão para elaborar um projecto de mapa administrativo do país⁷. Esta comissão apresentou umas bases

⁴ Cf. *O Democrata*, Ponta Delgada, 1926, Junho, 12.

⁵ “Ofício confidencial do DEGRA ao Ministro do Interior”, Angra do Heroísmo, 1927, Novembro, 3. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, IV Secção, *DEGRA. Reservados*, mç 1, pasta 5.

⁶ Uma nota biográfica pode consultar-se em <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/ver.aspx?id=7994>, acedido em 30 de Junho de 2009, às 23H25. Sobre a acção do DEGRA v. José Olivio Mendes Rocha, *Autoritarismo e Resistência nos Açores: O papel do Delegado Especial do Governo da República nos Açores – 1927-1931*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005 (tese de Mestrado, policopiada).

⁷ Havendo dúvidas quanto à origem do texto das “Bases para a concessão da autonomia administrativa e financeira à Província dos Açores” – manuscrito em arquivo na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, fundo do DEGRA – José Olivio Rocha (*ob. cit.*, pp. 62-68) não tem dúvidas em a atribuir à referida comissão, apresentando argumentos sustentados em documentação do arquivo do DEGRA.

para a concessão de autonomia administrativa e financeira à Província Autónoma dos Açores⁸.

Ora, estas bases começavam precisamente por uma questão polémica: a definição territorial da província, que integraria as nove ilhas dos Açores. Seria administrada por um Governo-Geral chefiado pelo governador-geral, nomeado pelo ministro do Interior. A província seria ainda dividida em distritos (com a divisão tradicional), com o governador civil como entidade máxima. Mantinham-se as instituições municipais com as respectivas administrações exercidas por eleição.

O poder legislativo seria exercido pelo governador-geral, assistido ou não pelos conselhos de governo ou de província e somente nas matérias que não fossem da competência do Congresso da República ou do ministro do Interior. De qualquer modo, as decisões do governador-geral seriam sempre sujeitas a sanção do ministro do Interior.

Quanto às funções executivas, ficariam reservadas, quer ao ministro do Interior, quer ao governador-geral. Como representante do poder executivo, o governador-geral exerceria as supremas autoridades civil e militar. O Conselho de Governo, integrando vogais natos e nomeados pelo governador-geral, teria funções meramente consultivas.

A ideia corporativa sobressai na constituição do Conselho de Província. Seria electivo, mas os seus membros representariam “as corporações administrativas, associações de classe legalmente constituídas, representativas dos interesses vitais da província, quer de carácter patronal, quer proletário e todos os demais institutos religiosos, económicos e intelectuais”, ou seja, uma espécie de câmara corporativa para levar ao conhecimento do governador as reclamações, necessidades e aspirações da província.

Uma outra questão também polémica era a relativa à autonomia financeira “sob fiscalização do continente” como se diz na proposta. As receitas cobradas na província teriam que suportar todos os encargos com os serviços públicos, excepto os de soberania (o exército, já que os tribunais de primeira instância, bem como o Administrativo, Fiscal e de Contas, eram considerados como “poder judicial” da província, na dependência das leis nacionais e dos tribunais superiores). A administração financeira da província seria fiscalizada pelo ministério do Interior.

⁸ O texto da proposta pode consultar-se em José Guilherme Reis Leite (organização, prefácio e notas), *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa*, Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987, pp. 197-206.

Ora, esta proposta levanta logo duas questões fundamentais: por um lado a concepção unitária dos Açores enquanto província autónoma e com órgãos que estenderiam a sua autoridade a todas as ilhas; por outro, a autonomia financeira.

Quanto à primeira questão, os autonomistas só a conseguiram resolver com a Constituição de 1976. As rivalidades, as desconfianças, os atritos históricos e também a dificuldade de comunicações desaconselhavam, na perspectiva das autoridades do distrito de Angra do Heroísmo⁹, esta via, mas antes recomendavam a manutenção do arquipélago tripartido em distritos, dois deles autónomos. A outra questão, a da autonomia financeira, que tanto mobilizara os autonomistas micalenses, passaria também a ser entendida numa perspectiva negativa. Afinal, se umas ilhas teriam capacidade para corresponder aos encargos com as receitas próprias que geravam, o certo também é que a maioria seria fortemente deficitária.

Em termos gerais, pode dizer-se que a província só nominalmente seria autónoma. Tratava-se, simplesmente, de uma desconcentração administrativa, pois os poderes eram exercidos por um delegado ou representante do governo, a acrescer ao facto de os seus poderes serem limitados pela tutela do ministro do Interior, que tinha que sancionar todas as suas decisões. No fundo, a proposta é já bem significativa do tipo de organização política que viria a caracterizar o Estado Novo: centralização política e corporativismo.

As corporações administrativas dos Açores, nomeadamente do distrito de Angra do Heroísmo, ao serem consultadas manifestaram-se negativamente, quer quanto à divisão administrativa, quer quanto à autonomia financeira¹⁰.

Será de notar que esta proposta não suscitou grande discussão nos jornais locais. De facto, a seguir ao 28 de Maio verificou-se uma espécie de “compasso de espera” no programa de vastas reivindicações descentralizadoras. Aguardava-se o prometido novo Código Administrativo. Além disso, alguns dos mais entusiastas autonomistas alteraram a sua perspectiva relativamente à

⁹ Veja-se, por exemplo, o debate que se verificou no distrito de Angra do Heroísmo. Amadeu Monjardino, então presidente da Junta Geral do Distrito, defendia que a situação geográfica do arquipélago aconselhava a manutenção da divisão administrativa em três distritos. Além disso, destacava que a existência de uma província com sede, por exemplo, em Angra do Heroísmo seria motivo de descontentamento dos outros dois distritos, que nunca “de boamente se deixariam submeter”. A mesma posição seria defendida pelo Governador Civil e pela Câmara Municipal. Cf. José Olívio Mendes Rocha, *ob. cit.*, pp. 63-66.

¹⁰ Cf. José Olívio Mendes Rocha, *ob. cit.*, pp. 63-66

autonomia. De uma visão optimista sobre a capacidade de os açorianos se auto-administrarem competente e honestamente, passara-se a uma visão céptica, se não pessimista, sobre as relações sociais e os interesses económicos e políticos que, sobretudo após a Grande Guerra, haviam abalado “os fundamentos das velhas sociedades” e a que os Açores não teriam ficado imunes. Além do mais, a situação financeira dos distritos, mesmo no caso do de Ponta Delgada, apresentava-se já deficitária, o que destruía um dos principais argumentos do discurso autonomista¹¹.

Havia, pois, que enveredar pelo pragmatismo e abandonar as velhas questões, como as relativas à divisão administrativa do arquipélago, ao modelo de representação nas instituições autonómicas ou ao alargamento das competências das juntas gerais. Preconizava-se somente a manutenção do sistema descentralizador do decreto de 2 de Março de 1895 e o alargamento da capacidade financeira das juntas gerais. Seria este o fio condutor que iria imperar no debate político nos primeiros dois anos de vigência da ditadura militar¹².

Ora, este tipo de intervenção mais pragmática e, digamos, economicista viria a ter sucesso, pois alcançaria também o apoio do coronel Silva Leal. Havia, de facto, que apaziguar as hostes autonomistas, de modo a evitar a contestação política à nova situação. O Delegado Especial do Governo da República nos Açores soube bem gerir a situação. Desde logo, ao nomear para seu chefe do Gabinete Civil um dos mais acérrimos propagandistas dos ideais autonomistas, José Bruno Carreiro, secretário-geral do Governo Civil de Ponta Delgada e director do jornal *Correio dos Açores*, além de ter recebido o apoio do monárquico Luís de Bettencourt, que fora o último governador civil do distrito de Ponta Delgada na vigência do regime monárquico e que presidia à Junta Geral do distrito.

¹¹ Conferência de José Bruno Carreiro proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, a convite do Grémio dos Açores, transcrita no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1927, Setembro, 4. Este “recuo” autonomista de José Bruno Carreiro, director do *Correio dos Açores*, foi motivo de fortíssimas críticas por parte de outros jornais micalenses: “Alçapremado às altas esferas do poder, o sr. dr. José Bruno, supondo-se coroado de penas de peru, proclama-se dono ou soba *disto* e decreta às gentes embasbacadas, nada menos do que isto: que os Açores não necessitam de autonomia; que a promulgação desta é um perigo, que somente se reclama do poder uma maior assistência financeira! Não serve a autonomia porque, diz o alcorão, os gases da Grande Guerra inocularam no sangue das gentes o apetite voraz de se refastelarem à mesa do orçamento”. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Fevereiro, 7.

¹² Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999, pp. 398-403

Silva Leal, acompanhado por José Bruno, desloca-se a Lisboa para tratar de assuntos respeitantes aos Açores, principalmente da reorganização das juntas gerais autónomas de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Pretendia-se, essencialmente, o aumento das receitas, a diminuição dos encargos, a definição das atribuições e a alteração da composição das juntas gerais. As propostas colheram valimento através do decreto n.º 15035, de 16 de Fevereiro de 1926.

O “Preâmbulo” do diploma justificava as alterações pelo facto de os distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal (o da Horta não aderira ao decreto descentralizador de 2 de Março de 1895 e, portanto, não era considerado “distrito autónomo”) terem persistentemente reclamado a necessidade de revisão do decreto de 2 de Março de 1895. A experiência de cerca de 30 anos de vigência do regime ali definido correspondera à confiança que o Governo depositara nas respectivas populações, além de o uso que as administrações haviam feito das atribuições e recursos por aquele diploma conferidos mostrarem a justiça das reclamações, “habilitando-as a aperfeiçoar os serviços que lhes esta[vam] entregues, muitos deles do mais alto interesse público, exclusivamente a cargo do Estado nos outros distritos do País”¹³. A crítica às movimentações e propostas autonomistas que percorreram as décadas iniciais do século XX e a defesa da objectividade das propostas mais recentes não deixavam de vir bem expressas:

“Formulada indecisa e vagamente durante muito tempo, essa aspiração tem-se concretizado ultimamente na reivindicação de mais largos recursos financeiros e na introdução no decreto de 2 de Março de 1895 de algumas alterações, aconselhadas pela já longa vigência deste diploma”¹⁴.

Seria, pois, de alterar alguns dos artigos do Decreto de 1895, sendo certo, contudo, que as condições especiais dos distritos autónomos justificavam um regime especial de organização e funcionamento das juntas gerais.

Uma das alterações respeitava à composição das juntas gerais, que, anteriormente, integrava procuradores eleitos nos concelhos, que passavam a ser eleitos em círculo único distrital e em número inferior¹⁵. Relativamente às receitas, além das que lhes pertenciam, passariam para os cofres distritais os

¹³ “Decreto do Governo da Ditadura n.º 15035 de 16 de Fevereiro de 1928”, in José Guilherme Reis Leite *ob. cit.*, 1987, p. 207.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 207-208.

¹⁵ Art.ºs. 2.º e 3.º.

impostos de transacções e de aplicação de capitais¹⁶, e para encargo do Estado as despesas com a polícia cívica e com a sanidade marítima. A Biblioteca Pública de Ponta Delgada ficaria na dependência da Junta Geral.

Em alguns aspectos, o Decreto de 2 de Março de 1895 tinha sido alterado pela Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913¹⁷, em especial quanto à designação dos presidentes das juntas gerais, às competências para a convocação de sessões extraordinárias e à capacidade de intervenção dos governadores civis no funcionamento destas corporações administrativas. De facto, se, no decreto de 2 de Março de 1895, os presidentes das juntas gerais eram designados pelo governo de entre os procuradores eleitos (art.º 12.º), já na Lei de 1913, os mesmos eram eleitos pelos seus pares (art. 13.º). No Decreto de 2 de Março a convocação para sessões extraordinárias teria que ser feita por decreto do governo ou por ofício circular do governador civil, quando a reunião estivesse autorizada por lei, mas sem designação de dia (art.º 8.º), enquanto a Lei de 1913 atribuía às comissões executivas ou a um quarto dos procuradores esta capacidade. No decreto de 2 de Março de 1895, os governadores civis abriam e encerravam, em nome do rei, as sessões das juntas, nelas podendo participar, serem ouvidos quando o pedissem e fazer propostas que considerassem convenientes (art.ºs 9.º e 11.º), o que não acontecia com Lei de 1913, em que as sessões eram abertas e encerradas pelos presidentes das juntas. Os governadores civis podiam a elas assistir e serem ouvidos sobre os assuntos em discussão ou outros de interesse público (art.ºs 43.º e 44.º).

Ao referirem-se estas diferenças entre os dois diplomas, o primeiro, sem dúvida, de pendor mais centralizador, ao pôr o acento tónico no controlo do governo ou do seu representante distrital, o governador civil, pretende sublinhar-se o facto de o decreto de 16 de Fevereiro de 1928 se aproximar mais da Lei de 1913 do que propriamente do decreto de 1895, ainda que aquela Lei nem seja referida. Ou seja, quanto à intervenção e controlo do governo segue as medidas mais descentralizadoras, nos aspectos apontados, (p. ex.º, art.ºs 6.º, 7.º e 9.º) da legislação da I República, se bem que com alterações de pormenor. Não deixa de ser relevante esta questão, por dois aspectos essenciais.

Em primeiro lugar, há que notar que todos os procedimentos da democracia formal estão previstos no articulado do decreto de 16 de Fevereiro de 1928: eleições directas e representação das minorias, seguindo os trâmites “fixados para as eleições legislativas” (art. 3.º). A Ditadura Militar seria, assim,

¹⁶ Art.º 19.º.

¹⁷ Transcrita em José Guilherme Reis Leite, *ob. cit.*, pp. 141-178.

uma espécie de parêntesis para um regresso a curto prazo ao sistema democrático que não é posto em causa. Por outro lado, o facto de a legislação republicana não ser citada, sequer para a revogar, pode talvez querer significar que se pretendia apagar tudo o que de positivo fora produzido pela I República.

O *Correio dos Açores* trabalha no sentido da criação de um verdadeiro ambiente de euforia popular pela promulgação do decreto de 16 de Fevereiro de 1928. Em grandes parangonas, titula o seu número de 18 de Fevereiro: “Na Hora do Triunfo”. A palavra vitória é uma constante ao longo dos diversos artigos de entronização do próprio trabalho desenvolvido pelo jornal em prol da descentralização¹⁸. O coronel Silva Leal é alçado à imagem de verdadeiro herói da causa autonomista, propondo-se à edilidade de Ponta Delgada atribuição do seu nome a uma das ruas da cidade.

Mont’Alverne de Sequeira, velho autonomista, titula mesmo um artigo laudatório da figura de Silva Leal: “Messias Açoriano”¹⁹. A ideia geral que sobressaía dos textos então publicados era a de que aos açorianos, com essa medida legislativa, se abriam as portas do progresso e bem-estar, pois a descentralização, para ser frutuosa, teria que ter na base um “governo forte”²⁰.

Mas nem todos estavam de acordo...

Os concelhos não citadinos, especialmente os mais periféricos relativamente à capital distrital, não se conformavam com o círculo distrital para a eleição dos procuradores às juntas gerais, o que prejudicaria a intervenção dos municípios, através dos respectivos procuradores, na administração distrital e abria perspectivas do domínio da administração dos distritos pelas sedes distritais²¹. Críticos do novo modelo representativo defendiam que a solidariedade e o empenhamento das juntas gerais só seriam verdadeiramente garantidos com o antigo sistema de representação concelhia²².

De qualquer modo, o próprio envolvimento nas manifestações de regozijo (cortejos cívicos, récitas de gala, banquetes, sessões públicas...) de autonomistas da anterior geração, como Aristides da Mota, Mont’Alverne de Sequeira, bem como do republicano Francisco d’Ataíde M. Faria e Maia, iria retirar eficácia ao impacto público de tais desconfianças. Todos reconheciam

¹⁸ Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Fevereiro 18.

¹⁹ Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Março 13.

²⁰ Cf. *Ibidem*.

²¹ Cf. *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, 1928, Fevereiro 20.

²² Cf. *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, 1926, Março 17.

que a questão financeira, a mais candente quanto ao funcionamento das juntas gerais, ficara resolvida com a atribuição de novas receitas àquelas corporações administrativas distritais. Essa vitória era atribuída a Silva Leal, ao Chefe de Estado, ao ministro do Interior, o madeirense Vicente de Freitas, e ao redactor do projecto, dr. Luís Bettencourt. Também José Bruno Carreiro vê louvados a sua acção jornalística em prol da causa açoriana e o trabalho que desenvolvera junto do Delegado Especial.

Reafirmando o que defendera em anteriores artigos, Luís da Silva Ribeiro rejeita quaisquer modelos que implicassem a “autonomia integral”, “à inglesa”, regime que considerava aplicável somente aos países coloniais ou, na Europa, a regiões com “feição característica diferente do resto do país” onde se integravam, como, no caso da Espanha, a Catalunha ou a Galiza. Tal, defendia, não se verificava nos Açores: “os açorianos são o puríssimo tipo da raça portuguesa”. Além disso, o Arquipélago não constituía uma província, na medida em que não existia “uma consciência de unidade social correspondente à unidade geográfica do Arquipélago”. Nesta perspectiva, reconhecia que o decreto realizava o *programa mínimo*, a que se podia aspirar, o único praticamente realizável nas circunstâncias que caracterizavam a vida do País e dos Açores, satisfazendo, “por completo”, as legítimas aspirações açorianas²³. Concediam-se às juntas gerais os meios financeiros indispensáveis ao exercício da sua acção administrativa, alargando-se as respectivas atribuições, nomeadamente ao nível do fomento agrícola, sector que Luís Ribeiro considerava “o sólido alicerce de uma economia florescente e segura”, e do turismo, que encontrava nos Açores uma espécie de “entreposto da estrada Europa-América do Norte” e que, conseqüentemente, teria que ser desenvolvido. O Decreto de 16 de Fevereiro de 1928 abria perspectivas positivas à resolução dos grandes problemas económicos açorianos.

No fundo, como diria o velho autonomista Mont'Alverne de Sequeira o único defeito da Ditadura Militar fora o de não ter chegado mais cedo²⁴.

Nos distritos autónomos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, o governo da Ditadura militar alcançara um importante êxito de popularidade, até porque os assuntos que o Delegado Especial do Governo nos Açores, Silva Leal, tratou nos serviços centrais abrangiam outros problemas que preocupavam vários estratos da população das diversas ilhas, como a conservação da

²³ Luís Ribeiro “O Decreto 15035”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Março 11.

²⁴ Cf. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Março 14.

moeda insulana, o pagamento atempado dos vencimentos aos funcionários públicos, a instalação de postos TSF nas ilhas mais pequenas, a montagem da rede telefónica em Angra do Heroísmo, a regularização dos subsídios para a reconstrução da cidade da Horta, entre outros. Neste sentido, Silva Leal desempenhou um papel fundamental como agente da Ditadura Militar nos Açores, transmitindo uma imagem de eficácia de um “governo forte” que resolvia os problemas que afectavam as populações. Conseguiu captar as simpatias de uma imprensa que, quer nos Açores, quer em Lisboa²⁵, lhe era nitidamente favorável, o mesmo acontecendo com a comunidade açoriana residente em Lisboa, pelo menos a que se manifestava através do Grémio dos Açores²⁶. Reforça-se, habilmente, a ideia de que às “lutas de facção” que debilitavam quaisquer esforços no sentido do desenvolvimento, havia que opor a “união e a concórdia”²⁷ sob a égide de um “governo forte”. José Bruno Carreiro afirmava, em entrevista ao jornal de Lisboa *A Voz*:

A descentralização, num país em que todos mandam ou querem mandar, tem perigos tremendos. Mas com um governo forte, um governo que representa a nação e que, portanto, pode soffrear as desmedidas aspirações de tantos, ela deixa de ser perigosa para se tornar magnífica [...]. A ditadura concedeu aos Açores tudo o que neste momento lhe era lícito conceder²⁸.

Parecia, pois, que a Ditadura Militar possuía todas as condições para manter incólume nos Açores o seu prestígio. Jornais mais conservadores como *O Autónomico* incentivavam o Governo a não ceder a quaisquer tipos de pressões e a manter inalterável o “programa do 28 de Maio”, pois nisso teria o apoio da opinião pública²⁹.

A actuação de Salazar enquanto ministro das Finanças iria abalar essa unanimidade, ainda que a sua nomeação tenha sido saudada pela imprensa local³⁰.

²⁵ Augusto Morna, redactor de *A Voz*, desloca-se aos Açores por essa época, onde entrevista personalidades e elabora reportagens que são inseridas no jornal e se cifram por claro apoio ao regime.

²⁶ Cf., por exemplo, *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Fevereiro 18.

²⁷ Cf. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Março 13.

²⁸ Transc. in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Março 13.

²⁹ Cf. *O Autónomico*, Vila Franca do Campo, 1928, Junho 16.

³⁰ Cf., por exemplo, *Idem*, Vila Franca do Campo, 1928, Maio 12.

A expectativa que se em torno da acção de Salazar na pasta das Finanças é bem patente em textos publicados na imprensa local. Confiava-se na sua “competência” e capacidade para encontrar soluções tendo em vista o saneamento as finanças públicas: “que Deus o proteja e lhe permita levantar este país do atoleiro para onde o arrastaram as facções e os políticos”³¹. No discurso de elogio a Salazar acentuava-se a dicotomia entre o seu “apoliticismo” e as lutas entre indivíduos e facções que não cuidavam dos interesses da pátria, mas exclusivamente dos seus próprios³². Os apelos ao trabalho, à poupança, ao sacrifício são apontados como afirmações de sinceridade e de realismo que a nação não deixaria de compreender e de apoiar³³. Mas, uma coisa era o apoio “de princípio” aos valores que a personalidade de Salazar representava, que se considerava serem essenciais à “regeneração” da pátria; outra bem diferente era a concretização desse apoio quando as medidas de contenção financeira tocavam directamente as comunidades em que se enquadravam os jornais. Nessas situações os apoiantes passavam muitas vezes a críticos.

Este controlo financeiro, objectivando o equilíbrio do orçamento de Estado, iria ter reflexos importantes no funcionamento das juntas gerais autónomas. As restrições impostas quanto às despesas públicas teriam que ser respeitadas em todo o país, já que os sacrifícios deviam ser equitativamente distribuídos por todos os portugueses.

Com efeito, a situação nos distritos autónomos relativamente à nova política financeira assumia características especiais, pois não se tratava somente de criticar medidas impopulares, mas de reconhecer o corte abrupto com um ambiente de expectativa, mesmo de euforia, que havia resultado do decreto de 16 de Fevereiro de 1928. Depois de tantos “foguetes” – constatava um articulista – seguia-se a dura realidade que fazia prever “um futuro muito triste”. E questionava: “afinal que culpa temos nós de os maus políticos terem posto a saque o nosso ora desafortunado país?”³⁴. De qualquer modo, os mesmos que faziam publicar esses artigos de crítica, que deixavam transparecer uma certa ideia de desânimo e de desalento relativamente às expectativas geradas em torno da Ditadura Militar e sua actuação nos Açores, não deixavam, por vezes no

³¹ *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, 1928, Maio 12.

³² Cf. *Idem*, Vila Franca do Campo, 1928, Junho 30.

³³ Cf. *Idem*, Vila Franca do Campo, 1928, Abril 28; Junho 30.

³⁴ *Idem*, Vila Franca do Campo, 1928, Junho 30.

mesmo número do jornal, de revelar a maior admiração pelo técnico de Finanças que nunca fora “político”³⁵.

Na sua política de controlo e contenção financeira objectivando o equilíbrio do orçamento de Estado, Salazar iria alterar profundamente, pelo decreto n.º 15805, de 31 de Julho de 1928, o n.º 15035, de 16 de Fevereiro do mesmo ano, que tanto apoio tinha recebido da população, principalmente da do distrito de Ponta Delgada.

O “Preâmbulo” do decreto apresenta o novo articulado como resultante da necessidade de os distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal alcançarem uma maior autonomia administrativa, dentro da unidade política do Estado³⁶. Salazar defendia mesmo que a “relativa autonomia” de que usufruíam os distritos insulares autónomos desde finais do século XIX dera “resultados satisfatórios” mas que, no respeitante à organização dos serviços, o sistema não impedira o inconveniente grave de “duplicações possíveis e até efectivas, havendo repartições do Estado com uma restrita esfera de acção”, como sucedia no ramo das obras públicas.

Além disso, reconhecia-se que, principalmente os distritos de Ponta Delgada e do Funchal, pelas suas especiais potencialidades turísticas, requeriam “iniciativas e vigilâncias muito especiais ou melhoramentos e serviços em que a acção do poder central “não podia fazer-se sentir”, em virtude da distância, “com a intensidade e eficácia” que convinham. Os pedidos da patriótica, “no mais alto grau”, população insular de uma autonomia mais ampla teriam, assim, justificação. Chegara a altura de completar – “em condições favoráveis ao progresso dos distritos insulanos e às finanças do Estado” – a descentralização iniciada em finais do século XIX e “fortalecida” pelo decreto de 16 de Fevereiro de 1928. O crescimento das receitas, adveniente do aumento dos impostos gerais que foram atribuídos às juntas gerais, sem que tivesse havido acréscimo de despesas, bem como a necessidade de cada autarquia economizar na sua administração, de acordo com as regras definidas para o orçamento de Estado, e ainda a transferência para as juntas das receitas do adicional de 1% para o cofre geral de emolumentos e do fundo geral de instrução primária garantiriam às juntas gerais a capacidade financeira para fazer face à transferência de serviços do Estado para a sua alçada, nomeadamente os dependentes

³⁵ Cf., por exemplo, *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, 1928, Junho 30.

³⁶ Cf. “Decreto do Governo da Ditadura n.º 15805 de 31 de Julho de 1928”, in José Guilherme Reis Leite (org., pref. e notas), *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa*, ed. cit., pp. 220-225.

dos ministérios do Comércio, Agricultura e Instrução, os dos governos civis, polícia cívica, saúde, assistência e previdência, subordinados aos ministérios do Interior e das Finanças. Além disso, se um ou outro distrito tivesse dificuldades financeiras, seria preferível conceder-lhe o subsídio necessário, “enquanto indispensável” do que “deixar de fazer por uma vez a conveniente descentralização ou adoptar fórmulas diversas para cada um daqueles”.

Com base no argumento da eficácia, alterava-se a composição das juntas gerais que, de representação electiva, passa a mista: 9 vogais de eleição (6 pelas maiorias e 3 pelas minorias) e 6 vogais natos (Secretário Geral do Governo Civil, Reitor do Liceu, Inspector de Sanidade Marítima, Inspector de Sanidade Terrestre, Engenheiro Director das Obras Públicas, Chefe dos Serviços Agronómicos ou Intendente da Pecuária). O Presidente seria eleito de entre os vogais electivos³⁷.

Quando comparado, ao nível do discurso preambular justificativo e legitimativo, este decreto de Salazar podia parecer muito mais descentralizador do que o de 16 de Fevereiro. De facto, o “preambulo” do decreto 15035 de 16 de Fevereiro de 1928 não se refere uma só vez à autonomia ou à descentralização. Fala somente na necessidade de introduzir “algumas alterações” ao decreto de 2 de Março de 1895 que restabelecera as juntas gerais, ao tempo extintas. É bem sintomática esta caracterização do decreto de 2 de Março de 1895: não se fala nele como conquista autónoma resultado do empenhamento político de vastos sectores da população. Não se refere o seu carácter descentralizador, considerado já esgotado. Alude-se, exclusivamente, ao conspecto formal do restabelecimento das juntas gerais distritais. Salienta-se que as juntas gerais

³⁷ Segundo Fernando Rosas, o sector republicano-conservador da ditadura preocupava-se em impor a “normalização constitucional”, através de uma “transição por via eleitoral devidamente controlada: convocar eleições presidenciais, legislativas/constituintes ou, pelo menos, como passo prévio, eleições administrativas”. Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, (Vol. VII da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 167. A composição das juntas gerais, incluindo vogais electivos, parece integrar-se nessas preocupações legitimadoras. O sistema não chegou a funcionar pois, até à promulgação da Lei n.º 1967, foi exclusivo o recurso às comissões administrativas, de composição variável e nomeação governamental. Cf. “Relatório da Junta Geral Autónoma de Ponta Delgada sobre a Proposta de Lei Sobre o Regime Administrativo das Ilhas Adjacentes (1937, Novembro 25)”, in José Guilherme Reis Leite, *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa*, ed. cit., p. 234. Pela Lei n.º 1967, de 30 de Abril de 1938, as Juntas Gerais dos distritos autónomos (o da Horta passava a integrar, por esta lei, a categoria de distrito autónomo) passavam a ser compostas por 7 procuradores, 3 natos e 4 eleitos trienalmente pelas câmaras municipais e organismos corporativos do distrito. Cf. *Ibidem*, p. 295.

autónomas tinham a seu cargo serviços públicos que, nos restantes distritos, oneravam as contas do Estado e que, ao longo das três décadas em que vigorara aquele diploma, as administrações distritais autónomas haviam mostrado “corresponder à confiança depositada pelo Governo nas respectivas populações”. Implícitas estavam, pois, as virtudes da descentralização, sem que, no entanto, se utilizasse a palavra.

Em contrapartida, descortinamos no decreto de Salazar a justificação da autonomia e a necessidade de a tornar mais ampla. Reconhece-se, também, que a experiência da “relativa autonomia” dera resultados satisfatórios, mas que a distância não permitia uma pronta e eficaz acção do poder central nos distritos insulares e daí tornar-se necessário “completar [...] a descentralização iniciada no fim do século XIX e fortalecida pelo decreto 15031”.

Encontramo-nos, pois, perante dois discursos bastante diferentes. O primeiro, que procurava esbater o sentido descentralizador do decreto, salientando a necessidade de reforço das receitas para que as juntas gerais desempenhassem cabalmente as funções a seu cargo, visava sobretudo, quer-nos parecer, evitar quaisquer motivos de polémica junto do ministério já que, como se notou, o projecto fora elaborado pelo Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral de Ponta Delgada, defendido pelo Delegado Especial do Governo nos Açores e recebera o apoio das antigas e novas gerações de autonomistas. Para quê enveredar por posições ideológicas e discussões teóricas se o principal fora garantido?

Quanto ao decreto de 31 de Julho, o discurso é bem diferente. Fundamenta-se a autonomia nos condicionalismos geográficos, como sempre o haviam feito os autonomistas açorianos. Afirmava-se a confiança no patriotismo insular, como, aliás, era comum nos textos de defesa autonomista. Reconhecia-se, como proclamavam os defensores da ideia, a descentralização como motor de desenvolvimento. Prometia-se mesmo, na eventualidade de se verificarem casos isolados de deficiência de receitas, a atribuição de subsídios estatais, retirando-se, deste modo, argumentos aos que descreiam das capacidades financeiras distritais para o suporte de uma administração distrital.

Sem a interferência directa significativa de autoridades açorianas na sua elaboração³⁸, o decreto de 31 de Julho surge-nos como uma verdadeira

³⁸ O Delegado Especial do Governo nos Açores conferenciou com Salazar a este propósito. Os presidentes das juntas gerais foram também chamados a Lisboa quando já estava elaborado o Decreto, mas ainda não publicado. Cf. *O Autônômico*, Vila Franca do Campo, 1928, Julho 21.

concessão do poder central fundamentada em argumentos havia muito utilizados pelos defensores da descentralização, procurando-se, assim, dificultar a contestação ao diploma legislativo que, além disso, acrescia as competências e o âmbito de intervenção das juntas gerais. A referência aos objectivos das medidas tomadas como tendentes à criação de condições favoráveis ao progresso dos distritos e, simultaneamente, “às finanças do Estado”, assim como o alerta para a indispensabilidade de um regime de economias por parte das autarquias, “em harmonia com as que se impõem ao Orçamento Geral do Estado” podiam, em princípio, querer apenas significar rigor formalista. Mas era esta preocupação de rigor e contenção das finanças públicas que se revelaria estar na base de todo o articulado.

Conhecido o projecto de decreto, as críticas não se fizeram esperar, vindas mesmo de sectores apoiantes da Ditadura Militar. Tratava-se de “muita honra sem nenhum proveito; antes pelo contrário”³⁹, como destacava um jornal conservador.

O *Correio dos Açores* tomaria também uma posição crítica relativamente ao novo regime das juntas gerais, definido por Salazar enquanto Ministro das Finanças. Apostando na oposição prática/teoria, José Bruno e os seus colaboradores apreciam os dois decretos à luz das realidades, afirmando que alargamentos teóricos da autonomia não resolviam os problemas concretos das populações. Teria sido isto precisamente que acontecera com o decreto de Salazar pois a autonomia administrativa – melhor, a desconcentração administrativa – que se afirmava ir-se ampliar, poderia conduzir as juntas gerais à “função mecânica de cobrar receitas e pagar quadros de pessoal, pondo de parte todas as obras e iniciativas do interesse público e falseando assim absolutamente a sua missão”⁴⁰.

O editorial do *Correio dos Açores*, cujo director, entretanto, deixou o cargo de colaborador directo do Delegado Especial do Governo da República nos Açores, que se fixou em Angra do Heroísmo⁴¹, assenta numa visão pragmática das funções das juntas gerais autónomas e rejeita a “retórica legis-

³⁹ *O Autónimo*, Vila Franca do Campo, 1928, Julho 21.

⁴⁰ “Na Ordem do Dia. O Novo Regime das Juntas Gerais”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Julho 17.

⁴¹ Cf. *Ofício n.º 19 da Delegação Especial do Governo nos Açores ao Governador Civil de Ponta Delgada*, Angra do Heroísmo, 1928, Março 23, Livro s/n.º. de Correspondência Recebida do Governo, BPAPD/FGCPD.

lativa”. Numa alusão, ainda que indirecta, às afirmações descentralizadoras do preâmbulo do decreto, afirma-se no editorial que vimos a acompanhar:

Por um critério que talvez possa ser arguido de excessivamente materialista, avaliamos um regimen de administração pública pela forma como serve os interesses dessa administração e não pelas palavras em que é formulado. Não é por *sport* que se têm travado as várias campanhas autonomistas. Ninguém as travou para experimentar nos Açores teorias de descentralização administrativa. Foram travadas com uma visão objectiva de realidades e interesses⁴².

Após a publicação do decreto, ou seja, quando a situação se tornara irreversível, o “tom” crítico abrandaria, enquanto se manifestavam apoios ao decreto e à actuação de Salazar.

De facto, Agnelo Casimiro, apoiante da Ditadura Militar e depois do Estado Novo, criticava o facto de o novo decreto não ter despertado o regozijo da população, já que se tratava de um “alargamento” das prerrogativas autonómicas. Na sua perspectiva, não se tinham verificado manifestações públicas porque o novo decreto não tinha resultado de uma “conquista” de qualquer “soldado da causa”, mas de mera “concessão” do Governo:

“Onde está o velho partido *autonomista*, onde pára o novo partido *regionalista*, onde estão os fogosos oradores dos comícios autonómicos, onde se escondem os eleitores das campanhas da autonomia, que não vêm desfraldar pelas ruas da cidade entre as aclamações dum povo libertado e agradecido a sua bandeira vitoriosa? Talvez porque a nova *carta de alforria* não teve um soldado que a *conquistasse* numa campanha adrede preparada; e um povo precisa sempre de um *ídolo* para as suas consagrações festivas! Talvez. A emancipação *concedida* é, com efeito, menos gloriosa do que a emancipação conquistada”⁴³.

A “indiferença, quase hostilidade” que rodeara a publicação do decreto poderia ser interpretada como “o reconhecimento da incompetência dos nossos homens ou da insinceridade das nossas reivindicações”. Havia, pelo contrário, que “corresponder à *confiança* do Governo e às *responsabilidades* que o novo

⁴² “*Sursum Corda!*”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Agosto 3.

⁴³ Cf. Agnelo Casimiro, in *Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 1928, Julho 21.

regime autonómico” trazia aos açorianos⁴⁴. O decreto foi mesmo, pelos mais entusiastas defensores da Ditadura Militar, transformado numa vitória autonomista já que o ministro terá atendido “na sua totalidade” as reclamações apresentadas pelos representantes dos distritos autónomos⁴⁵. Como dizia o *Açoriano Oriental*, era preciso todos fazerem sacrifícios mas, adianta o articulista, “fazemo-lo com a nossa autonomia”⁴⁶.

José Bruno Carreiro, um dos alvos – ainda que não expressamente indicado – dos artigos de Agnelo Casimiro, sentir-se-ia na necessidade de expor no seu jornal as razões que, na sua perspectiva, justificavam a indiferença pública com que fora recebido o decreto de Salazar. No fundo, a população receava os reflexos sociais que adviriam das dificuldades que as juntas gerais iriam enfrentar para fazerem face aos seus programas de desenvolvimento projectados com base no decreto de 16 de Fevereiro. Para mais, o decreto não consubstanciava propriamente um alargamento da autonomia, mas uma simples desconcentração de funções. Não se justificariam, pois, “foguetórios” e “luminárias”⁴⁷.

O debate autonomista entraria, então, numa fase de latência. O pragmatismo administrativo e o apelo ao sacrifício patriótico para a recuperação das finanças públicas pareciam ter-se sobreposto à estratégia conflitual que caracterizara o discurso autonomista ao longo de mais de três décadas. A “ditadura financeira” impusera-se, sob a própria bandeira da descentralização, às velhas aspirações descentralizadoras.

⁴⁴ Cf. Agnelo Casimiro, “Açorianismo. À margem da... margem”, in *Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 1928, Setembro 15.

⁴⁵ Segundo Luís Bettencourt, as alterações foram as seguintes: composição das juntas gerais (artº. 13º.); manutenção na dependência do Governo das juntas autónomas dos portos e respectivo financiamento (artº. 12º.); o mesmo no respeitante aos serviços de meteorologia (artº.1º. § 1º.). Ficavam também as juntas gerais com competência para modificar, com justificação prévia, de acordo com as condições locais, a organização dos estabelecimentos de ensino oficial (artº.4º.); compensação transitória de défices orçamentais (artº. 2º. § 3º). Ainda segundo o Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral de Ponta Delgada, Salazar demonstrara, na “conferência” que manteve com o Delegado Especial e os representantes das juntas gerais autónomas, estar bem informado sobre a situação financeira dos distritos insulanos, ainda que as contas que possuía, atribuindo um saldo positivo elevado ao distrito de Ponta Delgada não condissessem com as dos responsáveis distritais,. Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Agosto 11.

⁴⁶ Cf. *Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, 1928, Agosto 11.

⁴⁷ “*Sursum Corda!*”, in *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1928, Agosto 3.

E, neste sentido, é bem significativa a correspondência do governador civil de Ponta Delgada, Belo de Almeida, com o presidente do Ministério. Na sua perspectiva, o período de 1926 a 1931 fora marcado pela prosperidade, em resultado da situação criada às corporações administrativas com o advento da Ditadura Militar, “livrando-as das peias políticas que até aí as asfixiavam”. Depois de apresentar o trabalho desenvolvido pela Junta Geral de Ponta Delgada nos capítulos das obras públicas, instrução pública, agricultura, silvicultura e pecuária, Belo de Almeida não deixaria, ainda assim, de destacar o facto de a Junta Geral de Ponta Delgada se sentir “embaraçada” com os grandes prejuízos nas suas receitas, cerceadas por diplomas legais que, no fundo, anulavam as receitas que lhes eram atribuídas pelo decreto 15805⁴⁸.

Mas, quando sobreveio a desilusão, findara a época dos protestos tipo “*Sursum Corda!*”. A situação de crise financeira das juntas gerais levaria, por exemplo, ao pedido de demissão de Luís Bettencourt de presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral de Ponta Delgada, por não suportar a transformação daquele órgão da administração distrital em simples pagadoria do Estado, sem recursos para investimentos tendo em vista o desenvolvimento do distrito:

“Reclamámos e representámos superiormente as nossas necessidades, mas em vão. Actualmente a Junta Geral deste distrito vê decrescer as suas receitas, devido ao decrescimento geral da matéria colectável [...]. Assim é-me impossível [...] tomar qualquer medida de iniciativa de utilidade pública e tudo realmente reclama melhoramentos. [...] Deste modo, estamos, os encarregados da administração distrital, reduzidos à situação de caixeiros que recebem e pagam o que o Governo manda, sem mais terem com os negócios. Isto não me convém”⁴⁹.

⁴⁸ *Ofício n.º 84 do Governador Civil de Ponta Delgada ao Presidente do Ministério*, Ponta Delgada, 1928, Setembro, 17. Livro 400 de Correspondência Recebida do Governo, fls. 1-8 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada/Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada.

⁴⁹ *Apud* Margarida Vaz do Rego, “Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara. Autobiografia de um Autonomista”, in *Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores. Actas do Congresso*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 273-274. Esta tomada de posição é tanto mais significativa quanto é certo que o dr. Luís Bettencourt mantinha o seu apoio à política da Ditadura Militar e, posteriormente, do Estado Novo, como se prova pelo facto de ter aceiteado, em Fevereiro de 1934, o cargo de Presidente da Comissão Distrital de Ponta Delgada da União Nacional, ainda que no seu discurso de posse não deixasse de reafirmar as suas preocupações sobre a

Esta mesma situação provocaria acerbas críticas de alguns dos protagonistas do movimento autonomista. José Bruno Carreiro, por exemplo, não deixaria de se referir à grave crise financeira da Junta Geral de Ponta Delgada, aquando da visita do ministro do Comércio aos Açores⁵⁰, solicitando a atenção do Governo para a necessidade da aplicação de medidas urgentes tendo em vista a solução de tão grave problema. Uma crítica muito mais profunda, até pela sua feição institucional, e de consequências bastante mais graves⁵¹, seria expressa pela comissão nomeada pelo Ministério do Interior para o estudo e a elaboração de propostas sobre o aproveitamento turístico de S. Miguel. O relator, Francisco d'Ataíde Machado de Faria e Maia, recorria ao discurso de afrontamento radical, salientando a justiça das reivindicações distritais relativamente ao aumento das receitas das juntas gerais:

“Não solicitamos esmolas. Reclamamos o que é legitimamente o fruto do nosso trabalho e que desejamos aplicar a fecundar o nosso património, que é também o da nação, a criarmos para esta um alto valor para a balança da sua economia. Somente queríamos que o Estado nos deixasse na posse, já não dizemos, como justo seria, de todos os nossos recursos, mas pelo menos do que for suficiente para realizarmos a obra de fomento mais capital para o nosso futuro económico, sem que esteja-

situação financeira da Junta Geral de Ponta Delgada. Cf. *O Distrito*, Ponta Delgada, 1934, Fevereiro 24.

⁵⁰ José Bruno Carreiro, na “Carta Aberta” que dirige, em Agosto de 1934, ao Ministro do Comércio em visita aos Açores, chama a atenção para a situação financeira aflitiva da Junta Geral de Ponta Delgada. “Só dois serviços – Obras Públicas e Instrução, abrangem quase 68% da receita da Junta – perto de 6000 contos em cerca de 7300. Apenas com os 1300 restantes tem a Junta de atender a todos os outros serviços distritais, ficando assim absolutamente impossibilitada de fazê-los atingir a eficiência que deles há a esperar”. Cit. em José Bruno Carreiro, *A Autonomia Administrativa dos distritos das Ilhas Adjacentes*, sep. da “Insulana”, Ponta Delgada, vol. 8 n.ºs. 1/2 (1952), 2.ª ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, p. 71.

⁵¹ Segundo Carlos Enes, o projecto do turismo é o ponto de partida para a mobilização das “forças vivas” da ilha de S. Miguel na reclamação da “autonomia política e financeira para as Juntas Gerais e uma definição clara do estatuto administrativo insular, na futura Constituição”. Este movimento de contestação à política do Governo da ainda Ditadura Militar (verifica-se entre meados de 1932 e inícios de 1933), conduziria à realização de greves e manifestações, uma das quais resultou em dois mortos e cerca de uma dezena de feridos. Cf. Carlos Enes, “Ponta Delgada: O Movimento de Contestação à Política do Estado Novo, em 1932-1933”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIII (1990), Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1993, pp. 507-536.

mos sempre a importuná-los, vexando-nos com pedidos e solicitações que nos cansam, nos humilham e... nos revoltam”⁵².

Em 1932, porém, à “revolta dos escravos” da campanha regionalista de 1925 substituíra-se – como dizia o já octogenário Aristides da Mota – o “protesto em voz baixa, por não ser permitido elevar a voz”⁵³.

⁵² Transc. no *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 1932, Julho 2.

⁵³ Aristides da Mota, in Francisco d’Ataíde M. de Faria e Maia, *Em Prol da Descentralização. “Livre Administração dos Açores Pelos Açorianos”*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994 (a 1ª. edição é de 1932), p. 49. A antipatia de Aristides Mota relativamente à política salazarista sobressai em alguns textos, publicados uns, outros em confidências a amigos. O texto atrás citado desenvolve uma caricatura de Salazar enquanto Ministro das Finanças digna de nota. “Este, na verdade – escreve Aristides Moreira da Mota – defende-se cautelosamente de ser abordado. A palavra ‘não’ é a sua predilecta. Tão insistentemente se isola, tão repetidamente se opõe a qualquer entrevista, mesmo para uma solicitação de interesse público, que este seu procedimento o não posso atribuir somente a não querer perder tempo, que melhor pode empregar. Deve haver mais alguma coisa, outra determinante mais funda e constitucional do seu carácter. Neste avulta eminentemente uma inteligência clara, nítida, de uma consistência cortantemente metálica. Desfibrada, disseca, analisa, reconstitui, conclui. Compreende-se que S. Ex^a. teme imensamente que, com a abertura duma porta, entre, no seu laboratório, poeira, por mais leve e invisível que seja, que empane ou embote um instrumento de trabalho tão polido, tão agudo, tão afiado, tão perfeito, como é a sua inteligência. S. Ex^a. defende-se para a defender. S. Ex^a. sabe, está seguro, que deixado a si mesmo faz caminho direito, mas teme, oh! se teme, que o embate de ventos contrários desse caminho o desviem. Mas todas as defesas por S. Ex^a. usadas provam-se ineficazes, porque para dar entrada a um grão de poeira, a um sopro de vento, basta o buraco da fechadura, as inevitáveis frinchas da porta” (pp. 50-51). As convicções liberais de Aristides Mota ficam ainda melhor expressas numa carta que dirige ao seu velho amigo Luís de Magalhães, em 1934: “Nutro profunda antipatia pela ideologia salazariana, posto que tenha uma profunda admiração pelo seu talento e técnica financeiros, antipatia que se baseia no desprezo que essa ideologia vota à personalidade humana individual, como se a personalidade humana não fosse o constituinte último e indispensável da família, da profissão, etc..

Sujeitar o indivíduo à mecânica corporativa parece-me um erro grave e uma doença mortal dessa ideologia. *Carta de Aristides Moreira da Mota a Luís de Magalhães*, Ponta Delgada, 1934, Março 4. BN/E2.

**PARA UMA INTERPRETAÇÃO DO ANTIFASCISMO
ALGUMAS HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO**

Enfrentar o problema histórico do antifascismo implica uma operação preliminar de definição do objecto, que se revela mais complexa do que o previsto ainda que se limite ao simples propósito de periodizá-lo e de localizá-lo geograficamente. Todavia, desatar este nó é indispensável, porque consente, antes do mais, libertar o campo de lugares comuns e de estereótipos consolidados, que ergueram um espesso diafragma entre os eventos e a sua interpretação historiográfica, impedindo até mesmo a possibilidade de dar ao antifascismo uma colocação plausível no tempo e no espaço; em segundo lugar permite descortinar a mudança da própria semântica do termo, já que em função dos lugares e dos períodos históricos nos quais este é analisado, essa sofreu uma evolução complexa, chegando a definir fenómenos diversos entre si que, alguns destes, com a oposição ao fascismo – da qual a palavra antifascismo teve origem – tiveram pouquíssimas relações.

Numa outra ocasião procurei trazer à luz¹ alguns aspectos desta questão metodológica, defendendo a necessidade de assumir uma perspectiva cronológica de longa duração e uma escala espacial que fosse pelo menos europeia (mas, de acordo com a proposta braudeliana², englobando também no velho continente as Américas) mas ou até mesmo mundial Para definir as coorde-

¹ A. De Bernardi, *L'antifascismo. Una questione storica aperta*, introdução de Anti-fascismo e identità europea, por A. De Bernardi e P. Ferrari, Carocci, Roma, 2004, pp XI-XXXII.

² F. Braudel, *Il mondo attuale*, vol. II, Einaudi, Torino, 1966.

nadas de uma história do antifascismo não é de facto irrelevante constatar que esta ideia-força do século XX tenha sobrevivido ao desaparecimento do seu antagonista, tornando-se elemento constitutivo de diversas identidades políticas na Europa pós-bélica³. Além do mais não é irrelevante notar como a mudança de horizonte espacial tenha modificado as próprias características do objecto da investigação, superando o erro duplo de confundir o antifascismo italiano com o antifascismo *tout court* – atribuindo a este último um carácter paradigmático que de facto não possui – e de atribuir às diversas declinações nacionais do fenómeno efeitos preponderantes sobre a definição do seu real perfil histórico.

II

Nesta óptica, a primeira operação interpretativa diz respeito à necessidade de definir os tempos, modos e dinâmicas do processo de construção do campo antifascista entre as duas guerras, tentando superar tanto uma abordagem asfíxica auto-referencial, completamente em torno da geografia e das evoluções políticas da oposição italiana no estrangeiro, como uma reconstrução conveniente, orientada a descobrir e a exaltar presumíveis continuidades e linearidades sobretudo em função dos seus resultados pós-bélicos⁴, que influíram negativamente na tradição historiográfica do nosso país.

A constatação, já enraizada, de que o antifascismo, até ao aparecimento do nazismo, tenha tido uma dimensão absolutamente periférica, circunscrita às

³ Escolher uma perspectiva de longa duração no estudo do antifascismo não tem nada a ver com a concepção do mesmo, presente sobretudo na historiografia italiana de matriz historicista, que o considera como uma espécie de categoria do espírito na qual se reassem e se exprimem todas as instâncias de emancipação, de liberdade e de igualdade que se manifestaram ao longo do século XX, como se o termo fosse quase um sinónimo da própria ideia de progresso. O corolário inevitável deste erro metodológico consiste não só em tornar incompreensível o próprio antifascismo, mas sobretudo em confundir com o fascismo todas aquelas forças, aqueles movimentos e aquelas ideias que a esse se opuseram, projectando uma dimensão meta-histórica do embate fascismo/antifascismo. O historiador que mais coerentemente expressou esta hipótese interpretativa foi Guido Quazza; veja-se em síntese Id., *L'antifascismo nella storia italiana del Novecento*, in "Italia contemporanea", 178/1999, pp. 5-18; uma ulterior visão arquetípica do antifascismo in G. De Luna, M. Revelli, *Fascismo/antifascismo. Le idee, le identità*, La nuova Italia, Firenze, 1995.

⁴ Exemplo recente desta elaboração o ensaio recente di C. Natoli, *La cultura politica dell'antifascismo italiano, in Antifascismo e identità europea...*, cit., pp.55-77.

forças políticas italianas, não desmente a assumpção que já desde as suas origens esse não possa ser plenamente considerado unicamente dentro de um quadro nacional, porque se coloca já nas dobras da assim chamada “guerra civil europeia” entre sistemas políticos e ideológicos já em curso. De facto, o anti-fascismo italiano, desde 1925-1926 é obrigado a mover-se num ambiente político continental, no qual o espaço ideológico ocupado no primeiro pós-guerra pelo projecto da revolução mundial bolchevista estava para ser progressivamente preenchido pelas capacidades hegemónicas do fascismo: uma mistura composta de nacionalismo antiliberal e de populismo anti-socialista, de anti-racionalismo e de organicismo, forjada nos processos de massificação e de mobilização postos em movimento pela Grande Guerra, que com uma força insuspeita se estava a impor como uma alternativa acreditável à democracia e ao comunismo em escala europeia. Era a “lei do combatente”, como escreveu em 1924 Georges Valois, o fundador dos Fasceaux em França⁵ que demolia sistematicamente o internacionalismo tão “plutocrático”, quanto socialista, herdado do progressista século XIX.

A especificidade italiana consistia no facto de que aqui, nesta semi-periferia agromanufactureira da Europa, a “lei do combatente” não só tinha tido a sua epifania, mas o movimento que a tinha lançado no espaço político tinha conseguido desagregar o estado liberal e o movimento operário, dando vida a um novo regime, fundamentado sobre esses pressupostos ideológicos; ou seja, tinha conseguido realizar os seus objectivos, que faziam do caso italiano um modelo e um ponto de referência para movimentos ideologicamente semelhantes em vias de formação na península ibérica, na França e na Alemanha, na Grã-Bretanha, na Europa oriental.

Neste quadro, o antifascismo delinea-se, em primeiro lugar, como um conjunto desarticulado de movimentos e de partidos, que media a intensidade da própria derrota e da própria impotência através da incapacidade de compreender a natureza do adversário vitorioso. Paradoxalmente, a falta de uma análise compartilhada do fascismo constituía o principal obstáculo para que o antifascismo se constituísse como um campo de forças dotado de alguma incisividade a nível interno e internacional.

⁵ G. Valois, *La révolution nationale*, Nouvelle librairie nationale, Paris, 1924, p. 151-2; Cfr também Z. Sternhell, *Nè destra, nè sinistra. L'ideologia fascista in Francia*, Milano, Baldini & Castaldi, 1997, pp. 159-167.

Pier Giorgio Zunino⁶, há aproximadamente quinze anos atrás, reconstruiu o percurso acidentado através do qual as culturas políticas, confluídas no antifascismo, esforçaram-se para constatar a novidade histórica representada pelo fascismo. Vítimas de binóculos ideológicos inadequados para observar o fenómeno absolutamente novo de uma “revolução reaccionária”⁷, os adversários/vítimas do fascismo puseram em campo um quadro interpretativo viciado por uma série de estereótipos, que foram muito afortunados no debate historiográfico da Itália republicana.

Destes estereótipos, o primeiro e mais coriáceo foi aquele elaborado pelo Partido comunista que, para além de variáveis internas dependentes das diversas sensibilidades culturais dos seus dirigentes e do peso dos condicionamentos provenientes da URSS, permaneceu bloqueado pela equação fascismo = capitalismo = ditadura burguesa. Até à viragem do VII congresso da Ic., a identificação absoluta do fascismo com o capitalismo impediu não só que se individuassem diferenças significativas entre democracia e autoritarismo – tratava-se de variantes tácticas do mesmo domínio de classe –, mas também que se esclarecesse a própria especificidade da luta ao fascismo, enquanto parte integrante do contraste em escala planetária entre burguesia e proletariado.

As consequências desta profunda incompreensão do fascismo, e sobretudo da força da sua proposta ideológica, implicou duas graves consequências. A primeira consistiu no facto de que o antifascismo, completamente absorvido dentro do projecto revolucionário comunista e da luta ao capitalismo, perdeu uma sua fisionomia política específica, a ponto de ser de facto negado por não poucos dirigentes – Bordiga em primeiro lugar – como um terreno efectivo de acção política: se o fascismo era um “imprevisto” do capitalismo burguês, também o antifascismo não saía da dimensão táctica e secundária. A segunda consequência, aparentemente em contradição com a primeira, postulava que apenas os comunistas, enquanto revolucionários anti-capitalistas, podiam ostentar o título de antifascistas; todos os outros movimentos em exílio eram antagonistas do fascismo apenas na aparência: eram “supostos” tal, mas de facto desprovidos de qualquer legitimidade para combater o fascismo. Como se sabe, os social-democratas vieram cunhados com o apelativo social-fascistas para sublinhar como o reformismo, desarmando as massas em relação à burguesia, entre-

⁶ P.G:Zunino, *Interpretazione e memoria del fascismo. Gli anni del regime*, Bari, Laterza, 1991.

⁷ Em relação a este aparente oximoro permito-me remeter para o meu *Una dittatura moderna. Il fascismo come problema storico*, Milano, B: Mondadori, 2002.

gava-as de facto nas mãos do fascismo⁸. A pergunta que Gramsci se tinha posto em 1921, interrogando-se sobre que diferenças existissem entre os socialistas e os fascistas⁹, encontrou nos anos seguintes uma resposta inequívoca e reiterada até ao infinito: entre estes dois movimentos, aparentemente antagonistas, não existia na verdade nenhuma diferença e cada um deles era o duplo do outro, possuindo ambos os movimentos como único objectivo o de destruir a frente operária e de impedir a revolução comunista.

Ainda que combatendo tenazmente o fascismo tanto internamente como em escala internacional, pode-se então afirmar que, ao longo de toda a década de 20 os comunistas, prisioneiros da estratégia de “classe contra classe”, nem tenham sido antifascistas, no sentido que o termo viria a assumir sucessivamente, e que nem sequer se tenham empenhado na construção de um movimento antifascista. De facto, a construção de um tal sujeito político, dentro dos pressupostos ideológicos que orientavam a acção comunista, representava uma verdadeira contradição: considerando a identidade entre o bolchevismo e o antifascismo apenas os comunistas poderiam fazer parte deste movimento, porém, dispunham já do melhor instrumento para combater o adversário de classe, do qual o fascismo representava uma das possíveis transfigurações políticas, ou seja, o movimento comunista internacional.

Não obstante a profunda fractura com o movimento comunista, um percurso análogo caracterizou também o partido socialista hegemónico pelo maximalismo. De facto, também os maximalistas interpretavam todo o contexto do pós-guerra italiano e a afirmação do fascismo dentro de um esquema analítico classista, do qual descendia inevitavelmente o carácter tático da perspectiva antifascista. Não só para os maximalistas, mas também para Turati e para Nenni, o fascismo era em simultâneo um movimento de reacção política e social à mobilização das classes trabalhadoras e uma “degeneração do capitalismo”.

Se para os comunistas o antifascismo era sinónimo de bolchevismo, para os socialistas permanecia uma opção ocasional, ditada pela necessidade de combater uma emergência política, que não mudava o eixo estratégico revolucionário do movimento, baseado numa hierarquia de antagonismos que punha sempre em primeiro lugar a democracia burguesa e o estado de direito liberal. Na verdade, a escolha antifascista era parte integrante de uma defesa dos espaços democráticos, maturada durante a crise aventiniana, na qual porém não

⁸ Cfr. E. Gentile, *Fascismo e antifascismo. I partiti italiani tra le due guerre*, Le Monnier, Firenze, 2000, p. 261 e ss.

⁹ [A. Gramsci], *Giovinezza, giovinezza...*, in “L’Ordine Nuovo”, 17 agosto 1921.

maturou uma redefinição teórica das relações entre socialismo e democracia, de modo a assumi-la como terreno unitário de luta entre socialistas e forças liberal-democráticas. Pelo contrário, a defesa da democracia foi rapidamente desencorajada pela maioria maximalista, não só porque continuava a não atribuir *chances* políticas de longa duração à experiência autoritária¹⁰, imposta pela força por Mussolini, mas sobretudo devido a um endurecimento ideológico anti-burguês, resumido na depreciativa afirmação que “a luta pela liberdade [devia ser deixada] a quem tinha interesse em reconquistá-la”. Em suma, a maioria do movimento socialista não conseguia sair da perspectiva tradicional da luta contra “a ditadura burguesa e capitalista”, dentro da qual não havia nenhum espaço real para o antifascismo, a não ser, também neste caso, como sinónimo do mesmo projecto político do movimento¹¹.

Enquantoque para os comunistas e para os maximalistas o fascismo não representava nada de novo no cenário político, deve-se ressaltar que também as outras forças democráticas eliminadas pela ditadura não conseguiram superar o vício de “relacionar o fascismo a algo que já existia anteriormente” e de descobrir suas referências nas páginas mais significativas da história nacional¹²: por um lado a sobreposição do fascismo com o giolittismo, na vertente do autoritarismo e do transformismo, por outro lado a identificação com o revolucionarismo anarcóide das plebes italianas, na vertente da violência e do radicalismo, para terminar na clássica leitura do fascismo como monstro, saído das contorções da “velha Itália”, constituído por taras originárias, por revoluções falhadas, por atrasos acumulados. Portanto, o fascismo devia ser concebido não como uma revolução, mas como uma “revelação” de uma Itália profunda, “bárbara” e conservadora, clerical e anti-moderna, proveniente de longe e que permaneceu praticamente intacta na sofrida e incompleta experiência do regime liberal: por estes motivos o fascismo não devia ser catalogado sob o signo da

¹⁰ Depois de um atento exame da literatura antifascista de cunho socialista Jaques Droz, o maior histórico antifascista em França concluía que “l’impression se dégage cependant que les émigrés antifasciste, du moins jusqu’en 1932, se compaient dan un illusion complète sur les chances d’effondrement du régime, dont ils annoncaient obstinément la chute «dans les trois qui suivent»...(*Histoire de l’antifascisme en Europe 1923-1939*, Paris, La Decouverte, 2001, p. 46).

¹¹ S, Neri Serneri, *Democrazia e stato*, Milano, Angeli, 1989, p. 125 e ss.

¹² Zunino, *Op.cit.*, pp. 53 e ss: Permanece emblemática deste ponto de vista a interpretação do fascismo proposta em 1973 por G.A. Borghese, no seu *Goliath, the March of Fascism*, que à procura do “mal antigo” do qual esse teria brotado percorria ao contrário a história de Itália até Dante e Cola di Rienzo.

novidade, mas sim da continuidade, que as convulsões sociais e económicas da guerra tinham transformado numa “doença”. Interpretação esta mantida por intelectuais muito diversos entre si – de Gobetti a Ferrari, de Fortunato a Donati – e destinada, como é bem sabido, a ter um grande futuro historiográfico.

Pelo contrário, os antifascistas representavam a “outra Itália”, aquela dos “*Apoti* (abstémios)”, de acordo com uma célebre definição de Gobetti, para quem Mussolini não era nada mais do que o novo vulto da mesma Itália de Giolitti e Depretis, do socialismo retórico e inconcludente, da plutocracia estatal e proteccionista: entre fascismo, liberalismo, socialismo existiam apenas pequenas diferenças, das quais não era possível discernir elementos ideais e projectuais úteis para a luta a ser conduzida. Nesta óptica o antifascismo era apenas “intransigência” moral e denúncia heróica das “chagas incuráveis” do país, que deveriam ter guiado um empenho militante, mais semelhante a uma longa travessia do deserto do que a uma efectiva acção política, cujo verdadeiro antagonista era representado mais pela miserável identidade da nação do que pelo próprio regime fascista, considerado efémero e destinado a não deixar rastros de si.

Portanto, “não desistir”, mas porquê? Responder a esta interrogação não é simples porque é difícil descobrir nos movimentos e nos grupos políticos, que não tinham o socialismo ou a revolução bolchevista como meta e ponto de referência, a estrutura de um conjunto de valores e de programas capazes de dar concretude à oposição anti-fascista: “revolução liberal”, “Itália livre”, “república social” são mais mensagens políticas do que núcleos projectuais dos quais fazer brotar indicações para a luta contra o fascismo e para prefigurar a Itália “nova”¹³.

III

Todavia, no interior deste fluxo de pensamentos, que demonstrava a condição dramática na qual se encontravam intelectuais e dirigentes políticos de um exército derrotado pela força do adversário, é possível discernir algumas

¹³ Basta pensar que o republicano Mario Bergamo considerava que o fascismo pudesse ser combatido apenas através de uma laicização integral da sociedade, dentro de uma nova conexão estatal franco-italiana federal e republicana.

novas orientações, destinadas a definir com maior precisão o perfil ideal do antifascismo na década sucessiva.

A primeira dizia respeito ao aparecimento, dentro de uma crítica radical da Itália pré-fascista e das suas instituições políticas, da consciência de que a luta contra o fascismo devia passar através de uma reflexão completamente nova sobre a democracia e a sua crise perante o advento do totalitarismo. Em suma, tratava-se da descoberta, mesmo que ainda de forma confusa, da democracia moderna, aberta e de massa, republicana, como terreno novo no qual replasmar as relações entre cidadãos e estado, entre forças sociais e poder político: tal como afirmou Amendola definindo o projecto político da União nacional, o antifascismo não era nada mais do que o resultado da evolução em sentido democrático do liberalismo; evolução esta nem pacífica nem fisiológica, – porque o liberalismo e a democracia tinham sido ideologias e movimentos antagonistas durante todo o século XIX e porque implicava uma redistribuição efectiva do poder entre as classes sociais – que chamava em causa a redacção de uma nova constituição, a redefinição da soberania popular, o pluralismo da representação baseado em novas formas-partido. Uma evolução que se configurava de facto como uma “revolução” no sentido gobettiano do termo, já que deveria ter reparado a fractura entre antifascismo e nação que se tinha originado entre 1922 e 1926.

O impulso a repensar a democracia acometeu também o universo socialista. Na área reformista tinha maturado, já em torno a meados dos anos vinte, uma revisão da tradicional leitura da democracia como “campo favorável” para a acção do movimento operário, para pelo contrário considerá-la como horizonte político e ideal no qual enraizar também a perspectiva de uma transformação radical dos equilíbrios sociais e económicos. Certamente, para Nenni e para os jovens militantes do “Quarto estado”, o tema da democracia punha-se em termos mais complexos e contraditórios porque constituía uma parte integrante do esforço teórico sobre o qual fundar a superação da cisão entre reformistas e maximalistas. A redefinição das relações entre a democracia e o socialismo através da qual era submetido a crítica radical o revolucionarismo pretensioso e inconcludente dos maximalistas, implicava uma revisão crítica da experiência social-democrata, cujo reformismo puramente redistributivo, tinha-se revelado incapaz de formular uma alternativa de sistema para a crise do estado liberal. Dentro deste itinerário – cujo ponto de chegada era representado pela “revolução em permanência” – delineava-se uma forma de estado anti-autoritária, onde tinham desaparecido tanto a ditadura do proletariado como a violência

revolucionária: mais do que um evento, a revolução era um “método” de acção política, orientado a favorecer uma plena e constantemente renovada integração entre instituições estatais e sociedade, sobre o qual se podia apoiar um novo regime político, que tinha vários pontos de semelhança com a “democracia social”, teorizada por Adler alguns anos antes¹⁴.

Emergia assim uma outra orientação nova da reflexão dos antifascistas, na qual o projecto de refundação da democracia se conjugava com a necessidade de atribuir ao proletariado e às classes subalternas o papel de sujeito central deste processo; a aceitação da democracia como valor não era suficiente para definir o salto de qualidade necessário no plano ideológico e programático, se não fosse combinado com uma visão nova da cidadania em chave social que acolhia a emancipação do trabalho entre os seus fins.

Então, o antifascismo como terreno de unificação das forças antitotalitárias, podia ocorrer apenas se fosse capaz de definir os termos políticos e de valores de uma espécie de contaminação, entre democracia e socialismo, entre estado de direito e libertação do trabalho: neste entrelaçamento de heresias e de revisões, no sentido rosselliano destes termos, podia colocar-se a origem do “partido antifascista”, segundo a definição de Franco De Felice¹⁵, ou seja, de uma nova organização política e social criada para refundar o pacto entre governantes e governados, depois do liberalismo e do totalitarismo.

Mas a origem e não decerto o nascimento, porque até ao início dos anos trinta a elaboração programática da Concentração antifascista, que recolhia quase toda a oposição no estrangeiro não comunista, permaneceu extremamente débil, prisioneira da convicção de que o fascismo ter-se-ia esgotado por si só, devido à impossibilidade de garantir o desenvolvimento e a paz social, e paralisada pela incapacidade, também devida a esse erro de avaliação da força real do adversário, de resolver a contradição entre a certeza de um renascimento impossível do estado liberal e a ausência de instrumentos culturais adequa-

¹⁴ <O reformista – notava Giuseppe Saragat nas colunas de “Il Quarto Stato” - não vê a democracia senão como expediente engenhoso para resolver pacificamente a questão social. O reformista é democrático, não porque crê nas exigências revolucionárias da conquista da democracia real mas, pelo contrário porque se ilude de ver na democracia o mecanismo para a solução pacífica de todos os problemas sociais...A transformação da democracia de meio engano a instrumento de emancipação o reformista é negado a realizá-la>.

¹⁵ F. De Felice, *Fascismo, antifascismo, democrazia. A cinquant'anni dal 25 aprile*, in “Studi storici”

dos para projectar uma alternativa: em suma, a Concentração não podia olhar para trás mas não sabia olhar para a frente.

Estas dificuldades eram acentuadas pelo facto que o antifascismo era um termo ainda completamente estranho ao léxico da política europeia e a oposição no estrangeiro representava uma experiência interna de um estado ainda semi-periférico. O esforço da Concentração de agitar o fantasma do totalitarismo fascista junto da opinião pública europeia e dos partidos políticos democráticos, denunciando a possibilidade de que quanto tinha sucedido em Itália pudesse acontecer na Europa, não produziu efeito.

Os partidos social-democratas, o laborismo inglês, o BIT, as forças democráticas europeias continuaram a pensar que o fascismo “fosse um produto da imaturidade política dos países pobres e atrasados e portanto um fenómeno tipicamente italiano”¹⁶: ajudaram a oposição no estrangeiro italiana, favorecendo a criação das suas associações de ajuda mútua e de propaganda política, não obstante as pressões do governo italiano, mas o antifascismo permaneceu uma perspectiva completamente alheia às suas acções políticas. Então, os governos liberal-democráticos – também aqueles que dentro dos respectivos países permitiam a actividade das associações antifascistas italianas – moveram-se na direcção oposta à sugerida pela oposição italiana no estrangeiro, preferindo visar a integrar o fascismo na precária ordem europeia saída da Grande Guerra e assumindo-o como elemento de equilíbrio num continente no qual ainda na segunda metade dos anos vinte o pós-guerra não podia considerar-se efectivamente concluído.

IV

Apenas depois do advento do nazismo e da explosão da crise geral este emaranhado de reflexões críticas começou a definir-se e a enriquecer-se, sobretudo na medida em que a própria dureza da história fez precipitar entre os opositores italianos no estrangeiro o clima irreal da espera do desmoronamento do fascismo italiano e entre as forças democráticas e social-democráticas europeias a subestima condenável do fenómeno. Neste contexto dramático o antifascismo nasce em escala europeia como um campo de forças obrigado a tomar consciência de que a luta ao totalitarismo fascista chama em causa a capaci-

¹⁶ S. Fedele, *Storia della concentrazione antifascista, 1927-1934*, Milano, Feltrinelli, 1976, p.44.

dade de enfrentar em termos teóricos e políticos a dupla crise da democracia e da economia de mercado: na nova fase aberta pelo triunfo de Hitler, como escreveu o antifascista alemão Rudolf Leonhard, “já não era permitido ser naif”. O colapso do capitalismo e o desmoronamento da democracia constituíram os principais problemas dessa época que acometeram uma vasta área de movimentos e de partidos liberal-socialistas, democratas, social-democratas e também comunistas, obrigada pela inelutabilidade dos factos a drasticamente tomar consciência da força do totalitarismo nacionalista e de quão elevado fosse o nível do desafio para que se devia preparar. Combater o fascismo não se resolveu com uma simples “chamada às armas” de um exército que, à medida que o campo do fascismo se reforçava e se tornava mais ameaçador, se tornava progressivamente mais denso, valorizando a passagem à luta e à conspiração por parte de forças que em precedência tinham sido vítimas de uma perigosa tática de espera. Caracterizou-se mais como um processo tortuoso de revisão política que obrigou as diversas forças empenhadas em combater o fascismo a meter novamente em discussão valores e desenhos programáticos já consolidados no tempo para construir uma alternativa global ao totalitarismo fascista.

Perante a vitória do totalitarismo na Alemanha, as grandes categorias conceptuais e ideais, que tinham estruturado, ainda que de modo antagónico, o pensamento político europeu do século XIX, liberal e socialista, pareciam completamente inadequadas para apreender a novidade impetuosa de um regime que por vias legais tinha derrotado tanto a democracia como a social-democracia, ou melhor ainda, a síntese particular de ambas representadas pela república de Weimar. Para derrotar o fascismo era necessário repensar, em termos completamente novos em relação não só ao antes da guerra, mas também ao imediato pós-guerra, as relações entre liberdade e igualdade, entre estado e mercado, entre classe e nação, entre indivíduo e sociedade.

Decerto para as forças comunistas que se inspiravam na tradição do movimento operário europeu, que até então não tinham sido democráticas, ou que o tinham sido apenas parcialmente, o advento de Hitler impôs a tomada de consciência de que o colapso do estado liberal-democrático tinha arrastado consigo três recursos políticos indispensáveis para a reconstrução de uma Europa livre dos fantasmas do totalitarismo na qual a emancipação do trabalho podia retomar o seu curso: o espaço público pluralista, a liberdade, individual e colectiva, a autonomia da sociedade. A famosa expressão de Hilferding de que a democracia era “assunto do proletariado”, constituiu a identificação quase profética do buraco da agulha pelo qual o socialismo devia transitar, porque

este reconhecimento chamava em causa a necessidade de confrontar-se não só com o tema do pluralismo político, mas sobretudo com o problema demasiadas vezes ignorado ou subestimado do estado de direito, ou seja dos aspectos formais e procedimentais nos quais se substancia o estado democrático. Naquelas “formas “ – notava de facto o economista austríaco - havia “o máximo significado substancial para o destino de cada um dos operários”¹⁷.

A descoberta desta “substância” – que não foi, como veremos daqui a pouco, nem linear nem completa, nem irrevogável – obrigava a repensar a própria concepção da construção do socialismo não só removendo do seu horizonte todas as formas, ainda que parciais e transitórias, de ditadura e superando o próprio conceito de “transição” do estado burguês àquele socialista, enquanto este último não era nada mais do que uma democracia de igualdade social plenamente distendida e garantida pela assumpção do poder por parte da classe operária; mas sobretudo remetendo em discussão o mito da “sociedade sem classes”. Perante o totalitarismo que tinha transformado a sociedade, tanto a Oeste como a Este, num indistinto e anódino aglomerado de massas atomizadas, despojadas de identidade e vitalidade, à mercê de estados éticos e de chefes carismáticos, a criação de uma sociedade de iguais, presidida por um forte controlo público não devia traduzir-se num aniquilamento das livres formas de organização e de associação através das quais se articulavam os interesses, as orientações políticas, as aspirações materiais e espirituais dos diversos grupos sociais¹⁸.

Todavia, se a “revolução democrática”, que constituiu a nova palavra-chave imposta no léxico político das vanguardas antifascistas, não podia não afundar as suas raízes numa recuperação efectiva do estado de direito, e num

¹⁷ R. Hilferding, *I compiti della social democrazia nella repubblica*, (1927) ora in Antologia del pensiero socialista, por A. Salsano, vol. IV, *Comunismo e socialdemocrazia*, Bari, Laterza, 1983, p.564 e ss. Na sua intervenção no congresso de Kiel Hilferding fez um aceno extremamente interessante ao advento do fascismo em Itália afirmando: “ O verdadeiro risco...é este: que tenha havido proletários e proletariados de países inteiros que não tenham entendido a importância da liberdade e da democracia! Nós justamente nos escandalizámos pela burguesia que abandonava os seus princípios liberais. Mas a minha crítica tornou-se mais cautelosa desde que vi como em Itália Mussolini chegou ao poder, porque o proletariado italiano não soube qual é o bem da liberdade, da democracia” (p. 567).

¹⁸ Sobre este assunto permanecem iluminantes as reflexões de Emil Lederer no seu ensaio póstumo, *Lo stato delle masse. La minaccia della società senza classi*, (New York, 1940), Milano, B. Mondadori, 2004. Vejam-se também as considerações da organizadora da edição italiana Mariuccia Salvati, pp. IX-CV.

repúdio do “estado-mito” dos movimentos totalitários saídos da primeira guerra mundial¹⁹, não podia certamente limitar-se a um simples reconhecimento, além do mais póstumo, do estado moderno nascido da Revolução francesa. Ir além do estado liberal e do totalitarismo significava reprojectar a cidadania, para além dos confins elitistas a que a tinha constrangido o liberalismo e para além da sua aberrante redução a uma identidade racial como tinha imposto o nazismo, tentando fundar uma nova ordem política baseada no trinómio justiça, liberdade e igualdade, que até então tinham sido concebidas como alternativas: uma nova democracia “progressiva”, no sentido de ser capaz de meter em campo não só um forte impulso para a inclusão social bem além daqueles obtidos com a redistribuição negociada da riqueza colectiva, sobre os quais se tinha exercido o reformismo socialista, laborista e liberal-progressista até aos anos vinte, mas sobretudo de contar entre os seus objectivos o da emancipação do trabalho.

Mas o esforço de definir os novos termos da cidadania democrática não podia permanecer confinado apenas ao plano da política; de facto entrelaçava-se estreitamente com a necessidade seja das forças socialistas seja daquelas de ascendência liberal-democrata, de re-fundar globalmente a bagagem de teorias, instrumentos e políticas com que tinham, nas décadas precedentes, interpretado os factos económicos e orientado a própria acção nesse campo. O colapso do capitalismo e o sucesso que tinham tido os projectos de planificação autoritária do fascismo, recebidos por vastíssimos sectores da sociedade europeia como sendo os únicos capazes de combater o desemprego e de remeter em movimento o desenvolvimento, tinham trazido à luz quanto fossem infundadas tanto a teoria que do desmoronamento do capitalismo teria brotado necessariamente o capitalismo, como a velha lei de Say sobre a impossibilidade da sobreprodução devido à capacidade autónoma do mercado de manter em equilíbrio procura e oferta, que tinha sustentado todas as políticas deflacionistas das democracias ocidentais.

Perante a crise todos os mecanismos teóricos tinham saltado e abria-se um espaço completamente novo de reflexão no qual conjugar em termos absolutamente novos justiça social, intervenção pública e relanço do desenvolvimento. As teorias keynesianas²⁰ e o planismo, independentemente dos contextos

¹⁹ Sobre este tema vejam-se as iluminantes considerações de Nicola Chiaromonte expri-
midas em 1932, ora in Id, *Il tarlo della coscienza*, Bologna, Il Mulino, 1992, pp 28 e ss.

²⁰ Sobre Keynes veja-se o já clássico A.C.Pigou, R.Kahn, A. Cairncross, *Keynes: riletture e rievocazioni* (1950), Torino, Einaudi, 1983.

em que se desenvolveram e das suas praticamente inexistentes inter-relações, assinalaram porém, em que direcção estavam a orientar-se as tentativas de sair da paralisia conceptual e operativa na qual a crise tinha empurrado a democracia e o socialismo: delineava-se um horizonte de democracia económica no qual o desenvolvimento podia encontrar o seu fundamento no *welfare* e na presença da “mão visível” do estado não só como instrumento de regulação do mercado, mas também como pedra angular das relações entre crescimento e igualdade social.

Mas se Keynes e as suas teorias terão ao longo de todos os anos trinta uma bem escassa cidadania na Europa, aqui foi bem mais o planismo a constituir o âmbito no qual o antifascismo redefiniu muitos dos seus paradigmas económicos, que se teriam distendido plenamente no segundo pós-guerra. Mas como trouxe à luz quase trinta anos atrás Mario Telò²¹ o planismo representava um território teórico e ideologicamente muito acidentado no qual programação económica e economia mista, que constituíam os pontos fortes da proposta de Henry De Man, a quem se deve, como é bem sabido, a invenção do termo, podiam representar uma alternativa ao totalitarismo mas também uma perigosa deriva autoritária.

Como se apercebeu com preocupação Tasca, abrindo uma polémica muito dura com o expoente máximo do socialismo belga na conferência de Pontigny em Setembro de 1934, convocada justamente para afirmar a hegemonia planista sobre o movimento operário europeu, o que contava no projecto de plano não era tanto a “direcção”, ou seja a sua concreta realização, mas as “directivas” a que aquela construção era submetida, isto é os objectivos do controlo público da economia. Para Tasca deviam visar não só a superar a crise, mas também a uma extensão da inclusão social através da participação activa do mundo do trabalho no relance económico. Sem esta “directiva”, orientada para conjugar intervenção pública e extensão da cidadania, a diferença entre planismo socialista e totalitarismo teria arriscado de ser pouco perceptível e em substância ter-se-ia falhado o objectivo de “nacionalizar sem estatizar”, que constituía a essência, sempre de acordo com Tasca, de uma planificação democrática²². Portanto, sem a democracia, a “programação económica”, através da

²¹ Sobre este argumento veja-se *Crisi e piano. Le alternative degli anni trenta*, por M. Telò, Bari, De Donato, 1979.

²² [A.Tasca], *Sur le Plan de Man e sur l'économie dirigé. Intervention a la Conférence organisée par le Syndicat suisse de services publiques (Pontigny, 16 septembre 1934.)* ora in Id., vol.V, t.1º, *Socialismo e fascismo*, 350 e ss.

qual relançar no Ocidente desenvolvimento económico e pleno emprego, que constituiu a contribuição mais original e mais sofrida do “revisionismo” socialista entre as duas guerras, teria perdido as suas características que a distinguíam em relação ao corporativismo fascista e à planificação soviética.

De facto, as dúvidas de Tasca não tiveram resposta porque o debate sobre a planificação económica²³ neste ponto permaneceu substancialmente ambíguo, incapaz de aprofundar os nexos entre controlo do mercado e relance dos consumos, que era a base da “democracia económica” e sem desatar nenhum dos nós teóricos que teriam tornado mais clara tanto a distinção entre estado programador e estado “forte”, como a conexão entre plano e emancipação do trabalho.

A revisão do marxismo por um lado e a crítica ao *gold standard* por outro, que nas duas famílias políticas de que nos estamos a ocupar, constituíam o lugar genético das políticas de plano, representavam também o espaço ideal e cultural onde era possível imaginar outras combinações e contaminações – entre socialismo e fascismo, entre comunismo e fascismo, entre liberalismo e autoritarismo – se o acento fosse colocado exclusivamente sobre o controlo do mercado e das forças produtivas, sobre o poder do estado e sobre a “economia directa”. De facto, o planismo continha no seu interior uma dimensão dirigista e corporativa densa de implicações autoritárias, que justificavam o consenso com que numerosos meios da internacional fascista acolheram as teorizações de De Man e dos seus sequazes. A biografia do próprio homem político belga, que terminou a sua carreira política exaltando a “democracia autoritária” e aderindo ao colaboracionismo filo-nazista, com um percurso não diferente do próprio Tasca, constitui a “prova” quase incontestável da contiguidade entre as culturas do fascismo e do antifascismo, onde, atrás do mito da revolução e da espasmódica pesquisa de “terceiras vias”, se pudesse ter perdido, como de facto aconteceu, a centralidade da opção democrática²⁴.

De qualquer modo, é ao interno desta discussão que surgiram alguns pressupostos ideais e programáticos para refundar a democracia para além das heranças do século XIX, sobre os quais o “partido antifascista” definiu alguns

²³ A reconstrução mais atenta desta discussão é, a meu ver, o ensaio de M. Telò. *Teoria e politica del piano nel socialismo europeo tra Hilferding e Keynes*, em “Storia dl marxismo”, vol.III, *Il marxismo nell'età della III internazionale*, t.2º, *Dalla crisi del '29 al XX congresso*, Torino, Einaudi, 1981, pp: 389-440.

²⁴ Em relação à contiguidade entre planismo e fascismo veja-se também Sternell, *Op.cit.*, pp. 201-231.

fundamentos do seu perfil ideológico e programático, que iam todos na direcção acenada antes de conjugar socialismo e liberalismo: *socialismo liberal*, o título da obra fundamental de Rosselli, sintetiza este esforço teórico do antifascismo que delimitava o seu perímetro cultural e definia a sua originalidade: nele não havia espaço para um socialismo iliberal vinculado ao mito da ditadura do proletariado e da revolução como tomada do poder pelas massas guiadas pelo partido único, nem para um liberalismo que não fosse kelsenianamente o esqueleto processual de uma democracia realizada²⁵, que todavia tinha os seus fundamentos nas classes sociais que representavam a sociedade de massa e na democracia económica.

Nas reflexões do antifascismo a escala continental delineou-se então, ainda que apenas esboçada, uma proposta de solução da crise global do mundo ocidental à altura efectiva dos problemas que esta colocava: se o corporativismo totalitário a enfrentava abolindo pela força tanto o mercado como o conflito de classes e esmagando o pluralismo social numa representação coagida e heterodirigida dos interesses, a alternativa baseava-se numa nova democracia de massa que através do *welfare* e dos partidos de massa remodelava as formas da cidadania e da participação política.

Todavia, não se pode subestimar, nem omitir²⁶, que este quadro projectual não só fatigava a tomar forma devido às ambíguas submissões culturais em relação ao seu adversário, mas também porque obrigado a mover-se nos nós de convicções ideológicas muito difundidos transversalmente no campo antifascista, de acordo com os quais havia um antagonismo irreduzível entre democracia e socialismo, além de existir uma contiguidade entre democracia, social-democracia e fascismo; nesta perspectiva a revolução proletária assumia os contornos de único instrumento e de mito político para derrotar simultaneamente fascismo, capitalismo e democracia.

<...[O] socialismo e a democracia burguesa não são a mesma coisa – escrevia o jovem Lelio Basso em “Politica socialista” em Março de 1935, recebendo a repreensão de Rodolfo Moranti, – e nem sequer um é o desenvolvimento do outro, mas aliás estão em antítese directa, enquanto que o fascismo

²⁵ Cfr. H. Kelsen, *Lineamenti di dottrina pura del diritto*(1934), Torino, Einaudi, 1967.

²⁶ Nesta óptica a reconstrução da génese e da definição deste complexo endereço programático feita por F. De Felice em *Antifascismi e resistenze*, in “Studi storici”, n. 36, 1995, pp. 597-638, parece-me excessivamente linear e optimista, enredada como está na tentativa de pré-datar os desenvolvimentos democráticos do antifascismo e de assumi-los como horizonte partilhado das forças empenhadas na luta ao fascismo.

não é mais do que o corolário da democracia, e que então baseia-se mal a luta contra o fascismo invocando uma inexistente e irreal oposição entre democracia e fascismo e alinhando-se em defesa dessa”. E acrescentava: “eu não estou disposto a combater, e comigo, creio, a maior parte da nova geração, pelas democracias ocidentais e digo abertamente que acho uma deformação e, pior ainda, um erro de visão histórica, o ter inserido entre os pontos programáticos da unidade de acção a defesa e a reivindicação de uma antiquada bagagem de instituições abertamente burguesas>.²⁷ Continuava a re-aflorar, debaixo de vários despojos, a convicção de que a democracia não fosse de modo nenhum um “assunto do proletariado”, e que o único “assunto” devia permanecer a revolução social, como se assumir a democracia como “assunto” próprio afastasse a classe operária do cumprimento da própria função histórica.

A paralisia política que descendia desta configuração era bem evidente nas posições de Nenni e da “esquerda socialista” em escala europeia: ainda que tivessem apreendido a novidade política potencialmente contida no planismo – que permitia dar um fundamento programático significativo à conquista do poder político, libertando-o do seu êxito revolucionário, que se revelara completamente infundado – através da obstinada reafirmação do carácter classista da iniciativa socialista perdiam de vista o único terreno sobre o qual era possível implantar a acção antifascista.

Portanto, a luta ao fascismo, não obstante a superação das fracturas dos anos vinte, permanecia constantemente enredada nas sobredeterminações derivantes dos bem mais inadiáveis imperativos ideológicos das diversas famílias políticas europeias (anticapitalismo, anticomunismo, classismo, etc.) que enfraqueciam a sua eficácia e desagregavam a sua frente, porque tornavam pouco claro o quê e porquê se combatesse; contradições e incertezas que impediam ao antifascismo de afirmar-se como horizonte político unificado em torno do único ponto central projectual possível, isto é, uma “revolução democrática”, popular mas inevitavelmente interclassista, solidarista mas não anti-capitalista: em suma uma fusão de socialismo e de liberalismo, que representou o que efectivamente teria acontecido no processo de reconstrução das democracias da Europa ocidental depois da tragédia da guerra e das guerras civis.

O pacto de unidade de acção estabelecido entre comunistas e socialistas italianos em 1934, representava nesta óptica um exemplo evidente de como a

²⁷ S.D. [L. Basso], *Chiarimenti (dall'Italia)*, in “Politica socialista”, 1 marzo 1935/nº3, ora in *Antologia del pensiero socialista*. Vol. V, *Socialismo e fascismo*, por A. Salsano, t: 1, pp. 359-363, passim

incerteza sobre os meios e a divisão sobre os fins, exceptuando-se a reafirmação da ideologia classista que unia ambas as famílias políticas, impedia ao antifascismo de cunho social-comunista de assumir o perfil de um projecto político efectivo para a Itália e para a Europa livre do totalitarismo nazi-fascista. O acordo, para além da mitologia política que nas décadas sucessivas o apresentou como o fulcro da unidade antifascista, na verdade limitava-se a definir espaços de colaboração para as actividades de propaganda dos respectivos centros internos dirigidas a trabalhadores, e nada mais²⁸. Em resumo, o pacto era o espelho mais fiel de como sem uma acção profunda de revisão das ideologias e das forças em campo, o antifascismo não conseguia ir além de acções de resistência de denúncia e de propaganda exprimida pela preposição contida na própria palavra: sem uma superação radical do “conservadorismo ideológico antifascista”, denunciado por Carlo Rosselli²⁹ em 1935 a construção do “partido do antifascismo” era impossível, porque ele podia crescer apenas no terreno das “heresias” e não dos dogmatismos.

Justamente por isto, é impossível não constatar como a este difícil parto ideológico, o Partido comunista, ainda que empenhado em primeira linha na luta contra o fascismo, tenha dado pouquíssimas contribuições.

O tacticismo exacerbado dentro do qual se situou o projecto frentista, lançado por Dimitrov do púlpito do VII congresso da Internacional comunista³⁰, de facto impediu que os partidos comunistas participassem plenamente dos governos democráticos, dos quais até faziam parte, porque os eventuais sucessos alcançados teriam contradito a convicção férrea, à qual todas as suas acções eram submetidas, de que apenas “o poder soviético conduzia à salvação”³¹. Aprisionada também neste abraço ideológico a análise do fascismo de Togliatti, sintetizada na fórmula do “regime reaccionário de massa”, que indubitavel-

²⁸ L: Rapone, *Il planismo nei dibattiti dell'antifascismo italiano*, in “Crisi e Piano...” cit., pp. 277 e ss.

²⁹ Cit. in *ivi*, p. 270.

³⁰ G. Dimitrov, *L'offensiva del fascismo e i compiti dell'Ic nella lotta per l'unità della classe operaia nella lotta contro il fascismo*, in F. De Felice, “Fascismo, democrazia fronte popolare”, De Donato, Bari, 1973, p. 154.

³¹ O facto difícil para os comunistas crescidos no período da bolchevização e da linha “classe contra classe” – escreveu Eric Hobsbawm – era conceber a nova linha em termos que não fossem puramente tácticos, ou seja como concessão temporária a uma situação temporária, depois do quê a velha batalha seria retomada, ou então como alguma coisa de diferente de uma simples mascaragem” (E.H: *Gli Intellettuali e l'antifascismo*, op.cit., p. 481).

mente representava o esforço crítico mais aprofundado no campo comunista para colher a essência histórico-política do totalitarismo, permaneceu sem consequências políticas reais. De facto, em relação ao plano programático traduziu-se apenas na teorização do “entrismo” nas organizações de massa do fascismo, em função da tomada de consciência que a queda do regime não era iminente e que a conspiração do “centro interno” não tinha servido a minar o consenso crescente dos italianos em relação ao regime.

Esta reflexão combinou-se na verdade com uma batalha minoritária, e substancialmente perdida, do grupo dirigente do Pcd'I para afirmar uma visão articulada, dúctil e móvel da linha da “frente popular”, que previsse a possibilidade de um empenho dos comunistas num processo de transição democrática de longo fôlego, desvinculando-os da obsessão da instauração imediata de um governo bolchevique. Nesta perspectiva a “democracia de tipo novo” abriu caminho na elaboração togliattiana, delineando-se como espaço programático de confronto com os outros componentes do antifascismo, com a consciência de que só no terreno da democracia poder-se-ia constituir a aliança antifascista. Togliatti, assim como Thorez, reflectindo tanto sobre os problemas da planificação como sobre a experiência espanhola, parecia intuir que os acontecimentos dramáticos dos anos trinta tivessem trazido à luz uma nova hierarquia de antagonismos em relação à até então teorizada pelo comunismo internacional: o antagonismo principal de que todos os outros descendiam e que estabelecia a colocação das forças em campo já não era representado por aquele entre a democracia e o socialismo, mas por aquele novo entre o fascismo e a democracia³².

Certamente para Togliatti a democracia era ainda uma fase transitória do percurso em direcção à revolução comunista e esta colocação impedia que o Pci desse uma contribuição activa na definição da fisionomia do estado democrático, que não fosse a extremização em chave disciplinadora da perspectiva planista e a acentuação dos seus caracteres populares; além do mais o terreno da programação, se não era simplesmente recusado como “embuste social-democrata”, era assumido como mero âmbito no qual coordenar e modular a acção reivindicativa do proletariado com o objectivo de dar corpo ao antagonismo de classe e aproximar o momento da revolução. No fundo desta visão emergia uma profunda desconfiança em relação às capacidades da democracia de governar o desenvolvimento e em simultâneo a certeza de que o destino do

³² G. Vacca, *La lezione del fascismo*, introdução a P. Togliatti, *Sul fascismo*, por G. Vacca, Laterza, Bari-Roma, 2004, pp- CXLIV-CXLVIII.

capitalismo fosse o desabamento iminente determinado pela contradição marxista entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção.

Togliatti apercebia-se, com maior clareza do que outros dirigentes da Ic, que para os partidos comunistas na Europa ter-se-ia aberto uma longa estação de “guerra de posição” em contextos democráticos e que o antifascismo constituía o horizonte ideal dentro do qual a guerra poder-se-ia desenrolar mais convenientemente; portanto, vínculos ideológicos excessivos provenientes da URSS teriam ameaçado esta estratégia forçada. Mas em simultâneo aderiria plenamente à cultura política stalinista para colocar aquelas intuições políticas fora de uma orientação dogmática, que lhe impedia de se confrontar plenamente com a democracia e de repensar à própria ideia da revolução como horizonte da acção comunista. No fundo, também depois da proposta da via italiana para o socialismo no final dos anos cinquenta estes nós nunca teriam sido completamente desatados, portanto não surpreende que Togliatti nos anos trinta não conseguisse superar as barreiras ideológicas de que era prisioneiro e que teriam impedido que o Pci, não obstante o grande empenho militante e a contribuição total para a definição da instalação constitucional da nova república, se libertasse dos seus contornos de força anti-sistémica e que se reconhecesse plenamente no antifascismo democrático que em Itália, mais do que noutros lugares, guiou a transição democrática.

V

A construção do “partido antifascista” não estava ligada unicamente aos temas da democracia e do estado social; também dizia respeito à necessidade de definir em que termos e em que condições combater o fascismo. Como vimos, nos anos vinte esta interrogação além da oposição italiana no estrangeiro ou nem sequer tinha sido feita, como no caso do liberalismo ou do catolicismo político, ou então tinha tido nas duas internacionais, socialista e comunista, uma posição marginal na hierarquia dos objectivos a serem alcançados. A sensação de ameaça iminente que a vitória de Hitler desencadeou em todas as latitudes do velho continente modificou radicalmente este horizonte colocando o antifascismo no topo da agenda política europeia, mas esta mudança não se traduziu em nenhum modo em atribuir à luta contra o fascismo o carácter de prioridade absoluta. De facto, esta opção implicava a superação de convicções e de ideais consolidados amplamente tanto entre as forças do movimento ope-

rário, como no campo liberal-democrático, entre os quais se destacavam a recusa da guerra ou seja como for do uso da força em conflitos políticos e a hostilidade a uma aliança com os comunistas, que a escolha antifascista inevitavelmente comportava.

Neste quadro permanece emblemática a discussão que se arrastou até ao deflagrar da segunda guerra mundial dentro do Ios, cujo resultado irresoluto e confuso impediu, como reconhecia amargamente Adler no verão de 1939, à maior organização política europeia de concentrar “...todas as suas forças em despertar as energias proletárias para a luta contra o fascismo”.

De facto, o socialismo permaneceu prisioneiro da experiência negativa de 1914, quando a II internacional se desagregou perante a força arrasadora do chamamento nacionalista e dos empurrões à *union sacré*, que aniquilaram o pacifismo e o internacionalismo, empurrando-o vinte anos depois a condenar até uma eventual “guerra de libertação” contra o nazi-fascismo, considerada alheia aos interesses estratégicos do proletariado internacional. A dificuldade de olhar para o futuro e não para o passado, de facto tornou a social-democracia europeia priva de uma estratégia efectiva de luta antifascista que não fosse um apelo genérico à resistência dos trabalhadores nos países fascistas à espera da “revolução proletária”, e à “solidariedade com as vítimas do fascismo”, combinado com a chamada à defesa da democracia nos países ainda livres³³: resumindo, uma escolha antifascista, relegada para o campo abstracto das ideias e das opções morais, que não incluía entre os seus programas nenhuma luta concreta contra o fascismo para além da resistência defensiva³⁴.

Deste ponto de vista não menos significativa revelou-se a fractura ao interno do laborismo inglês. De facto, nos anos trinta na maioria dos seus grupos dirigentes prevaleceu uma orientação política profundamente devedora do pacifismo absoluto de Norman Angel, de Beltrand Russel ou de lord Lansbury³⁵ – que foi secretário do partido até 1935 –; para além das intenções decla-

³³ *La stratégie et la tactique du mouvement ouvrier international dans les temps de la réaction fasciste*, in “Informations internationales publiées pour la presse par le Secrétariat de l’Internationale ouvrière socialiste”, X/48, 489 e ss.

³⁴ Sobre este tema cfr., L. Rapone, *La Socialdemocrazia europea tra le due guerre*, Roma, Carocci, 2000.

³⁵ No congresso do Labour Party em Outubro de 1935 no qual passou a Attlee a direcção do partido, Lord Lansbury afirmou, esclarecendo sem sombra de dúvida a sua posição. <La guerra – disse – é um crime contra tudo aquilo que me é mais caro e sagrado. Se a ameaça de destruição chegar a manifestar-se eu seria quase favorável a

radas esta escolha traduzia-se num projecto de redefinição da ordem europeia negociado com o nazi-fascismo, já considerado um componente estável e não eliminável da fisionomia política do continente. Esta escolha impediu que o laborismo britânico assumisse o antifascismo como âmbito político no qual colocar-se em escala internacional, não obstante se tivesse empenhado fortemente contra as tentativas desestabilizadoras do fascismo inglês, cujo chefe, como bem se sabe, saía das suas fileiras; pelo contrário contribuiu – juntamente às tendências semelhantes da social-democracia escandinava – para a paralisia do socialismo europeu na luta contra o totalitarismo de direita.

Todavia, contra as derivações ambíguas do pacifismo coagulou-se também uma minoria socialista, recolhida sobretudo na rede associativa do *Left book club*, fundado em 1936 por Victor Golleganz, que tentou conjugar a perspectiva da luta contra a guerra com uma explícita iniciativa antifascista, superando assim os vínculos do pacifismo: “como poderei considerar-me pacifista – perguntava-se Fennel Brockway, um dos dirigentes do Independent labour Party – quando desejo assim tão apaixonadamente que os trabalhadores vençam a guerra civil [em Espanha]”³⁶.

Na resposta ao dilema estava a essência da questão que atormentava o socialismo laborista: a recusa da guerra tinha como consequência aquela de poder-se subtrair à defesa da democracia contra a ameaça totalitária, colocando pacifismo e antifascismo em dois campos contrapostos. Comportamentos do mesmo género podiam ser identificados no mundo católico antifascista e alheio à deriva clerical-fascista, que nos anos trinta o tinha amplamente hegemonizado. Se para muitos permanecia verdadeira a chamada de Sturzo, de acordo com o qual “perante o fascismo havia um único comportamento possível: o derrubamento do regime efectuado por todos os cidadãos e por todos os partidos, unidos sob a insígnia única do antifascismo”³⁷, a construção das formas concretas para realizar este objectivo permanecia absolutamente vaga em relação às modalidades e projectada num futuro incerto e indefinido.

De facto, ainda que nos limitemos a reflectir sobre a questão do ponto de vista do observatório da oposição italiana no estrangeiro, para a qual as reflexões de Sturzo nos remetem, isto é, aquela componente minoritária do

adoptar o comportamento dos primeiros cristãos. Se tal fosse necessário nós aceitaríamos a morte>. (cit., in J. Droz, *Op.cit.*, p. 214 ss.)

³⁶ Ibid. p. 223; Veja-se também N. Copsy, *Antifascism in Britain*. London, Mac Millan, 2000.

³⁷ L. Sturzo, *L'Italia e il fascismo*, Bologna, Il Mulino, 1965, p. 247.

antifascismo europeu, que era e que se autorepresentava, efectivamente empenhada numa luta contra o regime de Mussolini, não pode passar despercebido o facto que ao longo de todos os anos trinta nenhuma das forças políticas que a compunham tivesse previsto através de quais acções colectivas o regime poderia ter sido abatido; e nem sequer tinham considerado a hipótese de que o desabamento do regime de Mussolini teria ocorrido através de uma guerra em escala continental entre fascismo e antifascismo, pelo simples motivo que a guerra não fazia parte da bagagem ideológica das diversas culturas políticas antifascistas.

Mesmo que não tão profundamente marcadas pelo pacifismo, também as famílias políticas do antifascismo italiano atribuíam ao fascismo a exaltação da guerra e as intenções de fazer precipitar de novo o mundo numa nova guerra total, e ao mesmo tempo tinham-se tornado defensoras da paz seja como valor, seja como fundamento das relações internacionais. Esta convicção tinha-se acentuado depois do advento do nazismo que tinha sido apresentado como uma ameaça para a paz e para a ordem internacional, contra a qual era ainda mais indispensável e urgente construir a frente antifascista: uma frente defensiva, como escudo e barreira contra o expansionismo nazi-fascista, já não uma frente promotora da guerra de agressão antifascista em relação ao Eixo, que era impensável, culturalmente, antes ainda de militarmente ou geopoliticamente.

Então, também neste ambiente específico, a luta contra o fascismo, à espera do momento, mais simbólico do que realístico, no qual os conflitos sociais teriam feito explodir a “crise revolucionária”, citando Togliatti³⁸, na qual se teria dissolvido, não previa nada mais do que uma longa resistência de ínfimas minorias activas, tanto no exílio como na pátria, e uma longa acção pedagógica, com o objectivo de manter viva uma alternativa ao totalitarismo: luta de longo fôlego e de destino incerto, que os acontecimentos convulsos concatenados em escala continental entre 1935 e 1939 tornaram ainda mais lábeis e indecifráveis; luta na verdade destinada a desaguar num testemunho político-moral fortemente militante para manter abertas áreas de discordância, mas que tinha perdido todas as ilusões em relação à possibilidade de ter como resultado uma mobilização colectiva antifascista que poderia ter desembocado numa guerra civil resolutive³⁹.

³⁸ P. Togliatti, *Lezioni sul fascismo*, ora in Id., *Sul fascismo*, por G. Vacca, Laterza, Roma-Bari, 2004, p. 125.

³⁹ À luz destas considerações medir os limites do antifascismo em virtude das suas maiores ou menores capacidades de “perseguir” o fascismo, como afirma Amendola na

<Não nos deixaremos seduzir pela miragem da insurreição - lia-se num cartaz do movimento neoguelfo que até tinha teorizado o “direito à revolta” – ... Armar-se contra o fascismo não quer dizer combater hoje a guerra boa, porque a guerra inútil não é boa... A nossa seja hoje obra organizada de educação... Disputar ao fascismo o coração do menino, a vontade do jovem, o pensamento do homem”⁴⁰. De facto, a guerra de Espanha, deste ponto de vista foi a confirmação trágica da fraqueza do antifascismo, preso entre as contradições de uma ordem europeia em cacos e as suas fracturas ideológicas e políticas. Devido ao entrelaçamento destes dois factores a tentativa de pegar nas armas contra a avançada do totalitarismo, combinando guerra entre exércitos, guerra de resistência e mobilização antifascista internacional, faliu num banho de sangue, deixando atrás de si um longo rastro de divisões e de rancores. No caldeirão desta terrível crise tinha emergido com grande evidência que a centralidade permanente da guerra civil entre democracia e totalitarismo bolchevista ao definir alinhamentos dos estados, movimentos da opinião pública, e acção das forças políticas impedia que o antagonismo fascismo/antifascismo assumisse o relevo decisivo de modo a tornar possível o “combate” na escala continental que era a única na qual este podia ter uma conclusão efectiva qualquer. A frente antifranquista desmoronou-se de facto tanto pela recusa das democracias ocidentais de combater contra o fascismo juntamente com a URSS de Stalin, considerado o antagonista mais perigoso pela definição do equilíbrio internacional, como pelo peso das sobredeterminações ideológicas a que anteriormente se

sua famosa entrevista, sintetizando um longo debate que tinha animado a historiografia “ético-política”, parece uma operação historiograficamente desviante e cientificamente inútil: um mal-entendido interpretativo que transformava em chave de leitura científica uma divergência política interna ao antifascismo italiano. De facto propunha-se como modelo heurístico da toda a experiência antifascista italiana a contraposição entre propaganda no estrangeiro e luta clandestina que tinha dividido os seus diversos componentes políticos, na convicção que tivesse sido realmente possível derrubar o regime fascista por obra do antifascismo. A força e a função histórica do antifascismo teria estado então completamente contida na coerência do seu prefixo; ma esta óptica aqui proposta com uma valência historiográfica encobria um bem maior objectivo político, que dizia respeito não só à conexão entre antifascismo e resistência mas também àquela entre o primeiro e a construção da Itália republicana, na medida em que o radicalismo da oposição era assumida e proposta como fundamento do papel de força hegemónica da luta de libertação que o Pci advogava para si, através do qual legitimar o seu pedido para participar na direcção da nova democracia italiana.

⁴⁰ Cit., in P. Scoppola, *La chiesa e il fascismo. Documenti e interpretazioni*, Laterza, Bari, 1971, p.299-300. Sobre este tema veja-se também P. Trionfini, *L'antifascismo cattolico* di *Gioacchino Malavasi*, Roma, Edizioni Lavoro, 2004. p. 24 e ss.

tinha acenado que desencadeariam, poder-se-ia quase dizer, uma guerra civil dentro da guerra civil que alcançou o seu nível mais dramático e simbólico no massacre dos anárquicos em Barcelona⁴¹.

O embate entre anárquicos e comunistas representa também o observatório privilegiado para enfrentar o outro aspecto que obstou o desdobramento completo da luta antifascista, que sublinhava o início deste parágrafo: o desenvolvimento de uma vasta área de forças políticas e intelectuais antifascistas, sempre mais explicitamente anti-comunistas. Perante a evidente deriva autoritária do bolchevismo, que as informações sobre as eliminações stalinianas tornava de proporções bem superiores às denunciadas nos anos vinte por laboristas e social-democratas, alargou-se a frente de quantos, seguindo a tomada de posição de Arthur Koestler no seu *Testamento spagnolo* (1938) recusavam-se a escolher entre Hitler e Stalin e estavam convictos de que o antifascismo devesse conter no seu interior uma opção antitotalitária que impedisse a aliança com um regime e com uma ideologia tão violentos e ditatoriais como o nazismo.

O anti-comunismo não constituiu apenas um dos factores que justificaram a política do *appeasement* das potências democráticas europeias em relação ao nazismo, impedindo que o antifascismo se tornasse uma estratégia dos estados; constituiu também um componente dentro do antifascismo, que teve na Grã-Bretanha e na emigração alemã os seus maiores pontos de força, capazes de impedir que a estratégia da “frente popular” contra o fascismo se tornasse uma perspectiva comum a nível europeu: de facto essa nunca foi tornada própria pelo Ios, e permaneceu confinada ao caso francês e espanhol, à oposição italiana no estrangeiro, enquanto que na emigração alemã a unidade de acção entre comunistas e social-democratas foi duramente hostilizada e de facto paralisada por uma articulada frente intelectual e política anti-stalinista.

O pacto Ribbentrop-Molotov soou como uma confirmação das razões do antifascismo anti-comunista e fez cair miseravelmente também a única possibilidade de justificar a guerra antifascista aos olhos do movimento operário europeu – a defesa internacional da URSS perante a agressão nazista do nazismo, proposta alguns anos antes pela esquerda socialista de Otto Bauer⁴² –, arrastando na sua queda a unidade antifascista.

O pacto tornou dramaticamente transparente não só que nas vésperas da segunda guerra mundial o antifascismo não tinha à sua disposição nenhuma

⁴¹ Ranzato, *L'eclissi della democrazia: la guerra civile spagnola e le sue origini 1933-1939*, Torino, Bollati Boringhieri, 2004.

⁴² O. Bauer, *L'Internazionale e la guerra...*

capacidade efectiva para combater o nazi-fascismo, mas sobretudo que a base ideológica, que apoiava e justificava essa aliança – a luta contra o imperialismo burguês – desertava o terreno político sobre o qual o antifascismo podia prosperar. Quando Molotov da tribuna do Soviete supremo afirmou, como justificação do tratado assinado, que “era insensato e até mesmo criminoso, fazer passar esta guerra como uma luta pela destruição do hitlerismo sob a falsa bandeira de uma batalha pela democracia” não só em nome do axioma político segundo o qual “[nenhuma] ideologia [podia] ser destruída pela força”⁴³, mas por algo bem mais radicado na tradição comunista que democracia e fascismo eram a mesma coisa para os fins da construção do socialismo, decretou a morte do antifascismo. E nos primeiros meses de guerra, nos quais, vendo bem, estava a tomar forma não uma Europa nazista, mas bem mais uma Europa dominada completamente por dois totalitarismos, esta morte delineou-se com toda a evidência pelo desaparecimento dos próprios termos de fascismo e antifascismo do léxico comunista e com a re-proposta do mito da revolução proletária mundial como resultado da “guerra anti-imperialista”. O relógio da história voltava assim a 1914-1918 e esta viagem no passado para justificar a política de potência da URSS separava o movimento comunista dos outros movimentos políticos e intelectuais democráticos e social-democratas que com fadiga tinham começado a definir as coordenadas de um possível futuro libertando-se das heranças da Grande guerra.

Ninguém podia supor que no arco de pouco mais de um ano o antifascismo teria sido exumado para se tornar a palavra-chave do alfabeto político da grande aliança antinazista. Uma exumação que todavia pressupunha que os movimentos antifascistas “regenerados” removessem aquela morte e estendessem um véu piedoso de esquecimento sobre as suas causas.

VI

Nas páginas anteriores propus algumas reflexões sobre alguns elementos constitutivos do paradigma antifascista no plano historiográfico. Nesta

⁴³ Cit, in P. Spriano, *Il movimento comunista tra guerra e dopoguerra*, in “Storia del marxismo”, vol III, *Il marxismo nell’età della III Internazionale*, t.2°, *Dalla crisi del ’20 al XX congresso*, Torino, Einaudi, p. 680.

rápida sondagem é impossível não deter-se sobre o tema mais complexo e significativo: a relação entre antifascismo e resistência.

Uma longa estação de estudos sobre a Itália em guerra e sobre as origens da República democrática tem girado em torno de um modelo historiográfico de explicação baseado na continuidade directa e unívoca entre estes dois fenómenos, segundo uma chave de leitura na qual o primeiro assumia múltiplas identidades de “realização”, de resultado ou de “esfera política” da segunda⁴⁴.

Esta assumpção fundadora do “paradigma antifascista” implicou muitas consequências negativas no plano da investigação historiográfica. A primeira, e talvez a mais significativa, disse respeito à dificuldade de definir o antifascismo como um campo autónomo de pesquisa, e independentemente, poderíamos dizer, da circunstância que entre 1943 e 1945 a sua história tivesse coincidido, ou estivesse fortemente interrelacionada, com a das lutas das resistências europeias. De facto, a redução do antifascismo aos seus resultados resistências – resumindo, a “premissa” à resistência – descontextualizando-o do seu tempo e afastando-o da sua dimensão internacional, tornava inutilizáveis no plano da elaboração historiográfica as chaves de leitura essenciais para poder apreender totalmente a sua identidade e o seu significado na história do século XX.

A resistência, (ou melhor ainda, as resistências europeias), configurou-se pelo contrário como um evento imprevisto e amplamente espontâneo, gerado pela guerra e destinado a concluir-se com a mesma, ainda que algumas culturas políticas, tivessem procurado nas décadas sucessivas, sobretudo em Itália, fazê-la reviver não só como símbolo da oposição, mas como modelo de luta política.

De facto, a oposição ao nazi-fascismo tornou-se possível e ganhou relevo no quadro da progressiva derrota militar que o projecto nazi-fascista de hegemonia mundial começou a sofrer a partir do final de 1942 devido à acção conjunta das democracias atlânticas e da URSS. Perante este processo, em muitos países europeus surgiram na população dois “comportamentos extremos”: a resistência, justamente, e o colaboracionismo. Ainda que em ambos os campos actuassem opções e comportamentos políticos que remetiam para os horizontes ideológicos pré-bélicos, esses foram amplamente tributários das modalidades

⁴⁴ Em relação a este tema veja-se L. Rapone, *Antifascismo e società italiana (1926-1940)*, Unicopli, Milano, 1999, pp. 7- 34.

com que se desenrolou o conflito e das dinâmicas económicas e sociais que este determinou.

Se o colaboracionismo se manifestou como o coágulo de um composto caleidoscópico de forças fascinadas pela “revolução nacional” nazi-fascista, crescido na onda da triunfal avançada da Werhmacht, a resistência também se difundiu sobretudo como consequência das múltiplas feridas morais e sociais inflitas pela guerra, simultaneamente atroz e perdida, no profundo das comunidades nacionais subjugadas na “Europa de Hitler”, pela acção e comportamentos de homens e mulheres que tinham poucas e lábeis – senão inexistentes – relações com a tradição antifascista.

Não se deve esquecer como o próprio termo resistência descrevia e englobava fenómenos e comportamentos muito diversos entre si, que iam da multiplicação de multiformes desobediências civis, entre a população inerme vítima da guerra, entre as minorias reprimidas, entre os soldados, entre os prisioneiros e os deportados – em geral desprovidos de ancoragens sólidas às culturas políticas antifascistas –, à formação de diversos movimentos populares empenhados em libertar-se pelas armas do domínio totalitário, sobre os quais, pelo contrário, o antifascismo político progressivamente exerceu uma influência notável, ainda que não tenha sido o seu factor gerador⁴⁵. De facto, a resistência antes de se tornar luta armada – e muitos casos permanecendo até ao final fora dessa perspectiva – foi “renitência” ao recrutamento; foi sobressalto moral de consciências individuais, com ou sem farda, sempre menos dispostas a sofrer ou a assistir a violências intoleráveis, a reconhecer-se nas consolidadas lealdades patrióticas arrastadas pela guerra perdida, a “obedecer em silêncio”, ou então, pelo contrário, levadas a redescobrir o valor da “dignidade do homem” ou da pátria, pisoteado pela brutal soberbia do invasor, em lugares de extrema degradação, física e psicológica, como os lager e os campos de detenção; foi recusa da guerra e das ideologias que a tinham exaltado; foi defesa das instalações industriais e sabotagem para impedir as razias nazistas; em muitos casos foi simplesmente o reconhecimento e a redescoberta do valor absoluto da vida humana contra as biopolíticas genocidárias do nazi-fascismo.

Nesta magmática sucessão de percursos individuais e colectivos, que atravessou verticalmente a sociedade europeia, a resistência, como antagonismo e alternativa ao totalitarismo, começou a adquirir um consenso de massa

⁴⁵ Sobre este tema veja-se o já clássico G. Vaccarino, *Storia della resistenza in Europa*, Milano, Feltrinelli, 1981; para o caso italiano o recente S. Peli, *La resistenza in Italia*, Torino Einaudi, 2004.

crescente e a “identificar-se com a consciência colectiva dos povos”, enquanto que o colaboracionismo se reduzia progressivamente à escolha radical de minorias fanatizadas e violentas.⁴⁶

Portanto, aquilo que definimos com o termo resistência configura-se como a soma de muitas e diversas resistências: resistência à guerra, resistência à ocupação estrangeira; resistência à imposição colaboracionista; resistência ao “desaparecimento da pátria” e finalmente resistência armada antifascista. Este último tipo de resistência tinha caracteres específicos porque nela se combinava tanto a opção de combater de rosto descoberto o inimigo, usando a violência, como a prefiguração consciente de novos cenários políticos, frequentemente em contraste entre si, mas unidos pelo imperativo categórico de refundar o estado sobre bases democráticas; era, então, uma resistência dotada de uma taxa de politização não só muito mais elevada em relação às outras resistências, mas sobretudo de algum modo consubstancial à decisão de participar: o resistente era uma pessoa politizada porque combatia, ainda que frequentemente de modo confuso, por uma nova ordem civil, para redefinir o pacto de cidadania e de convivência sobre os quais se fundam as nações, deslegitimando de modo irreversível aquele existente.

Por esta razão, onde a resistência conseguiu organizar-se militarmente, como em Itália, na Jugoslávia, em França ou na Grécia, e a ter um peso relevante na libertação dos respectivos países, o afastamento entre estes dois “comportamentos extremos”, a que anteriormente nos referíamos, precipitou dramática e repentinamente numa guerra civil sem piedade, que pôs em risco até mesmo as próprias identidade e ideia de comunidade nacional. Como evidenciou Neri Serneri, nesta óptica, a guerra civil que atravessa as resistências europeias não parece o “conflito isento de conteúdos” de que falou Karl Schmidt, todo centrado na dialéctica amigo/inimigo, mas bem mais um embate cujo objectivo é a definição dos confins de legitimidade do espaço político; um conflito interno ao campo da política que tem muitos elementos comuns com a revolução, primeiro de todos o objecto da discussão, isto é a redefinição dos ordenamentos da *res publica*⁴⁷. Paradoxalmente, se assim não fosse; ou seja se a resistência tivesse sido realmente “o segundo ressurgimento” ou apenas uma luta de libertação nacional do inimigo externo, interromper-se-iam justamente

⁴⁶ B. Droz, A. Rowley, *Histoire générale du XX siècle*, t. II, *La naissance du monde contemporain*, Paris, Seuil, 1986, p.152.

⁴⁷ S. Neri Serneri, *Guerra civile e ordine politico. L'antifascismo in Italia e in Europa tra le due guerre*, in “Antifascismo e identità europea...” cit., pp. 81-82.

os nexos com o antifascismo, ou seja com o campo de forças que queria implantar em Itália uma “nova ordem”, uma democracia de massa moderna.

Mas também onde a resistência assumiu a forma de luta armada de libertação se confirma a assumpção de que o campo antifascista e a resistência não se determinaram uma em função da outra, e que as descontinuidades históricas foram muitas mais do que as continuidades.

O elemento mais significativo, que assinala a complexidade da relação entre antifascismo e resistências armadas nacionais, reside no facto que destas últimas nem todas tiveram um explícito perfil ideológico que remetesse para o primeiro. De Gaulle, por exemplo, não era um antifascista, no sentido que este termo tinha assumido na geografia política europeia dos anos trinta e quarenta; nem nas suas mensagens enviadas através de “France libre” se podem encontrar referências explícitas à tabela de valores elaborada pelos movimentos que se referiam àquele universo político. O seu “antifascismo” consistia apenas na participação militar na grande guerra “antifascista”, que iniciou depois de Stalingrado e da entrada dos Estados Unidos no conflito, seja como for inscrito, e diria até, dissolvido, dentro de uma visão política centrada na ideia de nação e sobre o chamamento aos mitos e aos símbolos do republicanismo francês.

Também uma figura como aquela de Benes, chefe do estado checoslovaco antes da invasão alemã e depois em exílio, transformado num dos pontos de referência da resistência checa, presta-se a leituras múltiplas. Ainda que o programa antinazista lançado em 1940 pelo conjunto de forças que se reconheciam no seu magistério político através da proclamação *Za svobodu!* (Pela liberdade!) testemunhasse um elevado grau de identidade política e ideal entre a resistência checa e o antifascismo europeu, ulteriormente confirmada alguns anos depois da adesão às formações de resistentes de muitos soldados das tropas voluntárias desse país empenhadas em Itália, não é menos certo que tenha sido a questão nacional a guiar a acção e a reflexão de Benes e da resistência checa: com ele “era de novo o estado checoslovaco que voltava a aparecer”⁴⁸, empenhado no esforço enorme de combater o nazismo, sem que por isso cedesse ao totalitarismo staliniano.

Mas o caso emblemático é o da Polónia, onde a resistência à dupla ocupação nazista e comunista foi gerida por um governo clandestino que operava como contrapoder efectivo, um “contra-estado” autónomo, criado predominantemente pelas altas patentes do exército logo depois da ocupação. Esse era capaz de organizar escolas e hospitais, obras públicas, e outros serviços admi-

⁴⁸ Vaccarino, *Op.cit.*, p. 267.

nistrativos, com o objectivo de opor-se à germanização e à sovietação em nome da própria sobrevivência da nação e da sua identidade histórica. Este centro político no exílio, cuja cultura política não saía da colmeia do nacionalismo antinazista e anti-soviético elaborado pela classe dirigente aglomerada em torno a Pilsudski, ainda que conjugado em chave democrática, dirigiu também a criação das forças armadas, divididas entre um exército inserido nas armadas aliadas, que combateu em diversas frentes, entre as quais a italiana, e um exército “resistente”, a *Armia krajova*, a que foram confiadas tarefas múltiplas de resistência civil, de espionagem e de propaganda, de sabotagem e represália, mas não de luta armada geral, em relação estreita com a Confederação da Polónia independente, fundada por todos os partidos políticos democráticos mas também de extrema direita⁴⁹, da qual era excluído o partido comunista.

Mas desde 1942 até ao final do conflito a questão principal sobre a qual se desenrolou toda a acção da resistência diz respeito à relação entre as forças nacionais e o partido comunista, visto pela maioria dos partidos que lhe tinham dado vida em 1939 – sobretudo o partido socialista e o partido camponês – como um mero instrumento nas mãos de uma potência inimiga, isento de enraizamento social, e portador de uma ideologia política antagonista à da resistência – guerra de classes contra luta de libertação nacional, resumindo – de que descendia também uma diversa concepção da luta contra a ocupação: protecção da sociedade civil em defesa da integridade e identidade nacional, contra a exaltação da guerra de resistência, de acordo com o modelo daquela soviética, *Armia Krajova* contra *Armia Ludowa*⁵⁰.

Neste embate entre comunismo e anti-comunismo nacionalista que tinha como prémio o futuro da Polónia depois da guerra emergia a contraposição entre resistência nacional e antifascismo na declinação que a este tinha dado a III Internacional depois do VII congresso, que reproduzia em escala nacional a contraposição entre democracia e comunismo que nos anos trinta tinha marcado o campo antifascista e que o tinha conduzido ao colapso depois do pacto Ribbentrop – Molotov.

A partir de um exame mesmo que sumário do caso polaco emerge então que entre a resistência e o antifascismo existiram relações extremamente

⁴⁹ J. Berejsza, *La resistenza in Polonia*, in “Ricerche di storia politica”, 1/2002, pp. 77-91.

⁵⁰ C. Tonini, *L'antifascismo nella costruzione della Polonia comunista*, in “Antifascismo e identità europea...” cit., p. 272-273.

lábéis, senão inexistentes, não só na sua génese, mas também na sua evolução; quanto muito o antifascismo configurou-se como instrumento ideológico utilizado a posteriori no processo de construção do domínio comunista para manipular a memória da resistência e legitimar a reconstrução da identidade polaca em torno do anti-germanismo⁵¹.

VII

Relevar a distinção entre resistência e antifascismo, identificar a circunstância de que ambos foram gerados ou recolocados em movimento pelo novo contexto internacional da guerra antifascista, não responde ao objectivo de desvalorizar ambos em relação à definição dos novos alinhamentos pós-bélicos do continente, seguindo um exercício intelectual que as novas direitas europeias re-propuseram instrumentalmente várias vezes ao longo da segunda metade do século XX, nem para criar hierarquias artificiais de valores entre estes dois fenómenos, mitificando a espontaneidade e o radicalismo da primeira em relação às vocações moderadas e comprometedoras do segundo; responde mais ao objectivo de definir com maior clareza a complexidade dos factores que entraram em jogo na afirmação da liderança assumida pelo antifascismo no processo de refundação da Europa depois da segunda guerra mundial⁵².

No antifascismo dos anos trinta, de facto, potencialmente, estavam inscritos tanto o destino democrático da Europa ocidental como a solução autoritária das democracias populares que se impôs na Europa oriental. De facto, tal como procurei esclarecer nas páginas anteriores, o antifascismo configurou-se como o campo intelectual, moral e político dentro do qual se veio construindo o maior esforço de redefinição da democracia na Europa depois do desmorona-

⁵¹ Neste quadro não se pode esquecer que as duas resistências polacas encontraram um ponto de convergência unicamente no desinteresse com que assistiram ao holocausto e sobretudo ao único caso de resistência ao extermínio efectuada com a insurreição do gueto de Varsóvia. A luta desesperada dos hebreus barricados no gueto para impedir as deportações para Treblinka e para defender a sobrevivência física da comunidade não pôde, de facto, contar com nenhum apoio por parte da resistência polaca, cujo nacionalismo, também das componentes democráticas, estava frequentemente entrelaçado com uma longa tradição anti-semita, que explodiria não só durante o conflito em verdadeiros actos de extermínio, mas também nas décadas sucessivas na Polónia comunista.

⁵² G. Quazza, *Resistenza e storia d'Italia*, Feltrinelli, Milano 1976, pp. 105-128

mento do estado liberal primeiro e do advento do fascismo depois, que se revelou o único recipiente de valores, de experiências, de programas e de pessoal político ao qual recorrer para a reconstrução do continente martirizado não só das destruições humanas e materiais do conflito, mas das fracturas e das devastações produzidas na mesma consciência das populações envolvidas numa gigantesca guerra civil. Todavia não se deve esquecer que dentro do universo antifascista os partidos do movimento operário não tinham desfeito completamente, no plano teórico e político, o nó da irrevogabilidade, possível ou não, da opção democrática na qual situar o projecto revolucionário da emancipação do trabalho, enquanto os partidos comunistas tinham ficado ancorados ao modelo bolchevista, para o qual o sistema soviético representava a alternativa à democracia “burguesa”. As razões pelas quais se afirmou um resultado em vez de um outro dependeram em grande medida da invencibilidade dos vínculos determinados pelas novas formas através das quais se prolongou ainda por meio século a “guerra civil” entre comunismo e capitalismo em escala internacional; mas um papel relevante foi jogado também pelas modalidades concretas com que se estenderam nas diversas realidades nacionais as lutas de resistência, os nexos entre estas e o antifascismo, as relações de força entre os diversos componentes políticos dentro deste último e, enfim, a força da herança das tradições políticas locais.

Não há muitos elementos que de facto tornem plausível a tese de Furet e de alguns outros históricos revisionistas segundo a qual o antifascismo foi apenas o cavalo de Tróia com que o stalinismo tentou penetrar na Europa e manter sob controlo a democracia; é igualmente difícil remover o facto que a unidade do antifascismo em torno dos ideais democráticos herdados da revolução francesa e da tradição republicana represente uma reconstrução oleográfica, virada a ocultar o embate entre democracia e anti-democracia que o percorreu em toda a sua história, a fim de legitimar a presença dos partidos comunistas nas democracias da Europa ocidental. Também ao partido comunista que melhor interpretou o seu destino de força anti-sistema mas fortemente empenhada na primeira fila na construção da ordem democrática, ou seja o Pci, a democracia pareceu durante muitos anos como uma renúncia necessária em relação ao modelo de sociedade idealizado que, ainda que progressivamente tivesse perdido as suas ancoragens com a experiência da URSS, permanecia sempre uma organização social e económica diversa daquela que ele próprio estava com tanta determinação contribuindo a construir na Itália pós-bélica.

Massimo Morigi, Stefano Salmi

**NEUE SLOWENISCHE KUNST (NSK) ET AL.:
LA CYBERAVANGUARDIA FRA FASCISMO E TRAGEDIA
(AESTHETICA FASCISTICA VI E PRIMI ELEMENTI
PER UNA TEORIA NEOREPUBBLICANA)**

I was around when Jesus Christ
had his moment of doubt and pain
And I made damn sure that Pilate
washed his hands, and sealed his fate
Pleased to meet you, hope you guess my name
But what's puzzling you is the nature of my game
I stuck around St. Petersburg,
when I saw it was time for a change
I killed the Car and his ministers
Anastasia screamed in vain
I rode a tank, held a General's rank
When the Blitzkreig raged,
and the bodies stank
Pleased to meet you, hope you guess my name
But what's puzzling you is the nature of my game
I watched with glee while your kings and queens
fought for ten decades, for the God they made
Shouted out "Who killed the Kennedys?"
When after all... it was you and me
Let me please introduce myself
I'm a man of wealth and taste
And I lay traps for troubadours

Who get killed before they reach Bombay
Pleased to meet you, hope you guess my name
But what's puzzling you is the nature of my game
Pleased to meet you, hope you guess my name
But what's puzzling you is the nature of my game
Just as every cop is a criminal
and all the sinners saints
As heads is tails, just call me Lucifer
'Cause I'm in need of some restraint!
So if you meet me, have some courtesy
Have some sympathy, and some taste
Use all your well-learned politics
Or I'll lay your soul to waste!

Laibach, Sympathy For the Devil (Time for a Change)

La tradizione degli oppressi ci insegna che lo
“stato di emergenza” in cui viviamo è la
regola. Dobbiamo giungere ad un concetto
di storia che corrisponda a questo fatto
Avremo allora di fronte , come nostro
compito, la creazione del **vero** stato di
emergenza; e ciò migliorerà la nostra
posizione nella lotta contro il fascismo.

Walter Benjamin, Tesi di filosofia della storia

Per quanto nella sua *Teoria estetica* arrivasse ad affermare che
“L’esperienza artistica è messa in azione dalla contraddizione scaturita
dall’immanenza della sua sfera estetica e allo stesso tempo dall’ideologia che
l’indebolisce”¹ e che quindi per il suo romantico attaccamento ad una visione di
assoluta autonomia dell’arte Adorno abbia dovuto scontare il pressoché unanime
giudizio di aver pagato un pesantissimo tributo all’idealismo operando
tuttalpiù su questo un travestimento con una fraseologia marxista, certamente,

¹ T. Adorno, *Aesthetic Theory*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997, p.349.

al di là delle sue affermazioni che avevano il difetto di mettere chiaramente le carte in tavola, non si può certo dire che l'idealismo – anche se *en travesti* – del massimo esponente della scuola di Francoforte non abbia avuto proseliti, anche se pur loro farebbero (o avrebbero fatto) carte false pur di negare questa imbarazzante genealogia. Che ad Adorno proprio in virtù di questo ingenuo indebitamento idealistico fosse completamente preclusa la comprensione delle avanguardie artistiche del Novecento è un dato di fatto che di per sé non dovrebbe destare soverchia sorpresa, né, al di là della filologia filosofica, troppo interesse (se non per l'industria culturale che sui francofortesi ha sempre molto marciato). Purtroppo, rubricare l'incomprensione delle avanguardie solo come il combinato disposto di concreti interessi del mondo cultural-editoriale e di insensibilità idealistica verso le categorie della modernità, non ci porta certo a comprendere il motivo per cui anche quegli autori che espressamente si sono sempre tenuti distanti dalle categorie idealistiche hanno ritenuto (e ritengono) l'avanguardia come un momento ormai definitivamente storicizzato.

Al di là delle profonde differenze che infatti le animano, tutte le maggiori interpretazioni delle avanguardie novecentesche (i.e. Guillermo della Torre, Renato Poggioli, Hans Magnus Enzensberger, Peter Bürger, Alfredo Giuliani, Edoardo Sanguineti, Elio Pagliarani, Angelo Guglielmi, Fausto Curi, Ferruccio Masini, Adrian Marino, Gregor Gazda, Stefan Morawski) non fanno in pratica che ripetere la triste litania della *finis avanguardiae*. Certamente se ci si limita a considerare le avanguardie storiche, quelle che operarono essenzialmente a cavallo fra le due guerre mondiali e poi le loro stracche prosecuzioni del secondo dopoguerra, in cui delle avanguardie storiche si mantenevano (e si mantengono tuttora) solo i procedimenti formali ma per abbandonare completamente l'anelito alla *Gesamtkunstwerk* e all'inveramento del momento estetico in quello politico, non si potrebbe non concludere che fra le macerie della modernità verso le quali l'*Angelus Novus* di Benjamin è impotente ad operare una sua *restitutio ad integrum*, l'avanguardia costituisce uno dei ruderi più tristi e totalmente inadatti a fornire un sia pur minimo rifugio. Non importa siano neo o trans o qualsiasi altra aggettivazione si voglia apporre davanti al nome e non importa che tutte queste neo, trans od altro avanguardie continuino a praticare l'uso dell'allegoria, del montaggio e della citazione, se ci si limitasse a considerare solamente le esperienze estetiche sviluppatasi nell'ambito delle società industriali avanzate post seconda guerra mondiale la conclusione, se proprio non si vuole cadere in un'interpretazione idealistica all'Adorno dove l'arte non viene data per morta unicamente per il fatto che si presenta come

antitesi e momento totalmente altro rispetto all'ideologia e alla struttura economica (e a questo punto sarebbe più onesto ricorrere ad Hegel che già molto prima in una sorta di avanguardismo rovesciato ed ante litteram dava l'arte per morta, per lui assorbita dalla filosofia ma noi potremmo dire dal trionfare del disincanto del mondo), si sarebbe comunque costretti ad accettare, *de facto*, il trionfo della postmodernità, appunto caratterizzata dall'uso spregiudicato della tradizione reinterpretata attraverso l'allegoria, la citazione e il montaggio ma in cui questi procedimenti sono ridotti a puro gioco combinatorio dove, al contrario delle avanguardie storiche, è completamente assente l'eroica tensione costruttiva verso la *Gesamtkunstwerk* e ad una mutazione antropologica che investa direttamente anche il politico.

Ma come si era suggerito, questa impostazione denuncia innanzitutto una sorta di fallacia interpretativa intorno all'intima teleologia dell'avanguardia, in cui i procedimenti espressivo-linguistici altro non sono appunto che gli strumenti per operare un rovesciamento del disincanto del mondo capitalistico, un rovesciamento che, ne fossero più o meno consapevoli, è stato l'autentico *primum movens* di tutti i movimenti di protesta politica ed esistenziale che hanno costantemente turbato la stabilizzazione capitalistica del secondo dopoguerra. E un rovesciamento che, come nelle avanguardie storiche – anche se con minore consapevolezza teorica ma come in una sorta di tacita eredità culturale – sempre attraverso i principali procedimenti creativi delle avanguardie storiche questi movimenti continuavano (e continuano) a perseguire.

Mentre in alcuni autori questo legame non viene rilevato limitandosi le loro interpretazioni a denunciare l'esaurimento delle avanguardie, per una sorta di ironia della storia il giudizio liquidatorio verso questi movimenti di protesta viene dato da colui che meglio di ogni altro ha saputo individuare questo nesso. Scrive infatti Hans Magnus Enzensberger nelle *Aporie dell'avanguardia*:

E' a Jack Keruac, il supremo comandante della setta Beatnik, canonizzato dai suoi partigiani come il Santo Jack, che noi dobbiamo la seguente massima, centrale nel suo "Credo", insieme ad una indispensabile lista di infallibili procedimenti per lo scrittore: "Sii sempre idiotamente distratto". Questa frase può essere il motto per la corrente produzione di massa del tachismo, dell'arte informale, dell'acting painting, della poesia concreta, come pure di una larga parte della musica più recente.²

² H. M. Enzensberger, "The Aporias of the Avant-Garde", in P. Rahv (ed.), *Modern Occasions*, New York, The Noonday Press, 1966, p. 89.

Se si è ad un passo dall' "arte degenerata", possiamo almeno dire che in Enzensberger, a differenza ad esempio che in Bürger,³ tutto proteso a formulare una "teoria dell'avanguardia" risolta unicamente nella critica alle avanguardie storiche e nell'assorbimento della loro carica antisistema nell'ambito dell'organizzazione commerciale e museale del mondo artistico, emerge chiaramente il legame fra avanguardia e le spinte radicali di critica al sistema. Che poi queste "aporie dell'avanguardia" siano viste come una sorta di "distruzione della ragione" questo fa parte dell'incapacità del marxismo classico (ma sarebbe meglio dire scolastico) di capire il cambiamento e della sua conseguente deriva verso il totalitarismo. Ma oltre al mancato abbinamento fra avanguardia e spinte antisistema (Bürger) o quando questo viene effettuato ad una sua valutazione di fondo negativa (Enzensberger), le classiche teorie dell'avanguardia soffrono di un elementare quanto fondamentale problema, il soffermarsi cioè unicamente sul mondo occidentale sviluppato retto da forme di stato liberaldemocratiche o presunte tali. E così fino a non molto tempo fa venivano totalmente ignorate tutte quelle esperienze avanguardistiche che nascevano al di fuori dell'Europa occidentale e degli Stati Uniti d'America (considerando tuttalpiù distrattamente la sua diretta dépendance dell'America latina). *Hic sunt leones* quindi per l'Africa e l'Asia e scarsa e superficiale conoscenza anche per quanto avveniva oltrecortina, per l'apparentemente ovvia ma anche del tutto errata considerazione che col realismo socialista non poteva svilupparsi alcuna forma d'arte diversa da quella consacrata ed autorizzata dallo stato. Se per quanto riguarda il cosiddetto "Terzo mondo" sarebbero una buona volta da intraprendere, sul modello degli studi giuspubblicistici, serie ed approfondite indagini in merito al vicendevole scambio e recezione col "Primo mondo" dei modelli estetici e delle dinamiche della sociabilità dei gruppi dediti alla produzione artistica (e il fatto che ciò non sia avvenuto è da attribuire al persistere di una superficiale mentalità coloniale ed anche al fatto che, almeno,

³ P. Bürger, *Theory of The Avant-Garde*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1984. Oltre al saggio di Bürger, l'altro testo assolutamente seminale per una "teoria" dell'avanguardia è R. Poggioli, *The Theory of the Avant-Garde*, Cambridge, Mass., Belknap, 1968. Secondo Poggioli l'essenza dell'avanguardia poggia sulla resistenza dell'artista all'alienazione capitalistica. Le note che seguiranno, pur facendo proprie le considerazioni di Adorno e Poggioli intorno all'ineludibilità del problema strutturale nel determinare il fenomeno arte e/o avanguardia, intendono indicare la possibilità di un rapporto autenticamente dialettico fra arte e momento strutturale, dove fra arte e il "resto del mondo" deve esistere ed *esiste veramente* la possibilità di un reciproco scambio ed influenza.

fino a non molto tempo addietro, i cosiddetti studi culturalistici e di genere avevano una profondissima idiosincrasia verso tutto quello che avesse il pur minimo sentore di discorso estetico), per quanto riguarda l'est Europa si doveva, da un lato, fare i conti con la narrazione liberaldemocratica per la quale tutto quanto veniva prodotto nei sistemi comunisti o era viziato all'origine per aver dovuto sottostare al diktat totalitario o doveva essere unicamente catalogato come dissenso, dissolvendo in questa comoda definizione tutte le varie soggettività e particolarità artistiche, e per l'altro, si doveva scontare lo storico ritardo della sinistra marxista per la quale affrontare l'argomento era, per farla breve, come parlare di corda in casa dell'impiccato. E invece, per una sorta di eterogenesi dei fini, possiamo affermare che se ci fu un luogo nelle coordinate spazio-temporali novocentesche dove l'avanguardia ha saputo mantenere vive le sue possibilità di trasmissione e reviviscenza dopo la caduta del muro di Berlino e attraverso (come vedremo) le reti digital-cibernetiche questo è il mondo dell'ex socialismo reale. *Gesamtkunstwerk Stalin*,⁴ oltre il titolo del saggio nel quale Boris Groys magistralmente mette in rilievo che le avanguardie russe non lamentavano al sistema comunista la poca libertà ma la troppa libertà (in quanto questa contrastava con la spinta totalitaria di rimodellamento *ab imis* della società su cui puntavano queste avanguardie), sono due parole il cui potere euristico si spinge ben al di là della descrizione della situazione sovietica e in generale dei paesi comunisti e che ci forniscono anche la chiave interpretativa fondamentale del fenomeno avanguardistico e della produzione culturale più in generale: e cioè che storicamente ed empiricamente parlando le liberaldemocrazie mature non sono ambienti propizi per lo sviluppo di grandi imprese spirituali. E comunque, oltre alla mera evidenza che fu proprio in Unione Sovietica che l'avanguardia giocò la sua ultima carta di rimodellamento del mondo e oltre anche all'altra ovvia (ma non secondaria) considerazione che l'arte nell'ex URSS e nel mondo sovietizzato fu sottratta coattivamente all'influenza, anch'essa totalitaria almeno nelle sue conseguenze, del "libero" mercato dell'arte (possiamo paragonare la committenza dei partiti comunisti a quella praticata un tempo dalla Chiesa cattolico-romana, con tutti gli svantaggi ma anche i vantaggi che questa situazione comportava), ciò che deve essere con forza sottolineata è la profonda affinità fra la mentalità totalitaria politicamente intesa e la mentalità totalitaria nel campo dell'arte d'avanguardia. Non fu

⁴ B. Groys, *Gesamtkunstwerk Stalin. Die gespaltene Kultur in der Sowjetunion*, München-Wien, Carl Hanser Verlag, 1988 (traduzione in italiano: *Lo stalinismo ovvero l'opera d'arte totale*, Milano, 1992).

legato a circostanze fortuite che i futuristi abbiano svolto un'azione parallela e di collaborazione/concorrenza col fascismo e non fu un caso che i suprematisti russi fossero, in un certo senso, più comunisti e totalitari di Stalin. Questo non significa, come vorrebbe una certa facile vulgata ma non ancora del tutto estinta, che i futuristi fossero fascisti e i suprematisti comunisti. Molto più semplicemente significa che le avanguardie vollero politicamente sposare sempre soluzioni politiche totalitarie⁵ perchè in queste vedevano la traduzione nella sfera pubblica dei loro ideali estetici. (E in realtà i futuristi e i suprematisti potevano essere indifferentemente fascisti e comunisti, se non contemporaneamente sia l'uno che l'altro. Insomma, tutto fuorché liberali).

Come si sa, il "gioco" a chi era più totalitario alla fine risultò vincente per i totalitarismo politico e nel campo delle arti plastiche e figurative la sola arte consentita fu quella del realismo socialista. Ma questo non significa che una volta abbattuto il muro di Berlino, il disgregarsi del sistema sovietico comportasse una omologazione ai modelli occidentali. E se questa mancata omologazione a livello politico ha significato la fallita democratizzazione che sarebbe perfettamente inutile deprecare (sarebbero semmai da spedire con pratica accelerata nella famosa pattumiera della storia tutti coloro che avevano predetto "la fine della storia"⁶ stessa, beotamente risolta nell' oppiaceo e definitivo sistema liberaldemocratico), a livello artistico ha permesso il riemergere di quelle avanguardie che erano sì state ferocemente represses dal totalitarismo comunista ma la cui persecuzione non aveva significato tanto una loro cancellazione ma bensì una loro ibernazione nelle profonde e oscure caverne delle società del socialismo reale.⁷

La Neue Slowenische Kunst (NSK) è l'esempio più convincente che la *finis avanguardiae* è stato un luogo comune della critica che, perlomeno,

⁵ Id., "More Total than Totalitarianism", in Irwin (ed.), *Kapital*, Ljubljana, 1991; A. Hewitt, *Fascist Modernism: Aesthetics, Politics, and the Avant-Garde*, Stanford, Stanford University Press, 1993.

⁶ F. Fukuyama, *The End of History and the Last Man*, New York, Free Press, 1992.

⁷ Per le forme di resistenza delle avanguardie durante i lunghissimi anni che in URSS e nell'Europa sovietizzata fu vigente la *dura lex* del realismo socialista, fondamentale Inke Arns, *Subversive Affirmation. On Mimesis as Strategy of Resistance*. Attualmente su <http://www.projects.v2.nl/~arns/Texts/Media/Arns-Sasse-EAM-final.pdf>. Per quanto invece riguarda la condizione dell'arte nell'ultimo scorcio di vita del socialismo reale, fondamentale A. Erjavec, J. Martin, B. Groys, *Postmodernism and the Postsocialist Condition. Politicized Art under Late Socialism*, Berkeley, University of California Press, 2003.

doveva rimanere confinato all' Europa occidentale, e che questo errato giudizio non può essere salvato nemmeno ricorrendo all'adozione di un modello pluralistico a livello topologico (cioè affermando che, comunque, anche se limitata al mondo non comunista, la consunzione dell'esperienza storica di queste avanguardie aveva assunto un carattere più generale perché la loro fine era stata accompagnata anche dell' esaurimento non solo sul piano pratico ma soprattutto teorico delle possibilità di un'espressione avanguardistica), perché la NSK, fin dalla sua nascita agli inizi degli anni '80, si propone non più solo come avanguardia ma molto più concretamente come retroavanguardia. Non si pensi di essere di fronte ad un giochino di parole, come quello inventato ad uso commerciale dai galleristi e dai critici d'arte, tipo post o transavanguardia. Se nel caso della post, della trans, o quant'altro si possa escogitare come specchietto per le allodole, si è di fronte, nella migliore delle ipotesi, a fiacche e svirilizzate fotocopie di quelle che furono le vere avanguardie (e ad un qualche nuovo nome più o meno accattivante per ragioni di marketing del sistema artistico-commerciale occidentale si doveva pur ricorrere), la definizione retro apposta davanti ad avanguardia significa nel caso dell' NSK una duplice consapevolezza, teorica intorno al suo *modus operandi* e storica riguardo la sua responsabilità nei riguardi della società. Teorica innanzitutto perché se è vero come è vero che la caratteristica principale delle avanguardie del Novecento è stata la citabilità di tutti gli stili che le avevano precedute, questa libertà ed anche cinismo verso la tradizione deve riguardare, secondo la NSK, da un lato anche l'avanguardia storica stessa e dall'altro, non solo il realismo socialista ma anche l'arte totalitaria fascista e nazista e questo per l'assoluta buona ragione che sia il realismo socialista che l'arte totalitaria fascista e nazista frutto altro non furono della *Gesamtkunstwerk* politico-totalitaria profondamente affine all'arte totale delle avanguardie. Una applicazione pratica di questo retroprincipio della citabilità rivolto anche – se non soprattutto – alla negatività storica del nazismo e del socialismo reale fu da parte della sezione arti grafiche della NSK (la NSK è composta da varie sezioni, i cui nomi ed anche le suddivisioni stesse sono cambiati nel corso del tempo ma che nel loro insieme, pur mantenendo ciascuna di queste ripartizioni una loro autonomia, intendono rappresentare unitariamente l'intera gamma di tutte le forme di espressione artistica), la produzione nel 1987 di un manifesto in occasione della celebrazione annuale della giornata della gioventù jugoslava. Il manifesto vinse il primo premio divenendo l'immagine propagandistica ufficiale dei festeggiamenti e, con grande sfortuna della nomenclatura politica e culturale che l'aveva

scelto, subito dopo si scoprì che il manifesto altro non era che una copia quasi letterale di un manifesto nazista degli anni Trenta. In pratica, il tiro mancino dell'NSK consistè nel riprodurre tale e quale un baldo ed atletico giovanotto ariano che a torso nudo e in posa plastica esaltava "le magnifiche sorti e progressive" del Reich millenario, sostituendo la bandiera tedesca che questo reggeva con la bandiera della federazione jugoslava e l'aquila nazista in cima all'asta con una pacifica colomba. Ne seguì un enorme scandalo, poco mancò che i componenti della NSK non venissero incarcerati ma il triste epilogo della storia (almeno per coloro che ancora credevano nella vitalità della federazione jugoslava) fu che il 1987 fu l'ultimo anno che questi festeggiamenti vennero celebrati. Quale il senso dell'operazione montata in quell'ormai lontano 1987 dalla NSK? Sul piano meramente artistico, l'integrale applicazione del retroprincipio che si basa sulla piena citabilità di ogni frammento espressivo del passato (in questo caso dell'arte nazista che con sottile e feroce ironia la NSK dimostrava essere del tutto affine alla retorica figurativa comunista). Ma se si fosse trattato solo di questo, tanto di cappello al coraggio dimostrato – si rischiavano anni di carcere per fortuna poi non scontati in ragione della imminente dissoluzione della federazione jugoslava – ma si sarebbe trattato solo di un'operazione di demistificazione dell'autoritarismo comunista dell'establishment jugoslavo giocando sull'ignoranza dell'arte nazista da parte della commissione giudicatrice del concorso. Una sorta, insomma, di goliardata, che, se anche molto rischiosa, non avrebbe colpito al cuore l'immaginario dell'ideologia comunista. Si trattava, invece, di qualcosa di altro e di ben diverso. Se da un lato, al livello più esteriore, gli autori del manifesto intendevano segnalare una affinità iconografica fra l'arte comunista e quella nazista, dall'altro, alla luce del retroprincipio che impone la piena e reale citabilità di ogni stile artistico, compresi quelli totalitari, essi non volevano ironicamente indicare che l'arte nazista e quella comunista fossero per le loro similitudini entrambe da condannare ma, al contrario, in solido da salvare, o almeno da citare. Si trattava, insomma, di un "balzo di tigre" verso il passato, solo che ora dal *Jetztzeit* benjaminiano scaturiva una inquietante monade che non univa più la rivoluzione ad un momento della storia oggetto da sempre della mitizzazione da parte dell'ideologia rivoluzionaria di sinistra (come ad esempio il movimento spartachista, la Roma repubblicana, la Rivoluzione francese o la Rivoluzione sovietica) ma con quello che da sempre è considerato il suo demoniaco rovescio, il fascismo ed il nazismo e, ancor peggio, ciò non al fine di dimostrare almeno la loro comune negatività (una analogia che in finale di partita

della repubblica federale iugoslava poteva trovare, almeno in linea di principio, dei sostenitori) ma di dimostrare la piena citabilità, artistica in primo luogo ma poi anche politica, di entrambi.

Se come dicono gli inglesi, il giudizio se un budino è buono lo si può formulare solo assaggiandolo e se adottando per analogia lo stesso principio empiristico il giudizio sulla bontà di un'avanguardia è la sua dimostrata capacità di operare provocazioni non solo esteriori ma anche, e soprattutto, nell'inespresso inconscio dei nostri sogni ed incubi, l'operazione che fu condotta col manifesto dall' NSK era stato il segnale della resurrezione dell'avanguardia. Ma a questo punto sorgeva un problema, sulla cui soluzione – o, come vedremo, sulla sua perenne non soluzione – si giocava tutta la credibilità della NSK. Riguardo infatti alla responsabilità verso la società, un punto fondamentale era – in quanto da vera avanguardia la NSK non poteva rifugiarsi nella *turris eburnea* dell'arte per l' arte o, se vogliamo, nella provocazione per la provocazione – come metterla col fatto che il retroprincipio rischiava di trasformarsi nella piena citabilità del nazismo?, e cioè per parlare con un chiaro linguaggio politico, che il retroprincipio sembrava presentarsi come il più pericoloso tentativo – perché portato avanti con strumenti espressivi raffinatissimi che non erano certo quelli dei naziskin e del revivalismo nazifascista – di rendere rispettabile e riproporre il più bestiale totalitarismo del Novecento?

Come s'è detto la soluzione fu appunto una non soluzione ma non nel senso che si volle evitare di affrontare il problema (ciò avrebbe avuto l'inevitabile risultato di rubricare la NSK o come una larvata apologia del nazifascismo o al più, come una bizzarra manifestazione di nazicomunismo il cui interesse in sede teorica sarebbe semmai stato simile a quello che in campo bioetico si potrebbe avere intorno al problema se sia più o meno lecito mantenere in vita in laboratorio i bacilli del vaiolo, la *vexata quaestio*, cioè, se si sarebbe dovuta tollerare l'esistenza dell'ennesimo gruppuscolo neonazifascista) ma nel senso che la NSK adottò ogni azione possibile perché il problema fosse al contempo pubblicamente all'ordine del giorno (e chiarito in senso antifascista) ma rimanesse costantemente nella pratica artistica ambiguamente irrisolto. Concretamente cosa significò questo? Da una parte significò che l'NSK non indietreggiò di un solo millimetro nell'impiego delle fonti estetiche comuniste e nazifasciste (con provocatorie contaminazioni nelle arti figurative, negli happening teatrali ed anche nella musica pop, di cui parleremo fra brev), che continuarono ad essere assemblate in una inestricabile fantasmagoria nazicomunista. Ma dall'altra significò anche disvelare *apertis verbis* la strategia

comunicativa del gruppo, il cui scopo non era assolutamente compiere sgangherate ed orribili apologie ma dimostrare la pericolosità del totalitarismo, evidenziata però non attraverso la sua ridicolizzazione ma facendo emergere quegli elementi di fascinazione che costituiscono l'appel delle estetiche e delle politiche totalitarie. Si trattava insomma, di una sorta di inversione ad U della strategia del teatro epico brechtiano dello straniamento dove all'emersione del problema attuata attraverso una rappresentazione distaccata che impedisce l'immedesimazione e che è quindi propedeutica ad un approccio razionale e al conseguente superamento del problema, si preferisce, al contrario che in Brecht, una integrale identificazione con lo stesso, anzi, per usare la terminologia della NSK, una sovraidentificazione.

Il compito di rendere nota questa strategia del gruppo fu affidata all'oggi notissimo filosofo politico Slavoj Žižek, il quale in numerosi suoi interventi pubblici (interviste, saggi, articoli) volle dimostrare perché la NSK non ha nulla a che spartire con il fascismo ma è da considerarsi invece come uno dei suoi più sottili e temibili avversari.⁸ A tutt'oggi non sappiamo se ci fu un espresso incarico affidatogli dalla NSK o se questo fu un ruolo che Žižek volle ritagliarsi di sua iniziativa e poi accettato dalla NSK (Žižek non appartiene infatti *strictu sensu* alla organizzazione e le interviste rilasciate dai membri del gruppo e dallo stesso Žižek non aiutano a risolvere il problema), quello che invece importa è che attraverso Žižek il retroprincipio della citabilità anche dell'incitabile acquista una sua cittadinanza nel mondo del *politically correct* in combinazione con il principio della sovraidentificazione, la cui applicazione permette d'esperire e rivivere i momenti estetici del totalitarismo che sono poi propedeutici ad una successiva presa di distanza dallo stesso.

Questa è la teoria su cui si può più essere o meno d'accordo (noi la riteniamo convincente sia per quanto riguarda le "buone" intenzioni politiche del gruppo sia dal punto di vista teorico) ma che, un po' come il fantoccio benjaminiano del materialismo storico che necessita per vincere del nano della teologia che si nasconde sotto il tavolo, ha bisogno per essere funzionante di un elemento che la teoria non può né dire né renderci visibile: ***e cioè che, pena la riduzione della sovraidentificazione totalitaria in una grottesca, disgustosa ed***

⁸ A. Monroe (foreword by Slavoj Žižek), *Interrogation Machine. Laibach and NSK*, Cambridge, Mass., MIT Press, 2005. Tuttavia possiamo considerare l'intervento più importante di Žižek intorno al problema Laibach-fascismo *Everything Provokes Fascism (an Interview with Slavoj Žižek)*, reperibile presso l'indirizzo internet http://sitemaker.umich.edu/herscher/files/everything_provokes_fascism.pdf.

inutile mascherata nazifascista, la sovraidentificazione deve poter comprendere il rischio concreto che si trasformi in reale apologia di quello che sinceramente si voleva dominare e sconfiggere.

Abbiamo detto che NSK è una sigla che comprende diversi gruppi avanguardistici presenti nei vari settori delle arti e uniti dai medesimi ideali e procedimenti artistici. Ora, la sezione della NSK dove il principio della sovraidentificazione ha avuto più larga applicazione ed anche il maggior successo ed impatto di pubblico è il gruppo musicale Laibach. Abbiamo altrove già parlato dei Laibach⁹ e basti dire che la loro musica appartiene al genere industrial, un industrial, nel caso specifico di questa band slovena, in cui la parte ritmica sovente richiama marce o motivi militari e la costruzione armonica riecheggia la lezione wagneriana. Se considerati dal punto di vista di una propria produzione originale, il gruppo potrebbe esibire un *palmarès* particolarmente deludente, in quanto i suoi maggiori successi sono delle cover, che nella terminologia dell'industria discografica significa semplicemente il rifacimento di pezzi musicali composti da altri. Poco varrebbe a questo punto rammentare che uno dei principali moduli espressivi delle avanguardie è la disinvolta citazione degli stili ed anche dei concreti prodotti artistici del passato e ancor meno varrebbe, per quanto riguarda la NSK, giustificarsi col retroprincipio, che, abbiamo già detto, significa portare il principio della citabilità alle sue estreme (e pericolose) conseguenze, se in tutti questi anni le proposte musicali dei Laibach non fossero risultate altro che pigri rifacimenti di cose fatte da altri. Ma il punto è proprio questo. Molto spesso non solo le cover dei Laibach risultano molto migliori degli originali (già solo questo potrebbe essere un ottimo risultato ma al quale si potrebbe replicare con la considerazione che chi viene dopo anche se nano vede più lontano di un gigante perchè si arrampica sulla sua testa) ma queste cover riescono letteralmente a capovolgere, fornendo un'intensa coloritura fascista e marziale, lo spirito originale dei pezzi, che in ossequio alla cultura pop sono sempre inni ad una visione non gerarchizzata della società nella quale siano bandite l'autorità, la guerra e la repressione sociale. Uno dei più perfetti esempi di totale rovesciamento del senso musicale e culturale operato dai Laibach è "Live is Life" degli Opus. Per farla breve, nella versione originale degli Opus, "Live is Life" era una stucchevole canzoncetta reggae-pop che esaltava un facile *carpe diem*. Nelle mani dei Laibach, come altrove

⁹ M. Morigi, S. Salmi, *Cyberfascismus: il domani appartiene a noi (Aesthetica Fascistica IV)*, relazione presentata al V Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano. Rio de Janeiro 28-30 de maio de 2008.

abbiamo già sottolineato,¹⁰ “Life is Life” (il nuovo titolo leggermente modificato dal gruppo) diviene un terribilmente coinvolgente inno ai peggiori miti fascisti e nazionalsocialisti. Le nuove parole del testo non parlano più della bellezza del “lasciarsi andare” ma esaltano la terra, il sangue, il popolo e la sublimità dell’eterno ritorno (cosa importa infatti se il nazifascismo è stato l’incarnazione del male ed è stato alla fine sconfitto se ha saputo sviluppare attimi ineffabili di eternità, questo è l’evidente messaggio) e la musica che accompagna, pur rispettando quasi alla lettera l’originale degli Opus, in virtù di una geniale orchestrazione (uso dei fiati anziché delle chitarre e percussioni bandistiche al posto della batteria) si trasforma in una delle più coinvolgenti marce militari che siano mai state udite. Se quello che si cercava (ed era proprio quello) era una sovraidentificazione con i miti nazifascisti, *il risultato è stato pienamente raggiunto perché anche a costo di vergognarsene (ed anzi il proposito era proprio far provare un profondo piacere estetico verso una cosa che razionalmente si disprezza), dopo aver ascoltato “Life is life” non si può, a meno di non essere insinceri verso sé stessi, non rimanere assolutamente affascinati da questa fantasmagoria nazifascista.*¹¹ Un altro esempio di pari forza degli stravolgimenti operati dai Labach è “Geburt einer Nation”, che è la cover di “One Vision” dei Queen. Se c’è da dire che a ben guardare già in “One Vision” si potevano cogliere vischiosi grani di spirito fascista (ma non ci risulta che nessuna critica musicologica abbia evidenziato che la pulsione per un pensiero unico di “One Vision” contenesse germi di autoritarismo e questo comunque la dice lunga sul livello culturale dell’odierno stato dell’arte nel campo), “Geburt einer Nation” risulta essere la prima esplicita (e terribilmente coinvolgente) messa in musica degli “ideali” del totalitarismo nazista sfruttando (e stravolgendo) gli stilemi espressivi ed ideologici del pop (mentre “Life is Life” esaltava piuttosto i miti – terra, sangue, popolo, eterno ritorno – che precedono tale ideologia). Per non dilungarci nell’esegesi che in parte riprenderebbe quanto già detto per “Life is Life” basterà accennare al fatto che il

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ Anche Susan Sontag se ne sarebbe vergognata ma, contrariamente alle nostre tesi, avrebbe risolto il problema dicendo che “Life is Life” non è altro che un monumento al peggior kitsch neonazista. Per un visione del pensiero della Sontag in merito sul rapporto fra arte, nazismo e fascinazione che questo può indurre anche in chi non lo è ma anche su quanto una impostazione rigidamente *politically correct* (quella della Sontag per intenderci), pur animata dalle migliori intenzioni, sia “propedeutica” a sviluppare un bel paio di paraocchi, cfr. il celeberrimo e, ahinoi, troppo celebrato S. Sontag, *Under the Sign of Saturn*, New York, Farrar-Straus-Giroux, 1980.

titolo “Geburt einer Nation” è un’espressa citazione del celebre film “Birth of a Nation” di Griffith e per rimanere in tema Stati Uniti quel che più importa è che le prime note di “Geburt” sono un diretto calco, con una ironicamente spiazzante riscrittura metallica e marziale, dell’attacco di “The Star Spangled Banner”, l’inno nazionale degli USA. Segue poi senza soluzione di continuità l’usuale e riuscitissimo stravolgimento, in questo caso di “One Vision”, che ancora una volta ci fa capire a quale livello di fantasmagoria nazifascista possa precipitarci la cinica, spietata e geniale applicazione dei procedimenti del retro-principio e della sovraidentificazione.

La data di pubblicazione sia di “Life is Life” che di “Geburt einer Nation” è il 1987 e al periodo furono tratti da questi due brani anche due videomusicali (e che vedevano i membri del gruppo Laibach in pose e abbigliamento marziali e richiamanti l’immaginario nazionalsocialista), di cui tralasciamo la descrizione tranne che per dire che contribuivano assai incisivamente alla narrativa nazionalsocialista già molto efficacemente (e terribilmente) svolta dalla musica.¹² Fin qui tutto bene (o tutto male se si vuole ma noi siamo convinti tutto bene perchè il totalitarismo fu l’espressione di profondissime e radicate pulsioni e nessuno meglio delle produzioni artistiche della NSK e della musica dei Laibach è capace di farcelo comprendere) ma i problemi posti dalla sovraidentificazione erano destinati a riproporsi decuplicati con il tumultuoso sviluppo del Web. E per quanto riguarda in particolare i Laibach, accade ora che le loro produzioni videomusicali che se certamente non riservate ad una ristretta élite non per questo si può proprio dire che raggiunsero la vastissima popolarità cui possono attingere i tradizionali gruppi pop, sono state immesse nella rete, – in particolare tramite il website You Tube – e sono così alla portata di tutti, anche di coloro che con l’avanguardia, il retroprincipio e la sovraidentificazione non hanno apparentemente nulla da spartire. Se da un certo punto di vista il non essere a conoscenza di questi principi – o esserne estranei culturalmente – porta l’esperimento estetico all’espressione massima della sua entelechia, in quanto come abbiamo già rilevato il gioco della sovraidentificazione non ha senso, pena la sua trasformazione in una stupida mascherata nazifascista, se non si materializzasse concretamente il rischio effettivo e reale che il significante totalitario estratto dal suo contesto storico anziché operare un disvelamento del suo significato totalitario operi con esso un ricongiungimento,

¹² Cliccando su http://www.youtube.com/watch?gl=IT&hl=it&v=1YE_j0xIsJA si può prendere visione del videomusicale di “Geburt einer Nation”. Per il videomusicale di “Life is Life” si veda nota successiva.

se non esistesse cioè il rischio che la sovraidentificazione totalitaria si traducesse in una autentica adesione al totalitarismo, questo rischio, quando la platea di fruizione era in fondo abbastanza ridotta ed anche sufficientemente informata, era da un lato remoto ed anche qualora in qualche sporadico caso si fosse manifestato (come talora è accaduto), costituiva comunque una vicenda di ridotte dimensioni e di relativamente facile gestione politica. Con l'immissione dei videomusicali dei Laibach nella rete il discorso cambia radicalmente. E che cambi radicalmente non è solo un nostro timore suscitato dall'immenso allargamento della platea di ascolto ma anche dal fatto che questi videomusicali possono prima essere modificati dai gruppi cyberfascisti che popolano la rete per poi venire di nuovo immessi nel Web. Come è accaduto per esempio per "Life is Life" dove nella nuova versione immessa in You Tube non dai Laibach ma da alcuni utenti nazisti della rete, le immagini originali di riferimento (già cariche di forte simbologia nazifascista ma che esigevano comunque uno sforzo interpretativo e quindi ponevano un limite alla sovraidentificazione) sono state sostituite con le bellissime immagini del "Triumph des Willens" di Leni Riefensthal. Bellissime ma anche dannatamente ed espressamente naziste, attraverso la visione delle quali si può concludere senza tema di essere stati precipitosi che in questo caso la sovraidentificazione è sfociata nell'apologia e che quindi "Life is Life" è stata fatta propria o da qualcuno che si è convinto, non conoscendo le basi teoriche del gruppo avanguardistico NSK e dei Laibach, della bontà del nazismo attraverso la visione ingenua del loro video originale o da qualcuno che già nazista ha ritenuto comunque il videomusicale "Life is Life" un buon punto di partenza per propagandare il suo infame credo. E il problema in tutta questa vicenda non consiste tanto nello stravolgimento delle intenzioni dei Laibach ma piuttosto nel fatto che, per assurdo, è avvenuto il suo esatto contrario in quanto, in primo luogo, non ci si può certo appellare ad un concetto di autorialità in quanto il principio avanguardistico della (retro)citazione tende a dissolvere e il concetto di opera originale e della personalità individuale dell'artista su cui poggiava la vecchia concezione dell'opera d'arte ("Life is Life" è tutto fuorché un originale e se c'è una cosa che manca a questo prodotto artistico è l'auraticità) e, in secondo luogo, è tutto da dimostrare che questa mutazione maligna della sovraidentificazione in un'accettazione tout court del nazismo sia un effetto non desiderato dai Laibach¹³ e questo non perché essi siano nazisti *ma per la semplice buona*

¹³ Il video originale "Life is Life" dei Laibach è reperibile presso l'indirizzo <http://www.youtube.com/watch?v=JbB1s7TZUQk> mentre "Life is Life" ad opera dei

ragione (anche se dura da accettare) che la segnalazione degli eterni pericoli della mentalità totalitaria risulta estremamente difficile, se non impossibile, se alla fine questo totalitarismo sprofonda nell'inconscio e abbandona apparentemente del tutto il campo del politico.

Se le cose stanno come le abbiamo ipotizzate è allora di tutta evidenza che il Web rappresenta per il gruppo Laibach una sorta di definitiva ed ultima frontiera sulla quale collocare il loro progetto avanguardistico e aggiungendo una ultima e sostanziale differenza rispetto alle avanguardie storiche del Novecento, le quali, limitate dalla tecnologia del tempo proponevano le loro ricerche espressive a ristrette élite e superando sempre con grande difficoltà il ristretto *limes* della nazione. Ora, di fatto, il progetto avanguardistico dei Laibach si mostra all'immenso transnazionale mare magum degli utenti del Web. Questo sovvertimento dei luoghi di fruizione del messaggio avanguardistico reimposta nei Laibach radicalmente i termini dell'estetizzazione della politica (l'obiettivo ultimo delle avanguardie storiche), che, da obiettivo da realizzarsi in primo luogo all'interno dei confini nazionali e poi successivamente *extra moenia*, trova ora la sua epifania ineluttabilmente traslata e inverata sulle reti telematiche. Questa traslazione dà a sua volta origine ad una sorta di avanguardia di secondo livello che, a differenza dei fruitori delle avanguardie storiche, in virtù delle nuove possibilità della tecnologia informatica, opera ed interagisce sui risultati di quella che possiamo ora chiamare l'avanguardia di primo livello. Se nel progetto dei Laibach il Web svolge quindi l'importantissimo ruolo del disvelamento e della riattivazione del "lato oscuro" del principio di sovraidentificazione (che rischiava di perdere la sua efficacia sia perché ormai troppo conosciuto – e quindi di fatto disinnescato – ed anche perché dopo gli anni Ottanta era avvenuta la dissoluzione del mondo totalitario comunista – non avendo molto più senso sovraidentificarsi con una mentalità totalitaria che non trovava più i suoi referenti politico-statali), innescando un inedito rapporto fra un'avanguardia di primo livello e una di secondo livello (al di là dell'inaccettabilità del messaggio, i prodotti estetici ottenuti attraverso la citazione dei lavori "originali" dei Laibach, sono, come abbiamo visto, anch'essi di assoluto alto livello e denunciano, da parte dei cyberfascisti, non la conoscenza teorica ma, nella prassi, sicuramente l'ormai consolidata intuitiva applicazione dei procedimenti tipicamente avanguardistici), i Laibach operano in questo modo una affascinante (ma anche estremamente pericolosa)

fan nazisti della band slovena e dopo la "cura" Leni Riefensthal è sempre presso YouTube cliccando su <http://www.youtube.com/watch?gl=IT&hl=it&v=vVHq0g ViMLU>.

mutazione dell'originale messaggio di estetizzazione della politica, così come era stato svolto all'inizio nell'era preinternet da questa avanguardia slovena. Mentre i Laibach erano e sono profondamente consapevoli dei pericoli insiti nel rapporto fra estetizzazione della politica e fascismo, è di tutta evidenza che queste avanguardie di secondo livello intendono ripercorrere tout court, e a livello estetico ed anche di politiche pubbliche, le esperienze totalitarie fasciste del Novecento.

Quello che perciò si può dire della odierna strategia dei Laibach riguardo al Web è che ponendosi come cyberavanguardia di primo livello ci mettono così di fronte ad un progetto che ha abbandonato totalmente ogni legame con una seppur minima *Aufklärung*, perché si basa sull'evidente degrado morale del messaggio avanguardistico innescato dalla sua trasmissione/reimmissione sulle reti telematiche ma, al tempo stesso, in una sorta di estrema fedeltà al proprio mandato artistico, nel mantenimento delle valenze estetiche di questo messaggio, che vengono comunque recepite, e a volte anche potenziate, dalle avanguardie di secondo livello, che pur avevano ingenerato il suo azzerramento morale.

Questa nuova dialettica fra superidentificazione/abbassamento etico del messaggio/innalzamento della potenza estetica rende del tutto incomparabile l'operazione dei Laibach con quella di altre formazioni industrial presenti nel Web, magari simili a livello di scelte di genere musicale ma in cui l'esplicito ed inequivocabile viraggio totalitario operato attraverso i gruppi cyberfascisti non viene assolutamente accettato (il riferimento cade inevitabilmente sul gruppo musicale Rammstein direttamente responsabile di videomusicali di chiara e torva – ancorché debolmente dissimulata – ispirazione nazista, vedi il caso di "Reise Reise" dove viene utilizzato "Das Triumph des Willens" di Leni Riefenstahl o di "Stripped" dove sempre si ricorre per il supporto d'immagine alla Riefenstahl con "Olympia" ma che, quando i supporter si permettono di mettere in rete una versione "migliorata" di "Stripped", ancor più apologetica dell'originale, dove accanto ad "Olympia" scorrono le immagini della presa al potere del nazismo, per esempio il rogo dei libri – visto da questi fan nazisti in chiave del tutto positiva – dopo non molto il video viene ritirato per ordine, evidentemente, dei Rammstein stessi, i quali così facendo dimostrano una notevole coda di paglia e certamente intenti poco avanguardistici ma molto commerciali, i.e. non curandosi delle terribili conseguenze, sfruttare cinicamente i gruppi neonazisti che infestano la Germania e l'Europa ma, nel contempo, praticare

un'occhiata sorveglianza sui propri videomusicali per potersi salvare dall'accusa di essere nazionalsocialisti ed evitare così probabili boicottaggi).¹⁴

In conclusione, l'odierno progetto dei Laibach riguardo al Web si ricollega direttamente, più che ad un'idea costruttivistica tipica delle vecchie avanguardie (futurismo, suprematismo, surrealismo) all'origine filosofica dell'avanguardia storica, a Nietzsche e al suo *amor fati*, verso il quale il miglior suggello del suo percorso filosofico ed esistenziale – e Stella Polare anche della band slovena – potrebbe esser ben riassunto nel suo “nafragium feci, bene navigavi”. Si tratta di un passo decisivo rispetto alle vecchie estetizzazioni politiche tipiche delle avanguardie novecentesche, in cui il totalitarismo non veniva vissuto come incombente tragedia ma solo come possibilità superomistica e in cui era completamente assente la percezione della dimensione demoniaca di fine di civiltà che alla fine doveva essere innescata da una *Gesamtkunstwerk* politico-estetica che senza mediazioni si volle riversare sul corpo vivo della società. In questo modo l'azione dei Laibach continua a mantenere anch'essa un altissimo livello di potenzialità tragiche (come abbiamo visto la risposta sul Web che essi suscitano da parte di gruppi cyberfascisti è terribilmente angosciante) ma risulta anche radicalmente sovversiva verso una piatta stabilizzazione liberaldemocratica e la sua ideologia che ha a tutt'oggi dimenticato ogni seppur minima genealogia con l'idea, dinamica e responsabilizzante, dell'antica Res Publica costantemente armata e all'erta contro i pericoli esteriori ed interiori che continuamente minacciano di dissolverla, configurandosi perciò questa azione “totalitaristicamente” eversiva riguardo tutte le ipotesi di fine della storia e di cessazione postmoderna delle narrative, una afasia sociale, storica e politica che, di fatto, si presenta come la negazione più assoluta di una pubblica *Vita Activa* e quindi come il peggiore dei fascismi. In questo senso l'operato dei Laibach più che un servizio reso al totalitarismo, come vorrebbero i loro detrattori (secondo i quali il gioco della sovraidenti-

¹⁴ “Stripped” in una versione autorizzata dai Rammstein: <http://www.youtube.com/watch?v=bbUej2HRKaY> e l'indirizzo You Tube che ospitava la versione “migliorata” dai fan ma rimossa su disposizione degli stessi Rammstein: http://www.youtube.com/index?ytsession=ZELk2n3MdkWV2Asyjlkf4Vrn7aSnyIRi88wp1QWaoVjYVNDQHp1deI8BjkV_pacmTJamus7vwxg9j3HfiQ0Dwa4xGgPPhn6lCb8N4jPtx4q4vYqVegOc_q0KuQVa3BPorb2zC8VbGFUKbqYqM11Oc0VqKq5jw18k3xqWCFiMI9FY8nDOPbdTcAyDyZzmRl9ERTOydYb10yS1bHQv_zMXvBZ15t2eyd4N5PjAB0lJLtgKtVBc7fX2olCxO4THMn1SfWD0oPk9nk_IoE6LqwaOIhOudattzzOno2NBKlZLv2AbVshA6AhurnTM4PL6HXf-6LeHYGmelYc6f7t3crmq_R9kLY. Prima di tale rimozione abbiamo comunque provveduto a scaricare questa versione presso il nostro Archivio Storico Digitale Massimo Morigi-Stefano Salmi (ASDMMSS).

ficazione sarebbe sostanzialmente scappato di mano) si configura, questo sì sul solco delle avanguardie storiche, come una “interrogation machine”¹⁵ le cui domande e citazioni, proprio perchè inquietanti, le nostre ormai perse e confuse liberaldemocrazie non possono certo illudersi di poter ignorare se vogliono darsi un’estrema possibilità di ripercorrere la loro antica strada repubblicana per ora del tutto smarrita.

¹⁵ A. Monroe (foreword by Slavoj Žižek), *Interrogation Machine*, cit.

**HISTORIOGRAFIA ARTÍSTICA NO ESTADO NOVO
A OPOSIÇÃO DISCRETA**

O título desta comunicação começou por ser uma hipótese. E, na realidade, ainda não pode passar disso. Durante o Estado Novo, a historiografia artística não expressou uma oposição vincada ao regime. O predomínio de um «nacionalismo científico», que fazia da arte o espelho de um ideário, contrastava com uma «corrente factualista», que aspirava a estudos artísticos sem ideologia. No século XIX, Joaquim de Vasconcelos atacou com vivacidade o «preconceito patriótico», mas no século XX essa atitude foi discreta e fez-se por uma via que talvez se possa considerar metodológica. Claro que em muitos autores o apreço pelos factos radica num amadorismo de raiz oitocentista, mas noutros, como Vergílio Correia, constitui uma alternativa estruturada.

1. Historiografia artística no Estado Novo

A historiografia artística portuguesa começou com José da Cunha Taborda e Athanasius Raczyński, ainda na primeira metade do século XIX, ganhou um fôlego renovador com Joaquim de Vasconcelos e chegou a 1930 com três ou quatro dezenas de estudiosos. É verdade que a maioria deles é autodidacta, com formação em Direito, Letras, Teologia, Medicina e Comércio, e dedicando-se à história da arte a título parcial. No entanto, uma contagem superficial do número de livros de arte publicados em Portugal mostra um crescimento constante a partir de final do século XIX. Na década de 1880, publica-

vam-se dois livros por ano; em 1900, cinco; e em 1930, oito.¹ A História da Arte manteve, porém, limitações estruturais, que persistiram até aos anos oitenta. A ausência de uma licenciatura própria deixou farto campo para a ideologia e para a rotina metodológica.²

A historiografia artística era ainda, no início do Estado Novo, um mosaico de abordagens. A procura de uma legitimidade científica promoveu, nos melhores casos, uma história metódica, analítica, erudita, às vezes obcecada pelas fontes documentais. Trata-se de uma linhagem ilustre que radica em Athanasius Raczyński e Joaquim de Vasconcelos e se prolonga na que já foi designada por «escola de Coimbra», maximamente representada por Vergílio Correia. A incipiência da disciplina exigia um esforço de inventariação e de identificação de autorias. Multiplicaram-se as biografias, as memórias históricas e descritivas, a publicação de fontes, as monografias, os álbuns ilustrados e os guias turísticos. Este é um dos pilares da historiografia fundada em meados do século XIX.

O segundo pilar tem uma natureza ideológica. A pesquisa acerca da pintura e da arquitectura dos Descobrimentos tinha em vista mostrar a «autonomia espiritual» e portanto a originalidade da Nação. Vista com desconfiança pelos primeiros especialistas, uma tal preocupação proliferou entre os divulgadores, ganhou substância com Ramalho Ortigão e radicalizou-se por fim com José de Figueiredo e Reynaldo dos Santos. Em nenhum momento as súmulas ideológicas prescindiram do sustentáculo metodológico. Mas, num tempo em que até a ciência parecia ter a obrigação de ser nacionalista, o trabalho metó-

¹ Ver a nossa dissertação de mestrado policopiada *Historiografia Artística Portuguesa. De Raczyński ao dealbar do Estado Novo*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.

² Na universidade, durante a vigência do curso de Ciências Histórico-Filosóficas (1929-1956), o seu ensino restringiu-se a uma disciplina de Estética e História da Arte. Depois, até ao fim do Estado Novo, a licenciatura em Filosofia dispôs de uma cadeira de Estética e Teorias da Arte e História da Arte Portuguesa e Ultramarina. O primeiro grau de doutor em Arqueologia e História da Arte concedido em Portugal, desde que se tornou possível, em 1957, foi obtido por José Ferreira de Almeida. O primeiro doutoramento específico em História da Arte coube a Pedro Dias, em 1983. A história da arte tem um lugar maior nas Escolas Superiores de Belas-Artes, com disciplinas de História Geral da Arte e de Arqueologia Artística Geral e Portuguesa (1931-1957) e de História Geral da Arte, História da Arte em Portugal, Teoria e História da Arquitectura, Estética e Teoria da Arte, História da Pintura e História da Escultura (após 1957). (Maria João Quintas Lopes Batista Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal. 1929-1960*. Lisboa, Faculdade de Letras, 1995, pp. 299-301; dissertação de doutoramento policopiada.)

dico parecia insuficiente e denotava mesmo, segundo José de Figueiredo, uma falta de sensibilidade incompatível com os estudos artísticos. É este conflito estrutural de perspectivas (além do inevitável jogo de poderes e de malquerenças) que suscitou a reveladora polémica entre o director do Museu Nacional de Arte Antiga e Vergílio Correia, em 1924.³

2. Combater a ideologia com o método

A polémica nasceu de um ataque violento à «escola de Coimbra», representada por António Augusto Gonçalves, que havia publicado *Estatuária Lapidar do Museu Machado de Castro*, e por Vergílio Correia, que ocupara o lugar de professor da Faculdade de Letras (deixado vago pela morte de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho) e lançara nesse ano *Sequeira em Roma e Vasco Fernandes, Mestre do Retábulo da Sé de Lamego*. Do considerado restaurador da Sé Velha, então com a idade de 76 anos, encarregou-se Reynaldo dos Santos, num texto de ironia implacável. Só se refere com reverência ao provector mestre para o destroçar a seguir. Só o enaltece respeitosamente para vincar a gravidade das suas falhas.

É preciso notar que, estando em causa duas teorias e dois métodos, foi a linha nacional de Lisboa que afrontou a feição positiva de Coimbra, ou seja, se a expressão não é excessiva, foi a *ideologia* que se propôs combater os *factos*. A historiografia metódica não saiu derrotada, mas permaneceu à defesa, enleada numa prática aparentemente pouco ambiciosa.

Vergílio Correia acusou José de Figueiredo de fazer mais literatura do que crítica e José de Figueiredo tentou reduzir Vergílio Correia a um inapto coleccionador de documentos. Um diminui a importância do documento na «identificação» dos quadros, outro valoriza-o por não acreditar no subjectivismo tantas vezes imponderável. José de Figueiredo exprime uma confiança quase ilimitada nos seus dotes, apesar de eles não proporcionarem certezas e de jamais substituírem o documento escrito. O seu desprezo pela pesquisa de

³ Nos dois textos que desencadeiam a polémica, José de Figueiredo, ao recensar um livro sobre Domingos António de Sequeira, salienta a incapacidade de Vergílio Correia para «autenticar» autorias por falta de «sensibilidade» e «vocação». Nas falhas apontadas por Reynaldo dos Santos à *Estatuária Lapidar*, de António Augusto Gonçalves, conta-se também a incapacidade do velho mestre para identificar e apreciar, na justa medida, a «importância» de algumas esculturas e «o encanto da sua beleza». (*Lusitânia*, Lisboa, vol. I, fasc. I, Janeiro de 1924, pp. 128 e 129.)

documentos leva-o a chamar *pobre-diabos* aos que, em Paris, não tendo outras qualidades, «ganham assim modesta mas honradamente o seu pão nesse labor pouco intelectual e, por isso mesmo, fastidiosos»⁴.

Vergílio Correia seria, assim, um mero «encontrador», «um rebuscador [...] por falta de visão e sensibilidade e cultura especializada do assunto»; um «rato de biblioteca» que, fora da publicação de documentos, revelaria uma «absoluta cegueira em matéria de arte»⁵; um ignorante que estaria para as coisas de arte como o analfabeto está para a palavra escrita! José de Figueiredo não lhe concede nem a *capacidade* nem o *direito* de se envolver no estudo dos «primitivos» portugueses, matéria que considera sua por ter sido pioneiro.

Nas respostas, Vergílio Correia aplica uma dureza equivalente para defender princípios diversos. Como «fanático da verdade histórica», afirma que só os documentos escritos ou as obras assinadas permitem o estabelecimento incontroverso de autorias. Apenas assim se põe cobro às intuições certas, seguras e indubitáveis, que afinal mudam a cada passo.

É na modéstia do método que Vergílio Correia se revela um grande historiador. E é a capacidade de «cavalgar desenfreadamente»⁶ hipóteses que dá brilho e fragilidade ao trabalho de José de Figueiredo. O primeiro atém-se aos documentos para não cair no subjectivismo e na ideologia, o segundo só quer os factos para construir as suas teorias.

Em 1925, Vergílio Correia demarcou-se do «critério nacionalista», filiado em Luciano Cordeiro, Sousa Holstein e Ramalho Ortigão, e, escreve ele, continuado por «alguns amadores da última hora, os quais, contando com a infinita receptividade patriótica do grande público, agitam perante os seus olhos sem defesa miragem de uma superioridade artística indígena, que só excepcionalmente foi um facto»⁷. Esta foi a única vez em que se referiu ao problema nacional, ainda na sequência da polémica. O seu persistente silêncio em relação ao assunto não é um acaso; parece uma atitude bem medida teoricamente.

⁴ *Lusitânia*, Lisboa, Junho de 1924, p. 414.

⁵ *Idem*, pp. 414-415.

⁶ Expressão usada por Vergílio Correia em *Terra Portuguesa*, Lisboa, tomo V, n.º 39, Julho de 1924, p. 59.

⁷ Vergílio Correia, «Três túmulos», artigo originalmente publicado em 1925, integrado em *Obras. V – Estudos monográficos*. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1978, pp. 184-185.

A sensatez firme de Vergílio Correia atinge por vezes o coração do brilhantismo da historiografia de pendor nacional. É o que acontece quando, a propósito de certo comentário de José de Figueiredo sobre um quadro de Vasco Fernandes, recomenda:

E deixe lá a transparência e a luminosidade da atmosfera em paz e sossego, que já estou farto de ver esse cliché nos seus artigos e nos do sr. Reinaldo.⁸

Este reparo cheio de mordacidade é decisivo porque será sobre alguns desses lugares-comuns que Reynaldo dos Santos construirá as suas conferências sobre a «originalidade» da arte portuguesa. O ideário nacional foi, ao longo do século XX, um dos caminhos mais directos para a exibição de dotes de espírito, sensibilidade e elaboração filosófica.

3. A oposição silenciosa

O Estado Novo não criou propriamente a sua historiografia artística. Quase todos os autores (e sem dúvida os principais) estão integrados em organismos do Estado. Na Faculdade de Letras de Coimbra, ensinaram Vergílio Correia, Aarão de Lacerda, Luís Reis Santos e António Nogueira Gonçalves. Na Faculdade de Letras de Lisboa, pontificaram João Barreira, Mário Tavares Chicó, Artur Nobre de Gusmão e José António Ferreira de Almeida. João Couto permaneceu associado ao Museu Nacional de Arte Antiga. Diogo de Macedo foi director do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Reynaldo dos Santos atingiu o cargo de director da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Não cabe aqui, por carência de estudos, a acção política dos historiadores de arte. Alguns deles estavam comumente associados à Situação. Percorrendo o valioso e inédito diário de Belisário Pimenta, encontram-se menções desta natureza em relação a autores como João Couto e Luís Reis Santos.⁹ Já na oposição ao Estado Novo, o olhar arguto do coronel não refere nenhum especialista em arte. Esta é, porém, uma matéria totalmente inexplorada.

⁸ Vergílio Correia em *Terra Portuguesa*, tomo V, n.º 39, Julho de 1924, pp. 57-63.

⁹ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Acervo de Belisário Pimenta, Diário, entrada de 1 de Janeiro de 1953, pp. 148-150.

O Estado Novo não criou a sua história da arte, mas instrumentalizou aquela que melhor se podia manipular: a de cunho nacionalista. Este enfoque nem sempre domina as obras dos principais autores. O próprio Reynaldo dos Santos pratica frequentemente uma escrita orientada para a discussão de autorias e para o estabelecimento de panoramas gerais. É o que se observa em obras de referência como *Os Primitivos Portugueses* e *Oito Séculos de Arte Portuguesa*. A ideologia nacional aparece desligada do resto do discurso, como conclusão que não se sente que provenha da argumentação anterior. No entanto, desprende-se deste e de outros autores de referência um vigor patriótico, que o regime integrou no programa educativo. Não só os historiadores denotam preferência pelos estilos associados a épocas consideradas de esplendor, como essa visão patriótica se plasmou nos manuais de ensino.¹⁰

Foi difícil atacar esse nacionalismo historiográfico durante a Primeira República e o Estado Novo. O mais que se registou foi uma *oposição silenciosa*, definida pelo discurso objectivo e neutro de Vergílio Correia. A historiografia artística não foi palco de disputas ideológicas acaloradas. Não se encontra na primeira metade do século XX a sombra de contestação lançada por Raczyński e Joaquim de Vasconcelos na centúria anterior. Onde estão os adversários da interpretação nacional da arte durante o século XX? Onde está o historiador de arte que tenha enfrentado o sistema ideológico nacionalista?

A oposição discreta não será apenas política, pelos historiadores de arte, facto que carece de verificação; é historiográfica, pelo ataque tardio e pouco veemente aos estereótipos artísticos de que o regime se serviu para fundamentar as suas opções políticas e ideológicas.

¹⁰ Joana Brites, «Em nome da “sanidade artística”: o Estado Novo e o estilo barroco», *Revista da Universidade de Aveiro. Letras*, Aveiro, n.º 23, 2006, pp. 59-86. Tantos discursos sobre a identidade artística portuguesa contrastam com o desinteresse pelas outras artes nacionais. Foi preciso esperar por 1965 para ver Miron Malkiel-Jirmounski proceder ao estudo do «elemento nacional nas artes», excluindo Portugal, é verdade, mas contemplando Flandres, França, Espanha, China, Rússia, Bizâncio e Irlanda. (Myron Malkiel-Jirmounski, «O elemento nacional na arte», *Ocidente*, Lisboa, vol. LXVIII, n.º 322, Fevereiro de 1965, pp. 82-90; n.º 323, Março de 1965, pp. 138-148; n.º 324, Abril de 1965, pp. 173-180; n.º 325, Maio de 1965, pp. 257-264; n.º 326, Junho de 1965, pp. 294-304; vol. LXIX, n.º 328, Agosto de 1965, pp. 45-52; n.º 329, Setembro de 1965, pp. 107-112.)

4. A renovação dos anos sessenta

A figura de Reynaldo dos Santos é suficientemente importante para sugerir a preponderância da ideologia nacional até 1970. No entanto, uma análise cuidada mostra que o seu magistério nacionalista era, nesta data, um lugar-comum em perda acelerada. Porquê? Não tenho uma resposta, mas várias hipóteses de trabalho.

A historiografia artística portuguesa parece ter mudado de modo consistente a partir de 1960, com novos autores, uma nova abordagem da questão identitária e uma renovação temática e metodológica. Jorge Henrique Pais da Silva concede foros de cidadania ao maneirismo. O barroco beneficia de um interesse crescente na sequência do Congresso Internacional de História da Arte, realizado em Portugal em 1948, e do pioneirismo de Robert Smith e Ayres de Carvalho. José-Augusto França, entre outros autores, publica o *Dicionário de Pintura Universal* e traz a historiografia artística até à contemporaneidade. Mário Tavares Chicó renova os estudos medievais.

O discurso nacional tornara-se cada vez mais solipsista, caracterológico, essencialista e desligado da materialidade da obra de arte. O próprio antimodernismo nacional estava em declínio. Fernando de Pamplona, tão irascível nos anos quarenta a condenar a arte moderna em nome da nação, radical até ao anti-semitismo, escreveu um dicionário de pintores e escultores expurgado de considerações ideológicas.

Os novos estudiosos que preservaram o interesse pela perspectiva nacional preferiram a longa duração (em vez da intemporalidade) e o comparativismo (em vez do solilóquio de valores). É o que se observa indecisamente em Mário Tavares Chicó e, com rigor superlativo, em Jorge Henrique Pais da Silva.

Mário Tavares Chicó defende a existência de uma «personalidade» portuguesa, sobretudo na arquitectura e na escultura, que nasceu da capacidade de absorver as influências mediterrânica e atlântica. Isto, que poderia resultar apenas de uma ponderação histórica, é também formulado em termos caracterológicos. Mário Tavares Chicó assume a existência de uma «vontade artística portuguesa», definida pelo «equilíbrio», «sentido espacial» e «rude sobriedade».¹¹ No entanto, melhor do que qualquer autor até então, conseguiu estabele-

¹¹ Cit. por Artur Nobre de Gusmão, *Mário Tavares Chicó*. Lisboa, 1968, p. 10. Sep. de *Belas-Artes*, Lisboa, n.º 23.

cer por dedução a originalidade da arquitectura portuguesa, confrontando-a com a espanhola:

A continuidade espacial da arquitectura portuguesa mantém-se em oposição com o espaço compartimentado da arquitectura espanhola que não consegue desprender-se das influências muçulmanas, e as fachadas são quase sempre muito simples e a sua evolução muito lenta.¹²

Jorge Henrique Pais da Silva atreveu-se a retirar ao manuelino a pertinência nacional desveladamente construída durante cem anos. Em 1977, afirmou, sem rodeios, que estava «ainda por fazer a tentativa de detectar o portu-guesismo da arte portuguesa no contexto da arte europeia e mundial»¹³. Se assinala as «importantes contribuições» de autores estrangeiros (Élie Lambert, Robert Smith, John Bury, Germain Basin e George Kubler), demarca-se do «esforço de não muito feliz resultado, neste domínio, do Prof. Reynaldo dos Santos»¹⁴.

Tanto denodo havia redundado em adjectivações indemonstráveis, como a «luz humilde» e o carácter «forte, rude, crente e sem requinte»¹⁵, expostos por Reynaldo dos Santos. Sem fazer nenhuma concessão ao patriotismo endémico, J. H. Pais da Silva prescindiu da ganga dos ideários e converteu a questão nacional num facto exclusivamente artístico, inscrito na longa duração. Na sua vocação ensaística e forte pendor comparativo, as particularidades portuguesas emergem como um corolário natural.

Pais da Silva reconhece na arquitectura uma «notável personalidade», mas encaminha-se para uma definição mais substantiva, patente nos «esquemas programáticos, nas soluções formais, nos tipos de implantação, na articulação estrutural e volumétrica, na concepção do espaço interior, na composição de superfícies e na própria escala adoptada, quer no território continental quer em zonas de sua inserção cultural, de Benguela à Ilha de Moçambique, do golfo de Oman à costa do Malabar, da Indonésia a Nagasaqui e do Norte do Brasil à

¹² Cit. por Artur Nobre de Gusmão, ob. cit., p. 10.

¹³ Jorge Henrique Pais da Silva, *Páginas de História da Arte. I – Artistas e monumentos*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 231.

¹⁴ Idem, p. 232.

¹⁵ Joana Brites, art. cit., p. 61.

região mineira»¹⁶. A «individualização» portuguesa definir-se-ia «em termos de estreita harmonia entre escultura e arquitectura, de formas submetidas a rigorosa composição geométrica e profundamente antibarroquista e, por isso mesmo, bem nacional»¹⁷. Pais da Silva tinha ainda outras hipóteses de trabalho:

O gosto da talha dourada, a insistência no azulejo, a escala miúda das peças de estatuária, o antidramatismo da arte religiosa, o racionalismo e o utilitarismo da arquitectura, o exibicionismo de certa escultura monumental setecentista, etc., não caracterizam a arte portuguesa?¹⁸

Haverá sempre lugar, como é natural, para interrogações mais estritamente ensaísticas, mas J. H. Pais da Silva mostrou que o tema identitário, mesmo em arte, poderia ter uma abordagem científica e, na medida do possível, ideologicamente descomprometida.

5. Palavras finais

Após 130 anos de desenvolvimento, o paradigma nacionalista desapareceu. Depois de tantas décadas à procura da *arte nacional portuguesa*, os catorze volumes das edições Alfa, publicados em 1986 e 1987, propuseram-se apresentar apenas, num silencioso contraponto, a história da arte em Portugal. Mais oito anos decorridos, surgiu uma nova síntese no Círculo de Leitores. O distanciamento em relação às essências nacionais de Reynaldo dos Santos era o mesmo, mas, admitindo que alguma coisa de próprio (embora indefinível) havia de existir na arte de um país tão antigo, Paulo Pereira achou que podia retomar o título de *História da Arte Portuguesa*. O «vírus» nacionalista parecia definitivamente controlado.

¹⁶ Jorge Henrique Pais da Silva, *Páginas de História da Arte. 2 – Estudos e ensaios*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 165, artigo «Arquitectura e urbanística em Portugal continental (1945-1072)», redigido em 1972 e publicado pela primeira vez em 1979, já a título póstumo.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Jorge Henrique Pais da Silva, *Páginas de História da Arte. 1 – Artistas e monumentos*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 232.

ARQUITECTOS E OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO

Introdução

Inicia-se o presente artigo afirmando o seu carácter exploratório. Não se pretendeu elaborar uma síntese «definitiva» sobre o amplo e multifacetado tema da politização dos arquitectos no decurso do Estado Novo, mas apenas apresentar um ponto de situação, o conjunto de leituras interpretativas provisórias que decorrem da investigação que temos vindo a realizar sobre o assunto.

Embora se trate de um objecto de estudo que ainda não contemplou qualquer abordagem exclusiva e sistemática, beneficiou-se da leitura, além da bibliografia sobre a história da arquitectura portuguesa no século XX¹ e sobre a

¹ Cfr., nomeadamente, Nuno Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, em Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, trad. do italiano, vol. II, Lisboa, Editora Arcádia, 1973, vol. II, p. 687-744; José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974, p. 222-255; *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, vols. 1, 2, 6, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, [Catálogo]; Pedro Vieira de Almeida, *História da arte em Portugal*, vol. 14, *A arquitectura moderna*, Lisboa, Alfa, 1986; Sérgio Fernandez, *Percurso. Arquitectura portuguesa. 1930/1974*, 2.^a ed., Porto, FAUP, 1988; Margarida Acciaiuoli, *Os Anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes. «Restauração» e «celebração»*, Lisboa, 1991, [policopiado]; José Manuel Fernandes, *Arquitectura modernista em Portugal [1890-1940]*, Lisboa, Gradiva, 1993; José António Bandeirinha, *Quinas vivas*, Porto, FAUP, 1996; Paulo Pereira (dir. de), *História da arte em Portugal*, vol. III, *Do barroco à contemporaneidade*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997; Ana Tostões, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, 2.^a ed., Porto, FAUP, 1997; Ana Tostões, “Monumentalidade, obras públicas e afirmação da arquitectura do Movimento

politização do sector intelectual português², de dois estudos especificamente centrados na classe dos arquitectos³. Em relação à documentação recolhida e analisada, destacam-se, na qualidade de núcleos principais, o Arquivo do antigo Ministério das Corporações e Previdência Social, tutelado pelo actual Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Arquivo de António de Oliveira Salazar e o Fundo relativo à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado/Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança (PVDE/PIDE/DGS)⁴, ambos sob a alçada do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A ausência de levantamentos completos sobre a composição dos corpos gerentes para parte significativa das várias entidades e estruturas de enquadramento do fenómeno artístico em Portugal, bem como o facto de o Fundo da PIDE/DGS não se encontrar, ainda, totalmente disponível, acarretando delongas no acesso à documentação face à obrigatoriedade do expurgo, representaram as principais dificuldades. Reconstituíram-se os corpos gerentes do Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) para o período situado entre 1954 e 1974, assim rematando o inventário já efectuado para os anos anteriores⁵. No entanto, o mesmo não foi possível para outras entidades culturais de âmbito global ou

Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais”, em *Caminhos do património*, coord. de Margarida Alçada e Maria Inácia Teles Grilo, Lisboa, DGEMN, 1999, p. 133-150; José Fernando Gonçalves, *Ser ou não ser moderno: considerações sobre a arquitectura modernista portuguesa*, Coimbra, Edarq, 2002; Ana Tostões, *Cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa*, Lisboa, 2002, [policopiado]; José Manuel Fernandes, *Português suave. Arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, IPPAR, 2003; António Manuel Nunes, *Espaços e imagens da Justiça no Estado Novo. Templos da justiça e arte judiciária*, Coimbra, Edições Minerva, 2003; Ana Tostões (coord.), *Arquitectura moderna portuguesa. 1920-1970*, Lisboa, IPPAR, 2004; Nuno, *O poder da arte. O Estado Novo e a cidade universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

² Entre a bibliografia disponível, destacamos um dos estudos que nos foi particularmente útil: João Madeira, *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

³ Sandra Gomes, *A construção da profissionalização dos arquitectos em Portugal: um estudo sociológico*, Lisboa, ISCTE, 2000; Ana Isabel, *Arquitectos portugueses: 90 anos de vida associativa. 1863-1953*, Porto, FAUP, 2002.

⁴ A PVDE é constituída em Agosto de 1933, a partir da fusão e reestruturação dos corpos policiais anteriores. É transformada em PIDE em 1945 e em DGS em 1969.

⁵ Presente no anexo documental da versão policopiada da dissertação de mestrado de Ana Isabel Ribeiro, citada, na sua forma publicada, na nota anterior.

com intervenção concreta no campo artístico, cujas direcções integraram, como revela a documentação, arquitectos.

Finalmente, no que diz respeito à metodologia seguida, cumpre esclarecer que ela contraria a natureza da larga maioria da documentação trabalhada. Com efeito, rareiam os processos sobre o SNA e sobre as instituições ou organizações ligadas ao universo artístico. O volume mais representativo é composto por processos individuais de arquitectos, contemplando boletins de informação, autos de declaração, processos-crime, buscas a residências, ateliers e bagagens, correspondência interceptada, requerimentos para viagens ao estrangeiro, relatórios de vigilância, denúncias, panfletos e abaixo-assinados apreendidos. Em vez de se enveredar por um encadeamento de descrições de casos particulares de arquitectos oposicionistas, procurou-se lançar um olhar mais sistémico e estrutural sobre o tema, não negligenciando, porém, a necessidade de fundamentar e fornecer exemplos corroborantes do que se expõe.

Deste modo, o presente artigo desdobra-se em duas partes fundamentais. Por um lado, verifica-se de que forma os arquitectos integraram, individualmente, as iniciativas e os movimentos da oposição ao Estado Novo, nos seus múltiplos graus de comprometimento (desde a assinatura de um panfleto à militância organizada) e clivagens ideológicas. Por outro lado, examina-se o modo como os arquitectos – enquanto bloco, corpo, grupo socioprofissional no seu conjunto – se converteram em força da oposição. É, neste âmbito, que se dirige a análise para o percurso do SNA (composição dos corpos gerentes e tomadas de posição públicas), articulando-o, ainda que de forma sumária, com as estruturas situadas a montante e a jusante. Como enquadramento introdutório a estas duas vias de abordagem, traça-se, em termos globais, a evolução da arquitectura produzida durante o Estado Novo e discute-se a operatividade da conotação política do «moderno».

2. Arquitectura e oposição ao Estado Novo

Em termos globais, a historiografia sobre a arquitectura produzida durante o Estado Novo tem distinguido três momentos evolutivos fundamentais, correspondentes, *grosso modo*, a três «gerações de modernos». A primeira etapa estende-se até ao fim da Segunda Guerra Mundial e encontra os seus referenciais na campanha de obras públicas promovida pelo regime, na «política do

espírito»⁶ conduzida pelo Secretariado de Propaganda Nacional e pelo Ministério da Educação Nacional e na Exposição do Mundo Português (1940). O encontro de interesses entre o regime – desejoso de comprovar a sua actualidade e capacidade de concretização – e os arquitectos – ansiosos por sair da crise profissional que viviam, com poucas encomendas públicas e com uma «sociedade civil» que continuava a preferir os engenheiros civis e os mestres-de-obras – potenciou o florescimento de uma inovação formal com a chancela do Estado. Enveredou-se, assim, por uma renovação estética sem adoptar os princípios democráticos ou socialistas que estavam, à partida, subjacentes ao Movimento Moderno. Esta situação não só permitiu ao Estado Novo incentivar e tirar partido do modernismo, como possibilitou que, sem contradição, se compatibilizasse o emprego do betão armado com a procura de linguagens de índole regional e histórica.

Uma segunda fase caracterizar-se-ia pelo incremento da coesão da classe dos arquitectos e pela sua estruturação enquanto força de oposição ao salazarismo. Assiste-se à afirmação de uma segunda geração de arquitectos, para a qual a defesa e materialização de uma arquitectura moderna aparece intimamente ligada à apologia de um projecto de sociedade democrática ou socialista. Deste modo, ter-se-ia implantado entre nós a componente ideológica do Movimento Moderno, segundo o qual uma sociedade daquele tipo seria o culminar da aplicação de novos materiais (com destaque para o ferro e o betão armado) associada à experimentação formal (por tendência abstracta e ancorada no referente metafórico ou literal da máquina).

São cinco os marcos basilares que enquadram este período, o qual se prolonga até ao início da década de sessenta. Desde logo, o surgimento em Lisboa, em 1946, das Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT), organização que se agrupa em trono do arquitecto oposicionista Francisco Keil do Amaral. Adoptando uma postura de resistência político-cultural ao Estado Novo, as ICAT recorreram, enquanto veículos de expressão e actuação, à revista *Arquitectura*, então renovada, e às Exposições Gerais de Artes Plásticas (EGAP) que,

⁶ Sobre o SPN/SNI, cfr. Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "política do espírito" (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Estampa, 1999.

organizadas na Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA) entre 1946 e 1956, se revelaram cruciais para a consolidação da corrente neo-realista⁷.

Entre 1947 e 1952 opera, no Porto, a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM). Os seus membros⁸, partidários da doutrina dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM), cujo principal mentor fora Le Corbusier, elegem como principal objectivo “*divulgar os princípios em que deve assentar a arquitectura moderna, procurando afirmar, através da própria obra dos seus componentes, como deve ser formada a consciência profissional e como criar o necessário entendimento entre os arquitectos e os demais técnicos e artistas*”⁹. A actuação da O DAM acabou, todavia, por assumir contornos políticos explícitos com a “exposição dos arquitectos do Norte” “acerca da imposição dum estilo às novas edificações” por si fomentada e apresentada ao presidente da Câmara Municipal do Porto, em Outubro de 1949¹⁰.

Tanto as ICAT como a O DAM desempenharam um papel de relevo na organização e recepção dos resultados do I Congresso Nacional de Arquitectura. Realizado entre 28 de Maio e 4 de Junho de 1948 pelo SNA, converteu-se, de forma mais ou menos mistificada, “*nesse momento de viragem na recon-*

⁷ Rogério Ribeiro (coord.), *Um tempo e um lugar. Dos anos quarenta aos anos sessenta. Dez exposições gerais de artes plásticas*, Vila Franca de Xira, Museu do Neo-Realismo, 2005.

⁸ Compunham a O DAM os seguintes arquitectos: Acácio Couto Jorge, Adalberto Dias, Agostinho Ricca, Alfredo Ângelo de Magalhães, Alfredo Viana de Lima, António Matos Veloso, António Lobão Vital, António Corte Real, António Neves, Arménio Losa, Anselmo Gomes Teixeira, Artur Andrade, Cassiano Barbosa, Delfim Fernandes Amorim, Eduardo R. Matos (estudante de arquitectura à data da fundação), Eugénio Alves de Sousa, Fernando Campos, Fernando Eurico, Fernando Lanhas, Fernando Limpo de Faria, Fernando Távora, Fernando Tudela, João C. Segurado (estudante de arquitectura à data da fundação), João José Tinoco, João de Mello Breyner Andresen, Joaquim Marques Araújo, José Carlos Loureiro, José Borrego (estudante de arquitectura à data da fundação), Luís José Oliveira Martins, Luís Praça (estudante de arquitectura à data da fundação), Mário Bonito, Octávio Lixa Filgueiras (estudante de arquitectura à data da fundação), Ricardo Gil da Costa e Rui Pimentel (estudante de arquitectura à data da fundação). Cfr. Cassiano Barbosa (compilação), *ODAM. Organização dos Arquitectos Modernos. Porto. 1947-1952*, Porto, Edições Asa, 1972, p. 21.

⁹ Cassiano Barbosa (compilação), *ODAM. Organização dos Arquitectos Modernos*, p. 19.

¹⁰ Cassiano Barbosa (compilação), *ODAM. Organização dos Arquitectos Modernos*, p. 119-123.

quista da liberdade de expressão dos arquitectos e simultaneamente do espaço para afirmar a inevitabilidade da arquitectura moderna”¹¹.

Dois aspectos caracterizam ainda a segunda fase da evolução da arquitectura no decurso do Estado Novo. Destaca-se a ascensão, em 1952, de Carlos João Chambers Ramos ao cargo de director da Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), instituição onde leccionava desde 1940 e que em 1950 fora elevada, em conjunto com a sua congénere na capital, ao estatuto de ensino superior. Durante quinze anos, através da delicada diplomacia que mantém com o regime, converteu a Escola em palco de afirmação de uma nova consciência social e política, indissociável das tendências modernas das décadas de 1950 e 1960¹². O conservadorismo político e artístico, sentido com maior peso na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), conduzirá alguns estudantes a transferir a sua matrícula para o Porto, para aí concluírem o seu curso.

Finalmente, o lançamento, em 1955, do «Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa», posto em marcha pelo SNA com o apoio do Governo, contribuiu para evidenciar a fragilidade da existência de um estilo «genuinamente português», antes demonstrando a heterogeneidade de tradições regionais. De modo significativo, o Inquérito divulgou-se, em 1961, sob o nome de *Arquitectura Popular em [e não de] Portugal*¹³. Além do notório impacto no questionamento da doutrina oficial, esta iniciativa contribuiu para o repensar do Movimento Moderno.

Assim se abriu o caminho a uma terceira geração de arquitectos, a que corresponde o último estágio da arquitectura desenvolvida durante o Estado Novo, desta feita marcada pela pesquisa de um vernáculo crítico e pela tentativa de reconciliação com o lugar e a tradição. A revista *Binário*, criada em 1958 e dirigida pelo arquitecto oposicionista Manuel Tainha, juntamente com a remodelada revista *Arquitectura*, conduzida agora por Nuno Portas, forneceram à «geração dos novíssimos» um espaço privilegiado de reflexão interna e de divulgação do panorama internacional.

¹¹ Ana Tostões, “O Congresso e os «verdes anos» 50”, em *I Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses, conclusões e votos do Congresso*, edição fac-similada, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2008, p. 12.

¹² Sobre Carlos Ramos, cfr. *Carlos Ramos. Exposição retrospectiva da sua obra*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, [Catálogo]; Bárbara Coutinho, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o modernismo e a tradição*, Lisboa, 2001, [policopiado].

¹³ *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

A este quadro, relativamente estável, de análise da arquitectura do Estado Novo, importa colocar algumas interrogações. Com efeito, a sua absoluta operatividade assenta em dois pressupostos que julgamos necessitarem de uma problematização: a) em Portugal, apenas na segunda metade do século XX se verificaria a existência de uma «verdadeira» arquitectura moderna, ou seja, aquela que assenta na articulação entre técnica, forma e ideologia, conforme proposto pelo Movimento Moderno; b) a defesa de valores democráticos ou socialistas implicaria «inevitavelmente» a filiação numa arquitectura moderna, enquanto que os sistemas políticos desenvolvidos em oposição ao demoliberalismo se pautariam pela sua preempção recusa.

O segundo postulado parece desmontar-se com maior facilidade. Confronte-se a semelhança que ressalta da comparação entre a arquitectura pública erguida, entre os dois conflitos mundiais, em países democráticos ou demo-liberais e a construída em territórios sob regimes autoritários e totalitários. Recorde-se que a reacção negativa ao «Estilo Internacional», longe de ser apanágio das direitas, atravessou todo o espectro político. Veja-se, para o caso português, alguns dos exemplares que se elegem como marcos da arquitectura moderna e constate-se a aproximação dos seus autores à realidade política estabelecida. Verifique-se ainda que a encomenda oficial durante o Estado Novo não raras vezes escolhe, a dedo, arquitectos modernos, conhecidos como oposicionistas.

O questionamento do primeiro axioma reveste-se de maior complexidade. Implica lidar com um conceito polissémico – o de «moderno» –, cuja «arqueologia» permanece por efectuar. Obriga a um distanciamento em relação à leitura messiânica e unitária do Movimento Moderno, que inaugurou o discurso historiográfico sobre o tema e da qual somos ainda herdeiros. Cremos, no entanto, ser possível afirmar que a abusiva equivalência estabelecida entre arquitectura moderna e «Movimento Moderno» tem dificultado o reconhecimento da modernidade de propostas que diferiram do arquétipo fixado (e codificado sob a designação «Estilo Internacional») em torno das obras de Walter Gropius, Le Corbusier ou Mies van der Rohe: uma arquitectura cúbica, padronizada, horizontalizante, de expressão e alcance internacionais, de coberturas planas, de fachadas envidraçadas e despidas, que anunciava ou potenciava, segundo os seus arautos, o advento de uma sociedade igualitária e desalienada.

A revisão historiográfica, em marcha desde a década de 50, reconheceu e divulgou a modernidade de linhas de pesquisa orgânica (Frank Lloyd Wright) e expressionista (Alvar Aalto), as quais se afastaram da cartilha formal do

Movimento Moderno. No entanto, resta por desmistificar a excessiva correspondência entre arquitectura moderna e valores democráticos ou socialistas. Com efeito, este tipo de alinhamento ideológico foi característico, sim, do Movimento Moderno, ou seja, de uma corrente específica (ainda que de maior visibilidade e repercussão) da arquitectura moderna. Dentro desta, encontramos outros posicionamentos, não só no que diz respeito à gramática formal (valorização do ornamento e da monumentalidade; recuperação de valores históricos e/ou regionais), como também ao enfeudamento político (aliança com regimes autoritários e totalitários)¹⁴.

Não se trata de denominar de «moderna» toda a arquitectura do salazarismo, mas apenas de reconhecer, em grande parte deste património, um esforço de actualização de repertórios decorativos (do «neo» passa-se à estilização de elementos), a adopção de uma metodologia associada a noções de progresso e eficácia (definição de projectos-tipo; preocupações higienistas) e a procura, à semelhança de outros fascismos, de uma outra via de modernidade, assente na «nacionalização» do Estilo Internacional.

Não se negligencia que a defesa de uma arquitectura moderna assumiu, para muitos arquitectos portugueses, contornos políticos. De igual modo não se descarta a associação, válida e operativa na época, que se estabeleceu entre modernismo e (sobretudo) comunismo, mesmo quando aos olhos dos contemporâneos a União Soviética se demarcava das vanguardas construtivistas. A tal equivalência aludia o arquitecto José Ângelo Cottinelli Telmo em comunicação no I Congresso Nacional de Arquitectura, afirmando que “*a obra de arquitectura de hoje está dividida em duas feições: a nacionalista e a internacionalista, tomada esta palavra, infelizmente, num sentido político. Entende-se por obra de arquitectura internacionalista – e porque não dizê-lo: «comunista» – toda aquela de características novas e de expressão não imitativa do passado, que não se serve das receitas neo-romanas ou neo-gregas dos teatros, bolsas e parlamentos de todo o mundo.*”¹⁵

¹⁴ Para uma compilação da bibliografia sobre o Movimento Moderno e análise da respectiva evolução historiográfica sobre o tema, cfr., nomeadamente, Joana Brites, “«O moderno sim, mas o moderno característico da nossa paisagem»: discursos e percursos da arquitectura do Estado Novo”, em *Actas do V Colóquio Internacional: Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*, Rio de Janeiro, UERJ/CEIS20/GRPESQ/CNPq, 2008, [edição electrónica].

¹⁵ José Cottinelli Telmo, “Arquitectura nacional – arquitectura internacional”, em *I Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses, conclusões e votos do congresso*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, p. 63.

O mesmo tipo de correspondência entre uma corrente arquitectónica e uma postura ideológica se infere em vários processos de arquitectos, existentes no fundo da PIDE/DGS. Cite-se, a título de exemplo, a informação fornecida a respeito do arquitecto Arménio Taveira Losa, pela Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal do Porto, a 7 de Dezembro de 1942:

“Este arquitecto foi contratado para o lugar de arquitecto-urbanista, em 1941, de harmonia com as disposições de reorganização de serviços da Câmara. Aparentemente inofensivo, por evitar com cautela expor as suas ideias, torna-se nefasto pela acção que exerce.

Desde a Escola de Belas Artes que é conhecido como elemento das esquerdas. Na Câmara, prejudica o mais possível os arquitectos conhecidos como nacionalistas, levantando sempre dificuldades à aprovação dos seus projectos. Por outro lado manifesta-se sempre nos seus projectos o mais internacionalista possível, procurando eliminar tudo quanto represente tradição.

Desmascarou-se no caso concreto da apreciação dum projecto apresentado pelos arquitectos do grupo ARS, seus inimigos políticos desde a Escola das Belas Artes.

É casado com uma judia russa [sic].”¹⁶

Creemos, no entanto, que uma voluta simplificada, um pináculo seicentista depurado ou uma sacada de ferro forjado apostos a uma fachada não a tornam autoritária. Da mesma forma, um volume envidraçado assente sobre pilotis não garante, por si só, a existência de uma sociedade desalienada. A especificidade do panorama arquitectónico do Estado Novo resultou não tanto da agenda imposta (o «casamento» do moderno com o meio), afinal paralela a realidades políticas bem distintas¹⁷, mas do modo como se estipulou responder-lhe (selecção de *um* certo passado e de *um* certo meio, dentro das hipóteses possíveis). O carácter de maior ou menor democraticidade da arquitectura decorre, pois, da maneira como esta é produzida (a espessura entre os limites máximo e

¹⁶ ANTT, PIDE/DGS, Ilse Losa e Arménio Losa, SR, proc. n.º 2720, unidade de instalação (doravante referida como unid.) 3509. Na realidade, Ilse Losa era natural da Alemanha.

¹⁷ Cfr., por exemplo, Charles C. Alexander, *Here the country lies: nationalism and the arts in twentieth-century America*, Bloomington, Indiana University Press, 1980; David Peters Corbett, Ysanne Holt e Fiona Russell, *The geographies of Englishness: landscape and the national past 1880-1940*, New Haven/London, Yale University Press, 2002.

mínimo de liberdade criativa, de negociação de opções estéticas e de contenção de divergências) e usufruída.

Neste âmbito, as características do Estado Novo – regime de tipo fascista, tendencialmente totalitário – reflectem-se nos elevados níveis de controlo da produção arquitectónica, de imposição de uma (conquanto poliédrica) gramática oficial, de enquadramento directo e indirecto dos arquitectos. Enquanto garantia de uniformização de critérios/opções estilísticas e de contenção de divergências, salienta-se a teia jurídica urdida para escolher os autores dos projectos (ao invés de se abrir concurso público), aprovar e fiscalizar os projectos de obras públicas. Nela se conjugaram esferas e mecanismos de decisão de âmbito local (câmaras municipais) e central (Ministério das Obras Públicas, Ministério da Educação Nacional, Tribunal de Contas e presidente do Conselho)¹⁸.

Da eficácia do aparelho burocrático assim estabelecido para joeirar e limar as peças desenhadas dos edifícios antes de todo o processo subir ao Conselho de Ministros (entenda-se, ao chefe do Governo), retiram-se duas conclusões: a) uma proposta arquitectónica «dissidente» dificilmente escaparia a todos os filtros; b) os edifícios públicos que, dentro do panorama arquitectónico do Estado Novo, se identificam como «modernos» resultam da opção deliberada ou da anuência consciente das mais altas esferas do regime. A capacidade para condicionar o resultado final de um qualquer projecto de edifício era total e estendia-se, mesmo, aos imóveis de iniciativa privada, dada a obrigatoriedade das câmaras municipais se pronunciarem sobre a “conformidade com os planos de urbanização”¹⁹ e a adequação à “estética urbana”²⁰. A oposição ao Estado Novo fez-se, por isso, menos com arquitectura e mais com arquitectos.

Para o conhecimento quer dos mecanismos da resistência político-cultural ao regime, quer dos dispositivos activados pelo Governo para o seu controlo e abafamento, cumpre previamente caracterizar, ainda que de forma sintética, o ambiente de vigilância e repressão que se instala no sector intelectual. No que diz respeito aos arquitectos, mais do que a violação de correspondência,

¹⁸ Cfr. Joana Brites, *Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: modelos e programas arquitectónicos na construção do Estado Novo (1929-1970)*, Coimbra, 2007, [policopiado], p. 52-86.

¹⁹ *Diário do Governo*, I série, n.º 255, 2 de Novembro de 1940, p. 1258 [Despacho do ministro das Obras Públicas e Comunicações de 26 de Outubro de 1940].

²⁰ Decreto-Lei n.º 38 382, *Diário do Governo*, I série, n.º 166, 7 de Agosto de 1951, p. 717 [Regulamento Geral das Edificações Urbanas].

a revista a bagagens, a busca a ateliers ou a efectiva prisão por crimes políticos, interessa-nos documentar o papel dos informadores.

Na investigação empreendida verificou-se a existência de relatórios, redigidos por informadores, sobre as assembleias-gerais do SNA e da SNBA²¹. Deparámo-nos, também, com relatos de conversas em cafés²², denúncias sobre o teor antinacional de palestras conduzidas por arquitectos²³ e registos sobre a presença de arquitectos em confraternizações promovidas pelos movimentos oposicionistas²⁴. Em momentos tidos como particularmente críticos e, portanto, propícios para descortinar a sensibilidade política dos arquitectos, a rede de informadores activados em simultâneo para o mesmo evento assumiu proporções de um domínio total. Assim ocorreu aquando da realização, em Lisboa, em Setembro de 1953, do III Congresso da União Internacional dos Arquitectos (UIA), organização não-governamental, fundada em 1948, que compreendia uma secção portuguesa. Dado que, entre outros países representados, se contava a presença de arquitectos da União Soviética, dezenas de informações foram remetidas à PIDE, descrevendo, com especial detalhe, as situações e lugares em que este ou aquele arquitecto nacional se havia aproximado da comitiva russa. A malha de vigilância montada abarcou o aeroporto, os cafés e restaurantes da capital, os locais de interesse turístico e os hotéis onde estavam instalados os congressistas²⁵. Confirma-se, assim, o realce que a historiografia tem vindo a conceder ao papel dos informadores²⁶. Nesse autêntico «segundo quadro» assentou a capacidade da polícia política, pese embora o reduzido número de funcionários, deter um carácter tentacular e omnipresente.

²¹ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, CI (2), proc. n.º 3823, unid. 7295; ANTT, AOS/CO/ED-1H, capilha n.º 9 (encerramento e selagem da sede da SNBA).

²² ANTT, PIDE/DGS, Cassiano Branco, SR, proc. n.º 2093/49, unid. 2658.

²³ ANTT, PIDE/DGS, Francisco Keil do Amaral, SR, proc. n.º 5924, unid. 2422.

²⁴ ANTT, PIDE/DGS, Ernst Lieblich e Arménio Losa, SR, proc. n.º 1566, unid. 2346.

²⁵ ANTT, PIDE/DGS, III Congresso da União Internacional dos Arquitectos, SR, proc. n.º 343/51, unid. 2681-2682.

²⁶ Maria da Conceição Ribeiro, *A polícia política no Estado Novo. 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 143-145; Iva Delgado, “O império da vigilância”, em *Humberto Delgado: as eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998, p. 221-223; Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates e autora, 2007, p. 313-337.

3. Oposição com arquitectos

O levantamento e análise dos processos individuais relativos a arquitectos activos durante o Estado Novo, disponíveis à data no Arquivo da PIDE/DGS, permitem observar a politização crescente desta classe profissional a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Acompanhando o percurso global da oposição ao regime, tanto na definição/radicalização das suas clivagens político-ideológicas, como nos momentos de maior unidade entre os diversos movimentos antifascistas, os arquitectos tornam-se uma presença regular nas iniciativas de resistência empreendidas nos planos legais, semi-clandestino e clandestino. À escalada de atenção de que são alvo por parte da PVDE/PIDE depois de 1945, junta-se o significativo número de boletins de informação que, actualizados sucessivamente pela polícia política, possibilitam registar a viragem acima aludida. Com efeito, atestam, com frequência, a passagem de situações de não contestação ou de relativa desvinculação de qualquer filiação político-ideológica para posturas de confronto mais ou menos directo com o regime.

À semelhança de outras elites intelectuais, regista-se a constante comparação de arquitectos nas listas de signatários da então designada «documentação panfletária de natureza subversiva e anti-nacional». Estes abaixo-assinados, promovidos por diferentes linhas oposicionistas ou congregando várias correntes numa plataforma de entendimento tático, correspondem a uma parte expressiva do espólio consultado.

Para uma visão diacrónica, citem-se, a título de exemplo, alguns panfletos onde se arrola a assinatura de arquitectos: “Os intelectuais portugueses protestam” (Novembro de 1946)²⁷; abaixo-assinado “Pela paz entre as nações”

²⁷ ANTT, PIDE/DGS, Hernâni Guimarães Gandra, SR, proc. n.º 663/46, unid. 2577. Assinam este documento os seguintes arquitectos: Adelino Alves Nunes, Arménio Lopes [sic?], Cândido Palma Teixeira de Melo, Francisco Castro Rodrigues, Celestino Castro, Delfim Fernandes Amorim, Ernani Coelho, João Faria da Costa, Fernando Peres, Luís Martins, Francisco Keil do Amaral, Hernâni Gandra, J. Gonçalves Dias, Joaquim Ferreira, João Simões, José de Almeida Segurado, José António Dias Coelho [neste ano transfere-se para o curso de escultura, abandonando o de arquitectura], José Huertas Lobo, José Miranda Pessoa, Manuel Arroio Barreira, Manuel Coutinho Raposo, M. F. Batista [sic], Miguel Jacobetty Rosa, Paulo de Carvalho Cunha, Pedro Cid, Ricardo Gil da Costa, Rui Pimentel.

(Novembro de 1953)²⁸; apelo para a libertação de Álvaro Cunhal (Novembro de 1958)²⁹; pedido de afastamento da vida política por altura da sua última lição em Coimbra, dirigido a António Oliveira Salazar (18/3/1959)³⁰, abaixo-assinado contra os serviços de repressão (1/3/1959)³¹; representação dirigida ao Presidente da República, propondo a realização de um “congresso de democratas”, a publicação de um “semanário da oposição” e uma “ampla amnistia para todos os presos políticos” (Novembro de 1960)³²; “Programa para a democratização da República” (Fevereiro 1961)³³; “Solidariedade para os universitários portugueses” (Abril de 1962)³⁴; abaixo-assinado contra a censura, dirigido ao Presidente da Assembleia Nacional e deputados (6/11/1967)³⁵; “Campanha

²⁸ ANTT, PIDE/DGS, Alberto José Pessoa, SR, proc. n.º 1282/45, unid. 2476. Este documento é assinado pelos seguintes arquitectos: Alberto José Pessoa, Cândido Palma de Melo, Celestino Castro, Manuel Coutinho Raposo, Hernâni Gandra, João Simões, José Ferreira Huertas Lobo, Francisco Keil do Amaral, Manuel Tainha, Miguel Jacobetty Rosa, Raul Chorão Ramalho e Victor Palla.

²⁹ ANTT, PIDE/DGS, Francisco Keil do Amaral, SR, proc. n.º 5924, unid. 2422. Assinam este apelo os seguintes arquitectos: Artur de Andrade, Francisco Keil do Amaral, João Simões, Victor Palla e J. Santa Rita.

³⁰ ANTT, PIDE/DGS, Artur Pires Martins, SR, proc. n.º 2625/59, unid. 2952. Assinam este documento os seguintes arquitectos: Carlos [sic?] Palma de Melo, Celestino Castro, Francisco Conceição Silva, Eduardo Goulart de Medeiros, Francisco Keil do Amaral, Frederico Santana, Hernâni Gandra, Manuel Tainha, Artur Pires Martins e Raul Chorão Ramalho.

³¹ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, PC, proc. n.º 588/59, unid. 5287. No rol de assinaturas identificam-se, pelo menos, os seguintes arquitectos: Gonçalo Ribeiro Telles, João Maria Braula Reis, Mário Santana de Menezes, Nuno Teotónio Pereira e Octávio Lixa Filgueiras.

³² ANTT, PIDE/DGS, Francisco Keil do Amaral, SR, proc. n.º 5924, unid. 2422. No rol de assinaturas identificam-se, pelo menos, os arquitectos Francisco Keil do Amaral e Francisco Conceição Silva.

³³ ANTT, PIDE/DGS, Francisco Keil do Amaral, SR, proc. n.º 5924, unid. 2422. Este documento é assinado pelos arquitectos João Simões e Francisco Keil do Amaral.

³⁴ ANTT, PIDE/DGS, Artur Pires Martins, SR, proc. n.º 2625/59, unid. 2952. Este documento é assinado pelos seguintes arquitectos: Manuel Coutinho Raposo, Jorge Costa, Nuno Teotónio Pereira, Jorge Ferreira Chaves, José Rafael Botelho, Manuel Tainha, António Freitas, Artur Pires Martins, Luís Vassalo Namorado Rosa, Francisco Conceição Silva, Manuel Alzina Menezes, Elísio Summerville, Duarte Castelo Branco, Nuno Portas, Hernâni Gandra e Vítor Figueiredo.

³⁵ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, CI (2), proc. n.º 3823, unid. 7295. Este documento é assinado pelos seguintes arquitectos: Duarte Nuno Gomes Simões, Francisco Keil do Amaral, António Lobão Vital e Nuno Teotónio Pereira.

movida contra Mário Soares: protesto” (30/4/1970)³⁶; “O fracasso do reformismo” (Maio de 1972)³⁷; “A paz é obrigatória” (7/1/1973)³⁸.

Identificando-se o subscritor como «politicamente suspeito» ou, de imediato, como «desafecto», desencadeava-se, por sistema, um processo de averiguação sobre o seu «porte moral e político», articulado com buscas a residências ou ateliers e interrogatórios³⁹. A indicação da subscrição de um manifesto deste teor, à semelhança de qualquer acto tido por contrário à ordem vigente, passava a constar no boletim individual do visado ou em relatórios de dados avulsos sobre a sua pessoa. Pesava, assim, em seu desfavor, nomeadamente no acesso a direcções de estruturas associativas ou em termos de ingresso ou progressão no funcionalismo público, decisões sempre antecedidas por súmulas informativas sobre o candidato, fornecidas pela polícia política ao ministério requerente ou ao próprio presidente do Conselho⁴⁰. A decorrente discriminação política exercida é passível de verificação, por exemplo, nos casos dos arquitectos Pedro César Vieira de Almeida⁴¹, Manuel Tainha⁴² e Raul

³⁶ ANTT, PIDE/DGS, Francisco Keil do Amaral, CI (2), proc. n.º 5781, unid. 7403. No rol de assinaturas identificam-se, pelo menos, os arquitectos Francisco Keil do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles.

³⁷ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira e outros, PC, proc. n.º 662/72, unid. 6347, 1.º vol. Na lista de assinaturas deste documento identificam-se, pelo menos, os arquitectos Francisco George e Nuno Teotónio Pereira.

³⁸ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira e F. Louça, PC, proc. n.º 1/73, unid. 6352-6353. Assina este documento o arquitecto Nuno Teotónio Pereira.

³⁹ Cfr., a título de exemplo, os autos de declarações relativos aos arquitectos Gonçalo Ribeiro Telles, João Maria de Braula Reis, Mário Santana de Menezes e Octávio Lixa Filgueiras em 1959, cujos interrogatórios foram motivados pela assinatura de um panfleto contra os serviços de repressão do regime. ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, PC, n.º proc. 588/59, unid. 5287.

⁴⁰ Cfr., entre outros, os seguintes boletins individuais de informação, relativos a arquitectos, existentes no ANTT, PIDE/DGS: Luís Cristino da Silva (Bol., proc. n.º 168107, unid. 8098); Alberto José Pessoa (Bol., proc. 124788, unid. 8053); Pedro Anselmo Braancamp Freire Cid (Bol., proc. n.º 114509, unid. 8043); Carlos João Chambers Ramos (Bol., n.º proc. 89732, unid. 8019); Frederico Henrique George (Bol., proc. n.º 11255, s/ unid.); Jorge Vasco Croft de Moura (Bol., proc. n.º 185438, unid. 8115).

⁴¹ Veja-se, a título de exemplo, a informação trocada em 1971, entre a DGS e a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, a respeito do arquitecto Pedro César Vieira de Almeida, “a fim de ser contratado como professor para a Escola de Belas Artes do Porto”. ANTT, PIDE/DGS, Pedro Vieira de Almeida, E/GT, proc. 1840, unid. 1465.

José Hestnes Ferreira⁴³, aquando das respectivas candidaturas à docência na ESBAP e ESBAL. Além disso, a assinatura de um documento tido por «dissolvente» integrava o rol de «factos» evocados para provar ou reforçar a culpabilidade do arguido, na eventualidade da instauração de processos-crime.

A participação dos arquitectos na oposição ao Estado Novo comprova-se, de igual modo, pela colaboração em periódicos clandestinos ou em publicações que, embora autorizadas no seu início, acabam por ser proibidas, circulando de forma ilegal. Exemplos relevantes de ambas as realidades são providos, respectivamente, pelo *Avante!*, onde se assinala a intervenção do arquitecto Victor Palla⁴⁴, e pelos *Cadernos do GEDOC*, nos quais sobressai a actuação de Nuno Teotónio Pereira⁴⁵. Regista-se, ainda, a cooperação com revistas que, conquanto legais e sujeitas a censura, se politizam, aproximando-se dos ideais democráticos e/ou socialistas. É o caso da *Seara Nova*, onde Pedro Vieira de Almeida assina artigos⁴⁶.

Verifica-se, paralelamente, a presença de arquitectos em comissões sustentadas pela oposição e erigidas em prol de objectivos de índole diversa: a apologia da liberdade de expressão (Comissão Pró-Liberdade de Expressão, Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Expressão); a defesa dos presos políticos (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos⁴⁷, Comissão

⁴² Transcreve-se, a título de exemplo, a correspondência oficial dirigida pelo secretário-geral da Presidência do Conselho ao director da PIDE a 20 de Fevereiro de 1964: “Tenho a honra de solicitar a V. Ex.^a se digne providenciar no sentido de ser prestada informação, tanto quanto possível pormenorizada e urgente, acerca do arquitecto Manuel Mendes Tainha, candidato ao concurso para professor do 1.º grupo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Oportunamente, essa Polícia comunicou ao Ministério da Educação Nacional que o candidato em referência «não oferece garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado».” ANTT, PIDE/DGS, Manuel Mendes Tainha, SR, proc. n.º 1728/55, 2763.

⁴³ *Discriminação política no emprego no regime fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do livro negro sobre o regime fascista, 1982, p. 205-241.

⁴⁴ ANTT, PIDE/DGS, Victor Manuel Palla e Carmo, Joaquim Cardoso Bento de Almeida, SR, proc. n.º 2307/45, unid. 2478.

⁴⁵ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira (e outros), PC, proc. n.º 251/70, unid. 6166-6170.

⁴⁶ Cfr., por exemplo, Pedro Vieira de Almeida, “Conceitos provisórios acerca da habitação”, *Seara Nova*, n.º 1486, Agosto de 1969, p. 266-268.

⁴⁷ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, E/GT, proc. n.º 3167, unid. 1486.

Nacional Pró-Amnistia aos Presos Políticos Portugueses⁴⁸); o apoio a candidaturas oposicionistas nas «eleições» para a Assembleia Nacional e para a Presidência da República, bem como a reivindicação da transparência do acto eleitoral (Comissão Promotora do Voto⁴⁹, Comissão Democrática de Recenseamento⁵⁰).

Além disso, assinala-se a inclusão de arquitectos em plataformas mais ou menos sectoriais da oposição, que atravessam todo o espectro político, com uma longevidade e tolerância/clandestinidade variáveis. Realce-se o Partido Comunista Português, no qual militam, por exemplo, os arquitectos Celestino de Abreu Castro e António Lobão Vital, mas também o Movimento de Unidade Democrática (MUD), o Movimento Nacional Democrático, o Bloco Académico Anti-fascista, a Frente Eleitoral Independente ou a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática.

Por último, salienta-se a pertença de arquitectos, na qualidade de sócio ou dirigente, a associações que, formalmente constituídas como núcleos de divulgação cultural, cedo captam a atenção da PIDE/DGS por congregarem membros já identificados como oposicionistas e/ou pelo pendor «dissidente» das iniciativas que dinamizam. Assim sucede com o Jardim Universitário de Belas Artes (JUBA). Estabelecido em Setembro de 1944, surge identificado, nos relatórios da PIDE, em Abril de 1948, como “não mais do que uma secção do MUD”⁵¹. A Cooperativa do Espectador, associada à actividade cinematográfica, é, desde a sua criação, em 1959, vigiada de perto. Nos corpos sociais eleitos a 6 de Novembro desse ano, encontram-se os arquitectos Victor Palla (Assembleia Geral) e José Borrego (Conselho Fiscal)⁵². Na ÁRVORE – Cooperativa de Actividades Artísticas (sociedade cooperativa anónima de responsabilidade limitada), criada em Abril de 1963, destacam-se, entre os dirigentes, Arménio Taveira Losa, rotulado como “nitidamente hostil”, e os arquitectos Octávio Lixa Filgueiras e Eduardo da Rocha Matos, tidos então como simpatizantes ou próximos da oposição⁵³.

⁴⁸ ANTT, PIDE/DGS, Hernâni Guimarães Gandra, CI (1), proc. N.º 1570, unid. 1225.

⁴⁹ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Rodrigo Martins Portas, CI (2), proc. n.º 271, unid. 6984.

⁵⁰ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, CI (2), proc. n.º 3823, unid. 7295.

⁵¹ ANTT, PIDE/DGS, Francisco Keil do Amaral, SR, proc. n.º 5924, unid. 2422.

⁵² ANTT, PIDE/DGS, Francisco Keil do Amaral, SR, proc. n.º 5924, unid. 2422.

⁵³ ANTT, PIDE/DGS, Ernst Lieblich e Arménio Losa, SR, proc. n.º 1566, unid. 2346.

As informações da polícia política sobre o Centro Nacional de Cultura⁵⁴, em cuja origem (1945) se envolveu o engenheiro agrónomo/arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, descrevem o «desvio» da organização, encetado a partir de 1957, altura em que passaram “a ser convidados indivíduos conhecidos como desafectos ao regime e escolhidos temas que melhor se prestassem a uma persistente crítica à obra do Estado”. O afastamento declarado em relação ao regime evidencia-se desde 1963, momento em que o Centro “foi sendo «invadido» pelos chamados «monárquicos dissidentes» e «católicos progressistas»”. Torna-se irreversível depois de 1967, perante iniciativas que contam com “a participação de José-Augusto França, Nuno Portas, Raul Rego, Jacinto Prado Coelho, Urbano Tavares Rodrigues e outros, sobejamente revelados como acérrimos inimigos das instituições”⁵⁵.

A PRAGMA – Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária (sociedade cooperativa de responsabilidade limitada), fundada a 11 de Abril de 1964 por um grupo de católicos, viu a sua sede ser submetida a buscas e encerrada em Abril de 1967, alegando-se que “procedia à difusão de ideias dissolventes” e “à doutrinação política subversiva dos seus associados”⁵⁶. Em Março de 1968, em pleno decurso do mandato do arquitecto Nuno Teotónio Pereira como presidente, a cooperativa foi dissolvida pelo ministro do Interior, considerando-se que “desviando-se dos objectivos para que teria sido criada, a «PRAGMA» vem exercendo actividades lesivas do Estado e da sociedade”⁵⁷.

4. Arquitectos como oposição

Em 1933, à semelhança de outras associações de classe cuja sindicalização compulsiva se determinou sob pena de dissolução, a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, criada em 1902, vê-se substituída pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, cujos Estatutos se aprovam em Junho 1934⁵⁸. Três

⁵⁴ ANTT, PIDE/DGS, Centro Nacional de Cultura, CI (1), proc. n.º 4819, unid. 1277.

⁵⁵ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Rodrigo Martins Portas, CI (2), proc. n.º 271, unid. 6984.

⁵⁶ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, CI (2), proc. n.º 3823, unid. 7295.

⁵⁷ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, PC, proc. n.º 1077/67, unid. 5919-5920 – 2.º vol.

⁵⁸ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, n.º 15, Lisboa, 30 de Junho de 1934, p. 2.

diplomas fundamentais, todos publicados a 23 de Setembro de 1933, enquadravam a nova forma jurídica de agrupamento dos arquitectos portugueses: o Decreto-Lei n.º 23 048, que promulgou o Estatuto do Trabalho Nacional; o Decreto-Lei n.º 23 050, que organizou os sindicatos nacionais e o Decreto-Lei n.º 23 053, que criou no Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)⁵⁹.

Destas disposições legais, objecto já de uma leitura historiográfica⁶⁰, importa reter que os sindicatos, esvaziados praticamente de poderes, se transformam em instrumentos políticos do regime. Encontravam-se nas mãos do Estado as funções que deveriam pertencer aos associados, desde a fiscalização das contas à sanção dos corpos gerentes. A vida sindical era acompanhada e controlada pelo INTP. Por seu turno, cabia ao Governo a última palavra na escolha dos dirigentes do sindicato, dado que a eleição dos corpos gerentes, efectuada pelos sócios, só era considerada válida depois de sancionada pelo subsecretário de Estado das Corporações.

Diplomas posteriores viriam a cercear a já reduzida liberdade e autonomia sindical admitida pelo Decreto-Lei n.º 23 050. Destaque-se o Decreto-Lei n.º 26 418, de 13 de Março de 1936, o qual facultava ao ministro do Comércio e Indústria a capacidade de nomear comissões administrativas ou prover provisoriamente vagas nas direcções dos organismos corporativos, quando os inquéritos ou inspecções impusessem o afastamento de todos ou alguns dos seus membros⁶¹. A Lei n.º 1936, de 18 Março de 1936, concedeu poderes ao Governo para substituir total ou parcialmente as direcções dos organismos corporativos⁶². O Decreto-Lei 31 946, de 31 de Março de 1942, permitiu ao Governo nomear

⁵⁹ *Diário do Governo*, I série, n.º 217, 23 de Setembro de 1933, p. 1658 e seguintes.

⁶⁰ Cfr., nomeadamente, Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português*, vol. 1, *O salazarismo*. Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976; Fátima Patriarca, “A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, *Análise Social*, vol. XXVI (110), 1991 (1.º), p. 23-58; José Barreto, “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1º-2º, pp. 287-317; Helder Miguel Marques, “O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação”, *História. Revista da Faculdade de Letras*, III série, vol. 8, Porto, 2007, p. 299-316.

⁶¹ Decreto-Lei n.º 26 418, *Diário do Governo*, I série, n.º 60, 13 de Março de 1936, p. 302.

⁶² Lei n.º 1936, *Diário do Governo*, I série, n.º 64, 18 de Março de 1936, p. 315-316.

comissões administrativas pelo prazo máximo de um ano⁶³, o qual, com o Decreto-Lei n.º 32 820, de 2 de Junho de 1943, se alargou para o “julgado necessário”⁶⁴.

Perante um cenário que, teoricamente, estrangulava a capacidade de controlo dos organismos sindicais por parte da oposição, assume particular interesse analisar a evolução da composição dos corpos gerentes do SNA. Com efeito, ela demonstra, numa primeira fase, o progressivo peso de membros desafectos ao regime e, numa segunda fase, o claro predomínio destes, em detrimento de profissionais como Porfírio Pardal Monteiro, José Cottinelli Telmo, Raul Rodrigues Lima ou Luís Cristino da Silva.

A viragem ocorre com a eleição e respectiva sanção, por despacho de Novembro de 1948, do oposicionista Francisco Keil do Amaral para o lugar de presidente do Sindicato⁶⁵. Embora destituído do cargo em Agosto de 1949⁶⁶ – procedimento que, a julgar pela documentação consultada, não se terá voltado a registar, antes se enveredando, por vezes, pelo adiamento da sanção⁶⁷ –, nem por isso os corpos gerentes dos mandatos seguintes deixaram de contar com arquitectos conhecidos como «avançados». Bem pelo contrário, o domínio destes tornou-se cada vez mais notório.

A eleição de arquitectos identificados como oposicionistas é ratificada numa percentagem muito significativa, mesmo depois das informações fornecidas pela PIDE/DGS não recomendarem a sanção. A esta conclusão se chega cruzando os despachos que sancionam as eleições dos corpos gerentes do SNA (passíveis de acompanhar através do *Boletim* do INTP) com os boletins individuais de arquitectos, compilados pela PIDE/DGS, onde se encontram anotações sobre a sua «idoneidade» e, no verso, o registo da entidade que solicita o parecer, respectiva data e motivo (neste caso, avaliaram-se os pedidos formulados pelo Ministério das Corporações e Previdência Social ou directamente pelo INTP, quando em causa estava a eleição para os corpos gerentes do SNA).

⁶³ Decreto-Lei n.º 31 946, *Diário do Governo*, I série, n.º 74, 31 de Março de 1942, p. 288.

⁶⁴ Decreto-Lei n.º 32 820, *Diário do Governo*, I série, n.º 113, 2 de Junho de 1943, p. 343.

⁶⁵ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XV, n.º 23, Lisboa, 15 de Dezembro de 1948, p. 502.

⁶⁶ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XVI, n.º 17, Lisboa, 15 de Setembro de 1949, p. 340.

⁶⁷ MTSS, Fundo Arquivístico da Inspeção aos Organismos Corporativos, processo de Inspeções ao SNA 1950-1970.

Avançamos alguns exemplos que permitem corroborar esta situação. José Rafael Botelho, tido por “politicamente suspeito” desde 1947, “desafecto” desde 1953 e não oferecendo “garantias de cooperar nos fins superior do Estado” a partir de 1957⁶⁸, integra a Direcção do SNA nos triénios de 1957/59 e 1960/62 e toma posse como presidente da Assembleia Geral em 1970⁶⁹. A eleição de Artur Pires Martins para a Direcção do SNA no triénio de 1963/65 é sancionada⁷⁰ mesmo quando no seu boletim, na entrada respeitante ao ano de 1963, se lê “não oferece garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”⁷¹. A sua presença nos corpos gerentes manteve-se, assim, ininterrupta desde 1954, apesar do desvio assinalado no seu «porte político». No entanto, a sua nova eleição para a Direcção do triénio de 1966/68 foi apenas sancionada por despacho de 12 de Junho de 1968, reduzindo drasticamente o seu mandato⁷².

Manuel Tainha é confirmado como membro da Direcção do SNA, de forma contínua, desde 1954 a 1962⁷³. Não se evitou a sua tomada de posse para o triénio de 1960/62, pese embora o seu boletim sublinhasse, à data da informação solicitada, que “não oferece garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”⁷⁴. Nuno Teotónio Pereira fez parte do Conselho Disciplinar do SNA nos triénios de 1957/59 (suplente), 1960/62 e 1969/71 (substituto)⁷⁵, embora fosse considerado desafecto desde 20/9/1961⁷⁶.

⁶⁸ ANTT, PIDE/DGS, José Rafael Botelho, Bol., proc. n.º 81586, unid. 8011.

⁶⁹ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXIV, n.º 8, Lisboa, 30 de Abril de 1957, p. 307; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXVIII, n.º 4, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1961, p. 224; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXXVII, n.º 12, Lisboa, 30 de Junho de 1970, p. 839.

⁷⁰ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXX, n.º 13, Lisboa 15 de Julho de 1963, p. 697.

⁷¹ ANTT, PIDE/DGS, Artur Pires Martins, Bol., proc. N.º 146936, unid. 8076.

⁷² *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXXV, n.º 12, Lisboa, 30 de Junho de 1968, p. 487.

⁷³ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXI, n.º 12-13, Lisboa, 15 de Julho de 1954, p. 344-345; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXIV, n.º 8, Lisboa, 30 de Abril de 1957, p. 307; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXVIII, n.º 4, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1961, p. 224.

⁷⁴ ANTT, PIDE/DGS, Manuel Mendes Tainha, Bol., proc. n.º 61800, unid. 7997.

⁷⁵ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXIV, n.º 8, Lisboa, 30 de Abril de 1957, p. 307; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*,

Sancionou-se a eleição de Mário Jorge Bruxelas para os triénios de 1963/65 (Comissão Revisora de Contas do SNA) e de 1969/71 (Direcção do SNA)⁷⁷, embora se tratasse de um arquitecto que “não oferece garantias de poder cooperar na realização dos fins superiores do Estado”⁷⁸. Segundo os registos da PIDE, havia subscrito o pedido de admissão da candidatura de Arlindo Vicente à Presidência da República (1958) e o seu nome constava, em 1969, “numa nota da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática”⁷⁹.

Arménio Taveira Losa, identificado, desde 1939, como “péssimo. Como estudante era avançado” – nota a que se acrescentam outros registos de teor «negativo», como um casamento com uma “judia alemã”, ser filho de um “democrático ferrenho” e “um dos elementos mais em evidência da oposição local”, conhecer “maçons e reviralhistas”, estar associação às comemorações da implantação da República ou ter assinado manifestos contrários à ordem nacional⁸⁰ –, é sancionado para integrar a Direcção da Secção Distrital do Porto do SNA nos triénios de 1954/56 e 1957/59⁸¹. Foi ainda eleito para a Assembleia-geral da mesma secção distrital no triénio de 1960/62, mas a sanção apenas foi concedida por despacho de 24 de Abril de 1963, o que limitou o seu mandato a sete meses, período que mediou entre aquela data e a sanção dos corpos gerentes do triénio seguinte⁸².

A “biografia prisional” de António Lobão Vital, marido da engenheira Virgínia Moura, inicia-se em 1935 “por fazer propaganda comunista” e prolonga-se pelas décadas seguintes⁸³. Não obstante, confirma-se, por despacho de

Lisboa, ano XXVIII, n.º 4, 28 de Fevereiro de 1961, p. 224; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXXVI, n.º 22, Lisboa, 30 de Novembro de 1969, p. 1196.

⁷⁶ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, Bol., proc. n.º 99390, unid. 8028.

⁷⁷ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXX, n.º 13, Lisboa, 15 de Julho de 1963, p. 697; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXXVI, n.º 22, Lisboa, 30 de Novembro de 1969, p. 1196.

⁷⁸ ANTT, PIDE/DGS, Mário Jorge Bruxelas, Bol., proc. n.º 133261, unid. 8061.

⁷⁹ ANTT, PIDE/DGS, Mário Jorge Bruxelas, E/GT, proc. n.º 534, unid. 1443.

⁸⁰ ANTT, PIDE/DGS, Arménio Taveira Losa, Bol., proc. n.º 20445, unid. 7975.

⁸¹ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXII, n.º 3, Lisboa, 15 de Fevereiro de 1955, p. 88; *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXIV, n.º 19, Lisboa, 15 de Outubro de 1957.

⁸² *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XXX, n.º 8, Lisboa, 30 de Abril de 1963, p. 479.

⁸³ ANTT, PIDE/DGS, António Lobão Vital, Cad., proc. n.º 2404, unid. 3426.

12 de Dezembro de 1972, a sua eleição como 2.º vogal da Direcção da Secção Regional do Norte do SNA para o triénio de 1972/74⁸⁴. Muitos outros exemplos se poderiam cotejar, entre os quais haveria a destacar os de Francisco Silva Dias, Cândido Palma Teixeira de Melo, Francisco Conceição Silva, Raul Chorrão Ramalho, Manuel Coutinho Raposo, Hernâni Guimarães Gandra e Jorge Ribeiro Ferreira Chaves⁸⁵.

Por que motivo não se nomeou uma comissão administrativa para este Sindicato? Que razões justificam a sanção (desaconselhada) da eleição de conhecidos oposicionistas? A documentação existente nos Arquivos de António Oliveira Salazar, da PIDE/DGS e do Ministério das Corporações e Previdência Social não fornece pistas para responder a tais questões. Por outro lado, no momento actual da nossa investigação, não foi ainda possível quer consultar as actas do SNA (Arquivo da Ordem dos Arquitectos), quer concretizar o plano de entrevistas a arquitectos, ainda vivos, cuja actividade se desenrolou durante o período em estudo, via que, julgamos, pode aclarar as presentes dúvidas. Consequentemente, resta-nos avançar duas hipóteses interpretativas que, se não encerram a chave explicativa desta situação, participam, com certeza, no seu esclarecimento.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que os arquitectos constituíam em Portugal um grupo restrito e de elite. A partir dos relatórios das vistorias realizadas pela Inspeção dos Organismos Corporativos (Direcção Geral do Trabalho e Corporações) ao Sindicato Nacional dos Arquitectos (sede em Lisboa) e à sua secção no Norte (Porto), reconstituiu-se a evolução do número de sócios para o período que se apresenta na primeira tabela, comprovando-se a sua reduzida dimensão. Ainda que o número de associados tenha aumentado nas décadas de sessenta e no início da de setenta, o total não completava os mil em 1974⁸⁶. Embora, na prática, vários mecanismos incentivassem a inscrição no Sindicato, esta não era obrigatória. Por conseguinte, recorreu-se, numa lógica de complemento e para uma leitura mais exacta, aos dados constantes nos Recenseamentos Gerais da População, confrontando o número de arqui-

⁸⁴ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XL, n.º 8, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1973, p. 360.

⁸⁵ MTSS, Fundo do INTP, processo sobre os corpos gerentes do SNA 1951-65.

⁸⁶ Manuel Villaverde Cabral (coord.), *Relatório. Profissão: arquitecto/a*, Lisboa, ICS, Novembro de 2006, p. 27. Disponível on-line em <http://arquitectos.pt/documentos/1219335052D5rIB4kc4Lj73MT5.pdf> (consulta em Novembro de 2008).

tectos existentes em Portugal com o de engenheiros (tabela 2)⁸⁷. Confirmou-se, assim, a escala diminuta da classe dos arquitectos, o que poderá justificar a «cautela» e a «condescendência» adoptadas pelo regime.

Anos	N.º de sócios do SNA (Lisboa)	N.º de sócios do SNA Secção do Porto	Total
1945	89	59	148
1946	96	54	150
1947	104	60	164
1948	114	66	180
1949	123	69	192
1952	144	82	226
1953	165	89	254
1954	176	104	208
1955	200	110	310
1956	251	109	360

	1941	1951	1961
Arqt. ^{os}	128	353	689
Eng. ^{os}	1643	3891	6615

Para a compreensão da especificidade da relação entre o Estado Novo e o grupo socioprofissional em análise importaria ainda observar os laços de parentesco, de amizade ou de admiração que aproximavam os arquitectos de alguns membros dos quadros médios e superiores do regime com capacidade de decisão e/ou influência. Aliás, os próprios boletins de informação redigidos pela polícia política aludem a este tipo de realidades. Apontam-se, a título de exemplo, algumas das ligações identificadas. Celestino de Abreu Castro, destacado opositor, era filho do arquitecto Baltazar da Silva Castro, director do Serviço de Monumentos (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacio-

⁸⁷ Dados citados por João Madeira, *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os intelectuais*, p. 63.

nais) entre 1936 e 1949⁸⁸. Nuno Teotónio Pereira aparece reconhecido como sobrinho de Pedro Teotónio Pereira⁸⁹, figura destacada do salazarismo, subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social em 1933, ministro do Comércio e Indústria em 1936, embaixador de Portugal em Espanha, no Rio de Janeiro e em Washington e ministro da Presidência entre 1958 e 1961. Sobre Nuno Portas, indica-se, no respectivo boletim, que se trata do “filho do Senhor Eng.º Leopoldo Portas, presidente da Câmara de Vila Viçosa e chefe distrital da União Nacional”⁹⁰. O arquitecto José Rafael Botelho surge referido como “filho do pintor de arte Carlos Botelho, funcionário superior do Secretariado Nacional de Informação”⁹¹.

No âmbito dos edifícios da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, tipologia em cujo estudo se centra o nosso doutoramento, deparamo-nos com a escolha, ditada pelo ministro das Obras Públicas, de arquitectos opoicionistas para projectar os imóveis em questão. Relações de admiração profissional merecem ser, também, objecto de ponderação, como se infere pelo despacho, exarado em Novembro de 1956, pelo ministro Eduardo Arantes e Oliveira sobre o projecto da agência de Coruche, concebido por José Gomes Bastos: “*Continua a parecer-me duvidoso o êxito do partido architectónico e só aprovo o projecto por se tratar de um arquitecto que muito considero*”⁹².

Deste modo, assiste-se – a uma escala que necessita de ser averiguada – a interferências de índole pessoal nos processos de decisão, com reflexos tanto ao nível do protagonismo assumido pelos arquitectos nas obras públicas promovidas pelo regime, como à margem de manobra que se reservava a alguns opoicionistas. Disto se apercebeu a própria PIDE, como se demonstra pelo relatório remetido por um informador a 25 de Junho de 1960:

“Diz-se nos meios monárquicos que o arquitecto [Gonçalo] Ribeiro Telles saiu da Câmara Municipal de Lisboa por pressão feita sobre o presidente, mas que o Governo o encarregou de representar a Nação numa

⁸⁸ ANTT, PIDE/DGS, Boletim de informação n.º 159911 – Celestino Joaquim de Abreu Castro, CI (1), proc. n.º 817, unid. 1202.

⁸⁹ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, Bol., proc. n.º 99390, unid. 8028.

⁹⁰ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Rodrigo Martins Portas, Bol., proc. n.º 170341, unid. 8100.

⁹¹ ANTT, PIDE/DGS, José Rafael Santos Nunes Botelho, Bol., proc. n.º 81586, unid. 8011.

⁹² Arquivo Histórico da CGD, Agências – caixa n.º 10, processo 72 (Coruche).

reunião internacional e que também o Senhor Ministro do Interior tinha-o chamado para lhe dar o encargo para apresentar um projecto importante dumas obras a realizar.

Prova-se portanto, dizem, que se a Polícia tem força para o pôr fora a C.M.L. ele também tem as suas boas ligações com o Governo, e por isso, não seria com facilidade posto de lado ou na obscuridade como certamente pensavam.”⁹³

Independentemente dos factores responsáveis pela sanção da eleição de arquitectos oposicionistas para a chefia do SNA, o certo é que só a composição dos corpos gerentes permite entender as tomadas de posição públicas deste organismo. Destaca-se a moção, aprovada em Assembleia-geral em Novembro de 1958 e dirigida ao ministro da Educação Nacional, em protesto contra a então recente nomeação de assistentes para a ESBAL, questionando-se os critérios que haviam presidido à sua escolha⁹⁴. Significativo é, igualmente, o documento enviado ao mesmo ministro, em Maio de 1962, em plena «crise académica», manifestando solidariedade para com os estudantes universitários e subscrevendo as suas causas de luta⁹⁵. Sublinham-se, ainda, os esforços movidos pela Direcção do SNA quando algum sócio era preso. Além das cartas enviadas à PIDE atestando a idoneidade moral e profissional do arquitecto detido, invocavam-se (inventavam-se) actividades ou projectos em curso, nos quais a sua presença se afigurava indispensável, solicitando-se, por conseguinte, uma rápida libertação. Assim sucedeu, por exemplo, aquando da prisão, em 1963, de Mário Jorge Bruxelas, então membro da Direcção do SNA⁹⁶, ou da de Pedro Vieira de Almeida, em 1966⁹⁷.

A intensa politização da classe dos arquitectos não se iniciava no Sindicato nem a ele se restringia. Da documentação consultada, resulta a percepção de que tal processo arrancava na ESBAL e na ESBAP, atingindo nesta maior amplitude. Permeáveis a vários movimentos oposicionistas, com destaque para o MUD Juvenil⁹⁸, tais instituições são palco de manifestações públicas de crítica ao

⁹³ ANTT, PIDE/DGS, Gonçalo Ribeiro Telles, SR, proc. n.º 944/47, unid. 2605.

⁹⁴ ANTT, PIDE/DGS, Nuno Teotónio Pereira, CI (2), proc. n.º 3823, unid. 7295.

⁹⁵ ANTT, AOS/CO/ED-11, capilha n.º 3 (Sindicato Nacional dos Arquitectos).

⁹⁶ ANTT, PIDE/DGS, Mário Jorge Bruxelas, PC, proc. n.º 1874/63, unid. 5583.

⁹⁷ ANTT, PIDE/DGS, Pedro Vieira de Almeida, PC, proc. n.º 2617/65, unid. 5790.

⁹⁸ Entre outros exemplos, destaca-se: ANTT, PIDE/DGS, Raul Hestnes e outros, PC, proc. n.º 5/55, unid. 3068-3070-1.º vol; ANTT, PIDE/DGS.

regime⁹⁹ e centro de distribuição de publicações clandestinas¹⁰⁰. Ao expressivo número de processos disciplinares¹⁰¹, junta-se o encerramento temporário do curso de arquitectura no Porto, no ano lectivo de 1969/70, determinado por José Hermano Saraiva, então ministro da Educação Nacional¹⁰².

A jusante, verifica-se o contributo do SNA para a crescente desafectação em relação ao Governo registada em estruturas especificamente direccionadas para o enquadramento do fenómeno artístico, com particular ênfase para a SNBA, com a qual o Sindicato partilhava as instalações em Lisboa. Para a viragem registada na SNBA – patente na organização das EGAP, que contariam com a invasão e a subsequente apreensão de obras por parte da PIDE, em 1947¹⁰³ – concorreu a presença de arquitectos oposicionistas nos seus corpos gerentes¹⁰⁴.

A «infiltração» de «avançados» na SNBA desencadeou uma forte reacção do pintor Eduarda Malta. Se um grupo de arquitectos e arquitectos estagiários havia reprovado anos antes, por meio de uma representação dirigida ao ministro da Educação Nacional a 1 de Julho de 1959, a sua nomeação para o cargo do director do Museu Nacional de Arte Contemporânea¹⁰⁵, desta feita coube a Eduardo Malta comunicar, directamente ao presidente do Conselho, o seu descontentamento:

“Excelentíssimo Senhor
Doutor António de Oliveira Salazar:
Diz-se no Ministério da Educação que, por pressão de Vossa
Excelência, foi hoje sancionada a futura Direcção da Sociedade de Belas

⁹⁹ Entre outros exemplos, destaca-se: ANTT, PIDE/DGS, Actividades estudantis. ESBAL, SR, proc. n.º 3529/62, unid. 3356 (pasta 94).

¹⁰⁰ Entre outros exemplos, destaca-se: ANTT, PIDE/DGS, José Ferreira Huertas Lobo e outros, SPS, proc. n.º 2649, unid. 4352.

¹⁰¹ ANTT, PIDE/DGS, Jorge Vasco Croft de Moura, SR, proc. 2183/53, unid. 2728; ANTT, PIDE/DGS, Mário Jorge Bruxelas, SR, proc. n.º 1002/52, unid. 2707.

¹⁰² ANTT, PIDE/DGS, Actividades estudantis. ESBAP, SR, proc. n.º 3529/62, unid. 3354.

¹⁰³ ANTT, PIDE/DGS, Mário Dionísio, J. Lima Freitas e outros, PC, proc. n.º 494/47, unid. 4925.

¹⁰⁴ ANTT, AOS/CO/ED-5, capilha n.º 8 (SNBA); ANTT, AOS/CO/ED-1H, capilha n.º 9 (encerramento e selagem da sede da SNBA); ANTT, PIDE/DGS, Celestino Joaquim de Abreu Castro, CI (1), proc. 817, unid. 1202.

¹⁰⁵ ANTT, PIDE/DGS, Manuel Mendes Tainha, SR, proc. n.º 1728/55, unid. 2763.

Artes antes da polícia ter informado o Ministério da conduta moral e política dos seus componentes.

Acho tudo isto tão extraordinário, tão contra a própria segurança do Estado, tão contra aqueles artistas que ainda estão com a situação, que não posso deixar de desabafar com Vossa Excelência. Se Vossa Excelência desejar pormenores eu terei uma grande honra em os dizer pessoalmente.

Sou de Vossa Excelência o constante admirador e respeitossíssimo amigo. Eduardo Malta. Lisboa, Novembro de 1952.”¹⁰⁶

O clima de crescente definição de posicionamentos políticos atravessa, como se verifica, todo o campo intelectual, radicalizando-se na segunda metade do século. Dificilmente conservando uma atitude neutra, as várias entidades que consubstanciam esse universo são destrinçadas e remetidas para uma das duas fileiras em confronto: a que se mostra abertamente hostil ao regime ou a que se pauta pelo seu declarado apoio. A par dos exemplos atrás referidos, trazemos por fim à colação, pela importância que assume no tecido cultural português, o caso da Fundação Calouste Gulbenkian, cuja actuação se descreve, numa informação secreta de 1961, nos seguintes termos:

“Desde há algum tempo que os Serviços desta Polícia vêm assinando que uma grande percentagem das «bolsas de estudo» concedidas pela «Fundação Gulbenkian» se destinam a indivíduos não só desafectos às actuais Instituições como a muitos de tendências reconhecidamente comunistas, parecendo até que para se usufruir do auxílio daquela «Fundação» é condição, se não principal, pelo menos de certo peso, ser-se politicamente de tendências esquerdistas. (...)

Nestas condições, (...) temos de admitir que se pode concluir que ela representa ou vai representando o baluarte da oposição em Portugal.”¹⁰⁷

5. Conclusão

Numa tentativa de sistematização desta primeira abordagem ao fenómeno da politização dos arquitectos portugueses no decurso do Estado Novo,

¹⁰⁶ ANTT, AOS/CO/ED-1H, capilha n.º 9 (encerramento e selagem da sede da SNBA).

¹⁰⁷ ANTT, AOS/CO/ED-7.

inclinamo-nos a sublinhar três ideias chave. Primeiramente, parece-nos correcto afirmar que, apesar da dimensão democrática e/ou socialista que a defesa de determinado tipo de arquitectura moderna assumiu na época, a resistência ao salazarismo empreendida pelo grupo socioprofissional em causa manifestou-se mais nos planos cultural, cívico e político do que na esfera específica da produção arquitectónica.

Em segundo lugar, considera-se suficientemente documentada quer a participação, a título individual, de arquitectos em várias iniciativas e movimentos antifascistas, quer a sua transformação, enquanto classe, em força de oposição ao salazarismo. À semelhança do ocorrido em outros segmentos profissionais e em outras organizações públicas ou da «sociedade civil», a progressiva desafecção em relação ao regime regista-se a partir do final Segunda Guerra Mundial, radicalizando-se ao longo da década de sessenta e início da de setenta.

Finalmente, realça-se a especificidade do relacionamento entre o Estado Novo e os arquitectos, na qual reside, como tudo leva a crer, a explicação para a regular presença sancionada de oposicionistas nos corpos gerentes do Sindicato. Trata-se, porém, de uma leitura que, à semelhança da globalidade do artigo, espera um maior aprofundamento documental e convida ao debate historiográfico.

Lina Alves Madeira

**«É UMA CASA PORTUGUESA, COM CERTEZA»
O CONTRIBUTO DE ARISTIDES DE SOUSA MENDES PARA A EDIFICAÇÃO DA
CASA DE PORTUGAL EM ANTUÉRPIA**

Nota prévia

Em Fevereiro de 1938, Aristides de Sousa Mendes encontrava-se à frente do Consulado Geral de Antuérpia. Estava lá colocado desde há quase nove anos.¹ Por este motivo, para além das funções de cônsul, acumulava igualmente as de decano do corpo consular da cidade – cargo prestigiado, não obstante as despesas, frequentes e consideráveis, que comportava. Deste modo, ao ter conhecimento que se achavam vagos, entre outros postos, as Legações de Portugal na China e no Japão, solicitou a promoção a chefe de missão de 2.^a classe e, conseqüentemente, a colocação numa dessas Legações. O pedido era fundado em oito razões. Em sétimo lugar, invocava ter colaborado na organização da Casa de Portugal, em Antuérpia, na qual desempenhara o cargo de presidente da respectiva comissão, onde, afirmava, procurara sempre desenvolver com os seus colaboradores uma «*intensa acção de propaganda a favor do País e do Estado Novo*».² Em face deste argumento, procurámos conhecer melhor a

¹ Decreto de 7.9.1929.

² Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros [AHDME], *Processo Individual. Aristides de Sousa Mendes do Amaral e Abranches, II [PIASM II]*, Cx. 33, ofício [of.] de Aristides de Sousa Mendes para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar, Antuérpia, 10.2.1938.

sua actuação no âmbito daquele organismo. Não sem surpresas, adiantamos já. Ou talvez não tantas...

Casa de Portugal em Antuérpia: uma casa que já o era sem que ainda o fosse

Em 1929, aquando da chegada de Aristides de Sousa Mendes à Bélgica, não fora só o Consulado Geral de Antuérpia a receber um novo inquilino. A Legação de Portugal em Bruxelas havia recebido igualmente novo titular. Augusto de Castro, acabado de chegar do Vaticano, sucedera a Alberto de Oliveira, entretanto transferido para Roma.³ Quer o novo Cônsul quer o novo Ministro irão mostrar-se sensíveis aos interesses dos comerciantes portugueses ali radicados. Deste modo, ambos irão trabalhar em prol de um dos anseios que, ao tempo, mais os animava: a criação de uma Câmara de Comércio – fosse exclusivamente portuguesa ou, então, luso-belga.⁴ Não obstante os esforços concertados do Consulado e da Legação, os meses foram-se passando sem que os nossos comerciantes vissem a sua velha aspiração concretizada. A Exposição Colonial Internacional que se realizou em 1930, em Antuérpia, teria sido uma óptima ocasião para assinalar a oficialização daquele desiderato. Os governantes nacionais, contudo, não o entenderam assim. Mas o envolvimento do Consulado e da Legação na iniciativa permitiu, ao menos, para além da demonstração do bom entendimento entre estas duas representações nacionais, uma série de louvores oficiais.⁵ De facto, por agora, as relações entre o Cônsul e o Ministro eram marcadas pela cordialidade.

Em 1931, se Consulado Geral de Portugal em Antuérpia permaneceu nas mãos de Aristides, a Legação de Portugal em Bruxelas deixou de ser dirigida por Augusto de Castro, transferido para Roma, para ser reocupada por

³ Sobre o processo que conduziu Augusto de Castro a Bruxelas, cfr. *Idem, DVGSG. Individuais. Nomeações de Trindade Coelho e Augusto de Castro, 1929*, 2.º P, A 35/GM 1, M 11, Env. 5, Docs. 3 e 3 - A.

⁴ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia*, 3.º P, A 1, M 578, of. de Augusto de Castro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comandante Jaime da Fonseca Monteiro, Bruxelas, 23.12.1929.

⁵ Despacho de 14.7.1931.

Alberto de Oliveira, por acordo entre ambos.⁶ Quanto aos interesses dos comerciantes lusos, continuaram a ser defendidos, com empenho, quer pelo Consulado quer pela Legação. Neste sentido, em 20 de Julho, Alberto de Oliveira enviou um projecto de estatutos, da tão almejada Câmara de Comércio Portuguesa, para as Necessidades. Segundo a proposta, fosse por razões históricas, fosse por razões económicas, o novo organismo deveria ficar sediado em Antuérpia. Por um lado, olhava-se para o passado, cedendo ao peso da história das relações económicas entre Portugal e a Bélgica, por outro lado, perspectivava-se o futuro, antevendo o reforço do papel do porto daquela cidade flamenga no tráfego comercial português.⁷

De facto, datava do século XVI o estabelecimento, em Antuérpia, de uma feitoria com a denominação de Casa de Portugal. Por esta razão, Alberto de Oliveira era de opinião que a Câmara de Comércio Portuguesa a criar-se deveria ostentar o mesmo título. E isto não obstante o Ministério dos Negócios Estrangeiros haver criado, recentemente, em França e em Inglaterra, organismos que, sendo de índole diversa, tinham, também eles, aquela designação – as Casas de Portugal de Paris e de Londres.⁸ Na verdade, nenhuma outra entidade teria mais legitimidade para o usar do que aquela Câmara de Comércio.⁹ A criação de uma Câmara de Comércio na Bélgica afigurava-se-lhe, simplesmente, inadiável. O contínuo crescimento do intercâmbio luso-belga, os progressos da navegação portuguesa junto do porto de Antuérpia, a situação crítica dos nossos vinhos perante a concorrência das imitações fraudulentas, a importância que adquiria de dia para dia o comércio da Bélgica com as nossas colónias e,

⁶ Sobre esta troca, entre Augusto de Castro e Alberto de Oliveira, cfr. AHDMNE, *DVGS. Individuais. Nomeações. Caso Augusto de Castro e Alberto de Oliveira, 1930*, 2.º P, A 35/GM 1, M 11, Env. 5, Doc. 3-B.

⁷ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia*, 3.º P, A 1, M 578, of. de Alberto de Oliveira para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Augusto Branco, Bruxelas, 20.7.1931.

⁸ As primeiras Casas de Portugal surgiram, de facto, em 1931, em duas capitais europeias, Paris e Londres. A pioneira, a Casa de Portugal na capital francesa, foi criada através do Decreto n.º 19.333, de 10 de Fevereiro. A segunda, a Casa de Portugal na capital inglesa, foi criada cinco meses depois, através do Decreto n.º 20.104, de 24 de Julho. Os respectivos regulamentos foram aprovados ainda no decurso do mesmo ano: no que ao de Paris diz respeito, em 31 de Julho, por meio do Decreto n.º 20.140; quanto ao de Londres, em 19 de Setembro, pelo Decreto n.º 20.325.

⁹ AHDMNE, *Casa de Portugal em Antuérpia*, 3.º P, A 1, M 578, of. de Alberto de Oliveira para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Augusto Branco, Bruxelas, 20.7.1931.

finalmente, a inauguração da linha férrea do Lobito, que se supunha iria estabelecer, entre aquele porto e o de Antuérpia, as mais estreitas relações de toda a ordem, mostravam-lho todos os dias.¹⁰

Por forma a que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não tivesse qualquer dúvida acerca da sintonia entre a Legação e o Consulado Geral de Portugal em Antuérpia, Alberto de Oliveira achou por bem vincar a confiança em Aristides de Sousa Mendes: «*Aproveito a ocasião para dizer que muito conto com a cooperação daquele zeloso funcionário para que a futura Câmara dê à sua acção neste país uma orientação eficaz e prática, sem prejuízo da sua autonomia, que a meu ver deve ser a maior possível, de modo a tornar-se uma instituição com vida própria e não ser mera dependência burocrática do Consulado Geral.*»¹¹ Poucos dias antes, tinham sido os próprios comerciantes lusos que, encimados por um dos seus notáveis, Joaquim Vinhas Cabrita, escreveram no mesmo sentido. Com efeito, numa petição que acompanhou o projecto de estatutos, e após agradecerem o empenhamento pessoal do Ministro de Portugal em Bruxelas, não esqueceram o do Cônsul: «*[...] não queremos deixar de salientar também o apoio mais do que decidido, entusiástico, que desde a primeira hora prestou à nossa ideia o Senhor Doutor Aristides de Sousa Mendes, digníssimo Cônsul Geral de Portugal em Antuérpia, funcionário tão distinto como diligente, que em todas as circunstâncias facilita a missão dos portugueses estabelecidos na Bélgica.*»¹²

Quanto a Aristides de Sousa Mendes, também ele, ao emitir o seu parecer sobre o assunto, fora inequívoco:

«Como consta das minhas respostas a um questionário da Direcção Geral dos Negócios Comerciais e outras informações por mim remetidas à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, o comércio de exportação de Portugal para a Bélgica atingiu já uma cifra [de] considerável importância. Esse comércio é susceptível de mais largo desenvolvimento desde que seja ajudado por uma conveniente propaganda dos nossos produtos, podendo especialmente a nossa exportação de vinhos finos do Porto e Madeira duplicar ou triplicar se as falsificações de que aqui são objecto forem perseguidas convenientemente pelos

¹⁰ Ibidem.

¹¹ *Idem*, of. de Alberto de Oliveira para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Augusto Branco, Bruxelas, 23.7.1931.

¹² *Idem*, petição da comissão organizadora, presidida por Joaquim Vinhas Cabrita, Antuérpia, 14.7.1931 [anexo ao of. de 20.7.1931].

meios judiciais. Como recurso mais eficaz de defender os nossos interesses mercantis, e em especial de realizar a repressão desta concorrência desleal que tanto mal faz à nossa economia pública, indiquei nas aludidas respostas e informações a instituição de uma Câmara de Comércio Portuguesa em Antuérpia [...]»¹³

Quer Alberto de Oliveira quer Aristides de Sousa Mendes estavam de tal modo confiantes na brevidade da resposta do MNE que o primeiro acalentava mesmo a esperança de poder vir a inaugurar a Câmara no Outono! No que se refere ao detentor da pasta dos Estrangeiros, mau grado concordar, em linhas gerais, com o projecto, sempre adiantava preferir que o novo organismo não viesse a ostentar a mesma designação que as recém criadas Casas de Portugal de Paris e de Londres, por se tratarem, de facto, de instituições de diferente regulamentação, com mais latas atribuições.¹⁴ O certo é que, fosse por essa razão, fosse por outras, quer a Legação quer o Consulado tiveram que aguardar mais dois anos e dois Ministros pelo decreto que, finalmente, instituiu a Casa de Portugal em Antuérpia. Ou seja, nem o facto do Palácio das Necessidades ter sido, entretanto, dirigido pelo irmão gémeo do Cônsul Geral de Portugal na cidade flamenga valeu às aspirações em torno da famigerada Câmara de Comércio Portuguesa.¹⁵ Ou talvez tivesse sido exactamente por isso...

O dia 16 de Junho de 1933 deveria ter sido amplamente saudado por todos quantos se vinham batendo em torno da Câmara de Comércio porquanto ficou assinalado com a publicação do Decreto-lei n.º 22.692, através do qual a mesma foi, finalmente, criada. Tal como fora sugerido, ostentava o título de Casa de Portugal em Antuérpia. Uma denominação mais do que nunca apropriada, reconhecia o legislador, pelas razões históricas já aduzidas. Se, de acordo com o diploma, a Casa de Portugal em Antuérpia ter-se-ia inspirado, quanto à sua organização, na das instituições portuguesas que, com idêntica denominação, embora de índole diferente, já existiam em Paris e em Londres, o certo é que a sua orgânica, para além de diversa, poderia dar azo à emergência de atritos. Desde logo, em termos administrativos.

¹³ *Idem*, informação do Cônsul Geral de Portugal em Antuérpia sobre o projecto de estatutos da Câmara de Comércio Portuguesa que pretende fundar-se na mesma cidade, Antuérpia, 20.7.1931.

¹⁴ *Idem*, of. do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fernando Augusto Branco, para Alberto de Oliveira, Lisboa, 30.7.1931.

¹⁵ César de Sousa Mendes ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 5 de Julho de 1932 e 11 de Abril de 1933.

Com efeito, a administração da Casa de Portugal em Antuérpia incumbia a três órgãos: à assembleia geral dos sócios, ao conselho director e, ainda, ao conselho fiscal. A assembleia geral, constituída por todos os sócios da Casa de Portugal – honorários, efectivos e aderentes –, era presidida por um secretário da Legação de Portugal em Bruxelas. Quanto ao conselho director, composto por nove a quinze membros – quatro dos quais nomeados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e os restantes eleitos de entre os sócios efectivos –, ficava sob a presidência do Cônsul Geral de Portugal em Antuérpia. No que se referia ao conselho fiscal, era formado por três vogais, cabendo a presidência ao sócio efectivo indicado pela Legação. A Casa de Portugal tinha ainda um conselho de honra, constituído pelo Ministro de Portugal em Bruxelas, seu presidente, pelo Cônsul Geral de Portugal em Antuérpia, enquanto vice-presidente de honra, e por mais dois elementos, um de nacionalidade portuguesa e outro de nacionalidade belga, eleitos pela assembleia geral... A Alberto de Oliveira cabia, portanto, a presidência de honra da Casa e a Aristides, para além da vice-presidência de honra, a presidência do conselho director. Os grandes paladinos da instituição viam, assim, coroados os seus esforços. No que respeitava aos comerciantes, estavam igualmente bem representados nos diversos órgãos administrativos.

Era intenção do legislador afastar, do novo organismo, a feição acen-tuadamente burocrática que, infelizmente, caracterizava tantas instituições, pretendendo antes que ela viesse a adoptar os processos, os hábitos e as tradições de uma «*organização económica activa, independente e prática*». Tal como nas Casas de Portugal de Paris e Londres, a propaganda e a expansão do nosso comércio, bem assim da nossa cultura, figuravam entre os fins da Casa de Antuérpia. A importância e a extensão alcançadas por aqueles dois centros, porém, seriam sempre incomensuravelmente superiores à da sua homónima. Aliás, os fundos estatais, para as primeiras e para a segunda, quando comparados, jamais os permitiriam. Realmente, enquanto as Casas de Portugal de Paris e Londres, por se encontrarem exclusivamente sob a tutela do MNE, recebiam uma dotação considerável, a de Antuérpia, devido ao facto de se inscrever na tradição das Câmaras de Comércio, deveria ser predominantemente mantida pelos maiores interessados nela e só acessoriamente subsidiada pelo Estado.¹⁶

¹⁶ Por curiosidade, refira-se que, segundo o desenvolvimento do orçamento da despesa do MNE para o ano económico de 1934-1935, foram reservadas para despesas com a manutenção das Casas de Portugal em Paris e em Londres, respectivamente, 1.071.815\$00 e 427.900\$00 Anuário Diplomático e Consular Português, 1934, Lisboa,

Casa de Portugal em Antuérpia: uma casa que deixou de o ser muito antes de alguma vez o ter sido

Nove meses após a publicação do Decreto que a criou, a Casa de Portugal em Antuérpia figurou novamente no Diário do Governo. De facto, através da Portaria de 20 de Março de 1934, a organização da Casa de Portugal em Antuérpia ficava oficialmente regulamentada, delegando-se a tarefa numa comissão composta por cerca de vinte individualidades, presidida pelo Cônsul Geral de Portugal naquela cidade.

Graças aos esforços conjugados de todos, sempre com a colaboração pronta e activa de Alberto de Oliveira, a Casa de Portugal logrou ficar instalada num edifício magnífico, localizado numa das melhores artérias da cidade flamenga – l’Avenue de France, 71 –, próximo dos Consulados da Inglaterra e dos Estados Unidos. Não devendo ter sido alheio à magnificência do edifício, bem assim à importância da sua localização, Aristides de Sousa Mendes solicitou autorização ao MNE para ali se instalar.¹⁷ Quanto aos serviços da chancelaria, receberam o aval do Ministério, ou seja, o Consulado Geral de Portugal em Antuérpia passou a funcionar no mesmo prédio que a Casa de Portugal. Relativamente à sua pessoa e à dos seus familiares, o Secretário Geral das Necessidades, Teixeira de Sampaio, já se mostrou reticente.¹⁸ De qualquer modo, Aristides não só permaneceria no mesmo espaço como ocuparia os melhores aposentos, nem mais nem menos aqueles que ficavam virados para a parte da frente do



Imprensa Nacional, 1935, p. 247. Já para a Casa de Portugal em Antuérpia, o mesmo MNE, por se tratar de uma instituição de índole diferente, reservara somente 60.000\$00 anuais, destinados ao pagamento da renda do imóvel [Decreto n.º 24.615, de 25.10.1934].

¹⁷ AHDMNE, *Casa de Portugal em Antuérpia, 1934-1945*, 2.º P, A 38, M 144, telegrama [t.] de Aristides de Sousa Mendes para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, Antuérpia, 21.8.1934.

¹⁸ *Ibidem*, parecer, manuscrito, de Teixeira de Sampaio, sobre o mesmo telegrama.



edifício!¹⁹ Mais ainda, devendo a renda do edifício ser paga, na totalidade, pelo orçamento da Casa de Portugal, ao Consulado caberia apenas uma indemnização mensal correspondente ao valor locativo dos aposentos, às despesas de aquecimento, luz, porteiro e quaisquer outras impostas pela conservação dos mesmos aposentos.²⁰

A inauguração da Casa de Portugal em Antuérpia ocorreu a 20 de Dezembro de 1934, sendo amplamente noticiada na imprensa belga. De acordo com a generalidade dos recortes dos jornais que nos chegaram, a cerimónia contou com

a presença das mais importantes individualidades da cidade, do corpo consular e da comunidade portuguesa radicada na Bélgica. Ninguém terá ficado indiferente à riqueza da ornamentação interior. Relativamente aos anfitriões, Alberto de Oliveira e Aristides de Sousa Mendes, para além de terem recebido a todos com a cordialidade que o momento impunha, cativaram-nos com a forma e o

¹⁹ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia, 1939-1940*, 2.º P, A 40, M 139, Relatório, assinado pelo Gerente Interino, Álvaro Afonso dos Santos, Lisboa, 11.3.1936.

²⁰ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia, 1934-1945*, 2.º P, A 38, M 144, of. de Alberto de Oliveira para Aristides de Sousa Mendes, Bruxelas, 31.10.1934. Esta cláusula, simultaneamente danosa para a Casa de Portugal em Antuérpia e altamente vantajosa para o Consulado Geral na mesma cidade, viria a suscitar, no futuro, inúmeras dúvidas no interior do MNE. Na verdade, parece ter-se ficado a dever a uma decisão, unilateral, de Alberto de Oliveira. No que nos diz respeito, não nos causou surpresa, porquanto o Ministro de Portugal em Bruxelas, sensível aos constantes e aflitivos problemas financeiros de Aristides, procurou, por mais do que uma vez, interceder por si. Deste modo, ao proteger o Consulado Geral em Antuérpia estava, naturalmente, a proteger o seu titular...

teor dos discursos que proferiram. Não perdendo de vista as glórias de Quinhentos, consubstanciadas na antiga Feitoria de Antuérpia, estabeleceram os elos com os resultados da economia e da política portuguesas do momento, seguros das potencialidades da instituição que acabava de se inaugurar.²¹

Mas o entusiasmo que antecedeu a inauguração da Casa, e que possibilitou a congregação de esforços em torno desse grande objectivo, cedo desvaneceu, minado pelas desinteligências – outrora latentes, entretanto emergentes –, entre os diferentes comissários. A representação da Casa de Portugal



na Exposição Internacional de Bruxelas, a realizar no Verão de 1935, representou a gota de água que fez transbordar o copo das questiúnculas internas. A maneira de ser e de estar do Cônsul Geral de Portugal em Antuérpia, à semelhança de tantas outras ocasiões da sua carreira, ao invés de ter conseguido apaziguar os ânimos, ainda os terá acicatado mais.²²

O Governo português, ao contrário do que sucedera em 1930, em que se fizera representar na Exposição Colonial, optou por ficar arredado deste outro certame internacional. Mesmo assim, permitiu que a Casa de Portugal de Antuérpia aí figurasse, a título particular. Não sem hesitações, a organização do pavilhão foi entregue a um dos comissários, o jornalista Vítor Falcão. Dinâmico e empreendedor, num curtíssimo espaço de tempo, e apesar dos poucos recursos obtidos, conseguiu pôr o empreendimento de pé. Mas, cioso da sua independência, fê-lo praticamente sem dar satisfações aos restantes comissários. Aristides, por seu turno, sentindo-se agastado com tamanha autonomia, não se coibiu de escrever ao Presidente do Conselho, a quem, de quando em quando, enviava informações a título confidencial. Acima de tudo, sentia ser

²¹ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia*, 3.º P, A 1, M 578, recortes de jornais, anexos ao of. de Aristides de Sousa Mendes para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, Antuérpia, 27.12.1934.

²² IAN/TT, AOS/CO/NE – 4A, *Correspondência relativa à Legação de Portugal em Bruxelas, Bélgica, 1932-1938*, of. de Augusto de Castro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, Bruxelas, 27.5.1935.

seu dever denunciar a falta de carácter de Vítor Falcão – tendo ido para a Bélgica como «*emigrado político*», a sua atitude, até dois anos atrás, teria sido de «*manifesta hostilidade ao Governo da Ditadura*», conhecendo-se a sua parcialidade a favor do Partido Democrata, «*com cujos chefes residentes em Paris se entendia a miúdo*», estamos a citar. Ou seja, um perigo para a tranquilidade da Casa de Portugal... Por arrastamento, alertava para a falta de idoneidade do presidente adjunto, por sinal grande amigo de Vítor Falcão, o comerciante Joaquim Vinhas Cabrita.²³ Exactamente o mesmo que, em 1931, o elogiara a si junto do MNE...

Ainda que Vítor Falcão, saturado com o mau ambiente gerado em torno da sua pessoa, se tivesse acabado por demitir, teve o cuidado de concluir a representação da Casa de Portugal na Exposição Internacional de Bruxelas, por forma a que ela pudesse vir a ser inaugurada na data apazada, 7 de Junho de 1935. Quanto a Sousa Mendes, por ocasião do discurso inaugural do certame, para além de não ter enviado, previamente, o respectivo texto ao Ministro Plenipotenciário de Portugal em Bruxelas, contrariamente ao que era seu dever, não deixou de lamentar que o País não estivesse ali representado oficialmente, pesando, sobremaneira, a ausência da bandeira verde-rubra num dos estandartes.²⁴

Continuasse a ser Alberto de Oliveira o nosso representante em Bruxelas e, provavelmente, o episódio poderia ter sido contornado. Todavia, a Legação era agora novamente ocupada por Augusto de Castro. E o certo é que o novo Ministro Plenipotenciário, que já não se vinha mostrando agradado com a actuação de Aristides no interior da Casa de Portugal, não perdeu a oportunidade de manifestar o seu mal-estar pelas declarações proferidas, fazendo-o chegar prontamente às Necessidades.²⁵ Ora, como a pasta dos Estrangeiros fora recentemente abraçada por Armindo Monteiro, firmemente disposto a impor a sua autoridade sobre os serviços do Ministério, Aristides foi alvo de um

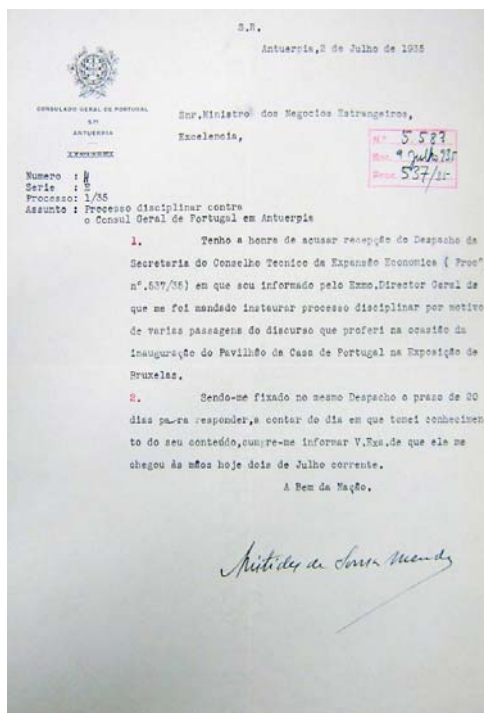
²³ *Idem*, AOS/CO/NE – 1, Actividade da Casa de Portugal em Antuérpia. Informação sobre o antigo exilado político Vítor Falcão, 1935, of., confidencial, de Aristides de Sousa Mendes para o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, Antuérpia, 28.3.1935.

²⁴ *Idem*, AOS/CO/NE – 4A, *Correspondência relativa à Legação de Portugal em Bruxelas, Bélgica, 1932-1938*, of. de Augusto de Castro para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, Bruxelas, 8.6.1935.

²⁵ *Ibidem*.

processo disciplinar.²⁶ Simultaneamente, a contabilidade consular da sua responsabilidade era alvo de uma inspecção aturada.²⁷ Entretanto, através do Decreto-lei n.º25.613, de 15 de Julho, a gerência e a administração da Casa de Portugal em Antuérpia passaram a ser confiadas a um gerente nomeado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 5 de Agosto, na cidade flamenga, na sede da respectiva Casa de Portugal, Aristides de Sousa Mendes viu-se despojado dos poderes que até então lhe estavam confiados, transmitindo-os ao gerente escolhido por Armindo Monteiro, o capitão Álvaro Afonso dos Santos²⁸.

Se bem que Aristides tivesse sido arredado da gerência e da administração daquele organismo, tal como um conjunto de notáveis do comércio português com representação na Bélgica o foram também, continuou, diariamente, a impor a sua presença naquele espaço, na medida em que os serviços do Consulado Geral ali se conservaram. Na verdade, o salão de festas da Casa de Portugal em Antuérpia, servindo igualmente de corredor de acesso aos aposentos consulares, tinha que ser obrigatoriamente transposto por ele. Para desespero do novo gerente...²⁹



²⁶ Ainda que tenhamos conhecimento do processo, através de referências várias, nomeadamente extraídas das actas do Conselho do Ministério, o mesmo desapareceu! À semelhança, aliás, dos que se lhe seguiram...

²⁷ AHDMNE, *Telegramas expedidos, 1935, Consulado em Antuérpia*, M 49, t. do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, para Aristides de Sousa Mendes, Lisboa, 5.7.1935.

²⁸ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia, Correspondência e contas até 1935*, 3.º P, A 17, M 21, cópia da acta referente à sessão da Casa de Portugal em Antuérpia, Antuérpia, 5.8.1935.

²⁹ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia, 1939-1940*, 2.º P, A 40, M 139, Relatório, assinado pelo Gerente Interino, Álvaro Afonso dos Santos, Lisboa, 11.3.1936.



Por esta e por outras razões, a fortuna não acompanhou este organismo económico português, ao ponto de, em 1939, se ter determinado, de forma algo inglória, a sua suspensão.³⁰ Ao invés das expectativas que haviam estado na base da criação da Casa de Portugal em Antuérpia, ainda não tinha chegado a hora dos novos homens de negócios pátrios quebrarem o enguiço que vinha inviabilizando a repetição dos êxitos dos tempos das Descobertas... Porquê? Será matéria para outro/s artigo/s...

³⁰ *Idem, Casa de Portugal em Antuérpia, 1934-1945*, 2.º P, A 38, M 144, cópia do despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar, datado de 18.11.1939.

“POIÉTICA” DO PODER

“*Poética do Poder*” é um título que encontra as suas raízes na Grécia Clássica pelo cruzamento da *poiésis* com a problemática do Poder próprio da *Pólis*.

A *poiésis*, no sentido de construção ou de produção é um termo que, se por vezes se encontra relacionado com a arte e a estética, não deixa de se encontrar intimamente ligada, de um modo muito especial, ao Poder Político enquanto capacidade de criar as condições necessárias, *nomoi*, para a emergência da verdadeira humanidade.

De modo a podermos apresentar a nossa reflexão dividiremos este estudo em três partes: 1ª O que é a *poiésis*? 2ª O que é o poder? 3ª Como cruzar *poiésis* com poder?

1ª Parte – O que é a *poiésis*?

Falar de “*Poiética do Poder*” pode parecer à primeira vista algo de despropositado quer sob o ponto de vista da poética, área onde o termo reclama a sua identidade etimológica, quer sob o ponto de vista político, domínio onde a capacidade criadora do homem se transforma em cidadania. Será pois nossa intenção tentar demonstrar que estas duas áreas, aparentemente centrífugas no pensamento político, se podem revelar áreas centrípetas capazes de nos divulgarem um novo modo de inteccionar o domínio político e a sua relação com a imaginação.

Nos dois domínios sobre os quais nos iremos debruçar, nesta primeira parte, poética e poder, encontramos sempre Aristóteles e basear-nos-emos nas suas obras *Poética*, *Retórica* e *Tratado da Política*.

Aristóteles inteccionou a dimensão racional do homem em três grandes campos ou áreas de utilização. Chamou-lhes: razão teórica, razão prática e razão *poiética*. Enquanto a razão teórica tinha como objecto principal o conhecimento no sentido da *contemplatio* latina, a razão prática encontrava o seu objecto no agir ou *praxis* humana e a razão *poiética*, era aquela que tinha como objecto o construir, o mesmo é dizer, o produzir ou o criar. Esta dimensão da razão, que segundo Tomás de Aquino, encontra na arte a sua virtude intelectual orientadora para a produção, subdividia-se, por sua vez, para o estagirita, em dois campos distintos, a *techné* e a *poiésis*. A *techné* integrava na sua semântica toda a arte que tinha um fim específico, como por exemplo a arte de navegar ou a arte da arquitectura, enquanto que a *poiésis* era o termo reservado para as artes desinteressadas cuja finalidade se perdia em si mesma. O objecto artístico aparecia como o resultado de uma finalidade sem fim, diria Kant, que seria a de ser apenas belo. No entanto o termo *poiésis* traz consigo, na sua etimologia, a noção de organização dos elementos capazes de serem compostos de tal modo que deles emane algo, um sentimento, a captação de um sentido, uma emoção ou ainda um conhecimento. Por exemplo, num objecto Belo, e de acordo com Aristóteles, o objecto era o resultado da actividade *poiética* da razão, no entanto a beleza que esse mesmo objecto poderia conter pertenceria ao domínio da dimensão teórica da razão, única capaz de a contemplar. Esta realidade justifica que Jacques Maritain na sua obra *Art et Scholastique* possa afirmar que o belo é “id quod visum placet”, sendo este “placet” contemplação e deleite intelectual.

Retomemos o termo *poiésis* e com ele recorramos à *Poética* de Aristóteles onde o filósofo estuda a poesia trágica, cuja representação teatral implicava a educação dos espectadores, cidadãos da Pólis ateniense.

No poema trágico, Aristóteles encontra o *mythos*, palavra que tanto pode significar «acção a imitar» como «acção imitativa». A primeira daria as narrativas históricas onde o poema trágico foi beber o seu enredo, o *mythos*, a segunda, trazia consigo algo de mais profundo e que Paul Ricoeur, na sua obra *Temps et Récit*, não deixou de reparar, estudar e expor. Era a origem da narrativa, a *mímesis* ou a capacidade que o homem, através da dimensão poética da razão, era capaz de organizar, imitando a própria natureza pelo fabular ou pôr-em-intriga.

Esta acto de fabular é para Paul Ricoeur matéria que “dá que pensar” e simultaneamente oferece-lhe a génese de duas das suas obras, *La métaphore vive* e *Temps et récit*. A reflexão de Ricoeur inicia-se sobre a arte de narrar, *mythos*, isto é, sobre o problema da organização dos factos explicitante da configuração temporal, sob a égide da *poiésis* ou arte poética. É precisamente sobre o adjectivo poética, do substantivo arte, que Ricoeur explicita a diferença entre a obra como estrutura, no sentido estático do termo, e a própria operação estruturante que exige que se fale não de intriga, mas de *mythos*, isto é, de pôr-em-intriga¹.

A narrativa, que a “mão do poeta”² faz aparecer, exprime um trabalho de configuração original, o compor ou o pôr-em-intriga, que, para o filósofo da *Metáfora Viva* é o equivalente, na metáfora, ao “momento de emergência de uma nova significação fora das ruínas da predicação literal”³, a inovação semântica, que a imaginação faz aparecer.

Recorrendo à *Poética* de Aristóteles salientamos que o estagirita associava *mimesis* e *mythos* no seu conceito de *poiésis*. A poesia, dizia ele, é uma imitação das acções humanas; mas essa *mimesis* passa pela criação de uma fábula, de uma intriga que possui os traços de composição e de ordem que faltam aos dramas da vida quotidiana, os quais metaforicamente descrevem um domínio menos conhecido – a realidade humana – em função das relações de um domínio fictício melhor conhecido – a fábula trágica –, usando todas as virtudes de ‘desdobralidade sistemática’ contidas nessa fábula. Quanto à *mimesis*, ela deixa de provocar dificuldade na sua inteligibilidade a partir do momento em que não é compreendida como redescrição. Para Ricoeur, a relação entre *mythos* e *mimesis* deve ser lida em dois sentidos: se a tragédia apenas atinge o seu efeito de *mimesis* pela invenção do *mythos*, o *mythos* está ao serviço da *mimesis* e do seu carácter fundamentalmente denotativo. O que o próprio Aristóteles sublinhava com o paradoxo segundo o qual a poesia está mais próxima da essência do que a história, na medida em que esta se move no aci-

¹ Cf. RICOEUR, Paul, *Du texte à l'action: essais d'herméneutique, II*, Ed. du Seuil, Paris, 1986, p. 13, traduzido para português com o título *Do texto à acção, ensaios de hermenêutica, II*, Rés. Ed., Porto,

1989, p. 25. A partir de agora referiremos este texto com a sigla *TA*

² RICOEUR, Paul, *Temps et récit, I*, Ed. du Seuil, Paris, 1983, traduzido para português com o título

Tempo e narrativa, tomo 1, Papirus Editora, Campinas, 1994. p. 70, tradução portuguesa, p. 70. A partir de agora referiremos este texto com a sigla *TR1*.

³ *TA*, p.218, tradução portuguesa p. 218.

dental e aquela no universal. No *mythos* encontramos a transposição da história para a poesia, ou seja, a passagem daquilo que é accidental, contingente e particular – a história que se baseia no mito tradicional – para o substancial necessário e universal – a poesia. O poema trágico ensina a ‘ver’ a vida humana «como» aquilo que o *mythos* nos mostra. Dito de outro modo, a *mimesis* constitui a dimensão «denotativa» do *mythos*.

Esta junção entre *mythos* e *mimesis* não é apenas obra da poesia trágica; simplesmente é mais fácil detectá-la aí porque, por um lado, o *mythos* toma a forma de uma ‘narrativa’ e a metaforicidade liga-se à intriga da fábula, e, porque, por outro lado, o referente é constituído pela acção humana a qual, pelo seu valor de motivação, possui uma certa afinidade com a estrutura narrativa. A junção entre *mythos* e *mimesis* é obra de toda a poesia”⁴. A subordinação do *mythos* à *mimesis* dá ao enredo, ou ordenação dos factos, um objectivo global, comparável ao da persuasão na retórica, porém, aqui explicitado pela categoria, não da persuasão, mas do verosímil⁵.

O domínio da Retórica é caracterizado pela arte da eloquência, da defesa, da deliberação, da repreensão e do elogio. Ou seja, a arte de utilizar a palavra tendo em vista a persuasão. Este domínio da eloquência persuasiva é o dos oradores de herança sofisticada, que na *Polis* manejavam com destreza a nova arma da democracia – a palavra. Esta arte de bem manejar a palavra no discurso oral, tem o poder de ultrapassar a situação real e lançar o auditório no universo do verosímil, através de uma “*techné* que tornava o discurso consciente de si mesmo e fazia da persuasão um objectivo distinto a alcançar através de uma estratégia específica”⁶. Esta técnica oferecia, a quem a dominasse bem, um poder que ultrapassava a própria palavra, na medida em que se tornava convincente por si e em si mesma, isto é, sem as coisas, dispondo dos homens ao dispor das palavras. Daqui que a palavra seja considerada uma arma. A arma de todo aquele que na praça pública, no tribunal ou na assembleia popular defendia uma causa, independentemente da verdade da mesma. Bastava a eloquência e a persuasão, por vezes vazias de veracidade mas plenas de verosimilhança. A retórica clássica transformou-se, por isso, numa arte de

⁴ RICOEUR, Paul, *La métaphore vive*, Ed. du Seuil, Paris, 1975, traduzido para português com o título *A metáfora viva*, intro de Miguel Baptista Pereira, trad. De Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães, Rés Ed., Porto, 1983, p. 308, tradução portuguesa, p. 364-365. A partir de agora referiremos este texto com a sigla *MV*.

⁵ Cf. *TRI*, p. 81, tradução portuguesa, p. 81.

⁶ *MV*, p. 14, tradução portuguesa, p. 15.

ilusão e de engenho, condenada por Platão em vários dos seus diálogos, de um modo especial no *Protágoras*, no *Górgias* e no *Fedro*. Nestes discursos a metáfora considerava a palavra como a unidade referencial fundamental. A metáfora, nesse domínio, era uma figura do discurso assente somente na palavra⁷.

É neste contexto que aparece a *Retórica* de Aristóteles que pretendeu “delimitar os usos legítimos da fala poderosa, forçar a linha que separa o uso do abuso, instituir filosoficamente os liames entre a esfera da validade da retórica e aquela em que a filosofia reina”⁸. É a tentativa de institucionalização da retórica a partir da filosofia, assente na ligação entre o conceito retórico de persuasão e o conceito lógico de verosímil.

Pelo exposto arriscamos afirmar que a *Poética* nos leva à *Retórica* ou “arte de bem falar”. A «arte de saber ordenar os factos de modo a que o seu encadeado produza uma narrativa verosímil e persuasiva» está ao serviço da «arte de bem falar» o que numa cidade-estado, politicamente regida por uma democracia, justifica a afirmação de que a «palavra era a arma da democracia» e dominar a palavra era ter Poder.

2ª Parte - O que é o poder?

Continuemos no rasto de Aristóteles e de Paul Ricoeur porém, desta vez, acompanhados por Adriano Moreira⁹ e por James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff¹⁰.

Para Aristóteles o “Homem é um animal político”. Esta afirmação contém em si toda a realidade política não apenas da cidade-estado, Atenas, do século III aC, mas de todas as cidades gregas que dela foram colónias, e ainda de todas as outras que, de um modo ou de outro, traziam na sua consciência colectiva a educação homérica.

⁷ Esta posição da retórica justifica a nota 3 que Marcelino AGÍS VILLAVARDE introduz no seu artigo “La metáfora en el discurso filosófico (El diálogo M. Heidegger – P. Ricoeur)”, in *Paideia*, Revista de filosofía y didáctica filosófica, Sociedad Española de profesores de filosofía, nº 25, Enero-Marzo, Madrid, 1994., pp. 79-101.

⁸ *MV*, p.16, tradução portuguesa, p. 17.

⁹ MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2005.

¹⁰ DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert L. Jr., *Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*, Gradiva,-Publicações, Lda, Lisboa, 2003.

“O Homem é um animal político” na medida em que a sua verdadeira e real humanidade se dá e se desenvolve na vida comunitária. Aqui, o indivíduo desaparece dando lugar à pessoa que, na *Pólis*, encontra tudo o que necessita para sobreviver enquanto ser humano e animal racional.

Como afirmámos, nesta *Pólis*, sobre a qual Aristóteles reflecte e onde a democracia é o regime político vigente, a palavra ganha toda a sua força pois, quer na Assembleia, quer no Tribunal, quer nos diferentes Comícios, a persuasão impõe-se como ordem radicada na lógica argumentativa, na retórica e no bem dizer. Quem domina a palavra e com ela esgrima argumentos verdadeiros ou verosímeis, detém o poder.

Poder, palavra forte cuja pujança lhe advém da semântica que a constitui. Poder, vocábulo que encerra vários mundos, diferentes horizontes, abrange fronteiras físicas e ideológicas, atravessa mares e rompe céus. O poder é, em nosso entender, o nó górdio da dimensão política entendida quer numa escala local, quer numa proporção global. A ele está intimamente associada uma vontade, individual, de grupo, povo, ou nação. Ora, o mundo da vontade é bem o mundo da tragédia grega na medida em que o poema trágico não é mais do que um conflito de vontades, a vontade dos deuses, a *moira*, e a vontade débil do herói que contra ela se levanta. Analogicamente vemos o âmbito do poder como um mundo trágico, o mundo trágico da política onde, instalado o conflito de vontades, a guerra aparece como um resultado imanente.

A vontade ou o querer é o domínio da acção humana que Ricoeur estuda na sua obra *Le volontaire et l'involontaire*, texto ao qual recorreremos para expor alguns pontos essenciais para a inteligibilidade dessa dimensão humana essencial para a detenção e exercício do poder.

O estudo fenomenológico da vontade coloca-nos na sua relação com a consciência. Ora, a descrição analítica das intencionalidades emaranhadas da consciência querente procura, nas formas do querido, a inteligibilidade do acto de querer. É esta análise descritiva que permite, a Ricoeur, descobrir na vontade as três estruturas do querer consoante a significação do seu respectivo correlato: o decidir, o agir e o consentir.

Decidir esclarece-se pelo estudo do seu objecto real – o «querido», isto é: o projecto. O projecto é assim entendido como “a acção no gerúndio, (...) no qual estou implicado (no acusativo) como aquele que fará e (no nominativo) como aquele que pode”¹¹. Porque o projecto é vazio, em termos de realização

¹¹ RICOEUR, Paul, *A l'école de la phénoménologie*, J. Vrin, Paris, 1987, p. 63. A partir de agora referiremos este texto pela sigla *Eph*.

do seu conteúdo, ele é o correlato do decidir. O decidir é assim o querer realizar um projecto e, querer aqui, é determinar-se, é um querer que obriga porque compromete quem assim quer. “Querer é obrigar-se a si próprio”¹², o que nos leva a concluir que a realização passa, necessariamente, pelo sujeito da decisão, quer este sujeito seja individual ou colectivo. Quando alguém decide, decide-**SE** a fazer qualquer coisa. Aqui, o reflexo denota a auto-implicação do sujeito na decisão consciente¹³. Esta responsabilidade do sujeito comprometido oferece à reflexão o fluxo vital da própria consciência que se transcende em direcção a uma obra a realizar¹⁴. O estudo das próprias correlações que a acção introduz esclarece o estudo do agir pois “um projecto é um irreal(...). A sua inscrição no real, pela acção, designa a segunda estrutura da vontade: a moção voluntária”¹⁵. O feito, o *pragma*, o já realizado, isto é, a acção cumprida efectivamente, que tem como correlato noético o agir.

O querer consiste ainda num visado, resíduo e funcionalidade do decidir e do agir, denominado “consentimento”. O consentimento é a situação existencial do ser humano, a sua condição de existir como ente “querente” no mundo¹⁶, sendo por isso o seu estudo regulado pelo da necessidade assumida activamente. Para a viabilidade do projecto e para a sua realização pelo agir, a vontade tem de concordar com a necessidade, a qual ele não pode, escolher, nem alterar, mas que faz parte das suas condições de existência. O consentir é, assim, a anuência do sujeito à finitude do querer, o que, contudo, não é impeditivo do aparecimento da revolta.

Este querer, que assim quer, está também ligado a aspectos “não queridos”, ou seja, aspectos involuntários, correlatos dos actos volitivos. Se, por um lado, o decidir está em relação com o projecto, por outro lado, não se pode dissociá-lo dos motivos¹⁷ justificativos da decisão que o afectam positiva ou nega-

¹² “Razão pela qual a filosofia medieval e até mesmo a clássica descreviam a decisão como um imperium”, in RICOEUR, Paul, *Philosophie de la volonté: I Le volontaire et l'involontaire*.

Aubier, Paris, 1950, 1988, p. 47. A partir de agora referiremos este texto pela sigla *VI*.

¹³ Cf. *VI*, p. 62.

¹⁴ *Eph*, p. 64.

¹⁵ *VI*, p. 10-11.

¹⁶ Cf. *Eph*, p. 65.

¹⁷ Os motivos são as razões de ordem intelectual e os resultados de juízos de valor que determinam o fim de uma acção. Para Ricoeur, esta valoração judicativa é a via de abertura, da descrição pura do acto de decidir, a uma ética. Veja-se a este respeito *VI*, p.

tivamente. Quando se afirma “eu [ou nós] decido [decidimos] isto porque...”, este porque invoca as motivações ou os motivos da decisão. Esta, uma vez tomada, implica uma acção que lhe seja correspondente. Pelo exposto se apreende que a vontade, individual ou colectiva, contém uma enorme importância para o estudo do poder.

No entender de Adriano Moreira o poder é por natureza “sempre uma relação”¹⁸. Poderíamos perguntar: relação de quê? A resposta viria em toda a sua força apontar-nos, exactamente, para a vontade. Tem poder aquele estado, aquela comunidade, aquele grupo ou aquela pessoa que possui os meios necessários para fazer impor, ou apenas impor, a sua vontade.

Por isso o poder é instrumental “o que também imediatamente evidencia que o poder não é uma coisa mensurável em termos quantitativos”¹⁹ mas está sempre relacionado com a razão prática onde a vontade determina transcendentalmente a acção. No entanto isso não implica afirmar esse poder como global pois o mesmo altera-se em função das diferentes variáveis que o enformam: situações, agentes, conflitos, interesses, etc. capazes de influenciarem, por seu turno a “balança de poderes”²⁰ ao nível internacional.

O poder não assumido universalmente como conceito ou ideia, mas adoptado instrumentalmente pode dividir-se em poder regional, nacional ou internacional, sendo os totalitarismos e autoritarismos caracterizados pelo exercício do poder instrumental sem qualquer relação ou referência ao direito natural, aos direitos originários do homem ou a valores absolutos²¹. A ignorância da denominada *dignidade do homem* é uma das características desses tipos de regimes políticos, completamente em oposição ao regime democrático, quando

64-75. Os motivos legitimam a acção e dão-lhe a marca de uma iniciativa particular. Os móviles são as razões de ordem afectiva tais como: necessidades, desejos, tendências... Em *L'Homme faillible*, nota 1, p. 68, Ricoeur afirma que, para a psicologia contemporânea a *motivação* cobre todo o campo das necessidades(-de) e das pulsões; assume ainda a noção de “motivação no sentido restrito de motivo do querer, logo na sua relação a um projecto, a uma obra “a fazer”, o que a linguagem comum exprime na relação do “porque”: eu decido-me a... porque ... A motivação, tomada neste preciso sentido, é uma estrutura da decisão voluntária”.

¹⁸ MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 248

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ DOUGHERTY, James E. e PFALZGRAFF, Robert L. Jr., *Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*, Gradiva-Publicações, Lda, Lisboa, 2003, p. 53 e sgts.

²¹ Cf. Idem, p.247

vivido na sua integridade original, no respeito pelas normas, regras e valores que dão forma a um determinado estilo de posicionamento político.

Na esteira de Adriano Moreira afirmamos que, de acordo com o conceito operacional de poder, as sociedades organizadas, no espaço ocidental, “evoluíram para um racionalismo expresso num sistema jurídico”²² onde as normas, as leis e as regras formam códigos práticos de conduta política no interior dos quais se desenvolve racionalmente o fenómeno político. Porém, qual a origem dessas normas, *nomoi*, que a razão apresenta estruturadas em diferentes teorias jurídicas do poder político?

Tentaremos responder a esta questão relacionando a *poiésis* com o Poder Político enquanto capacidade de criar as condições necessárias, as leis e as regras, para a emergência da verdadeira humanidade.

3ª Parte - Como cruzar *poiésis* com poder?

As leis que orientam uma sociedade geralmente possuem como seu ascendente directo o direito consuetudinário. Este, de geração em geração regulamentou as acções entre os homens até ao aparecimento dos códigos escritos, pressupostos de uma nova organização igualitária capaz de regulamentar a existência individual e colectiva da humanidade, sendo na verdade os romanos o povo que, de um modo mais directo, deixa como seu legado histórico, o direito.

É justamente no aparecimento da vida comunitária organizada que pensamos encontrar a dimensão *poiética* como suporte necessário e imperativo do poder político.

De modo a desenvolvermos a nossa reflexão apoiámo-nos em Aristóteles, Kant e Ricoeur e partimos do pressuposto que a vida em comunidade justifica a importância da faculdade humana da imaginação para o seu equilíbrio e conservação. A questão que se coloca é das mais simples de formular, basta uma palavra, e das mais difíceis de responder: porquê? A nossa resposta, eivada da convicção de que o ser humano é acima de tudo um “animal imagético” aponta-nos para a necessidade que existe de descobrir e de criar não só a comunidade mas sobretudo as condições para que os indivíduos que a habitam

²² MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 245

se transformem em cidadãos e cidadãs participativos(as), activos(as) e conscientes do seu papel na comunidade a que pertencem.

Deste modo iniciemos a nossa reflexão sobre os termos descobrir e criar.

Debrucemo-nos, em primeiro lugar sobre o termo **descobrir**.

Descobrir é retirar o que cobre de modo a que, o que estava coberto, possa ser visto. Por isso, o seu sinónimo mais próximo é exactamente revelar, e este implica o prazer do reconhecimento próprio do prazer da aprendizagem, pelo que pressupõe um conceito prospectivo de verdade, segundo o qual (...) [revelar] é reconhecer, (...) ²³.

Aristóteles, no *De Anima*, liga a imaginação ao desejo nos seguintes termos:” quando a imaginação se move ela só se move por desejo”²⁴. Porém este desejo é entendido como desejo de sabedoria ou conhecimento pois o conhecimento é compreendido como o acto supremo (*energeia*) capaz de realizar as nossas potencialidades (*dunamei*) humanas. Na medida em que o conhecimento é o que a todos os homens falta, o desejo de saber é o que nos move, ou seja, o desejo é a motivação para o conhecer. Ora é “a imaginação que comunica desejo do domínio material do apetite ao domínio mental da nossa inteligência”²⁵, a qual aspira ao conhecimento como um bem. Aristóteles desenvolve a elaboração desta noção na *Retórica* quando define o medo como uma experiência de dor que “provêm de uma imagem, *fantasma*, do mal ou do sofrimento pre-visto”²⁶ e o “amor como antecipação do bem que todo o mundo deseja”²⁷. Assim, e segundo Richard Kearney, cujo comentário nos parece aqui pertinente, a imaginação, em Aristóteles, “possui um papel central na orientação do comportamento: 'na regulamentação da conduta a fantasia é uma espécie de sensação fraca ajudando na deliberação da conduta certa através de figuras concretas que afectam o apetite’”²⁸. Interpretamos essas figuras concretas, no

²³ Cf *TRI*, p. 70, tradução portuguesa, p.70.

²⁴ ARISTÓTELES, *Da Alma*, 433a

²⁵ Idem, 433-4.

²⁶ Interessante de notar que, Ricoeur, na análise que faz em *Le volontaire et l'involontaire*, da dor e do prazer entende precisamente essas realidades na esteira de Aristóteles.

²⁷ ARISTÓTELES, *Retórica*, 1, 11, 17.

²⁸ KEARNEY, R. - *The Wake of Imagination*, p. 110, citando “M. W. Bundy, *The Theory of Imagination*, p. 22. See, for example, *Da Alma*, 427b, 21-4, where Aristotle

plano político, como sendo as normas, *nomoi*, necessárias à organização da vida em comunidade.

É, precisamente, este pressuposto que está na base da nossa convicção de que a descoberta das leis, das regras ou das normas é um acto criativo e por isso, *poiético*. Fazer leis não é propriamente uma escrita narrativa e de ficção de um romance ou de uma história, ou da História e da ciência, mas não deixa de ser um acto criador de uma realidade que se transpõe para uma dimensão jurídica de modo a que todos possam dela usufruir. Não estamos ao nível de afirmar se existem belas leis ou boas leis ou até se as leis podem ser simultaneamente boas e belas. Vislumbramos sim que a produção, a feitura, a construção de um código normativo encontra, na imaginação, a sua génese e a sua justificação.

O trabalho da imaginação é o de propor várias e diferentes hipóteses resolutivas de uma determinada situação social, económica, política, financeira, profissional, ou outra, de modo a que essa criação dê origem a uma regra ou lei capaz de orientar os cidadãos dentro dos limites de uma cidadania activa, balizada por princípios comuns. Descobrir é então o desvelar da produção em conhecimento do produzido. Só assim se entende o reconhecimento que é feito das leis, nomeadamente no *Críton*, por Platão. Aí, nesse texto, o reflectir sobre as leis não é mais do que o desvelar a importância genésica da regra, aceitá-la e respeitá-la. Porém se existe algo para ser descoberto ele terá de ser criado. Por isso, passamos a uma curta reflexão sobre o termo **criar**, de modo a tentarmos captar a sua importância para a inteligibilidade de uma “*Poiética do Poder*”.

De acordo com a primeira parte deste trabalho, *poiésis* é criar, produzir ou inventar. Ora inventar implica o próprio prazer que a aprendizagem descobre. Esta aprendizagem é, segundo Aristóteles, *mimesis*, imitação. Aristóteles afirma-o claramente quando no capítulo IV, da *Poética*, assevera: “O imitar é congénito no homem (...e, por imitação aprende as primeiras noções), e os homens se comprazem no imitado. Sinal disto é o que acontece na experiência: nós contemplamos com prazer as imagens mais exactas daquelas mesmas coisas que olhamos com repugnância, por exemplo, [as representações de] animais ferozes e [de] cadáveres. A causa é que o aprender não só muito apraz aos filósofos mas também, igualmente, aos demais homens se bem que menos participem dele. Efectivamente tal é o motivo porque se deleitam perante as imagens:

declares that 'in imagination we are like spectators looking dreadful or encouraging in a picture (*graphé*)', pp. 418-419.

olhando-as aprendem e discorrem sobre o que seja cada uma delas [e dirão], por exemplo, ‘este é tal’²⁹. Ricoeur traduz estas últimas linhas com um maior vigor explicitante daquilo que se entende por inteligibilidade poética. Escreve Ricoeur: “com efeito, se gostamos de ver imagens, é porque ao olhá-las, aprendemos a conhecer e concluimos sobre o que cada coisa é como quando dizemos: aquele, é ele”³⁰. Assim, o prazer do reconhecimento, próprio do prazer da aprendizagem, pressupõe um conceito prospectivo de verdade, segundo o qual inventar é reconhecer, no sentido de descobrir³¹.

Em Ricoeur o termo criar encontra-se ligado ao universo kantiano e à teoria do esquematismo, presente quer na inovação semântica da metáfora, quer no pôr-em-intriga da narrativa. Todavia, é justamente pela noção de criar, presente na obra de Ricoeur, falamos da década de oitenta, que se encontra a imaginação criadora com raízes na *Crítica da faculdade do juízo*. Aqui a imaginação esquematiza em liberdade, sem conceitos. Ela é um “‘poder criador’ de formas de intuições possíveis”³². A sua tarefa é livre. Livre das regras do entendimento em relação à natureza, e livre da razão em relação à liberdade prática. Este acordo das faculdades é precisamente livre e jogo, porque é uma relação posta a funcionar, em virtude do espírito, *Geist*, que “num sentido estético quer dizer o princípio de vivacidade do *Gēmut*”³³. Aqui o papel da imaginação não é *a posteriori*, reprodutora ou empírica, ela é *a priori*, inventora, criadora. A sua tarefa afigura-se impossível – criar. A imaginação deverá “expor numa intuição aquilo que por natureza nem é demonstrável mediante uma imagem intuitiva, nem é exponível num conceito determinado. Tais são as ideias da razão. Para a ideia da razão, a imaginação tem de criar uma intuição ou exposição sensível, a qual mantém a transcendência da ideia, não permitindo que esta se reduza a um mero conceito, ao mesmo tempo que, mesmo na sua forma intuitiva e sensível, exerce uma acção vitalizadora sobre a própria razão, pondo-a em movimento e ‘dando muito que pensar’. O produto dessa criação é a ‘ideia estética’”³⁴. Na *Crítica da faculdade do juízo* são várias as passagens que nos dão esta nova concepção da imaginação como faculdade criadora, como poder inventivo e

²⁹ ARISTÓTELES, *Poética*, 1448 b 5-16.

³⁰ *TRI*, p. 68, tradução portuguesa, p.68.

³¹ Cf idem, p. 70, idem, p.70.

³² SANTOS, Leonel Ribeiro dos, *A razão sensível, estudos kantianos*, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1994, p.31.

³³ KANT, *Crítica da faculdade do juízo*, § 49, 9, 143.

³⁴ Idem, *ibidem*.

espontâneo. A imaginação nesta capacidade de criar, tem uma intencionalidade meramente subjectiva, regulativa e reflexionante, presente na capacidade inventiva do criador. Inventar é criar.

Pelo exposto, em Aristóteles, em Ricoeur e em Kant, será que a “*Poiética do Poder*” não aparece pelo cruzamento de dois eixos cruciais na vida das comunidades, a estética e a política, levando-nos a compreender que a geração do querer, da vontade, se encontra na imaginação e nesta a justificação do poder?

Atevemo-nos a responder concluindo que a imaginação é a dimensão subjacente e fundante do poder auto-criador do homem. É o poder de fomentar a auto-compreensão mediada pela cultura. É a dimensão humana criadora da identidade pessoal e/ou colectiva, capaz de inventar as normas, regras ou leis, organizadoras das comunidades e identificadoras do existir como esforço e desejo de ser, “de viver bem, com e para os outros, no seio de instituições justas”³⁵.

³⁵RICOEUR, Paul, *Réflexion faite, autobiographie intellectuelle*, Ed. Esprit, Paris, 1995. p.80, traduzido para português com o título *Da metafísica à moral*, Instituto Piaget, Lisboa, 1995, p. 133.

Maria das Graças Andrade Ataide de Almeida

**DISCURSO E CENSURA: A RESISTÊNCIA VIGIADA PRESENTE NOS ARQUIVOS
DA DOPS-PE (1935-1945)**

A deflagração do Estado Novo no Brasil em 1937, vê emergir um estado de vigilância e censura na sociedade. Uma terrífica aliança¹ entre o Estado e a Igreja Católica, gestada desde novembro de 1935, quando os comunistas tentam tomar o poder, permite ir sendo construída uma “verdade autoritária” onde qualquer tipo de resistência é tratada como manifestação dos “inimigos da pátria”. A Delegacia de Ordem Política e Social, criada em 1935, torna-se no Estado Novo a guardiã da ordem do novo regime.

A produção do discurso policial tem um duplo aspecto: constrói a imagem dos banidos do regime, “enkistadores” da desordem, que estariam tramando contra o Estado, e trás à tona a voz da resistência, silenciada pela censura². Esta documentação revela os bastidores da resistência, num regime que *a priori* se apresenta como monolítico, sem fissuras.

Concomitante ao discurso policial, a imprensa laica e religiosa no Brasil³, investe num discurso anti-comunista, onde a parcela da população acusada

¹ Sobre a temática vide: ALMEIDA, M. das Graças Ataide. “As relações entre o Poder Político e o Poder religioso, no Estado Novo, em Pernambuco”. In CATANI, A. (org) *América Latina e Caribe e os desafios da nova ordem mundial*. São Paulo: EDUSP/PROLAM, 1998.

² Orlandi, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 1999

³ Almeida, M das G. A. A México em *Sangue: a construção da imagem do comunista pela imprensa*, nos anos 20, no Brasil. AAus/Dinamarca: Clas?Universidade de AAus, 2001

de ideologias “exóticas” é apontada como indesejável, através de um discurso que colabora para construir no imaginário⁴ coletivo uma imagem do comunista como, mentiroso, apátrida, ateu, sem sentimentos, avesso à família e essencialmente pertencendo a uma rede conspiratória, organizada. Lembramos aqui Girardet quando afirma que nestas construções de imaginários políticos,

impõem-se em primeiro lugar a imagem temível e temida da Organização. O segredo constitui a primeira de suas características (...) Os cúmplices estão ligados entre si pelo juramento do silêncio, e um castigo inexorável não poderia deixar de atingir aquele que ousasse traí-lo.⁵

Nessa rede conspiratória, a figura da mulher comunista emerge num discurso maniqueísta, onde os arquétipos e estereótipos acerca do papel pré-determinado para a mulher vai de encontro à imagem construída de uma mulher fria, indiferente à maternidade, protótipo da mulher comunista. O discurso da imprensa que veicula imagens de mulheres indo para o *front* na guerra civil espanhola, independentes, livres e avessas aos códigos de família, se completa com o discurso produzido pela *práxis* da vigilância policial.

O objetivo desta comunicação é analisar a dupla face da produção do discurso: da imprensa e da polícia política, construindo a imagem do comunista, apontado como o cidadão sob suspeita, banidos do regime, “enkistadores” da desordem, que estariam tramando contra o Estado. Esta produção de discurso da repressão, à medida que é desconstruído, trás à tona a voz da resistência, silenciada pela censura.

Esta resistência, objeto deste estudo, se apresenta na figura política de Adalgisa Cavalcanti⁶, militante comunista, atuante nas duas ditaduras que o Brasil viveu, tanto a varguista nas décadas de 30 e 40, como a militar, no pós-64. Adalgisa nasceu em 1905, no interior de Pernambuco e faleceu em Recife 1997. Foi vereadora e a primeira deputada mulher na Assembléia Legislativa do estado. Teve contato com literatura comunista em 1934, influenciada pela Coluna Prestes. Foi presa pela primeira vez em 1936 e somou cerca de 20 prisões nas duas ditaduras. Casou-se em 1922, não teve filhos e seu marido não

⁴ Baczo, B. “Imaginação Social”. In *Enciclopedia Einaudi*. Porto/Portugal: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1986, v. 5, p 310

⁵ Girardet, R. *Mitos e Mitologias Políticas*. SP: Cia. das Letras, 1989 p. 34

⁶ Um breve relato biográfico de Adalgisa Cavalcanti foi realizado por Luzilá Gonçalves Ferreira. *Presença Feminina*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2002

era ativista político, todavia respeitava sua atuação. Visitou a então União Soviética e foi companheira de partido, do PCB, de Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra entre outros. Morreu em 1997, esquecida pela memória do partido.⁷

A opção por estudar uma mulher e uma mulher desconhecida, presença anônima no acervo do arquivo da DOPS-Pe, nos dá a possibilidade de perceber o silêncio dos arquivos acerca das mulheres, do papel desempenhados por estas mulheres, essencialmente no século XIX e primeira metade do século XX. M. Perrot sintetiza bem estes silêncios da história acerca da mulher:

A cidade do século 19 é um espaço sexuado. As mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função singular a fortuna e a posição de seu marido. Protagonistas no verdadeiro sentido da palavra, elas desfilam nos salões, no teatro ou no passeio, e é por suas roupas que os cronistas se interessam (...) Quanto às mulheres do povo, fala-se delas somente quando seus murmúrios inquietam em caso de pão caro, quando fazem algazarra contra comerciantes ou os senhorios, quando ameaçam subverter a ordem com sua violência, uma passeata de grevistas.⁸

O discurso policial aponta Adalgisa como uma mulher “ sem coração, que deveria estar fazendo crochê na cadeira de balanço fazendo companhia a seu marido”.⁹ Este discurso vem de encontro aos estudos de B. Bazcko, acerca do imaginário social na distribuição dos papéis, na rede de sociabilidade:

através de seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’.¹⁰

O acervo presente nos arquivos da polícia política da Era Vargas representa um material riquíssimo acerca dos sentidos construídos sobre a mulher e

⁷ Entrevistas concedida por sua sobrinha e herdeira Luciene de Freitas Brito e por sua afilhada Maria em setembro de 2006

⁸ Perrot, M. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru/SP:EDUSC,2005, p 34

⁹ *Prontuário individual DOPS:Pe*, No. 5306.

¹⁰ BACZKO, B. “Imaginação Social”. op. cit. p 309/310

seu papel social nos anos 30 e 40. Aberta ao público desde 1991¹¹, os acervos das Delegacias de Ordem Social e Política – DOPS – do Brasil inteiro, foram confiados à guarda dos estados, e representam hoje uma rica documentação da forma como o Estado exerceu uma atitude de vigilância e controle sobre os passos de indivíduos que tiveram sua cidadania cerceada, não somente no autoritarismo varguista, como também na ditadura militar de 1964.

Em Pernambuco, nas décadas de 30 e 40 do século XX, recorte de tempo dado para este trabalho, aliado ao discurso da imprensa anticomunista, o cotidiano dos comunistas é objeto de averiguações e controle, desde o exercício das atividades profissionais, do lazer, da vida cultural, ao cotidiano privado. Nada escapa à vigilância policial, do público ao privado tudo está sob o olhar do Estado através do braço longo da polícia. A documentação da DOPS-Pe é extremamente reveladora da forma como os cidadãos e as instituições foram objeto de controle por parte do Estado autoritário. Na medida em que a vida da comunidade civil é esquadrinhada, brota deste discurso uma riqueza e sutileza de detalhes sobre este cotidiano, dando ao historiador condições de reconstruir parte desta história vigiada. Esta documentação revela os bastidores da resistência, num regime que *a priori* se apresenta como monolítico, sem fissuras.

O olhar vigilante da DOPS sobre o cotidiano de pessoas extraordinárias¹²

É no cotidiano onde a vida se apresenta como é, daí que o cotidiano é o espaço das grandes descobertas e das grandes transformações. O estudo da vida cotidiana de qualquer grupo social é revelador, porque como conceitua Kosic, a cotidianidade é o

 mundo da intimidade, da familiaridade e das ações banais. A morte, as doenças, o nascimento, os êxitos e as derrotas constituem os acontecimentos calculados da vida de cada dia. Nesta o indivíduo cria para si relações, baseado na própria experiência, nas próprias possibilidades, na

¹¹ Ver o trabalho de Rose, R.S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. SP:Cia. Das Letras, 2001

¹²Utilizamos esta expressão de Hobsbawm, E. em sua obra *Pessoas Extraordinárias*.SP: Paz e Terra, 2005, p 7

própria atividade, e daí considerar esta realidade como o seu próprio mundo¹³.

Analisar o discurso acerca do cotidiano de pessoas comuns, as quais Hobsbawm cognomina de pessoas extraordinárias, por sua singularidade, foi nossa opção metodológica ao elegermos a vida de Adalgisa Cavalcanti, como mulher e ativista política, em duas ditaduras.

Conceituando o significado da escolha em estudar o anônimo, o sujeito esquecido, Hobsbawm vê a singularidade de estudos pautado por este prisma:

suas vidas têm tanto interesse quanto a sua ou a minha, mesmo que ninguém tenha escrito sobre elas. Minha questão diz respeito, antes, a que *coletivamente*, se não como indivíduos, esses homens e mulheres são os principais atores da história. O que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar, e mudou, a cultura e o perfil da história, e mais do que nunca no século XX.¹⁴

Portanto, o controle exercido pela DOPS-Pe sobre os cidadãos sob suspeita, gerou uma rica documentação, reveladora do dia a dia naqueles tempos difíceis. A polícia política controlava todos os suspeitos de pertencerem ao credo vermelho, e apreensão de cartas, listas de sócios de associações, gerou uma farta documentação pertencente aos comunistas, reveladora do cotidiano daquelas pessoas comuns que deram suas vidas na resistência aos momentos de exceção que o Brasil viveu.¹⁵

Através deste acervo é possível reconstituir parte da trajetória da resistência em Pernambuco, tanto da *práxis* dos sujeitos envolvidos como das atividades de associações de resistência. A análise do discurso dos relatórios policiais mostra a construção estereotipada da imagem do comunista: o “outro” suspeito, nocivo à sociedade. Como a ideologia se materializa no discurso¹⁶, fica expresso neste discurso o ideário que tem como marca a retórica da alteridade. As condições de produção deste discurso anti-comunista são reveladoras

¹³ Kosik, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, p.80

¹⁴ Hobsbawm, E. *Pessoas Extraordinárias*. SP: Paz e Terra, 2005, p 7

¹⁵ Almeida, M. das G. A. “A. Memória, identidade e ordem no varguismo: a DOPS e a construção da imagem do cidadão sob suspeita no Brasil dos anos 30 e 40”. In Lemos, M. Teresa Toribio Brittes, et all. (org) *Brasil: espaço, memória, identidade*. Warsóvia: Centro de Estudos Latino-Americanos CESLA/Univ. de Varsóvia, 2001

¹⁶ Orlandi, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Op. Cit.

da influência da literatura anticomunista e católica¹⁷. O imaginário construído que emerge esta produção de discursos é revelador da importância de nos utilizarmos deste aporte teórico para a desconstrução e processo de interpretação do discurso:

o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas numa linguagem.¹⁸

O olhar vigilante da polícia política de Getúlio Vargas esteve atento á vida cotidiana de Adalgisa Cavalcanti, desde suas atividades mais simples, como ir às compras de frutas e verduras no mercado público do bairro (São José) aos seus encontros no privado de sua residência ao espaço público da comunidade política. Os eventos culturais, as conferências, as discussões sobre o que ocorria na Europa, enfim, do cotidiano simples ao sofisticado, pairava a regra da suspeição e da vigilância. O teor do discurso presente nos relatórios policiais têm o mesmo fio condutor ao mapear e apreender o cotidiano de Adalgisa:

Tenho a informar que às 6:40 da manhã, a mesma saiu de casa com destino ao Mercado de São José fazendo várias compras e voltando às 8 horas. À tarde do mesmo dia saiu às 16 horas com destino ao centro da cidade, pelas ruas das Calçadas, Direita, Beco do Veado, Camboa do Carmo e Rua Nova, subindo no Edf. Sto Albino precisamente às 16:30 horas (.....) Por volta das 18 horas a Sra. Adalgisa desceu do edifício com destino as ruas Praça Dantas Barreto, do Carmo e Sta. Teresinha, palestrando por alguns minutos com um elemento de cabeça branca, alvo e forte, em frente à casa de número 140 daquela rua, possivelmente dono ou encarregado da casa acima. Em seguida retornou (...) passando para a Rua Direita, Trav. Do Sirigado, rua das Calçadas retornando a sua residência. Às 19,15 me retirei sem registrar mais ocorrências, passando o plantão para o outro a fazer a campana.¹⁹

¹⁷ Sobre a temática vide MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978

¹⁸ BACZCO, B. “Imaginação Social”. In *Enciclopedia Einaudi*. Op. Cit. P 311

¹⁹ *Prontuário individual DOPS:Pe*, No 5306

Tornava-se tarefa difícil escapar ao “olhar” policial. Esses relatórios policiais da DOPS-Pe, mostram que a vigilância era revezada de 6 em 6 horas, raras vezes como no documento acima, o investigador trabalhava 12 horas. O público e o privado no cotidiano da vida de Adalgisa estava sob a égide da polícia política. O movimento da casa número 174 da rua do Nogueira era vigiado. Os relatórios apontavam todas as pessoas que entravam e saíam, esperava-se que as luzes se apagassem para então terminar o relatório com a frase “as luzes se apagaram e todos foram dormir”.²⁰ Na escapava aos relatórios de um investigador “acampanado” ou infiltrado.

O espectro do comunismo que assolava a sociedade brasileira, apontava para os comunistas como diabólicos e representantes do anticristo. A ressignificação deste discurso era mediado pelos medos, construídos no imaginário popular contra a ideologia marxista, que faziam e fazem ainda parte de uma parcela considerável da população brasileira. Podemos perceber a resposta da população á este discurso anticomunista, pela circularidade, em Recife de artigos e opúsculos, como também pelas manifestações coletiva de religiosidade e de caráter cultural que acontecem neste período. Lembramos aqui P. Bourdieu²³ quando trabalha a relevância do discurso profético em momentos de crise do Estado, e como este último se apropria do discurso sagrado, para dar legitimidade ao seu discurso. Assim, as duas formações discursivas, a da imprensa e a policial, traziam como fio condutor a retórica da intolerância, a suspeição, construção do “outro” estereotipado, onde os arquetipos e os símbolos presentes neste discurso autoritário, apontam para um grupo social que deve ser extirpado da sociedade e antes de tudo deve estar sob a égide da vigilância e suspeição.

Buscar a visibilidade da mulher dos anos 20 e 30 nos arquivos policiais nos proporcionou perceber o que Perrot²¹ chama de “o olhar dos homens sobre os homens”, quando os arquivos públicos silenciam as mulheres. Desconstruir o discurso policial sobre Adalgisa Cavalcanti nos permitiu compreender o interdiscurso presente na sociedade acerca da mulher, pleno de estereótipos arquétipos apontando o lugar e o papel social que a mulher deveria desempenhar. Ao mesmo tempo também que nos proporcionou dar voz a uma mulher anônima, numa época em o silêncio imputado às mulheres representava “Disciplina do

²⁰ *Prontuário individual DOPS:Pe*, No 5306

²¹ Perrot, M. *As mulheres e os silêncios da história*. op. cit. P.35

mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social, familiar – as paredes da casa abafam os gritos das mulheres e das crianças agredidas –, pessoal.²²”

Os textos, na análise de discurso, assumem uma importância crucial, na medida em que é através dos textos, remetidos ao discurso estudado, que poderemos compreender o significado e os sentidos do discurso. Trabalhando a relevância do texto, Foucault afirma que a análise do discurso “mostra-nos como os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significações que podem ser comuns a toda uma época”²³. Neste sentido o discurso que compõe o prontuário individual de Adalgisa Cavancanti, dá voz aos silêncios sobre a história das mulheres e lança luz a um período nebuloso da história do Brasil, quando a cidadania e os direitos humanos foram cerceados.

²² Idem, p10

²³ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 137.

Elizabeth Cancelli*

**MAL-ESTAR DE ESCREVER
MEMÓRIAS DE CÁRCERE EM TEMPOS DE DITADURA E DE GUERRA FRIA**

Começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.

(Graciliano Ramos)

Em 1981, um dos mais importantes críticos literários brasileiros e também escritor, Silviano Santiago, publicou seu romance *Em liberdade*, um pseudodiário de Graciliano Ramos, festejado autor brasileiro também por seu livro *Memórias do Cárcere*. Os manuscritos originais de *Em liberdade*, explica Silviano Santiago, teriam sido entregues por Graciliano a um amigo de longa data, em 1946, logo após a renúncia de Vargas e o final do Estado Novo.

A estratégia do livro de Santiago, não é propriamente original. Trata-se da história de um diário inventado, como o fez, em 1996, alguns anos mais tarde, o dinamarquês Jostein Gaarder, que supostamente teria achado a carta original da concubina de Agostinho, Flora Emília, em um sebo de Buenos

* Esta pesquisa contou com financiamento do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Aires¹. A Santiago, teriam sido entregues os originais do livro de Graciliano por um amigo portador secreto do manuscrito, logo após a morte de Ramos. Graciliano, arrependido do manuscrito, havia solicitado sua destruição.

Em liberdade segue assim a narrativa de um diário, mas de um diário ficcionado. Seriam os primeiros dias e as primeiras impressões de Graciliano Ramos após sua libertação, no Rio de Janeiro, do calvário das prisões a que fora submetido durante a Era Vargas, vítima, como tantas outras, da polícia de Getúlio.

Silviano Santiago preencheria aqui uma espécie de lacuna deixada pelo velho Graça, como Graciliano era carinhosamente chamado: discorria sobre as sensações de liberdade que tivera logo após ter sido libertado do cárcere, em 1937. Estas sensações de liberdade seriam justamente o tema que deveria ter composto o último capítulo dos dois volumes de *Memórias do Cárcere* que Graciliano Ramos pretendia escrever, se a morte não o tivesse encontrado antes².

É interessante como Silviano Santiago compõe o seu romance. Ele é uma espécie de (re)escritura em exercício de pentimento: segue à procura dos vestígios de uma composição que não era a sua, mas que teria se tornado visível com o passar do tempo, por debaixo das camadas de tinta que a história foi encobrendo. Silviano persegue minúcias da vida de Graciliano Ramos e faz um lembrar quase suave do cárcere, de seus algozes e de suas vítimas; uma lembrança acobertada pela delicadeza, posto que imersa por uma atmosfera de necessidade de liberdade que o escritor sentia na cidade do Rio de Janeiro.

No decorrer das 253 páginas do livro, é uma constante a hesitação da agora personagem de ficção literária, Graciliano, em falar da prisão. Esta hesitação que movimentava a personagem é Silviano Santiago quem constrói, como se fora Graciliano Ramos:

Toda e qualquer política que repousa sobre a prisão e o ressentimento conduz a nada, no máximo a uma ideologia de crucificados e mártires, que terminam por ser os fracassados heróis da causa.

¹ GAARDER, Jostein. *Vita Brevis: a carta de Flora Emilia para Aurélio Agostinho*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

² Vide a este respeito as considerações sobre o projeto do último capítulo de *Memórias do Cárcere* dadas por Ricardo Ramos, filho de Graciliano, na Explicação Final. Cf. RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987. p 317-319

Livrar-me do raciocínio que considera a experiência como positiva para a luta política não significa cair em raciocínio oposto: aceitá-la como negativa para a minha individualidade no campo social. Nem positiva para mim enquanto homem político, nem negativa para a mim enquanto cidadão. Qualquer aproveitamento político da prisão é sinal de imaturidade no plano psicológico e de fraqueza no campo partidário: nada se constrói sobre os pilares da perseguição³.

O livro de Silviano Santiago, escrito às vésperas do final da ditadura militar brasileira, foi uma espécie de desabafo contra a prisão de seu irmão Haroldo e da letargia da família em mover-se para tirá-lo de lá. Silviano deixa transparecer sua impotência diante da ditadura militar, e se volta para este exercício de retorno ao tempo para falar de uma outra ditadura, a de Vargas.

Em 1937, ano em que se ambienta o diário, Graciliano fora finalmente solto, apesar dos ventos gélidos e ásperos anunciarem a chegada do Estado Novo. Era três de janeiro quando as portas do cárcere lhe foram abertas. Graciliano havia sido preso, em 1936, sem qualquer denúncia formal sobre sua participação no levante comunista de 1935. Silviano fala agora deste tempo, através da fabulação de um diário repleto de vestígios de vida e de hesitação. O que poderia estar rememorando este fictício diário?

Graciliano, além de reconhecido como grande escritor, evidentemente tornara-se uma espécie ícone de independência literária. A publicação póstuma de *Memórias do Cárcere*, mesmo que apenas em 1953⁴, publicizou no Brasil a chaga aberta que as prisões da Era Vargas haviam cravado no autor e na vida política brasileira. Mas havia-se passado cerca de 16 anos para que elas pudessem aparecer e, mesmo assim, o livro não fora concluído. Graciliano morreria antes de (de)escrever o último capítulo. Na verdade, já desenganado pelos médicos, ele dera prioridade a um novo projeto literário: registrar suas impressões sobre a viagem que fizera à Tchecoslováquia e à União Soviética, entre abril e junho de 1952. *Viagem*, lançado em 1954, jamais alcançaria a repercussão do livro inacabado. Suas *Memórias do Cárcere* tornar-se-iam o relato mais dramático sobre a desumanidade das prisões do regime inaugurado por Vargas

³ SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p 57

⁴ *Caetés* era de 1933; *São Bernardo*, de 1934; *Angústia*, de 1936; *Vidas Secas*, de 1938.

em 1930. Do mesmo Vargas⁵ que cometeria suicídio um ano e cinco meses após a morte de Graça, em 20 de março de 1953.

Uma indagação principal aparece no livro de Silviano Santiago sobre esta fictícia rememoração: seria possível a Graciliano ser novamente um homem livre depois da experiência da prisão? Seria possível haver libertação?

Silviano Santiago contempla neste diário a dificuldade do autor em dizer do indizível, em reviver a dor. É sintomático o início do diário com o uso de uma suposta epígrafe do próprio Graciliano, retirada de seu livro *Angústia*:

Não sou um rato. Não quero ser um rato⁶.

Santiago trabalha seu diário em dois tempos: o da ditadura de Vargas e o da ditadura militar. De ambas traz notícias, e de ambas faz com que pulule o tempo todo no diário a luta contra este “sentimento de ser rato”. Aparentemente, trabalha as ditaduras pela rememoração de que elas são não a obra do diabo, mas a face escancarada e corriqueira da conduta humana, de sua miséria.

Trata-se de uma tensão aberta pelo livro de Santiago. Graciliano, que reluta em falar do horror, quer se sentir em liberdade, liberdade inclusive de seu corpo e de suas memórias⁷. Se a cabeça estiver aberta e os músculos soltos, ele diz no diário ter certeza de que lhe brotaria um novo tipo de inteligência. “Teria uma concepção mais acurada da realidade e dos homens, porque a percepção que teria da realidade não traria a marca do ressentimento inspirado pela carne que não se sente bem no mundo, recobrando-o de um espesso véu roxo de infelicidade, como fazem as imagens dos santos na igreja, durante a Semana Santa”⁸. Enfim, não faria mais a “análise crítica do homem a partir da tristeza. Seria outra pessoa, em paz com o mundo e com os homens. De cabeça aberta⁹: num verdadeiro exercício de libertação.

Torna-se evidente no livro de Santiago a (re)escritura sobre a vacilação pessoal e política de Graciliano em falar da dor do arbítrio. A recomposição das minúcias de vida do autor, o tempo que levou para deparar-se com a empreitada de escrever suas *Memórias do Cárcere* teriam levado Graciliano ao encontro deste triste vacilo: o de lembrar o que se quer esquecer.

⁵ Getúlio Vargas morreu em 24 de agosto de 1954.

⁶ SANTIAGO, Silviano. *Op.cit.* p 17.

⁷ Idem, *ibidem.* p. 98

⁸ Idem, *ibidem.* p. 188

⁹ Idem, *ibidem.* p. 189

Dizendo precisar manter a família, por exemplo, depois de ter passado aqueles 10 meses e 11 dias de prisão, Graciliano acabaria como colaborador da revista *Cultura Política*, órgão oficial do Estado Novo ligado ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), dirigida por Almir de Andrade¹⁰.

A diretriz da *Cultura Política* era passar em revista os estudos brasileiros, especialmente os estudos das transformações socioeconômicas do país. Como a tônica da questão social, e da miséria, havia tomado os espaços da política no séc. XX, no Brasil e fora dele¹¹, além dos intelectuais orgânicos do regime – como o próprio Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lorival Fontes e Cassiano Ricardo – autores ligados a correntes liberais e de esquerda, inclusive ao Partido Comunista, também participavam como colaboradores da mais importante publicação intelectual da Era Vargas. Graciliano Ramos, na companhia de Nelson Werneck Sodré, Marques Rabelo, Luiz da Câmara Cascudo, Herberto Sales, Guerreiros Ramos, Peregrino Junior e Gilberto Freyre, tornar-se-ia assíduo colaborador entre 1941 e 1944. A ênfase de seus escritos: a vida sertaneja. Seu trabalho principal, *Quadros e costumes do Nordeste*¹².

¹⁰ Graciliano Ramos foi nomeado Inspetor Federal do Ensino secundário no Distrito Federal em 1939. Trabalhava também como jornalista no *Correio da Manhã*.

¹¹ Vide a respeito dois estudos sobre o sucumbir da esfera pública frente às questões sociais: ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, especialmente o II capítulo; e FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p 277-293.

¹² RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do Nordeste II. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 2; Quadros e costumes do Nordeste III. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 3; Quadros e costumes do Nordeste IV. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 4; Quadros e costumes do Nordeste V. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 5; Quadros e costumes do Nordeste VI. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 6; Quadros e costumes do Nordeste VII. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 7; Quadros e costumes do Nordeste VIII. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 8. Quadros e costumes do Nordeste X. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 8; Quadros e costumes do Nordeste XI. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 9; Quadros e costumes do Nordeste XII. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 10. Quadros e costumes do Nordeste XIII. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 11. Quadros e costumes do Nordeste XVI. In: *Cultura Política*. Ano 2, n. 14. Além deles, Está aberta a sessão do júri. In: *Cultura Política*. Ano 3, n. 23, Uma visita inconveniente. In: *Cultura Política*. Ano 2, n. 20; A viúva Lacerda. In: *Cultura Política*. Ano 4, n. 39; A decadência de um senhor de engenho (Nordeste). In: *Cultura Política*. Ano 2, n. 17; Recordações duma indústria morta. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 44; Booker Washington. In: *Cultura Política*. Ano 4, n. 40. Cf.: PEÇANHA, Michelle dos Reis et alli. Os intelectuais e o Estado Novo: um estudo sobre o nacionalismo nas páginas da revista *Cultura Política* (1941-1945). In: <http://www.newtonpaiva.br>, acesso em 18 de outubro de 2007.

Vítima do regime e ao mesmo tempo protagonista das preocupações sociais do mesmo regime, estar agora “em liberdade, na capital da República, expunha duplamente a vida de Graciliano Ramos. De um lado, o reconhecimento da existência de uma ditadura e de sua polícia desumanizada, o “nosso pequenino fascismo tupinambá”, dizia ele¹³; de outro, a crença de que havia um espaço de justiça a ser buscado: o do reconhecimento de perseguições injustas (como sempre fora reivindicado pelo próprio Graciliano, já que na época do encarceramento ele nem mesmo era um comunista, como o acusaram ao ser preso) e de um regime preocupado com as agruras de um povo nobre e sofrido, que, de tão miserável, não poderia “ainda” viver em democracia.

Estaria aí, neste debruçar-se sobre a miséria, a tentativa de Graciliano Ramos de dar sentido ao que não tem sentido; de reparar injustiças, inclusive a que acontecera com ele próprio?

Esta busca de justiça contínua, impotente, perseverante, sofrida, praticamente impossível, ressentida, como tanto alude Silviano Santiago, seria a justificativa pelas vacilações de Graciliano Ramos em finalmente escrever suas *Memórias do Cárcere*?

Seria ainda esta busca por justiça a explicação encontrada por Graciliano para sua colaboração na *Cultura e Política*? Era ela a razão para a adesão, em 1945, ao seu Partido Comunista¹⁴ ou a justificativa do PC para a campanha pela manutenção de Getúlio Vargas no poder¹⁵ – o *Queremismo* –, apesar do arbítrio, da tortura e da morte provocados pelo Regime?

Em sua colaboração para a *Cultura Política*, Graciliano batia mais uma vez na tecla da escassez de recursos da vida miserável das populações nordestinas em um mundo “capitalista periférico”, viciado pela política. A questão social, portanto, carregava no pincelamento de um mundo que atribuía uma espécie de glorificação deste homem sertanejo vítima da miséria e dos vícios políticos. Na apresentação do primeiro e do segundo números de seu trabalho na *Cultura Política*, as notas de cabeçalho não hesitam em apresentar Graci-

¹³ Vide MORAES, Dênis. *Graciliano Ramos, literatura e engajamento*. In: www.lainsignia.org/2006/septiembre, acesso em 7 de fevereiro de 2008.

¹⁴ A filiação de Ramos ao PC é de 1945.

¹⁵ Do slogan “Queremos Getúlio”. Campanha que reivindicava, tendo em vista o esgotamento político do Estado Novo, o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. No caso de serem confirmadas as eleições, queriam Vargas como candidato.

liano Ramos como um dos grandes intelectuais brasileiros engajados na luta pela inovação civilizadora inaugurada em 1930:

O sistema eleitoral da Primeira República criou, no interior do Brasil, curiosos tipos de caudilhos. Em torno deles girava a vida estadual e municipal. Todo um grupo de interesses pessoais se organiza em redor dessas figuras, que comandam os negócios sociais. Cada uma delas podia repetir a frase simbólica de Luiz XIV: “L’etat c’est moi”. E era mesmo. Depois de novembro de 1937, as coisas mudaram de rumo. Essas figuras caíram, se apagaram, se dissolveram na onda revolucionária que introduziu novos costumes e novos métodos de conduzir a vida regional. Em sua crônica de hoje, o autor procura fixar esses tipos, encarado na pessoa de uma mulher. Era comum as pessoas manipularem tiranicamente os negócios do Estado. Elas faziam nomeações, derrubavam prefeitos, elaboravam leis, faziam da administração pública, uma continuação do seu “boudir”. O caudilhismo feminino provocava manifestações curiosas na vida pública do Nordeste Brasileiro. E é a pena segura de um dos maiores romancistas do Brasil de hoje que nos vai pintar, em novas palavras, esse quadro tão familiar aos que conheceram o Nordeste há alguns anos atrás.¹⁶

Assim como nos discursos de Getúlio Vargas, a ênfase de Graciliano era procurar um presente e um futuro onde as questões de infra-estrutura material seriam determinantes e livres dos injustos interesses políticos.

No que diz respeito à sensibilidade com os oprimidos e ao empenho em prol da questão social, especialmente como a mais importante questão política, estaria Vargas redimido?

¹⁶ RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do Nordeste II. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 2, 1941. p 236. Quanto ao primeiro texto de apresentação que a *Cultura Política* fez, introduzindo Graciliano Ramos, sob o título de *A vida social no Brasil*, podemos ler: “Escritor e romancista consagrado entre os melhores do Brasil de hoje, tendo enriquecido a nossa literatura de ficção com oras fortes e cheias de personalidade como “São Bernardo”, “Vidas Secas”, “Caetés”, e com numerosos contos que se publicam incessantemente nos grandes jornais da capital da República e dos Estados – o autor dessa crônica tomou ao seu encargo fixar costumes da região do Brasil onde nasceu e viveu mais de trinta anos: O Nordeste. Neste número inaugural, ele nos dá um flagrante da grande festa popular – o Carnaval – tal como ocorre nas cidades do interior nordestino. É um pequeno pedaço desse Brasil que ainda foge do ímpeto inovador da civilização litorânea desse Brasil tão distante e tão grande. Cf.: RAMOS, Graciliano. Quadros e costumes do Nordeste II. In: *Cultura Política*. Ano 1, n. 1, 1941. p 236.

Em 26 de novembro de 1945, num inflamado discurso na Cidade de Recife, Luiz Carlos Prestes, Secretário Geral do Partido Comunista desde 1943, explicava em palanque o espaço de justiça que estava sendo buscado através do líder do governo, que, na visão do Partido Comunista, ao qual Graciliano se juntaria atendendo a convite do próprio Prestes, havia sido desviado pelos inimigos do povo. Prestes, já liberto das prisões do Estado Novo, conclamava a classe trabalhadora a apoiar Getúlio Vargas para mais um termo no poder:

Companheiros! Aproximava-se, no início deste ano, a olhos vistos, a derrota militar do nazismo, e o Governo brasileiro, esse mesmo Governo, composto quase dos mesmos homens que tudo haviam feito para levar o Brasil ao fascismo, cedia algo mais ao nosso povo, cedia no caminho da democracia. A liberdade de imprensa foi reconquistada pelo povo e reconquistado foi o direito de reunião, o de livre associação política, inclusive, concidadãos, para o Partido do proletariado, e isto pela primeira vez em nossa história. Depois de 23 anos de vida clandestina, o Partido Comunista alcançava a vida legal e os comunistas enfrentando a calúnia, enfrentando a difamação de seus adversários, desses homens que os acusavam de cambalachos com o Governo, que os acusavam de querenismo, ou continuísmo, ou getulismo, ou não sei mais o que, os comunistas, sufocando paixões pessoais, esmagando ressentimentos, colocavam os interesses de nossa pátria acima de tudo e apoiavam, com convicção, com orgulho, com audácia também, o Governo do Sr. Getúlio Vargas porque este cedia ao povo e marchava para a democracia.

Companheiros! E nesta época, os nossos difamadores, esses que nos atacavam, eram esses mesmos velhos políticos que do ano de 1935 ao ano de 1937 dispunham de uma tribuna parlamentar e nada faziam em defesa da democracia. Naquela época aqueles senhores todos cediam ao Sr. Getulio Vargas a lei de segurança; nenhum protesto contra o fechamento da Aliança Nacional Libertadora; as emendas inconstitucionais do fim do ano de 1935; todos os estados de guerra em plena paz; esse imundo papel Cohen que aceitaram como verdadeiro, para acabar dissolvendo o Parlamento e a Democracia e facilitar o golpe de 10 de Novembro. Naquela época, quando o sr. Getúlio Vargas marchava para a reação e de mãos dadas com o integralismo, tudo fazia para levar o Brasil ao fascismo, aqueles senhores políticos o apoiavam, tudo lhe davam. Por quê? Porque temiam o povo, concidadãos. E agora atacavam Getúlio Vargas.

E se passavam a atacá-lo, a causa era a mesma, era porque Getúlio Vargas cedia ao povo e esses senhores continuam temendo o povo.¹⁷

Há aí duas dimensões da liderança de Getúlio Vargas que são pontificadas e reiteradas não só pelos próprios seguidores de Getúlio, como sua filha Alzira Vargas, por exemplo, mas por aqueles que, poucos anos antes, haviam sido escolhidos como inimigos de Regime pelo próprio Regime e pela polícia de Vargas. A primeira dimensão é a de que Getúlio sempre estivera preocupado com o que se chamaria de povo (a massa), especialmente porque crítico ferrenho do liberalismo e de seus desvios políticos e sociais e porque toda sua ênfase de governo fora desviada para a questão social, como tão bem era de agrado das lideranças comunistas, especialmente no pós-Segunda Grande Guerra. A segunda dimensão diz respeito justamente ao fato dos “velhos políticos” terem sido os responsáveis pelos enganos de Vargas. Nesta dimensão, especificamente, o lado sombrio do regime, representado pela ação da polícia política e supostamente ignorado pelo Presidente, deveria ser colocado de lado: *sufocando paixões pessoais, esmagando ressentimentos, colocavam os interesses de nossa pátria acima de tudo*, como queria em discurso Luiz Carlos Prestes. A final de contas, teriam sido de Vargas e de seus sindicatos corporativos as conquistas da classe trabalhadora!

A imagem que Vargas construía de si mesmo e a maneira genial com que lidava com a estrutura do aparato policial, especialmente com a polícia secreta, contribuíram para atenuar o que poderia aparecer – e não era – uma aguda contradição. Era esta justamente a imagem que se perpetuaria do ditador: um grande homem, preocupado com a população, mas traído pela germanofilia, especialmente de seu chefe de polícia, Filinto Muller (no cargo entre 1933 e 1942).

Seguindo esta linha de raciocínio e segundo as próprias palavras da filha de Getúlio, Alzira do Amaral Peixoto, ela teria obtido autorização para interceder em favor de professores presos por suposta simpatia aos comunistas, depois da *Intentona Comunista* em 1935. Getúlio teria então recomendado:

¹⁷ PRESTES, Luiz Carlos. *O Partido Comunista quer, precisa, deseja ser compreendido*. Discurso proferido no Grande Comício “O Nordeste a Luiz Carlos Prestes”, no Parque 13 de Maio, no Recife. Fonte: Problemas Atuais da Democracia, Editorial Vitória, 1947. Transcrição de html: ARAÚJO, Fernando Antônio de Souza, dezembro 2006. www.marxists.org/portugues/prestes/1945/11/, acesso em 15 de outubro de 2007.

Criem o motivo para que o assunto venha ao meu conhecimento. Se nada tiverem apurado contra os professores, não há razão para que continuem presos. Mas nada de precipitações. Há famílias enlutadas por culpa dos comunistas e há um crime para o país, irreparável¹⁸.

A maneira personalizada com que Vargas tratava os problemas de perseguição política da polícia, controlando-a de forma paralela e autônoma em relação à lei e dando ao seu chefe¹⁹ total autonomia em relação ao Ministério da Justiça e o dever de reportar-se apenas à Presidência da República, evidenciavam por si só a importância do aparato policial que era conferida não só pelo Regime, mas pela persona do ditador. Esta conduta havia sido oficializada em 10 de janeiro de 1933, quando Vargas colocou o serviço policial do DF sob a inspeção suprema do Presidente da República e sob a superintendência do Ministério da Justiça²⁰. Seria o próprio Filinto Müller, ao reclamar do ministro da Justiça, Macedo Soares, quem diria:

Somente ao presidente da República devo dar conta de meus atos no exercício do cargo com que sua confiança me honrou²¹.

A Polícia tornar-se-ia organização prioritária na nova estrutura de Estado.

Mas as iniciativas de Vargas, ao contrário do que deixa entrever o discurso de Prestes em 1945, não eram determinadas por um pendor de cunho fascista em pró do Eixo atribuído apenas um grupo específico de pessoas.

Internamente, a dinâmica de perseguições se modificaria paulatinamente pelo avanço da guerra na Europa. Foi aí que os serviços policiais agregaram ao temor comunista o perigo da espionagem. É bem verdade que por algum tempo persistiu o contato internacional entre as polícias para o combate aos “vermelhos”, mas a cooperação tornara-se mais complexa, e os serviços de controle não seriam mais feitos fundamentalmente através da polícia. As forças militares começariam agora a ser a principal instância para a troca de informações e para a repressão entre as nações. A repressão social e política, sob a ótica

¹⁸ In: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) Vargas, Getúlio. *Verbetes bibliográfico*. <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes>, acesso em 18 de outubro de 2007.

¹⁹ Antes de Muller, a Polícia do DF teve quatro diferentes chefes. Depois dele, até 1945, cinco.

²⁰ Cf.: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994. p. 49-50.

²¹ Arquivo Getúlio Vargas, vol. XXXVI, doc. 65. In: SILVA, Hélio. 1937. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. pp. 581 e 582.

da subversão de esquerda, não seria mais a grande tônica, mas sim o serviço de contra-espionagem e a busca de simpatizantes estrangeiros. O que, significativamente, coincide com a saída de Filinto Müller da Chefia de Polícia do DF para o Ministério da Guerra, em 1942, um mês antes de o Brasil entrar na Guerra ao lado dos aliados. Filinto permaneceria no Ministério, como Chefe de Gabinete do general Dutra, até julho de 1943.

Se a saída de Muller da Chefia de Polícia é vista por grande parte dos historiadores brasileiros como sinal de amenização do regime Vargas, as investidas contra a população de origem estrangeira (alemães, italianos e japoneses) durante a Guerra parecem desmentir o fato.

Mesmo a IIIa Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro em 1942²², recomendou que os “Governos americanos controlem a existência de associações dirigidas e mantidas por elementos de Estados extracontinentais, e mandem fechá-las, se ficar provado que são núcleos de propaganda totalitária”. Recomendava-se ainda que fossem controlados os estrangeiros perigosos; o trânsito através das fronteiras nacionais; que fossem evitados atos de agressão política, tais como propaganda por parte de Partidos políticos subversivos; e que fossem punidos atos de sabotagem e espionagem, etc.”²³.

Irônico mesmo seria o fato de Muller ocupar, entre julho de 1943 e o final do Estado Novo, o cargo de Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, órgão precursor do Tribunal Superior do Trabalho. Ou seja, o ex-Chefe de Polícia do DF, contra quem pesavam as denúncias sobre a brutalidade do regime contra as classes trabalhadoras, seria agora nomeado por Getúlio Vargas como o mediador mais qualificado da nação para as questões que diziam respeito justamente aos direitos dos trabalhadores.

²² A partir desta Reunião no Rio de Janeiro, ainda foi criado o Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política, com sede em Montevideu, que desde abril de 1942 atuava “como centro de coordenação da defesa das Repúblicas Americanas contra a agressão política iniciada pelo Eixo no Hemisfério Ocidental. Sob este mesmo prisma, o presidente dos Estados Unidos estabeleceu, extra-legalmente, o SIS (Serviço Especial de Inteligência do FBI), em 24 de junho de 1940. Rapidamente, sob a cobertura de agentes comerciais de firmas americanas, foram estabelecidos serviços de informação e troca de informações pelos norte-americanos na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba e México. O SIS chegou a cooperar com o DOPS no interrogatório de suspeitos de espionagem, “olhando para o lado” quando os agentes brasileiros utilizavam a tortura. Cf.: HUGGINS, Martha *Vigilantism and the State in Latin America*. New York: Praeger, 1991. p 225-227.

²³ ANJ, IJ1 1329. Ministério das Relações Exteriores, 21 de fevereiro de 1951.

De fato, a diretriz política do Partido Comunista, no Brasil, ao personalizar em Vargas as conquistas das classes trabalhadoras, veio ao encontro da prática e da lógica “da exaltação hiperbólica” de personagens conhecidos, como estava na moda entre os dirigentes do Partido Comunista²⁴. Além disso, encontrava-se atrelada à política de apoio ao desenvolvimento do capitalismo e à burguesia engajada no processo de transformação social, ou melhor dizendo, a uma modernização não conservadora que supostamente poderia minimizar mazelas estruturais e conduzir a nação à independência em relação, especialmente, aos Estados Unidos e à Inglaterra.

Desde que a União Soviética rompeu com Hitler, em 1941, o Partido Comunista procurava apoiar as iniciativas do governo contra o fascismo europeu. Era o esforço de “união nacional”. Na IIª Conferência Nacional do Partido Comunista, em agosto de 1943, a chamada Conferência da Mantiqueira, a posição oficial era a de que o “governo Vargas não era um governo fascista e que dele participavam reacionários, sem dúvida, mas igualmente homens que sinceramente lutavam pela democratização do país”²⁵. Além disso, a Conferência “soube ainda alertar o nosso povo para a ação quinta-coluna que, em nome da democracia e da luta contra o fascismo, tudo fazia para desunir e lançar o povo contra o governo, visando diminuir nosso esforço de guerra”²⁶.

Em seu diário, Silviano Santiago teria que resolver esta tensão que emanava dos trabalhos de Graciliano: a necessidade de falar do indizível, *do ser rato*, e, ao mesmo tempo, de redimir o regime pelo seu apelo à questão social e, em última instância, compartilhar das diretrizes do Partido Comunista e de seu apoio a Vargas²⁷.

A tensão se resolveria fundamentalmente por caminhos narrativos: a reflexão que Silviano tece sobre o ressentimento e a identificação que cria entre

²⁴ GORENDER, Jacob. Graciliano Ramos: lembranças tangenciais. *Estudos Avançados*, vol. 9, no. 23, São Paulo, 1995. In: www.scielo.br/scielo.php?script=sci, acesso em 23 de outubro de 2007.

²⁵ CARONE, Edgar. *O P.C.B.: 1943 a 1964*. São Paulo: Difel, 1982. . vol. 2. p. 51

²⁶ Idem, *ibidem*. P 51

²⁷ É sintomático de todo o ambiente que envolvia os intelectuais na década de 1940, as palavras proferidas por Getúlio Vargas, que, ao ser empossado, em 1943, na Academia Brasileira de Letras, disse que era chegado o momento de os intelectuais se juntarem ao governo *numa campanha tenaz e vigorosa em prol do levantamento do nível mental e das reservas de patriotismo do povo brasileiro, colocando as suas aspirações e as suas necessidades no mesmo plano e na direção em que se processa o engrandecimento da nacionalidade*.

Graciliano Ramos e Cláudio Manuel da Costa, o inconfidente mineiro, morto na prisão em 1789.

Pensar na prisão, quando em liberdade, seria, de certa forma, viver da possibilidade de alimentar o ressentimento, de viver da dor. Por isso, Silviano Santiago coloca a sua personagem em uma espécie de crise, já que a recorrência ao ressentido seria a forma de colocar-se na esteira dos fracassados, de permanecer sempre neste gozo de vitimização, até porque, como quis fazer acreditar Santiago sobre Graciliano:

A linguagem do sofrimento é menos original do que se pensa e por isso é tão abrangente. Todos e cada um acreditam-se idênticos na miséria, na dor e no sofrimento, isto é: desgraçados todos, mas quem narra é sempre o mais desgraçado dos mortais.²⁸

Uma severa crítica aos regimes políticos e uma narrativa repleta de pessimismo e morbidez tomam conta desta suposta lembrança feita por Santiago, mas esta vai além da armadilha do ressentimento:

Erro para dizer que a condição de perseguido e massacrado não serve de exemplo. Antes, atença mais a sanha dos sádicos algozes.²⁹

Livrar-se do ressentimento poderia abrir a cabeça e os músculos, como o quer a personagem Graciliano, mas trazer à tona o pessimismo e a morbidez, presentes ao longo de toda a fabulação do diário, abre justamente a ferida mais profunda: a da recorrência e identificação com a miséria da conduta humana, capaz de ser expressa apenas naquilo que ela tem de corriqueira: seu cotidiano miserável. Como ele diz:

Se aceito, para safar-me da miséria econômica em que estou, os encargos que me oferecem alguns amigos e jornais, aceito também o meu silêncio³⁰.

A mudez acaba sendo, portanto, o lava-mão de Pôncio Pilatos. É a conivência a meio caminho de um trabalho feito e de uma expressão calada.³¹

²⁸ SANTIAGO, Silviano. *Op. Cit.* p. 24.

²⁹ In: SANTIAGO, Silviano. *Op. Cit.* p. 197. “Quando o mártir passa a ser exemplo, não é o da pujança inicial (repito), mas da derrota final”. *Idem, ibidem.* p. 198.

³⁰ *Idem, ibidem.* p. 194.

É na figura de Cláudio Manuel da Costa, sobre quem a personagem Graciliano de *Em Liberdade* teria tido um sonho e se assumido como o poeta na noite de seu suicídio³², que Silviano Santiago pode fazer Graciliano falar do indizível, daquilo que o romancista insistia em calar. Parece estar aí um desejo de Silviano sobre o que Graciliano deveria ter falado. Um saber que se desloca a partir de sua própria angústia pelo fato de sua família tentar ignorar a prisão de seu irmão Haroldo durante o regime militar³³.

Nesta liberação da tensão, Silviano Santiago, primeiramente, reconhece que Graciliano, quando lembra de sua prisão, em Maceió, tenta “adiar a lembrança”³⁴. Num segundo momento, acaba se dando conta de que os mártires têm pressa em chegar à morte, para ter sua redenção, não por sabor de vitória, mas para se ver livre do peso da maldição que recobre sua vida³⁵, até porque há no mártir mais devoção a uma causa do que força moral³⁶. Estaria aí a hesitação de Graciliano em falar do cárcere?

O certo é que o livro sobre a cadeia poderia esperar, como teria confidenciado a personagem do diário, Graciliano Ramos, a Manuel Bandeira: “Falei-lhe das preocupações em não escrever um livro de memórias em cima de minhas recentes experiências na cadeia. Não sei escrever no calor da hora”³⁷. Ao invés disso, escreveria sobre Cláudio Manoel da Costa, mas como se fosse ele próprio. Ficaria perdido nos meandros de Vila Rica, como se perdeu no porão do *Manaus*, ou na cela imunda de Ilha Grande³⁸. Seria assim que a personagem Graciliano Ramos escreveria algo mais significativo, enfrentaria o sonho³⁹, sem martírio e sem traição⁴⁰.

³¹ Idem, *ibidem*. p. 195.

³² Até hoje não há consenso sobre a morte de Cláudio Manuel da Costa, ocorrida aos 60 anos: suicídio ou assassinato na prisão. Há aí também uma alusão à morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nas dependências do DOI-CODI, onde se encontrava preso, em 25 de outubro de 1975.

³³ Vide a este respeito entrevista de Silviano Santiago ao CPDOC, em 2 de maio de 2002, concedida a Helena Bomeny e Lúcia Lippe de Oliveira: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/336, acesso em 10 de fevereiro de 2008.

³⁴ “O devaneio é a artimanha mais óbvia que o meu espírito pode imaginar para reencontrar Cláudio na sua cela”. SANTIAGO, Silviano. Op. Cit. P. 218.

³⁵ Idem, *ibidem*. p. 220.

³⁶ Idem, *ibidem*. p. 219.

³⁷ Idem, *ibidem*. p. 225.

³⁸ Idem, *ibidem*. p. 226.

³⁹ Idem, *ibidem*. p. 219.

Como dar sentido ao que não tem sentido? A personagem de Graciliano criada por Silviano Santiago, estava agora reconciliada pela lembrança através de Cláudio Manuel da Costa.

De certa forma, o inconfidente fazia com que o dever de Graciliano em lembrar, em tornar visível o que ficara guardado, escondido, recalado, fosse aberto. Na verdade, uma seqüência dos fatos, fora da imaginada por Silviano Santiago, abriria esta possibilidade para Graciliano Ramos tecer a memória sobre o cárcere: o Partido Comunista acabaria rompendo com Getúlio Vargas, tendo em vista seu alinhamento com o presidente Dutra e com os Estados Unidos. Além disso, a cassação do Partido, em 1947, e uma profunda campanha anticomunista estavam ocorrendo no Brasil. Era aquilo que o próprio Partido Comunista chamaria de “viragem”⁴¹.

Os ares da Guerra Fria sopravam.

São estes ares que fazem, ao mesmo tempo, com que *Memórias do Cárcere* seja, enfim, uma possibilidade de lembrança e objeto de adiamento de sua escrita final: a prioridade de Graciliano Ramos, mesmo desenganado pelos médicos, foi escrever o seu *Viagem*. Mais uma vez as *Memórias do Cárcere* ficaram para trás.

É certo que viagens de delegações estrangeiras à União Soviética haviam se transformado em rotina, especialmente depois da Guerra Fria. Em 28 de abril de 1952⁴², vários brasileiros, entre eles Graciliano e Heloisa Ramos, Sinval e Lourdes Palmeira e Mariuccia Iacovino Estrela e seu marido, o pianista Arnaldo Estrela, compadres de Jorge Amado e de Zélia Gatai, desembarcaram em Moscou. Diz-se que o resultado das impressões de Graciliano sobre a estada – seu livro *Viagem* – desgostou profundamente a direção do Partido, bem como o póstumo *Memórias do Cárcere*: ambos não eram suficientemente laudatórios ou sectários. Um, à União Soviética e a Stalin; o outro, às lideranças aprisionadas durante a ditadura de Vargas, sobre as quais o escritor chega a evidenciar seu desprezo. Afinal, o lembrar do Partido deveria estar muito mais direcionado à construção de seus heróis do que às agruras do regime ou da prisão.

O engajamento de intelectuais brasileiros à causa comunista, antes e depois das dissidências provocadas pela publicização dos crimes de Stalin por

⁴⁰ Idem, *ibidem*. p. 227.

⁴¹ CARONE, Edgar. *Op. Cit.* p. 80.

⁴² Foram 52 dias no exterior – de abril a junho de 1952. Antes de Moscou, houve breve passagem por Portugal e pela França.

Kruschev, em 1956, estava bastante assentado nestas iniciativas que tentavam mostrar ao mundo uma nova maneira de viver, alternativa aos princípios da exploração capitalista do ocidente e de seu expansionismo bélico. A presença de intelectuais “progressistas”, por isso, era fundamental. Em sua faceta alternativa, o Partido Comunista montara uma grande mobilização em torno do Movimento pela Paz Mundial. A campanha havia sido inaugurada em agosto de 1948, na Conferência Cultural pela Paz de Breslau, cuja tese principal era a associação do fascismo à doutrina Truman, e teria fortes desdobramentos no Brasil.

Homem de seu tempo, Graciliano Ramos havia assinado, em março de 1949, o Manifesto pela Paz que circulava no Brasil. O documento era datado do mesmo mês do encontro de intelectuais realizado no Hotel Waldorf Astoria de Nova York, cuja briga contra intelectuais comunistas, instigada por Sidney Hook, tornar-se-ia famosa⁴³, e um mês antes do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizado simultaneamente no mês de abril, em Paris e Praga. Entre os delegados brasileiros do Congresso (Caio Prado Junior, Paulo Guimarães da Fonseca, Belfort Matos, Mario Schemberg, Paulo Rodrigues, Carlos Scliar, Jacques Danon e Luiz Rei)⁴⁴, também estavam Jorge Amado e Zélia Gatai, que acompanhariam de perto a viagem de Graciliano e Heloisa Ramos à União Soviética, em 1952.

Vigilante, o delegado chefe do Serviço Secreto do DOPS de São Paulo, Gilberto de Andrade, completava seu estudo em maio daquele ano identificando, entre os signatários do Manifesto Pela Paz, aqueles que registravam antecedentes por atividades comunistas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Graciliano Ramos estava lá. Em sua companhia, outros 65 intelectuais⁴⁵. Neste

⁴³ CANCELLI, Elizabeth. Intelectualidade e poder: inconformidade na Guerra Fria. In: *Revista ArtCultura*, n. 9, jul-dez. de 2004, *Uberlândia: Editora UFU*.

⁴⁴ *Jornal Crítica*, 25 de maio de 1949. In: Dossiê de Jorge Amado. Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, Coleção DEOPS, prontuário 5777.

⁴⁵ No Rio de Janeiro: Mario Schenberg, Sinval Palmeira, Orígenes Lessa, Francisco da Costa Netto, Laura Austregésilo, Luiz Hildebrando Horta Barbosa, Milton Eloy Vaz, Nauta Berlet James, Paulo Cavalcanti, Pedro Paulo Sampaio Lacerda, José Mascarenhas Gonçalves, Lia Correa Dutra, Milton Pedrosa, Modesto de Souza, neves Manta, Oscar Niemeyer, Pedro Motta Lima, Alice Tibiriça, Álvaro Moreyra, Aparício Torelli, Astrogildo Pereira, Brasil Gerson, Candido Portinari, Dalcídio Jurandyr, Dorival Cayme, Egidio Squeff, Evandro Lins e Silva, Alcedo Coutinho, Aníbal Machado, Afonso Schmidt, Arcelina Mechel, Aydano de Couto Ferraz, Caio Prado Junior, Dionélio Machado, Edison Carneiro, Érico Veríssimo, Fernando Luiz Lobo carneiro. Em São Paulo: Eduardo Guarnieri, Eduardo Kneese de Mello, Anita Corrijo,

mesmo ano, o deputado Paulo Cavalcanti, juntamente com João Saldanha e Luiza Ramos, filha de Graciliano, saíram feridos quando do enfrentamento com a polícia carioca para a realização do Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz na sede da UNE⁴⁶.

Mesmo que a construção sobre a memória de Graciliano insista em ressaltar sempre uma suposta independência literária e intelectual em relação ao Partido – e como prova estaria o desgosto dos dirigentes em relação à Viagem e às Memórias –, Graciliano desempenhou o papel de um dos intelectuais de ponta na movimentação brasileira engajada no enfrentamento cultural (Cultural War) da Guerra Fria, que, do lado soviético movimentava o Congresso pela Paz Mundial e, do lado norte-americano, o Congresso pela Liberdade da Cultura. Foi ele que assumiu legalmente a propriedade do jornal Partidários da Paz, tendo sido jurado dos Prêmios da Paz e diretor da Organização Nacional de Defesa da Paz e da Cultura, participante do Congresso dos Partidários da Paz, em São Paulo, e delegado do II Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizado no México, em 1949. Foi ainda eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores, em 1951, uma tarefa de seu Partido.

Já doente e internado numa casa de saúde do Rio, Graciliano, com um cigarro entre os dedos, deu entrevista ao jornal “Imprensa Popular”, órgão extra-oficial do PCB. Desmentia notícia de um livro editado em Portugal sobre mudança de suas convicções. “Quando passei por Lisboa eu ia a caminho de Moscou, da União Soviética, realizar um velho sonho. Tudo o que vi reforçou a minha confiança no socialismo, na causa da paz”, disse. No mesmo dia em que a entrevista foi publicada, 5 de março de 1953, Stálin morreu. Graciliano morreria duas semanas depois, dia 20, aos 60 anos.⁴⁷

Pedro Neme, José Eduardo Ferraz, Artur Neves, Augusto Gomes de Mattos, Laura de Andrade, Catulo Branco, Candido Silva, Camargo Guarnieri, Suzana Rodrigues, Villanova Artigas, Osório César, Alteia Alimonda, Rafael de Barros, Rebolo Gonçalves, José Maria Gomes, Rivadavia de Mendonça, Celso Pereira da Silva, Ruth Monteiro Lobato, Souza Lima, Mario Barbosa, Di Cavalcanti, Wilson Cury Rahal. In: Arquivo do Estado de São Paulo. In: *Dossiê Jorge Amado*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Coleção DEOPS, prontuário 5777. São Paulo, 25-05-1949.

⁴⁶ Cf. BUONICORE, Augusto. “Os comunistas brasileiros contra a guerra”. In: *Vermelhoonline*: www.vermelho.org.br, acesso em 09 de março de 2008.

⁴⁷ MAGALHÃES, Mário, “Memórias de um militante stanilista”. In: *Folha de São Paulo*. 09-03-2006. biblioteca.folha.com.br/1/13/2003030902.html, acesso em 09 de março de 2008.

Conseguiu acabar de escrever Viagem. Quanto a Memórias do Cárcere, faltaria justamente o último capítulo: aquele sobre as impressões que teve ao ser libertado. Mais uma vez a tarefa estava postergada. Coube a Silviano Santiago, entretanto, fazer-lhe uma dupla homenagem: pensar este último escrito com reconhecimento profundo áqueles que resistem com dignidade às ditaduras, mesmo porque, apesar do talento é penoso, quase mortífero, falar do indizível.

**EXILADOS NOS AÇORES: DUAS TRAJECTÓRIAS, ERNESTO CARNEIRO
FRANCO E ALBERTO MOURA PINTO**

1. A noção de “exílio dourado”: o degredo para as ilhas dos Açores

“Quando se chega a Ponta Delgada é inevitável uma impressão de desalento. Nessa madrugada de 4 de Setembro de 1930, em que avistei terras de S. Miguel experimentei a sensação angustiosa de quem vai sofrer um suplício intermitente e inexorável”¹.

O termo “exilado” tem nas palavras “emigrado político” ou “refugiado político” os seus sinónimos mais próximos². O exílio é a forma extremada da emigração, pois pressupõe a saída involuntária e forçada do país de origem para o qual o exilado é proibido de retornar. Assim sendo, a visão de um “exílio dourado” não é a imagem que o emigrado político detém sobre a sua permanência fora da terra natal. Para ele, a deportação e o exílio sempre são entendidos como uma punição injusta, fruto da derrota política dos seus ideais.

Os movimentos oposicionistas após 1926 provocaram vagas de prisões e deportações, que se tornaram comuns no regime ditatorial. Como no século XIX, o arquipélago dos Açores ou da Madeira foram escolhidos para “acolher”

¹ Alves, Ferro. *A Monarça. A Revolta nos Açores e Madeira em 1931*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1935, p. 55.

² Sobre o tema ver, entre outros, Groppo, Bruno. “Exilés et refugies”: l’évolution de la notion de réfugié au XXe siècle”, in: *Historia Actual On Line*, n.º2 (Otono, 2003), p. 69-79.

alguns dos nomes implicados nas chamadas “campanhas do Revirvalho”³. A selecção dos que se dirigiam para estas ilhas parece ter levado em conta a “periculosidade” do “revolucionário”, já que a maioria dos membros ligados as Forças Armadas, como Jaime de Morais ou Agatão Lança, seguem para São Tomé, o primeiro, e para Angola, o segundo, juntamente com aqueles a quem poderiam chamar seus “operacionais”.

Confirmando a imagem de um Portugal de gente de “boa índole”, o salazarismo vai cultivar nos primeiros momentos uma imagem suavizada do desterro político. É o próprio Salazar que afirma a “sorte” dos seus opositores em ter as ilhas dos Açores e da Madeira como locais de exílio⁴. E, ainda que a passagem por território africano seja descrita como uma experiência pesada por alguns, a ideia dos Açores como o “exílio dourado” deixa muito a desejar quando se tem em mente o relato dos exilados que para lá foram destinados.

Na correspondência mantida por Sousa Dias com Sarmento Pimentel os dois exílios, o africano e o “ilhéu” poucas diferenças de cenário apresentam, sobretudo no que tange ao isolamento e a sensação de “punição”:

“A minha atropelada odisséia, após o movimento de ¼ de Fevereiro de 1927, levou-me – primeiramente – as insalubres paisagens de São Tomé, (a pior das nossas possessões africanas) onde permaneci quase um ano, e, a seguir, destinado a Ponta Delgada, onde, antes de desembarcar, me deram nova ordem de exílio para o Faial! E, aqui estou, uma tortura para quasi ⁵

O relato é ainda mais sombrio na obra de Leonel Ferro Alves, quando relata os acontecimentos que antecederam a Revolta dos Açores. O autor apre-

³ Para o Arquipélago Açoriano seguem Luís Melo Borges de Castro, Alberto Moura Pinto, Manuel Paula Ventura, Leonel das Dores Ferro Alves, Bartolomeu Severino, João da Costa Santos, José da Silva Feijão, Nuno Nobre de Carvalho, Eduardo Guilherme de Faria, Mário Salgueiro, Manuel Gaspar, José Maria Antunes, Alberto de Faria, José Joaquim de Sousa, José Gonçalves, Martins Vilas, Artur Correia de Brito, José Sotero Borges, Albino Telles Ferreira, José Loureiro Rabaças, António de Sousa Júnior, Plácido Correia da Silva, António Tavares da Fonseca e José Francisco dos Santos (nota oficiosa do regime a 21 de Julho de 1930).

⁴ Ver FERRO, António. *Salazar. O homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

⁵ Carta de Sousa Dias a Sarmento Pimentel, datada de 2 de Dezembro de 1929. Arquivo Sarmento Pimentel. Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel. Mirandela.

senta um quadro pouco favorável das ilhas, mormente no que tange ao seu ambiente e a sua população:

“Toda a cidade semelhava uma vasta necrópole unvida pelo silêncio dos sepulcros. Nas chaminés não assomava resquícios de fumo, nas ruas angulosas, dum acidentado campo de batalha, não se apercebiam indícios de vida.

Mário Silva educado pela longa experiência da sua vida açoriana explicava-me amavelmente que os ilhéus tinham um sono pesado, como pesado é tudo nessa ilha sombria”⁶

No relato fica evidente a comparação feita entre a realidade africana e o seu paralelo açoriano, inclusive pelo apelo constante a termos somente usados para relatar o que vê e testemunha:

“Não sei todavia se os indígenas, definhados pela monarca, conseguem gastar em sono metade da sua vegetativa existência. Calculo que sim.”⁷

“Os únicos dias que tinham algo de vibração, quebrando a insulsa monotonia da vida, eram aqueles da chegada dos barcos. [...] As filhas dos sobas luziam as suas melhores galas, aproveitando a emergência para desfrutar um pouco de liberdade, pois o resto do mês estavam enclausuradas nas suas casas bafientas, onde o sol mal tinha permissão de entrar”⁸.

O autor insiste na definição dos açorianos como pessoas a parte do mundo real e moderno, presas a superstições e distante da modernidade, “vítimas” do clima e do isolamento das ilhas. A narração do impacto da chegada dos exilados a Ponta Delgada deixa transparecer tal ponto de vista:

“Nunca esquecerei a patética indignação do meu excelente amigo Roque, quando teve conhecimento de que nos tomaram por vampiros. Esta história chegou a Ponta Delgada, e, segundo me disseram, foi objecto dum inquérito por parte do administrador da Ribeira Grande, que

⁶ Alves, Ferro. *Op. Cit.* P. 58.

⁷ Alves Ferro. *Op. Cit.* P. 60 e 61.

⁸ Alves Ferro. *Op. Cit.* P. 91.

teve um exaustivo trabalho para convencer o cacique do lugarejo, de que nós não éramos uns facínoras bandidos”⁹.

Apesar de descrições tão tenebrosas, há quem veja vantagens no exílio açoriano se comparado com situações mais penosas, onde a distância quase “obrigatória” da família força o exilado a deter o duplo papel de exilado e emigrante, tal como atesta Hélder Ribeiro em carta ao seu companheiro Sarmento Pimentel, refugiado em terras brasileiras e obrigado a buscar a sua própria sobrevivência:

“O prazer de ter notícias suas foi porém logo ameaçado pelo que me conta da atmosfera aí encontrada e das dificuldades de toda a ordem levantadas.

Felizmente não encontrei essas dificuldades, nem de ordem material, nem de ordem moral [...]”¹⁰

É importante notar porém, que o relato de Ferro Alves não se destina a oferecer uma imagem da sua vida de exilado e sim apresentar e denegrir perante os leitores portugueses um dos grupos mais activos da oposição no momento, os “Budás”, composto por Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto, sendo este último o único com o qual reparte a condição de exilado nos Açores. Todo o quotidiano descrito passa a girar em torno da divisão interna da oposição e da construção de uma imagem negativo de todo o grupo de exilados que é próximo de Moura Pinto.

“Hospedei-me num hotel de boa aparência exterior, mas de abominável cozinha. O proprietário era conhecido entre os deportados pelo Luiz Sultão. O ápodio provinha-lhe da mania de conquistador. Era o terror das criadas do hotel e das casas imediatas. O Sultão era ao mesmo tempo esquerdista e democrático. O seu coração oscilava entre as jovens serviçais e os republicanos de esquerda. Ali estavam hospedados Moura Pinto, João Soares, Pinto Garcia, Basílio Lopes Pereira e outros budás, que comiam numas mesas aparte. Além desses, estavam também hospedados no Central, os meus amigos Pires de Carvalho, já falecido, Alegria

⁹ Alves, Ferro, *Op. Cit.* P. 79 e 80.

¹⁰ Carta de Hélder Ribeiro a Sarmento Pimentel datada de 2 de Novembro de 1927. Arquivo Sarmento Pimentel. Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel. Mirandela.

Vidal, Correia de Matos, Felipe Piçarra, Álvaro de Castro, Aurélio Facha, José Soares, António Mendes e o tenente Roque.”¹¹

Assim sendo, o exílio é o afastamento do continente, mas não das disputas políticas e nem do ambiente de cafés e convívio comum em Lisboa ou Porto:

“A data da minha arribada a Ponta Delgada, a cidade estava em plena euforia. Em virtude da alteração da ordem pública em Angola, que culminara na refrega em que encontrou a morte o tenente Moraes Sarmento, o Governo deliberara transferir os deportados que ali residiam, para os Açores. [...]

A brusca invasão dos inesperados turistas deu a cidade uma bela animação e os cafés e pensões engalanaram em arco e subiram os seus preços habituais. O comando militar, dentro de pouco, distribui os recém vindos, especialmente pela Graciosa, S. Jorge e Flores”¹².

A imagem do grupo dos Budas construída por Ferro Alves vai de encontro ao ideário do próprio regime, que vê nos seus opositores “oportunistas” ou defensores de interesses pessoais, representantes da maçonaria ou de sociedades secretas¹³. Toda a argumentação do autor realça a imagem dos seus “opositores” exilados como verdadeiros aproveitadores da causa revolucionária, encontrando nos ideais da “revolução”, que não são especificados, uma fórmula para a ascensão política. Para além disto, Ferro Alves atribui aos seus adversários um alto estatuto económico, o que os afasta dos ideais mais “puros” da política, voltados para a resolução dos problemas sociais:

“A deportação dividia-se pois em duas classes a que se refere em matéria monetária, os privilegiados e os prejudicados.

Escusado será dizer que ao primeiro pertenciam os Budas, que a demais dos seus honorários desfrutavam de pingues socorros metálicos, enviados pelas diferentes associações públicas e secretas”.¹⁴

¹¹ Alves, Ferro. *Op. Cit.* P. 55.

¹² Alves, Ferro. *Op. Cit.* P. 86.

¹³ Sobre o tema, ver, entre outros, Paulo, Heloisa. *Estado Novo e Propaganda. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra, Minerva Ed. 1994.

¹⁴ Alves, Ferro. *Op. Cit.* P. 88.

E numa reafirmação do epíteto criado por Ferro Alves para designar a inércia deste sector da oposição revilharista, ou seja “Budast”, a imobilidade dos seus membros aparece “associada” ao próprio ambiente do exílio, aquilo que denomina como “inactividade” própria do clima açoriano:

“Muitos dos deportados, por motivos revolucionários, careciam em absoluto de espírito revolucionário. Como deportados tinham já direito a ser considerados mártires. [...] Quase todos os elementos budistas opinavam desta maneira, o que os tornava incompatíveis com o numeroso núcleo que, como eu, não se podia resignar à inactividade, nessas ilhas malditas, esmagados pela mornaça e pelo desdém dos ilhéus”¹⁵.

Ilustrando os dois aspectos citados, o autor relata o episódio da transferência de João Soares para Santa Maria. A sua descrição de Moura Pinto o pretende desqualificar enquanto político e líder revolucionário:

“Moura Pinto, consternado e colérico, pela primeira vez veio até nós para nos utilizar, como instrumento das suas conveniências. Pretendia, nem mais nem menos, que nos opuséssemos pela força ao embarque do Sr. João Soares, resistindo à polícia e provocando tumultos.”¹⁶

Ferro Alves acompanha Moura Pinto na sua trajectória por Espanha nos anos seguintes ao da revolta de 1931. No justo momento em que publica a sua obra em Portugal, o grupo dos Budast já o identifica como um espião salazarista infiltrado na oposição republicana. A sua actuação frente ao governo republicano espanhol com o objectivo de denegrir a imagem do grupo, tal como o faz nos seus relatos, é prontamente identificada e neutralizada pelos seus oponentes, chegando um dos seus mais próximos colaboradores, Carlos Fidelino da Costa, ser levado à prisão, graças a interferência de Jaime de Moraes junto as autoridades espanholas, nomeadamente ao Ministério da Governação, através do seu então subsecretário Carlos Esplá¹⁷.

¹⁵ Alves, Ferro. *Op. Cit.* P. 93.

¹⁶ Alves, Ferro. *Op. Cit.* P. 93.

¹⁷ Em pesquisa recente, foram encontrados documentos que confirmam o estreito vínculo entre os membros do grupo denominado de “Budast” e o governo republicano espanhol. Ver, entre outros, o Expediente sobre Carlos Fidelino da Costa. PS-Madrid, 571, 104. Arquivo Carlos Esplá, no Centro Documental de la Memoria Histórica. Salamanca.

Assim sendo, São Miguel seria apenas uma curta etapa numa longa “peregrinação” que marcaria a vida de Moura Pinto e de um outro exilado açoriano, o seu velho amigo de universidade, Ernesto Carneiro Franco. A trajectória de ambos exemplifica a de muitos exilados republicanos que, mesmo no exílio, continuam a defender e a propagandear os ideais da República e a combater o salazarismo de múltiplas formas. O exílio os leva a Espanha e ao Brasil, sem nunca terem deixado de estar em contacto, o que passou a ser uma forma de sobrevivência para aqueles que sofreram a deportação.

2. Dos Açores para outros exílios: a trajectória de Ernesto Carneiro Franco

“Particular: O Carneiro Franco rebenta por aí com a senhora em meados de Março. Tenho-lhe fornecido vários informes e não lhos dei lisonjeiros e de balde lhe pergunto a que vem e com quanto”¹⁸

Ernesto Carneiro Franco nasceu a 7 de Novembro de 1886 em Figueira de Castelo Rodrigo. Estuda Direito na Universidade de Coimbra, aproximando-se dos anarquistas e sendo um dos activos participantes na Greve Académica de 1907. Após formado, assume o cargo de Conservador do Registo Civil da 2.^a Conservatória de Lisboa. Republicano e maçã, é como membro da Carbonária que chefia os revolucionários republicanos da margem sul do Tejo durante o 5 de Outubro. Em 1911, Carneiro Franco é eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Círculo da Guarda. Durante a Grande Guerra, desloca-se para França como observador político, detendo o posto de Tenente Militar do Corpo Expedicionário Português. Ao retornar, é eleito deputado pelo Círculo de Luanda nas eleições de 1922.

Com o advento da ditadura militar, toma lugar na oposição republicana, participando dos movimentos de 1927 e 1928, quando é preso. Nesta ocasião, é encontrado em seu poder o projecto de uma constituição a ser implantada pelos revoltosos após a vitória do movimento. No ano seguinte, é enviado para os Açores, onde permanece até 1931, quando consegue fugir para a França e dali para Madrid. Com a amnistia de 1932, retorna Portugal, passando a trabalhar

¹⁸ Carta e Moura Pinto a Jaime de Morais, 27 de Fevereiro de 1949. Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

em Cascais. É um dos contactos privilegiados dos Budas em território português, passando informes para os opositores em solo espanhol.

Com o término da Segunda Guerra, graças a Lúcio Thomé Feteira integra os quadros da COVINA, Companhia de Vidros Nacional, na sua sede em Lisboa. Dois anos mais tarde, em continuidade ao trabalho desenvolvido no seio da oposição, participa da *Abrilada*, sendo preso com outros civis, sendo o seu chefe, Feteira, acusado de ser um dos “financiadores” do movimento. É libertado no ano seguinte, seguindo para o Brasil em 1949.

Carneiro Franco fixa residência no Rio de Janeiro, retomando o convívio directo com o seu antigo grupo de amigos, nomeadamente Moura Pinto, Cortesão e Jaime de Moraes. Com eles, participa de diversas acções de mobilização da oposição exilada, exercendo um papel de destaque nas tentativas de colaboração do grupo com o General Humberto Delgado. Passando por dificuldades financeiras e doente, retorna a Portugal em 1965, sem contudo, chegar a desembarcar, já que a emoção de rever Lisboa o leva a ter um ataque cardíaco, morrendo a bordo do navio que viajava.

3. A “Peregrinação” de Alberto Moura Pinto: da Guerra Civil ao Brasil

“Não permito a estes canalhas que me roubem para morrer a terra em que nasci.”¹⁹

Alberto Moura Pinto nasceu no dia 5 de Abril de 1883, na cidade de Coimbra, onde conclui o curso de Direito na Universidade. Formado, ocupa o cargo de delegado procurador régio, em Miranda do Douro e São João da Madeira, regiões do Centro do país. Como maçã está inscrito na Loja Tenacidade, com o nome de Passos Manuel. Em 1910, participa das movimentações para a implantação da República, cooperando na Junta Revolucionária de Coimbra e auxiliando a fundação dos núcleos revolucionários. Após o 5 de Outubro, é nomeado para administrador do concelho de Arganil, e depois delegado da Procuradoria da República. Como deputado, participa nas Constituintes de 1911, representando o Círculo de Arganil, tendo cumprido mandatos sucessivos na Assembleia até 1925. Com a ascensão de Sidónio Pais, Moura Pinto passa a exercer o cargo de Ministro da Justiça, entre 11 de Fevereiro de 1917 e 7 de Março de 1918. Em desacordo com a ditadura militar, participa de

¹⁹ Lápide do túmulo de Alberto Moura Pinto. Cemitério de Coja.

na revolta de Junho de 1930, sendo preso e deportado para os Açores no dia 20 de Julho de 1930.

No ano seguinte, após a revolta dos Açores, segue para Espanha, onde com Jaime de Morais e Jaime Cortesão passa a compor o grupo conhecido como os Budas. As ligações mantidas pelo grupo com a República e o Partido Socialista Obrero Español, o leva a conviver com algumas das figuras mais emblemáticas do republicanismo espanhol, como Indalécio Prieto, Francisco Largo Cabalero, Carlos Esplá, Juan Negrin, Teodomiro Menéndez, Paulino Gómez Saiz e outros. Tal proximidade é formalizada no apoio dado pelo regime de Espanha aos exilados portugueses, inclusive com o patrocínio e a venda de armas para a realização de movimentos revolucionários em Portugal, através do Consórcio de Armas, organismo ligado ao Ministério do Exército republicano.

Ali também reencontra o seu velho companheiro de exílio nos Açores, Ferro Alves, a quem passa a “vigiar”. Em 1934, um barco com armas compradas no mencionado consórcio é apreendido quando as tentava desembarcar nas Astúrias, destinadas a serem usadas num golpe contra o governo de direita em Espanha. Moura Pinto é preso, oferecendo a Jaime de Morais e Cortesão a oportunidade de fuga para Paris. Com ele, são presos alguns dos amigos republicanos espanhóis e futuros membros do governo, como Largo Cabalero e Teodomiro Menendez, para além de portugueses, como Alexandrino dos Santos. Solto no dia 16 de Junho de 1935, com o atenuamento da prisão, Moura Pinto passa a residir em Madrid.

Com a vitória da Frente Popular e a Guerra Civil passa a actuar junto ao Estado Maior espanhol, no qual já colaboram Jaime de Morais, Cortesão, César de Almeida, Oliveira Pio, Utra Machado e outros exilados. Em 1937, passa a residir em França, onde actua como um dos contactos dos exilados e dos republicanos espanhóis em território francês. Durante este período, age no sentido de desmobilizar toda e qualquer acção de Ferro Alves, levando ao descrédito a sua actuação como agente do regime salazarista.

Em 1939, no final da guerra civil, está em Marselha, sendo então preso por não ter documentação, já que não tinha permissão de obter um passaporte português. Graças a intervenção do embaixador brasileiro, que lhe concede um passaporte com base no seu casamento com uma brasileira, D. Maria do Carmo, segue para o Brasil.

Chega ao Rio de Janeiro neste mesmo ano, fixando-se na cidade de Resende, onde tenta reiniciar a vida como comerciante. Com a vinda de Cortesão

e Morais, passa a morar no Rio de Janeiro, trabalhando sempre em pequenos negócios e participando activamente das manifestações da oposição, encabeçando o contacto com os exilados republicanos espanhóis no Brasil e na América Latina. Retorna definitivamente a Portugal em finais de 1957, já muito adoentado e sem condições económicas. Volta a morar na sua casa na Quinta dos Vales, em Côja, ajudado financeiramente pelo genro e filha. Participa da campanha de Humberto Delgado, de quem possui a pior imagem, mas concede que o seu nome apareça na lista de apoiantes. Eterno crítico do regime, falece em 1960.

João Paulo Avelãs Nunes

COLABORAÇÃO E OPOSIÇÃO

A “ACÇÃO SOCIAL CATÓLICA” EM PORTUGAL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Introdução

Visa-se nesta comunicação analisar as características da “acção social católica” ao longo das duas primeiras décadas do Estado Novo. Antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, aquele segmento da Acção Católica Portuguesa passou de uma postura de quase unânime apoio ao regime salazarista para uma lógica de crescente oposição. De certo modo, o percurso biográfico do Padre Abel Varzim simboliza e resume as transformações em causa, ocorridas antes mesmo do Papado de João XXIII e da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965).

Procuramos, também, destacar a influência de “factores externos” como a “Grande Depressão” e a Guerra Civil de Espanha, o conflito de 1939-1945 e o desencadear da “Guerra Fria”; a evolução da “acção católica” em Itália e França, Bélgica e Alemanha, Espanha e Brasil. Salienta-se, ainda, a relevância de outras personalidades – Padres Boaventura Alves de Almeida, Manuel Rocha e Francisco Inácio Pereira dos Santos, Joaquim Alves Correia, Ernesto Sena de Oliveira (Arcebispo de Mitilene e Assistente-Geral da Junta Central da ACP) e Avelino Gonçalves (Cónego e Secretário-Geral da Junta Central da ACP) – e de outras entidades católicas, do regime ou oposicionistas: revista *Lumen* e jornal *Novidades*; Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores; Partido Comunista Português e jornal *Avante!*

O esforço de reconstituição e interpretação do objecto de estudo em causa apoia-se nos resultados de projectos de investigação já concretizados, entre outros, por Manuel Braga da Cruz e Fernando Rosas, António Matos Ferreira e Paulo Fontes, Maria Inácia Rezola e Gabriel de Jesus Pita; no testemunho de António Cerejo¹. Para além das especificidades inerentes a qualquer realidade, a problemática em apreço apresenta particular complexidade, resultante da natureza simultaneamente nacional e internacional da Igreja e da “acção católica”; da antiguidade e das expectativas de longevidade alcançadas pelas mesmas; da conjuntura de transformação que então se vivenciou (da “Grande Depressão” para o conflito de 1939-1945 e para a fase de crescimento do pós-guerra, da “Época do Fascismo” para a “Guerra Fria”, do “conservadorismo” de Pio XI e Pio XII para a “modernidade” de João XXIII).

Contexto de enquadramento

À semelhança do verificado em outros países, também em Portugal a Igreja Católica dinamizou, desde meados do século XIX, diversas organizações de “acção católica”. Perante os “desafios da contemporaneidade” nas “sociedades ocidentais” – implantação de regimes diferentes das ancestrais Monarquias Absolutas de Direito Divino e Carácter Corporativo, aumento do grau de separação entre os Estados e “a Igreja”, maior laicização das vivências individuais e colectivas, afirmação do “paradigma moderno” (científico e tecnológico), emergência da “questão operária” –, tratou-se de formar, enquadrar e potenciar as disponibilidades de militância de inúmeros leigos (das várias “elites católicas”); de intervir, de forma mais eficaz, em vertentes da vida colectiva particularmente estratégicas ou afectadas pela “vaga de descristianização”.

Na transição da Ditadura Militar – 1926-1933, regime autoritário de direita – para o Estado Novo (1933-1974, ditadura de tipo fascista e matriz totalitária), assistiu-se à alteração do relacionamento da Igreja Católica com o poder político luso². De 1933 a 1949 ocorreu a institucionalização da Acção Católica Portuguesa (1934) e a assinatura de uma nova Concordata com a Santa

¹ Cfr., nomeadamente, A.J.M. Cerejo, 2000; M.B. Cruz, 1982; M.B. Cruz, 1998; A.M. Ferreira, 1985; P. Fontes, 1994; G.J. Pita, 1995; M.I. Rezola, 1995; F. Rosas, 1994; F. Rosas, 2001.

² Cfr., entre outros, M. Blinkhorn, 1990; E. Collotti, 1992; J.P.A. Nunes, 2002; F. Rosas, 1994; F. Rosas, 2001.

Sé (1940); a dissolução do Centro Católico Português e dos sindicatos católicos (1933); a continuidade do Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra e da revista *Estudos*; a criação do Secretariado Nacional de Acção Social Católica e dos Círculos de Estudos (1933) e, depois, do Secretariado Económico-Social e da União Popular Católica (1935), da Liga Operária Católica e da Juventude Operária Católica (1935), do jornal *O Trabalhador* (1934); a realização da Primeira Decenal da Acção Católica Portuguesa (1944) e das três Semanas Sociais Portuguesas (1940-1949).

Concretizando os pressupostos de uma “democracia-cristã conservadora” – dominante a nível mundial e hegemónica entre nós –, sob a liderança de Manuel Gonçalves Cerejeira (Cardeal Patriarca de Lisboa), o essencial dos eclesiásticos e dos leigos católicos portugueses empenhou-se na ou apoiou a consolidação do Estado Novo. Mau grado ou também devido ao facto de o regime em causa ser chefiado por António de Oliveira Salazar – até 1928 um dos principais líderes da “acção católica” –, não se esteve perante a reintrodução de um vínculo constitucional (formal e universal) entre o regime, o país e o “poder espiritual”.

Diferentemente do sucedido ao longo da Monarquia Constitucional (1834-1910, regime liberal conservador e, depois, demoliberal com vectores de autoritarismo) e durante a Primeira República – 1910-1926, sistema político demoliberal com vectores de autoritarismo –, na fase final da Ditadura Militar e no Estado Novo o Governo e a Igreja Católica concretizaram uma “recristianização oficiosa” de “Portugal e do Império”. Partilhando o mesmo horizonte ideológico, a chefia do regime e a liderança católica negociaram, também, a subordinação da Igreja ao poder político e, ao mesmo tempo, a salvaguarda da autonomia da mesma; a identificação das respectivas “áreas preferenciais de intervenção” e a participação “da Igreja” nas instituições e nos eventos públicos do Estado Novo; as organizações da “acção católica” que continuariam ou passariam a existir.

Relevantes são, pois, as afirmações de Manuel Gonçalves Cerejeira (Cardeal Patriarca de Lisboa), em 1939, durante a cerimónia de inauguração da nova sede do Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra: *“Lembro-me de ter dito nas minhas “Cartas” aos rapazes do CADC que era preciso dar assalto a Portugal. E o assalto está dado: não há terra portuguesa onde o incêndio não tenha chegado; os filhos desta casa ocuparam já as principais posições de Portugal. Por isso é festa da Igreja a deste dia [...]. Os Prelados de Portugal levantam-se para deixar passar a mocidade heróica portuguesa,*

esperança da Igreja em Portugal, conquistadores da nova reconquista para Deus, para Cristo e para a Pátria.”³

Ao longo dos anos trinta e quarenta, alguns dos exemplos mais notórios do citado processo de convergência e “litígio controlado” tiveram a ver com a recusa do Executivo em autorizar a criação em Portugal de uma Universidade Católica (só viabilizada, com significativas limitações, na segunda metade da década de 1960); com os objectivos e a lógica de funcionamento da Acção Escolar Vanguarda e, depois, da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina; com a atitude face aos dois blocos em confronto durante a Segunda Guerra Mundial; com as fronteiras e os âmbitos de cooperação entre as “estruturas corporativas” do Estado Novo e as organizações da “acção social católica”.

Tanto quanto foi até agora possível averiguar, o facto de Manuel Gonçalves Cerejeira e a generalidade dos outros líderes católicos defenderem concepções de sociedade no essencial idênticas às de António de Oliveira Salazar e de muitos dos outros dirigentes da ditadura não implicou que o Cardeal Patriarca de Lisboa vinculasse, de forma absoluta, a “defesa dos interesses da Igreja”, quer à aceitação de todas as iniciativas do regime, quer à continuidade do Estado Novo. Nomeadamente na etapa final do conflito de 1939-1945 e no imediato pós-guerra, terão sido delineadas soluções que permitiriam a adaptação da Igreja Católica nacional a uma eventual transição para a democracia. Abel Varzim e outros “católicos oposicionistas” desempenhariam um papel significativo nas estratégias então esboçadas⁴.

Será possível afirmar que, à luz da “doutrina democrata-cristã conservadora” – vigente até 1945 ou, mesmo, até ao Concílio Vaticano II –, só a Igreja e a “acção católica” representavam o “Deus verdadeiro” e difundiam o “conhecimento revelado”, indispensável à “salvação individual” e ao “harmónico funcionamento” das sociedades humanas (à escala nacional e internacional). Totalitários eram todos aqueles regimes que facilitavam ou promoviam a divulgação de “ideais erróneos”, que condicionavam a “liberdade e os direitos do catolicismo”.

Numa escala descendente de “malignidade e erro”, situavam-se o comunismo e o socialismo, o nacional-socialismo e os outros fascismos, a

³ Cfr. *Estudos*, Ano XVI, nº 182, Dezembro de 1939, p. VI-VIII.

⁴ Cfr., nomeadamente, S. Cerqueira, 1993; M. Clemente, 2003; M.B. Cruz, 1982; M.B. Cruz, 1998; A.M. Ferreira, 1985; P. Fontes, 1994; J.P.A. Nunes, 1993; J.P.A. Nunes, 1995; G.J. Pita, 1995; M.I.C. Queiroz, 2008; F. Rosas, 1994.

democracia, o demoliberalismo e o liberalismo. Concretizações mais ou menos próximas do modelo professado, confessionalista e neoteocrático – o “Estado cristão” ou “organicismo católico servido por Governos de ordem” –, encontravam-se na Itália de Mussolini até 1936, no Portugal de Salazar e na Áustria de Dollfuss, na Hungria de Horthy e na Polónia de Pilsudsky, no Brasil de Vargas e na Espanha de Franco, na Eslováquia de Tiso e na França de Pétain, na Croácia de Pavelitche e na Argentina de Péron.

Atente-se nas palavras de Manuel Gonçalves Cerejeira, em trecho da “Mensagem de Natal” lida, aos microfones da Emissora Nacional, no dia 25 de Dezembro de 1940: *“A democracia laica, com afirmar o respeito pelos direitos do homem, de facto oprime-os com a imposição da concepção ateia da vida (pois é praticamente ateia a concepção que se não funda sobre Deus). Por ser exercido em nome de muitos, não é menos totalitário o conceito de Estado, visto que não reconhece limites ao seu poder e autoridade, tendendo à absorção total da pessoa humana. O totalitarismo não está propriamente na forma exterior do regime político, mas no princípio de filosofia moral e político-social que o informa.”*⁵

A “acção social católica” no âmbito da Acção Católica Portuguesa

Formalizada no ano de 1934, a Acção Católica Portuguesa derivou da pressão do regime ditatorial e da decisão da Igreja, tanto de extinguir “estruturas indesejáveis” – porque de natureza inequivocamente política ou sindical, porque ideológica ou teologicamente “erróneas” –, como de disciplinar e fortalecer um conjunto de instrumentos de intervenção de cariz sócio-religioso. Sob a tutela de eclesiásticos, leigos católicos dirigiam organizações especializadas que procuravam converter e/ou enquadrar muitos outros leigos; trabalhar com ou no seio das instituições “regeneradas” ou criadas pelo Estado Novo; relacionar-se com as congéneres de outros países.

Dada a importância da “acção católica” na Época Contemporânea em geral e, em particular, no segundo quartel do século XX, a Acção Católica Portuguesa era formal e efectivamente liderada por Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa e Presidente da Junta Central da ACP. No que concerne ao subuniverso da “acção social católica”, foi coordenado através do Secretariado Nacional de Acção Social Católica (1933) e, depois, por inter-

⁵ Cfr. M.G. Cerejeira, 1936-1970, vol. II, p. 257/258.

médio do Secretariado Económico-Social (1935), sediados ambos em Lisboa e numa primeira fase dirigidos pelo Padre Boaventura Alves de Almeida.

No seguimento da demissão daquele sacerdote (1936), por “razões de saúde” ou em consequência do modo como denunciou o “pendor autoritário e governamentalizado” da “Revolução Corporativa” então em curso, os Padres Abel Varzim e Manuel Rocha emergiram como as figuras mais destacadas de uma nova geração de quadros eclesiásticos. Por sua vez, os Padres Francisco Inácio Pereira dos Santos e Joaquim Alves Correia desempenharam papéis menos centrais em termos de liderança organizacional mas com alguma relevância no que concerne à reflexão crítica sobre o “corporativismo de Estado” imposto pelo regime e acerca de outras “temáticas fracturantes” como a legitimidade da violência policial ou militar, as vantagens e perigos da democracia, as possibilidades de relacionamento entre catolicismo e “ideologias de esquerda”⁶.

Ex-militante socialista convertido, Boaventura Alves de Almeida apoiou, até 1933, o desenvolvimento de sindicatos, jornais e outras organizações de “operários católicos” na “zona dos lanifícios”. Destaque para o Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios da Covilhã, resultante de cisão na Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã; o *Voz dos Trabalhadores*, publicado desde 15 de Maio de 1932; o Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria da Construção Civil da Covilhã; a Conferência Operária de S. Vicente de Paula, a Cooperativa “Renovação Social”, a Caixa de Auxílio aos Desempregados e o “Liceu Social Católico” (com “curso nocturno e grupo de teatro”).

Perante o grau de novidade, eficácia e “disciplina eclesiástica” que marcavam a sua actividade, aquele sacerdote foi transferido para Lisboa, onde passou a dinamizar as estruturas da “acção social católica” e o jornal *O Trabalhador* (cujo primeiro número foi distribuído no dia 1 de Maio de 1934). De 1936 a 1946, Boaventura Alves de Almeida assegurou a “orientação espiritual” da paróquia de Aldeia de S. Francisco de Assis, localizada entre as “Secções” da Barroca Grande e do Rio do Couto Mineiro da Panasqueira (concelhos da Covilhã e do Fundão, distrito de Castelo Branco).

Complementarmente aos tradicionais vectores de acção pastoral, interveio na Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis; na criação de uma Casa do Povo com valências assistenciais, culturais e recreativas; na

⁶ Cfr., entre outros, A.J.M. Cerejo, 2000; P. Fontes, 1994; J.P.A. Nunes, 2005; M.I. Rezola, 1995.

construção de uma escola primária que substituísse as “anteriores instalações provisórias” e viabilizasse, tanto o “fim da coeducação”, como o ampliar dos cursos “diurnos, nocturnos e profissionais”; na tentativa – mal sucedida – de instituir um Sindicato Nacional e uma Caixa de Previdência dos “trabalhadores do volfrâmio”; na fundação de uma Conferência de S. Vicente de Paula, de núcleos da Liga Operária Católica e da Juventude Operária Católica; na divulgação do e colaboração com o jornal *O Trabalhador*.

Empenhou-se, ainda, na resolução ou atenuação de problemas em áreas como a poluição mineira e o enquadramento da prática dos “apanhistas” ou do “pilha”; os salários dos mineiros e as “regalias sociais complementares”, a precariedade dos vínculos laborais e as modalidades de “previdência social”, a higiene e segurança no trabalho, as normas disciplinares e as correspondentes bonificações ou penalizações. Uma tal opção esteve na origem de conflitos com a empresa britânica concessionária do Couto Mineiro – Beralit Tin & Wolfram, Ltd. –, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e o Governo Civil de Castelo Branco, a diocese da Guarda e outros sacerdotes (nomeadamente o Capelão das Minas da Panasqueira).

Também com ligações à diocese da Guarda, Francisco Inácio Pereira dos Santos assumiu uma postura mais discreta no universo dos “católicos sociais” lusos. Próximo de Boaventura Alves de Almeida, condenou na sua tese de fim de curso em Lovaina – *Un état corporatif. La constitution sociale et politique portugaise*, significativamente publicada apenas em francês⁷ – “os regimes totalitários de direita e de esquerda”, oscilando, logo em 1935, entre o apoio global ao salazarismo e a crítica a algumas das suas vertentes específicas (“ditatoriais e estatizantes”).

Residindo na “capital da Beira Serra” e encarado com reserva pelas correntes conservadoras dominantes, nunca leccionou no Seminário Maior da Guarda, escreveu no jornal *A Guarda* ou no *Boletim da Diocese da Guarda*. Professor no Liceu Nacional Afonso de Albuquerque e colaborador das estruturas locais da Mocidade Portuguesa, ensinou na Escola dos Gaiatos e integrou a Direcção da Obra dos Servos de Deus. A nível diocesano, foi Assistente Eclesiástico de estruturas da Acção Católica Portuguesa – entre as quais a Juventude Operária Católica – e colaborou assiduamente em publicações católicas com o relevo nacional ou distrital de *Novidades*, *Lumen*, *O Trabalhador*, *Amigo da Verdade* e *Horizonte*.

⁷ Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1935 e 1940 (2ª edição).

O açoreano Manuel Rocha frequentou, igualmente, a Universidade Católica de Lovaina depois da graduação em Teologia na Universidade Gregoriana de Roma e publicou, desde 1930, no jornal *Novidades*. Acompanhou Boaventura Alves de Almeida no esforço de implantação do Secretariado Nacional de Acção Social Católica e de *O Trabalhador*, foi Director do Secretariado Económico-Social (1935-1939), Assistente-Geral da Juventude Operária Católica (1936-1942) e Secretário-Adjunto da Junta Central da Acção Católica Portuguesa (1942-1947). Em termos político-religiosos, concretizou um trajecto similar de adesão crítica inicial e de posterior distanciamento face ao Estado Novo.

Minhoto do concelho de Barcelos, aluno e, depois, docente nos Seminários de Braga e Serpa, Abel Varzim frequentou a mesma Universidade Católica de Lovaina. Integrou a equipa dirigente da Empresa da Revista *Renasceça*, colaborando no *Novidades* e em outras publicações católicas. Foi Assistente-Geral da Liga Operária Católica (1936-1948) e liderou informalmente *O Trabalhador* (1935-1948), desempenhou o cargo de Director do Secretariado Económico-Social (1939-1948) e foi deputado à Assembleia Nacional pela “lista única da União Nacional” (1938-1942).

Datado de 16 de Janeiro de 1939, apreciado em “sessão de estudo” e discutido em plenário no dia 16 de Fevereiro do mesmo ano, o “aviso prévio” do deputado Abel Varzim relativo aos Sindicatos Nacionais punha em causa o empenhamento político do regime na e a eficácia do “corporativismo de Estado” para a resolução do “problema operário”, para a salvaguarda da liberdade de intervenção da “acção social católica”⁸. Tornava-se, assim, notória uma lógica de progressiva contestação que levaria, em 1948, ao encerramento do jornal *O Trabalhador* e ao afastamento de Abel Varzim de todas as funções de liderança no âmbito da “acção católica”.

Numa primeira fase (1933-1938), os vectores mais interventivos da “acção social católica” portuguesa apresentavam, em simultâneo, modernidade organizacional e conservadorismo ideológico. Depois da proibição das “associações de classe” católicas, optou-se pela integração nos Sindicatos Nacionais e pela criação de organizações de “trabalhadores católicos” com estruturas locais, regionais e nacionais (a Liga Operária Católica e a Juventude Operária Católica). Sacerdotes com preparação e motivação específicas, bem como gru-

⁸ Cfr. *Diário das Sessões*, nº 18, 17 de Janeiro de 1939, p. 126 e nº 39, 17 de Fevereiro de 1939, p. 357-366.

pos de leigos empenharam-se no enquadramento e mobilização das “massas populares”, na dinamização de jornais e de outras publicações.

Para além do proselitismo religioso e da defesa genérica do Estado Novo, condenavam-se as alternativas “ateias e revolucionárias” – socialistas, anarquistas e, sobretudo, comunistas –, denunciavam-se os obstáculos levantados à actuação dos Sindicatos Nacionais e dos organismos da “acção social católica”. Criticava-se a “falta de consciência social” de muitos empresários e exigia-se, tanto a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, como a generalização do “salário familiar” e o “regresso da mulher ao lar”, concretizando, assim, as determinações do catolicismo e viabilizando a reconstituição da “harmonia familiar e social”.

O carácter reivindicativo da “acção social católica” era, entretanto, acompanhado por apelos sistemáticos à passividade e à resignação por parte da generalidade dos assalariados, os quais deveriam confiar na intervenção “mediadora e gradualista” das lideranças católicas e das chefias do Estado Novo. À semelhança dos sectores próximos do nacional-sindicalismo e da generalidade dos “quadros intermédios” do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, muitos dos textos e das intervenções públicas dos “católicos sociais” adoptavam um registo “neoteocrático” – neotomista – e “obreirista” (os trabalhadores em geral e os operários em particular como vítimas por excelência das “disfunções da contemporaneidade”), “antiplutocrático” – a riqueza como sinónimo de egoísmo e de injustiça – e, mesmo, de um antisemitismo difuso (“os judeus” estariam na origem do “capitalismo individualista” e dos “socialismos colectivistas”, do “exclusivismo semita” e do “ateísmo”).

Segundo a Redacção de *O Trabalhador* em 1937 e, portanto, em consonância com o pensamento de Abel Varzim, estaria “*provado por documentos encontrados na Hungria e outros países da Europa Central que foi o dinheiro judaico que fomentou diversos levantamentos comunistas que ensanguentaram esses países após a guerra. Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Litvinof, Radek, Karl Marx, Liebknecht, Rosenthal, Rosa Luxemburg, Bela-Kuhn, Borodin... são judeus. Rosenberg, o embaixador da Rússia que dirigiu a revolução marxista na Espanha, é semita. Do que os algozes de Cristo são capazes vê-se pela seguinte carta da Sinagoga, escrita no século XV.*

“Fingi aceitar o cristianismo para que maior dano possais causar aos cristãos. Dedicar-vos-eis às letras, e com a vossa teologia subvertereis a fé dos cristãos; com vossa jurisprudência os despojareis; com medicina matareis impunemente; abusareis dos benefícios eclesiásticos e dos sacramentos e à

*Igreja pertencereis. Entrando nos mosteiros, perturbareis a paz e a concórdia. Finalmente, ocupareis discretamente os lugares seculares e dedicar-vos-eis às artes para devorar os bens dos cristãos sem trabalho.” O trabalho judaico vai tomando, dia e noite, maior importância devido à autêntica invasão dos emigrados alemães. Não se pode combater o comunismo sem combater os seus aliados da franco-maçonaria e do judaísmo internacional.*⁹

Entre 1939 e 1944, os “católicos sociais” lusos mantiveram o pressuposto de que a função “das massas” no processo de “elevação espiritual e moral”, de reforço das condições materiais e culturais de existência dos trabalhadores deveria ser de natureza sobretudo passiva. Apenas a Liga Operária Católica e a Juventude Operária Católica, os Sindicatos Nacionais e as Casas do Povo, as Casas dos Pescadores e o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e outros organismos do Estado Novo estariam em condições de contribuir para essa “evolução positiva” evitando, ao mesmo tempo, os riscos de “obsessão materialista” – sobrevalorização das “questões profanas” relativamente às “verdadeiras necessidades religiosas” – e de “deriva oposicionista” (movimentos grevistas, protestos camponeses e golpes de estado) que a Segunda Guerra Mundial potenciou¹⁰.

Colocada face a um movimento grevista nas Minas da Panasqueira – 2 e 3 de Janeiro de 1939 –, a Redacção de *O Trabalhador* afirmou que é “*com profundo desgosto que hoje vimos falar-vos, operários mineiros. Para quê o fizestes? Porque não seguistes os nossos conselhos? Porque assim transgredistes as normas que vos demos? Não acreditais na nossa amizade? Ouvimos que respondeis: “sim, acreditamos; mas não estando nas vossas mãos remediar o nosso mal, agimos por nós próprios”. Pois fizestes mal. Vós tendes razão e o que temos dito aqui não o desdizemos. Tendes razão no que pedis. Não tendes razão na maneira como o pedis.*

Mas não havia outra? Havia, sim! E talvez mais rápida do que a seguida agora por vós. Ora vamos a ver se tomais juízo. Continuaremos a trabalhar por vós, mas desde que tenhais a cabecinha no vosso lugar. E vereis que não vos arrependereis. O vosso problema há-de resolver-se no bem para vós, mas é preciso que sabais ter ânimo. As promessas que aqui vos fizemos não eram enganadoras nem no ar. Sabíamos do que falávamos e porque falá-

⁹ Cfr. Ano III, nº 69, 1 de Março de 1937, p. 4.

¹⁰ Cfr., nomeadamente, C. Bastien, 1989; J.M.B. Brito, 1989; J.L. Cardoso, 2003; A.M. Hespanha, 2003; M. Lucena, 1976; J.P.A. Nunes, 2005; M.F. Patriarca, 1995; M.I. Rezola, 1995; F. Rosas, 1994; J.C. Valente, 1999.

vamos. Vamos agora ter tento na bola e trabalhar pelo que de justo existe nas vossas aspirações. Confiais!”¹¹

Perante o aumento da contestação ao regime – fruto do agravamento das dificuldades e oportunidades decorrentes, por um lado, da “guerra económica” e da “economia de guerra”, por outro, das características e opções do Executivo e da sociedade portuguesa –, a liderança da “acção social católica” tentou, ainda, afirmar-se como “representação nacional dos trabalhadores” e negociar directamente com a chefia do Estado Novo. Mobilizou, para o efeito, os militantes católicos que integravam os órgãos sociais de Sindicatos Nacionais, bem como as direcções da Liga Operária Católica e da Juventude Operária Católica.

Invocando a delimitação de áreas de intervenção estabelecida em 1933, acusando os “católicos sociais” de “intervenção abusiva” em questões de natureza socioeconómica e político-ideológica, o próprio António de Oliveira Salazar impôs à Igreja e à Acção Católica Portuguesa o abandono da referida estratégia de actuação. Decidiu, em alternativa, reprimir a generalidade das modalidades (estruturadas ou informais, continuadas ou ocasionais) de oposição; preparar o regime para sobreviver ao fim do conflito de 1939-1945 e à cada vez mais previsível derrota das maiores “potências fascistas”.

Na etapa final da Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra (1944-1949), grande parte dos mais destacados dirigentes da “acção social católica” lusa completaram uma evolução que os levou a afastarem-se do Estado Novo ou, mesmo, a integrar algumas das correntes oposicionistas. Em termos internacionais, saudaram o fim do conflito militar global despoletado a 1 de Setembro de 1939, congratularam-se com o desmantelar dos regimes totalitários de direita (do Terceiro Reich nacional-socialista em particular) e elogiaram a criação da Organização das Nações Unidas; louvaram os projectos de criação de “modalidades universais de previdência social” e aprovaram processos de aproximação entre a Igreja/a “acção católica” e forças político-sindicais de centro-esquerda ou de esquerda verificados em países como Itália e França, Bélgica e Reino Unido.

À escala nacional, corroboraram a defesa de “eleições livres” e apoiaram candidaturas oposicionistas, criticaram o facto de a Igreja Católica continuar a apoiar pública e explicitamente o Estado Novo em nome “dos católicos portugueses”; passaram a denunciar a “terrível pobreza” que marcava a vida das “classes populares” e a “ausência de resultados significativos” por parte do

¹¹ Cfr. Ano V, nº 114, 15 de Janeiro de 1939, p. 4.

“corporativismo de Estado” vigente desde 1933. Esta nova atitude acarretou, quer conflitos com inúmeras individualidades e entidades católicas, quer um confronto directo com a chefia da ditadura. Em 1948, o Ministério do Interior proibiu o jornal *O Trabalhador* e o Governo exigiu ao Cardeal Patriarca de Lisboa o imediato afastamento do Padre Abel Varzim de todas as funções na Acção Católica Portuguesa.

Mesmo no seio da “acção social católica”, vários sacerdotes e leigos assumiram, entretanto, nos anos quarenta e nas décadas seguintes, posturas “democratas-cristãs conservadoras”, próximas dos valores e interesses do regime e de sectores patronais. A título de ilustração, evoca-se uma situação associada ao subuniverso da mineração do volfrâmio. Sob a coordenação do Padre Manuel Vaz Leal – Capelão das Minas da Panasqueira a partir de 1941, crítico da actuação de Boaventura Alves de Almeida e de Abel Varzim –, o jornal *O Mineiro*¹² apresentou-se sempre como um misto de “publicação católica”, de “jornal de empresa” e de “instrumento de propaganda” do salazarismo.

Valorizou o papel da indústria extractiva e “dos mineiros” no desenvolvimento da economia portuguesa e mundial; destacou a importância da Beralt Tin & Wolfram, Ltd. e das Minas da Panasqueira para o país e para os concelhos da Covilhã, Fundão e Pampilhosa da Serra; apresentou como “alívio possível” para as “desigualdades naturais” a “assistência social” proposta pela Igreja Católica e concedida pela “Companhia” ou pela “organização corporativa” do Estado Novo. Atribuiu prevalência às “preocupações espirituais e morais” face às “questões profanas”; divulgou as actividades “religiosas e caritativas” da capelania; apelou sistematicamente aos trabalhadores do Couto Mineiro para que fossem “gratos e obedientes ao Pároco, à Empresa e às Autoridades”.

De acordo com a Redacção de *O Mineiro*, natureza e sociedades humanas apresentariam “*os mesmos contrastes de cimo e vale, de sombra e luz, de abrigo e desamparo, de pujança feliz e miséria sem culpa! E então... a quem acusar? A ninguém! Estas são, infelizmente, as condições naturais em que o homem tem de viver em qualquer retalho de terra que habite por vontade de Deus. Inútil tarefa pretender substituir condições que estão na essência das coisas!... Mas podemos atenuar, diminuir as suas consequências, adoçar as arestas mais vivas, cortar os espinhos mais pungentes... Como? Transportando*

¹² Ano I, nº 1, 10 de Dezembro de 1942 - Ano 50º, nº 599, Dezembro de 1992.

da esfera das lindas palavras e das boas intenções para o plano dos factos reais uma ampla Obra de Acção Social e Cristã.”¹³

Conclusão

Defendendo, embora, que é necessário aprofundar a investigação monográfica sobre a situação da “acção social católica” portuguesa imediatamente antes, durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, julgamos ser possível aventar uma síntese operatória – porque objectivante e complexificante – acerca desse mesmo objecto de estudo. Será, ainda, relevante continuar a integrar o subuniverso em causa na análise mais global da Igreja e da “acção católica”, bem como do Estado Novo e de outros regimes políticos coevos.

Em resultado de imposição por parte da ditadura e por decisão das lideranças católicas, no início da década de 1930 a “acção social católica” lusa sofreu uma profunda reestruturação. Encerradas as “associações de classe” confessionais e outras entidades herdadas do século XIX, criaram-se organizações de âmbito nacional – com estruturas locais e regionais – e capacidade de relacionamento internacional (a Liga Operária Católica e a Juventude Operária Católica); editou-se um órgão oficial (o jornal *O Trabalhador*) e colaborou-se com regularidade nas principais publicações periódicas católicas; garantiu-se a possibilidade de intervenção nas instituições do “Estado Corporativo” (antes de tudo os Sindicatos Nacionais, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores) e estabeleceram-se com o regime salazarista sucessivas modalidades de cooperação (apoio genérico à Ditadura Militar e à “Revolução Nacional”, formalização da Acção Católica Portuguesa, “recristianização oficiosa do Estado e da Nação”, negociação de Concordata com a Santa Sé).

Ao longo de uma década e meia, os “católicos sociais” portugueses foram liderados por sacerdotes dinamizadores de anteriores iniciativas socioreligiosas inovadoras ou com formação académica em países mais desenvolvidos, por leigos envolvidos em práticas sociais de cariz “organizativamente moderno”. Se nos primeiros anos se assistiu, no fundamental, a uma convergência ideológica e de modos de actuação entre o salazarismo e a quase totalidade da “acção social católica”, a partir de 1939 evoluiu-se no sentido de uma crítica moderada ao regime e, depois, da afirmação de concepções alternativas e da disponibilidade para cooperar com as correntes oposicionistas.

¹³ Cfr. “Paisagens...”, Ano I, nº 3, 8 de Fevereiro de 1943, p. 2.

Tal como em outras conjunturas, de 1946 a 1948 o Estado Novo interveio para reprimir alguns dos vectores mais notórios de “contestação à ordem estabelecida” e para forçar a Igreja a afastar as personalidades (com destaque para o Padre Abel Varzim) que protagonizavam o processo de substituição da “democracia-cristã conservadora” por mundividências e atitudes típicas de um “catolicismo progressista”. Mais ou menos empenhado e voluntário, o esforço de desarticulação concretizado pelo Patriarcado de Lisboa e por outras Dioceses não terá evitado o posterior relançamento de segmentos da “acção social católica” próximos de correntes do “movimento operário” de feição demoliberal, socialista e, mesmo, comunista¹⁴.

Documentação e bibliografia

Abel Varzim: entre o ideal e o possível. Antologia de textos (1928-1964), Lisboa, Multinova/Fórum Abel Varzim, 2000.

Acção Católica Portuguesa [Ano I, nº 1, Maio de 1934 - Ano XIII, nº 151, Novembro de 1946].

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de, *A construção da verdade autoritária (1937-1945)*, São Paulo, USP, 2001.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de, “A recristianização da política: pactos e tramas entre o Estado e a Igreja (1937-1939)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 23, 2002, p. 575-610.

BARRETO, José, “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”, *Análise Social*, vol. XXIX, nº 125/126, 1994, p. 287-317.

BASTIEN, Carlos, *Para a história das ideias económicas no Portugal contemporâneo. A crise dos anos 1945-1954*, 2 volumes, Lisboa, 1989 (policopiado).

BLINKHORN, Martin (ed.), *Fascists and conservatives. The radical right and the establishment in twentieth-century Europe*, Londres, Unwin Hyman, 1990.

¹⁴ Cfr., entre outros, J. Barreto, 1994; *Os católicos e as direitas* [...], 1968; J.G. Freire, 1976; A.J. Matias, 1989.

- BRITO, José Maria Brandão de, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O caso do condicionamento industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- CARDOSO, José Luís e ROCHA, Maria Manuela, “Corporativismo e Estado-providência (1933-1962)”, *Ler História*, nº 45, 2003, p. 111-135.
- Os católicos e as direitas: do integralismo ao nacional-catolicismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1968.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *Obras pastorais*, 7 volumes, Lisboa, União Gráfica, 1936-1970.
- CEREJO, António Joaquim Mendes, “O Padre Abel Varzim e o seu tempo”, *Lusitânia Sacra*, II Série, t. XII, 2000, p. 461-491.
- CERQUEIRA, Silas, “L’Église catholique et la dictature corporatiste portugaise”, *Revue Française de Science Politique*, vol. XXIII, 1973, p. 473-513.
- CLEMENTE, Manuel e FERREIRA, António Matos (coord.), *Religião e secularização (séculos XIX e XX)*, AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, vol. 3.
- COLLOTTI, Enzo, *Fascismo, fascismos* (trad. do italiano), Lisboa, Editorial Caminho, 1992.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo*, Lisboa, GIS/Editorial Presença, 1982.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.
- Diário das Sessões* [nº 1, 11 de Janeiro de 1935 – nº 119, 15 de Dezembro de 1947].
- FERREIRA, António Matos, “Portugal [...]. C. Le catholicisme aux 19ème. et 20ème. siècles”, *Dictionnaire de Spiritualité*, Paris, Beauchesne, 1985, t. XII, fasc. LXXX-LXXXII, col. 1973-1985.
- FONTES, Paulo, “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja em Portugal”, *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, t. VI, 1994, p. 61-100.
- FREIRE, José Geraldes, *Resistência católica ao salazarismo-marcelismo*, Porto, Livraria Telos Editora, 1976.

- HESPANHA, António Manuel, “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado Social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165, Inverno de 2003, p. 1285-1302.
- A Igreja no mundo operário. Contributos para a história da Liga Operária Católica e da Liga Operária Católica Feminina (1936-1974)*, Coimbra, LOC, 2003.
- LUCENA, Manuel de, *A evolução do sistema corporativo português*, 2 volumes, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976.
- Lumen* [Ano I, fasc. 1, Janeiro de 1937 - Ano XI, fasc. 12, Dezembro de 1947].
- MATIAS, Augusto José, *Católicos e socialistas em Portugal (1875-1975)*, Lisboa, IED, 1989.
- MAYEUR, Jean-Marie e outros (dir.), *Histoire du Christianisme des origines à nos jours*, Paris, Desclée/Librairie Arthème Fayard, 1990, t. XII (“Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)”).
- O Mineiro* [Ano I, nº 1, 10 de Dezembro de 1942 – Ano 50º, nº 599, Dezembro de 1992].
- NUNES, João Paulo Avelãs e outros, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, FLUC, 1993.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, p. 167-227.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neomoderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”, *População e Sociedade*, nº 8, 2002, p. 73-101.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, 2 volumes, Coimbra, 2005 (policopiado).
- PATRIARCA, Maria de Fátima, *A questão social no salazarismo*, 2 volumes, Lisboa, IN/CM, 1995.
- PITA, Gabriel de Jesus, *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo. A revista Lumen (1937-1945)*, 2 volumes Lisboa, 1995 (policopiado).
- Primeira Decenal da Acção Católica Portuguesa* (Lisboa, 1 a 4 de Junho de 1944), 3 volumes, Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1945-1948.

- QUEIROZ, Maria Inês Costa, *A Mocidade Portuguesa na “Era dos Fascismos”*. *O enquadramento da juventude no Estado Novo (1936-1945)*, Lisboa, 2008 (policopiado).
- REZOLA, Maria Inácia, *Igreja, operários e corporativismo. Problemas em torno da “questão social” (1931-1948)*, 2 volumes, Lisboa, 1995 (policopiado).
- RODRIGUES, Domingos, *Abel Varzim, uma apóstolo português de justiça social*, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1990.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, vol. XXXV, nº 157, Inverno de 2001, p. 1031-1054.
- SANTOS, Francisco Inácio Pereira dos, *Un état corporatif. La constitution sociale et politique portugaise*, Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1940, 2ª edição.
- Semanas sociais portuguesas. Primeiro Curso: “Aspectos fundamentais da doutrina social cristã”* (Lisboa, 1940), Lisboa, Edições ACP, 1941.
- Semanas sociais portuguesas. Segundo Curso: “Bases cristãs duma nova ordem”* (Coimbra, 1943), Coimbra, Casa do Castelo Editora, 1943.
- Semanas sociais portuguesas. Terceiro Curso: “O problema do trabalho* (Porto, 1949), Lisboa, União Gráfica, 1950.
- O Trabalhador* [Ano I, nº 1, 1 de Maio de 1934 – Ano XIII, nº 304, 20 de Dezembro de 1946].
- VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e alegria no trabalho. Uma história política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, INATEL/Edições Colibri, 1999.
- VAUSSARD, Maurice, *Histoire de la démocratie chrétienne (France, Belgique, Italie)*, Paris, Éditions du Seuil, 1956.
- Vida Católica* [Ano XVII, nº 247, Janeiro de 1933 – Ano XX, nº 292-294, Outubro-Dezembro de 1936].
- Vinte anos de organização corporativa (1933-1953)*, Lisboa, s.e., 1953

**UMA RESPOSTA AMBÍGUA: O SINDICALISMO REFORMISTA PERANTE O
FASCISMO NOS ANOS DA CONSTRUÇÃO DO REGIME**

Nos primeiros anos de governo, o fascismo italiano adoptou em relação ao mundo do trabalho uma estratégia ambivalente: por um lado, continuou a obra de destruição sistemática das organizações sindicais pré-existentes, já iniciada antes da tomada do poder para destruir a rede associativa do movimento operário; por outro lado, em particular as componentes que mostravam uma maior sensibilidade pelas temáticas sociais (de Mussolini aos sindicalistas revolucionários) procuraram criar uma relação com as massas dos trabalhadores através da construção de uma nova rede sindical. Faziam também parte desta estratégia as repetidas tentativas – efectuadas por Mussolini em pessoa – de se aproximar aos vértices das principais confederações, a fim de alcançar um acordo para normalizar a situação através da fusão de todas as diversas experiências organizativas num organismo unitário, que naturalmente os fascistas pretendiam hegemonizar¹. Entre recurso à violência *squadrista* e a necessidade de enraizar-se no mundo do trabalho, entre provas de força e propostas de

¹ No final de 1922, quando Mussolini chegou ao poder, em Itália existiam cinco confederações sindicais: as duas mais importantes eram a Confederação Geral do Trabalho (CGdL), ligada ao Partido socialista, e a Confederação italiana dos trabalhadores (Cil), de inspiração católica; seguiam-se a União italiana do trabalho (Uil), que se professava apolítica, e a União sindical italiana (Usi), anárquico-sindicalista, mas ambas dissolver-se-iam nos anos sucessivos; enfim apareceu a Confederação nacional dos sindicatos fascistas, fundada no início do ano e guiada por Edmondo Rossoni. A estas grandes confederações acrescentavam-se alguns sindicatos autónomos, que tornavam ainda mais compósito o panorama sindical italiano.

compromisso, a organização sindical do regime fascista permaneceu um problema aberto a várias soluções até Abril de 1926, quando entrou em vigor uma lei feita expressamente por Alfredo Rocco, que marcou um divisor de águas na história do sindicalismo italiano: de facto, esta lei proibia a greve e a greve dos patrões (*lock-out*), reconhecia a validade jurídica dos contratos colectivos de trabalho, instituíu um órgão específico de magistratura e, sobretudo, atribuía à confederação fascista o monopólio da representação dos trabalhadores. Subtraía-se assim todo e qualquer papel e espaço de acção ao sindicalismo livre: ora apenas os sindicatos fascistas detinham o poder de representar os trabalhadores nas controvérsias de trabalho, enquanto que os outros sindicatos foram privados de todo e qualquer poder contratual².

Mas se estas, numa síntese extrema, foram as etapas que conduziram à instauração de um regime ditatorial também no campo sindical, como responderam os grupos dirigentes da parte amplamente majoritária do movimento operário alheia ao sindicalismo fascista? Em suma, qual foi a resposta da oposição? As reacções não foram unânimes, e aliás em alguns casos – como se verá – apresentaram uma certa ambiguidade. De facto, perante a impossibilidade de prosseguir a própria função de tutela do trabalho no quadro já completamente ditatorial imposto pelo governo fascista, às duas grandes confederações sindicais permaneceu uma única possibilidade: tanto a Cgdl como a católica Cil decidiram dissolver-se em Janeiro de 1927³. Mas enquanto grande parte da elite sindical aderiu a uma linha firmemente antifascista, tomando com resolução a estrada do exílio ou da clandestinidade, uma minoria declarou-se interessada pela nova disciplina jurídica das relações colectivas de trabalho e disponível a contribuir com uma crítica construtiva para a experiência fascista. Foi o caso, verdadeiramente emblemático, de um grupo de velhos sindicalistas da Cgdl, guiado por Rinaldo Rigola e composto entre outros por Carlo Azimonti, Ludovico Calda, Emilio Colombino, Ludovico D'Aragona, Battista Maglione, Ettore Reina. Visto que as leis fascistas, mesmo que reservando unicamente aos sindi-

² Para uma reconstrução histórica do sindicalismo fascista na sua fase inicial, o texto de referência é ainda o de F. Cordova, *Le origini dei sindacati fascisti. 1918-1926*, Laterza, Roma-Bari 1974. Já sobre a lei de 13 de Abril de 1926 como base de todo o ordenamento sindical fascista, veja-se A. Aquarone, *L'organizzazione dello Stato totalitario*, Einaudi, Torino 1995 (1ª ed. 1965), pp.126-41. O texto da lei é aqui reproduzido nas pp.442-51.

³ Sobre a trajectória da Cgdl da primeira guerra mundial à dissolução, cfr. A. Pepe, *La crisi del sindacato e la trasformazione dello Stato (1915-29)*, in A. Pepe, O. Bianchi, P. Neglie, *La CGdL e lo Stato autoritario*, Ediesse, Roma 1999.

catos fascistas o direito de tomar parte nos contenciosos, permitiam a existência de associações com finalidades culturais, este grupo minoritário fundou no início de 1927 a Associação nacional de estudos sobre os problemas do trabalho, que se apresentava como «uma associação livre que pretende manter-se num campo estritamente cultural», com o objectivo «de tornar acessível às grandes massas as reformas que se preparam»⁴. Para dotar-se de um instrumento adequado para tal fim, a primeira iniciativa da Associação foi retomar a publicação de uma revista mensal que tinha saído no imediato pós-guerra (entre 1918 e 1921): “I Problemi del lavoro”⁵.

O objectivo desta reflexão será antes de mais nada compreender sobre quais pressupostos ideológicos se baseou esta convergência entre alguns expoentes do sindicalismo reformista e o fascismo, na convicção de que se trata de um caso de estudo interessante para observar como as respostas à política liberticida fascista não fossem de modo algum óbvias.

Rinaldo Rigola e o seu entourage: um grupo de “apoiantes”

Mas quem era Rinaldo Rigola, ou seja o líder deste grupo de sindicalistas e o director dos “Problemi del lavoro”? Nascido em 1868 numa família operária de Biella, um pequeno centro industrial do Piemonte, Rigola exerceu o ofício de carpinteiro até que em 1903 se tornou cego devido a um infortúnio no trabalho. Justamente este acidente o empurrou a dedicar-se a tempo pleno à actividade sindical. Politicamente próximo à ala moderada e reformista do Partido socialista italiano (Psi), deputado no Parlamento de 1900 a 1906, defensor do nascimento de um “partido do trabalho” seguindo o modelo do laborismo inglês, em Outubro de 1906 era um dos fundadores da Cgdl e foi eleito secretário-geral, função que exerceu por 12 anos. A linha que ele constantemente

⁴ r.r. [R. Rigola], *Punti fermi*, in “Problemi del lavoro”, 25 de Março de 1927.

⁵ A nova série dos “Problemi del lavoro”, publicada em Milão e dirigida por Rigola, saiu de 25 de Março de 1927 ao 1º Junho de 1940. Esta revista e a Associação que a publicava tinham sempre recebido pouca atenção do ponto de vista historiográfico, ainda que uma primeira tentativa de reconstruir as suas vicissitudes remonte já a cinquenta anos atrás: S. Merli, *Corporativismo fascista e illusioni riformistiche nei primi anni del regime. L’attività dell’”A.N.S. Problemi del lavoro” nelle carte di Rinaldo Rigola*, in “Rivista storica del socialismo”, 1959, 5. Uma parcial e mais recente excepção é representada por F. Cordova, *Verso lo stato totalitario. Sindacati, società e fascismo*, Rubbettino, Soveria Mannelli 2005, pp.107-61.

seguiu foi a da autonomia do sindicato em relação ao partido, ou seja da Cgdl em relação ao Psi. Demonstrou-o uma vez mais no eclodir da primeira guerra mundial, quando ainda que alinhando-se contra a intervenção bélica italiana se distanciou da posição de neutralidade “absoluta” assumida pelo Psi. Durante o conflito, manteve uma atitude colaborativa em relação ao governo e ao sistema de mobilização industrial preparado para coordenar a produção bélica e manter sob rígido controlo a conflitualidade social. Esta foi uma experiência decisiva também no percurso ideológico de Rigola, na medida em que representou uma primeira experimentação completa de intervencionismo estatal no campo económico e de governo autoritário dos interesses contrapostos de classe⁶. No final de 1918, com a guerra apenas terminada, justamente a vontade de consolidar a autonomia do partido e de prosseguir o diálogo com as instituições governativas conduziu à demissão de Rigola da secretaria da Cgdl (aliás substituído pelo seu fiel colaborador Ludovico D'Aragona). O pretexto para a ruptura decisiva com a confederação que tinha guiado por mais de uma década foi dado pela dissensão sobre a eventual participação de representantes sindicais na Comissão especial para os problemas do pós-guerra, instituída pelo governo: a proposta de Rigola de aceitar a entrada na comissão foi rejeitada pela direcção da Cgdl, influenciada pelo Psi. Conclui-se assim uma primeira fase na trajetória do sindicalista de Biella. Uma vez demitido da guia da Cgdl, Rigola continuou a ocupar-se de temáticas sindicais, colaborando com diversas publicações, mas sobretudo iniciando a publicação de uma revista só sua – “I Problemi del lavoro” – dedicada ao estudo de questões económicas e trabalhistas. Esta primeira série do periódico, que saiu de Dezembro de 1918 a Janeiro de 1921, permitiu que Rigola compactasse em torno da própria figura uma rede de sindicalistas reformistas, todos bastante distantes da posição radicalmente conflitual assumida pela Cgdl no imediato pós-guerra. No pano ideológico, o principal ponto em comum do grupo consistia na convicção de que fosse necessário dar um papel institucional às representações organizadas dos interesses, de preferência substituindo o ordenamento político-parlamentar com um económico-corporativo. Nos anos sucessivos, Rigola procurou em vão promover uma “constituente sindical” para unificar o movimento operário numa só estrutura confederal: a unidade sindical era considerada um pressuposto indispensável para actuar a reforma do sistema de relações industriais. Entretanto, perante a

⁶ Sobre a experiência da mobilização bélica como grande reservatório de ideias políticas depois desenvolvidas no pós-guerra, veja-se A. Ventrone, *La seduzione totalitaria. Guerra, modernità, violenza politica (1914-1918)*, Donzelli, Roma 2003.

subida do fascismo, manteve uma atitude de diálogo, condenando os seus excessos mas em simultâneo explicando-os como uma reacção às intemperanças do maximalismo socialista. O resultado desta posição ambivalente foi justamente o alheamento dos ambientes do fascismo e a criação, em Janeiro de 1927, da Associação nacional para o estudo dos problemas do trabalho⁷.

Este era então o perfil biográfico de Rigola no final dos anos Vinte. Um percurso político e sindical complementemente semelhante ao dos outros fundadores da Associação, que já tinham repetidamente colaborado com o ex-secretário da Cgdl. A originalidade da posição destes fundadores era dada por uma visão reformista particular, que partia da presumida superioridade da organização sindical em relação à de partido: como foi recentemente escrito, «neles operavam antigas sugestões ideológicas – que consideravam o sindicato como a expressão directa dos interesses económicos dos trabalhadores e segundo as quais o Psi devia ser considerado uma sobreposição inútil – que tinham sido reforçadas pela crise do reformismo e da II Internacional, provocada pela guerra»⁸. Estas «antigas sugestões ideológicas», que remontavam às teorias de Georges Sorel e ao sindicalismo revolucionário do início do século, eram substancialmente partilhadas pelas minorias do movimento de Mussolini que proviham de uma militância precedente na área da esquerda (Um nome prevalece: Edmondo Rossoni, então líder máximo dos sindicatos fascistas⁹). Todavia, o grupo dos “Problemi di lavoro” não era de modo algum um grupo de sindicalistas que se tornaram fascistas. Nenhum deles exerceu actividades nas organizações sindicais fascistas, nem ocupou cargos de algum género sob o regime. Pelo contrário todos continuaram a declarar-se socialistas. Certo, o deles era um socialismo que tinha renegado a tradição marxista. Como referia o estatuto da Associação, ainda que a luta de classes permanecesse uma «realidade objectiva», devia ser abandonado o «preconceito classista», ou seja «o classismo

⁷ Cfr. S. Neri Serneri, *Rigola Rinaldo*, in *Dizionario del fascismo*, por V. de Grazia e S. Luzzatto, 2 voll., Einaudi, Torino 2002-2003. Para uma biografia mais ampla de Rigola, ainda que bastante severa em relação às ambiguidades da sua posição reformista, veja-se C. Cartiglia, *Rinaldo Rigola e il sindacalismo riformista in Italia*, Feltrinelli, Milano 1976.

⁸ Cordova, *Verso lo stato totalitario*, cit., p.XIV.

⁹ Sobre a evolução político-sindical de Rossoni e de uma corrente do sindicalismo revolucionário que em parte contribuiu para a organização dos sindicatos fascistas, permito-me de remeter para M. Pasetti, *Tra classe e nazione. Rappresentazioni e organizzazione del movimento nazional-sindacalista (1918-1922)*, Carocci, Roma 2008.

bruto, unilateral, apriorístico»: de tal modo, «não se renega o socialismo, mas se interpreta o mesmo mais realisticamente como um fim, como uma tendência da sociedade». Já que - prosseguia o estatuto - «deve existir um limite à auto-defesa de classe, para os operários como para os empresários» torna-se oportuno que «o problema da classe operária seja colocado também como problema de responsabilidade nacional»¹⁰. A óptica da nação sobrepuja-se à de classe, num processo de contaminação entre as duas identidades colectivas mais potentes do século XX.

Resumindo, ainda que distantes do marxismo, Rigola e os seus colaboradores permaneciam ainda dentro de uma perspectiva socialista. Só que, muito simplesmente, não eram antifascistas. Pelo contrário, à negação das liberdades sindicais e políticas reagiram propondo-se como “apoiantes” do regime, oferecendo uma colaboração “técnica” ao fascismo, na ilusão de poder exercer alguma influência na sua evolução e de contribuir para a valorização das organizações profissionais dos “produtores”.

Elementos de compartilhamento da política sindical fascista

Quais eram então, os pontos de convergência entre o grupo de Rigola e o fascismo? Que aspectos da política sindical fascista eram substancialmente partilhados, e quais expectativas eram alimentadas? Para formular uma resposta basta folhear os primeiros dois ou três anos de “Problemi del lavoro”.

Um primeiro elemento deve ser identificado no juízo substancialmente favorável emitido sobre a lei Rocco entrada em vigor em Abril de 1926. No editorial de apresentação da revista, escrito por Rigola, apreciavam-se explicitamente duas inovações introduzidas pela lei: a instituição da Magistratura do trabalho, para dirimir as controvérsias contratuais, e a imposição do sindicato único, reconhecido pelo direito público e considerado «um progresso sobre a pluralidade dos sindicatos»¹¹. O tema da unidade sindical era por outro lado um velho cavalo de batalha de Rigola, que ora podia notar com satisfação como o fim do pluralismo e das liberdades tivesse inesperadamente favorecido a sindicalização do mundo do trabalho: «Mais sindicalismo hoje do que ontem, não

¹⁰ Associazione Nazionale Studio “Problemi del Lavoro”, in “Problemi del lavoro”, 25 Março 1927.

¹¹ r.r. [R. Rigola], *Punti fermi*, in “Problemi del lavoro”, 25 Março 1927.

obstante a guerra aos sindicatos. Parece um paradoxo, mas é assim!»¹². Em geral, o fascismo estava-se a demonstrar «uma coisa singular, talvez nova no mundo»: um regime político diferente das tradicionais ditaduras reaccionárias, porque ao contrário destas últimas não se limitava a destruir as organizações operárias, mas substituíam-las com as próprias estruturas corporativas¹³.

Um segundo ponto que tornava interessante a experimentação fascista dizia respeito à alteração da relação entre política e sociedade, entre estado e economia. Noutros termos, a era do liberalismo oitocentista parecia definitivamente ultrapassada e a intervenção estatal parecia então necessária para regular as relações entre as classes ou, mais precisamente, entre todas as categorias dos produtores. Desde os primeiros números de “Problemi del lavoro”, vários artigos insistiam sobre a incipiente e oportuna transformação da sociedade liberal numa sociedade orgânica controlada e dirigida a partir do alto. A própria questão social parecia solucionável unicamente neste modo, isto é «com a organização de todo o trabalho e com a transformação dos sindicatos em entidades jurídicas, que tenham a representação dos interesses das respectivas categorias»¹⁴. A liberdade individual podia ser sacrificada em nome da sociedade orgânica:

O século XIX foi o século do maior contraste entre o princípio individualista e a tendência orgânica da sociedade. [...] O princípio atomístico sofreu uma primeira e irremediável derrota; nasceu o fenómeno social que nós actualmente conhecemos com o nome de sindicalismo e que preenche consigo a vida de todos os Estados civis. [...] Esta é a conclusão de um processo iniciado desde o dia em que a sociedade foi reduzida a uma poeira de átomos, na ilusão de que se pudesse garantir a liberdade individual¹⁵.

Afinal de contas, toda a história do sindicalismo representava uma resposta à sociedade atomizada do liberalismo. Mas a guerra tinha mudado o cenário, exigindo uma forte intervenção pública:

Os Estados sentem que não podem mais abandonar a si próprias as forças da produção. [...] Tinham tido que abandonar o antigo *laissez faire*, e e colocar-se na via do disciplinamento autoritário da economia. A economia

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Tenax, *La società organica*, in “Problemi del lavoro”, 1 Junho 1927.

¹⁵ Ibidem.

disciplinada e controlada pelo Estado. Eis a revolução desencadeada pela guerra!¹⁶

Mas que tipo de estado se prefigurava? A resposta a esta pergunta constituía um terceiro elemento que aproximava o reformismo de Rigola e companheiros ao fascismo. O modelo institucional que o grupo dos “Problemi del lavoro” auspiciava já não era o estado parlamentar da tradição liberal-democrática, mas um estado corporativo que fosse capaz de “nacionalizar” o mundo do trabalho:

A intervenção das grandes massas na vida pública e social põe em jogo a existência dos Governos e propõe o problema da estrutura dos Estados. O “trabalho” deve entrar no Estado com todas as suas aspirações e a sua influência e não apenas através das delegações parlamentares; os “governos” devem ter uma maior estabilidade, mesmo que sendo legítimos e democráticos, e dispor de uma autoridade disciplinadora em relação a todas as classes e a todas as categorias.¹⁷

Nesta perspectiva, abriam-se amplas margens de diálogo com os teóricos do corporativismo fascista. Eventualmente o ponto crítico era constituído pela função do sindicato: enquanto se considerava que «o patronato [tivesse] claríssima a consciência da sua força e dos seus interesses», os trabalhadores pareciam ainda necessitar da organização sindical para adquirir uma consciência semelhante, e portanto também o sindicalismo fascista devia desempenhar uma função organizativa análoga, a fim de fundar um sistema de colaboração paritária entre as classes. O regime de Mussolini ainda não estava próximo da meta, mas apenas no início de um percurso ainda longo:

A prova de fogo do fascismo sindical e político já não é o *sindacato* unitário jurídico que é sempre a categoria e a classe, mas sim a *corporação* que pretende ser a síntese das categorias ou seja a produção e, ainda mais além, o *Estado corporativo* que pretende ser a síntese das actividades produtivas, ou seja, a nação. A experimentação é interessante; e dos resultados se terá a medida de quanto é realmente novo e original. [...] De qualquer modo, é certo

¹⁶ r.r. [R. Rigola], *La vitalità del capitalismo*, in “Problemi del lavoro”, 1 Agosto 1927.

¹⁷ Bruno Araldi, *Regimi politici di dopo guerra. Il problema dello “Stato”*, in “Problemi del lavoro”, 1 Novembro 1927.

que a consciência nacional e a consciência corporativa podem-se formar sobre, mas não em ausência, da consciência sindical de categoria e de classe.¹⁸

Neste sentido, a crítica dirigida ao regime era a de ter manifestado uma prudência excessiva, de não ter efectuado a “revolução corporativa”: «nós somos observadores imparciais e sem preconceitos (já que mais não nos é permitido fazer) da experimentação sindical e política fascista; e vemos no movimento uma prevalência demasiado marcada pelo elemento conservador em relação ao elemento decididamente revolucionário»¹⁹.

O fascismo como “socialismo mascarado” ou “ponte de passagem”

As opiniões e ainda mais as críticas dirigidas por este grupo de sindicalistas reformistas ao ordenamento político-sindical instaurado por Mussolini subentendiam uma concepção precisa do fascismo. Tendo conta sobretudo de alguns factores tais como o intervencionismo estatal e a subordinação dos interesses individuais ao interesse colectivo – mas evidentemente omitindo outros aspectos, começando pelo carácter repressivo e coercitivo do sistema ditatorial –, o fascismo assemelhava a Rigola e aos seus companheiros como um «socialismo mascarado», que parecia capaz de realizar uma política social «enérgica e audaz»²⁰. No mesmo editorial que abria o número dos “Problemi del lavoro” de Novembro de 1927, para esclarecer o conceito parafraseava-se um proverbial enigma da cultura camponesa: «em palavras pobres e se quisermos de baixo nível, o fascismo é “o ovo hoje”, onde o socialismo representa “a galinha amanhã”»²¹.

Alguns meses depois, coube a Rigola voltar ao tema e responder às observações polémicas feitas por um dos mais respeitáveis representantes do corporativismo fascista, Giuseppe Bottai, segundo o qual a Associação dos “Problemi del lavoro” continuava em substância a expressar um preconceito

¹⁸ M., “Categorie, produzione, nazione. Dal semplice al complesso”, in *Problemi del lavoro*, 1 Novembro 1927.

¹⁹ “Ordinamento e movimento sindacale corporativo”, in *Problemi del lavoro*, 1 Abril 1928.

²⁰ “Il passato specchio del presente”, in *Problemi del lavoro*, 1 Novembro 1927.

²¹ *Ibidem*.

classista, contrário aos verdadeiros interesses da nação²². A resposta de Rigola era então a seguinte:

Quando na árvore do regime começaram a aparecer os brotos das corporações, tivemos que nos convencer que nos encontrávamos na presença de um revolvimento que reunia em si as características de uma revolução e de uma restauração. [...] E assim decidimo-nos pela colaboração [no plano cultural] para a criação do Estado corporativo. Este Estado corporativo representa para nós justamente aquela “ponte de passagem”, não em direcção à “ditadura do proletariado” – como temem os nossos contraditores – mas em direcção ao “Estado operário”. Aqui nasce a dissensão ideal entre nós e o fascismo, e é lógico que nasça²³.

O corporativismo fascista representava então uma «ponte de passagem» da velha democracia liberal e parlamentar ao socialismo. Mas não – prosseguia Rigola – em direcção à «ditadura do proletariado», mas sim em direcção a um «estado operário»:

O Estado operário é aquele estado em que a massa dos produtores já não está dividida em classes antagonistas mas em hierarquias de funções perfeitamente solidais entre si [...] A ditadura proletária é a ruptura brusca das relações de propriedade, a socialização totalitária a priori. Pereça a civilização, se necessário, desde que o princípio triunfe. O Estado operário é, pelo contrário, o esforço para fundir as classes e para criar uma substancial, ainda que relativa, justiça económica salvando as razões da civilização.²⁴

O ponto de dissensão com a doutrina corporativa fascista consistia principalmente no carácter autoritário desta última: enquanto o fascismo promovia uma visão coerciva do governo dos interesses, «fazendo descer do alto», a aspiração reformista proposta pelos “*Problemi del lavoro*” queria deslocar «a base da soberania do cidadão ao produtor»²⁵.

²² Bottai tinha manifestado estas críticas no número de 15 de Abril de 1928 de “*Critica fascista*”, a revista que dirigia e que representava um dos principais lugares de elaboração intelectual do regime. Sobre a figura de Bottai, veja-se em particular E. Gentile, *Il mito dello Stato nuovo. Dal radicalismo nazionale al fascismo*, Laterza, Roma-Bari 1999 (1ª ed. 1982), pp.211-36.

²³ r.r. [R. Rigola], “Chiarimenti”, in *Problemi del lavoro*, 1 Maio 1928.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

Conclusões

Na história do fascismo italiano e da sua experiência de vinte anos de regime, a presença deste grupo de sindicalistas “apoiantes” representou sem dúvida uma página secundária, um fenómeno marginal. Justamente por este motivo, por parte do regime resultou pouco comprometedor – e aliás bastante conveniente para a sua imagem, sobretudo junto da opinião pública estrangeira – tolerar a publicação dos “Problemi del lavoro”, ignorar as críticas, mostrar-se clemente com um círculo de intelectuais privo de uma capacidade efectiva de influenciar o mundo do trabalho italiano²⁶. Todavia, a existência desta Associação e o discurso político por ela elaborado constituíram um caso interessante em alguns aspectos.

Em primeiro lugar, a posição expressa por Rigola e pelos seus colaboradores demonstra uma vez mais o escasso consenso de que gozava nos anos Vinte a democracia liberal e o ordenamento parlamentar. Também na área política do socialismo reformista havia quem preferia confiar no fascismo mais do que defender as instituições democráticas. Em suma, a crise do sistema de representação parlamentar, que interessava não só a Itália mas quase todos os países da Europa, não se esgotava nos desafios provenientes da extrema esquerda comunista ou de uma direita autoritária e nacionalista igualmente hostil ao pluralismo, mas era realmente generalizada e tinha sólidas raízes na tradição política italiana e europeia. Ou seja, a democracia não deve ser considerada como o sistema político congénito do continente europeu, nem o seu sucesso ao longo do século XX pode ser considerado óbvio²⁷. Neste quadro, o fascismo constitui a versão mais radical da luta contra a esquerda e contra a democracia liberal: foi em simultâneo um produto da crise, uma suposta solução para a crise e um ulterior factor de exasperação da própria crise. Mas pelo menos até ao advento de Hitler na Alemanha, o fascínio que a oposição fascista exercitou foi notoriamente superior ao medo.

Em segundo lugar, as vicissitudes aqui reconstruídas contribuem a recordar que o sucesso do fascismo, para além de pela violência, foi tornado possível também pela capacidade de apresentar-se como uma resposta para os problemas reais das sociedades europeias na passagem da sociedade liberal

²⁶ Santomassimo, *La terza via fascista. Il mito del corporativismo*, Carocci, Roma 2006, pp.98-9.

²⁷ Mazower, *Le ombre dell'Europa. Democrazie e totalitarismi nel XX secolo*, Garzanti, Milano 2000 (ed. orig. 1998), p.19.

para a sociedade de massa, como uma solução para o problemático processo de democratização da Europa. E neste plano, um dos factores determinantes provavelmente deve ser indicado na doutrina corporativa. O fascismo conseguiu apropriar-se do mito do corporativismo e construiu parte da sua fortuna sobre a circulação de tal mito entre os mais variados ambientes políticos europeus. Já antes da grande crise de 1929, que pareceu marcar o final do capitalismo, muitos foram os que se iludiram de ter encontrado no projecto corporativista propagandado pelo fascismo a hipótese mais convincente para instaurar uma nova ordem social. Noutros termos, o corporativismo funcionou como um factor fundamental de legitimação do fascismo.

Em terceiro lugar, se por um lado a posição ideológica assumida pelo grupo dos “Problemi del lavoro”, que no panorama europeu não foi de facto anómala, deixa entender as potencialidades do fascínio exercido pelo fascismo, por outro lado sugere também a ideia de que a construção do antifascismo foi tudo menos simples e imediata. A polarização das forças políticas entre fascismo e antifascismo foi muito menos nítida do que normalmente se pensa, e revelou-se pelo contrário uma obra complexa também porque o fascismo conseguiu exercitar uma forte atracção também em ambientes políticos adversos. Os confins entre os dois campos permaneceram por longo tempo permeáveis e a circulação das ideias ultrapassou frequentemente as linhas de separação entre as diversas fileiras. Apenas na segunda metade dos anos Trinta, quando os desenhos do imperialismo italiano e alemão começaram efectivamente a tomar corpo, chegou-se com muito esforço a uma divisão dicotómica entre o campo do fascismo e o do antifascismo. Antes, muitas respostas à política fascista conservaram propositadamente o vulto da ambiguidade.

Maria Luiza Tucci Carneiro

**(DES)CONSTRUINDO OS DISCURSOS FASCISTA E ANTIFASCISTA NO BRASIL,
1930-1945¹**

Entre 1930 e 1945, período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por quinze anos consecutivos, constatamos um permanente clima de tensão entre os movimentos políticos ditos de esquerda e direita. Apesar de o Estado varguista não poder ser definido como um fenômeno essencialmente fascista, não devemos ignorar que, em diferentes circunstâncias, as autoridades brasileiras vislumbraram os regimes fascistas como um modelo a ser imitado. Podemos afirmar que o discurso fascista emergiu oficialmente mascarado de “política trabalhista” e controlado por leis de exceção promulgadas pelo governo de Getúlio Vargas. Também pode ser identificado nos discursos de grupos conservadores e da extrema-direita, dentre os quais a A.I.B. – Ação Integralista Brasileira.

Apesar dos seus contornos essencialmente repressivos, o Estado e mais especificamente o Estado Novo brasileiro (1937-1945) – nem sempre conseguiu impôr um consenso uniformizando opiniões. Constatamos que o espírito de rebeldia manifestou-se junto a vários segmentos da sociedade. Em diferentes momentos, Vargas foi acusado de fascista e ditador pelos grupos da oposição

¹ Este artigo é resultado do projeto “Os caminhos dos impressos revolucionários” desenvolvido enquanto pesquisadora do CNPq, com Bolsa de Produtividade entre 2005/2008 e do Projeto Temático Fapesp ‘Arquivos da Repressão e da Resistência’. Agradeço a colaboração das pesquisadoras e bolsistas Fapesp Mônica Torres Gruvinel e Glaucia Castelan, responsáveis pelo Banco de Dados Panfletos PROIN.

ou de resistência, como atestam os impressos confiscados pelo Deops – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Concomitantemente, a propaganda oficial atacava diretamente os “inimigos do regime” cujas identidades coencidiam com aquelas construídas pelos regimes totalitários e autoritários: comunistas, japoneses, judeus, negros e ciganos. Esses são os discursos que nos interessam analisar, tendo como base os impressos que compõem o arquivo da Polícia Política que atuou no Estado de São Paulo entre 1924-1983.

Como proposta metodológica optamos por identificar as imagens mentais e visuais que cada um dos lados – fascista/oficial e antifascista/resistência – procuravam construir interferindo no imaginário popular. Para ambos os discursos estaremos atentos à concepção da imagem do “outro” sustentada por um conjunto de estígmias, segundo conceito de Erving Goffman². Nosso objetivo é de avaliar como estes estígmias aparecem inseridos no discurso intolerante alimentando mitos políticos e forjando “verdades”. Para avaliar o processo de construção dos mitos estaremos nos apoiando nas clássicas obras de Raoul Giradet, *Mitos e Mitologias Políticas*, e de Marc Ferro, *Os Tabus da História*.³ Estaremos atentos também a visão indiciária e o medo ao “outro”, no caso o “inimigo-objetivo”, retomando sempre que possível as reflexões sugeridas por Hannah Arendt, Leon Poliakov, Carlo Ginzburg e Tzvetan Todorov⁴.

No contexto do governo autoritário de Getúlio Vargas – que deixou-se seduzir pelos paradigmas do fascismo europeu – cabe avaliar as manifestações de xenofobia e nacionalismo exacerbados enquanto expressões marcantes do discurso político intolerante. Os órgãos de propaganda do Estado procuraram, principalmente após o levante comunista de 1935, explicar a periculosidade e a inferioridade do “outro” valendo-se do conceito de “ideologias exóticas”, dentre

² GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.*, 4ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

³ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1987; FERRO, Marc. *Os Tabus da História. A Face Oculta de Acontecimentos que Mudaram o Mundo*. Trad. Maria Angela Villela. São Paulo, Ediouro, 2003.

⁴ ARENDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Trad. Roberto Raposo. Lisboa, Dom Quixote, 1978; POLIAKOV, Leon. *A Causalidade Diabólica: Sobre as Origens das Perseguições*. Paris, Calman-Lévy, 1980. Trad. Alice Kyoto Miyashiro. São Paulo, Perspectiva, 1991; GINSBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros. A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1993.

as quais estavam o comunismo, o anarquismo e o socialismo. Através da repressão policial, do controle aos sindicatos, do esvaziamento do movimento operário e da censura institucionalizada, os agentes do Estado procuraram reduzir as chances de vida comunitária destes indivíduos classificados como “perigosos” por suas idéias e comportamentos.

Valendo-se de metáforas emprestadas à doença ou apropriadas do discurso popular, as elites políticas – ao tentarem explicar para a população as situações de crise ou justificar as medidas de cerceamento às liberdades civis – apresentavam respostas defensivas colocando em evidência o defeito ou o grau de periculosidade do inimigo. Ao estigmatizar o estrangeiro ou o judeu como indivíduo perigoso e antisocial, por exemplo, o Estado interferia de tal forma na vida daquele cidadão que acabava por inabilitá-lo para a aceitação social plena. Através de um conjunto de estigmas apurava – pela repetição e “ilustração” dos fatos narrados – que havia uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real⁵. Ao insistir nos atributos negativos do “inimigo-objetivo” – o “bode-expiatório”, segundo Hannah Arendt – os governantes destruíam a possibilidade de atenção para outros atributos do indivíduo, muitos dos quais positivos. Apelava-se, na maioria das vezes, para aspectos morais (desonestidade) e estruturais (profissão ou grau de cultura inferiores) com o objetivo de destruir a identidade social do inimigo eleito.

Para Leon Poliakov, em sua obra *A Causalidade Diabólica: Sobre as Origens das Perseguições*, o pior ocorre quando os adeptos desta visão policial assumem cargos de poder e, enquanto colaboradores do Estado opressor, elaboram uma interpretação “delirante da essência humana como fundamento de uma ideologia de Estado”⁶. Interpretações como estas podem ser constatadas em diferentes situações durante o período de 1930-1945, quando o Estado e os grupos de extrema-direita apelaram para a “teoria da conspiração”. Identificando complôs secretos internacionais liderados por judeus, comunistas e japoneses procuraram “fazer crer” (com a ajuda da grande imprensa), que todos os acontecimentos desagradáveis ocorridos no país resultavam das “maquinações” de algum grupo poderoso interessado em usufruir de uma série de benefícios⁷. Exemplo desta “construção” foi o Plano Cohen usado para justificar a repressão aos comunistas, muitos dos quais eram judeus, envolvidos no levante de

⁵ GOFFMAN, Erving, *Op. Cit.*, pp. 7, 12, 13 e 14.

⁶ Idem, p. XIV.

⁷ POLIAKOV, Leon, *Op. Cit.*, p. 10.

1935. Pelo conteúdo e momento em que o texto do Plano Cohen foi divulgado ficou patente que este havia sido forjado de forma a justificar a continuidade de Vargas no poder. Importante lembrar que, de acordo com a Constituição brasileira, Vargas não tinha direito à reeleição. Restava-lhe, portanto, tirar do caminho os possíveis concorrentes ao cargo da Presidência da República.

Percebemos que a elite política criou uma cadeia irreversível de “causas efeitos” que anulavam os atributos positivos do “outro”. Valendo-se de atos autoritários proibia qualquer tipo de contestação por parte da oposição que, calada pela censura e perseguida pela Polícia Política, não tinha outra opção se não agir na clandestinidade. E por agir na clandestinidade, contribuíam para reforçar a imagem oficial de que articulavam um complô secreto internacional, invisível e perigoso, agindo “nas entranhas da sociedade”.

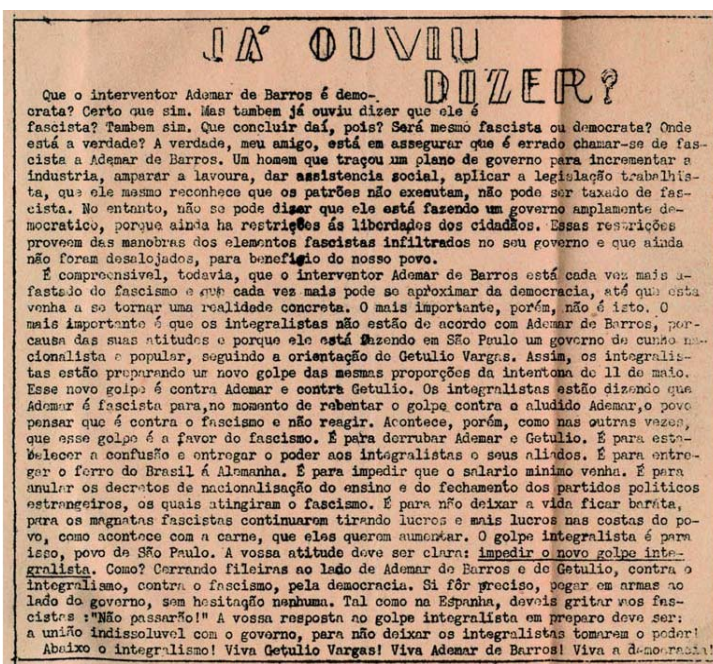
A imagem da crise, qualificada a partir de manifestações avaliadas como desordeiras, se prestava enquanto estratégia para a dominação e legitimação do governo Vargas no poder. Elementos que destoavam do projeto étnico e político do Estado foram considerados como expressivos da irracionalidade e da violência (comunista) que tomava conta do país.

Sob este prisma – o da desordem – o comunismo passou a ser apresentado como um *monstro das mil cabeças*, uma espécie de *cupim da tranquilidade e da ordem*, metáforas comuns no discurso oficial. O Tribunal de Segurança Nacional, por sua vez, apesar de ser instrumento nítido do Estado para contenção das liberdades individuais e da crítica social e política, era defendido como uma *máquina montada para trucidar os adversários do governo.... para julgar réus de traição à pátria, de subversores das instituições, de assassinos e de saqueadores*. Apelando para a metáfora da destruição, através das imagens do monstro e da máquina trucidadora, o regime garantia um espaço privilegiado para o *discurso da autoridade* que, acobertado pela lei, ocultava o *discurso da violência*, elementos característicos dos regimes fascistas. Da mesma forma como se ampliavam as categorias dos inimigos do regime, ampliava-se também o conceito de crime político.

Enfim, retomando as ideias do pensador francês Michel Foucault, reafirmamos que os aparelhos de poder que assessoraram Getúlio Vargas entre 1930-1945 produziram e colocaram em circulação um conjunto de “discursos de verdade” dotados de efeitos poderosos. Como estratégia pedagógica para impor as “suas verdades”, o Estado apelava para a *disciplina* [domesticação das

massas], a *vigilância e repressão sistemáticas*⁸. A versão oficial dos fatos era garantida por um conjunto de procedimentos burocráticos e mecanismos de controle que, no formato de uma rede social, atingia os aspectos mais sutis da vida cotidiana dos indivíduos. Ao institucionalizar o seu discurso acerca do “outro” – perigoso por suas idéias “exóticas”, por sua raça ou religião – o Estado ganhou poderes que lhe conferia direitos de punição: *prisão, expulsão, banimento* e, até mesmo *eliminação*, atos interpretados por uma camada da população como “justos”, “oportunos” e “salvacionistas”⁹.

O discurso oficial fascista



1- Já ouviu dizer? Panfleto anti-integralistas e de exaltação à Getúlio Vargas e Adhemar de Barros. Anexado ao Prontuário. nº 4295, vol.2. Fundo Deops/SP. APESP.

Em vários momentos, a propaganda política oficial procurou chegar até os trabalhadores e jovens em geral, valendo-se da panfletagem, estratégia que também servia aos grupos da oposição que agiam na clandestinidade. Através

⁸ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 28. ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

⁹ FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo, Loyola, 1985.

destes impressos, os governantes procuravam “construir” uma espécie de “auto-retrato do Estado” com o qual se identificavam enquanto pessoas. Exemplo desta postura é o panfleto *Já ouviu dizer?*, de autoria não identificada, anti-integralista. Impresso em 1938 por meio de um mimeógrafo, foi encontrado na residência de Constantino Milano Netto. O intuito era de demonstrar que Getúlio Vargas (1930-1945) assim como Adhemar de Barros, interventor em São Paulo, eram governantes democratas e antifascistas. Dando vivas aos dois políticos, o panfleto alertava a população sobre a possibilidade dos integralistas estarem preparando um golpe (possivelmente o fracassado *putch* integralista de março de 1938), com as mesmas proporções da “Intentona Comunista” de 1935¹⁰.

O panfleto enfatizava que o pretendido golpe era contra Getúlio e Adhemar. Acusavam os integralistas de pretenderem confundir o povo fazendo-o acreditar que aqueles dois políticos eram fascistas. Adiantava que, no poder, os integralistas iriam “entregar o ferro à Alemanha”, impedir “que o salário mínimo viesse”, além de pretenderem “anular os decretos de nacionalização do ensino” e de fecharem “os partidos políticos estrangeiros que haviam atingido o fascismo. Enfim, através destes argumentos fica evidente que as autoridades oficiais pretendiam instigar o ódio aos integralistas e, ao mesmo tempo, acobertar as práticas ditatoriais do governo Vargas que, durante o Estado Novo, investiu contra as minorias étnicas e políticas, além de favorecer a censura e as ações arbitrárias da Polícia Política. Nacionalista, o discurso oficial (de cunho “fascista”) apelava para os sentimentos cívicos do povo de São Paulo que deveria se opor aos integralistas defendendo a pátria e a democracia posicionando-se ao lado do governo instituído.

Este mesmo discurso pode ser identificado em dois outros panfletos: *Estudantes!*; e *Atenção. Leia!*. O objetivo era de fortalecer a imagem positiva do governo Vargas que, após o golpe de 1937, investiu contra as diferenças ideológicas e étnicas ampliando a lista dos inimigos do regime. Ao procurar definir os inimigos a partir de uma versão maniqueísta, o texto apresenta dois grupos distintos por suas ações em prol do Bem ou do Mal: de um lado estava o governo Vargas (apoiado pelo povo) que, segundo sua versão, “defendia a democracia, contra os fomentadores da desordem a serviço das potências fas-

¹⁰ *Já ouviu dizer?*. Panfleto de autoria não identificada, perfil anti-integralista. Processo Gráfico: Mimeografado. Dimensão: 20,8 x 22 cm. Apreendido em São Paulo, 4 de outubro de 1938. Anexado ao *Prontuário n° 4295*, de Constantino Milano Netto (v.2). Fundo Deops/SP. APESP.

cistas”. Valendo-se de exemplos comuns ao cotidiano do povo, lembrava que a vida não podia “ficar barata” enquanto os fascistas estivessem negociando com os estrangeiros que estavam tirando “lucros e mais lucros nas costas do povo, como acontece com a carne, que eles querem aumentar”. Adhemar de Barros, interventor do Estado de São Paulo, era apresentado como o homem que defendia os interesses da população “contra as manobras dos fascistas infiltrados no seu governo e que ainda não foram desalojados...”.

O impresso *Estudantes!* foi encontrado na residência de Constantino Milano Netto detido em 20 de julho de 1936, por sua participação na venda de selos para o Socorro Vermelho Internacional e por constar nos ficheros policiais como um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora. Em 4 de outubro de 1938, Milano Netto foi novamente detido pela Polícia Política que, realizou uma busca na sua residência localizada à Rua dos Gusmões, nº 700, em São Paulo, encontrando no local 23 cópias deste panfleto além de outros boletins e volantes. Somente um exemplar deste modelo foi anexado ao seu prontuário.

Um outro panfleto – *Atenção, leia!* – de autoria não identificada, também foi encontrado na residência de Constantino Milano Netto¹¹. O texto alertava contra o fascismo e as guerras, atacava o Integralismo, caracterizado como uma manifestação brasileira identificada com aquela ideologia. Alertava para o fato de que os integralistas tentariam repetir em São Paulo a “Intentona Comunista” de 1935. Conclamava os trabalhadores a transmitirem essas informações aos amigos e que estes se organizassem em grupos, nas fábricas ou nos bairros, para lutar contra o Integralismo, mesmo que de armas na mão. Quanto aos seus objetivos e estilo, o texto é muito semelhante aqueles identificados no volante *Estudantes!*, produzido neste mesmo ano de 1938. Neste momento, Getúlio Vargas procurava fortalecer sua imagem de “Salvador da Pátria” após o golpe de Estado de novembro de 1937 que garantiu a sua continuidade no poder.

Os integralistas, por sua vez, também colocaram em circulação um grande número de impressos no formato de livros, boletins, panfletos e manuais, com o objetivo de reafirmar suas propostas revolucionárias. Com certa liberdade de expressão e sem sofrer repressão por parte do governo Var-

¹¹ Constantino Milano Netto foi detido em 20 de julho de 1936, devido a sua participação na venda de selos para o Socorro Vermelho Internacional. Panfleto confiscado de sua residência: *Atenção, leia!*. Autoria desconhecida. São Paulo. Data do confisco: 4 de outubro de 1938. Processo Gráfico: Tipográfico. Dimensão: 19,7x24 cm. Anexado ao *Prontuário nº 4295*, de Constantino Milano Netto (v.2). Fundo Deops/SP. APESP.

gas entre 1932-1937, o grupo liderado por Plínio Salgado transformou a propaganda no seu principal instrumento de doutrinação. A Secretaria Nacional de Propaganda da A.I.B – Ação Integralista Brasileira controlava a publicação dos impressos de forma a padronizar a divulgação das ideias, popularizar os princípios do Sigma e adentrar ao meio operário, espaço ocupado anteriormente por anarquistas e, a partir de 1922, também pelos comunistas. O discurso integralista enfatizava, na sua essência, a necessidade de uma nação unificada e harmoniosa, contribuindo para a cristalização do pensamento autoritário, de inspiração fascista.

Apesar da produção de um grande volume de impressos, raros foram os panfletos confiscados pela Polícia Política de São Paulo e, quando isto ocorreu foi após 1936, ou seja, no auge da ação integralista. Neste momento, a A.I.B. já havia se firmado enquanto o primeiro partido de massa organizado no Brasil sendo, então considerada como uma ameaça à continuidade de Getúlio Vargas no poder. Foi o único movimento a permanecer organizado após a instauração do Estado Novo em 1937, situação que provocaria sua dissolução um mês após o golpe de Novembro. A repressão foi, enfim, uma resposta ao fracassado *putsch* integralista de Março de 1938.

A fim de barrar o avanço do comunismo no Brasil, os integralistas (assim como o Estado varguista) procuraram mobilizar a classe operária, postura incentivada através do boletim *Ferrovários da São Paulo Railway*. Multiplicado por processo tipográfico em 1936, esse impresso insistia na ideia de que os sindicatos estavam sendo ocupados pelos “vermelhos” infiltrados nessa associação de classe que não tinha condições de defender os “sagrados direitos dos ferroviários”. Citava como exemplo a luta pela posse da Caixa de Pensões e Aposentadorias cuja diretoria estava dominada por comunistas, presos posteriormente pela Polícia Política. Pactuando com a repressão oficial, os integralistas procuravam diabolizar a ação dos comunistas justificando suas prisões enquanto indivíduos “fora-da-lei”, cuja perniciosidade era também enfatizada pelo Ministério do Trabalho. Cada ativista “pernicioso” era definido como “contato viscoso” que estava “poluindo a classe ferroviária”. Enfatizavam que a justiça estava sendo aplicada: foram levados para a prisão “que é o seu lugar”.

Em tom de denúncia o boletim *Ferrovários da São Paulo Railway* acusava também os ferroviários de incompetência no ato de administrar sua classe: “Por causa da má escolha de elementos que deveriam representar a classe no Conselho Nacional do Trabalho, de uma forma rigorosamente fiscalizadora”. Como exemplo, citava certas irregularidades na aquisição de terrenos

para a construção de casas para os operários, por preços altos e em péssimas condições de salubridade. Com tais acusações, os sigmáticos procuravam fortalecer a ideia de que a classe ferroviária da São Paulo Railway estava desamparada e como tal deveria ser tutelada (pelos integralistas, lógico!):

“Entretanto, e infelizmente, não souberam escolher os dirigentes desse sindicato (...)”. Caberia a ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, uma força em marcha em todo o Brasil, “lutar pela emancipação moral e material de todos que vivem e trabalham”.¹²

O boletim *Ferrovários da São Paulo Railway* foi apreendido de Raimundo Diógenes da Costa, 24 anos, profissão de lustrador e que fazia parte da Polícia de Choque da A.I.B. Em 29 de setembro de 1936, recebeu a incumbência por parte do Chefe de Propaganda da A.I.B de ir até a Estação Ferroviária da Luz, em São Paulo, fazer a distribuição de trezentos boletins. Após distribuir cerca de 150 cópias, foi chamado pelo funcionário da estação, que informou sobre a proibição da distribuição de impressos no local. Por não ter atendido as solicitações, acabou sendo levado pelo inspetor de polícia até a sede do Deops, onde prestou depoimentos e ali ficou “fichado”.

Um outro panfleto integralista intitulado *Mocidade de Cachoeira! Paes de Família* convocava o povo desta cidade interiorana do estado de São Paulo a se inscreverem no *Livro dos Integralistas de Cachoeira* para assim defenderem DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA. Este documento é revelador da retórica fascista endossada pelos integralistas que tinham a peculiaridade de operar com imagens mentais e de trabalhar com conceitos que se justapõem. Apelavam para a associação imaginária que dá força às palavras sondando o real, aproximando-se assim do seu público-alvo. No caso deste impresso, o foco era o pai de família¹³. Com base neste discurso moralista e de fundo católico procuravam firmar os princípios da autoridade e da hierarquia, identificando o Integralismo como um pai “com seus braços abertos para receber em seu seio a paz da família, de seu Deus e de sua dignidade”. Apesar do pai ser definido como o chefe de família e o verdadeiro guia de sua esposa e dos filhos, não era descartada a necessidade da presença divina e, por extensão, da dignidade ausente fora do universo integralista. Através do discurso maniqueísta, os integralistas foram

¹² Panfleto anexado ao *Prontuário n° 40499*, da Ação Integralista Brasileira, v. IV. Fundo Deops/SP. APESP.

¹³ Panfleto anexado ao *Prontuário n° 1583*, v. 2. Fundo Deops/SP. APESP.

construindo a imagem do “perigo universal” apresentando o comunismo como o inimigo a ser derrotado. Alegavam que eles [os comunistas] apesar de se proclamarem como mensageiros da liberdade e da igualdade, conduziriam as famílias à bancarrota.

O processo de demonização do comunismo se fazia através da analogia com os vermes que “atacam diretamente o coração, o centro vital do ser humano”. A imagem do comunismo era associada à lepra, definida como “doença de altíssima gravidade”. Com o objetivo de comprovar a obscuridade de seus adversários, o panfleto procurava descrever como era vida na Rússia sob o comando dos bolcheviques:

“Na Rússia também queriam-na [a liberdade e a igualdade], mas estas saíram-lhes ao contrário dos desejos ambiciosos. Escravidão e desigualdade. Enquanto seus governos nadam em ouro e em banquetes regados com champagne, um trabalhador tem para seu sustento 200 gramas de pão feito de milho e batatas; 100 gramas de toucinho e ½ garrafa de aguardente”.¹⁴

O discurso panfletário antifascista

Na contramão do discurso fascista oficial, circulou no estado de São Paulo, e principalmente durante o Estado Novo, um discurso de oposição ao governo de Getúlio Vargas que, na opinião dos grupos de esquerda, era um “grande fascista”. Atuando na clandestinidade, estes grupos investiram contra os integralistas, contra Getúlio e seus colaboradores. Através da distribuição de panfletos de baixo custo e de fácil circulação, procuravam – valendo-se dos seus sindicatos, associações de classes e grupos políticos – chamar a atenção do povo para as “mazelas” do governo e para o perigo integralista ou “perigo verde”, como alguns assim o denominavam. Grande parte destes impressos, como é de se esperar, foram confiscados pelo Deops e os seus produtores ou distribuidores (os “panfleteiros”), detidos, fichados e, dependendo do grau de periculosidade atribuído pelas autoridades policiais, presos e, até mesmo, expulsos pelas autoridades da repressão, se estrangeiros.

Hoje, esses impressos nos permitem recuperar o contradiscurso editado pela resistência que, do ponto de vista ideológico, identificava o Estado getu-

¹⁴ Idem.

lista como autenticamente “fascista”. O público-alvo era o trabalhador, em geral, do campo ou da cidade. Cito como exemplo o panfleto *Camponeses! Luta Contra a Guerra e Contra o Fascismo*, de autoria do Comitê Antiguerrero e Antifascista de São Paulo.¹⁵ Dirigido aos operários e camponeses de São Paulo, o panfleto instigava a rebelião no campo; propunha “guerra contra a guerra” que, simbolicamente, era identificada enquanto uma luta pelo gado e pela colheita, um protesto contra a destruição das aldeias, a morte dos combatentes, a viuvez das mulheres, a fome e a miséria. Acusava como únicos beneficiados os capitalistas e os grandes fazendeiros. Como exemplo citava a situação vivenciada pelos “paraguaios e bolivianos arrancados dos seus lares, despojados de suas terras e haveres...”. Apelava para a metáfora do inferno [o Chaco] procurando dimensionar o grau de miséria e dor vivenciados por estes “irmãos” latinos.

A luta contra a guerra e contra o fascismo iria unir os trabalhadores do campo e da cidade agrupados em comitês regionais sob a tutela do Comitê Regional Antiguerrero e Antifascista. Ilustrado, esse impresso traz a imagem de soldados rendendo um camponês e apreendendo-lhe uma criação de porcos que estão sendo encaminhados para um caminhão. O panfleto tinha como objetivo chamar a atenção dos camponeses para o perigo que a guerra representava implicando no confisco de suas colheitas, no envio de seus filhos para a frente de batalha, quando estariam aptos ao trabalho. Assim como outros panfletos direcionados especificamente para os camponeses, este também faz uso de linguagem simples, com um texto de fácil entendimento cuja iconografia favorece a compreensão dos menos cultos e dos analfabetos.

O fato deste impresso ter sido produzido pelo Comitê Antiguerrero e Antifascista de São Paulo, aderente ao Comitê Nacional, era o suficiente para incriminar seus portadores por prática de crime político. Junto ao Fundo Deops/SP inúmeros são os prontuários que trazem no nome a referência “Antiguerrero” comprovando a perseguição sistemática ao grupo. O Comitê Antiguerrero dedicava-se a conciliar trabalhadores e intelectuais de diferentes tendências – anarquistas, comunistas, socialistas e católicos – formando uma ampla frente de combate ao fascismo e ao integralismo, além de posicionar-se

¹⁵ Panfleto *Camponeses! Luta Contra a Guerra e Contra o Fascismo*, de autoria do Comitê Anti-Guerrero e Anti-Fascista de São Paulo. Processo Gráfico: Tipográfico. Dimensão: 16x25cm. São Paulo, 1934. Apreendido em 7 de março de 1934. Anexado ao *Prontuário n° 2554, de David Lopes ou David Lopes Romero*. Remissão à outros prontuários: n° 69548, n°1938, n° 2476. Fundo Deops/SP. APESP.

contra as guerras imperialistas. Este panfleto foi apreendido do espanhol David Lopes que acabou sendo preso na cidade de Lins, no interior do Estado de São Paulo, acusado de comunismo e de fazer parte da Liga Operária de Lins. Junto ao seu prontuário, aberto em 7 de março de 1934, encontramos dois panfletos em anexo, sendo este um deles e que, possivelmente, serviu como prova do crime de subversão. O prontuário encerrou-se no dia 16 de março daquele mesmo ano. Importante lembrar que no interior do estado de São Paulo, segundo a Polícia Política, apenas duas cidades ameaçaram criar Ligas Camponesas: Lins e Santo Anastácio. No entanto, estas ligas foram reprimidas antes mesmo do projeto sair do papel.

A Federação da Juventude Comunista do Brasil pode ser considerada como um dos importantes focos produtores do discurso antifascista em São Paulo. Seu panfleto *Trabalhadores da Fábrica Crespi!*, produzido em janeiro de 1935, é explicitamente comunista, antimperalista, antifascista. Editado em São Paulo em janeiro de 1935, tinha como público-alvo os trabalhadores em geral e operários da Fábrica Crespi em particular, jovens e sindicalizados. Este impresso foi produzido pela Célula de Bloqueio da Fábrica Crespi, segmento ligado a Federação da Juventude Comunista do Brasil (Secretaria da Internacional Juvenil Comunista, Região de São Paulo). A Fábrica Crespi destacava-se por sua produção de tecidos de algodão sendo de propriedade de Rodolfo Crespi. Consta na relação de fábricas que em 1917 estiveram envolvidas na grande greve geral, a primeira manifestação de luta do operariado brasileiro com tal envergadura na História do Brasil.

Os condes Crespi e Matarazzo destacaram-se nas décadas de 1920 por apoiar os primeiros grupos pró-fascistas no Brasil que agiam, principalmente, entre os imigrantes portugueses e italianos. A Célula de Bloqueio se autodenominava “Comitê de Luta da Fábrica Crespi”, uma espécie de “união de ferro de todos os explorados e oprimidos”, expressões comumente empregadas nos discursos antifascistas e comunistas.¹⁶

O texto do panfleto *Trabalhadores da Fábrica Crespi!* está dividido em duas partes distintas: a primeira dedica-se a instigar os operários a se rebelarem com base nos seguintes argumentos: lutar em prol da diminuição das horas de trabalho, maiores salários, melhores condições de vida nas fábricas, enfim, uma luta por direitos. Os patrões são acusados de escravizarem seus

¹⁶ *Trabalhadores da Fábrica Crespi!*. Processo Gráfico: Tipográfico. Dimensão: 31,5x21,5cm. Apreendido em 27 de fevereiro de 1939. Anexado ao *Prontuário nº 503*, Congresso da Juventude Proletária e Estudantil. Fundo Deops/SP. APESP.

operários que recebiam salários de fome. Em tom de denúncia procurava alertar os operários para a exploração e a opressão vivida dentro das fábricas. Valendo-se de um discurso maniqueísta colocavam-se como vítimas diante do carrasco (o Conde Crespi) que “fregüentava cabarets, comprava automóveis e fazia viagens à Europa”. O autor do texto, que usa sempre a segunda pessoa no plural (nós), parece estar familiarizado com o cotidiano daquele espaço de trabalho ao citar nomes e dar detalhes sobre a secção de algodão, os teares, condições de higiene e doenças que acometiam os trabalhadores (tifo e a tuberculose, dentre outras moléstias).

T. E. A. B. A. L. H. A. D. O. R. E. S. D. A. F. A. B. R. I. C. A. C. R. E. S. P. I.

COMPANHEIROS !:
 Só uma luta organizada por nós mesmos é que poderá melhorar a miserável exploração que sofremos neste inferno onde trabalhamos !
JÓVENS COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS !
CAMARADAS EXPLORADOS E OPRIMIDOS DA CRESPI !
 Nós não podemos continuar a receber salários miseráveis, a trabalhar como escravos, a sofrer opressão por parte dos cachorros dos mestres, a pagar muitas arrastadas de salários que nem chegam para matar a nossa fome e a de nossos filhos !
 Na secção de algodão trabalhamos 40 minutos além das 8 horas e recebemos um salário de 160\$000. As nossas companheiras são exploradas nos teares, onde doizam a saúde, de forma mais miserável. É a custa disso que Crespi frequenta cabarets, compra automóveis, faz viagens à Europa, o fica "o nã e". Os jovens de 14 a 16 anos ganham 2\$500 por dia e fazem o mesmo trabalho que um adulto. Por qualquer motivo somos insultados pelos mestres que são verdadeiros carrascos. Por qualquer motivo somos postos na rua. O cachorro do Pascoal nos oprime de forma mais miserável.
 E não há higiene na fábrica. Depois de algum tempo de trabalho, e que se espera é a tuberculose, o tifo e outras moléstias que os Crespi e Cia não conhecem. Na secção da tinturaria os nossos companheiros estão sendo tidos de serem despedidos com a chegada de novas máquinas. Não nos devemos permitir que esses companheiros sejam jogados ao desemprego ! Exigir a sua permanência na fábrica ! Não permitamos cortes nos salários como aconteceu na estamparia, onde aumentaram o serviço dando mais 5 kilos de fio por dia, dizendo que era para amortizar o salário dos que ganhava pouco. Isso é o que Crespi diz. Porém, que AUMENTO TIVEMOS NÓS ? Nenhum ! Ao contrário alg nos explora mais ainda aumentando o trabalho e exigindo maior produção.
 Das férias nem se fala, pois quase ninguém as recebeu. Isso mostra para que serve o Ministério da Inspecção e Opressão do Trabalho. Diante de tudo isso que faz a diretoria do nosso sindicato, com o policial MARIO ROTA à frente? Ajuda Crespi a nos matar de fome ! Temos que transformar o sindicato em uma organização HOSSA e que lute por NÓS !

Camaradas !
 A FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL é uma organização que tem as suas portas abertas à todos os jovens que queiram lutar contra a fome, a miséria, a opressão, as guerras imperialistas e o fascismo massacrador de trabalhadores. É a F.J.C.B. que vos chama e vo organiza dentro da fábrica. Precisamos ter na fábrica um COMITÊ DE LUTA formado por nós mesmos e que inicie a luta pela conquista de nossas reivindicações.
 Precisamos imediatamente de organizar um COMITÊ DE LUTA dentro da Crespi! Organizemo-nos em cada secção e apresentemos o plano das nossas reivindicações mais sentidas.
 Organizemo a greve dos operários da Crespi, que nos dará menos horas de trabalho, mais salário, melhores condições de vida ! Não podemos cruzar os braços diante da exploração que sofremos.
 A FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL estará sempre ao lado dos operários, lutando com vós, orientando e dirigindo sua luta !
Não podemos perder mais tempo! Sigamos o exemplo das nossas camaradas dos CORREIOS E TELEGRAFOS, DOS MARÍTIMOS, DA CANTAREIRA, DA TECELAGEM DE SEDA DE CAMPINAS, DOS CHAUFFEURS, etc.

Viva o COMITÊ DE LUTA DA FABRICA CRESPI !
 Viva a UNIÃO DE FERRE de todos os explorados e oprimidos !

A Célula de Bloqueio da Fábrica Crespi
 da
 FEDERAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL
 (Sec. da Intergregional Juvenil Comunista)
 Região de S. Paulo

Janeiro de 1935.

2 - *Trabalhadores da Fábrica Crespi*. Panfleto antifascista produzido pela Célula de Bloqueio da Fábrica Crespi, Trabalhadores da Fábrica Crespi. Anexado ao *Prontuário n° 3503*, doc. 11. Fundo Deops/SP. APESP.

Dirigindo-se aos “camaradas explorados e oprimidos da Fábrica Crespi”, os instigava à rebelião tomando como exemplo os “camaradas” (funcionários) dos Correios e Telégrafos, dos Marítimos da Cantareira, da Tecelagem de Seda de Campinas, dos Chauffeurs etc. Denunciava o trabalho infantil ao citar que jovens entre 14 e 16 anos ganhavam 2\$500 por dia fazendo o

mesmo trabalho que um adulto. A compra de novas máquinas para a seção de tinturaria é denunciada como uma ameaça de futuras dispensas de companheiros que seriam “jogados fora do emprego”. Na estamperia, os operários teriam tido aumento de trabalho ao receberem “mais de 5 kilos de fio por dia”, dizendo que era para aumentar o salário dos que ganham pouco”.

A segunda parte do texto dedica-se a apresentar a Federação da Juventude Comunista do Brasil como uma organização que “tem suas portas abertas à todos os jovens que queiram lutar contra a fome, a miséria, a opressão, as guerras imperialistas e o fascismo massacrador de trabalhadores”. Sugere um plano para a organização dos operários dentro da Fábrica Crespi: cada seção deveria apresentar as suas reivindicações, considerando-se seus problemas.

Neste contexto de propaganda política, considero importante recuperar a postura da comunidade negra – sempre expoliada e discriminada – diante do governo de Getúlio Vargas. O discurso que compõe o Manifesto da Federação dos Negros do Brasil, produzido pela Federação dos Negros do Brasil (Movimento Nacionalista da Raça Negra), deve ser avaliado como um manifesto antifascista¹⁷. Segundo informe policial de 13 de novembro de 1935, o panfleto da Federação dos Negros do Brasil, direcionado para os negros brasileiros, em geral, havia sido redigido por Isaltino Veiga dos Santos, um dos fundadores da citada federação. Isaltino procurou articular a Federação com outras associações congêneres do Rio de Janeiro, porém, a União Negra do Brasil (extensão da Frente Negra Brasileira, importante movimento negro da década de 30) negou a qualidade de representantes dos negros de São Paulo, o que dificultou a articulação da Federação. Isaltino – fundador e membro ativista da Frente Negra Brasileira, após sua saída deste grupo, aproximou-se de uma visão mais esquerdista, influenciado pelas ideias antifascistas correntes no ano de 1935, propagandas em defesa da Abissínia – ou Etiópia – que sofria a invasão do governo fascista de Mussolini da Itália.

Tal posição antifascista aproximou-o da Frente Popular pela Liberdade, que tentava se organizar nesse ano, após o fechamento da Aliança Nacional Libertadora. Enquanto redator do jornal *A Platéia*, Isaltino esteve em contato com os principais líderes dessa movimentação que utilizavam a sede da redação

¹⁷ *Manifesto da Federação dos Negros do Brasil*, produzido pela Federação dos Negros do Brasil (Movimento Nacionalista da Raça Negra), deve ser avaliado enquanto um manifesto anti-fascista. Processo Gráfico: Tipográfico. Dimensão: 15,5x23 cm. Apreendido em 13 de novembro de 1935. *Prontuário n° 40.509*. Fundo Deops/SP. APESP.

desse jornal para suas reuniões, o que o levou a assinar o manifesto Pró-Frente Popular pela Liberdade, posição que favoreceu sua prisão pelo Deops em 1936.

As investigações em torno da Federação Nacional dos Negros do Brasil realizaram-se também através de campanhas sistemáticas de vigilância policial. Em 4 de novembro de 1935, a polícia esteve presente em reunião dos "homens de cor" na sede do Partido Socialista Brasileiro, ocasião em que foi fundada a Federação e organizadas suas comissões. Segundo consta em relatório policial, a Federação tinha como princípio a não-filiação partidária, apesar da utilização do espaço do Partido Socialista. Tal reunião foi divulgada pelo jornal *A Platéia* de 4 de novembro de 1935, conforme artigo "Pela união e pelo despertar da raça negra", recortado e anexado ao prontuário. O jornal *A Platéia* também divulgou a fundação daquela Federação através da matéria "Federação Nacional dos Negros do Brasil", no dia seguinte da reunião. Ressalta o caráter não político empregado por essa organização, aspecto importante de ser explicitado em meio a um período político antipartidário com o endurecimento do governo varguista. Em 11 de novembro do mesmo ano, o jornal abriu espaço, mais uma vez, para a Federação ao comunicar a realização de um comício antifascista organizado por tal entidade, demonstrando a posição política do grupo.

A polícia registrou a participação de oradores da Federação num comício realizado pelo Partido Socialista em 15 de novembro, em comemoração ao Dia da Raça Negra e a manifestação de apoio a Abissínia na África contra o fascismo italiano. Além de enfatizar a fundação da Federação na sede do partido socialista, as autoridades policiais procuravam enfatizar as relações dessa organização com o pensamento mais de esquerda.

O impresso intitulado *Manifesto da Federação dos Negros do Brasil* revela a preocupação que o movimento negro despendeu a África e, em especial a Abissínia, que se mantinha, até então, livre das investidas colonizadoras da Europa. Assim, a invasão italiana despertou a solidariedade racial dessa parcela do movimento negro brasileiro. Levou a uma mobilização de parte da comunidade afro-descendente em torno da realidade social vivenciada não só pelos africanos, como também pelos afro-descendentes paulistas. Com um discurso de esquerda, a Federação teve vida curta, pois aos olhos da Polícia Política qualquer posicionamento esquerdista era "taxado" de comunista e, portanto, reprimido como tal.

O panfleto foi apreendido por ocasião da divulgação do comício antifascista pretendido pela Federação dos Negros do Brasil em 11 de novembro de 1935, evento transferido para o dia 15 daquele mês, juntamente com o comício

realizado pelo Partido Socialista Brasileiro do qual participaram oradores da Federação (cf. recorte de jornal *A Platéia* de 11 de novembro de 1935). Segundo informe policial de 13 de novembro de 1935, redigido pelo “Inspetor 39” da Seção de Investigações. o panfleto havia sido impresso na tipografia Rossolino e distribuído pelos participantes da Federação.

O discurso antifascista ganha dimensão no texto do panfleto comunista *Governo de verdugos e carcereiros do povo do Brasil*, produzido pelo Diretório Estadual da A.N.L. – Ação Nacional Libertadora, em 1936¹⁸. Tinha como público-alvo a classe operária e ao povo brasileiro em geral. A A.N.L arremontou distintas correntes políticas formando uma frente ampla composta por comunistas, socialistas, católicos e democratas, de diferentes setores sociais (intelectuais, profissionais liberais e militares, operários). O conteúdo deste impresso explicitava em algumas das variações do discurso político endossado por esta organização que lançou-se na luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Foi produzido no período em que a A.N.L agia na clandestinidade, desde que havia sido fechada em 11 de julho de 1935. Seus membros estavam sob intensa vigilância policial desde a revolta comunista de 1935, nomeada no discurso oficial como “Intentona Comunista”.

Direcionado à classe operária, o texto apelava para a imagem da família operária com muitos filhos, cujo chefe estaria preso por lutar pela emancipação do país. O patrão emerge representado pela figura do “ricaço estrangeiro”, agente destruidor pelo capitalismo. Esta acusação vai de encontro ao manifesto-programa da A.N.L, divulgado em fevereiro de 1935, que exigia a suspensão definitiva das dívidas imperialistas do Brasil, a nacionalização das empresas imperialistas, a proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores. O conteúdo do panfleto é coerente também com a postura adotada por seus líderes e ativistas que defendiam o gozo de amplas liberdades públicas e a constituição de um governo popular, prevendo a derrubada de Getúlio Vargas.

Seguindo o estilo pergunta & resposta, o texto indaga: “Quem está destruindo as famílias, pela fome, pelas doenças, pelas torturas?” A resposta vem em seguida: “Getúlio Vargas e Armando Salles que encheram os cárceres

¹⁸ *Governo de verdugos e carcereiros do povo do Brasil*, panfleto produzido pelo Diretório Estadual da A.N.L. - Ação Nacional Libertadora. Processo Gráfico: Tipográfico. Dimensão: 24,4x16,2 cm Apreendido em 1 de agosto de 1936. Apreendido em São Paulo, 1 de agosto de 1936. Anexado ao *Prontuário n° 4262*, de Samuel Alexandre Klein. Fundo Deops/SP. APESP.

dos mais ilustres filhos do Brasil”. Acusava também a repressão policial de estar direcionada contra o proletariado e todos aqueles que lutavam contra o “atraso feudal” e pela “libertação de nosso povo da opressão dos ricos estrangeiros”. Clamava pelo fim do Estado de Sítio, a derrubada do governo Vargas, a libertação de companheiros presos e a instauração de um governo popular comandado por Luis Carlos Prestes.

O fato deste impresso ter sido confiscado pelo Deops/SP em 1936 é bastante elucidativo do contexto da repressão contra o comunismo, radicalizada após o levante comunista iniciado em 23 de novembro de 1935. O fracasso desse levante desencadeou intensa reação por parte do governo Vargas que efetuou milhares de prisões, sendo esta a cena que ilustra e dá o tom de denúncia ao panfleto.

O Estado de Sítio – prorrogado até junho de 1937 – expressa a situação de intensa vigilância que favorecia os autos de buscas e apreensão de documentos junto aos domicílios dos suspeitos da subversão comunista. Este panfleto serve como exemplo: foi encontrado na residência de Samuel Alexandre Klein, detido pela Polícia Política de São Paulo em 28 de junho de 1936, acusado de envolvimento em atividades de propaganda do comunismo por ter vendido selos do Socorro Vermelho. Em 1 de agosto de 1936 a polícia realizou uma busca em sua residência onde apreendeu exemplares de selos, além do panfleto *Governo de verdugos e carcereiros do povo do Brasil*.

Em 1936, a Federação da Juventude Comunista do Brasil (Região São Paulo. Comitê de Finanças) lançou a *Campanha Especial de Finanças* cujo boletim, impresso em tipografia, dirigia-se aos jovens trabalhadores e populares, em geral. O texto refere-se ao crescimento assombroso das Forças Populares Democráticas, acusa o governo de Getúlio Vargas de “reacionário com pretensões de implantar no Brasil uma “ditadura-militar-fascista”. Apresenta a Federação da Juventude Comunista do Brasil como uma “organização da mocidade brasileira, democrática e anti-imperialista”, cuja tarefa era de “defender a juventude sempre dos seus inimigos; pedir uma vida melhor e digna para todos os jovens trabalhadores e populares; facilitar por todos os meios a instrução, diversão e cultura à toda juventude; enfim atender a todas as reivindicações juvenis”¹⁹.

¹⁹ Boletim *Campanha Especial de Finanças* produzido pelo Comitê de Finanças da Federação da Juventude Comunista do Brasil (Região São Paulo.). Apreendido em São Paulo, em 3 de novembro de 1936. Anexado ao *Prontuário nº 1271, Juventude Comunista do Brasil*. Fundo Deops/SP. APESP.

Através de um apelo maniqueísta, o texto caracteriza Getúlio Vargas como um tirano e ditador; enquanto que a juventude é “brava”, “trabalhadora”, “popular” e defensora da democracia. Diante disto tudo, alega que o trabalho assim como as despesas aumentam, razão pelas quais pede que todos os membros da Juventude Comunista pagassem a sua contribuição em dobro. Isso seria facilmente compreendido por todos, pois “todo elemento consciente não se furtará às responsabilidades do momento”. Dessa maneira, todos deveriam empenhar-se em conseguir mais dinheiro junto a amigos, companheiros de trabalho, parentes e todos que conhecessem. A arrecadação deveria ser realizada antes do dia 15 de novembro, data-símbolo da proclamação da República brasileira.

A razão da apreensão, efetivada em 3 de novembro de 1936, fica explícita no conteúdo do boletim: por acusar o governo Vargas de tirano e fascista; além de instigar a juventude à rebeldia e ao comunismo.

Este mesmo grupo – a Federação da Juventude Comunista do Brasil (Seção da I.J.C.) – produziu para o dia 13 de maio de 1938 o panfleto *A Gloriosa Raça Negra do Brasil*. Mimeografado, portanto uma “produção caseira”, dirigia-se aos jovens, operários e negros. O panfleto tem como mote inicial a discussão sobre o significado histórico do dia 13 de maio tradicionalmente comemorado como o dia da libertação dos escravos no Brasil. Argumenta que essa data significou “a libertação dos escravos do jugo dos senhores feudais”. Segundo o texto, tal libertação foi conseguida não devido à bondade de Pedro II, mas sim, devido a uma grande luta do povo, brancos e negros unidos. Argumenta que passados 50 anos, no entanto, “todo o Brasil está escravizado!”, devido a ação do “feitor Getúlio Vargas e seus comparsas, por ordem dos modernos senhores feudais – os banqueiros estrangeiros de Berlim, de Roma”.

Diante dessa situação o Brasil estaria reduzido à condição de fornecedor de matérias-primas e produtos agrícolas. Para isso, “os países imperialistas lutam entre si para se apossarem deste rico mercado. Subornam o governo, organizam golpes armados, instauram governos fascistas”. O Brasil – segundo o panfleto – vivia uma fase de aumento de impostos, elevação do custo de vida, retração da atividade comercial e aumento da miséria. Por fim, a Juventude Comunista convocava toda a juventude para participar das lutas contra a opressão²⁰.

²⁰ *Gloriosa Raça Negra do Brasil!* Panfleto produzido pela Federação da Juventude Comunista do Brasil (Seção da I.J.C.). Apreendido em São Paulo, 13 maio de 1938.

No prontuário da Juventude Comunista Brasileira existem três exemplares deste panfleto. Um deles foi deixado no portão da casa do inspetor José Pasqua na manhã do dia 21 de maio de 1938. Sua residência ficava na Rua Siqueira Bueno no bairro do Belenzinho. Um segundo exemplar foi enviado à Delegacia de Ordem Política e Social pelos responsáveis pela empresa Cocito Irmãos Lda. Após ter sido localizado no depósito desta companhia que ficava na Rua da Alfândega, 415. O terceiro exemplar foi enviado pelo Diretor do Expediente do Palácio do Governo ao Secretário de Segurança Pública que, por sua vez, o remeteu à Polícia Política paulista. Foi assim apreendido por seu “caráter subversivo” e por ter sido produzido pela Juventude Comunista, alvo de intensa e constante repressão por parte do Deops/SP.

Em abril de 1938, a Federação da Juventude Comunista do Brasil (Região São Paulo) lançou o panfleto *Jovens do Brasil*, direcionado para os jovens, operários e sindicalizados. O impresso atacava veementemente a instauração do Estado Novo, retratado como “ditadura fascista”, além de explicar o papel da Juventude Comunista enquanto organização orientadora do povo determinada a indicar o caminho a ser seguido para vencer aquela situação tida como “insuportável”. Apresenta uma lista das arbitrariedades cometidas por Getúlio Vargas por ocasião do golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937. Cita o fechamento da Câmara e do Senado, a dissolução dos partidos políticos, a imposição da Constituição de 1937, o abortamento das eleições, o cerceamento de qualquer atividade política por parte de sindicatos e de qualquer organização social, etc. Segundo este documento, “Getúlio deu o golpe fascista para poder continuar com mais segurança a sua opressão sobre o grande povo brasileiro”²¹.

Esse impresso acusa Getúlio de procurar encobrir seus crimes e de fazer inúmeras promessas que não cumpriu e nunca cumprirá “porque o seu governo não é do povo, mas sim dos traidores do Brasil, ligados ao estrangeiro”. Além dessa enfática acusação, afirma que “o ditador governa ligado aos interesses do imperialismo estrangeiro que lhe faz benefícios pessoais, principalmente dos imperialismos fascistas, Alemanha, Itália e Japão”. A Juventude Comunista conclamava os jovens a participarem de uma Frente Única para a

Processo Gráfico: Mimiografado. Dimensão: 31,9x21,9 cm. *Prontuário n° 1271, Juventude Comunista do Brasil*. Fundo Deops/SP. APESP.

²¹ Panfleto *Jovens do Brasil*, produzido pela Federação da Juventude Comunista do Brasil (Região São Paulo). Processo Gráfico: Tipográfico. Dimensão: 32,9x24 cm. São Paulo, abril de 1938. Apreendido em 12 de abril de 1938. *Prontuário n° 1271, Juventude Comunista*. Fundo Deops/SP. APESP.

derrubada do governo de Getúlio Vargas. Sobre o texto principal, uma mensagem inscrita em letras vermelhas dão um colorido especial ao impresso: “*Combate suas tréguas, ao fascismo getulista! Pelas Liberdades Democráticas! Avante!*”



3 - *Jovens do Brasil. Coloquem com denodo nossa combatividade.* Federação da Juventude Comunista do Brasil. São Paulo, 1938. *Prontuário nº 1271, doc. 2. Fundo Deops/SP. APESP.*

Este impresso foi localizado pela Guarda Civil de São Paulo em 12 de abril de 1938 e remetido à Superintendência de Ordem Política e Social. Totalizam sete exemplares, sendo que três deles foram encontrados na rua da Moóca, em frente ao prédio nº 765, e os outros quatro, na Praça do Cambucí, também em São Paulo. Um panfleto desse já havia chegado à Delegacia de Ordem Social em 9 de abril de 1938 durante um plantão, trazido pelo inspetor Felipe Bustamante que o encontrou na rua da Mooca durante a madrugada. Foram apreendidos devido ao seu caráter “subversivo”, e por terem sido produzidos pela Juventude Comunista, organização que sofreu constante e rígida repressão por parte da Polícia Política de São Paulo.

A mesma Federação da Juventude Comunista do Brasil (Seção da I.J.C.) produziu um outro panfleto – Jovens de São Paulo e do Brasil – tendo como público-alvo os jovens operários, jovens estudantes, jovens camponeses, negros, soldados, marinheiros, ao povo brasileiro em geral. O discurso antifas-

cista que permeia este impresso, expressa a maneira como os comunistas interpretavam o fascismo como a agonia do sistema capitalista, um sinal exclusivo de “debilidade da burguesia”. Na opinião dos dirigentes do PCB., os burgueses e senhores [feudais] estavam vendidos ao imperialismo, razão pela qual impunha-se o governo popular nacional-revolucionário. A chamada, condiz com a sua proposta de levar ao poder, impulsionado pelo proletariado e sua vanguarda, o Partido Comunista, o Governo Operário e Camponês, na base dos Conselhos (*Soviets*) de deputados operários e camponeses, soldados e marinheiros²².

Este impresso ataca com ênfase os integralistas e o Estado Novo acusados de serem coniventes com os paradigmas do fascismo europeu. Alerta, de início, o povo contra o “golpe nazi-integralista”, sendo seus partidários denominados de “fascistas verdes”, numa analogia com os “camisas pretas” da Itália fascista e os “camisas marrons”, nacional-socialistas da Alemanha. Estes estariam preparando um novo golpe – “mais sangrento que o 1º de maio” – para “maior escravização do proletariado e do povo brasileiro”. Este mesmo tema – o da libertação dos escravos – foi abordado no panfleto *À Gloriosa Raça Negra do Brasil*, também produzido em 1938. Nesse outro impresso, a Federação (da Seção I.J.C.) contesta a Lei Áurea que “não foi um presente de D. Pedro II, porém fruto da luta do povo, brancos e negros, que teriam levado adiante a campanha abolicionista”²³.

No panfleto *Jovens de São Paulo e do Brasil* o Estado Novo é retratado como fascista, por oprimir a liberdade de pensamento. Dentre os motivos citados, explica:

“...Porque proíbe a greve. Porque não deixa o proletariado e o povo se organizarem, única maneira de lutar contra a exploração. Porque conserva presos todos os democratas que lutaram contra o fascismo e os nacionais-libertadores que procuraram dar ao Brasil liberdade política econômica [...]”²⁴.

²² *Jovens de São Paulo e do Brasil*. Panfleto. Processo Gráfico: Mimeografado. Dimensão: 33,1x21,9 cm. São Paulo, julho de 1938. Apreendido em 15 de julho de 1938. *Prontuário nº 1271, Juventude Comunista do Brasil*. Fundo Deops/SP. APESP. F. Cf. Opúsculo “O que é Governo Popular Revolucionário”, p. 9, TSN/ANRJ, *apud* FERREIRA: 2002, p.48.

²³ *Prontuário nº 1271*, doc. 23, fl.21.

²⁴ *Idem*.

Segundo esse impresso, o Estado Novo somente produziu no Brasil mistificação e demagogia, além de aumentar ainda mais o aparelho repressor, implantando pena de morte, campos de concentração, trabalhos forçados, etc. Os integralistas estariam contando com a conivência do governo de Getúlio Vargas [fascista] que mantinha Luiz Carlos Prestes preso e deixava soltos o chefe integralista Plínio Salgado e seus “capangas assalariados do fascismo estrangeiro, vendilhões do Brasil”. Dessa maneira, somente o povo poderia derrotar o inimigo, uma vez que vários integralistas encontravam-se em cargos de confiança do governo Vargas. Por estas e outras tantas razões insistiam: “é preciso lutar, pois, contra o próprio Getúlio como a maior maneira de acabar com o perigo integralista que aumenta cada vez mais”. Delega à juventude um papel crucial nessa luta contra o governo Vargas e os integralistas²⁵.

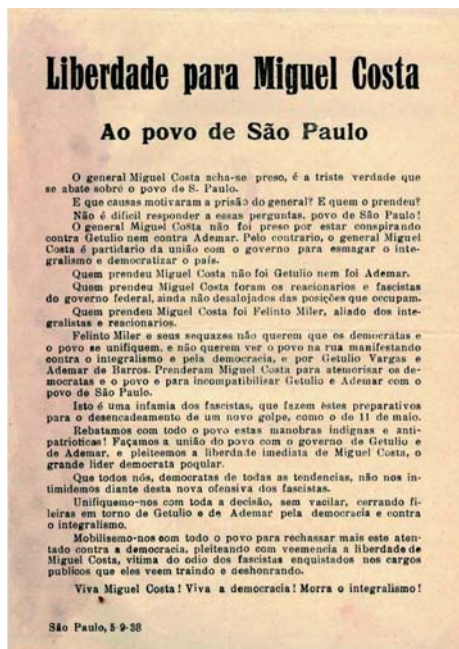
O panfleto *Liberdade para Miguel Costa* clamava pela libertação do general Miguel Costa (1874- 1959) preso logo após o golpe de Estado por Getúlio Vargas em novembro de 1937. Através de perguntas e respostas, o texto procurava, de forma generalizada, induzir o leitor a pensar que todo o povo de São Paulo estava triste e abatido com a prisão de Miguel Costa (Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues)²⁶.

Manipulando as informações sobre os fatos que envolveram o relacionamento de Miguel Costa com Luiz Carlos Prestes e Getúlio Vargas, os promotores do impresso afirmavam que os responsáveis pela prisão do general não foram “nem Getúlio e nem Ademar”; e também que Miguel Costa “não foi preso por conspirar contra Getúlio e nem contra Ademar. A resposta é dirigida contra Felinto Müller, chefe da Polícia Política Federal, acusado de estar aliado aos integralistas (seus “sequazes”) que não querem que o povo e os democratas

²⁵ Este panfleto foi considerado subversivo pela Polícia Política por ter sido produzido pela Juventude Comunista do Brasil, organização do P.C.B. que ficou sob sistemática vigilância e repressão por parte da Polícia Política do Estado de São Paulo. Foi apreendido como prova do crime político e, como tal, anexado ao prontuário da Juventude Comunista.

²⁶ *Liberdade para Miguel Costa*. Panfleto. Processo Gráfico: Tipográfico. Dimensão: 21,9x15,7 cm São Paulo, 5 de setembro de 1938. O panfleto foi encontrado na residência de Constantino Milano Netto detido em 20 de julho de 1936, devido a sua participação na venda de selos para o Socorro Vermelho Internacional. Foi identificado como um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora. Em 4 de outubro de 1938, Milano Netto foi novamente detido pela Polícia Política que realizou uma busca em sua residência, localizada à rua dos Gusmões, nº 700, encontrando 23 cópias deste panfleto, sendo um exemplar anexado ao seu prontuário. *Prontuário nº 4295*, de Constantino Milano Netto (v.2). Fundo Deops/SP. APESP.

se unifiquem. Tudo isto é tratado como “infâmia dos fascistas”. Dando “morras!” ao integralismo, o folheto convocava a população a se unir ao governo “democrata” de Vargas, contra os integralistas.



4 - *Liberdade para Miguel Costa. Ao povo de São Paulo.* Panfleto confiscado de Constantino Milano Netto em 4 de outubro de 1938. *Pront. n° 4295*, vol. 2. Fundo Deops/SP.

Importante retomarmos a posição assumida por Miguel Costa durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, para entendermos a argumentação que dá tom ao panfleto. Diante do crescimento da AIB – Ação Integralista Brasileira, partidos da esquerda, sindicatos e outras organizações se uniram e formaram a ANL – Aliança Nacional Libertadora, fundada em 23 de março de 1935. O objetivo era lutar contra o imperialismo, o latifúndio e o fascismo. Antigos “tenentes” aderiram a proposta, dentre os quais Miguel Costa que assumiu a direção da ANL em São Paulo ao lado do historiador Caio Prado Junior. Diante da radicalização da AIB e da ANL, o governo varguista decretou a Lei de Segurança Nacional e no dia 11 de julho de 1935. Miguel Costa e Caio Prado Junior organizaram uma marcha de protesto em São Paulo, evento que aglutinou cerca de 500 pessoas. Costa desligou-se da ANL em oposição à Luiz Carlos Prestes que havia lançado seu manifesto pregando o “assalto ao poder”, então sob a influência dominante do PCB, lema que conduziu ao levante de

novembro de 1935. Ainda que não estive envolvido neste episódio, Miguel Costa foi perseguido, perdeu sua patente de general honorífico do Exército Brasileiro (só recuperada em 1959) e sua cidadania brasileira (era nascido em Buenos Aires, filho de imigrantes catalães).

Miguel Costa foi preso logo após o golpe liderado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 que implantou o Estado Novo. Segundo texto do panfleto, a sua prisão seria uma estratégia integralista para colocar o povo contra Getúlio Vargas e o interventor Ademar de Barros, desestabilizando o governo e facilitando uma nova “Intentona Integralista” a ser realizada em São Paulo. O texto pede que a população apóie o governo Vargas na luta “pela democracia e contra o integralismo”.

Cabe também citar um outro panfleto expressivo da animalização e diabolização de Getúlio Vargas *Abaixo o governo odioso de Getúlio*, cuja imagem vem assinada por Herodes, certamente um pseudônimo. O panfleto foi anexado ao prontuário do tipógrafo Sebastião Feliciano Ferreira, um jovem de 20 anos, brasileiro, solteiro e morador da cidade de São Paulo.

Enquanto volante de propaganda antifascista esse impresso não necessita de texto: a imagem diz por si mesma. O rosto sorridente de Getúlio Vargas lembra uma máscara de ferro enquanto que suas orelhas, mãos e pés assumem formas animais. Segurando garrafas e um saco de dinheiro, pisoteia sem dó o representante do povo. Do lado esquerdo, uma força sustenta a figura lânguida de uma mulher identificada como “liberdade de expressão”.



5 - Abaixo o governo odioso de Getúlio. Panfleto anexado ao *Prontuário nº 3602*, de Sebastião Feliciano Ferreira, vol. 1. Fundo Deops/SP. APESP.

Considerações Finais

Através deste ensaio procuramos demonstrar que, nas décadas de 1930 e 1940, a sociedade brasileira conviveu com múltiplos discursos de tendências fascista e antifascista. Ainda que distintos pelo seu conteúdo, esses discursos tinham alguns aspectos em comum: causavam grande impacto junto a população de baixa renda que, psicologicamente, era aterrorizada por medos que lhes eram inculcados: a perda de seus bens, a destruição da família, o castigo de Deus e a violência desenfreada praticada pelo inimigo em foco; apresentavam a catástrofe como sendo eminente e a necessidade de mudança imediata; apelavam para as metáforas com o objetivo de animalizar e/ou diabolizar o inimigo do povo; e valiam-se de mensagens específicas para cada tipo de interlocutor.

O discurso fascista procurava evidenciar algumas situações de fato com ênfase no caráter nacionalista e na figura do chefe, líder incontestável, capaz de pensar e agir em nome do povo. Tinha como público-alvo o povo em geral, incentivava a descrença na democracia apontada como incapaz de gerenciar a crise econômica, política e social. A imagem do inimigo-político, na maioria das vezes, se fazia identificada com os comunistas, os estrangeiros e os judeus, favorecendo a aceitação do Estado policial. Descrito como traidor, assassino, violento e ateu, o inimigo era aquele que agia impunemente no submundo onde vivia como um parasita às custas dos mais fracos

O Estado fascista, por sua vez, era apresentado pelos grupos da oposição como um “animal diabolizado” ou um “monstro de mil cabeças” capaz de tirar o pão, o trabalho e a liberdade do povo. Ao contrário dos comunistas que “faziam política às escuras”, o perigo fascista tinha um rosto: era personificado pela figura de Getúlio Vargas.

FONTES

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo Deops/SP

Impressos: boletins, panfletos e manifestos

Atenção, leia!. Panfleto de autoria desconhecida. São Paulo. Confiscado em 4 de outubro de 1938. Pront. nº 4295, de Constantino Milano Netto (v.2).

Campanha Especial de Finança. Panfleto produzido pelo Comitê de Finanças da Federação da Juventude Comunista do Brasil (Região São Paulo). Apreendido em São Paulo, em 3 de novembro de 1936. Anexado ao *Prontuário n° 1271, Juventude Comunista do Brasil.*

Camponeses! Lutae Contra a Guerra e Contra o Fascismo, de autoria do Comitê Anti-Guerreiro e Anti-Fascista de São Paulo. Apreendido em 7 de março de 1934. *Prontuário n° 2554, de David Lopes ou David Lopes Romero.*

Jovens do Brasil, produzido pela Federação da Juventude Comunista do Brasil (Região São Paulo). São Paulo, abril de 1938. Apreendido em 12 de abril de 1938. *Prontuário n° 1271, Juventude Comunista do Brasil.*

Já ouviu dizer? Panfleto de autoria não identificada, perfil anti-integralista. Apreendido em São Paulo, 4 de outubro de 1938. Anexado ao *Prontuário n° 4295, de Constantino Milano Netto (v.2).*

Gloriosa Raça Negra do Brasil! Panfleto produzido pela Federação da Juventude Comunista do Brasil (Seção da I.J.C.). *Prontuário n° 1271, Juventude Comunista do Brasil.*

Governo de verdugos e carcereiros do povo do Brasil. Panfleto produzido pelo Diretório Estadual da A.N.L. – Ação Nacional Libertadora. Panfleto apreendido em São Paulo, 1 de agosto de 1936. Anexo ao *Prontuário n° 4262, de Samuel Alexandre Klein.*

Jovens de São Paulo e do Brasil. Panfleto produzido pela Federação da Juventude Comunista do Brasil (Seção da I.J.C.). Apreendido em São Paulo, 15 de julho de 1938. *Prontuário n° 1271, Juventude Comunista do Brasil.*

Manifesto da Federação dos Negros do Brasil. Panfleto produzido pela Federação dos Negros do Brasil (Movimento Nacionalista da Raça Negra). Apreendido em 13 de novembro de 1935. *Prontuário n° 40.509.*

Liberdade para Miguel Costa. Panfleto. São Paulo, 5 de setembro de 1938. *Prontuário n° 4295, de Constantino Milano Netto (v.2).*

Trabalhadores da Fábrica Crespi. Panfleto apreendido em 27 de fevereiro de 1939. *Prontuário n° 503, Congresso da Juventude Proletária e Estudantil.*

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Trad. Roberto Raposo. Lisboa, Dom Quixote, 1978.

FERRO, Marc. *Os Tabus da História. A Face Oculta de Acontecimentos que Mudaram o Mundo*. Trad. Maria Angela Villela. São Paulo, Ediouro, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 28. ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

————— *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Loyola, 1985.

GINSBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1987;

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

POLIAKOV, Leon. *A Causalidade Diabólica: Sobre as Origens das Perseguições*. Paris, Calman-Lévy, 1980. Trad. Alice Kyoto Miyashiro. São Paulo, Perspectiva, 1991.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os Outros. A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1993.

**A CENSURA NO BRASIL E EM PORTUGAL NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

Introdução

Governos ditatoriais marcaram a história de diversos países na primeira metade do século XX. Em geral, algumas características comuns podem ser observadas em todos eles: o caráter conservador, o nacionalismo ufanista e o populismo. Esses governos acabaram sendo conhecidos pelos nomes dos caudilhos que, através deles, se perpetuaram no poder – stalinismo, franquismo, peronismo, na União Soviética, Espanha e Argentina, respectivamente. Chama a atenção a afinidade de propostas e formas de atuação desses governantes, seja nas relações que estabeleciam com a população governada, no estilo de comandar, implicando em autoritarismo e agressividade internacional.

Além disso, há toda uma teatralidade gestual e de oratória que caracterizava esses personagens políticos, que a nomenclatura com a qual se perpetuaram tornou-se sinônimo de ditaduras personalistas voltadas à adesão popular e ao nacionalismo ultraconservador.

Paralelamente, a emergência e consolidação de regimes socialistas intensificaram a oposição entre esquerda e direita, criando um mundo polarizado. A existência de governos autoritários, a aguda concorrência pela conquista do mercado mundial e a militarização das nações resultaram nos dois grandes conflitos mundiais (1914 e 1939), assim como na Guerra Fria, que colocou em confronto dois modelos de administração econômica e de políticas públicas nacionais – o capitalismo e o comunismo.

É nesse mundo dividido que emergiram as ditaduras de Getúlio Vargas e Antônio de Oliveira Salazar. Segundo Graça dos Santos:

Em 28 de maio de 1926, um golpe de Estado militar pôs fim à Primeira República portuguesa que datava de 1910. Importa dizer que a grande massa de eleitores estava cansada das tumultuosas campanhas conduzidas por uma classe política apaixonada, entre atentados à bomba e assembleias dissolvidas, que foram o pano de fundo destes anos de República.¹

Ambos, Salazar e Vargas, alinhados com a expansão do nazi-fascismo europeu, tiveram em Benito Mussolini, na Itália, e no General Francisco Franco, na Espanha, dois modelos próximos e fortes.

A Era Salazar

Em seu discurso de posse como Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar declarou: “Sei muito bem o que quero e para onde vou”. De fato, ele pôs fim à República em Portugal e deu início à mais duradoura ditadura do século XX. Em 1928, pela segunda vez, Salazar era chamado a colaborar com o saneamento da economia portuguesa, conseguindo impor rígido controle de gastos que equilibraram as finanças e lhe deram prestígio nacional. A imprensa, controlada pelo poder, passa a tratá-lo como “salvador da pátria”. Permanece no cargo até 1929, mas torna-se mentor da Presidência, criando em 1930 a União Nacional, partido único que governa o país. Em 1933, consegue instituir o Estado Novo em Portugal, passando a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Ministros até 1968, quando um acidente o obriga a deixar suas funções que passam a ser desempenhadas por Marcello Caetano até a Revolução dos Cravos em 1975.

Carismático e personalista, Salazar imprimiu ao Estado Novo uma postura conservadora, de extrema direita e ultranacionalista, centrada em sua pessoa, uma figura taciturna e recolhida, mas de forte impacto sobre a população – que cansada das instabilidades políticas e econômicas das décadas ante-

¹ SANTOS, Graça dos. O espetáculo desvirtuado: teatro português sob o reinado de Salazar. Lisboa: Caminho, 2004, p. 43.

riores, deixa-se seduzir pelo discurso moralista e centralizador do caudilho. Sua biografia de ex-seminarista, professor de economia política da Universidade de Coimbra, onde se formara em Direito e dera os primeiros passos na vida política participando de movimentos estudantis, fez de Salazar figura emblemática do nacionalismo português.

Assim como outros estadistas de seu tempo, Salazar fez um governo totalitário no qual fez uso moderno de técnicas de propaganda e controle da liberdade de expressão. Paralelamente, com o objetivo de acabar com qualquer possibilidade de dissidência e oposição, o salazarismo se revestia de ufanismo, religiosidade e apego às tradições. Valorizava o culto ao mundo rural, de onde provinha o caudilho, à vida simples e à modéstia que soavam bem aos ouvidos da população em geral – que também passava por dificuldades para acompanhar o ritmo de crescimento econômico das demais nações européias. Por outro lado, sua imagem circunspeta de Salazar, seu aspecto ascético e formal harmonizavam-se com esses objetivos sobejamente alardeados.

A política cultural salazarista é marcada pela presença de Antonio Ferro, poeta, escritor, conferencista, jornalista, autor da peça *Mar Alto*, modernista de fachada, grande admirador da cultura francesa e de Benito Mussolini. Aproximando-se de Salazar, acaba sendo nomeado, em 1933, Diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), onde desenvolve a Política do Espírito, concebida como a humanização do poder. Segundo sua proposta, era imprescindível manter proximidade com o povo através de festividades e da estetização do poder.

Para Graça dos Santos, a Política do Espírito foi *um fio condutor que, associado à arte, se torna uma ponte entre o mundo papável cá de baixo e o do espírito que o transcende*². Segundo Ferro, a grandeza da arte associa-se inevitavelmente ao prestígio do governo que a apóia, dando-lhe as condições materiais e educacionais capazes de promovê-la. Assim, ele empresta o brilho intelectual e artístico de que necessitava Salazar – modernidade e arte a serviço do poder.

Momento emblemático desse processo foi A *Exposição do Mundo Português*, realizada em 1940, empreitada que o Estado Novo desencadeia através de Antonio Ferro, envolvendo arte, educação e propaganda. Em uma área de 560.000 m², entre o Tejo e Mosteiro dos Jerónimos, empregou centenas de artistas e recebeu três milhões de visitantes. O Estado Novo se debruçava sobre o mundo, estabelecendo uma ponte entre as tradições rurais tão

² SANTOS, op. cit., p. 99.

defendidas e uma modernidade de aparência ou, como chama Santos, ornamental³.

Da Política do Espírito faziam parte também a companhia de bailado Verde Gaio e o Teatro do Povo, a primeira inspirada na companhia de Diaghilev, e o segundo no Théâtre du Peuple francês. No discurso de lançamento do Teatro do Povo, em 1933, Ferro exaltou a necessidade de haver uma apresentação cênica do Estado e da nação, acessível às mais diferentes camadas da sociedade, do povo das aldeias aos intelectuais. Em suas próprias palavras, tratava-se de *uma humilde e modesta experiência, que tem como objetivo principal espalhar um pouco de ensinamento, de alegria e de poesia nas aldeias e lugarejos*⁴. O Teatro do Povo viajava pelo país com subvenção do Estado, encenando textos considerados saudáveis, alegres, sentimentais e inofensivos ao público, misturando folclore e nacionalismo.

O controle da imprensa no Estado Novo português

Em 1927, foi instaurada em Portugal a Inspeção-Geral dos Teatros que devia controlar, de forma até repressiva, casas, recintos e locais de espetáculos e divertimentos públicos.

Em 1959, esta lei é substituída por outra, mas o exame e autorização das peças de teatro continuam os mesmos. Para se ter uma idéia, essa lei autorizava que os funcionários da Inspeção Geral dos Teatros portassem armas no desempenho de suas funções. Era a censura que assumia cada vez mais seu caráter policialesco. No entanto, antes disso, em 1950, surgiram novos mecanismos de controle da produção teatral, com a criação do Conselho Teatral e do Fundo de Teatro, destinados a dar subsídios aos autores e produtores que desenvolvessem espetáculos que se alinhassem à política cultural do Estado Novo. Essa política justificava-se como sendo de “proteção” e “apoio” e tinha especial orientação do SNI desde 1944, que exigia o diploma de ator do Conservatório Geral de Arte Dramática, e a levou à criação do Sindicato Nacional dos Artistas de Teatro.

Tratava-se, portanto, de formas de controle que tinham por conseqüência a censura legal e econômica que impedia o exercício das artes cênicas àqueles que não estivessem alinhados com as diretrizes políticas do Estado.

³ Idem, p. 115.

⁴ Idem, p. 165.

Finalizava esse processo coercitivo o recrudescimento das práticas censórias herdadas do passado e do Império, a partir de 1933, quando a crise provocada pela Guerra Civil Espanhola transforma-se em ameaça para o regime vigente em Portugal. Salazar cuida para que as idéias revolucionárias não atravessem as fronteiras entre os dois países e que não se divulgue a participação dos portugueses em apoio ao General Franco.

De 1946 em diante, a censura se exerce de forma cada vez mais centralizada até 1968 quando a *primavera caetanista* dá a ilusão de esmorecimento, mas, logo, Marcello Caetano reafirma a censura prévia dos textos teatrais e a fiscalização dos ensaios gerais. Como ele mesmo diz: *nada mudou nesta casa; nem o espírito, nem a devoção aos valores essenciais, nem a linha de ação*⁵.

Com isso, o teatro português ficou ainda mais restrito, o que representou uma perda irreparável para o desenvolvimento artístico. O teatro português não acompanhou a revolução cênica de sua época que se tornou amedrontado, infantilizado e folclorizado. Espetáculos que se apresentavam principalmente nos poucos palcos de Lisboa, que levou ao exílio, à resistência, ao abandono da profissão e até mesmo à fome, parte dos autores e atores portugueses. Um triste quadro de uma situação que só se altera em 1974, quando a Revolução dos Cravos liberta Portugal do Salazarismo.

A era Vargas

Como Salazar, Getúlio Vargas nasceu no meio rural, descendente de proprietários agrários do Rio Grande do Sul de origem portuguesa. Também estudou Direito, além de ter passado pelo serviço militar, o que marcou para sempre sua formação. Iniciou sua vida política também como deputado, tendo sido eleito por seu estado diversas vezes. Foi Ministro da Fazenda do governo Washington Luis em 1926 e governador de seu estado. Em 1930, por força do descontentamento geral que se instala no país, em decorrência da crise da bolsa de Nova Iorque que torna os cafeicultores endividados, da resistência das instituições monárquicas, do conservadorismo das elites, este será o homem a liderar um golpe de Estado – uma ação civil à qual se juntaram setores da nascente burguesia industrial, das forças armadas e da população em geral.

Getúlio Dornelles Vargas tornou-se o mais importante presidente brasileiro do século XX. Era o fim da República Velha e o advento da Era Vargas.

⁵ Idem, p. 261.

Esse período não foi de uniformidade nem de coerência – o presidente se aproximou e se afastou de certas tendências, dependendo das alianças, dos rumos da política externa e de seus interesses políticos. Mas, de uma maneira geral, ao que se assistiu foi a um período de ditadura, militarismo e forte centralização, com o objetivo de implementar um projeto político de direita, para o qual fez do populismo um dos mecanismos para obter apoio da população. Vargas combateu ferrenhamente os comunistas e as forças que se opunham ao seu poder, especialmente os políticos paulistas que tentaram se rebelar contra ele na Revolução Constitucionalista de 1932.

Assim como Salazar, Vargas sabia da importância do controle dos meios de comunicação – da imprensa e, especialmente, do rádio, um dos mais populares meios na época. Criou, então, uma estrutura organizacional inédita para fazer uso daqueles meios, controlá-los e censurá-los. Seu projeto nacionalista tinha por objetivo fomentar a unificação cultural do país para integrar cada cidadão em um projeto comum, negando as expressões locais e os regionalismos.

Em 2 de julho de 1931, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade – DOP, que passava a controlar os jornais e a radiodifusão. Vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e funcionando como um apêndice da Imprensa Oficial, o DOP fazia circular notícias das fontes oficiais para a imprensa em geral, transformando-se em excelente recurso de legitimação do governo. Entre suas iniciativas, criou um programa radiofônico a ser transmitido por todo o território nacional, o *Hora do Brasil*, que ainda hoje é veiculado de segunda a sexta-feira em todas as rádios do país⁶. Outrossim, por meio da criação da Agência Nacional de notícias, o governo federal pautava as redações de todos os jornais.

Com a Intentona Comunista de 1936, o governo radicaliza sua política ditatorial. O amparo legal para o controle dos meios de comunicação veio da Lei de Imprensa de 1934m que permitia a censura durante estados de sítio e possibilitava a apreensão de jornais – e da Lei de Segurança Nacional, de 1935, colocando à disposição do governo diversos recursos de repressão. Quanto à censura, assim pensavam as autoridades:

A Censura não é um meio violento restritivo da liberdade. É, exclusivamente, um remédio profilático, preventivo, de que lança mão a autoridade pública, no legítimo exercício de sua defesa própria para evitar que,

⁶ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero: CNPq, 1990.

na maioria dos casos, até de boa fé, a imprensa honesta possa prejudicar as medidas de maior relevância para o estabelecimento da ordem ou para o refortalecimento das instituições feridas. É, assim, legítima a Censura; e sua prática constitui dever precípua e máximo das autoridades constituídas. (Resposta de Celso Vieira, diretor do Serviço de Censura do Distrito Federal. Diário de S. Paulo, em 11 fev. 1936, apud SOUZA⁷)

Em 1937, sob pretexto de eliminar uma possível revolução comunista, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo no Brasil, inspirado no regime de António Oliveira Salazar criado quatro anos antes. Vargas extinguiu o Congresso Nacional e os partidos políticos, disciplinou o exército e desarmou as polícias estaduais, passando a governar por meio de decretos-lei. Dessa data até 1945, quando termina o Estado Novo, Vargas desenvolveu uma política intervencionista, nacionalista e centralizadora, baseada também no corporativismo, na criação e regularização das organizações trabalhistas.

Com a expansão da indústria cultural no país, a burocracia de controle e fomento dos meios de comunicação e das manifestações artísticas do governo Vargas chega ao auge. Para isso, em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – um órgão gigante que, assim como o SNI de Salazar, acumulava funções de propaganda, publicidade, informação, documentação e pesquisa, publicações, promoção da cultura em escolas e quartéis, controle e fiscalização de espetáculos, censura prévia de jornais e diversões públicas, regulamentação de contratos de trabalho por empresas culturais, produção e distribuição de filmes, defesa do idioma, incremento do turismo no país e muitos outros assuntos, como a difusão de boletins meteorológicos.

Em 1940, ao DIP eram atribuídos 53 diferentes serviços, incorporando órgãos como o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e a Comissão de Censura Cinematográfica, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, isso sem esquecermos da Polícia e da Saúde Pública.

O grande mentor e diretor do DIP foi Lourival Fontes, cujo objetivo era *fazer da presença do Estado Novo algo visível e palpável no cotidiano dos cidadãos urbanos*⁸. Para isso, obteve a maior centralização de poder da burocracia estatal do Estado Novo. O DIP foi organizado em cinco divisões: Rádio; Turismo, Imprensa, Cinema e Teatro, cada uma delas com seis serviços auxilia-

⁷ SOUZA, op. cit., p. 99.

⁸ SOUZA, op. cit., p. 108

res: Comunicações; Contabilidade e Tesouraria; Material; Filmoteca, Discoteca e Biblioteca. A sede de poder de Fontes foi o motivo de sua incompatibilidade com Vargas e de seu afastamento do Departamento.

Paralelamente, também foram criados no âmbito estadual os DEIPs, Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, mas nem todos os estados chegaram a compor seus departamentos. Em São Paulo, na gestão de Adhemar de Barros, foi criada a sucursal do DIP diretamente subordinada à Interventoria Federal, passando a incorporar a Diretoria de Propaganda e Publicidade; o Serviço de Censura e Fiscalização de Teatros e Divertimentos Públicos; o Registro de Jornais, Revistas e Empresas de Publicidade e o Serviço de Turismo.

Na área teatral, o DIP desenvolvia uma política de incentivo e proteção das manifestações teatrais com fiscalização das casas de espetáculo, registro do contrato dos artistas e concessão de prêmios e censura prévia de textos. Assim como as demais atividades censórias, os objetivos eram garantir a ordem, a paz e a segurança da nação e dos brasileiros; assegurar a defesa da moralidade e dos bons costumes, defender o interesse público e proteger a infância e a adolescência. Nota-se, portanto, uma visão paternalista de uma produção artística ainda pouco dimensionada e que não representava a todos. Podemos dizer que os órgãos e medidas repressivas tinham uma abrangência que as manifestações artísticas ainda não tinham, especialmente o teatro. Mas, se a censura era desmesurada em relação às dimensões do teatro brasileiro da época, ela permitia o direcionamento da produção artística e seu controle. *Os delegados do poder exerciam a sua ação coercitiva, em geral, de maneira externa ao que estava estabelecido nos mandamentos censórios, exibindo antes um gosto pessoal que subentendia uma concepção de mundo.*⁹ Era também função do DIP e dos DEIPS registrar contratos, promover espetáculos, organizava comemorações cívicas.

O Estado havia aprendido a manejar a cultura a seu favor. Em sua defesa, os responsáveis pelos DEIPs esgrimiam listas de colaboradores de inegável renome como Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet e Pedro Calmon que, como já fizera Machado de Assis nos áureos tempos do Império, prestavam sua chancela à burocracia do Estado.

O Estado Novo de Vargas terminou em 1945, sob influência da vitória aliada na II Guerra Mundial e a derrota do nazi-fascismo, além de uma aproximação estratégica do Brasil em relação aos Estados Unidos e sua uma ideologia aparentemente mais democrática. Vargas é afastado do poder e as instituições

⁹ SOUZA, José Inácio de Melo – op. cit., p. 129.

que criara são substituídas por outras, muitas delas mantendo os mesmos princípios e prerrogativas.

Os DEIPS foram extintos em 25 de maio de 1945 pelo decreto 7.582, antes mesmo de Getúlio Vargas perder o poder para um golpe militar. O mesmo decreto criava o Departamento Nacional de Informações (DNI) com sucursais nos Estados com o nome de Departamento Estadual de Informações (DEI), com funções muito semelhantes aos seus antecessores. A censura do teatro, do rádio e diversões públicas passava à Secretaria de Segurança Pública. Para muitos, houve apenas uma mudança de rótulos, pois a estrutura autoritária não se desfaria.

Na redemocratização que se seguiu e que vai de 1945 a 1968¹⁰, a censura prévia implantada por Vargas sobreviveu, exercida por diferentes órgãos, assim como sobreviveu também a cultura estadonovista de arquivamento e memória. Embora os processos da censura teatral paulista já fossem arquivados desde o final dos anos de 1920, é a partir do Estado Novo que eles passam a ser rigorosamente arquivados e encadernados. Graças a isso, 6.137 processos de censura puderam sobreviver, constituindo o Arquivo Miroel Silveira, guardando a história da própria censura e, conseqüentemente, do teatro em São Paulo.

A censura ao teatro: afinidades eletivas entre Brasil e Portugal

O que procuramos mostrar é que a primeira metade do século XX em Portugal e no Brasil apresentou nítidas convergências políticas e culturais – o nascente movimento modernista, compartilhado por inúmeros intelectuais; uma primeira experiência republicana nos dois países e a implantação de ditaduras de direita radical que receberam até mesmo a mesma denominação: Estado Novo. Assim, a par da Independência, que comemorava cem anos, e do repúdio à Monarquia, a vida política e cultural expressava visível paralelismo, o que explica também a intensa imigração portuguesa para o Brasil, estimulada pelo próprio Estado Português que via no Brasil um “país irmão” que recebia os portugueses como seus “patrícios”.

¹⁰ Quatro anos após o Golpe Militar de 1964, a censura no Brasil foi federalizada e acabaram os serviços estaduais de censura.

A 14 de abril de 1942, numa cerimônia solene, o ilustre embaixador Araújo Jorge inaugurava em Lisboa, na presença de Antonio Ferro, em edifício anexo ao do secretariado de propaganda Nacional, a Seção Brasileira deste organismo, instituída em consequência do Acordo Cultural assinado poucos meses antes, no Rio de Janeiro, por Antonio Ferro e Lourival Fontes.¹¹

O autor da notícia acima comemora os dois anos de existência bem sucedida da Seção Brasileira do SPN, uma *fecunda e notabilíssima realidade*¹². Tratava-se do sucesso de um dos objetivos traçados pelo Acordo Cultural assinado no Rio de Janeiro, em 1941, entre Antonio Ferro e Lourival Gomes Machado, na presença do Presidente Getúlio Vargas. Na época, o próprio Ferro afirmou que, em vez de inúmeras cláusulas e trâmites formais, as relações entre Portugal e Brasil foram objetiva e rapidamente efetivadas, assegurando presteza e flexibilidade às *afinidades eletivas* entre os dois países signatários. Foi ele também que ressaltou a absoluta originalidade desse acordo que previa a criação de uma Seção Brasileira no SPN e outra Portuguesa no DIP.

A Seção Brasileira foi instalada em duas amplas salas confortáveis capazes de receber autoridades, intelectuais e artistas brasileiros em viagem a Portugal. Dispunha de uma biblioteca com mais de 1.000 títulos que atendia a mais de duzentas consultas por ano. Possuía também um arquivo fotográfico com mais de 3.000 fotos de obras de arte, monumentos e autoridades portuguesas. Entre uma de suas principais funções estava o que poderíamos chamar de “assessoria de imprensa internacional” do Estado Novo, com o envio de notícias, artigos e fotos para distribuição à imprensa brasileira, especialmente os jornais O Estado de São Paulo, Dom Casmurro, Aspectos e Voz de Portugal. Do mesmo modo, a Seção Brasileira recebia material do Brasil e o repassava aos periódicos portugueses. Além disso, a Seção Brasileira editava uma revista semestral – Atlântico – distribuía publicações portuguesas no Brasil, fazia intercâmbio de estudantes, promovia exposição de artistas e realizava palestras e conferências. Há referências, também, de haver uma *Hora Brasileira*, pro-

¹¹ ALVIM, José Augusto Cesário. Foi inaugurada há dois anos a Secção Brasileira do SPN. *Diário da Manhã*, Lisboa, 14 abr. 1944. Artigo localizado no Arquivo da Torre do Tombo.

¹² Ibid.

grama radiofônico da Emissora Nacional de Portugal transmitida também no Brasil¹³.

A direção da Seção Brasileira era feita pessoalmente por Antonio Ferro, com a colaboração do delegado do DIP, José Augusto Cesário Alvim, um entusiasta admirador do Diretor do SPN. A direção da Seção Portuguesa do DIP ficava a cargo do Visconde de Carnaxide, estudioso das questões brasileiras e autor de livros como *O Brasil na administração pombalina*.

As atividades de intercâmbio e trocas entre Brasil e Portugal através da Seção Brasileira do SPN e da Seção Portuguesa do DIP eram intensas como demonstram as correspondências arquivadas na Torre do Tombo. Os Diretores dos dois órgãos máximos da propaganda política dos dois regimes trocavam cartas, informações e relatórios. Em 1945, o próprio Salazar discursa na entrega do Prêmio Vaz de caminha instituído para agraciar escritores ligados ao SNI:

Vejam portugueses e brasileiros desentranhar-se em proveito das duas nações e do mundo os frutos de séculos de uma história comum, desse patrimônio histórico de sentimentos, tradições e cultura idênticos, de posições geográficas e situações políticas complementares a que a Providência se encarregou de dar, pela evolução dos acontecimentos, tão incontestável relevo e tão grande atualidade.¹⁴

De maneira análoga, o mesmo espírito e a mesma retórica se ouve do outro lado do Atlântico quando Julio Dantas visita o Rio de Janeiro. Conta ele:

As palavras que ouvimos, durante nossa permanência no Rio, às mais representativas entidades oficiais, tornam legítima a esperança de que, nas relações luso-brasileiras, aliás tradicionalmente amistosas e cordiais, se inaugurará uma era de compreensão mais íntima e de mais fecunda cooperação e de mais perfeita solidariedade moral e política, e de que os

¹³ Sobre a Seção Brasileira no SPN, quatro artigos de jornal, dentre aqueles que encontramos no Arquivo da Torre do Tombo, merecem destaque: O DISCURSO do director do SPN pronunciado na inauguração da “Secção Brasileira” daquele organismo do Estado. *Rádio Nacional*, Lisboa, 19 abr. 1942; CARVALHO, Jaime de. O sentido do Atlântico no destino luso-brasileiro. *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1942; O EMBAIXADOR do Brasil visita o Secretariado da Propaganda Nacional. *Diário Popular*, Lisboa, 12 ago. 1943; O 2º. ANIVERSÁRIO da Seção Brasileira da SPN. *O Primeiro de Janeiro*, Lisboa, 14 abr. 1944.

¹⁴ SALAZAR, Antonio de Oliveira. Missão Acadêmica Brasileira. *A Voz*, 9 ago. 1945.

dois povos de língua portuguesa, fiéis aos mesmos ideais de paz jurídica e de fraternidade humana, caminharão de futuro, quanto possível unidos perante o afeto e o respeito das grandes nações do mundo.¹⁵

Esse espírito de conagração não diz respeito apenas às trocas simbólicas. Houve comissões especiais, equipes diplomáticas que cruzaram o Atlântico estreitando laços:

Um dos aspectos mais interessantes foi sem dúvida as relações que se estabeleceram entre os representantes das nossas forças armadas e os chefes das forças armadas brasileiras por intermédio do Comandante Vasco Lopes Alves e do Major Carlos Selvagem. Bastará dizer que o major Carlos selvagem foi recebido pelo Comandante de Defesa Costeira do Rio de Janeiro no Forte de Copacabana com todas as honras militares e sendo hasteada a bandeira portuguesa.¹⁶

Foi criada uma rede de informações entre os dois países, conforme comprovam documentos da Torre do Tombo. Um bom exemplo foi a série de correspondências datadas de 1948, já sob o governo Dutra, iniciadas com o pedido de Antonio Constantino, Diretor Geral do Departamento de Informações do Estado de São Paulo, de dados, *os mais detalhados possíveis*, sobre escritores, pintores, músicos, escultores, compositores, gravadores, arquitetos, teatrólogos e cineastas portugueses. Essa solicitação foi enviada ao SNI, em Lisboa, que, por sua vez, distribuiu-a aos sindicatos de artistas que prontamente responderam com a relação de seus sindicalizados. Causa espanto o leitor que sequer foi preciso mencionar a razão ou natureza desse pedido, o que nos leva a crer que se tratasse de atividade corriqueira e cotidiana desses órgãos¹⁷.

Outro exemplo nos mostra o tipo de informações requeridas. Em 1950, o Diretor da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), de Portugal, enviou uma carta confidencial ao Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (como passou a ser chamado o SNI), perguntando a respeito do escritor brasileiro Tristão de Ataíde que segundo, notícias publicadas no

¹⁵ PALAVRAS do Sr. Júlio Dantas ao microfone da Emissora Nacional. *Diário de Notícias*, 5 set. 1941.

¹⁶ O SR. DR. JOÃO do Amaral falou-nos da recepção feita à embaixada especial portuguesa. *Diário de Lisboa*, 5 set. 1941.

¹⁷ Documentos do SNI português localizados na caixa 661 do Arquivo da Torre do Tombo.

Diário de Lisboa, estivera em Portugal a caminho de outros países europeus. Tavares de Almeida, Chefe da Repartição do SNI, envia resposta também confidencial ao Diretor da PIDE respondendo o seguinte:

Tristão de Ataíde, pseudônimo literário de Alceu Amoroso Lima, é um escritor brasileiro de muito prestígio, autor de inúmeros livros de caráter sociológico e de crítica literária, discípulo de Jackson de Figueiredo. O seu lugar na literatura brasileira está entre os doutrinadores sociais com tendências esquerdistas como o mais conhecido propugnador do socialismo católico. Pensador, é um neo-tomista. Apesar de católico, tem sido acusado de simpatizante com certas formas políticas anti-religiosas. No entanto, o Snr. Tristão de Ataíde tem-se defendido publicamente de tais acusações.

O Snr. Tristão de Ataíde esteve recentemente em Portugal, em cujos meios literários e católicos é muito conhecido, chegando o jornal “Novidades” a inserir colaboração sua. Durante esta passagem em Portugal não esteve em contato com o S.N.I. De Portugal, enviou alguns artigos para a imprensa brasileira com impressões de viagem; nesses artigos fez numerosas restrições à obra política de nosso governo.¹⁸

Na década de cinquenta ocorre uma guinada nas relações de amizade e intercâmbio entre os dois signatários do Acordo Cultural Luso-Brasileiro. A vitória dos aliados e a derrota do nazismo colocam em cheque a posição dos dois Estados Novos. Vargas é destituído do poder e o Brasil caminha para um curto período de democratização. Abandonar a neutralidade, aproximar-se dos vencedores e deixar as tendências fascistas é uma questão de sobrevivência para Vargas que ainda consegue eleger seu sucessor e, posteriormente em 1950, voltar ao poder eleito.

Em Portugal, Salazar também ensaia uma abertura política não muito convincente, mas suficiente para que grupos de oposição, muitos deles emigrados e residentes no Brasil, sejam encorajados a combatê-lo. Enfim, o bom período das *afinidades eletivas* começa a acabar. O Brasil dirige-se mais rapidamente para a abertura política e novas parcerias internacionais. Portugal resiste, mas também começa a sucumbir sobre a pressão da oposição. Os anos

¹⁸ Ofício n. 041, de 18 de abril de 1950, enviado pelo Chefe da Repartição do SNI, A. Tavares de Almeida, ao Diretor da PIDE. Documento localizado no Arquivo da Torre do Tombo.

cinquenta serão de maior estranhamento entre os antigos parceiros. As *restrições à obra política de governo* português que Tristão de Ataíde teria feito são sintoma desse distanciamento que começa a se processar.

Muitos dos documentos estudados existentes na Torre do Tombo, assim como entre os processos de censura prévia pertencentes ao Arquivo Miroel Silveira da ECA-USP, mostram que houve na primeira metade do século XX, intenso intercâmbio entre o teatro português e brasileiro, mas ele não é homogêneo e oscila de acordo com as relações estabelecidas entre Brasil e Portugal e com a situação política interna dos países envolvidos. Assim, podemos dizer que, de 1914 a 1945, há maior fluxo de companhias portuguesas para o Brasil tendo em vista as dificuldades por que passava a Europa e o grande fluxo emigratório de Portugal em direção do Brasil. O teatro brasileiro era ainda pouco desenvolvido e as platéias portuguesas aclamavam os artistas compatriotas. Por outro lado, a convergência política entre os Estados Novos de Vargas e Salazar, que procuramos apontar, tornava mais fácil esse trânsito. Predominavam nesse teatro, as revistas e as comédias de costumes.

De 1945 a 1964, temos um segundo momento bastante diverso: o Brasil passa por um período de desenvolvimento econômico e cultural que, não por acaso, coincide com o fim do Estado Novo de Vargas e o desenvolvimento das artes cênicas, com a fundação de escolas de teatro e de grandes companhias teatrais. Sob influência dos grupos imigrantes, desabrocha um teatro social engajado que reflete a busca intensa por se conhecer o país e a realidade brasileira. O amadurecimento do teatro e a persistência da ditadura salazarista fazem com que os intercâmbios cênicos mudem de rumo, passando a haver mais influência dos brasileiros sobre os portugueses.

Segundo Maria Cristina Carrington, no fim da década de cinquenta, *Portugal parece ter descoberto o teatro brasileiro*¹⁹. Por exemplo, Gianfrancesco Guarnieri aporta em Lisboa em 1959, com *Gimba*, encenado pela Companhia Maria Della Costa, tendo permanecido em cartaz por semanas. Em continuidade, a mesma companhia foi alvo de grande tumulto por, pela primeira vez, ter levado aos palcos portugueses o proscrito autor Bertold Brecht na apresentação de *A alma boa de Se-Tsuan*.

¹⁹ CARRINGTON, Maria Cristina. O Senhor Puntila e o seu criado Matti. In: DELILE, Maria Manuela Gouveia (Coord.). Do pobre BB em Portugal: aspectos da recepção de Bertold Brecht antes e depois do 25 de abril de 1974. Aveiro: Estante, 1991, p. 263.

De 1964 a 1984, temos nova reviravolta no intercâmbio luso-brasileiro – o Brasil sofre o golpe militar e começa novo período de ditadura com severa pressão contra o teatro, transformado em pivô da repressão contra as forças democráticas e os movimentos libertários. Muitos autores e diretores, responsáveis pelo desenvolvimento do teatro no Brasil e por fazê-lo capaz de dialogar com o que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, acabam por se exilar, muitos dos quais, como Augusto Boal, escolhendo Portugal como refúgio. Em compensação, é nesse período que o Estado Novo de Salazar agoniza. Em 1968, começa a distensão do regime com Marcelo Caetano e, finalmente, a Revolução de 25 de abril de 1974 que restitui a democracia em solo português.

Esses três períodos são de suma importância para a compreensão da história do teatro e das relações luso-brasileiras. Vemos que houve momentos de grande convergência até finais da primeira metade do século XX, dando continuidade a uma longa história político-cultural entre Brasil e Portugal. Depois da II Guerra Mundial, entretanto, há dois momentos bastante diferentes nessas relações e em suas trocas culturais – um primeiro momento no qual predominam a renovação cultural a serviço dos ideais progressistas e revolucionários no Brasil, enquanto Portugal permanece num regime ditatorial; e um segundo momento em que essa tendência se inverte: o Brasil é sufocado pelo obscurantismo da repressão ditatorial e Portugal, finalmente, consegue dar um fim ao regime salazarista.

Essa cronologia mostra a importância da convergência política para o intercâmbio oficial da arte, assim como evidencia a necessidade de uma liberdade mínima de criação para o desenvolvimento da arte e da cultura. Como testemunha desses movimentos de fluxos e contra-fluxos, a análise dos processos do Arquivo Miroel Silveira revelam as afinidades eletivas entre Brasil e Portugal no tocante à censura teatral, países integrados pela história, pelo passado colonial, pela convergência política que nos serviu de cenário ao longo dessa pesquisa, pelo movimento emigratório e pelo idioma que nos conforma a cultura, o pensamento e a criação artística.

Bibliografia

ALVIM, José Augusto Cesário – *Vozes de Portugal*. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 28 jan. 1944. Artigo localizado no Arquivo da Torre do Tombo.

AZEVEDO, Cândido de – *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho, 1999.

CARRINGTON, Maria Cristina – *O Senhor Puntilla e o seu criado Matti*. In: DELILE, Maria Manuela Gouveia (coord.) – *Do pobre BB em Portugal: aspectos da recepção de Bertold Brecht antes e depois do 25 de abril de 1974*. Aveiro: Estante, 1991.

CARVALHO, Jaime de – *O sentido do Atlântico no destino luso-brasileiro*. Voz de Portugal, Rio de Janeiro, 07 jun. 1942.

COSTA, Cristina – *Censura em Cena*. São Paulo: EDUSP/ FAPESP/ Imprensa Oficial, 2006.

——— *Teatro, comunicação e censura*. São Paulo: FAPESP/ Terceira Margem, 2008.

FAUSTO, Boris (org) – *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.

FREITAS, Sônia Maria de – *Presença Portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Imprensa Oficial, 2006.

FREYRE, Gilberto – *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

GOULART, Silvana – *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero: CNPq, 1990.

LEMONS, Fernando e LEITE, Rui Moreira (org) – *A missão portuguesa – rotas entrecruzadas*. São Paulo: UNESP; Bauru (SP): EDUSC, 2003.

MASCARENHAS, João Mário (coord.) SOARES, João e outros (textos) – *A censura na iconografia e na caricatura portuguesa*. Lisboa: Humorgrafe e Museu da República e Resistência, 1997.

SALAZAR, Antonio de Oliveira – *Missão Acadêmica Brasileira*. A Voz, 9 ago. 1945.

SANTOS, Boaventura Sousa – *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Graça dos – *O espetáculo desvirtuado: teatro português sob o reinado de Salazar*. Lisboa: Caminho, 2004.

SARAIVA, Arnaldo – *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português*.
Campinas (SP) – UNICAMP, 2004.

SOUZA, José Inácio de Melo – *O Estado contra os meios de Comunicação
(1889-1945)*. São Paulo: Annablume, 1999.

Sandra Duarte

**A OPOSIÇÃO CATÓLICA FEMININA AO ESTADO NOVO
(1958-1974)**

A implantação do Estado Novo, em 1933, conduziu a uma reestruturação das relações entre o poder político e a Igreja católica que culminou na assinatura da Concordata de 1940¹. A hierarquia eclesiástica portuguesa manteve, até 1974, uma atitude de alinhamento com a política da frente nacional salazarista, sustada episodicamente, antes do final dos anos 50, por algumas figuras eclesiásticas, como o padre Abel Varzim² ou o padre Joaquim Alves Correia³.

Porém, o monolitismo católico legitimador do regime começou a desagregar-se a partir de 1958, ano das eleições presidenciais e da candidatura de Humberto Delgado. Estas deram lugar à escrita de um texto célebre, em Junho, por Francisco Lino Neto⁴, filho do presidente do Centro Católico Português extinto pelo regime em 1934. Foi também o ano da famosa “carta” endereçada pelo Bispo do Porto, António Ferreira Gomes, a Salazar, criticando a política salazarista. Ambos os documentos exerceram uma influência notável em alguns ramos católicos e assinalaram uma viragem nas posições assumidas por certos

¹ CRUZ, Manuel Braga da - *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa, Bizâncio, 1998, 199p.

² RODRIGUES, Domingos - *Abel Varzim: apóstolo português da justiça social*. Lisboa, Rei dos Livros, 1990, 260p.

³ LOPES, Francisco - *Pe. Joaquim Alves Correia (1886-1951): Ao serviço do Evangelho e da Democracia*. Lisboa, Rei dos Livros, 1996, 318p.

⁴ NETO, Francisco Lino - *Considerações dum católico sobre o período eleitoral*. Lisboa, s.n., 1958, 4p.

leigos, nomeadamente mulheres. Bem que minoritárias, estas desempenharam um papel de relevo nas diversas actividades de inspiração cristã que aqueles sectores concretizaram.

A finalidade desta análise consiste portanto em entender melhor qual foi o protagonismo das mulheres no movimento oposicionista católico. *Em que tipo de iniciativas colaboraram? Quem eram essas mulheres?* Foram essas as questões que orientaram esta análise.

Estudos de carácter historiográficos sobre a actividade oposicionista católica feminina são ainda inexistentes; não obstante as mulheres terem tido um papel preponderante na luta contra o regime. O protagonismo feminino na oposição católica constitui portanto o fio condutor e a problemática central deste estudo.

A oposição católica feminina: definição e caracterização

Num ensaio versando as temáticas da Religião e da Sociedade, o autor José Barreto define rigorosamente a expressão «oposição católica»⁵. Entende-se por este conceito a contestação por parte de certos católicos à política do Estado Novo, em nome da doutrina da Igreja Católica. São os chamados «católicos progressistas» A conotação pejorativa atribuída inicialmente pelos adeptos do Estado Novo cedeu paulatinamente lugar a uma conotação positiva. Aderiam a uma linha de pensamento bem diferente daquela que era seguida pela hierarquia católica portuguesa que legitimava religiosamente o regime. Questionavam-no e lutavam em prol das liberdades cívicas e políticas do Homem.

Procura-se portanto aqui analisar de que forma as mulheres se inseriram nesse grupo apesar de viverem num país em que o regime e a hierarquia religiosa faziam a apologia do regresso ao lar das mulheres e glorificava a maternidade⁶. Com efeito, a Constituição de 1933 enunciava a igualdade dos cidadãos perante a lei mas introduzia uma *nuance* em relação à mulher⁷.

⁵ BARRETO, José - *Religião e Sociedade*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 149-156.

⁶ PIMENTEL, Irene Flunser - *História das organizações femininas do Estado Novo*. Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp.23-92.

⁷ *Constituição Política da República Português de 1933*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, 43 p.

Antes de mais, convém salientar que não existiu nenhum projecto oposicionista católico constituído apenas por mulheres, como o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1936-1952)⁸. As leigas, inspiradas pela doutrina social da Igreja, participavam em actividades de inspiração cristã integrando maioritariamente homens. Pertenciam a um círculo restrito confinado principalmente às zonas urbanas de Lisboa e do Porto.

Na maioria solteiras, tinham entre 30 e 40 anos. A adesão ao movimento fazia-se, em escassos casos, através do seu marido ou de familiares. Regra geral, eram convidadas por amigos. Muitas frequentavam a igreja Santa Isabel, em Lisboa. Vinham dos meios privilegiados da sociedade portuguesa. Porém, certas iniciativas, nomeadamente as cooperativas, incluíam também sócias provenientes do operariado.

Estas mulheres eram principalmente militantes e dirigentes das organizações da Acção Católica Portuguesa (A.C.P.). Algumas pertenciam à geração jucista dos anos 50 que se ergueu contra o decreto-lei nº40.900 de 31 de Dezembro de 1956. Outras integravam a Juventude Internacional Católica e a Juventude Operária Católica (J.O.C). Algumas também provinham da União Noelista.

A adesão ao movimento oposicionista fazia-se, em escassos casos, através do seu marido ou de familiares. Regra geral, eram convidadas por amigos. Muitas frequentavam a igreja Santa Isabel, em Lisboa.

Apesar de serem de proveniências diversas, uniram-se se na luta em prol das liberdades cívicas.

Um dos meios de expressão: os abaixo-assinados

Um dos meios usados pelos católicos para contestar a política do Estado Novo ou a hierarquia eclesiástica e os seus órgãos de comunicação eram os abaixo-assinados.

No âmbito das balizas cronológicas definidas neste estudo, o primeiro data de 19 de Maio de 1958. Dirigido ao *Novidades*, diário oficioso do Episcopado, o documento pedia a sua imparcialidade na cobertura da campanha presi-

⁸ Acerca da oposição das mulheres ao Estado Novo, consulte-se GORJÃO, Vanda – *Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, 346 p.

dencial. Interpelava o director do «jornal criado pela Hierarquia e depositário da importantíssima missão de esclarecer a consciência católica nacional sobre as posições de princípio do pensamento católico acerca dos grandes problemas da vida portuguesa»⁹. Dos 28 signatários, quatro eram mulheres¹⁰ oriundas dos movimentos femininos da A.C.P. cujo dinamismo era já bem conhecido na época¹¹. Nesse mesmo ano, o Movimento Nacional das Mulheres Portuguesas exprimiram a sua solidariedade com o regime, unindo-se contra o general «sem medo».

Um ano após esse episódio, dois abaixo-assinados vieram ao conhecimento do público. O primeiro, em Fevereiro de 1959, intitulava-se «As relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos»¹². Era uma carta aberta ao Presidente do Conselho escrita à luz do seu discurso de 6 de Dezembro de 1958¹³, da mensagem de Natal do Cardeal Patriarca Cerejeira¹⁴ e da Nota Pastoral do Episcopado¹⁵. Abordava entre outros temas: a Acção Católica Portuguesa, as relações entre Igreja e Estado e as liberdades fundamentais. Também afirmava que os católicos tinham o direito de intervir na vida política. O segundo, apenas um mês depois, em 01 de Março de 1959, intitulava-se «Carta a Salazar sobre os serviços de repressão do regime»¹⁶. O seu título era esclarecedor: os métodos usados pelo Estado Novo iam de encontro aos princípios cristãos. Somente duas mulheres assinaram estes documentos: Maria Manuela Brito Bio e Sophia de Mello Breyner Andresen. Desde os anos 50, esta última era já amplamente conhecida pelas suas tomadas de posição contra o salazarismo.

⁹ “Ao jornal «Novidades»: desgosto pela sua actuação”. In: ALVES, José da Felicidade - *Católicos e Política: de Humberto Delgado a Marcello Caetano*. Lisboa, J. F. Alves, 1970, pp. 13-16.

¹⁰ Helena Sacadura Cabral Portas, Ana Maria Toscano, Manuela Silva e Joana Bénard da Costa Veloso.

¹¹ FONTES, Paulo - *Elites católicas na sociedade e na Igreja em Portugal: o papel da Acção Católica Portuguesa (1940-1961)*. Tese doutoramento, Lisboa, 2006, 1240p.

¹² ALVES, José da Felicidade. *Idem*, pp.65-88.

¹³ “Na posse da Comissão Executiva da União Nacional”. In: SALAZAR, Oliveira – *Discursos e Notas Políticas*. Vol. V. Coimbra, Coimbra Editora, 1959, pp. 511-527.

¹⁴ “Mensagem do Natal de Sua Exma. o Cardeal Patriarca de Lisboa”. In: *Lumen: revista de cultura para o clero*. Lisboa, União Gráfica, Janeiro 1959, pp.50-53.

¹⁵ “Carta Pastoral do Episcopado”. In: *Idem*, pp. 5-14.

¹⁶ ALVES, José da Felicidade. *Idem*, pp. 89-113.

Na década de 60, com o advento do Concílio Vaticano II (1962-65), a oposição católica sentiu-se legitimada pelos seus ensinamentos o que levou a uma multiplicação de iniciativas para denunciar a política portuguesa e o comprometimento da Igreja com a mesma. Em Outubro desse ano, começou a circular o «Manifesto dos 101»¹⁷. Esta carta distribuída em Roma aos Padres Conciliares, na IV Sessão de Vaticano II, foi redigida após a publicação do *Manifesto da Oposição Democrática*¹⁸ que os 101 assinantes louvavam. Expressiam a sua necessidade de intervir sobre a situação política e denunciavam os procedimentos da PIDE, a falta de liberdade na imprensa e a política ultramarina¹⁹. Desta vez, constavam 16 assinaturas de mulheres²⁰.

Entretanto, em 1968, acontecia em França o Maio 68 que se traduziu pela rejeição dos valores da «velha sociedade». A sexualidade e a condição da mulher foram amplamente debatidas. Logo a seguir, em 25 de Julho de 1968, o papa Paulo VI publicou a encíclica *Humanae Vitae*. Versava sobre a regulação da natalidade e condenava o uso de contraceptivo. O seu conteúdo foi largamente divulgado na imprensa da Acção Católica Portuguesa, nomeadamente nos jornais da J.U.C.²¹ e da J.O.C.²², dando lugar a uma importante discussão em todos os sectores de uma sociedade portuguesa que assentava na ideia de família tradicional da qual a mulher constituía o «esteio». Interpelado pelo seu conteúdo, um grupo constituído por 21 homens e 20 mulheres²³ endereçou uma

¹⁷ ALVES, José da Felicidade. *Idem*, pp. 175-208.

¹⁸ *Manifesto ao país e apresentação ao Presidente da República dos candidatos da oposição democrática às eleições para a Assembleia Nacional de 1965: documentos de interesse para a Pátria e a República*. Lisboa: Ed. dos Candidatos. 1965. 8f.

¹⁹ PIDE/DGS/SC/CI(1)/ Proc. nº 1327/UI 1217/Vol.2/Pt.6

²⁰ Aurora Cunha Murteira, Deolinda Franco Coimbra, Helena Cidade Moura, Maria Natália Duarte Silva, Maria de Fátima Ceia Gomes, Maria Ezequiel Belo Ravera, Maria de Graça Teixeira, Maria Benedicta Vassalo Pereira Bastos Monteiro, Maria Cabral Correia Guedes, Maria Teresa Pena Monteiro, Maria Helena Vaz de Castro, Maria de Jesus Serra Lopes, Olívia Maria, novamente Sophia de Mello Breyner e finalmente, Teresa Gomes Mota.

²¹ “Dossier *Humanae Vitae*”. In: *Encontro*. Lisboa, Dezembro 1968 e Janeiro/ Fevereiro 1969.

²² “*Humanae Vitae*”. In: *Lar e Trabalho*. Lisboa, Novembro 1968.

²³ Ana Maria Mateus Ferreira, Eugénia Leal Pereira de Moura, Filipa Maria Ulrich Garnel, Graça Wengorius, Isabel Adelaide Guedes Sales Henriques Belchior, Liliana da Silva Araújo Simões, Margarida Homem de Melo, Maria Adelaide Pinto Correia, Maria Ezequiel Andrade Belo, Maria Gabriela Ferreira, Maria Helena Farmhouse da Graça Mira Mateus, Maria José Burnay, Maria Madalena Soares Onofre Castel-Branco,

carta ao Cardeal Patriarca Cerejeira. Apenas a revista *O Tempo e O Modo* a publicou²⁴. Apesar de não ter sido noticiada em nenhuma publicação da A.C.P., é notável a sua influência. Com efeito, os artigos incidindo sobre a temática da promoção da mulher viriam a propagar-se nos finais dos anos 60²⁵.

Assim sendo, algumas mulheres católicas assinaram documentos condenando o regime e a hierarquia eclesiástica. Apesar de serem sempre minoritárias, o seu número foi aumentando ao longo dos anos. Na *Humanae Vitae*, há uma diferença notável e isso porque este texto fazia referência à questão da mulher: assunto que viria a ser discutido em diferenças manifestações de cariz cristão, nomeadamente em cooperativas criadas por alguns opositores católicos.

Uma iniciativa católica: a cooperativa PRAGMA

Nos anos 60, vários grupos oposicionistas, designadamente católicos, tiraram partido de um lapso legislativo, a não sujeição das cooperativas à aprovação prévia do Ministério do Interior como as restantes associações, para fundar este tipo de estruturas. Duas destacaram-se: a CONFRONTO²⁶ no Porto e a PRAGMA em Lisboa.

No primeiro aniversário da encíclica *Pacem in Terris*, em 11 de Abril de 1964, foi criada uma cooperativa cultural e de acção comunitária, de inspiração cristã: a PRAGMA. Um dos seus objectivos era distribuir aos sócios uma documentação de carácter cultural compatível com as suas finalidades²⁷.

Nesse âmbito, decorriam sessões periódicas de formação, à quinta-feira. Os responsáveis pela organização de colóquios eram o casal Monteiro, Gonçalo e Maria Benedita. A problemática da mulher era uma das matérias versadas nos mesmos. Em 17 de Abril de 1966, no dia comunitário da PRAGMA, ocorreu uma troca de impressões sobre «Os problemas da mulher no Mundo». Um mês

Maria da Madre de Deus Pimenta Reynolds de Sousa, Maria Piedade Pinto Correia, Maria Regina Ravara, Maria do Rosário dos Reis Valle, Maria Teresa d'Orey Neves e Castro, Sofia da Cunha e Vasconcelos Peleteiro e Teresa Maria Santa Clara Gomes.

²⁴ “Humanae Vitae: Católicos protestam” In: *O Tempo e O Modo*. Lisboa, Julho-Agosto 1968, pp. 732-735.

²⁵ “Uma questão de momento”. In: *Lar e Trabalho*. Lisboa, Março 1969.

²⁶ Foi fundada em Julho de 1966, sob impulso de Mário Brochado Coelho que foi eleito Presidente da Direcção. Era constituída por católicos e não católicos.

²⁷ *Cooperativa de difusão cultural e acção comunitária, S.C.R.L.: estatutos*. Lisboa, 1964, 8p.

depois, no dia 13 de Maio, foi organizado um debate com o título «A situação da mulher em Portugal» com várias sessões acerca da condição da mulher no trabalho, na família e na educação cultural e outras sobre as imagens da mulher na sociedade portuguesa. Reuniu cerca de 180 participantes²⁸.

Além disso, a PRAGMA realizava exposições itinerantes, uma delas, «O Plano de Fomento – realidades e incertezas», foi coordenada em parte por Maria Luísa Areosa Feio. Iniciada em Maio de 1965, o material foi apreendido pela PIDE em Agosto, em S. Mamede de Infesta.

Assim, os membros do sexo feminino desempenhavam papéis importantes na cooperativa. Era notável a sua presença nos diferentes serviços que propunha: livraria, assistência jurídica, bolsas de estudo, biblioteca e explicações. Ana Lowndes Marques foi responsável em 1966 pelo Serviço de Explicações que eram dinamizadas por Maria de Fátima Neiva Correia, Maria Manuela Alexandre (Inglês), Nina Abecassis (Português) e Matilde Rosa Araújo (Francês).

Algumas sócias também ascenderam a cargos na direcção. Segundo um relatório de 13 de Março de 1965, Ana Cristina Cardigos era secretária na Mesa da Assembleia-Geral. Um ano mais tarde, outro dava conta que essa função era ocupada por Nadir Palha Bico e que Ana Lowndes Marques era vogal. Para o biénio 68/69, juntou-se a esta última Maria de Lurdes França Machado.

Quanto às associadas, os documentos da PRAGMA permitem obter um conhecimento pormenorizado do seu número e do seu perfil sociológico. Em Abril de 1964, dos 33 sócios, 7 eram mulheres (3 diplomadas e 4 com um curso médio). Um ano depois, em Março de 1965, já eram 134 dos quais 34 mulheres (11 diplomadas, 19 estudantes, 4 com um curso médio). Em Março de 1966, o número de associados quase duplicou. Eram 249 contando com a presença de 53 mulheres.

Apesar da adesão crescente dos católicos, a PRAGMA foi encerrada pela PIDE sob a acusação de desenvolver actividades subversivas²⁹. Em Abril de 1967, foram presos o presidente, Nuno Teotónio Pereira, o vice-presidente João Gomes e os membros António Macieira Costa, Nuno Silva Miguel e uma mulher, Ana Lowndes Marques. Esta última, professora de línguas, permaneceu dois dias na cadeia³⁰.

²⁸ Todos esses dados são oriundos do espólio de Nuno Teotónio Pereira que está à consulta no Centro de Documentação 25 de Abril.

²⁹ PIDE/ DGS - CI (1) 5191- 1305.

³⁰ PIDE/DSG – Proc. 27733.

Em sinal de protesto contra o seu fecho, circularam dois abaixo-assinados. Um, subscrito por 280 pessoas crentes e não crentes, era dirigido ao Presidente da República. O outro, destinado aos bispos, contava com 547 assinaturas³¹. Em Junho 1967, a cooperativa retomava a sua actividade em instalações outras que a sede. O seu encerramento definitivo teve lugar em Abril de 1968, ano em que foi fundado o grupo GEDOC e começou a ser publicado a sua revista.

Imprensa católica

De 1958 a 1974, eram publicadas dois tipos de imprensa católica: por um lado, as publicações autorizadas pelo Episcopado e pelo regime; por outro, as clandestinas.

Relativamente aos jornais legais, o sector oposicionista participou activamente na edição de diversos periódicos de inspiração cristã. *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção* foi um deles. Foi lançado em Janeiro 1963³². Tomando como referência a revista francesa *Esprit*, criada em 1932, o periódico reunia o grupo católico da editora Moraes e colaboradores não-crentes. A cooperação das mulheres era minoritária. Traduzia-se principalmente sob a forma de poesia ou recensões críticas de livros³³. No decorrer de 1968, pela primeira vez, uma mulher, Joana Lopes dedicou-se à escrita de artigos de cariz político³⁴. Nesse mesmo ano, foi publicado um caderno consagrado exclusivamente ao casamento³⁵. Nele, era questão da promoção da mulher na sociedade

³¹ PIDE/DGS – Proc. 5191, CI (1), Cx. 1302, Pt. 20.

³² Acerca da actividade da revista *O Tempo e o Modo*, consulte-se FERREIRA, Nuno Estêvão - «O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção (1963-1967): repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo. In: *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 6, 1994.

³³ Sophia de Mello Breyner, Agustina Bessa Luís, Fernanda Botelho, Teresa Amado, Maria Aliete Galhoz, Marya Mannes, Francine Benoit, Maria Valupi, Maria Judite de Carvalho, Maria Velho da Costa, Maria Isabel Mota e Helena Maria dos Santos.

³⁴ LOPES, Joana. «Depoimento sobre o momento político». In: *O Tempo e O Modo*. Nº62/63. Lisboa, Julho/Agosto 1968.

³⁵ Teresa Cabral, Madalena Gerbert, Laura Graça, Maria Isabel Mota, Maria Adelaide Pinto Correia, Teresa Rita, Maria João Sande e Lemos, Bertina Sousa Gomes, Natália Teotónio Pereira, Helena Vaz da Silva e Maria Velho da Costa.

portuguesa. Porém, a revista esteve somente sob orientação católica durante a direcção de Alçada Baptista e Bénard da Costa. Depois, mudou de rumo.

Em Janeiro 1965, começou a ser publicado sob o impulso dos teólogos Hans Küng, Henri Luba, Yves Congar e Karl Rahner a revista internacional Concilium. O seu objectivo era manter o espírito de diálogo com o mundo do Concílio Vaticano II. Os números tratavam sempre temas relevantes para a teologia, muitas vezes polémicos. Foi produzida, desde o início, em sete línguas. A editora Moraes assegurava a versão portuguesa cuja responsabilidade cabia a Helena Vaz da Silva. Em Março de 1965, foi criado o grupo «Amigos da Concilium»³⁶. Discutia o conteúdo da revista e promovia coloquios. Foram organizados ao todo oito, entre Maio de 1965 e Março 1968³⁷.

Nesse mesmo ano, formou-se o Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações, Experiências, conhecido pela sigla *GEDOC*³⁸. A equipa inicial era constituída por vinte homens e onze mulheres³⁹. A sua principal actividade era a edição dos *Cadernos GEDOC* em que eram debatidas assuntos do foro político, nomeadamente o da guerra colonial. Durante seis meses, foram distribuídos de forma legal mas em Junho, o regime proibiu-os sem nenhuma interferência da hierarquia eclesiástica que sempre desautorizou o grupo⁴⁰. Passaram à clandestinidade. Dois volumes, *Judite* assim como o último número, ficaram sob a responsabilidade de uma mulher, Maria Amélia Leite Pinto. Segundo depoimento do sacerdote, foi também incumbida da venda a avulso, a partir da sua casa, dos seis primeiros cadernos.

Além dos *Cadernos GEDOC*, a oposição católica organizou-se na clandestinidade para publicar outras revistas.

Em Fevereiro de 1963, começou a circular o *Direito à Informação*. Invocando a encíclica *Pacem in Terris*, um grupo de leigos afirmava o direito à

³⁶ Dos 19 primeiros membros, destacam-se quatro mulheres: Helena Vaz da Silva, Joana Lopes, Margarida Morais e Joana Veloso.

³⁷ LOPES, Joana. “Entre as brumas da memória: os católicos portugueses e a ditadura”. Porto, Âmbra, 2007, pp. 81-92.

³⁸ ALMEIDA, João Miguel de - *Oposição Católica ao Estado Novo*. Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008, 296p.

³⁹ Maria Amélia Leite Pinto, Maria Helena Neves, Maria Inês Manarte, Maria Gabriela Ferreira, Margarida Maria Alpoim, Maria Natália Duarte Silva, Almerinda Marques Teixeira, Maria Joana Menezes Lopes, Isabel Maria Reis da Costa Picoito, Margarida Sousa Lobo e Maria Livia Menezes.

⁴⁰ “Uma comunicação do Patriarcado ao Clero”. In: *Cadernos GEDOC*. Nº 5. Lisboa, GEDOC, 1969, pp.46-48.

uma informação objectiva. Fundado pelo casal Nuno e Natália Teotónio Pereira, este jornal policopiado procurava difundir notícias e documentos que a censura não deixava passar nos jornais autorizados, nomeadamente no que diz respeito à guerra colonial, aos problemas académicos e ao comprometimento entre a Igreja e o Estado Novo. Dezoito números foram publicados, seis dos quais até 1965. Na parte da secretaria, Maria Vitória Vaz Pato, Maria da Conceição Neuparth e Ana Lowndes Marques passavam os textos para o estêncil. Também foram responsáveis pela sua distribuição quer em mão, quer por correio através de sobrescritos timbrados dos cursos de cristandade ou de empresas fictícias⁴¹. Apesar deste papel activo, as mulheres não participavam muito na elaboração dos artigos, excepto Joana Lopes na fase final da existência do *Direito à Informação*. Até 1969, ano do seu desaparecimento, nunca foi interceptado pela PIDE.

Antes disso, em 1964, por ocasião da viagem do papa Paulo VI a Bombaim, um grupo de oposicionistas liderado por Nuno Teotónio Pereira lançou um jornal com um número único de quatro páginas policopiado intitulado *Igreja presente*. Procurava relatar pormenorizadamente essa visita desaprovada pelo regime⁴². O papel de algumas leigas foi preponderante para a concretização deste projecto. Ana Lowndes Marques deslocou-se a Madrid para encontrar-se com elementos da J.O.C. espanhol no intuito de descobrir uma editora que publicasse o documento. De seguida, Eduarda Cruzeiro com Eduardo Veloso e Pedro Tamen foram a Madrid para redigir os textos e traduzir do Francês os discursos que o Papa ia fazendo em Bombaim. Finalmente, outro grupo foi encarregue de trazer os jornais para Portugal. Em 6 de Dezembro foram distribuídos 30 mil exemplares à saída das igrejas de Lisboa.

Nos anos 70, após mais de dez anos de guerra colonial, o sector oposicionista católico reuniu-se para concretizar um novo projecto, um jornal clandestino cujo título anunciava claramente os seus objectivos: *Boletim Anti-colonial*. Publicado apenas dois anos, em 1972 e 1973, acabou por ser apreendido pela PIDE que procedeu, entre Novembro e Dezembro de 1973, à prisão dos

⁴¹ “Direito à Informação”. In: Coord. BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena - *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VII. Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 545.

⁴² *Igreja Presente. Número especial dedicado à viagem de Paulo VI a Bombaim*. 6 de Dezembro 1964.

responsáveis, entre os quais três mulheres⁴³. Acusavam-nas de «actividades delituosas contra a segurança do Estado, com o fim de alterar a Constituição Política e destruir a forma do Governo por meios não consentidos»⁴⁴. Após um processo iniciado em 11 de Fevereiro de 1974, as três foram soltas no final do mês. Em suma, essas mulheres demarcaram-se das posições assumidas pelas organizações femininas pró-estadonovistas, nomeadamente do Movimento Nacional Feminino (M.N.F.) cujo objectivo era «promover o auxílio moral e material às forças armadas»⁴⁵. Instrumentalizado pelo regime, ficou conhecido sobretudo pelas suas secções de madrinhas de guerra disseminadas pelo país.

Contudo, as leigas oposicionistas não se limitaram à publicação de periódicos.

Outras iniciativas

Além dos abaixo-assinados, da inserção em cooperativas e da imprensa, as mulheres católicas participaram em outras iniciativas contra a política do Estado Novo.

Para homenagear Martin Luther King, assassinado em inícios de Abril de 1968, foi agendada um mês depois uma sessão cujo local de realização seria a igreja Santa Isabel, em Lisboa⁴⁶. Duas frases encabeçavam a convocatória: "Traz contigo uma flor" e "Por cada flor estrangulada, há milhões de sementes a florir". O evento consistia na projecção do filme *Marcha em Washington*, ao qual se seguiria um debate orientado por Fátima Pereira Bastos, Frank Pereira, Lindley Cintra e José Carlos Megre. Porém, na véspera, a PIDE comunicou ao padre Armindo Duarte, prior da paróquia, que estava proibido e convocou Lindley Cintra e José Carlos Megre para os interrogar. Contudo, à hora marcada, convergiram em frente à igreja centenas de pessoas para assistir a sessão. Seriam rapidamente dispersados pela polícia. Em consequência dessa interdição, foi elaborado um panfleto intitulado "Porquê?" que fazia um breve relato

⁴³ Maria Luísa Sarsfield Pereira Cabral, Maria Gabriela de Figueiredo Ferreira e Maria Conceição Moita.

⁴⁴ PIDE/DGS - SC - PC 544/73 - Vol. 1.

⁴⁵ ESPÍRITO SANTO, Sílvia - *Adeus, até ao teu regresso: o Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial: 1961-1974*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003, 117p.

⁴⁶ *Direito à Informação*. Nº14. Junho 1968.

dos acontecimentos. Toda a organização teve como principais coordenadoras Maria da Conceição e Maria Antónia Pacheco.

No final do mesmo ano, em 8 de Dezembro, o papa Paulo VI convidou os cristãos a celebrar o dia Mundial da Paz no 1 de Janeiro⁴⁷. Em 13 de Dezembro, numa pastoral, os bispos portugueses retomaram a ideia. Nessa época, as referências à paz na imprensa católica multiplicaram-se⁴⁸. Porém, apenas se fazia menção a outras guerras, nomeadamente a do Vietname. Abordar o tema da guerra colonial era um assunto proibido que não escapava ao lápis azul, a não ser nas publicações clandestinas.

Seguindo os ensinamentos pontificais, alguns leigos organizaram portanto diferentes vigílias. A primeira teve lugar, na Igreja de S. Domingos, em 1 de Janeiro de 1969 com o tema: “Vemos, ouvimos e lemos: não podemos ignorar”. Após a missa celebrada pelo Cardeal Patriarca, foi discutido o tema da guerra colonial. Também foi distribuído aos cerca de 150 participantes um folheto que denunciava a última pastoral do Episcopado em era usada a expressão «povos ultramarinos que integram a Nação Portuguesa» para se referir aos povos colonizados⁴⁹.

Porém, a vigília que mais repercussão teve no país foi a da Capela do Rato em 1973⁵⁰. A iniciativa partiu de um pequeno grupo de católicos constituído por Nuno Teotónio Pereira, Luís Moita, Isabel Pimentel, Maria Conceição Moita e alguns estudantes⁵¹. Os seus objectivos eram: romper com o silêncio acerca do problema dos conflitos em Angola, Moçambique e Guiné; procurar a paz e expressar solidariedade para com as vítimas da guerra. Para suspender esta reunião, a PIDE entrou na capela e identificou um grupo 74 pessoas incluindo 25 mulheres⁵². Foram presos 14 elementos considerados líderes dos

⁴⁷ “Importante programa do Vaticano para o «Dia Mundial da Paz»”. In: *A Voz*. Lisboa, 9 de Dezembro de 1968.

⁴⁸ “No caminho da PAZ”. In: *Lar e Trabalho*. Lisboa, Fevereiro 1969.

⁴⁹ “O «Dia da Paz» numa nota pastoral do Episcopado Português”. In: *Novidades*. Lisboa, 15 de Dezembro de 1968.

⁵⁰ “Vigília da capela do Rato”. In: ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de. *Dicionário da História do Estado Novo*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores. 1996. pp. 1008-1010.

⁵¹ PIDE/DGS - SC - PC 544/73 - VOL. 1 (Fl.132)

⁵² Maria Benedita Soares Parente Galamba de Oliveira, Maria da Conceição Victor Moita, Maria Inês Cabral Cordovil, Graziela do Carmo Possidónio, Maria do Rosário Sousa Leal de Oliveira Moita, Maria Regina Líbano dos Santos, Maria Teresa Abrantes Pereira, Maria Isabel Cabral Cordovil, Maria Luísa Pacheco Silva Vieira Pereira da

quais apenas uma mulher: Maria Benedita Galamba de Oliveira. Foi solta dois dias depois mediante uma caução de 10.000\$⁵³. Em 10 de Janeiro, o patriarcado de Lisboa desautorizou a vigília mas pela primeira vez, condenou a acção repressiva do regime⁵⁴.

Conclusões

Em suma, na época em estudo, algumas mulheres personificaram a oposição católica ao Estado Novo. Decidiram não serem mães devotas à pátria mas sim activistas contra o poder político. As suas vozes de protesto foram crescendo no decorrer dos anos 60, legitimadas pela mensagem de renovação difundido pelo Concílio Vaticano II. Demarcaram-se assim da linha oficial da Igreja portuguesa e dos movimentos femininos (M.P.F. e O.M.E.N) para contestar a política do regime. O seu discurso oposicionista assentava em críticas contra o regime, contra a guerra colonial e contra a colaboração da hierarquia eclesiástica portuguesa com o Estado Novo.

No seio dessa luta, desconhece-se a existência de qualquer freira portuguesa que tenha contestado ou se tenha directamente oposto à política do Estado Novo. Aspositoras situavam-se na esfera dos leigos, eram na maioria antigas militantes dos movimentos femininos da Acção Católica Portuguesa ou eram oriundas da União Noelista.

A oposição católica feminina materializou-se de diversas maneiras. Ia do simples abaixo-assinado a uma acção mais intervencionista. Mulheres católicas integraram cooperativas (como a PRAGMA) onde desempenharam cargos de relevo, sem discriminação de género. A sua colaboração na imprensa católica foi notável, principalmente na de cariz clandestino. Correram fortes perigos para difundir os seus ideais pacíficos.

Silva, Júlia Maria Martins de Brito, Maria Manuela Cruz Reis Góis, Maria Gabriela de Figueiredo Ferreira, Teresa Filomena Sarmento, Maria Gabriela Gouveia de Freitas de Moraes, Ana Maria Cabral Cordovil, Maria Isabel da Costa Cabral, Maria Filomena de Oliveira Lopes, Maria Isabel Cortês Pinto Pimentel, Maria Margarida Seabra Mendes Palma, Maria Isabel Rodrigues, Maria de Fátima Lonet Delagdo e Oliveira Sangremau Proença, Luísa Maria Ivo Madeira da Silva, Isabel Maria Duarte Pinto Correia Pareira Neto e Ludovina Augusta de Rodrigo Esteves.

⁵³ ANTT.PIDE/DGS. Processo-crime nº 28921.

⁵⁴ “Nota do Patriarcado de Lisboa sobre o incidente ocorrido na capela do Rato”. In: *Novidades*. Lisboa, União Gráfica, 11 de Janeiro de 1973.

Esta última via de luta constitui a mais interessante e fecunda como matéria de investigação. Mulheres como Natália Teotónio Pereira, Maria Amélia Leite Pinto, Ana Maria Lowndes Marques, Joana Lopes, entre outras, enveredaram assim por actividades clandestinas, integrando grupos compostos maioritariamente por homens que eram, em escassos casos, os seus próprios maridos. Tomaram parte na publicação de jornais como o *Direito à Informação* (1963-1969), os *Cadernos GEDOC* (1969-1970) e o *Boletim Anti-Colonial* (1972-1973) em que apelavam à defesa dos direitos humanos, à abolição dos métodos repressivos da PIDE e à instauração da paz, em nome da doutrina social da Igreja. A guerra colonial, o elo mais fraco do regime, veio assim congregar as diversas correntes políticas e religiosas adversas ao Estado Novo.

A questão da mulher não foi uma problemática central da oposição católica. Porém, deu lugar a diversos colóquios e culminou na assinatura de um documento protestando contra a encíclica *Humanae Vitae* em 1968. No pós-25 de Abril, muitas prosseguiram a sua luta e tornar-se-iam figuras de destaque do feminismo.

**A OPOSIÇÃO NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS À ASSEMBLEIA
NACIONAL: 1945-1973**

Os regimes autoritários que proliferaram na Europa entre os anos 20 e o fim da segunda guerra mundial também tiveram eleições e o autoritarismo português não foi exceção a essa regra. Os anos que vão de 1933 a 1973 – ou seja, o período que mediou entre a aprovação da Constituição e as últimas eleições legislativas, são de luta entre o regime constitucional, mas autoritário, saído da Ditadura Militar, e homens que, ao longo desses quase quarenta anos, tentaram organizar-se para pugnam pela sua alteração num sentido democrático. A ideia de democracia não seria a mesma para todos, mas isso é outra história.

A Ditadura Militar começou por ter que se defender de armas na mão das tentativas para derrubá-la e voltar ao regime parlamentar; conseguiu vencer os dois grandes desafios de 1927 e de 1931 e levou avante a criação do regime que se denominou Estado Novo. Cumpriu-se depois o ritual da realização de eleições legislativas. Nessas quase quatro décadas, os oposicionistas à forma de governo vigente puderam, de quatro em quatro anos, a partir de 1945, exprimir durante mais ou menos duas semanas, mais ou menos livremente, as suas opiniões. A estas semanas, devem acrescentar-se as correspondentes às campanhas presidenciais de 1949 (Norton de Matos *vs.* Carmona), 1951 (Ruy Luís Gomes e Quintão Meireles *vs.* Craveiro Lopes) e 1958 (Arlindo Vicente e Humberto Delgado *vs.* Américo Thomaz), todas elas importantes no despertar de consciências para a situação política portuguesa, particularmente a última, mas com a curiosidade de mostrar a divisão entre as hostes oposicionistas no apoio dado

a Ruy Luís Gomes e a Quintão Meireles. Fica apenas o apontamento, pois não é das eleições presidenciais que este trabalho se ocupa e só se lhe faz a referência porque a mobilização das oposições nessas campanhas presidenciais impulsionou os movimentos de que viriam a sair as candidaturas a deputados.

Foram onze as legislaturas num arco de 39 anos. Até 1945, realizaram-se três eleições para a Assembleia Nacional – em 1934, 1938 e 1942 –, sem que surgissem candidatos oposicionistas aos propostos pela União Nacional. Quebrando a regra dos 4 anos, foram convocadas novas eleições legislativas em 1945, terminada que estava a II Guerra Mundial com a queda dos fascismos.

O desfecho do conflito e a aparente abertura do regime – a avaliar pelas promessas de eleições livres que o chefe do governo fizera em Agosto desse ano de 1945 – deram esperanças aos oposicionistas que viam agora na via legal uma oportunidade para conseguir a mudança política que pretendiam. Muitos foram os que se convenceram de que as potências vencedoras se oporiam à continuidade do regime português e também estão ditos e reditos os motivos que fizeram com que assim não fosse. Passemos, portanto, a falar do comportamento da oposição. Digo oposição, mas poderia, e talvez devesse, dizer oposições, pois a verdade é que se houve muitos opositores ao Estado Novo, jamais existiu – e em 1969 foi bem visível – uma oposição unida em torno de uma ideia aglutinadora.

Não que, ao longo dos anos, a oposição não tenha feito muitas tentativas para se organizar e para se unir. Passando sobre os movimentos dos exilados em Paris e em Madrid, refira-se a criação da Aliança Republicano-Socialista, presidida pelo general Norton de Matos, em 1931; o aparecimento, em 1943, do Movimento de Unidade Democrática Anti-Fascista (MUNAF), uma organização política de carácter frentista, inspirada pelo Partido Comunista (PCP) e que englobou vários sectores oposicionistas, também presidida por Norton de Matos; e a formação, em 1944, da União Socialista, que juntava os membros dos Núcleos de Doutrinação e Acção Socialista vindos da Secção Portuguesa da Internacional Operária (SPIO).

É, portanto, no contexto de 1945 que parece ter surgido a oportunidade de substituir o regime. Face às promessas de Salazar, um grupo de republicanos, à frente dos quais se encontrava o advogado Mário de Lima Alves, pediu e obteve autorização para convocar uma reunião destinada a avaliar as condições de participação da oposição nas eleições legislativas que se avizinhavam. Essa reunião realizou-se, a 8 de Outubro, no Centro Escolar Republicano Almirante Reis, em Lisboa, e no final foi aprovado um relatório do qual constavam várias

exigências para que listas oposicionistas se apresentassem às eleições; entre outras, autorização para a formação de partidos políticos, a abertura de novo recenseamento eleitoral e o adiamento do acto eleitoral. Os organizadores divulgaram por todo o país esse relatório e as adesões que receberam multiplicaram-se rapidamente. Estava em marcha o movimento que viria a chamar-se Movimento de Unidade Democrática (MUD), o qual reuniu republicanos, monárquicos, católicos e comunistas num despertar de massas que, evidentemente, inquietou as autoridades. A 16 de Outubro, o governo recusou os pedidos oposicionistas, designadamente o adiamento das eleições legislativas, marcadas para 18 de Novembro, e a oposição resolveu não se apresentar a escrutínio. Todavia, o MUD não foi ilegalizado e o apoio que recebia tornara-se avassalador, com as adesões a multiplicaram-se por todo o país. Os jornais conotados com a oposição, particularmente o *Diário de Lisboa* e a *República*, continuavam a publicar notícias sobre as reuniões que se iam realizando por todo o país, os nomes dos novos aderentes, comunicados, entrevistas, artigos de crítica ao governo, polémicas entre candidatos ou vultos oposicionistas e membros ou departamentos do governo que respondiam com notas officiosas ou nas sessões de propaganda da União Nacional. É um cenário que se repetirá, aliás, em todas as campanhas subseqüentes.

De todo este movimento resultou, pela primeira vez, a apresentação de algumas candidaturas contra as da União Nacional ou a declaração de intenção de fazê-lo: em Portalegre, foram apresentadas duas listas de oposição à União Nacional, mas só uma foi aceite pelo Governador Civil: a que era constituída por Pequito Rebelo, Jorge da Fonseca Bastos, Ernesto Amaro Lopes Subtil e Rui de Andrade. Como curiosidade, observe-se que da lista recusada faziam também parte os dois últimos nomes da que foi aceite mas que acabou por não chegar às urnas, como repetidamente sucederá nas eleições seguintes. Em Cabo Verde, apresentou-se o dr. José de Paiva Lereno; na Guiné, Sebastião José Barbosa; por Angola, foram três os candidatos, um deles o eng.º Cunha Leal, que se encontrava em Portugal e foi o primeiro candidato a entregar a sua documentação no Governo Civil; os outros dois eram advogados: António Gonçalves Videira e António Durães. Finalmente, por Moçambique, apresentaram-se também três candidatos, um dos quais o dr. Delfim Costa, antigo deputado da República por Moçambique. Todos desistiram antes das eleições, alegando falta de condições.

O MUD¹ foi tolerado durante três anos, apesar da repressão que se abateu sobre dirigentes e aderentes, e acabou por ser extinto em Março de 1948. Todavia, a actividade de um movimento como este não se extingue por decreto e são pessoas ligadas ao MUD que lançam, em Abril, a candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, eleição que estava marcada para Fevereiro de 1949. Durante a campanha, a que foram criadas todas as dificuldades, vindo o general a desistir nas vésperas da eleição, ficou clara a divisão dos grupos oposicionistas: republicanos, comunistas e socialistas.

O ano de 1949 não terminaria, porém, sem outro confronto eleitoral: as legislativas, que se realizariam em 13 de Novembro, aplicando a legislação aprovada em Outubro de 1945 e que substituíra o círculo único por círculos eleitorais coincidentes com os 30 distritos da nova divisão administrativa e aumentara o número de deputados de 90 para 120.

Das três listas que se organizam, a de Vila Real é republicana, mas as outras duas são essencialmente monárquicas, embora nos objectivos que apresentam não figure a restauração monárquica. Há uma quarta lista, que pretende apresentar-se em Évora, talvez republicana, mas que não deixa rasto.

Na lista de Vila Real, encontravam-se três republicanos e um monárquico. O monárquico era Rolão Preto, que 20 anos depois voltará a apresentar-se; os republicanos eram um sacerdote católico, o padre Amorim, republicano de antes de 1910 mas que se exilara para o Brasil por não concordar com as perseguições ao clero; o comandante Prestes Salgueiro, que se distinguira em Moçambique, na grande guerra, e o eng. Cunha Leal. A lista não é aceite por, alegadamente, o padre Amorim não estar recenseado, uma situação de que ainda se falaria nas eleições seguintes, em 1953, pois o padre Amorim viria a admitir que talvez não estivesse recenseado.

Assim, nos dois círculos que restam – Portalegre, cuja lista parece vir na esteira das que foram apresentadas em 1945, e Castelo Branco – as candidaturas são verdadeiramente *sui generis*: não pretendem mudar o regime e não podem considerar-se de oposição à política do governo, no seu todo; apenas traduzem uma insatisfação local e o próprio cabeça de lista por Portalegre, Pequito Rebelo, em carta dirigida a Salazar², insistia em que a sua lista – a que chamava Lista Regionalista Independente - não era de oposição porque não

¹ Em Agosto de 1946, surgira o MUD-Juvenil, que começara por se chamar Movimento Académico de Unidade Democrática e que sobreviveu ao MUD por largos anos.

² Com data de 5 de Novembro de 1949. Cf. José Pequito Rebelo *As Eleições de Portalegre (Documentos)*, Lisboa, 1950.

pretendia “destruir a constitucionalidade existente e impedir o seu lógico desenvolvimento” mas, pelo contrário, “cooperar para que a constitucionalidade existente se desenvolva logicamente no sentido de uma cada vez maior legitimação da autoridade e de um cada vez maior alargamento da liberdade e da representação genuína”. Já anteriormente, em carta datada de 19 de Outubro e dirigida ao governador civil de Portalegre, dr. João Augusto Marchante, Pequito Rebelo afirmara: “A lista de que faço parte não pretende ser de oposição, mas simplesmente representativa da opinião do eleitorado, livre da perturbação de quaisquer abusivas influências políticas”. O facto de Pequito Rebelo ter sido convidado a fazer parte da lista da União Nacional, não o livrou de violentos ataques antes, durante e depois da campanha eleitoral, nem impediu que fossem diferentes os papéis em que haviam sido impressas ambas as listas. A votação também não foi deixada correr livremente: em Vila Boim, com as urnas ainda abertas – e forte presunção de vitória da lista de Pequito Rebelo – o então Presidente da Câmara de Elvas, dr. Mário Cidraes, compareceu na mesa eleitoral, cujos membros, todos seus conhecidos, cumprimentou com toda a delicadeza, e depois, dirigindo-se ao mandatário da lista, o médico Manuel Chaveiro Rovisco Paes, comunicou-lhe, com todos os pedidos de desculpa, que, por decisão superior, o acto eleitoral não podia continuar. Não continuou e nunca se soube o resultado verdadeiro da votação³.

Por sua vez, a lista de Castelo Branco não só não era inteiramente constituída por monárquicos, como pretendia opor-se à lista da União Nacional com programa próprio muito embora este se resumisse ao desejo de contribuir para “acabar com a burocracia que em Portugal nos esmaga”, como afirmou na sessão realizada em Castelo Branco o dr. José Ribeiro Cardoso, um advogado, antigo sacerdote, que foi confessadamente o mentor dessas candidaturas. Pretendia aquele advogado ter na sua lista dois republicanos e dois monárquicos. Não o conseguiu: monárquicos eram ele próprio, o Marquês da Graciosa e o eng. Almeida Garrett; republicano o eng. Cunha Leal que, não tendo sido aprovada a lista de Vila Real se apresentava por Castelo Branco. Para esta ausência de candidatos republicanos contribuiu certamente a posição do Movimento Nacional Democrático (MND) que se apresentou como “continuador dos grandes movimentos em prol da Democracia de 1945 a 1949” e que “tendo em conta o actual condicionamento político resolveu não apresentar candidatos às eleições para a Assembleia Nacional (e) considerar como não representando a

³ Informação do dr. João Luís Cabral Picão Caldeira, filho de um dos candidatos.

Oposição Democrática quaisquer candidaturas, mesmo que formalmente não apareçam incluídas na lista da União Nacional”.

O país só deveria voltar a pronunciar-se eleitoralmente em 1953, mas a morte do Chefe do Estado, o general Carmona, em 1951, permite aos oposicionistas voltarem a manifestar-se. Contra o candidato da União Nacional, o general Craveiro Lopes, apresenta-se o almirante Quintão Meireles que, tal como acontecera com o general Norton de Matos, não chegou às urnas.

Dois anos depois, a oposição volta a participar na campanha para as eleições legislativas, embora em reduzido número: Lisboa, Porto e Aveiro – esta última com duas listas, uma das quais se proclamava nacionalista – mais um anunciado e logo desaparecido candidato por S. Tomé: Alberto Ferreira Marques Portulês, um europeu ali nascido. As listas apresentadas – excepção feita, claro, à lista nacionalista de Aveiro e à estranha candidatura de S. Tomé – eram patrocinadas pelo Directório Democrato-Social⁴. Em Maio, António Sérgio, com o objectivo de conseguir a unidade entre as oposições, criara uma comissão, posteriormente denominada Comissão Promotora do Voto, cujos esforços incidiam em procurar conseguir garantias “quanto ao recenseamento dos eleitores e quanto às próprias operações do acto eleitoral”⁵, ou seja, igualdade com a União Nacional no acesso aos meios de comunicação, designadamente na Rádio, e na cedência de recintos para a realização de propaganda eleitoral. Por seu turno, o MND preconizava a abstenção, praticamente nos mesmos, embora mais explícitos, termos em que o fizera em 1949, acusando até os candidatos oposicionistas de, pelo simples facto de se apresentarem ao escrutínio, estarem a colaborar com o regime. Desta feita, porém, recebe uma resposta de certa forma violenta: em comunicado difundido nos jornais, “os candidatos republicanos de Lisboa” acusam o MND de tentar “lançar a perturbação no eleitorado oposicionista”. A campanha decorreu na forma habitual: discursos dos candidatos, manifestos com o programa dos candidatos dos vários círculos, entrevistas aos jornais dos candidatos e dos seus apoiantes, discursos, mas havia uma certa homogeneidade entre os candidatos e a poucos dias das eleições, o *Diário de Lisboa*, então dirigido por Joaquim Manso, observava que “pela primeira vez desde 1925, se assinala em vários círculos, certa coordenação de listas de candidatos que se apresentam como de oposição às da União Nacional”. Quem eram os candidatos? Alguns nomes: o almirante Cabeçadas, o eng.º Cunha Leal, os drs. Fernando Mayer Garção, Câmara Reis e

⁴ Que em alguns documentos aparece grafado Directório Democrático-Social.

⁵ v. *Diário de Lisboa* de 7 de Outubro de 1953.

Vasco da Gama Fernandes, por Lisboa; os advogados. Carlos Cal Brandão e António Macedo, pelo Porto, e, por Aveiro, o advogado Basílio Lopes Pereira, que já combatera activamente a Ditadura Militar, cumprira uma pena de prisão e continuava a sua luta contra o Estado Novo. A lista nacionalista de Aveiro – que inclui católicos como o padre Abel Condesso e Pedro Grangeon – vem um pouco na linha das candidaturas de Portalegre e de Castelo Branco, menos de oposição do que de colaboração para que as coisas melhorassem. Surgem, no entanto, comunicados de partidos e movimentos que tinham pouca ou nenhuma expressão: foi o caso de um Partido Cristão-Democrático que afirma não concorrer às eleições mas que anuncia a sua organização; foi também o caso de um Movimento das Mulheres Portuguesas, que anuncia igualmente encontrar-se “em organização” e que está muito próximo das posições do MND; e foi também o caso do Partido Socialista, que num extenso comunicado dá aos seus “companheiros” liberdade de voto, explicando: “os socialistas em nada intervieram sobre a atitude dos republicanos no presente acto eleitoral, abstêm-se de qualquer crítica a essa atitude e dão inteira liberdade aos seus companheiros para votar e fiscalizarem as urnas até à contagem.”⁶ Desta feita, os papéis em que as listas estão impressas são iguais e as candidaturas vão avante e chegam até às urnas. Os resultados são modestos, mas, no contexto da época, é difícil dizer se são reais.

O ano de 1957 ficou marcado pela realização, no mês de Maio, do I Congresso Republicano de Aveiro, em que participaram nomes grados da intelectualidade portuguesa, muitos dos quais apresentaram teses que focavam aspectos concretos da vida portuguesa. Menos de seis meses passados, entrava-se em nova campanha eleitoral para a Assembleia Nacional. Apresentaram listas oposicionistas Lisboa, Porto, Braga e Aveiro e delas constam nomes de sectores de esquerda próximos do PCP, embora os republicanos continuem a ser predominantes: Arlindo Vicente, Câmara Reis, o major Miguel Ferreira, são alguns dos mais destacados e respeitados. Volta a levantar-se a questão do abstencionismo ou do intervencionismo e verifica-se que os intervencionistas de 1953 são os abstencionistas de 1957, como demonstra uma exposição entregue ao Presidente da República no dia 1 de Outubro, aduzindo as razões por que não concorriam ao acto eleitoral e assinada por praticamente todos os candidatos (exceptuando os nacionalistas de Aveiro) às eleições de 1953. A situação seria depois, a 30 de Outubro, explicada aos jornalistas, recordando-se que a Comissão Promotora do Voto desde o começo do ano que pedira garantias

⁶ *Diário de Lisboa* de 21 de Outubro.

eleitorais ao governo e no mesmo sentido insistira o Directório Democrato-Social (DDS), sem qualquer resultado positivo. Consequentemente, Lisboa, Porto e Aveiro, desistiam e apenas Braga se propunha ir até ao fim.

Neste ano, há ainda a considerar a tentativa de apresentação no Supremo Tribunal Administrativo, em devido tempo, de seis candidaturas de quatro territórios africanos: Cabo Verde; Guiné; Angola e Moçambique. Todavia, nem houve campanha, nem qualquer lista com estes ou outros nomes deu entrada nas urnas, presumindo-se – diz a informação da PIDE que sobre o assunto se encontra no Arquivo Salazar⁷ - “que desistiram, certamente por falta de ambiente favorável”. A verdade é que os jornais não se lhes referem, nem nas sessões de propaganda eleitoral em Portugal se encontra a mais pequena observação a esse respeito.

No ano seguinte, 1958, as eleições presidenciais são fortemente marcadas pela campanha de Humberto Delgado a que se juntam republicanos, católicos, monárquicos e comunistas. É uma campanha extremamente mobilizadora e que desperta, entre os jovens, muitas consciências para a situação política do país.

Para as eleições legislativas seguintes faltam três anos, três anos durante os quais começam a chegar sinais preocupantes para a Situação, particularmente uma clivagem com os católicos: em Fevereiro de 1959, um manifesto assinado por católicos refere-se às relações entre o Estado e a Igreja em termos que recordavam as posições do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que por elas fora para o exílio; e no mês seguinte, de novo católicos assinam uma carta a Salazar de protesto pela actuação da PIDE. É assim que nas legislativas de 1961 surgem pela primeira vez candidaturas de católicos que, como tais, se apresentam. Caso, por exemplo, de Francisco Lino Neto, filho do antigo presidente do Centro Católico Português, de Alçada Baptista ou de Joaquim Ventura Trindade, dirigente de movimentos católicos operários em Évora.

O ano de 1961 ficou particularmente marcado por acontecimentos tão importantes como o assalto ao navio “Santa Maria”, o início da guerra em Angola e a aprovação do Programa para a Democratização da República. Ainda com um *fait-divers* marcante: o desvio de um avião da TAP, dois dias antes da data marcada para as eleições, com o objectivo de lançar panfletos em Lisboa, obra do capitão Henrique Galvão, que também estivera implicado no assalto àquele navio. Verifica-se, em relação aos anos anteriores, um aumento das listas

⁷ AOS/CO/PC 17-A, doc. 124.

oposicionistas: Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Aveiro, Leiria, Castelo Branco e Santarém – esta última não foi aceite pelo Governo Civil – indicam os seus candidatos. Como novidade, a apresentação de uma lista por Moçambique, que também não foi aceite, e da qual faziam parte nomes como António Almeida Santos – que seria figura destacada no Portugal post-25 de Abril – Carlos Adrião Rodrigues e William Gérard Pott, advogados que se haviam distinguido na defesa de réus alvos de processos políticos. A campanha decorria na forma do costume – comunicados, entrevistas, declarações, etc. – quando os oposicionistas decidiram revelar o Programa para a Democratização da República, cuja repercussão foi enorme; e quatro dias depois era entregue ao Chefe do Estado um pedido de substituição do Governo (eufemismo para substituição de Salazar) por outro que “presida em situação de perfeita neutralidade” às eleições o que, como seria de esperar, não foi atendido. Dois dias antes das eleições, a oposição desistiu.

O último ano de eleições legislativas com Salazar no poder foi 1965. Ano também complicado: Humberto Delgado foi assassinado e o seu corpo apareceu em Fevereiro; em Maio, um Movimento Cristão da Acção Democrática dirigiu ao País um manifesto intitulado Cristianismo e Política Nacional; e em Agosto Américo Thomaz foi reeleito, já não por sufrágio directo mas por um Colégio Eleitoral. As eleições legislativas são marcadas para 7 de Novembro mas os oposicionistas apresentam-se apenas em cinco círculos: Lisboa, Porto, Viseu, Braga e Leiria. A composição das listas já mostrava algumas diferenças relativamente às dos anos anteriores: em 13 de Outubro, o Directório Democrato-Social (DDS) “declara que patrocina as listas oposicionistas republicanas que se apresentam à eleição para deputados”. Uma reunião dos candidatos da oposição para decidir da participação nas eleições terminou com Aveiro a comunicar não ir às urnas “por estarem excluídas dos cadernos eleitorais pessoas da maior respeitabilidade e prestígio”. Os candidatos por Lisboa, Porto e Viseu desistem a 19 de Outubro publicando um manifesto e dirigindo uma representação ao Presidente da República. Braga mantém-se ainda alguns dias mas pede o adiamento das eleições e como, naturalmente, o pedido fosse rejeitado, desiste também.

Pela primeira vez, transcorreram quatro anos sem qualquer outro período eleitoral, e respectiva campanha, mas sobreveio um acontecimento muito mais importante: a morte política de Salazar e sua substituição por Marcello Caetano, em Setembro de 1968. Apesar de ter surgido alguma esperança de mudança no país, antes do período eleitoral de 1969 não faltaram incidentes,

como a Velada pela Paz, na igreja de São Domingos, em Lisboa, o funeral de António Sérgio, as comemorações do 31 de Janeiro no Porto e a gravíssima revolta estudantil que de Coimbra se espalhou para Lisboa e para o Porto. Foi igualmente em 1969 que se realizou o II Congresso Republicano de Aveiro, uma preparação para as eleições de 26 de Outubro desse ano, às quais os candidatos oposicionistas se apresentaram não já sob o rótulo geral de “Oposição”, mas sim manifestando posições divergentes entre si. Fez-se ainda uma tentativa para criar uma frente única: em 13 de Abril de 1969, realizou-se em Alcobaça um encontro de oposicionistas favoráveis à participação na luta eleitoral, encontro que se repetiria em S. Pedro de Muel a 15 de Junho seguinte, alargado aos partidários da presença nas eleições que representavam vários distritos. Destas reuniões, viria a sair a Plataforma de Acção Comum do Movimento Democrático Eleitoral que ficaria conhecida como Plataforma de S. Pedro de Muel. Aí se definia o que pretendia ser o programa comum da “Oposição Democrática”. O rompimento dessa afinal bem frágil unidade verificar-se-ia pouco mais de um mês depois, a 28 de Julho de 1969, data da carta enviada pelo dr. Mário Soares, na sua qualidade de dirigente da Comissão de Unidade Democrática Eleitoral (CUDE, depois CEUD) a Armando Bacelar, dirigente da Comissão Democrática Eleitoral (CDE). No início de Setembro, a situação está definida. São vários os movimentos de Oposição que disputam as eleições: CDE (criada em 1969, transforma-se em Movimento Democrático Português depois do 25 de Abril reunindo gente do PCP, do Movimento de Esquerda Socialista, do Partido Socialista e até do PPD; CEUD (que apresenta listas em Lisboa, Porto e Braga), Comissão Eleitoral Monárquica (CEM) e ainda uma esporádica Comissão Eleitoral Nacionalista Independente (CENI), que surge em Braga impulsionada por conflitos locais mas que logo entrega os seus votos a Marcello Caetano. Chegado o período eleitoral, verificou-se um movimento de entusiasmo e acreditou-se que Marcello Caetano aceitaria, *grosso modo*, os resultados das eleições. Digo *grosso modo*, porque, mesmo com todas as esperanças de reforma, a ninguém passava pela cabeça que fosse possível a derrota da União Nacional em todos os distritos e muito menos em Lisboa ou no Porto. Todavia, noutros distritos mais pequenos, havia alguma esperança de que os resultados eleitorais favoráveis à oposição fossem aceites e até bem-vindos. Era o caso, por exemplo, de Coimbra, onde, segundo António Campos⁸, candidato nesse ano, havia a convicção de que poderia ganhar a lista da oposição.

⁸ Entrevista com António Campos, em 2008.

No ano de 1969 passam a ser 130 os lugares em disputa e é também aquele em que surge maior número de candidatos oposicionistas. Há seis candidaturas pela CEUD por Moçambique mas a lista é integralmente rejeitada sob o pretexto de que os candidatos não fizeram prova de nacionalidade. A situação foi provocada porque um dos candidatos, Luís Mayor Gonzalez, tinha apelidos espanhóis. No protesto, vão, chamou-se a atenção para que aos candidatos da União Nacional também não fora pedido o certificado de nacionalidade, como nunca o fora anteriormente. De resto, as candidaturas foram geralmente admitidas pelas autoridades, com algumas exceções pontuais: casos do drs. Humberto Soeiro e Victor de Sá, em Braga, do estudante Alberto Costa que se apresentava por Leiria, do engenheiro-agrónomo Blasco Hugo Fernandes (Santarém) e do ferroviário Firmino Martins (Lisboa). Neste ano, a Oposição apresentou-se em todos os distritos da então Metrópole, com excepção de Portalegre, que não entregou a sua lista, e de Bragança, que à última hora desistiu de apresentar lista. De notar ainda que é em 1969 que surge nas listas oposicionistas maior número de mulheres: nove, num total de 31 em todas as campanhas eleitorais. Deu-se ainda um caso inédito: Maria de Jesus Barroso é, da sua lista, Santarém, quem maior número de votos recebe.

Quanto a 1973, embora quase se possa dizer que se realizaram eleições para cumprir calendário, a verdade é que a campanha foi muito viva e teve largo número de concorrentes: mais de uma centena, por nove círculos, com o Partido Comunista largamente representado. Antes, entre 4 e 8 de Abril, decorrerá o III Congresso da Oposição Democrática. Porquê já não republicana? Aparentemente por dois motivos: porque os monárquicos estavam dispostos a participar mas como oposição democrática e não republicana; e porque o Governador Civil de Aveiro, Vale Guimarães, observara que a questão do regime já não se punha e pelos vistos todos concordaram e Oposição Democrática ficou. Marcadas para 28 de Outubro, só a Acção Nacional Popular, que substituíra a União Nacional, se apresentou a disputar os agora 150 lugares na Assembleia. Os oposicionistas desistiram nas vésperas. Considerando que caíra num embuste em 1969, a oposição ao regime tomara novas formas de luta, frequentemente mais violentas. Faltavam menos de seis meses para que o 25 de Abril viesse abrir o caminho para a democratização da vida política portuguesa.

Marica Tolomelli

**A REFUNDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA ITÁLIA PÓS-BÉLICA
UMA TRANSIÇÃO EM VÁRIAS VELOCIDADES**

Introdução

Uma vez definitivamente derrotado o regime fascista em Itália o processo de construção e de consolidação de uma ordem política democrática desdobrou-se ao longo de vários eixos e com tempos e intensidades diversos. 1945 permanece uma data com forte valor periodizador, visto que marca não só uma passagem nítida do fascismo, que se desagregara debaixo dos escombros da guerra, à reconquista da liberdade, mas define também o fim – e este representa um corte talvez ainda mais profundo - da velha ordem monárquica – constitucional sob a qual tinha nascido o Reino de Itália em favor da nova ordem republicana. O referendo institucional de 1946, a eleição de uma Assembleia Constituinte e a entrada em vigor da Constituição da República italiana no 1º de Janeiro de 1948 assinalam as etapas mais significativas desta passagem fundamental. Todavia, é evidente que a transição para a democracia não se podia concluir com a mera, ainda que imprescindível, redefinição da ordem política. Considerada de um ponto de vista histórico-social, tal passagem emerge em toda a sua complexidade e multifacetagem, tornando evidentes as razões pelas quais foram necessários tempos e velocidades diversos em função dos âmbitos envolvidos. Considerando-a em retrospectiva, a transição democrática que se seguiu às duas décadas de fascismo percorreu um caminho tortuoso e irregular, marcado pelo alternar-se de avanços repentinos, de estagnações e em algumas circunstâncias até mesmo de involução, por um período global de

aproximadamente trinta anos. A saída da Itália do fascismo e da guerra deu-se de facto através de um complicado processo de democratização da ordem institucional, das culturas e das práticas políticas dominantes. Não obstante a ausência de sistemática da sua evolução, tal processo pode ser reconstruído em três momentos fundamentais, cada um dos quais se desenrolou com tempos e modalidades específicos para além de ser caracterizado por equilíbrios peculiares entre os campos político, económico e sócio-cultural e os sujeitos que agiam ao seu interno.

1. Tempos breves: A definição de uma ordem política-democrática

Os tempos mais breves na transição para a democracia dizem respeito à definição do novo arranjo institucional. Deste ponto de vista uma interrupção em simultâneo política, formal e programática, é representada pelo referendo institucional de 2 de Junho de 1946, por ocasião do qual a cidadania italiana (que pela primeira vez inclui também as mulheres¹) é chamada a optar entre a conservação da monarquia ou a passagem para a República e a eleger uma Assembleia Constituinte. Esta primeira fase representa um ponto de partida imprescindível ao qual, não por acaso, a historiografia dedicou muita atenção². Os trabalhos da Constituinte, os debates sobre questões fundadoras para a nova ordem política que o país tinha decidido dar-se e o papel dos velhos e dos novos partidos de massa – em primeiro lugar a Dc, o Pci e o Psi, – ao veicular este novo universo de valores através do qual se pretendia caracterizar o nascimento da República marcaram fortemente o clima de “renascimento”, de “nova vida” que se respirava nos meses sucessivos à conclusão da guerra. Além de redesenhar os alicerces institucionais sobre os quais a nova República dever-se-ia reger, os partidos políticos tiveram um papel central também na reeducação política da sociedade italiana à democracia – assumindo de certo modo uma função análoga à tida pelos Aliados com os seus programas de *reeducation* da

¹ A. Rossi-Doria, *Diventare cittadine. Il voto alle donne in Italia*, Giunti, Firenze 1996.

² P. Scoppola, *Gli anni della Costituente fra politica e storia*, Il Mulino, Bologna 1980; P. Pombeni, *La Costituente. Un problema storico-politico*, Il Mulino, Bologna 1995; C. Giorgi, *La sinistra alla Costituente. Per una storia del dibattito istituzionale*, Carocci, Roma 2001.

população alemã nos territórios da Alemanha Ocidental³. Decerto a organização do antifascismo e a guerra de libertação nos anos 1943/1945 tinham dado uma contribuição decisiva ao transgredir os comportamentos de deferência, de conformismo, de aceitação passiva e de obediência promovidos pelo fascismo na sua estratégia de domesticação das massas. Mas muito trabalho ficava ainda por cumprir, a sociedade italiana tinha saído não só materialmente mas também politicamente dilacerada da guerra e era prioritário reconduzir as práticas e as culturas políticas ao interno de uma ordem partilhada de organização das relações sociais e políticas. E na atmosfera particular do imediato pós-guerra, apenas os partidos, ladeados até 1948 por um grande sindicato unitário (CGIL), podiam operar eficazmente neste sentido⁴.

Não obstante estes esforços dignos de louvor, a transição democrática da Itália republicana foi travada e de certo modo também obstada por numerosas dificuldades. Entre estas contava-se indubitavelmente o problema da desfascização do Estado, das suas instituições e das suas burocracias, uma operação de modo algum simples na sua realização efectiva. A problematidade da questão, na qual a exigência de garantir a sobrevivência de aparelhos administrativos que exigiam um mínimo de pessoal minimamente competente se embatia tanto com as vontades purificadoras mais radicais, tanto com a dificuldade de distinguir entre os diversos graus de comprometimento com o fascismo, tornou-se não por acaso objecto de estudo desde a metade dos anos Setenta. De modo particular a historiografia interrogou-se sobre os nexos entre as expulsões incompletas e a sobrevivência de uma direita de orientação fascista⁵, portanto potencialmente subversiva, que aliás por muito tempo tornou

³ A. Ventrone, *La cittadinanza repubblicana. Forma-partito e identità nazionale alle origini della democrazia italiana (1943-1948)*, Il Mulino, Bologna 1996.

⁴ A este respeito poder-se-iam evocar diversos momentos nos quais situações explosivas de tensão política e social de tal modo aguda que ameaçavam pôr em risco a convivência civil na recém-nascida República foram neutralizadas graças à intervenção reguladora dos partidos. Um destes momentos ocorreu em Julho de 1948, por ocasião do atentado ao líder do Pci, Palmiro Togliatti. As reacções populares foram imediatas e violentas, em alguns casos evocou-se a necessidade do retorno às armas, mas o Pci e a Cgil intervieram com eficiência para evitar uma intensificação incontrolável das tensões. Cfr. G. Gozzini, *Hanno sparato a Togliatti. L'Italia del 1948*, Il Saggiatore, Milano 1998.

⁵ Sobre o problema dos efeitos da expulsão incompleta da administração do Estado assinalam-se M. Flores, *L'epurazione*, in *L'Italia dalla Liberazione alla Repubblica*, Feltrinelli, Milano 1977; E. Rotelli, "La restaurazione post-fascista degli ordinamenti

impossível a formação de uma direita completamente democrática (a DC tinha um perfil de partido moderado-conservador que não correspondia inteiramente a um partido de direita), além de produzir efeitos nefastos em períodos de elevada mobilização do movimento operário e sindical, como por exemplo no período a cavalo entre os anos Sessenta e Setenta.

Os problemas efectivos em enfrentar a questão das expulsões não eram os únicos a dificultar o pleno cumprimento da transição democrática sob o perfil institucional. De facto, os primeiros anos da República italiana coincidiram também com o alastramento da Guerra fria no cenário internacional e todas as consequências geradas por esta situação, entre as quais, em primeiro lugar, um notável diminuição dos espaços de manobra em que se podia exercitar a dialéctica política consubstancial a toda as ordens democráticas. A Guerra fria produziu, efectivamente, o retesamento da pouca dialéctica que se tinha desenvolvido entre centro e esquerda no breve período que decorreu da primavera de 1945, com a formação de governos de ampla coalizão, à expulsão da esquerda do governo na primavera de 1947. Em relação às expectativas delineadas no imediato pós-guerra os efeitos foram devastadores⁶. Com a intensificação da tensão entre comunismo e “mundo livre” as expulsões tornaram-se não só incompletas mas também explicitamente anti-comunistas, como no âmbito das forças públicas ou das autoridades da cidade, onde foram destituídos principalmente ex-resistentes⁷. Já noutros âmbitos verificou-se o congelamento de importantes reformas previstas pela Constituição para a democratização da vida política institucional, entre as quais a instituição da Corte Constitucional, que permaneceu suspensa até 1956⁸.

locali”, in Id., *Costituzione e amministrazione dell'Italia unita*, Il Mulino, Bologna 1991.

⁶ As maiores consequências em escala europeia disseram respeito ao bloco do processo de “constituente europeia” que, como explicou Geoff Eley, “Le eredità dell’antifascismo nell’Europa del dopoguerra”, in F. De Felice (cur.), *Antifascismi e Resistenze*, Nis, Roma, 1997, entre os anos 1945/48 estava a operar a favor de um modelo de democracia autenticamente substancial, ou seja centralizado numa concepção activa e participativa na definição das relações entre Estado e sociedade.

⁷ D. Della Porta, H. Reiter, *Polizia e protesta. L’ordine pubblico dalla liberazione ai no global*, Il Mulino, Bologna 2003.

⁸ A suspensão de importantes reformas institucionais, entre as quais também a instituição das regiões, prevista pela Constituição mas actuada apenas em 1970, pôs um sério limite a um alargamento pleno e efectivo dos princípios reguladores da ordem democrática. Por estas razões alguns históricos e politólogos definiram a situação política em termos de democracia “protegida” ou “bloqueada”. Cfr. M. G. Rossi, “Una

2. Tempos médios: A democratização económica da sociedade

Se no plano político as frentes se retesavam com consequências negativas sobretudo para o movimento operário e sindical, que uma vez mais era repellido às margens da legitimidade política⁹, na vertente económica alguns passos foram efectuados ainda que com grande fadiga e não sem desilusões. A reforma agrária, originalmente um projecto ambicioso de amplo fôlego, animado por uma efectiva vontade de transformação das relações de poder dominante no sector agrícola, foi reduzida a uma série de micro-reformas de carácter regional com um impacto muito diverso em função dos contextos envolvidos¹⁰. A atenção em relação ao problema do Sul, através da instituição do Svimez (Associação para o Desenvolvimento da indústria no Sul) e da Cassa per il Mezzogiorno (Banco para o Sul) parecia emergir de uma vontade autêntica de enfrentar de maneira eficaz os problemas do atraso do Sul do país e do seu frágil tecido económico, assim como do objectivo mais geral de promover a superação das profundas desigualdades sociais (apenas em parte reconduzíveis à questão do dualismo territorial) que atravessavam a sociedade italiana nos anos Cinquenta. Alguns resultados positivos foram de facto obtidos, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das infraestruturas primárias no Sul, mas as aspirações mais ambiciosas, as que visavam a superar o velho problema da notável diferença territorial, permaneceram substancialmente desiludidas. No arco de poucos anos a Cassa per il Mezzogiorno mudou as próprias funções efectivas transformando-se num importante instrumento de enraizamento do clientelismo democristão.

Resumindo, um projecto de democratização económica, baseado em eficazes mecanismos redistributivos através dos quais atenuar os desfasamentos sociais, não foi promovido e nem realizado pelas forças do governo. Todavia, esta lacuna foi em parte colmada ou atenuada pela afortunada conjuntura

democrazia a rischio. Politica e conflitto sociale negli anni della guerra fredda”, in *Storia dell'Italia repubblicana*, a cura di F. Barbagallo, vol. I, *La costruzione della democrazia. Dalla caduta del fascismo agli anni Cinquanta*, Einaudi, Torino 1994.

⁹ Sobre a situação do movimento operário e sindical nos anos Cinquenta cfr. L. Musella, “I sindacati nel sistema politico”, in *Storia dell'Italia Repubblicana*, vol. I, Einaudi, Torino 1995, pp. 849-912.

¹⁰ Sobre os acontecimentos ligados à reforma agrária nos primeiros anos do pós-guerra cfr. P. Ginsborg, *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi: società e politica 1943-1988*, Einaudi, Torino 1989, pp. 160-187. Cfr. também G. Crainz, Padania. *Il mondo dei braccianti dall'Ottocento alla fuga dalle campagne*, Donzelli, Roma 1994.

económica que iniciou a abranger o país a partir de meados dos anos Cinquenta. O extraordinário desenvolvimento económico que se alastrou na década a cavalo entre os anos Cinquenta e Sessenta transformou o crescimento dos consumos em canais fundamentais de acesso aos múltiplos âmbitos de cumprimento da vida democrática (instrução, indústria cultural, tempo livre, mobilidade territorial e sobretudo social), promovendo de maneira quase espontânea, ou seja como for minimamente governada, a democratização económica da sociedade italiana.

Na vertente política estas transformações não permaneceram isentas de consequências. O principal partido de governo e em simultâneo o fulcro da vida política do país, a Democrazia Cristiana, teve que se confrontar com uma série de dificuldades que em parte dependiam dos conflitos que se tinham criado no seu interior em seguida à morte de De Gasperi (1954), e talvez em maior medida dependiam de uma certa lentidão em apreender os sinais das transformações e dos desafios sociais em curso e em encontrar uma reacção adequada¹¹. A crise de Julho de 1960 (quando foram confirmados os alicerces antifascistas da República Italiana) e a deslocação para a esquerda das forças de governo entre 1962 e 1963 (a DC permaneceu o epicentro do sistema partidário, mas os equilíbrios das coalizões governativas tiveram que se deslocar para o partido socialista de Pietro Nenni) mesmo que não subvertessem as relações de poder, introduziam todavia elementos de novidade no cenário político. A presença da esquerda socialista na área de governo foi acompanhada por alguns importantes resultados, entre os quais o final do oligopólio privado no sector energético através da instituição de uma Entidade nacional para a energia eléctrica (ENEL) e a instituição da escolaridade obrigatória até ao 14º ano de idade, uma medida de grande relevo que visava garantir o direito à instrução sem discriminações sociais.

Juntamente a estas reformas, que respondiam a princípios de democratização dos acessos a serviços e bens a serem garantidos “a todos”, o bem-estar económico traduzia-se, sobretudo para as gerações mais jovens, numa ampliação de algumas liberdades de escolha: liberdade de afastar-se, através de um percurso de mobilidade social, do ambiente social de identidade, e liberdade de projectar o próprio futuro com base num leque de opções decididamente mais

¹¹ A. Parisella, *Cattolici e Democrazia cristiana nell'Italia repubblicana. Analisi di un consenso politico*, Gangemi, Roma 2000; F. Malgeri, *L'Italia democristiana. Uomini e idee del cattolicesimo democratico nell'Italia repubblicana (1943-1993)*, Gangemi, Roma 2005.

amplo do que a margem de escolha de que tinham fruído as gerações anteriores¹². É verdade que, tal como foi observado, a euforia gerada pelo boom económico traduziu-se numa política económico-social fortemente centrada nos consumos *privados* com prejuízo dos consumos *públicos*, já fortemente carentes, e que este desequilíbrio favoreceu mais a formação de uma colectividade de *consumidores* do que uma de *cidadãos* conscientes e sensíveis ao bem comum¹³. Contudo, a esta observação se pode acrescentar que o desenvolvimento económico e dos consumos desencadeou uma dinâmica de mobilidade social e de abertura dos horizontes das expectativas com importantes consequências, também políticas, que recolocavam em jogo a auto-representação de vastos sectores da sociedade italiana.

A identidade de classe entrelaçava-se e complicava-se naqueles anos com dimensões identitárias de género e de geração. As arenas da política institucional eram inadequadas para a recepção ou implementação de instâncias de mudança provenientes de um tecido social sempre mais complexo e articulado dentro de si próprio. Os protestos sociais culminantes no final dos anos Sessenta e que se arrastaram em Itália por cerca uma década, são os indicadores mais evidentes deste problema de ausência de correspondência entre cidadãos e governantes, aliás um problema comum a numerosos países industrialmente avançados (Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Alemanha e Japão) nesse mesmo período. Os partidos tinham dificuldade em compreender e em acolher as vozes provenientes da praça, enquanto que as praças se tornavam os lugares preferidos de actores colectivos em parte marginalizados, mas firmemente intencionados a conquistar um espaço e a ter peso nos equilíbrios políticos dominantes. O movimento estudantil de 1968, o outono quente de 1969 e em geral o ciclo de protestos dos anos 1968/1972 puseram fortemente em discussão o modelo da assim chamada democracia “protegida” operante em Itália desde os primeiros anos da República.

Portanto, pode-se concluir que nos anos do assim chamado “milagre económico” – que em Itália culminou com o período compreendido entre 1958

¹² Cfr. M. Tolomelli, “Giovanni anni Sessanta. Sulla necessità di costituirsi come generazione”, in P. Capuzzo (cur.), *Genere, generazioni, consumi. L'Italia negli anni Sessanta*, Carocci, Roma 2003.

¹³ Sobre o desenvolvimento dos consumos em Itália cfr. Guido Crainz, *Storia del miracolo italiano. Culture, identità, trasformazioni fra anni Cinquanta e Sessanta*, Donzelli, Roma 1996. Sobre a diferença não colmatada entre cidadãos e consumidores, “Scarto non colmato tra cittadini e consumatori” cfr. M. Salvati, *Cittadini e governanti. La leadership nella storia dell'Italia contemporanea*, Laterza, Roma-Bari 1997.

e 1963 – ainda que importantes, não foram tanto os desenvolvimentos políticos a promover ulteriores avançamentos no processo de democratização da sociedade mas mais os aspectos sociais das dinâmicas desencadeadas pelo crescimento económico, o aumento tendencial do bem-estar e do teor de vida para camadas sempre mais amplas da população.

3. Tempos longos: a consolidação de uma cultura política democrática

A conflitualidade social alcançou níveis particularmente altos nos anos Setenta, num contexto político e social internacional que se complicou em seguida aos efeitos da recessão dos anos 1973/1975. O cenário italiano foi aliás agravado pelas sinergias que se activaram entre duas diversas dinâmicas: por um lado, na vertente da esquerda radical surgida das cinzas do movimento estudantil e alimentada pelas lutas operárias, constituíram-se grupos intencionados a imprimir ao país uma mudança revolucionária também através do recurso à luta armada¹⁴. Por outro lado, e numa outra frente, a força e a capacidade de mobilização emersas dos conflitos de trabalho no final dos anos Sessenta suscitaram acções de carácter intimidador por parte de grupos neofascistas.

Todavia, a recorrência a massacres (*stragismo*) fascista – que com os massacres de Piazza Fontana em Dezembro de 1969, de Piazza della Loggia em Brescia em Maio de 1974 e com as bombas no comboio Italicus em Agosto do mesmo ano marcava um recorde excepcional para um país democrático – e a acção armada de grupos de militantes revolucionários de esquerda não eram as duas faces da mesma moeda, nem manifestações paralelas de um mesmo fenómeno. Em relação à margem de acção do terrorismo reaccionário pesou e não pouco, como foi amplamente demonstrado, o apoio garantido por alguns sectores dos serviços secretos do Estado¹⁵. Tratava-se portanto de um embate que tinha origem em relações de força decididamente ímpares, mas não é sobre isto que se pretende desenvolver o raciocínio. O aspecto sobre o qual se pretende chamar a atenção diz respeito aos diversos sinais – em âmbito político, social e político-cultural – que nos sugere uma leitura dos anos Setenta como fase de

¹⁴ D. Della Porta, *Il terrorismo di sinistra*, Il Mulino, Bologna 1990; G. Galli, *Piombo rosso. La storia completa della lotta armata dal 1970 a oggi*, Baldini Castaldi Dalai, Milano 2004.

¹⁵ G. Fasanella, G. Pellegrino, C. Sestieri, *Segreto di Stato. Verità e riconciliazione sugli anni di piombo*, edizione aggiornata e ampliata, Sperling & Kupfer, Milano 2008.

maturação, ainda que com grandes dificuldades, das culturas políticas democráticas.

Nesse sentido, importantes indicadores chegavam em primeiro lugar da arena da política institucional. Sob o impulso aparentemente incessante do protesto social, o sistema político italiano de certo modo foi obrigado a acolhê-las sem poder adiá-las, algumas instâncias de democratização, provenientes de baixo. A aprovação do Estatuto dos trabalhadores (1970) foi talvez uma das conquistas de maior relevo, não só material mas também simbólico, que inaugurava uma nova estação na organização das relações industriais em Itália. Diversamente de quanto tinha podido acontecer até então a classe empresarial era obrigada a reconhecer direitos e dignidade aos trabalhadores além de considerar os sindicatos os interlocutores privilegiados na negociação contratual¹⁶. A instituição das regiões, uma reforma político-administrativa inicialmente utilizada como um útil instrumento de *dispersão do conflito*¹⁷, a longo período implicou na actuação de um importante ponto programático da Constituição com efeitos não irrelevantes sob o perfil da atenuação das distâncias que separavam cidadãos e governantes. A promulgação da lei sobre o divórcio em Dezembro de 1970 e a dura luta pela ab-rogação da mesma até ao referendo de 1974 – que representou uma evidente derrota para a ala mais confessional da Democrazia Cristiana –, a reforma do Direito de família em 1975, a aprovação da lei sobre a interrupção voluntária da gravidez em 1978, são importantes sinais de uma política que procurava reduzir a distância que separava algumas heranças éticas e morais (ou simplesmente beatas) da Itália do *antigo regime* das múltiplas e diferenciadas exigências da sociedade italiana nos anos Setenta. Uma sociedade que se reconhecia sempre menos no modelo formal de democracia formado a partir das vicissitudes políticas do imediato pós-guerra e

¹⁶ O mundo do trabalho e das relações industriais foi profundamente afectado por uma série de reformas incisivas. Os âmbitos envolvidos diziam respeito apenas em pequena parte aos aspectos económicos (aumento efectivo das retribuições), uma maior atenção foi prestada a temas e questões que punham em causa a dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras (o reconhecimento da igualdade dos sexos, o impacto das condições de trabalho na saúde dos trabalhadores, o reconhecimento do direito à promoção social do trabalhador, etc.). Cfr. A. Pizzorno et al., *Lotte operaie e sindacato. Il ciclo 1968-1972 in Italia*, Il Mulino, Bologna 1978; A. Pepe et al., *La CGIL e la costruzione della democrazia*, Ediesse, Roma 2001; L. Bertucelli et al., *Il sindacato nella società industriale*, Ediesse, Roma 2008.

¹⁷ Esta é a teoria desenvolvida pelo politólogo P. Farneti, “Partito e sistema di potere”, in V. Castronovo (cur.), *L’Italia contemporanea 1945-1975*, Einaudi, Torino 1976.

do perfilar-se de um sistema extremamente rígido das relações internacionais. De modo análogo a quanto estava sucedendo nos países que mais tinham beneficiado da generosidade da *Golden Age*, também em Itália amplos sectores sociais revelavam uma crescente necessidade de participar e de ter peso nos processos de construção da vontade política mais do que ser tutelados, guiados, orientados ou instruídos. A própria reforma do sistema de controlo da televisão pública e as leis que introduziram a liberalização das transmissões radiofónicas entre os anos 1974/1976 são indicadores importantes de uma forte necessidade de conquista da palavra. Enfim, a instituição de um sistema nacional de saúde (1978) e a reforma da assistência psiquiátrica (1980) respondiam a princípios de reconhecimento daquela cidadania social, adquirível através do acesso aos direitos mínimos de serviços e de assistência pública, que tinha assinalado fortemente a fase da “constituente europeia” (Eley) do imediato pós-guerra. Mesmo sem ignorar que, como justamente foi argumentado¹⁸, no seu conjunto as reformas mencionadas não respondiam a um projecto coerente e a longo prazo de transformação estrutural das relações sociais sobre as quais se regia a vida do país, todavia não deve ser subestimada a incisividade efectiva de tais medidas na vida quotidiana da população – no âmbito da vida de trabalho e da vida familiar, das formas de auto-realização das mulheres, incluindo um substancial repensamento do respectivo papel social (público e privado) e também, ainda que com reflexo e com tempos mais lentos, dos homens.

De modo secundário, outros sinais significativos podiam ser apercebidos nos comportamentos e nas disposições comportamentais de amplos grupos sociais numa fase particularmente difícil para a vida institucional do país, quando se agravou o desafio armado ao Estado lançado por formações paramilitares altamente determinadas no perseguimento dos seus objectivos. Os anos Setenta foram registados como “anos de chumbo”, um período em que grupos subversivos se impuseram na cena pública em virtude de uma estratégia de acção violenta, homicida e criminal. Na primeira metade da década o fenómeno do terrorismo foi publicamente apercebido sobretudo na sua matriz neo-fascista – uma percepção que se ressentia dos efeitos traumáticos produzidos pelos já citados atentados dinamiteiros. Na segunda metade da década, pelo contrário, foram sobretudo as organizações revolucionárias anti-capitalistas e anti-imperialistas a possuir a máxima visibilidade mediática em seguida tanto à sua crescente ferocidade como ao impacto político das suas acções.

¹⁸ G. Crainz, *Il paese mancato. Dal miracolo economico agli anni Ottanta*, Donzelli, Roma 2003.

Além do mais, 1977 foi um ano marcado por um aumento brusco das tensões sociais que se manifestaram sobretudo entre os jovens e os estudantes – as faixas sociais mais penalizadas, juntamente às mulheres, pelos efeitos da recessão económica¹⁹. Considerados globalmente tais fenómenos suscitavam já nos observadores de então a impressão de que o país estivesse a atravessar uma fase particularmente difícil²⁰. As instituições do Estado pareciam encontrar-se com as costas contra o muro perante uma avançada aparentemente incontrolável das tensões sociais e da violência. Apesar disso não houve nem uma vacilação do Estado, nem uma queda na anomia e tão pouco dissolução irreparável da sociedade italiana. A superação desta situação de crise deve ser atribuída indubitavelmente à inesperada capacidade de resistência do sistema institucional republicano não obstante alguns evidentes déficit e problemas, e em apoio do qual sindicatos e partidos tiveram um papel determinante. Além disto é também necessário reconhecer a contribuição da cidadania ou seja como for das suas vastas componentes, que emergiu na fase mais dramática do desafio anti-sistema alcançada na primavera de 1978 com o rapto e homicídio de Aldo Moro, então presidente da Democrazia Cristiana. No clima de extrema polarização das facções *pro* ou *contra* o Estado – um termo que na linguagem comum daqueles anos era usado predominantemente como sinónimo do partido (DC) que durante trinta anos tinha estado estavelmente à sua guia – a população italiana não descartou as próprias reservas em relação às causas e às responsabilidades pela situação criada, mas substancialmente alinou-se em defesa da democracia e da República²¹. O desafio do terrorismo anti-sistema representou deste ponto de vista um momento de balanço e de reflexão crítica sobre os primeiros trinta anos da República, nos quais o sistema de governo democrata-cristão foi submetido a uma análise crítica que se estendeu aos mecanismos globais de funcionamento da vida política e social do país. Do debate público que se desenvolveu emergiram duríssimas críticas e acusações a todo o sistema institucional, que todavia não se transformaram em argumentos para sustentar o alucinado projecto político das BR, mas que pelo contrário estimularam a uma

¹⁹ S. Bianchi, L. Caminiti (cur.), *Settantasette. La rivoluzione che viene*, Derive-Approdi, Roma 2004; M. Grisigni, *Il settantasette. Un manuale per capire, un saggio per riflettere*, Il saggiatore, Milano 1997; G. Lerner, L. Manconi, M. Sinibaldi, *Uno strano movimento di strani studenti. Composizione, politica e cultura dei non garantiti*, Feltrinelli, Milano 1978.

²⁰ L. Graziano, S. Tarrow (cur.), *La crisi italiana*, 2 voll., Einaudi, Torino 1979.

²¹ Cfr. M. Tolomelli, *Terrorismo e società. Il pubblico dibattito in Italia e in Germania*, Il Mulino, Bologna 2006.

maior consciência dos valores democráticos sobre os quais a República tinha sido fundada.

Um terceiro momento importante de desenvolvimento da transição democrática em Itália culminou portanto nos anos Setenta, quando o desafio a que foi submetido o sistema institucional estimulou uma reflexão crítica que de certo modo promoveu na sociedade italiana a maturação de maior consciência em relação à própria substancial adesão ao desenho democrático inscrito na República. Nesta fase, em que os partidos políticos tinham já perdido pelo menos há uma década a sua vocação original político-pedagógica, enquanto que as instituições estatais eram submetidas a duríssimas provas, a sociedade italiana revelou uma inesperada disponibilidade a mobilizar-se em apoio da democracia mesmo que sem renunciar a uma atitude crítica em relação ao Estado “tal como este efectivamente era”. Por um breve período de tempo, entre o final dos anos Setenta e os primeiros anos Oitenta difundiu-se a impressão de que se era finalmente consolidada a estabilização da ordem política republicana. Todavia, poucos anos depois ter-se-ia apercebido que se tratava de uma estabilização bastante precária: se o sistema partidário sobre o qual a ordem se tinha regido tinha conseguido enfrentar as ameaças provenientes de dentro do país, esse não seria pelo contrário capaz de reger as mudanças de força em âmbito internacional entre 1989 e os primeiros anos da década de Noventa.

Conclusões

Em Itália o processo de transição para a democracia iniciado em seguida ao desmoronamento do fascismo e ao final da guerra não se pôde concluir em tempos breves. Numerosas questões centrais para a retomada da vida democrática da sociedade italiana permaneceram em parte suspensas, irresolútas, removidas ou integradas na vida da República sem elaborações críticas. Considerado numa base de tempos mais longos tal processo é todavia reconhecível em algumas suas fases fundamentais. Ao lado do momento institucional, a fase realizada nos tempos mais rápidos, a democratização da sociedade e das respectivas culturas políticas ocorreu de acordo com trajectórias e tempos decididamente mais lentos. Além do mais, deve-se observar que a democratização do país não foi guiada de modo minucioso e nem sempre coerente. Esta procedeu principalmente em virtude de processos heterogéneos concomitantes, entre

os quais em primeiro lugar as dinâmicas desencadeadas pelo desenvolvimento económico, pelo crescimento do bem-estar, pelo aumento dos recursos disponíveis e pela afirmação de sujeitos colectivos que reivindicavam espaços fora dos contemplados pela ordem pública e institucional.

Este processo, esta longa transição alcançou a conclusão no final dos anos Setenta, mas todavia não foi seguida por uma estabilização duradoura. No mesmo período em que se consolidavam as culturas políticas democráticas em vastos âmbitos sociais, iniciava de facto o lento mas progressivo declínio do equilíbrio do sistema político italiano criado nos primeiros anos da República. E este é um aspecto aparentemente paradoxal da história italiana: no momento em que a transição parecia ter chegado à conclusão, iniciava a involução do sistema político que a tinha sustentado e acompanhado, como se tivesse chegado ao final o empenho tomado em 1945/48. Esta tese é menos paradoxal do que possa parecer, as razões de tal aparente paradoxo são múltiplas e não se considera oportuno embrenhar-se neste argumento. É útil todavia efectuar uma consideração a respeito ao afrouxamento quase fisiológico da tensão em seguida às dramáticas semanas da primavera de 1978. O trágico fim do rapto de Moro certamente não tinha significado uma vitória para as instituições, as BR e outras organizações terroristas continuaram a agir de modo cruel, mas no final dos anos Setenta o clima social tinha mudado, os conflitos de trabalho em parte tinham passado, as tensões sociais e o clima de alerta constante que tinha caracterizado os anos Setenta estavam a abrandar. Em suma, a sensação de ter superado o pico de uma fase crítica para a vida do país parecia motivada. A democracia italiana podia lentamente renunciar às “protecções” de que se tinha munido nos seus primeiros anos, e aos partidos já não se pedia que efectuassem as funções de vigilância que tinham realizado nos primeiros anos da República. Infelizmente o abaixamento da vigilância traduziu-se numa queda abissal dos níveis de vigilância, de atenção pelo respeito da legalidade dentro das próprias instituições. Retomavam-se e aliás reforçavam-se práticas clientelistas e corruptas de gestão do poder em todos os níveis da administração pública, chegando aos escândalos clamorosos dos primeiros anos Noventa.²² Escândalos que, não por acaso descobertos em concomitância com o desabamento do sistema soviético, provocaram efeitos violentos em todo o sistema partidário italiano. Concluindo, pode-se portanto afirmar que o caso italiano ilustra em

²² Cfr. P. Craveri, *La Repubblica dal 1958 al 1992*, TEA, Milano 1996; G. Mammarella, *La prima Repubblica dalla fondazione al declino*, Laterza, Roma-Bari 1992.

maneira exemplar quanto os processos de transição e a afirmação de modelos de democracia sejam fenómenos em constante transformação, irreduzíveis a abordagens analíticas hipostatizantes para serem estudados e compreendidos.

O NOVO TRANSATLANTISMO

O objectivo deste trabalho é o de, por um lado, analisar o relacionamento transatlântico no decurso dos últimos anos, concedendo especial relevância ao modo como a ex-Administração Bush conduziu a política externa dos Estados Unidos e, por outro lado, ver como a União Europeia tem reagido, ou não, a essa política. Neste contexto, será dado especial relevo, de igual modo, à relação bilateral entre os Estados Unidos da América e Portugal, não esquecendo o papel que o arquipélago dos Açores tem desempenhado nesse relacionamento.

Em primeiro lugar, analisaremos, muito sinteticamente, os antecedentes desse relacionamento transatlântico desde o final da Segunda Guerra Mundial, por forma a melhor entendermos a problemática em apreço.

A crise no âmbito da relação transatlântica, que teve início com a chegada da Administração Bush ao poder, em 2000, e que melhorou um pouco ao longo do seu segundo mandato, foi talvez a mais difícil no que diz respeito à história da Aliança Atlântica, em geral, e das relações transatlânticas, em particular.

É necessário, todavia, ter em consideração, que a OTAN, ao longo dos seus 60 anos de história, não esteve isenta de crises, mais ou menos graves, que afectaram, até certo ponto, o seu normal funcionamento. Diferenças de perspectiva entre os seus países membros, bem como entre cada um deles e as suas respectivas opiniões públicas, e que estiveram na base de períodos de tensão transatlântica, incluíram, por exemplo, em 1956, a decisão dos Estados Unidos da América não apoiarem a tentativa militar da Grã-Bretanha, da França e de

Israel, de impedir a nacionalização do Canal de Suez pelo Egito; a oposição europeia à guerra dos Estados Unidos no Vietname; a saída da França, em 1967, do comando militar integrado da OTAN; diferentes perspectivas em como abordar a questão relacionada com a invasão do Afeganistão pela União Soviética, em 1979; a oposição da opinião pública europeia à decisão de instalar mísseis balísticos de médio alcance na Europa, no início dos anos 80 do século passado; e a falta de consenso por parte dos países europeus no que concerne à problemática dos Balcãs, no início dos anos 90¹.

No entanto, a crise que afectou a relação transatlântica no começo do século XXI, tornou-se ainda mais complexa na medida em que foi instigada, até certo ponto, pelas políticas e personalidades da Administração norte-americana, que foram entendidas na Europa como sendo caracterizadas, por um lado, pelo seu unilateralismo e, por outro lado, como sendo contrárias aos princípios da própria OTAN.

Para além disso, na sequência dos ataques terroristas ocorridos em Nova Iorque e em Washington no dia 11 de Setembro de 2001, vários responsáveis da Administração norte-americana proferiram uma série de intervenções, dando a entender que o país líder da OTAN (os Estados Unidos da América) já não partilhava a opinião de que valia a pena manter-se na sua liderança, tendo-se seguido, por outro lado, a polémica decisão de invadir o Iraque, em Março de 2003.

Esta crise relacionada com a intervenção militar norte-americana no Iraque poderá vir a ser identificada, mais tarde, pelos historiadores, como tendo sido a crise Bush. As raízes dessa crise são, porém, mais profundas do que se possa imaginar. A administração Bush poderá ser vista, por um lado, como tendo sido a principal causa do conflito, conflito esse que constituiu o motivo essencial que esteve na base das diferenças de perspectiva, e até mesmo de filosofia, existentes entre as duas margens do Atlântico. É importante referir, todavia, que os Estados membros da Aliança Atlântica estavam, nessa altura, a tentar adaptar as suas percepções e prioridades às novas realidades estratégicas que surgiram na sequência do final da Guerra Fria, designadamente a implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No final da Guerra Fria, o Presidente George Bush acreditava firmemente que os Estados Unidos da América deveriam ter um papel de relevo e de

¹ No que diz respeito ao anti-americanismo na Política Internacional, recomenda-se o livro editado por Peter J. Katzenstein e Robert O. Keohane, *Anti-Americanisms in World Politics*, Cornell University Press, Ithaca and London, 2007.

liderança a nível internacional². Isto é, os Estados Unidos desempenhariam um papel messiânico que deveria servir de exemplo a todos os Estados que compõem a Comunidade Internacional.

Por outro lado, em 2000, com a chegada da Administração Bush ao poder, os Europeus pensaram que os Estados Unidos da América retirariam as suas tropas dos Balcãs, deixando as tarefas posteriores aos Europeus. Contudo, as decisões iniciais da Administração Bush suscitaram outras preocupações, designadamente o unilateralismo demonstrado pelos norte-americanos ao abandonarem, por exemplo, o Tratado de Limitação de Testes Nucleares, de não subscreverem o Protocolo de Kyoto e de rejeitarem o Tribunal Penal Internacional.

As decisões dos Estados Unidos da América, após o 11 de Setembro de 2001, basearam-se, essencialmente, na implementação de uma ampla coligação internacional contra o terrorismo, tendo alguns observadores da Política Internacional interpretado essas decisões com base na clara diferença estrutural existente, no âmbito da Aliança Atlântica, entre os Estados Unidos da América, por um lado, e os países europeus, por outro.

Relativamente à Europa, designadamente à União Europeia, urge referir que a sua falta de capacidade, ou de vontade, no que diz respeito à implementação de uma Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, de uma Política Europeia de Segurança e Defesa, tem sido, em nosso entender, um aspecto que não tem ajudado a Europa a ter uma voz única, coesa e credível a nível internacional. Muito embora o caso europeu tenha sido, de facto, um relativo sucesso em termos económicos e financeiros, entre outros, a nível político, e sobretudo militar, não deixa de ser um fracasso. E é necessário reconhecê-lo.

O exemplo dos Balcãs é um caso paradigmático. Os Europeus não se entenderam relativamente à resolução daquele problema e foi necessário, mais uma vez, a intervenção dos Estados Unidos da América por forma a se resolver o assunto.

Acerca desta questão, Robert Kagan parece, de facto, ter razão quando escreve que os Europeus são de Vénus e os Americanos são de Marte³. Por outro lado, Joseph Nye utiliza uma terminologia que nos parece ser correcta ao

² **Robert S. Litwak** desenvolve esta problemática no seu livro, *Regime Change – U.S. Strategy through the Prism of 9/11*, Woodrow Wilson Center Press, Washington D.C. and The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2007, pp. 15-48.

³ **Robert Kagan**, *O Paraíso e o Poder – A América e a Europa na Nova Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 2003.

referir-se aos conceitos de hard e soft power, identificando, de uma forma geral, os Estados Unidos com o primeiro e a Europa com o segundo⁴.

Independentemente dos conceitos que venhamos a utilizar, parece ser aceitável dizer-se que após o fim do Euromundo, para utilizarmos uma expressão do Professor Adriano Moreira, a Europa tem vindo, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a depender, em termos da sua segurança, do poder militar dos Estados Unidos da América. Um número significativo de estudiosos das Relações Internacionais defende a tese de que o fim da Guerra Fria deixou a OTAN sem um objectivo claro e colocou em evidência o relacionamento desproporcionado entre os Estados Unidos da América, por um lado, e os seus aliados Europeus, por outro⁵. David Caleo, por exemplo, tem vindo a defender, há já algum tempo, que o protectorado Americano não é natural para a Europa e muito dificilmente poderá continuar a sê-lo durante muito mais tempo⁶. Caleo, entre outros, sugere que a Europa tem, mais tarde ou mais cedo, de tomar conta de si e, se não o fizer, poderá, em última instância, colocar em causa a própria relação transatlântica.

Como sabemos, tal aconteceu no início do século XXI. Nos meses iniciais da sua Administração, os Estados Unidos aplicaram os princípios relacionados com o unilateralismo ao seu relacionamento com a Europa. Após o 11 de Setembro, os Estados Unidos da América ignoraram os apoios concedidos pelos Aliados e pela própria OTAN. No âmbito da Nova Estratégia de Segurança Internacional, de 2002, os Estados Unidos da América levantam profundas questões relativamente às convenções internacionais relacionadas com a utilização da força, defendendo o direito dos Estados Unidos poderem recorrer à designada força preventiva, por forma a melhor defenderem os seus interesses

⁴ **Joseph S. Nye Jr.**, *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, Public Affairs, New York, 2004 e *The Paradox of American Power – Why the World's only Superpower can't go it alone*, Oxford University Press, Oxford, 2002.

⁵ Veja-se, por exemplo, o que Charles Kupchan escreveu sobre este assunto: “History is coming full circle... It is now Europe's turn to ascend and break away from an America that refuses to surrender its privileges of primacy” in Charles A. Kupchan, “*End of the West*”, *The Atlantic Monthly*, Novembro de 2002. Este assunto é igualmente abordado por David Davis num artigo intitulado “NATO is creaking” e publicado no *The Guardian*, no dia 12 de Fevereiro de 2009.

⁶ Ver o trabalho de David P. Caleo, *Rethinking Europe's Future*, New York, Century Foundation, 2001 e, também, do mesmo autor, *The Atlantic Fantasy: The U.S., NATO, and Europe*, Johns Hopkins University Press, Washington D.C., 1970.

a nível internacional, designadamente para evitar serem novamente atacados no seu território.

Por outro lado, como referimos anteriormente, a Europa ainda não conseguiu, de facto, implementar uma verdadeira Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, uma Política Europeia de Segurança e Defesa, que são, em nosso entender, imprescindíveis por forma a se efectivar, de facto, uma verdadeira política externa da União Europeia. Por outras palavras, os Aliados transatlânticos estão a enfrentar um período de transição potencialmente difícil no que diz respeito ao seu relacionamento. Os países membros da União Europeia terão de garantir que uma Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, uma Política Europeia de Segurança e Defesa, poderá aumentar o potencial militar transatlântico, melhorar o “burdensharing”, concedendo à Europa um papel mais importante no que concerne especificamente ao processo de decisão, que poderá vir a aumentar se a União Europeia incrementar, de igual modo, as suas responsabilidades no que diz respeito à sua própria segurança, não colocando, porém, em causa a coesão da OTAN. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos da América parecem querer desenvolver a sua política de defesa nuclear através de um modelo que fortaleça a sua aliança mais importante, impedindo, desta forma, que os aliados europeus se unam contra os Estados Unidos nesta matéria.

A Comunidade Atlântica representa um corpo coerente de valores e de interesses que é, de facto, único. Os Estados Unidos partilham mais com os seus Aliados transatlânticos – desde as suas raízes históricas aos seus interesses contemporâneos – do que com outro país ou grupo de países no mundo. Nenhum outro Estado tem tanto em comum com a Europa ou é mais importante para a Europa do que os Estados Unidos da América. É certo, porém, que este país e a Europa continuarão a ter perspectivas diferentes acerca do comércio e dos assuntos económicos em geral.

Alguns especialistas defendem a tese, que nos parece pouco plausível, de que em vez da Administração Bush ter trabalhado nos seus planos de defesa nuclear e os países membros da União Europeia tentarem desenvolver a sua Política Externa e de Segurança Comum, deviam preparar, em conjunto, um novo Tratado da Comunidade Atlântica. Esse novo tratado devia-se basear nos valores e interesses comuns de ambas as margens do Atlântico, em articulação com o Tratado de Washington, de 1949, que criou a OTAN. Por outro lado, não nos podemos esquecer que a implementação, por parte da União Europeia, da sua Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, da Política Euro-

peia de Segurança e Defesa, suscitou, e tem suscitado, um grande debate em ambas as margens do Atlântico. Tradicionalmente, os Franceses têm defendido uma maior independência da Europa face aos Estados Unidos e a Grã-Bretanha, por outro lado, tem demonstrado possuir uma posição inversa⁷ Independentemente dos factos atrás mencionados, o que é relevante aqui referir é que com a Administração Bush no poder, o unilateralismo norte-americano aumentou substancialmente, tendo contribuído para convencer muitos Europeus que esse unilateralismo, assim como o seu comportamento hegemónico, estava-se a transformar, cada vez mais, na norma das relações transatlânticas⁸.

Os Estados Unidos, com os quais os líderes europeus terão de se entender, continuarão a ser um poder hegemónico com a capacidade de fazerem algo de bom ou de mau no que diz respeito aos seus interesses, assim como à própria estabilidade internacional. A Europa, por outro lado, continuará a ser um processo em curso, actuando unida em várias áreas, mas agindo como verdadeiros Estados-Nação no que diz respeito às suas políticas externas e de defesa.

A aliança transatlântica enfrenta um conjunto de problemas que são complexos e exigentes, tais como os seguintes: o que será necessário para se ter sucesso no Afeganistão?; qual a melhor forma de enfrentar e conter o terrorismo?; como agir perante a Rússia que está gradualmente a consolidar o seu poder e influência; deverá a OTAN continuar a ser uma aliança regional ou, pelo contrário, vir a ser uma aliança global; e de que forma os aliados poderão conciliar as dinâmicas políticas e económicas internas entre si, assim como no âmbito da comunidade atlântica.

Os aliados não se poderão dar ao luxo de enfrentarem mais uma crise como a que viveram recentemente. Entendemos que a preservação da cooperação entre Estados democráticos, dos quais os aliados transatlânticos constituem o núcleo essencial, é fundamental para a futura segurança e bem-estar de todos eles.

Tendo em consideração o que foi referido anteriormente, cumpre-nos, agora, tecer algumas considerações acerca do papel que Portugal, e os Açores no seu contexto, tem vindo a desempenhar no âmbito das relações transatlân-

⁷ Relativamente a esta questão, veja-se, por exemplo, o livro de Timothy Garton Ash, *Free World – A América, A Europa e o Futuro do Ocidente*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2006, p. 75. Ver, de igual modo, o livro de Chris Patten, *Cousins and Strangers – America, Britain, and Europe in a New Century*, Viking Canada, Toronto, 2006.

⁸ Acerca das principais razões que explicam a forma como o presidente Bush reagiu à problemática iraquiana, ver o livro de Joseph S. Nye Jr. *The Powers to Lead*, Oxford University Press, Oxford, 2008, p. 7.

ticas. Como é sabido, o relacionamento bilateral entre Portugal e os Estados Unidos da América foi institucionalizado a partir da Segunda Guerra Mundial. Durante este conflito, muito embora Portugal tivesse cedido facilidades de natureza militar aos Estados Unidos, isto deveu-se a um acordo pontual entre os dois Governos tendo como pano de fundo a libertação de Timor que havia sido ocupado pelo Japão. A formalização da cooperação militar tem lugar em Setembro de 1951, aquando da celebração do Acordo de Defesa entre os dois Estados. Neste contexto, convém referir que não é por acaso que Portugal é convidado para ser membro fundador da Aliança Atlântica em 1949. E a razão subjacente a esse convite prende-se, em grande parte, com a importância geoestratégica do arquipélago dos Açores, como é demonstrado através da análise da documentação diplomática norte-americana dessa altura.

Durante a Guerra Fria, o recurso aos Açores, designadamente à Base das Lajes, por parte dos Estados Unidos da América, é notório. Após o fim da Guerra Fria, o interesse norte-americano pelos Açores, mantém-se. O papel deste arquipélago, resultante da conjugação das novas opções estratégicas com uma rigorosa análise técnico-militar, incluindo o estudo detalhado das capacidades e das limitações dos meios disponíveis, estava bem definido desde, pelo menos, 1994. A base das Lajes é então considerada uma “base chave” para a projecção de forças dos Estados Unidos da América para o Médio Oriente. No documento elaborado pelo General Accounting Office intitulado *Strategic Mobility – Serious Problems Remain in U.S. Deployment Capabilities*, de Abril de 1994, das dezasseis bases consideradas essenciais por parte da Administração norte-americana a nível mundial, seis estão na Europa e uma delas é precisamente a base das Lajes⁹. Para os Estados Unidos, o acesso á base das Lajes resolve, na altura em que foi assinado o Acordo de 1995 e até ao presente, um problema grave face à necessidade de otimizar o reabastecimento aéreo e em terra, e a colocação de material militar e tropas em tempo útil em diversos cenários previstos de conflito, com destaque para o Médio Oriente. O estudo de cenários alternativos deixa bem claro que sem a base açoriana não é possível cumprir os requisitos mínimos de projecção de força em tempo de guerra.

Por outro lado, a imprevisibilidade das Relações Internacionais, a que fizemos referência anteriormente, e que tem sido uma das características mais importantes do mundo de hoje, parece não poder ser esquecida no actual quadro das relações entre os Estados Unidos da América e Portugal, particular-

⁹ *Strategic Mobility – Serious Problems Remain in U.S. Deployment Capabilities*, General Accounting Office, Washington D.C., April, 1994.

mente no que se refere à base das Lajes. Aquilo que parece ser claro, actualmente, é que os Estados Unidos continuam a contar com aquela base e querem continuar a fazê-lo no futuro próximo.

Ao longo da Guerra Fria existia uma face que era visível, tanto para os Estados Unidos como para a União Soviética. Hoje em dia, o terrorismo, a droga, a proliferação de armas de destruição maciça, o ambiente, entre outros, constituem elementos essenciais a ter em consideração no que diz respeito à elaboração e implementação de uma nova filosofia de defesa e de segurança internacionais.

Se examinarmos com atenção, por exemplo, o articulado da Cimeira de Praga, de Novembro de 2002, constatamos que o terrorismo internacional constitui a maior ameaça ao actual quadro das Relações Internacionais. O que parece transparecer no panorama geopolítico internacional é que as ameaças são cada vez mais difusas.

Por outro lado, a própria segurança europeia é ambígua e profundamente complexa, como se tem vindo a verificar ao longo dos últimos anos. É necessário, e até mesmo urgente, que a União Europeia implemente a sua Política Externa e de Segurança Comum, por forma a fazer ouvir a sua voz, com credibilidade, a nível internacional.

No que concerne a Portugal, e concretamente ao Acordo de Cooperação e Defesa entre este país e os Estados Unidos da América, no que aos Açores diz respeito, tudo indica que as contrapartidas, não de natureza financeira, mas em termos de cooperação em geral, não têm sido particularmente vantajosas para a Região Autónoma.

Neste contexto, o Professor Políbio Valente de Almeida, no seu livro intitulado *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, refere o seguinte, que pensamos valer a pena citar: “No plano externo é a diplomacia que vai valorizar ou desvalorizar tudo o que se consegue no plano interno. Quem tem pouca força carece de hábeis negociadores. O poder virtual do Estado – aquele de que nos apercebemos – também depende de símbolos, de argumentos verbais, de formas de persuasão, isto é, da sua capacidade negocial”¹⁰.

Estamos particularmente de acordo com esta afirmação, na medida em que se torna, de facto, fundamental que um pequeno país, como o nosso, neces-

¹⁰ Políbio Valente de Almeida, *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Instituto de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1990, p. 207.

sita, cada vez mais, de negociadores hábeis, por forma a melhor defenderem os seus interesses a nível internacional.

É por tudo isto cada vez mais urgente que se proceda a um debate alargado no âmbito da sociedade portuguesa relativamente a todas estas questões, por forma a podermos ter uma ideia clara de qual deverá ser a estratégia a adoptar pelo Estado neste novo mundo em que vivemos. Parece-nos, todavia, que a nossa participação, por exemplo, na Identidade Europeia de Segurança e Defesa deve ser tida como uma prioridade de afirmação de Portugal no âmbito europeu e, ao mesmo tempo, como um contributo para definir, conjuntamente com os Estados Unidos, uma relação mais equilibrada no seio da própria OTAN¹¹.

Num mundo cada vez mais globalizado, onde os espaços regionais têm um papel decisivo na gestão dos grandes equilíbrios mundiais, a definição e a identificação dos valores e dos interesses comuns europeus são essenciais para a instituição das formas de regulação global¹².

É, pois, necessário, e até mesmo urgente, construir-se um sistema equilibrado e, para isso, a Europa tem necessidade de ter as suas capacidades autónomas e efectivas para poder gerir os problemas de segurança no seu território e para poder manter a paz e a estabilidade na Eurásia.

Como resultado de tudo isto, o que nos parece ser importante realçar é o facto de que no final de uma era, quando as principais doutrinas relacionadas com a política externa durante a Guerra Fria ainda não foram completamente substituídas, os Estados Unidos, assim como as principais potências mundiais, entraram naquilo que se poderá designar como um interregno estratégico¹³.

Existem grandes alterações em curso no âmbito das Relações Internacionais e ainda não é certo quais serão as características da nova ordem internacional que irá um dia ter lugar. Independentemente das características que essa nova ordem possa ter, entendemos que Portugal continuará a desempenhar um papel importante de fronteira e de articulação, tendo o arquipélago dos Açores uma função que não pode nem deve ser esquecida em todo este contexto. Isto

¹¹ António Vitorino, “Europa: Saudade ou Reencantamento” in *Negócios Estrangeiros*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, nº 2, Setembro de 2001, p. 39.

¹² Acerca desta questão, veja-se, por exemplo, o livro de Timothy Garton Ash, *Free World – A América, a Europa e o Futuro do Ocidente*, Alêtheia Editores, Lisboa, 2006, pp. 254-255.

¹³ No que diz respeito ao papel dos Estados Unidos da América no mundo pós-11 de Setembro de 2001, recomenda-se o livro de Robert J. Lieber, *A Era Americana*, (tradução), Editorial Estampa, Lisboa, 2007, pp. 26-5.

significa que o novo transatlantismo que está em gestação, não dispensa de forma alguma a participação activa do Estado português e, obviamente, dos Açores.

**O ESTADO NOVO DE SALAZAR COMO UM FASCISMO CATEDRÁTICO
FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DE UMA CATEGORIA POLÍTICA**

O objectivo deste breve ensaio é mostrar que a noção de fascismo catedrático, entendida como categoria usada para qualificar politicamente o Estado Novo de Salazar e utilizada para este efeito pela primeira vez por Miguel de Unamuno, é susceptível de ser fundamentada historicamente. Neste sentido, e considerada enquanto modelo teórico, esta categoria política possui um valor epistemológico e heurístico adicional, o qual permite também elucidar vários dos acontecimentos que são anteriores à constituição e formação do Estado Novo.¹

Por outro lado, é preciso sublinhar que interpretámos o texto *Nueva Vuelta a Portugal*² escrito pelo catedrático salamantino, em Julho de 1935, com a liberdade crítica inerente à condição histórica em que tem lugar o próprio

¹ No essencial, este texto tem como base a conclusão da nossa tese de doutoramento defendida em provas 2009, e que se encontra no prelo, cf. SOUSA, Jorge Pais de – *Guerra e Nacionalismo: Na I República e no Estado Novo, entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939)*. Coimbra: FLUC, 2009. Vol. 1, pp. 403-424. Uma primeira versão deste artigo foi publicada, a convite do Prof. Alberto De Bernardi, em Outubro de 2009, em *Storicamente.org: Laboratorio di storia*. ISSN 1825-411X. Revista do Departamento de História, Antropologia e Geografia da Universidade de Bolonha, em: http://www.storicamente.org/05_studi_ricerche/estado-novo-como-fascismo-de-catedra.htm.

² UNAMUNO, Miguel de – *Obras Completas: Paisajes y Ensayos*. Madrid: Escelcier, 1966. Vol. I, pp. 723-725.

processo de construção da hermenêutica interpretativa. Na medida em que também sabemos, desde Setembro de 2004 e em investigação efectuada na Casa-Museo Miguel de Unamuno na Universidade de Salamanca, que o emérito catedrático e ensaísta não chegou nunca a desenvolver, ou a aprofundar, em outros textos da sua autoria, o fascismo catedrático enquanto categoria politológica.

Queremos, portanto, afirmar e deixar muito claro que não concordamos com tudo o que Unamuno escreveu no artigo do jornal madrileno *Ahora*, designadamente, quando nele considerou que o socialismo catedrático se assemelhava ao fascismo catedrático. Sendo certo que, tudo o indica, terá sido a partir desta posição ideológica reformista e conservadora dentro do campo socialista que o autor de *Por tierras de Portugal y de España* colheu a inspiração para tipificar e qualificar, em termos políticos, o Estado Novo de Salazar, no campo oposto e simétrico do fascismo. Para além desta intuitiva e penetrante inspiração política, há que acrescentar e ter presente que Miguel de Unamuno era um conhecedor exímio da sociedade e da cultura portuguesas, e da realidade universitária conimbricense em particular. Conhecimento que ficou comprovado não só pela obra que publicou, mas também pela correspondência e as relações de amizade que manteve ao longo da sua vida com destacados intelectuais portugueses como foi o caso, por exemplo, do poeta e também professor universitário Eugénio de Castro, cujo relacionamento epistolar tivemos a oportunidade de revelar em estudo recente.³ Neste particular, e nunca é demais lembrar, Unamuno foi um dos poucos intelectuais estrangeiros de dimensão europeia para o seu tempo que manteve, até ao final da sua vida, uma relação de conhecimento e de contacto estreito com a realidade política e a cultura portuguesas. O reconhecimento da grandeza e da projecção internacional da obra do catedrático salamantino levou até a que o próprio Salazar o convidasse a visitar Portugal, através de António Ferro e do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), para dar a conhecer no estrangeiro a nova realidade política e social que era o Estado Novo, em construção e afirmação interna no ano de 1935.

Estamos, ainda, conscientes dos problemas de índole politológica que a sustentação historiográfica da “tese” de Miguel de Unamuno suscita junto da comunidade dos historiadores e dos politólogos portugueses e estrangeiros.

³ Cf. SOUSA, Jorge Pais de – *Uma Biblioteca Fascista em Portugal: Publicações do Período Fascista Existentes no Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007. ISBN 978-989-8074-10-2, pp. 28-31.

Recordamos que, em termos sintéticos, esta comunidade encontra-se dividida entre aqueles que como Luís Reis Torgal, Fernando Rosas, Manuel Loff e Enzo Colotti, consideram o Estado Novo uma forma de fascismo genérico e António Costa Pinto, Stanley Payne, Ernst Nolte e Emilio Gentile, que o consideram antes um regime autoritário de carácter conservador. Justamente, e como que a mediar estas interpretações e a colocar-se ao mesmo tempo num outro patamar teórico superador deste antagonismo em termos de debate historiográfico, a categoria fascismo catedrático surge-nos como aquela que, do ponto de vista da politologia, melhor reflecte e se adequa à realidade histórica que foi o Estado Novo, cujas raízes ideológicas e arquétipo político remontam de facto ao período da I Guerra Mundial, e que se estruturou em Portugal com base numa lógica de pensamento doutrinário e numa cultura política de matriz nacionalista antidemocrática e corporativista, tal como aconteceu na Itália saída do pós-guerra.⁴

Do ponto de vista da politologia, encaramos o fascismo catedrático como a expressão nacional, reformista e conservadora, que o fascismo assumiu em Portugal. Isto significa que adoptámos a definição geral, concisa e bastante abrangente, de Roger Griffin, que definiu o fascismo como um “género de ideologia em cujo núcleo mítico, nas suas várias permutações constitui uma forma palingenética de ultranacionalismo populista.” Recorde-se que em Griffin, a ideologia fascista é designada como “palingenética” no sentido de enfatizar sobretudo, o renascimento do espírito, da cultura e da sociedade nacional.

Por outro lado, a categoria fascismo catedrático, enquanto construção teórica ou modelo ideal e na medida em que todos os conceitos políticos gerais são abstracções amplamente fundamentadas, tem a vantagem de permitir perceber ainda determinados acontecimentos políticos anteriores a 1933 e que estão na base daquilo a que designamos como sendo a ontogénese histórica deste fenómeno político (1916-1933) e, neste último aspecto, sob três pontos de vista distintos. Considerando, então, a ontogénese histórica do fascismo catedrático em Portugal, há que sublinhar que este fenómeno político relaciona-se de perto e é indissociável dos acontecimentos históricos que pontificaram ou que ocorreram no decurso de afirmação da trajectória académica de Salazar.

Primeiro argumento histórico a considerar, é verdade que Salazar sucedeu na cátedra de Economia Política e de Finanças da Faculdade de Direito da

⁴ Cf. DE BERNARDI, Alberto – *Una dittatura moderna: Il fascismo come problema storico*. 2.^a ed. Milão: Bruno Mondadori, 2006. ISBN: 88-424-9446-4, pp. XXXI-XXXIII.

Universidade de Coimbra ao socialista de cátedra Marnoco e Sousa, do qual Salazar se reconheceu discípulo como economista logo no primeiro escrito de natureza univertária que publicou. Recorde-se que Marnoco e Sousa faleceu no ano de 1916 e portanto numa fase relativamente avançada da I Guerra Mundial, sendo nestas circunstâncias académicas e conjuntura histórica muito precisas que Salazar assumiu a docência das cadeiras referidas. Porém, Salazar foi discípulo sobretudo, explicitamos nós, na atitude tecnocrática e pragmática perante a acção política que um universitário especialista em economia política e finanças pode ter e, particularmente, em relação ao papel interventor do Estado na economia e na sociedade. Para fundamentar esta visão e atitude tecnocrática em política adoptada muito cedo por Salazar tenha-se em conta o facto do próprio catedrático Marnoco e Sousa se ter destacado, ao nível da política e da administração municipal, ao tomar medidas e decisões políticas estudadas e arrojadas para o seu tempo e que decorriam das suas concepções de defesa do socialismo catedrático e de reforma da sociedade, durante o período em que foi presidente da Câmara Municipal de Coimbra, entre os anos de 1905 e 1910. Em abono desta influência de tipo tecnocrático, ao nível da forma como um professor catedrático pode ver a acção política, e só neste sentido “tutelar” do magistério de Marnoco e Sousa em Salazar, compreende-se que o seu secretário pessoal durante os sete primeiros anos de governo de Salazar (1928-1935) e simultaneamente oficial de ligação no Ministério da Guerra durante os anos da Ditadura Militar o tenente Assis Gonçalves tenha escrito, no início da década de 70, que o ministro das Finanças e presidente do Conselho lhe confidenciara várias vezes que ‘para resolver os problemas económicos fundamentais da Nação, bastava aplicar as lições do seu velho Professor Doutor Marnoco e Sousa’. Assim sendo, e do ponto de vista estrito do catedrático de economia política e de finanças, podemos dizer que o essencial do desafio político de Salazar consistiu, uma vez no governo, em procurar integrar o capitalismo e o corporativismo mediante a acção interventiva e reguladora do Estado Novo na economia e na sociedade portuguesas, assumindo ele neste processo tutelar e paternalista uma espécie de papel de *ditador de víveres*. Esta fora, aliás, a figura política e a autoridade que Salazar preconizou logo no ano de 1918 e que na sua opinião deveria ser constituída, em pleno decurso da I Guerra Mundial, para resolver a crise das subsistências que então se vivia, ou seja, em última análise, foram sempre as concepções derivadas da lógica da economia de guerra que conformaram o projecto e a visão política de Salazar para Portugal, com a ideia de

escassez no acesso aos bens de consumo sempre subjacente a este tipo de economia.

Coetânea da afirmação académica de Salazar foi a ditadura imposta ao país pelo militar e também catedrático Sidónio Pais. Com efeito, ao longo de quase todo o ano de 1918 e portanto no final da I Guerra Mundial, o país conheceu uma experiência política ditatorial singular de tipo soberano, diferente portanto da anterior ditadura comissarial protagonizada pelo general Pimenta de Castro em 1915, na medida em que ela foi marcada pelo presidencialismo como sistema e forma de governo, ao arrepio de toda a tradição constitucional portuguesa, e também pela adopção de um modelo parcial de representação de tipo corporativo, enquanto resultados políticos mais visíveis da suspensão da Constituição de 1911. A iniciativa de criar um partido governamental, neste caso o Partido Nacional Republicano, não deixou também de constituir no quadro da vida política e partidária à época mais uma experiência singular e um exemplo, sobretudo, pela dimensão nacional que este se propunha assumir.

Porém, a experiência de exercício do poder ditatorial por parte de Sidónio Pais foi pioneira também em matéria de utilização da propaganda ao serviço da construção do carisma do “Presidente-Rei”, como o veio a designar e a celebrar o poeta modernista e militante sidonista Fernando Pessoa. Na ordem externa ao criar, em Paris e no mês de Janeiro de 1918, a Direcção dos Serviços de Informação e Propaganda da República Portuguesa nos Países Amigos e Aliados (DSIPRPPAA), tendo como seu director Homem Cristo Filho, que a breve trecho coloca este organismo estatal ao serviço do governo de Sidónio Pais e, por exemplo, para descredibilizar a acção oposicionista em Paris do antigo presidente da República deposto Bernardino Machado. Homem Cristo Filho que se tornou assim, em pleno sidonismo, o primeiro grande especialista português com reputação internacional em matéria de jornalismo e de propaganda política, bem como um exemplo para António Ferro, outro jornalista que acabara de se estrear na política sidonista trabalhando como secretário do oficial da Marinha Filomeno da Câmara logo que foi mobilizado para Angola. Não podemos esquecer que no ano de 1923 Homem Cristo Filho adere ao fascismo e torna-se um fiel e pessoal colaborador político de Mussolini, e tal facto ficou assinalado com a publicação em Paris do seu livro *Mussolini: Batisseur d'Avenir*. Além de que, quando teve lugar o 28 de Maio de 1926, Homem Cristo Filho preparava-se para assumir cargo idêntico como responsável pela propaganda da Ditadura Militar quando o general Gomes da Costa foi

subitamente afastado do poder. No campo da propaganda interna, Sidónio Pais soube, igualmente, tirar proveito único das estruturas militares criadas pelo governo da União Sagrada – presidido por Afonso Costa e pelo ministro da Guerra Norton de Matos – com o objectivo de propagandear o esforço de guerra de Portugal, e que ele acabara de depor através do golpe de Estado de 5 de Dezembro de 1917, para as colocar ao seu serviço pessoal e político. É neste contexto que procedeu à criação, através da fusão dos serviços existentes e criados pelos governos, da Secção Fotográfica e Cinematográfica do Exército, e a colocou a realizar a cobertura fotográfica e cinematográfica das suas viagens e visitas presidenciais pelo país, enquanto comandante em chefe das forças armadas portuguesas. Em suma, Sidónio Pais foi o primeiro político português a montar e a colocar ao seu serviço pessoal toda uma máquina de propaganda – anteriormente utilizada pelos governos dos países beligerantes durante a I Guerra Mundial em curso – tornando-a um instrumento político fundamental para aprofundar em Portugal o fenómeno da nacionalização das massas e construir a sua própria imagem política alicerçada num carisma político populista único, no sentido em que confluíram também nele o estatuto e a auréola mítica do catedrático e do militar em tempo de guerra.

Paralelamente, a experiência de exercício do poder ditatorial sidonista foi coetânea e virá a marcar politicamente a produção e a linguagem estética de alguns dos intelectuais nacionalistas mais marcantes do primeiro modernismo e do futurismo, ou a eles associados, como foi o caso do poeta Fernando Pessoa, do artista plástico Almada Negreiros e do poeta, jornalista e propagandista António Ferro. Foi testemunho literário de afirmação das ideias da vanguarda futurista em Portugal a publicação de *Portugal Futurista* e dos dois ultimatums nela inseridos, o de Almada Negreiros e o de Álvaro de Campos, revista que surgiu entre nós no final do ano da guerra de 1917, portanto em pleno dealbar da ditadura dezembrista de Sidónio Pais. É curioso constatar que, em Itália, o movimento futurista se organizou de forma voluntária para combater na Grande Guerra, enquanto que em Portugal a apologia da ideia de guerra pelos arautos do futurismo e proclamada por Almada Negreiros como a “grande experiência” no dizer do seu célebre *Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX*, onde predominam as ideias nacionalistas sobre a guerra de Nietzsche e de Marinetti, não passou disso mesmo, ou seja, de uma “grande experiência” mas só para os jovens “serranos” socialmente desfavorecidos e que foram mobilizados em massa do interior de um país predominantemente rural para irem combater em África e na Europa. A coragem física não foi, portanto, um

atributo dos intelectuais nacionalistas e futuristas portugueses, tal como o “Presidente-Rei” Sidónio Pais – consideremo-lo aqui também na sua condição de académico – que, enquanto militar nunca teve experiência de combatente, liderou um movimento golpista no seio do Exército com o objectivo político primordial de afastar os democráticos do governo e travar em definitivo a sua política intervencionista no palco da guerra europeia, mas que não no da guerra em defesa das fronteiras coloniais africanas.

A verdade é que, após o final da I Guerra Mundial e do regresso do PRP/Partido Democrático de Afonso Costa ao governo, a experiência de embrista de poder determinara a constituição de uma corrente de opinião no seio da sociedade civil e, simultaneamente, a criação de uma linha golpista no seio do Exército e das Forças Armadas. Neste sentido, veja-se o impressionante testemunho de Alfredo António de Freitas Branco, um dos antigos cadetes da Escola de Guerra que Sidónio Pais aliciara para o golpe, que virá a envolver-se em quase todas as variadas tentativas de conspiração e manobras golpistas contra a I República, como foi o movimento da constituição das Juntas Militares – neste último caso como destacado membro da “Juntinha” constituída pelos antigos cadetes sidonistas - passando pela sua associação a diversas tentativas de golpe como o 18 de Abril de 1925 até ao 28 de Maio de 1926. Data, aliás, de 1928 a publicação do seu livro *Paixão e morte de Sidónio: ... e o mais que se seguiu...*, onde não só regista as memórias das suas movimentações golpistas, como escreveu o seguinte: “Não é exagerar ou estar fanatisado, afirmar que a reforma social e política da Europa se deveu à tentativa de Sidónio. Foi ele o precursor do Fascismo. Foi ele quem ensinou e encorajou a luta contra a desordem. Foi Ele o *primeiro* a assentar no caminho para o futuro...”⁵ Ao nível da afirmação do sidonismo, quer enquanto corrente de opinião pública, quer como linha golpista no Exército e nas Forças Armadas, foi testemunho vivo desta orientação política o comportamento político-militar do alferes, logo deputado sidonista e também o director do jornal sidonista *A Situação* (1918 a 1922), Jorge Botelho Moniz. Com o tempo associou-se a esta linha golpista sidonista o à época tenente-coronel Raúl Esteves que possuía a experiência militar trazida da I Guerra Mundial. Estes dois oficiais virão a envolverem-se e a dar o seu contributo político-militar para subverter e por termo à I República, através da preparação e chefia do golpe de 18 de Abril de 1925, para muitos estudiosos considerado um verdadeiro “ensaio” para a “arrancada” nacionalista que foi o

⁵ Visconde de Porto da Cruz – *Paixão e morte de Sidónio: ...e o mais que se seguiu...* Lisboa: Livraria Féris, 1928, p. 33.

28 de Maio de 1926. Jorge Botelho Moniz escreveu o livro *18 de Abril*, onde deu conta para a história do seu envolvimento em toda a manobra golpista. Exemplo, em termos de formação de uma corrente de opinião pública sidonista e antidemocrática, foi a militância política do cidadão e do poeta modernista Fernando Pessoa, na redacção e edição do jornal *Acção: Órgão do Núcleo de Acção Nacional*, nos anos de 1919 e 1920. Todavia, é a carreira do do jornalista Raúl de Carvalho que ilustra bem como o sidonismo se associou às ideias fascistas em plena I República e, posteriormente, vai aderir ao Estado Novo, como se pode ver através dos títulos de jornais que dirigiu: *A Rotunda: Órgão do Povo e para o Povo* (1917); *A Ideia Nova: Órgão Nacionalista* (1922); *A Ditadura: Periódico do Fascismo Português* (1923-1928); *O Império Português: Jornal Independente de Informação Colonial* (1929-1940).

Um segundo argumento histórico a considerar, ainda ao nível da ontogénese do fascismo catedrático em Portugal, é aquele que se relaciona com as temáticas versadas nos trabalhos académicos de maior fôlego científico produzidos por Salazar e a própria conjuntura de guerra em que foram produzidos. A análise e o enquadramento histórico que elaborámos sobre a produção universitária de Salazar – sempre minimizada ou secundarizada pela historiografia – permitiu perceber e concluir que ela foi realizada e versou o estudo dos problemas concretos, nas suas vertentes económica e financeira, que resultaram da conjuntura e da situação de economia de guerra que o país conheceu. A este propósito nunca é demais ter presente, em abono deste nosso argumento, o título dos três principais estudos académicos produzidos e publicados por Salazar nos anos de 1916 e de 1918. Os dois primeiros e mais importantes trabalhos surgiram a público sob o título conjunto e significativo de *Estudos de Economia Nacional: A Questão Cerealífera – O Trigo*; e *O Ágio de Ouro – Sua Natureza e suas Causas*, enquanto que um terceiro estudo, não menos relevante do ponto de vista político, intitula-se *Alguns Aspectos da Crise das Subsistências* e data de 1918. O que queremos afirmar é que a produção académica especializada do economista Salazar, coligida recentemente em cerca de quatro volumes denominados de *Estudos Económico-Financeiros* (1916-1928), antevê e esclarece, de um ponto de vista teórico, o seu futuro pensamento em matéria de doutrina política, pensamento doutrinário que o ministro das Finanças e depois presidente do Conselho condensou na escrita e edição dos seis volumes dos *Discursos e Notas Políticas* (1928-1966). Tomados no seu conjunto, os escritos de Salazar, quer os de natureza académica quer os de doutrina política, assumem o tal carácter e estilo

“pedagógico e doutrinário” próprio do fascismo de cátedra, e isto para utilizar a expressão de Miguel de Unamuno. Na verdade, o cuidado colocado por Salazar na redacção e na leitura em público dos seus discursos políticos, e até a sua atitude distanciada e reservada perante a mobilização das multidões assumiram, quase sempre, este estilo ou perspectiva própria de um académico em política.

Terceiro argumento não menos significativo, em termos de consequências políticas, quando falamos da ontogénese histórica do fascismo catedrático, foi a análise que fizemos ao magistério universitário de Salazar. Oitenta anos passados sobre o seu termo continua a faltar um estudo, ou estudos monográficos, sobre a trajectória política efectuada por muitos daqueles que foram seus alunos na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e que integraram mais tarde as elites do Estado Novo. Pela nossa parte fizemos uma investigação, ainda que a título de amostragem histórica, tendente a mostrar que o ensino universitário de Salazar foi duplamente importante em termos de consequências políticas. Relevante no sentido convencional do termo, na medida em que permitiu, ao longo de um período curto de doze anos que durou o seu magistério como académico, a criação de uma escola em que pontificou como seu sucessor na cátedra de Economia Política e de Finanças João Pinto da Costa Leite (Lumbrales). Sublinhámos a relação de estreita cumplicidade política entre Salazar e este seu discípulo, porquanto este último não só foi o seu continuador na cátedra de Coimbra e mais tarde na da Universidade de Lisboa e no estudo dos fenómenos da economia de guerra, mas também se tornou um dos seus principais e fiéis colaboradores políticos, na medida em que assumiu durante 21 anos a fio importantes funções ministeriais e, por exemplo, comandou a milícia do Estado Novo que foi a Legião Portuguesa.

Porém, não foi só no campo civil que o magistério universitário de Salazar foi importante em termos de consequências políticas. Na verdade ele granjeou “discípulos” também junto de diversos oficiais universitários que foram seus alunos na Faculdade de Direito, nas duas cadeiras de Economia Política e de Finanças, constituindo um marco para a formação político-ideológica em muitos dos diversos militares que virão depois a destacar-se e a ficar conhecidos como os “tenentes” do movimento do 28 de Maio de 1926. Este outro impacto “pedagógico e doutrinário” do magistério de Salazar junto de vários oficiais do Exército diríamos até que, a prazo e em termos instrumentais, foi decisivo não só para a sua chegada, mas, e, sobretudo, para a sua manutenção no governo. Também aqui, e do ponto de vista da investigação, muitos destes oficiais que foram alunos de Salazar e vão participar no 28 de Maio de 1926

permanecem por identificar e estudar ao nível da sua carreira e comportamento político-militar.

Em suma, a sustentação histórica da categoria politológica do fascismo catedrático, enquanto construção teórica ou modelo ideal que é, apresenta a vantagem de permitir perceber também fenómenos que são anteriores à própria institucionalização do Estado Novo em Portugal, e daí a sua dupla importância, em termos epistemológicos e heurísticos, para a politologia e para a historiografia. Uma vez que durante o processo que denominámos de ontogénese deste fenómeno político constatámos existir no arquétipo político que constituiu a experiência ditatorial protagonizada pelo militar e catedrático Sidónio Pais, um esboço de experiência histórica, característico ao fascismo de cátedra, o qual apontava para a tendência simbólica e real para constituir uma união ou aliança estreita, entre as elites nacionalistas ao nível do mais alto funcionalismo público, como são os oficiais das forças armadas e os universitários, para tomarem o governo e o aparelho de Estado pela força e exercerem o poder – de cima para baixo – de forma antidemocrática e corporativa.

É neste momento da análise que somos remetidos para o problema da etimologia das palavras que constituem a expressão fascismo catedrático para avaliarmos da sua pertinência histórica e politológica. Com efeito, o historiador Stanley Payne notou há muito que a palavra fascismo constitui ainda hoje um termo relativamente difuso em termos de sentido político, embora seja de crucial importância para se entender a história do século XX. Por sua vez, a palavra fascista tornou-se porventura um dos vocábulos mais pejorativos utilizados em política para, de uma forma intencional, sugerir a ideia de uma pessoa violenta, repressiva ou ditatorial. Em sentido geral, recordamos que o étimo da palavra remete para o latim *fascis*, feixe, ou união. No entanto, ao consultar um dicionário de latim reparamos que o primeiro sentido do radical *fascis* designava o embrulho atado com uma corda, ou então o vocábulo aplicado para designar aquela que era a bagagem do soldado. Já o também termo latino *cathedra*, designa a cadeira de espaldar, a cadeira de professor, ou a cadeira episcopal, ou ainda, a forma conservadora identificada pelo movimento de formação das universidades medievais para organizarem o ensino e transmitirem o conhecimento. Assim sendo, se a palavra fascismo for interpretada também não perdendo de vista o seu sentido latino original e que possuiu no meio castrense, e surgir qualificada de catedrático, julgamos que a expressão quando é perspectivada como categoria política reflecte com propriedade também, em termos etimológicos, este processo histórico atribulado e complexo de aliança,

ou união histórica, que se estabeleceu ou se foi construindo, entre militares e catedráticos em Portugal, quando da instauração da Ditadura Militar, bem como no período do Estado Novo, para tomar e exercer o poder de forma violenta, antidemocrática e corporativista.

“Protofascismo catedrático” é a expressão que consideramos adequada para designar a fase histórica de *movimento* ditatorial caracterizada pelo uso da força e da violência das armas que permitiu impor esta união na partilha do poder, entre militares e catedráticos, percebidos como altos funcionários do Estado, que se começou a esboçar no seio e ao tempo dos governos da Ditadura Militar (1926-1933). Recorde-se que Salazar, Manuel Rodrigues Júnior e Mendes dos Remédios foram os três professores catedráticos designados para integrar o primeiro ministério presidido pelo almirante Mendes Cabeçadas, uma vez realizado o movimento militar, ou a “arrancada” de 28 de Maio de 1926 que depusera pela força das armas o governo legítimo do democrático António Maria da Silva e suspendera a Constituição de 1911. Sublinhámos antes, quando da exposição do que designámos de ontogénese do fascismo de cátedra, o facto de o ensino universitário de Salazar ter marcado em termos doutrinários alguns dos oficiais que vinham glorificados da guerra travada nas trincheiras da Flandres, como foi o caso do tenente Assis Gonçalves e do capitão David Neto, os quais foram, entre outros, em Coimbra e na região centro, dois oficiais importantes para a organização do movimento militar do 28 de Maio. Vimos também que, em meados dos anos 20, os oficiais do Exército e antigos combatentes que haviam regressado da I Guerra Mundial usufruíam do prestígio social que constituía o mito da experiência de guerra e do enorme esforço de investimento, político e simbólico, na memória nacional que a I República vinha desenvolvendo como resultado da participação das forças armadas portuguesas naquele grande conflito bélico. Neste investimento republicano na memória nacional relativa à participação portuguesa na I Guerra Mundial se enquadrou a criação da Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG) e a instituição nacional do culto cívico ao Soldado Desconhecido em 1921, logo observado também em todas as unidades militares, seguida da cerimónia de acender a título perpétuo a Chama da Pátria no Panteão Nacional do Mosteiro da Batalha e a criação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG) também no ano de 1924. Sabemos hoje que pelo menos a acção militar destes dois oficiais foi fundamental e decisiva, nesta fase de *movimento* protofascista, não só para indicarem e reforçarem o nome de Salazar nos bastidores dos governos da Ditadura Militar, por exemplo junto do ministro da

Guerra Passos e Sousa a seguir aos acontecimentos sanguinários de 3 e 8 de Fevereiro de 1927, para aquele assumir a pasta das Finanças e na sequência tomaram iniciativas para formular o convite pessoal para aquele sobraçar aquela pasta. Porém, e sobretudo, contribuíram para combater, reprimir e esmagar, nas ruas e pela força das armas as sucessivas revoltas militares e civis republicanas *reviralthistas*. Porquanto, após o triunfo do 28 de Maio, foram colocados em Caçadores 5, em Lisboa, vindos da guarnição militar de Coimbra. Esta, sem dúvida alguma, constituiu a unidade castrense mais fiel à Ditadura Militar. Uma vez no governo o ministro das Finanças fez logo do tenente Assis Gonçalves seu secretário pessoal, com a missão principal de se tornar um canal privilegiado de informação relativa a todas as movimentações de carácter político-militar conspirativo que tivessem lugar nas ruas e nos quartéis, como decorre da análise dos relatórios políticos que aquele produziu ao longo de sete anos em que exerceu aquelas funções. Paralelamente, Salazar tirava partido do facto deste militar colocado em Caçadores 5 ser também o oficial de ligação no Ministério da Guerra e como tal coordenar a manobra de ataque das unidades militares fiéis à Ditadura Militar sempre que as revoltas republicanas *reviralthistas* tinham lugar no seio do Exército e contavam com o apoio e a participação de civis armados nas ruas das principais cidades do país. Exemplo acabado desta estratégia foi a forma como a revolta, militar e civil, de matriz republicana, que ocorreu em Lisboa a 26 de Agosto de 1931 foi jugulada. Revolta esta que consistiu, sobretudo, no aliciamento *reviralthista* e na mobilização da unidade de Metralhadoras 1, que possuía um efectivo militar de cerca de 1500 soldados e teve associada um número ainda superior de civis armados. Coube ao capitão David Neto, porventura em obediência às instruções oriundas do Ministério da Guerra, comandar as forças das unidades de Caçadores 5 e de Caçadores 7, com o objectivo de cercar e atacar o quartel de Metralhadoras 1. O resultado desta operação militar comandada pelo capitão David Neto e antigo aluno universitário de Salazar foi a rendição dos militares e dos civis revoltosos, tendo-se registado cerca de 40 mortos e 200 feridos, para além de elevados prejuízos materiais na cidade de Lisboa.

Por outro lado, constatámos também que foi durante a Ditadura Militar que a anterior linha de comportamento militar golpista de orientação sidonista, encabeçada pelo tenente Jorge Botelho Moniz, confluiu, tacticamente, para nos quartéis e nas ruas se unir e participar na repressão e na derrota dos sectores militar e civil, republicano e democrático, em conjunto com a afirmação crescente da linha castrense identificada com Salazar. Como exemplo desta con-

fluência tática verificada no terreno das operações militares nacionalistas constatámos a participação do tenente Jorge Botelho Moniz no combate e na repressão do movimento republicano reviralista que se iniciara no Porto a 3 e terminou a 7 de Dezembro de 1927, enquanto nas ruas de Lisboa, o tenente Assis Gonçalves e o Batalhão de Caçadores 5 davam continuidade às operações militares e aos combates de repressão dos revoltosos, tornando-a palco e cenário de uma enorme destruição e banho de sangue. O estado de sítio e a lei marcial que então vigoraram durante a chamada “semana sangrenta”, de 3 a 8 de Fevereiro de 1927, apontam para um número total de vítimas em que 190 pessoas foram mortas e 900 terão ficado feridas. Como resultado político do emprego da força das armas e da violência pelos militares nacionalistas cerca de 600 pessoas terão sido presas ou deportadas. A Ditadura Militar conheceu de facto, do ponto de vista da segurança interna, momentos de combate e de destruição equivalentes a uma guerra civil, sendo nestas circunstâncias concretas que se delineou e afirmou o *movimento* protofascista na sua vertente dupla académica e castrense.

Em termos históricos, seguiu-se no tempo um segundo momento de manifestação política deste *movimento* protofascista de cátedra no governo e que foi, formalmente, iniciado quando Salazar assumiu, em 27 de Abril de 1928, a pasta de ministro das Finanças. Coincide com a fase da chamada Ditadura das Finanças durante a qual Salazar desenvolve para o grande público um trabalho de tipo tecnocrático, com o objectivo de reduzir drasticamente o défice orçamental e de estabelecer o equilíbrio das finanças públicas. O discurso que Salazar proferiu no acto de tomada de posse tinha subjacente atingir a meta, técnica e política, que Afonso Costa realizara logo em 1913 – também ele um antigo catedrático de Economia Política mas um civilista não corporativo em política – ao conseguir extinguir o défice orçamental das contas públicas, mas em contexto de governação democrática. Esta ressonância “inconsciente” afonista ficou patente, do nosso ponto de vista, no próprio discurso de tomada de posse de Salazar, o qual, após ter enunciado em público as quatro condições políticas que impusera para aceitar exercer a Ditadura das Finanças, proferiu uma frase que a propaganda do Estado Novo tornaria célebre: “Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses.” Recordamos antes que Afonso Costa fizera aprovar, a 4 de Março de 1915, uma moção contra a ditadura do general Pimenta de Castro e que ele próprio qualificou na altura, em sessão especial que reuniu no Palácio da Mitra, como sendo: “própria de homens que sabem o que querem e para onde vão.”

Seja como for, a tomada de posse de Salazar iniciou a Ditadura das Finanças e, para este efeito, o estilo tecnocrático de governação introduzido por Salazar implicou rodear-se muito cedo, enquanto seus colaboradores políticos próximos no Ministério das Finanças, de diversos catedráticos ou de doutores especialistas em economia política e finanças, provenientes das duas únicas escolas de juristas então existentes, a de Lisboa e a de Coimbra. Referimos expressamente os nomes de Marcello Caetano, de Armindo Monteiro, Costa Leite (Lumbrales) e de Águedo Oliveira.

É fundamental sublinhar que é também nesta fase de afirmação política crescente do *movimento* profascista de cátedra, e no quadro agónico da luta político-militar entre facções pelo poder dentro da Ditadura Militar, que Salazar começa a preparar a transformação política da ditadura de comissário em direcção a uma ditadura soberana de carácter civilista. Em termos políticos, tal processo só foi possível quando, ao nível governamental, se procedeu ao afastamento do general Ivens Ferraz – o último presidente do ministério que pretendia ainda regressar à ordem constitucional de 1911 – e uma vez realizada a transferência de poderes para o governo presidido por Domingos de Oliveira, facto que teve lugar em Janeiro de 1930. É durante o governo do general Domingos de Oliveira que foi aprovado a 8 de Julho de 1930 o Acto Colonial, cujas disposições irão ser consideradas matéria constitucional, e no dia 30 deste mesmo mês de Julho vem a público o Manifesto de constituição da União Nacional, em que esta surge apresentada como uma “liga patriótica” para “continuar a Ditadura à frente da República Portuguesa.” Enquanto data de 25 de Fevereiro de 1932 a apresentação pública da concepção de Estado Novo em Portugal aos governadores civis da Ditadura Militar e na qual é anunciada e prefigurada a estrutura básica da nova ordem constitucional em preparação. Ao identificar a nova forma de ditadura em construção como Estado Novo, Salazar recorreu a uma concepção política e jurídica, cuja origem remonta, como bem referiu Emilio Gentile, ao catedrático nacionalista Alfredo Rocco. Este último, após ter aderido ao fascismo no ano de 1922, viria a concretizar politicamente a ideia de *Stato nuovo* em Itália, a partir de 1927 até 1932, na qualidade de ministro da Justiça de Mussolini. No dizer de Gentile, Rocco foi o responsável pela autêntica “revolução copernicana” que teve lugar no direito público italiano e que desencadeou todo um *novo* movimento de codificação jurídica que armou e sustentou legalmente toda a ordem fascista. Sabemos, aliás, que foi neste ano de 1932 que Alfredo Rocco deu por terminada as suas funções como ministro da Justiça de Mussolini e que passou a assumir as funções de reitor da

Universidade de Roma, La Sapienza, durante os seus três últimos anos de vida, e que Salazar assumiu também o cargo de presidente do ministério em Portugal. Em suma, e do ponto de vista político e jurídico, o conceito de Estado Novo tem a sua génese e origem histórica no fascismo italiano. E o mentor desta concepção de *Stato nuovo* foi também um catedrático de Direito, o italiano Alfredo Rocco, o qual, ao assumir a pasta de ministro da Justiça de Mussolini durante sete anos, se tornou o “arquitecto” da nova legalidade fascista. A própria Constituição do Estado Novo de 1933, não o podemos esquecer, foi preparada – não como o resultado dos trabalhos de um parlamento legitimado pelo voto popular e mandatado com poderes constitucionais – pelo próprio Salazar e pelos especialistas em Direito que entendeu ouvir para o efeito, com o catedrático e constitucionalista Fezas Vital em destaque. Neste sentido, a sua entrada em vigor assinalou também o fim da fase de *movimento* protofascista e o início da fase de regime do Estado Novo.

Uma vez instituída a ditadura soberana que foi o Estado Novo, com a promulgação da Constituição de 1933, podemos falar de fascismo catedrático com toda a propriedade. Enquanto presidente do Conselho de Ministros, Salazar passa agora a explorar, ainda mais, esta fonte de recrutamento político que constituíam os académicos para o exercício de cargos governativos, de forma a assumirem responsabilidades predominantemente técnicas nas pastas ministeriais a seu cargo, cabendo a Salazar assumir sempre a direcção política “única” da governação. Não foi por acaso que Salazar reuniu muito poucas vezes o plenário do Conselho de Ministros, optando, quase sempre, por despachar directamente com o responsável por cada pasta ministerial. Atendendo só ao período de 1933 a 1939 do Estado Novo verificamos que o catedrático Manuel Rodrigues regressou ao governo para assumir a pasta da Justiça, Caeiro da Mata e Armindo Monteiro assumem em momentos diferentes os Negócios Estrangeiros, Gustavo Cordeiro Ramos e Eusébio Tamagnini titulam também a Instrução Pública, tal como Armindo Monteiro assumiu também a pasta das Colónias. Este modelo de escolha de pessoal político a partir do restrito e restritivo universo académico português foi adoptado também por Salazar na atribuição a vários catedráticos e a “doutores” de responsabilidades e de funções directivas ao nível das estruturas de enquadramento político-ideológico criadas pelo Estado Novo, como foi o caso da União Nacional enquanto partido liderante, mas também foi seguido para a constituição da direcção das principais organizações paramilitares, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa, onde

pontificaram os catedráticos Marcello Caetano, Costa Leite (Lumbrales) e Artur Águedo de Oliveira.

Ao nível do pilar castrense da ditadura é durante a fase de regime de fascismo de cátedra que foi o Estado Novo que Salazar escolheu Fernando Santos Costa, também ele um seu antigo aluno universitário e antigo tenente do 28 de Maio de 1926 em Coimbra, que possuía a especialidade de oficial de Estado Maior e portanto um homem com um perfil de estratégia militar, para ser o seu principal colaborador político e perito em matéria de Defesa Nacional. Coube-lhe, na fase de instituição do regime, proceder à reforma, profissionalização e controlo político das Forças Armadas. A premiar o facto de ter assumido com grande fidelidade compromissos políticos no governo com Salazar ao longo de 22 anos, Santos Costa acedeu ao generalato no final da sua carreira militar. No entanto durante o Estado Novo foram relegados para segundo plano e foram também preteridos na sua carreira militar, os outros oficiais “operacionais” e antigos alunos universitários de Salazar que, com a experiência da I Guerra Mundial que possuíam e enquanto militares operacionais que haviam sido, lhe haviam prestado um serviço político pessoal decisivo, quer na sustentação do seu nome no seio do Exército, quer sobretudo na sua manutenção no poder durante a Ditadura Militar, como foram os casos do tenente Assis Gonçalves e do capitão David Neto. O maquiavelismo político e a visão instrumental do poder ficaram bem patentes na forma como Salazar afastou estes oficiais e seus antigos alunos universitários que fizeram aquilo a que poderíamos designar de “trabalho sujo e violento em política” e cujas biografias a história do Estado Novo deveria tendencialmente apagar. Nem por acaso, nos seis volumes da biografia escrita por Franco Nogueira sobre Salazar, só constam duas referências laterais ao secretário de Salazar nos seus primeiros 7 anos de governo.

Portanto, em sentido histórico duplo, podemos afirmar que o magistério de Salazar assumiu, com toda a propriedade política, o tal carácter e feição histórica que Unamuno designou de “pedagógico e doutrinário” inerente à ditadura que foi o Estado Novo. Ao mesmo tempo que esta forma de ditadura soberana só foi possível concretizar-se por se ter estruturado com base na união ou compromisso político, entre duas corporações fundamentais ao nível do exercício do poder no aparelho de Estado, embora nesta altura invertidas pela ordem de importância no protagonismo político a elas atribuído por Salazar, os catedráticos e os militares. No fundo, foi a tal ditadura corporativa académico-castrense que, no dizer de Miguel de Unamuno, caracterizou e sustentou no essencial o Estado Novo em Portugal.

Outro argumento histórico que fundamenta o fascismo catedrático enquanto categoria política em Portugal é o reconhecimento que o próprio Salazar efectuou, ao nível do seu discurso político primeiro, e, posteriormente, ao nível do reconhecimento e consagração institucional pelo próprio Estado Novo daquilo a que também ele designou como sendo uma “ditadura de doutores”.⁶ O momento de racionalização doutrinária e de caracterização do Estado Novo pelo próprio Salazar como uma “ditadura de doutores” teve lugar por ocasião da celebração do 25.º aniversário da Revolução Nacional, ou seja, num ano crítico e politicamente crucial para o futuro do regime. Referimo-nos ao discurso de 1951 proferido pelo presidente do Conselho na abertura dos trabalhos do III Congresso da União Nacional realizado em Coimbra. É neste discurso que Salazar reconhece e racionaliza, ao nível da doutrina política salazarista, que de facto tinham razão aqueles analistas políticos estrangeiros que há muito tinham caracterizado o Estado Novo como sendo uma “ditadura de doutores”. Assim sendo, é possível constatar que também ao nível doutrinário existiu esta consciência política do regime como sendo na prática uma “ditadura de doutores” e este reconhecimento foi realizado pelo próprio Salazar, em pleno congresso da União Nacional e na conjuntura complexa do ano de 1951, facto que também suporta a validade teórica e conceptual da categoria fascismo de cátedra quando aplicada para qualificar histórica e politicamente o Estado Novo português. Repare-se, ainda, que naquele ano a União Nacional comemorava naquele seu areópago maior o 25.º aniversário daquilo a que Salazar e a historiografia salazarista denominavam de “Revolução do 28 de Maio”, o que significa que o calendário político da revolução nacionalista portuguesa integrava a fase daquilo a que designámos de *movimento protofascista* e iniciada a 28 de Maio de 1926, ou seja, oficialmente Salazar considerava a Ditadura Militar como que uma espécie de estádio inicial da própria Revolução Nacional em curso e que era o Estado Novo corporativo em construção, pelo que este último surgia, necessariamente, como a fase de regime iniciada com a entrada em vigor da Constituição de 1933.

⁶ Coube a Jacques Ploncard d’Assac (1910-2005), membro durante a juventude da Action Française e, posteriormente, exilado político em Portugal a partir de 1944 por ter apoiado o governo de Vichy, organizar um dicionário político sobre o fascismo catedrático implícito na “Ditadura de Doutores”, com base no pensamento doutrinário expresso nos discursos políticos de Salazar, em *Dictionnaire Politique de Salazar: Établi par Jacques Ploncard d’Assac*. Lisboa: SNI, 1964.

Porém, não foi só no plano do discurso doutrinário de Salazar que se verificou a identificação do Estado Novo como sendo uma “ditadura de doutores”. Uma vez que também no plano da história institucional e política tiveram lugar duas cerimónias, realizadas ao mais alto nível do protocolo de Estado, de reconhecimento oficial em termos de simbolismo político e da própria leitura e construção da memória estadonovista da história. E como? Através do reconhecimento oficial daquilo que antes designámos como tendo sido o arquétipo político do Estado Novo e que esteve na base da posterior institucionalização do fascismo de cátedra em Portugal e que fora a experiência ditatorial sidonista. A organização destas duas cerimónias revelou o grau bastante e necessário de sidonofilia existente em Salazar, em relação ao arquétipo político e ao processo de ontogénese do fascismo de cátedra, enquanto precursor daquilo a que ele em 1951 designara também de “ditadura de doutores”. Note-se que foi numa fase em que o Estado Novo está consolidado politicamente como regime, ou seja, nas décadas de 50 e 60 que tiveram lugar as cerimónias de Estado de reconhecimento oficial da importância política da ditadura dezembrista, a partir do momento em que Salazar decidiu organizar e promover a transladação do corpo de Sidónio Pais em dois momentos e datas históricas distintos. Primeiro e precisamente, no dia 14 de Dezembro de 1953, para assinalar a passagem dos 35 anos sobre o assassinato do antigo presidente da República Sidónio Pais, ao promover com toda a pompa e circunstância, e na presença de todos os hierarcas do regime e do corpo diplomático acreditado em Lisboa, a transladação e tumulação do seu corpo para a Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos. Túmulo este que ficou então situado, simbolicamente, defronte ao do general Carmona que havia falecido dois anos antes. Depois e no ano de 1966, e com a inauguração do Panteão Nacional de Santa Engrácia, é a oportunidade de proceder à segunda transladação dos restos mortais destes dois chefes de Estado. Recorde-se que a data escolhida para a inauguração do Panteão Nacional do Estado Novo coincidia com a passagem dos 40 anos sobre o início da “Revolução Nacional” e, numa altura, em que o país e a juventude portuguesa travavam já a guerra colonial. Portanto, e se dúvidas houvesse em relação ao reconhecimento, pela parte de Salazar e do seu regime, da importância histórica e política da ditadura sidonista, elas ficaram dissipadas nestes dois momentos históricos de afirmação do entendimento nacionalista da memória e da história do século XX pelo Estado Novo, na medida em que estas cerimónias foram sempre organizadas ao mais alto nível do protocolo de Estado e contaram com a presença

dos mais altos hierarcas do regime, e a da Salazar em particular, bem como do corpo diplomático acreditado em Lisboa.

Como já referimos antes a categoria fascismo de cátedra, considerada como construção teórica ou modelo ideal e também como um conceito político geral, é uma abstracção que pode ser fundamentada sob diversos pontos de vista. Ao nível ideológico, ela surgiu como o resultado da adopção da concepção político-jurídica de Estado Novo em Portugal, a qual, por sua vez, conformou e ficou plasmada na Constituição de 1933. Concepção esta que é, como vimos, originária do fascismo italiano e foi pensada na sua origem enquanto *Stato nuovo* e realizada, politicamente, pelo também catedrático e ministro da Justiça de Mussolini, Alfredo Rocco, entre 1925 e 1932. No entanto é importante sublinhar que, com a entrada em vigor da Constituição de 1933, Portugal tornou-se o primeiro país do mundo dotado com uma constituição de carácter corporativista, antecipando-se neste domínio por um ano à constituição congénere austríaca. Reside aqui, em matéria de Direito Constitucional, um traço de afirmação identitária em relação ao fascismo italiano. Ao qual se deve adicionar o facto de o arquétipo político do Estado Novo em Portugal remontar, em termos do que poderíamos designar da sua “genealogia histórica”, à experiência ditatorial sidonista imposta ao país em 1917 em pleno decurso da I Guerra Mundial e portanto, neste sentido, tratou-se de uma experiência política com características de ditadura soberana que se antecipou no tempo em cinco anos ao regime fascista de Mussolini.

Por sua vez, o facto de a Constituição de 1933 ter integrado o Acto Colonial e este prever, no plano do direito público e do direito privado, a criação do chamado “Estatuto dos Indígenas” pelo qual se legislava sobre os termos e as condições em que o indígena – designadamente aquele que era natural das colónias de Angola, Guiné e Moçambique – podia passar à situação de “assimilado” culturalmente e como tal adquirir a cidadania portuguesa, revela que o Estado Novo estabeleceu no plano do seu ordenamento jurídico uma discriminação racial que partia do pressuposto etnocêntrico, “clássico” e colonialista, de considerar inferiores os negros ou os povos extraeuropeus. É neste sentido que o art. 22.º do Acto Colonial, sobre os indígenas, estipulava que: ‘Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis, com a moral e com os ditames da humanidade.’ O Estatuto dos

Indígenas, pela discriminação jurídica e racial a que procedeu, tornou-se um dos principais argumentos políticos dos movimentos anticolonialistas.

Em matéria religiosa, a Constituição de 1933 sancionou um regime de separação do Estado da Igreja, expurgando-o, contudo, dos aspectos mais lesivos da liberdade religiosa. O texto constitucional corporativo tornou-se o ponto de partida para que o Estado Novo desenvolvesse uma política religiosa de separação concordatada, que culminaria em 1940 com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário. Com efeito, a revisão da Concordata assinalou um processo de reaproximação do Estado e da Igreja que se vinha desenvolvendo desde a I República e, em concreto, tinha sido desencadeado com a necessidade de organizar e prestar a assistência religiosa às tropas expedicionárias do CEP durante a I Guerra Mundial, mas que se acentuou depois com o fenómeno da sacralização da política no pós-guerra e com o advento da Ditadura Militar em 1926. Ditadura que assumiu desde o início uma orientação ideológica predominantemente católica, e para isso contribuiu o facto de Salazar, enquanto ministro das Finanças, ter sido antes um dos mais proeminentes dirigentes do Centro Católico, conjuntamente com o intelectual e catedrático Manuel Gonçalves Cerejeira, desde 1929 Cardeal Patriarca de Lisboa. É importante observar que neste mesmo ano, em Itália, Mussolini concluíra e rectificara os acordos lateranenses que procederam à revisão do estatuto jurídico da Igreja e do seu património, da concordata e do matrimónio, bem como a outros tratamentos de favor dispensados à Igreja Católica. No entanto, e em Portugal, o facto das elites do Estado Novo se terem identificado de um modo geral com a Igreja Católica, levou a que Miguel de Unamuno o caracterizasse como sendo no essencial uma ditadura académico-castrense, ainda que com uma “nota” eclesiástico-catedrática.

Em relação à estrutura económica, o Estado Novo concordou no essencial com o fascismo italiano quanto à orientação de fundo a dar à economia, embora salvaguardadas as diferentes realidades e dinâmicas próprias que o fenómeno do capitalismo assumiu nos dois países. Com efeito, a orientação corporativista subordinou os problemas da economia ao Estado e ao bem estar da nação, mas mantendo o princípio basilar da propriedade privada, enquanto elemento caracterizador da liberdade e espontaneidade do indivíduo, e também como determinante natural dos “instintos” de concorrência.

Com a eclosão da Guerra Civil de Espanha junto às fronteiras terrestres portuguesas, o Estado Novo de Salazar recorreu à mobilização das massas como forma de proceder à militarização da política na ordem interna. Foi neste

contexto político que no ano de 1936 foram criadas as organizações paramilitares como foi o caso da Legião Portuguesa, que ficou sob a alçada conjunta dos ministérios do Interior e da Guerra e, também por isso, foi pensada para funcionar como a milícia do regime, enquanto a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional ficaram sobretudo dependentes do Ministério da Instrução Pública, designado a partir de 1940 como Ministério da Educação Nacional. Em ambas estas organizações foi adoptada e utilizada a terminologia e a simbologia de tipo militar para reforçar, junto dos cidadãos e da juventude em particular, o sentimento nacionalista e a preparação para a luta permanente.

Do ponto de vista da repressão política, apontamos o caso do catedrático Aurélio Quintanilha como paradigmático em relação ao uso da chamada violência intangível por parte de Salazar, com respeito aos universitários e intelectuais antifascistas, e à forma como no ano de 1935 vários altos funcionários foram demitidos compulsivamente da administração pública, para mostrar como ao longo de todo o Estado Novo este cientista foi vítima da intolerância e da perseguição política que o conduziram ao exílio e ao ostracismo até ao 25 de Abril de 1974. Em termos de tese de doutoramento, comparámos o processo de demissão de Quintanilha com o próprio processo de suspensão de exercício de funções de docência a que Salazar fora sujeito no ano de 1919, enquanto professor da Universidade de Coimbra, para mostrar as diferenças de funcionamento do sistema de justiça e de aplicação do Direito em regime democrático e em ditadura.

Já no capítulo da política externa Salazar organizou a Missão Militar Portuguesa para intervir militarmente na Guerra Civil de Espanha, entre 1937 e 1939, tendo atribuído o comando da MMPOE a dois oficiais com um passado político-militar ligado ao sidonismo e ao golpismo e, portanto, à conspiração contra a I República. Foi o caso do capitão Jorge Botelho Moniz que participou no 5 de Dezembro de 1917 e no 18 de Abril de 1925, enquanto que o general Raúl Esteves, que assumiu o comando da Missão Militar em Espanha, estivera também envolvido na chefia do golpe de 18 de Abril de 1925. Jorge Botelho Moniz que tinha promovido antes o comício anticomunista em Lisboa, na Praça de Touros do Campo Pequeno, em Agosto de 1936, e aí proposto a criação da Legião Portuguesa, desenvolvendo e apoiando toda uma campanha de propaganda de apoio ao pronunciamento e à sublevação das tropas franquistas contra a II República espanhola aos microfones do Rádio Clube Português, que fundara e dirigia, direccionando as suas transmissões radiofónicas

também para o território espanhol e organizando caravanas ao nível nacional para o envio de mantimentos e de roupas para as forças nacionalistas. Em termos da sua carreira política no pós II Guerra Mundial, Jorge Botelho Moniz, que havia sido deputado ao parlamento sidonista no ano de 1918, tornou-se, nos últimos quatro anos da sua vida, procurador à Câmara Corporativa entre 1957 e 1961.

É ainda um facto que carecemos de estudos aprofundados sobre a participação dos militares e dos voluntários nacionalistas portugueses e do seu enquadramento, em termos de combate, no exército franquista, na Legião de Honra e nas milícias nacionalistas. Todavia, o historiador Burgos Madroñero fala em vinte mil combatentes portugueses mobilizados entre militares e civis voluntários e, por sua vez, o capitão Jorge Botelho Moniz declarou em 1939 que terão morrido cerca de cinco mil combatentes Viriatos em Espanha. Seja como for, o alinhamento da Missão Militar Portuguesa ao lado das tropas franquistas e das milícias nacionalistas, bem como da Legião Condor de Hitler e do Corpo de Tropas Voluntárias de Mussolini na Guerra Civil de Espanha, mostrou, de forma inequívoca, que o posicionamento militar do Estado Novo, face à natureza ideológica que assumiu este conflito político internacional, foi o de se posicionar ao lado das potências do Eixo. Por outro lado, a intervenção militar de Salazar na Guerra Civil de Espanha revelou que o Estado Novo soube não só organizar-se para se defender perante as ameaças de subversão na ordem interna, mas também atacar e agredir, embora de uma forma cirúrgica e dissimulada do ponto de vista político – repare-se que para os incautos a Missão Militar, que incluía na sua organização uma Secção de Combate, era oficialmente designada como sendo de Observação – ao integrar militares voluntários do exército e da aviação regulares portuguesas para combaterem enquadrados, no exército sublevado franquista e nas milícias nacionalistas, contra as forças do governo legítimo de Largo Caballero e da Frente Popular, apoiadas estas pelos voluntários internacionalistas, republicanos, socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas.⁷

⁷ Sobre a intervenção militar de Salazar na Guerra Civil de Espanha e a repressão sobre o cientista Quintanilha, veja-se: SOUSA, Jorge Pais de – “Fascismo de Cátedra, Violência e Intolerância: “Os Viriatos” na Guerra Civil Espanhola e a Perseguição Política a Aurélio Quintanilha”, em CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico (orgs.) – *Tempos de Facismos: Ideologia-Intolerância-Imaginário*. São Paulo: EDUSP, 2010. ISBN 978-85-914-1209-7, pp. 197-233.

O modernismo estético, designadamente aquele que foi propagado em Portugal pela primeira geração modernista, foi colocado, no essencial, ao serviço da propaganda e da “política do espírito” do Estado Novo. A introdução do livro *D. Manuel II: O Desventurado* (1954) mostra em que circunstâncias históricas concretas, o poeta modernista e o editor literário do primeiro número da revista *Orpheu*, António Ferro, nasceu para a política e para o jornalismo em pleno sidonismo e se converteu depois ao salazarismo, não sem antes ter recebido uma segunda “lição de nacionalismo” de Filomeno da Câmara e se ter transformado em entrevistador internacional testemunhando experiências políticas ditatoriais, concretamente, a do Fiume e a do fascismo de Mussolini. A sua “conversão” política foi decisiva para Salazar empossar António Ferro como director do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) em Outubro de 1933. É no início deste ano que Almada Negreiros começa a produzir todo um conjunto de trabalhos gráficos de propaganda (cartazes, desenhos e capas de edições) e que depois passam a ser encomendados pelo SPN, cuja linguagem expressa uma concepção nacionalista-etnográfica e utiliza uma “técnica pontilhada de criação de volumes” que vai constituir, em grande medida, a imagem de marca da linguagem gráfica modernista da propaganda do Estado Novo. Também no campo das artes plásticas a obra de Almada Negreiros expressou esse nacionalismo-etnográfico, o qual ficou patente nos trabalhos de cruzamento e de colaboração com Pardal Monteiro no campo da arquitectura, designadamente, pintando os frescos das gares marítimas da Rocha Conde Óbidos e de Alcântara, executados entre 1945 e 1949, portanto num período posterior à II Guerra Mundial.⁸ Ao longo das décadas de 50 e 60 Almada pulveriza toda uma série de prémios e de distinções atribuídos pelo SNI que o tornaram o artista plástico por excelência do Estado Novo e que a televisão viria a popularizar. Por último, e para dissipar qualquer dúvida sobre a natureza do compromisso político e do seu trabalho artístico com Salazar e o Estado Novo, José de Almada Negreiros tornou-se procurador à Câmara Corporativa nos últimos quatro anos da sua vida, entre 1965 e 1969, durante a IX Legislatura, e integrando a 3.^a Subsecção de Belas-Artes.

Todavia, nenhuma arte expressou tão bem a concepção e a lógica macrocéfala do poder, centralista e centralizadora, inerente ao Estado Novo, como a obra arquitectónica e monumental do catedrático Pardal Monteiro. É

⁸ Também o fascismo italiano surgiu após a I Guerra Mundial associado à ideologia da modernidade na sua vertente futurista, cf. DE BERNARDI, Alberto – *Una dittatura moderna: Il fascismo come problema storico*, pp. 38-42.

nela que se revela a opção pela linguagem e pelas formas do modernismo estético em arquitectura, linguagem modernista que ficou e está bem patente nos diferentes edifícios públicos que lhe foram encomendados pelo regime e que se circunscrevem e localizam na capital do país. São diversos os exemplos arquitectónicos que podem ser apontados neste sentido, começando pelo projecto de arquitectura das novas instalações da escola onde Pardal Monteiro se tornou professor catedrático, o Instituto Superior Técnico, cuja obra foi iniciada em 1929 e que lhe conferiu um lugar à parte e de destaque dentro dos introdutores do modernismo arquitectónico em Portugal. O Estado Novo encarregou-se, aliás, de propagandear esta e outras obras públicas ao nível da cinematografia e do documentário oficial. Porém, antes, Pardal Monteiro tinha sido o arquitecto responsável pelo projecto do edifício da estação ferroviária do Cais do Sodré (1925-1928). Ao projecto do IST seguiu-se o do Instituto Nacional de Estatística (1931-1935) e os dos seminários patriarcais dos Olivais e de Almada (projectados em 1932-1937 e em 1936). A partir do ano de 1940, Pardal Monteiro cede à estética predominante no Estado Novo e conferiu às suas obras um evidente sentido monumental, o qual ficou bem visível no período posterior à II Guerra Mundial e nas novas obras projectadas por ele, como foi o caso do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1949-1952), e na Cidade Universitária de Lisboa, com os três edifícios da Faculdade de Direito (1952-1957), Faculdade de Letras (1952-1959) e Reitoria (1952-1961), sendo que a este conjunto de obras públicas deve-se-lhe juntar o edifício da Biblioteca Nacional (1954-1969). E para que não fiquem dúvidas sobre a natureza do compromisso político deste professor catedrático do Instituto Superior Técnico, com Salazar e o Estado Novo, importa ter presente que Pardal Monteiro foi procurador à Câmara Corporativa, entre 1936 e 1945, e, em 1950 e 1951, em representação do Sindicato Nacional dos Arquitectos.

A título de conclusão afirmamos que o fascismo catedrático, entendido como conceito político geral, é a categoria mais adequada para qualificar a ditadura académico-castrense de tipo soberano instaurada por Salazar em Portugal, através da Constituição que vigorou entre 1933 e 1974, e que para si própria reivindicara a adopção dos princípios político-jurídicos subjacentes à concepção de Estado Novo, oriundos da Itália fascista e formulados pelo também catedrático e ministro da Justiça de Mussolini, Alfredo Rocco. Do ponto de vista politológico estrito, o fascismo catedrático é a expressão identitária e ultracionalista, reformista e conservadora, que a ideia de *Stato nuovo* assumiu em Portugal. Neste sentido, as suas raízes ideológicas são indissociáveis das

condições históricas e da trajetória académica específicas seguidas por Salazar para ascender às cátedras de Economia Política e de Finanças na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pelas quais se tornou especialista em economia de guerra e exerceu o seu magistério universitário. Enquanto que o arquétipo político do fascismo catedrático remonta de facto às circunstâncias históricas específicas em que Portugal participou na I Guerra Mundial, bem como à lógica e à cultura políticas de matriz nacionalista antiliberal, antidemocrática, colonialista, catolaica e corporativista, tal como à linguagem estética modernista que enformaram a experiência ditatorial dezembrista (1917-1918) instaurada pelo militar e catedrático, e depois presidente da República, Sidónio Pais, e que ditaram o afastamento do poder do PRP/Partido Democrático de Afonso Costa e a suspensão da Constituição de 1911.

“Ditadura de doutores” foi a expressão que o presidente do Conselho reconheceu como adequada para qualificar o Estado Novo e que ficaria consagrada, em termos de formulação doutrinária salazarista, no discurso que proferiu na abertura dos trabalhos do III Congresso da União Nacional que se realizou em Coimbra, no ano crítico para o regime de 1951. A importância da experiência arquetípica sidonista para o Estado Novo viria a ser consagrada por Salazar, ao nível da ordem da política interna com a participação dos mais altos dignatários do regime e na ordem externa com a presença de todo o corpo diplomático representado em Lisboa, em dois momentos históricos simbolicamente muito precisos. Primeiro, durante a cerimónia de trasladação do corpo do “Presidente-Rei” – utilizando aqui a célebre expressão do poeta e militante sidonista Fernando Pessoa – para a Sala do Capítulo do Mosteiro do Jerónimos, no dia 14 de Dezembro de 1953, para assinalar de forma inequívoca o 35.º aniversário do seu assassinato. Segundo momento, e agora no mês de Dezembro de 1966, durante as cerimónias de inauguração do Panteão Nacional de Santa Engrácia, Salazar promoveu uma segunda trasladação do corpo de Sidónio Pais, em pleno decurso da guerra colonial, e desta feita para comemorar a passagem dos 40 anos da Revolução Nacional. Neste momento de construção da memória do Estado Novo e com este conceito de revolução nacionalista, Salazar incluía nela a fase de *movimento*, desencadeada pelo golpe protagonizado pelos militares a 28 de Maio de 1926 para tomar e exercer o poder pela força, e a fase de regime de fascismo catedrático propriamente dita, originada pela entrada em vigor da Constituição de 1933 e consolidada, na ordem interna e externa, com a peculiar participação e intervenção militar portuguesas na Guerra Civil de Espanha.

TOTALITARISMO, DEMOCRACIA LIBERAL E AUTONOMIA

“Die partei ist Hitler! Hitler aber ist Deutschland wie Deutschland Hitler ist” – proclama Rudolph Hess no encerramento do 6º Congresso do partido Nazi, a 14 de Setembro de 1934, em Nuremberga.

“Sieg”, brada, logo de seguida. Ao que os congressistas em histeria colectiva respondem: “Heil”. “Sieg”, repete Hess, e a multidão grita de novo em unísono: “Heil”. “Sieg”, exclama Hess pela terceira vez, e a multidão corresponde com novo grito de “Heil”, continuando de seguida após um brevíssimo silêncio: “Heil! Heil! Heil!”¹

No quadro conceptual Nazi, Hitler e Alemanha confundem-se, do mesmo modo que todos os regimes totalitários, tanto de direita como de esquerda, reduzem o corpo nacional, lastro do Estado, à vontade arbitrária do “querido líder”, do “Führer”, ou do “Duce”.

Subjacente aos totalitarismos, encontramos concepções específicas de ser humano, de nação, de democracia, de liberdade e de autonomia. Trata-se de visões marcadamente distintas daquelas que enformam o paradigma democrático liberal. É o que nos propomos explorar neste texto, face aos múltiplos desafios com que as democracias contemporâneas, em geral, e as autonomias regionais, em particular, se deparam no Ocidente.

¹ Rudolph Hess, “Discurso de encerramento do 6º Congresso do Partido Nazi”, disponível em *Historical Speeches*, <http://public-domain-archive.com/speech/file/36.mp3>.

Em termos gerais, podemos identificar três grandes concepções do eu e da comunidade política na tradição Ocidental – e correlativamente, outras tantas concepções de democracia e de liberdade.

1. Em primeiro lugar, podemos pensar na tradição aristotélico-tomista e no duplo lastro matricial em que assenta: social e personalista. Quer para Aristóteles quer para São Tomás de Aquino, em vez de construção artificial e mais ou menos voluntária, o social e o político apresentam-se como essência, sendo, portanto, ínsitos à condição humana. Tanto assim que, em sentido estrito², apenas em contextos sociais e políticos conseguimos descortinar seres humanos. Daí a celebrizada definição do homem como *Zoon politikon*, animal político. Por outro lado, porém, a condição humana não se esgota por inteiro no social e no político. Em função do seu *telos*, da finalidade que o caracteriza, ou da sua identidade específica, o ser humano apresenta uma panóplia de vertentes que estão para além do alcance do social e do político, encontrando-se sólidamente ancoradas na dimensão privada, familiar ou municipal.

Deste modo, o homem é um *animal político*, na medida em que é pessoa, um *animal conjugal* e um *animal municipal*. Pelo facto de constituir um *animal político*, um cidadão, o ser humano detém uma série de deveres, e de direitos, dos quais de modo algum se poderá eximir. Em concreto, cada um deterá os deveres e os direitos que decorrem da natureza, do *telos* da comunidade política que integra e na qual se constitui como a pessoa concreta que é. Direitos e deveres que, no mundo antigo, incluíam o pagamento de impostos, o serviço militar, a participação nas Assembleias deliberativas e nos tribunais, e, em termos gerais, a sujeição à lei. Pelo facto de constituir um *animal político*, e na exacta medida em que o é, um ser humano encontra-se sob a alçada do social e do político. Pertence-lhes. Nada podendo invocar para escapar aos respectivos comandos.

Porém, sendo o homem, até mesmo por definição, um animal político, nem todo o seu ser decorre desta condição. Na sua essência, o ser humano não se esgota no político. Tanto assim que os seres humanos transportam consigo uma esfera de privacidade na qual o político não possui legitimidade para penetrar, cumprindo-lhe, antes, disponibilizar a cada um as condições que lhe permitam viver autonomamente, e em liberdade. Nestes termos, quer na vida privada de cada um, quer na sua vida familiar, quer na convivência social que

² E exceptuando os santos eremitas, dir-nos-á São Tomás de Aquino.

desenvolve – em termos recreativos, económicos, desportivos, culturais, religiosos, etc. – é possível identificar uma vasta panóplia de domínios que se situam para além do alcance do político e que, por isso mesmo, não são susceptíveis de regulamentação política. Optar por este curso ou por aquele, constituir família com esta pessoa ou com aquela, ou permanecer solteiro, ter ou não ter filhos, ser ou não ser sindicalizado, praticar esta ou aquela modalidade desportiva, adoptar esta ou aquela religião, ou permanecer agnóstico, viver no campo ou na cidade, eis alguns exemplos de esferas de privacidade individual. Ao poder político, portanto, não cabe deliberar sobre elas, mesmo democraticamente. Isso constituiria uma violação grosseira da dignidade própria de cada um. Antes, ao político corresponde, tão só, a responsabilidade pela disponibilização a cada um das condições que lhe permitam deliberar autonomamente sobre elas.

Sendo perspectivado, simultaneamente, como um todo em si mesmo e como parte de um todo superior, ou melhor, de um conjunto de unidades superiores, para esta tradição o ser humano não deixa de constituir, igualmente, um todo em si mesmo – em certos registos fundamentais. Tanto é assim que, quer para o Doutor Angélico, quer para o Estagirita, a comunidade política se apresenta como um todo de ordem. Nestes termos, a unidade que enforma a comunidade política, qualquer que seja a sua natureza ou a sua dimensão, decorre, não da anulação dos elementos que a integram, com vista à constituição de uma realidade nova, o todo social, mas da sua conjugação segundo uma determinada ordem.

Neste contexto, cada ser humano transporta para o todo social um núcleo identitário privativo, associando-se aos demais, precisamente para melhor cumprir a identidade original e originária que apresenta. É assim que a reunião de homem e mulher, em família, não assenta sobre a fusão de ambos, para a constituição de uma pessoa unitária nova, a família. Antes, a reunião de marido e mulher, decorre de uma exigência da condição humana, operando-se para o serviço de ambos. Nestes termos, em vez de se assistir à desintegração de duas pessoas, homem e mulher, para o surgimento de uma só pessoa colectiva, a família, passamo-nos a encontrar, isso sim, perante três pessoas: o homem e a mulher, que se uniram mas que guardaram a sua identidade (tanto assim que foi precisamente para o serviço dessa identidade que procederam à sua união), e a família que decorreu dessa união.

De igual modo, a reunião de famílias em aldeias, de aldeias em *poleis*, e destas em *regna* e, por fim, no *Imperium*, não decorre de um processo de

fusão e desintegração das unidades de base de modo a darem lugar à unidade colectiva superior, como o oxigénio e o hidrogénio, por exemplo, se desintegram na constituição de água. Pelo contrário, na *polis* continuamos a poder identificar as aldeias que a constituem. De igual modo, nos reinos, continuamos a identificar as províncias, os condados, as abadias e todo o riquíssimo caleidoscópico político que enformou a medievalidade. No Império, tal como, nos nossos dias, na União Europeia, continuamos a identificar os reinos e os Estados-membros, respectivamente, bem como todos os cidadãos e todas os corpos intermédios ou comunidades regionais e locais.

A imagem que melhor exprime esta concepção será a de uma casa, espaço em que é possível identificar cada uma das suas partes, as portas, janelas e salas, por exemplo. Cada parte de uma casa apresenta-se, simultaneamente, como uma unidade em si mesma e como parte do todo superior que é a casa e fora do contexto da qual perderia toda a sua identidade. Enquanto unidade em si mesma, uma cozinha, por exemplo, detém uma identidade privativa, servindo uma função perfeitamente identificável e que apenas nela é possível exercer cabalmente: a preparação das refeições. Nestes termos, cozinhar fora dela, no quarto de cama ou na garagem, por exemplo, sendo obviamente possível, constituiria uma perversão, mesmo que tal decorresse de uma decisão tomada pela maioria dos seus habitantes.

De igual modo é apenas enquanto parte de um navio que faz sentido falar de uma proa, de uma ré, de um mastro, de uma vela e de remos. No entanto, cada um deles não deixa de deter uma identidade própria, até mesmo quando o navio se encontrar em plena actividade, navegando em alto mar. E para além disso, encontrar-nos-emos perante um bom navio, quando cada uma das partes que o integra exercer autonomamente, e de forma plena, as funções que decorrem da sua própria natureza.

Paralelamente, se é certo que, no dizer de Aristóteles, o homem é um *Zoon Politikon*, um animal de *polis*, e que é apenas na *polis* que nos deparamos com a humanidade autêntica, não é menos certo que nela cada cidadão não deixa de deter a sua identidade – cada cidadão, cada aldeia e cada família. Tanto assim que são precisamente os princípios de autonomia e de subsidiariedade que melhor exprimem a visão política que emerge neste grande quadro conceptual. A subsidiariedade, como instrumento de integração e de encadeamento da autonomia específica de cada pessoa e de cada um dos corpos sociais, correspondente à identidade que os individualiza e para o serviço da qual, afinal, são constituídas as unidades superiores, desde a família, na base, até à

União Europeia e à comunidade universal, no topo. Neste conspecto, a democracia passará precisamente pelo respeito escrupuloso da autonomia das pessoas e de cada um dos corpos sociais, e pela participação de todos no exercício do poder político – no que a cada um diz respeito.

O poder político apresenta-se, portanto, como sendo ínsito à condição humana. Conforme nos lembram Aristóteles e a medievalidade cristã, até mesmo no estado de perfeição, no Paraíso, ele já se fazia sentir; não em termos coercitivos, mas de direcção da vida dos primeiros seres humanos. Porém, em vez de soberano, conforme a modernidade viria a proclamar, o poder político encontra-se, desde o início, delimitado pelas esferas de autonomia das pessoas concretas e dos corpos sociais.

O político penetra, legitimamente, no ser de cada pessoa, mas apenas enquanto cidadão e na medida em que se situa na *agora*, na praça pública. No entanto, a cidadania é apenas uma das dimensões da condição humana. Uma de entre muitas outras. E na medida em que essas dimensões se encontram para aquém da praça pública, nelas o poder político não detém qualquer legitimidade. Assim, em vez de ser totalitário, isto é, em vez de penetrar na totalidade da vida e do ser de cada um, o poder político assume uma dimensão parcial, incidindo apenas sobre um conjunto de aspectos concretos do ser e da vida de cada um: aqueles que atingem uma dimensão pública. Longe de se poder reclamar do direito de comandar integralmente os destinos dos membros da comunidade, o poder político encontra-se, isso sim, delimitado pela autonomia de cada um. De cada pessoa e de cada corpo social no desempenho das tarefas que lhe são específicas. Esta concepção anti-totalitária do poder político encontrará expressão paradigmática, no mundo antigo, na indisponibilidade demonstrada por Aristóteles para permitir que, imediatamente após ter condenado Sócrates à morte, Atenas pecasse, de novo, contra a Filosofia. Daí ter fugido daquela cidade ao sentir a sua vida em perigo. E, já na Idade Média, no conhecido princípio proclamado já por Cristo: “dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”. O poder de César, tal como o de Atenas, é real e vinculativo. Não é, no entanto, totalitário, não detendo legitimidade para incidir sobre o que não lhe pertence. Se o procurar fazer, estará a ir para além do que lhe pertence e a usurpar competência de outras instâncias, devendo, por isso, ser desafiado.

Acresce que, para além de delimitado, o poder político assume ainda uma pluralidade de manifestações: outras tantas quantas as autonomias que, em cada momento, se erguerem. Na medida em que o político admite uma série de gradações – da pessoa, à *polis*, no dizer de Aristóteles, ou do cavaleiro armado,

ao Império, na concepção medieval – conhece também uma idêntica pluralidade de sujeitos, cada um autónomo na exacta medida do poder que detém para o cumprimento da sua identidade.

2. Já a modernidade irá reduzir a pluralidade de sujeitos políticos que compõem o universo conceptual aristotélico-tomista, antigo e medieval, à unidade estatal. Assim, em alternativa a uma visão do político como “unidade de ordem”, integrando uma pluralidade de membros de natureza e extensão diferenciada, desde a família, ou o cavaleiro armado, na base, até à *polis*, ou à *res-publica universalis*, no topo, a modernidade irá conceber o político de forma simples como sendo “absolutamente uno”. Para ela, em vez de conhecer uma pluralidade de manifestações, o poder político assume um carácter singular. Poder político só existe no Estado que, de forma unitária, não conhece quaisquer clivagens no seu seio, nem outros membros que não as pessoas individuais que o constituíram voluntariamente por contrato.

Para o efeito, adoptará uma de duas visões alternativas do “eu”, das quais decorrem duas visões diferenciadas de comunidade política, de democracia, de liberdade e de autonomia.

2.1 Subjacente à perspectiva aristotélico-tomista encontra-se uma visão do homem como um ser que se constrói em sociedade e do político como um dado, algo que é conatural à própria condição humana. Tão natural que é nele que cada um acaba por se constituir na pessoa concreta que é. O político torna-se, assim, estritamente necessário para a condição humana. Tão necessário que constitui como que o ambiente que permite a emergência da humanidade mais autêntica.

Já a concepção moderna convocar-nos-á a perspectivar o “eu”, a pessoa concreta que cada um é, como um todo acabado em si mesmo, que cria voluntariamente o social, por contrato, de forma estritamente utilitária para o seu serviço. O facto de entender o homem como um todo acabado em si mesmo irá permitir à modernidade dispensar por inteiro tudo o que o possa vir a transcender, elegendo, em substituição do anterior paradigma cristão, um novo antropocentrismo que coloca o homem no centro e na origem de tudo, incluindo do político.

Assiste-se, assim, como que à inversão da velha fórmula aristotélica.

O homem deixa de ser perspectivado como um *zoon polition*, como um ser que se constitui e se desenvolve num ambiente político. Pelo contrário, agora é a política que decorre de um acto de vontade do ser humano. Ou, melhor, para a modernidade, o homem é um animal político, não já por ser produto da política, mas por dispor dela para agir, sobre si próprio e no mundo. Por outras palavras, o homem é, agora, um animal político, na mesma medida em que um pescador é um profissional do anzol, um agricultor, do arado, ou um médico, do bisturi. A política torna-se, assim, o instrumento privilegiado de que o homem passa a dispor para agir, seja sobre si próprio, seja sobre o mundo.

Acresce ainda um aspecto fundamental. Dada a natureza soberana do poder que a enforma, a política torna-se instrumento de elevação do homem à condição do divino. Na medida em que decorre da abolição das autonomias e da concentração e fusão de todos os poderes até então dispersos pela tecitura social, a soberania emerge como poder total, medida do real, do bom e do justo, outorgando a quem a detiver todas as características e atributos do divino, como Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e, com eles, toda a filosofia política moderna viria a sublinhar.

Com a modernidade, a política apresenta-se, então, como um instrumento poderosíssimo. Capaz de transformar quem a detiver num autêntico “Deus mortal”, na conhecida expressão de Tomas Hobbes.

Com a soberania, a política assume no Ocidente uma natureza, uma projecção e um poder radicalmente novos, com os quais nenhum rei medieval alguma vez havia sonhado sequer. Com ela torna-se possível cumprir a promessa de antropocentrismo das Luzes, e substituir Deus pelo próprio homem.

Ora, é precisamente perante esta nova dimensão e este novo poder do político que emergem as duas grandes tradições que enformam ideologicamente a modernidade: marxismo e liberalismo. Uma e outra adoptam o paradigma moderno e a ideia de Estado soberano que lhe está subjacente. Posicionando-se do mesmo lado no que à ideia do político diz respeito, diferenciam-se pelas opções que assumem sobre o que fazer com o poder soberano que o passa a enformar. Numa palavra, apostando no todo, o marxismo não hesitará utilizar o poder soberano do Estado – em todas as suas dimensões e potencialidades – para com ele criar a “boa sociedade” que garanta a igualdade inerente à condição humana e a “vida boa” para todos – tal como prévia e superiormente definida. Apostando nas partes, o liberalismo irá privilegiar a domesticação, a auto-limitação do poder soberano do Estado com vista à garantia das liberdades de

cada um. Olhando para a soberania com temor, o liberalismo irá tratar de amarrar o “grande Leviatã”, impondo-lhe limites, que nem por maioria, nem democraticamente, poderão ser ultrapassados.

Na medida em que, para a tradição liberal, cada pessoa constitui um todo acabado, transporta consigo um núcleo de direitos – que acabariam por ficar plasmados nas nossas tradições constitucionais como direitos fundamentais, transformando-se, por esta via, noutras tantas barreiras à acção do poder político. Tanto assim que, para Ronald Dworkin, os direitos constituem “trunfos políticos”, que protegem a individualidade de cada um na medida em que se sobrepõem a quaisquer políticas que até mesmo o Estado possa vir a ser tentado a adoptar. Nestes moldes, o facto de eu deter um direito numa determinada matéria, na habitação, na saúde, na expressão, no voto, etc., implica que, não obstante ser soberano, o Estado nada pode fazer para me retirar ou para me impedir de o exercer – salvo, como é óbvio, as exigências pontuais de salvaguarda dos interesses e dos direitos comuns³. Tal como num jogo de cartas um trunfo, por mais pequeno que seja, se sobrepõe às demais cartas em jogo, perdendo apenas para outro trunfo que lhe seja superior, também os direitos se sobrepõem a todas e quaisquer políticas, perdendo apenas para outros direitos superiores.

Nestes moldes, a democracia encontrará tradução concreta na ligação do exercício do poder – assim delimitado pelos direitos fundamentais de cada um – ao *demos*, aos cidadãos que integram o Estado, seja directamente, pela via referendária, seja indirectamente, pela via representativa. Ao mesmo tempo, a liberdade decorrerá da relação que se estabelece entre a acção e a vontade de cada um. Neste contexto cada pessoa será livre na exacta medida em que as suas acções decorrerem de actos da sua vontade e, correlativamente, ver-se-á escravizado na medida em que se vir forçado a agir de forma diferente, isto é, em função da vontade de outros, em vez de obedecer apenas à sua. Por fim, a democracia apresentar-se-á como instrumento de liberdade, pelo menos da maioria, na medida em que o poder do Estado se exerce de acordo com a vontade da maioria que é, aliás, sempre temporária e flutuante.

³ Assim se explica que não obstante todos nós determos, por exemplo, um direito à propriedade, de modo algum alguém poderá travar a construção de uma auto-estrada impedindo que a atravessasse um terreno seu. A expropriação, porém, não retira, antes confirma o direito à propriedade privada. Não é de uma negação do direito à propriedade que se trata, mas da subordinação de um direito de uma pessoa a outro direito de todas as pessoas: o direito de circulação pelo território da comunidade.

A sociedade resulta, então, de um contrato celebrado entre pessoas plenamente individuadas, com o objectivo utilitário de, em conjunto, poderem produzir mais e melhor, sem o menor prejuízo dos respectivos núcleos identitários fundamentais – da sua “propriedade” como nos dirá John Locke. Tanto assim que estes núcleos identitários fundamentais são transportados do Estado de natureza para o estado civil e político para serem devidamente protegidos. Por outras palavras, o contrato social é celebrado precisamente para a protecção do ser concreto, isto é, dos atributos específicos que fazem com que cada um seja quem é. Cada um e, correlativamente, cada instituição social. Isto é, para que estes atributos sejam colocados para além do alcance de quem quer que seja – incluindo o próprio Estado –, e para que cada um viva a sua individualidade, dispondo de si e do que for seu como bem entender, em total liberdade. Acresce que, por força da sua consagração constitucional, a individualidade e os direitos de propriedade, plenos, de cada um, são retirados do âmbito do político, e, por isso mesmo, da própria democracia.

Equiparado ao mercado, o jogo político reduzir-se-á à fixação do quadro legal que, não só protegerá a identidade e a propriedade de cada um, como garantirá o direito de cada um dispor livremente do que for seu. E a democracia resumir-se-á, portanto, à identificação colectiva, por maioria, das normas responsáveis pela regulamentação do grande mercado da convivência social em que cada um procura fazer render os seus talentos como melhor o entende, transaccionando-os livremente. Nestes termos, em vez de procurar impor uma qualquer visão específica de vida boa, isto é, um qualquer modelo concreto relativo ao modo como cada um deverá dispor de si e dos seus haveres com vista à construção de um ideal de sociedade, do bem, e da vida boa, que merece ser vivida, aquilo que o liberalismo privilegia é o ideal de neutralidade do poder político – não obstante o seu carácter de soberania – perante o social, isto é, perante os projectos de vida e as opções específicas de cada um.

Assim se explica que, no paradigma liberal, o Estado de direito seja manifestamente mais importante do que a democracia. Para o liberal, mais importante do que radicar o exercício do poder na vontade popular – que poderá, como é óbvio, e a qualquer momento, ser antiliberal e até mesmo tirânica – é, no dizer de John Locke, identificar “a verdadeira origem” e “finalidade” do poder político e delimitar rigorosamente o seu “alcance”⁴. O funda-

⁴ Para utilizar o subtítulo da sua principal obra de filosofia política: o Segundo Tratado do Governo, recentemente editado entre nós pela Fundação Calouste Gulbenkian: “Ensaio sobre a verdadeira origem, alcance e finalidade do governo civil”. Cf.

mental é delimitar o poder, garantir que é exercido apenas para a fixação do quadro legal, normativo e coercitivo, mínimo, capaz de garantir a liberdade dos cidadãos para afirmarem a sua individualidade e para viverem como entendem.

Na medida em que cada um se apresenta perante a sociedade como um todo acabado, a missão do social – e, correlativamente, do político também – prende-se apenas com a garantia das condições que lhe permitam cumprir a identidade que o enforma, forjando, para si, o ideal de vida boa, e de bem, que entender. Do político exige-se, portanto, que assuma e mantenha uma posição de estrita neutralidade face a toda e a qualquer projecto de vida que possa ser adoptado por qualquer cidadão – desde que não interfira com a igual liberdade dos demais de viverem como bem entenderem, dispondo livremente de todos os seus atributos. A visão que emerge, então, é de uma sociedade que é boa na justa medida em que cada um dos seus membros detém condições para aderir ao jogo da convivência social, a fim de, nele, procurar cumprir a sua individualidade e prosseguir as suas concepções privativas sobre o modo como os seus interesses podem mais bem ser gratificados e os seus atributos rentabilizados.

Por último, a única autonomia para que esta concepção liberal tem lugar assume uma dimensão pessoal e um cariz negativo. A autonomia resume-se aos direitos fundamentais das pessoas e à sua consagração constitucional, na tradição ocidental dos “Bill of Rights”, das cartas de direitos, que conhecerá a sua origem na Magna Carta e a sua expressão mais recente na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia. É, aliás, o respeito por este direito de autonomia de cada um que reclama a neutralidade do Estado perante os projectos de vida que as pessoas possam vir a adoptar⁵.

Será, aliás, precisamente esta matriz liberal que, nos nossos dias, o projecto rawlsiano se propõe recuperar e re-alicerçar. Atente-se, por um lado, à prioridade do “justo” sobre o “bem” que insiste em salvaguardar e, por outro, ao mecanismo que adopta para a fixação do “justo”, o contrato social, e ao estratagema a que recorre para assegurar a sua fundamentação, o conhecido “véu de ignorância”.

John Locke, *Segundo tratado do governo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 31.

⁵ No quadro do federalismo, e conforme a tradição norte-americana, o “Bill of Rights” passará a assumir igualmente uma projecção territorial, alargando-se aos Estados-membros da federação e, por isso mesmo, à identificação e à salvaguarda dos direitos de que se reclamarão no âmbito da união federal.

Na perspectiva de Rawls, cada uma das partes do contrato social não pode deixar de se apresentar à mesa das negociações como um todo acabado, como um “eu densamente situado”, já plenamente constituído por uma panoplia de atributos, físicos e morais. E, nestes termos, as posições negociais que vier a adoptar não podem deixar de exprimir e de procurar servir o todo acabado que cada um é. Tanto assim que, para a viabilização da negociação, Rawls exige que as partes do contrato social adoptem um “véu de ignorância”, que apague, nelas, a consciência do ser concreto e acabado que são. O objectivo é que, em vez de procurar forjar uma “estrutura básica de sociedade” que melhor sirva os seus interesses privados, contexto em que um “consenso de sobreposição” entre todos se tornaria manifestamente inviável, cada um, isso sim, procure identificar e permanecer disponível para reconhecer e aceitar, como seus, princípios formais de estruturação da sociedade que se imponham pela sua racionalidade.

Por outras palavras, Rawls parte da concepção liberal do “eu”, como sujeito concreto e situado numa teia de atributos que o individualizam. Porém, invoca uma concepção de contrato social para a identificação da “estrutura básica da sociedade” que a supera, convocando os cidadãos, partes do contrato, a apresentarem-se à mesa das negociações de modo antiliberal, como “racionalidade pura”, mera forma, destituída de qualquer conteúdo concreto, como sublinha Sandel na crítica que lhe dirige. Trata-se, aliás, da única via que Rawls descortina para garantir que a estrutura básica da sociedade, em vez de decorrer da vontade arbitrária de um líder ou de uma classe dirigente iluminada, conforme a proposta totalitarista, decorra de um processo negocial, envolvendo todos os membros da sociedade, e possa contar com um consenso universal.

2.2 Por outro lado, e em contraposição à perspectiva liberal, a concepção totalitária levar-nos-á a perspectivar o “eu”, a pessoa concreta que cada um é, como uma espécie de conjunto vazio, radicalmente destituído de identidade privativa, e que apenas adquire conteúdo e significado no convívio social que estabelece. Se, na perspectiva liberal, o “eu” constrói a sociedade, apresentando-se perante ela como um todo acabado, já na perspectiva totalitária, é a sociedade que constrói o “eu”, sendo, portanto, ontologicamente anterior a cada um dos seus membros. Acresce que é precisamente pelo facto de ser responsável pela construção dos seus cidadãos que cada Estado se apresenta como um todo, constituído integralmente por iguais, e detendo uma unidade absoluta-

mente una, em vez de apenas de ordem – para nos reportarmos, de novo, às categorias propostas por Aristóteles já referidas.

Nestes termos, a perspectiva totalitária é paradigmaticamente moderna, assentando sobre a inversão do princípio aristotélico-tomista em que se alicerçaram as matrizes políticas antiga e medieval. Paralelamente, decorrendo do paradigma político da modernidade, situa-se nos antípodas do liberalismo. Este último, temendo o poder soberano do Estado, procura delimitá-lo. Ao invés, a perspectiva totalitária mais não traduz do que a disponibilidade, plena, para o exercício integral do poder soberano do Estado para a implementação concreta de uma ideia de bom cidadão e de boa sociedade, tal como adoptada por uma elite, ou por um chefe, iluminados – e mesmo que contra a vontade de quem quer que seja.

Depois de se ter procedido à adopção, superior, de uma matriz, de uma ideia de boa sociedade e, correlativamente, de bom cidadão, ninguém se lhes poderá opor. Se alguém o tentar fazer, mais não estará a fazer do que procurar colocar a sua individualidade acima do Estado. Deste modo, estaria a romper o contrato social e a convidar um “estado de guerra”, coisa que só a ignorância, ou a demência, poderá explicar. Ora, a ignorância poderá ser corrigida pela educação apropriada e a demência, pelo tratamento psiquiátrico. E, quando isso não for possível, então haverá necessidade de neutralizar a ameaça que um comportamento daquela natureza acarreta, para o próprio, que o adopta, e para a sociedade em que se insere. Quem se propuser agir de um tal modo deverá, parafraseando Jean-Jacques Rousseau, ser “forçado a ser livre”, ou, caso tal não seja possível, ser eliminado terapeuticamente.

A soberania – isto é, aquele que a detém – substitui o divino, assumindo todas as suas características e atributos, incluindo a onipresença, a infalibilidade e a onipotência⁶. Como tal torna-se, não só criadora da própria comunidade a que se reporta, isto é, do ser concreto dos sujeitos que a integram, como ainda é igualmente a ela que cumpre definir o rumo que as vidas destas pessoas concretas deverão tomar. Por outras palavras, na medida em que, em vez de serem os sujeitos a criar o Estado, é o Estado que cria cada um deles; também não podem ser os sujeitos os responsáveis pela definição da vida boa, cabendo ao Estado apenas a garantia da liberdade de cada um viver como

⁶ Para uma exploração do conceito moderno de soberania e dos atributos em que se traduz, cf. a obra que publicamos intitulada *Do Estado soberano ao Estado das autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*, Porto, Afrontamento, 1998, esp. capítulo 1, pp. 29 e seguintes.

entender. Pelo contrário, é o Estado, criador do “eu” concreto de cada um, que deve identificar o ideal de vida boa que a todos deve nortear, e impor o seu cumprimento universal mais escrupuloso – sem permitir quaisquer desvios que possam ser nocivos, seja para aqueles que os adoptarem, seja para a sociedade como um todo.

Com os totalitarismos, o próprio conceito de liberdade adquire um significado novo. No paradigma liberal, parafraseando Sir Isaiah Berlin, o “eu” é livre na medida em que os seus actos decorrem da sua vontade, sentindo-se escravizado na exacta medida em que se vê forçado a abdicar da sua vontade própria e a agir de acordo com a vontade de outros. Já no paradigma totalitário, a liberdade reside na renúncia à individualidade, conjuntural e alienante, até mesmo por definição, e na consagração generosa da igualdade fundamental entre todos, isto é, na substituição da vontade privada de cada um pela vontade única do todo estatal – tal como proposta pelo respectivo “filósofo-rei”, “querido líder”, “Führer”, “Duce” ou como quer que seja apelidado.

Enquanto que a perspectiva liberal aposta na clivagem entre o privado e o público, contexto em que é o primeiro que constrói voluntariamente o segundo, para o seu serviço, os totalitarismos apostam na redução integral da esfera privada ao público. Annah Arendt, por exemplo, fixa a essência do totalitarismo na sua capacidade para aceder a todas as esferas da vida social e a todas as parcelas da personalidade de cada um, incluindo a sua consciência, exactamente de modo a tudo e a todos convocar para a construção do ideal unitário de vida boa que os deverá animar. Neste processo, a esfera do público, isto é, do Estado, apaga todas as eventuais características identitárias e lealdades que qualquer sujeito possa apresentar, inclusivamente como amigo, marido ou mulher, pai ou filho, para já não dizer, açoriano ou madeirense, membro deste clube ou desta associação ou daquela, para a todos imprimir uma mesma identidade e desviar para si toda a lealdade do corpo social. Contexto em que o Estado passa a contar, pelo menos potencialmente, com outros tantos agentes para a construção da vida boa que vier a definir – e espiões para a fiscalização do seu cumprimento integral –, quantos os seus cidadãos. E nem um amigo, uma mãe, um filho, um marido, ou um familiar, se atreverão a apresentar qualquer réstia de individualidade perante outro amigo, o seu filho, o seu pai, a sua mulher, ou o seu familiar, já que até mesmo estes interlocutores são, pelo menos potencialmente, agentes do Estado a quem entregam toda a sua lealdade.

Hitler e Alemanha confundem-se, segundo a proclamação de Rudolph Hess, na exacta medida em que é Hitler que forja a Alemanha e os alemães.

Um hiato substancial separa Hitler dos demais alemães – o mesmo se verificando com todos os demais chefes totalitaristas. Todos os alemães se apresentam, conforme vimos, como mera forma, radicalmente destituídos de conteúdo, encontrando-se, por isso mesmo, aptos para receberem o conteúdo, o ser concreto que a Alemanha – isto é, Hitler – houver por bem imprimir-lhes. Hitler, pelo contrário, é “razão pura encarnada”, na expressão do mesmo Rudolph Hess. E tal como Hitler, também todos os chefes totalitaristas se apresentam perante a sua respectiva comunidade nacional como “razão pura encarnada”.⁷

Para o paradigma político aristotélico o homem é um *zoon politikon*, precisamente por ser um *zoon logikon*, um animal de *logos*, ou, como diríamos, nos nossos dias, um ser racional. Tanto assim que a política mais não constitui do que a expressão concreta desta condição racional do homem, através da qual ele se torna capaz de se abrir aos demais e, com eles, se constituir em comunidade e fazer civilização. É o *logos* que permite a cidadania. E, correlativamente, a ausência de *logos*, atirará o escravo para uma condição subhumana. Assim, o totalitarismo, o poder despótico, como o apelida, apenas se justifica na relação entre o senhor e o seu escravo precisamente na medida em que o primeiro se apresenta como protótipo de *logos*, e o segundo se caracteriza pela ausência de *logos*.

É assim que Aristóteles consegue identificar um leque diferenciado de manifestações ou de tipos de poder, por exemplo, os poderes marital, parental e despótico na família – todos eles perfeitamente distintos do poder político. Os primeiros tipos de poder são próprios das relações que estabelecem entre seres diferenciados, no que às respectivas capacidades racionais diz respeito. Já o poder político, em sentido estrito, caracteriza as relações entre iguais, entre seres igualmente racionais. Tanto assim que, para ele, a cidadania se traduz paradigmaticamente na participação no exercício concreto do poder político e, no limite, as formas de governo se diferenciam pelo número de agentes políticos, de cidadãos, que apresentam. A democracia será, então, aquela forma de governo que conta com uma pluralidade de cidadãos. A aristocracia, tal como a oligarquia, será aquela em que a cidadania integra apenas um reduzido número

⁷ A expressão havia sido utilizada antes. Já Mary Elizabeth Braddon, em 1896, havia feito Fareham exprimir a sua irmã, Ângela, a atracção que sente pelos regimes autoritários, designadamente por Richelieu, a quem apelida precisamente de “razão pura encarnada”. Cf. M. E. Braddon, *London Pride, or when the world was younger*, London, Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Co., 1896, p. 145.

de elementos. E, por fim, tanto a monarquia como a tirania contarão com apenas um cidadão: o monarca, ou tirano.

Nas comunidades que os possuem, apenas o tirano é cidadão, uma vez que todo o poder político se encontra concentrado nele. Ele está tão afastado dos demais quanto o *logos* se encontra afastado da animalidade. Nesta medida, o tirano encarna a racionalidade. A racionalidade do senhor autoriza-o a comandar, por inteiro, os seus escravos, os seus animais domésticos e todos os seus haveres, sem lhes permitir a menor réstia de privacidade ou de autonomia, precisamente na medida em que, não possuindo racionalidade, não dispõem de condições que os habilitem a participar na deliberação.

A grande lição aristotélica é que o poder político, em sentido estrito, é bem diferente. Verificando-se entre iguais, as únicas clivagens que estabelece entre os membros de uma comunidade política, todos igualmente racionais, são transitórias. E, para além de transitórias, são ainda arbitrárias. E são precisamente estes factos – arbitrariedade e transitoriedade do poder político – que reclamam o ideal de alternância no comando e na obediência.

Em sentido estrito as clivagens entre governantes e governados decorrem apenas do facto de ser necessário que alguém exerça, em concreto, o poder. Como todos são iguais, todos se devem encontrar igualmente aptos para o exercer. Alguns poderes, porém, como os de natureza executiva, por exemplo, têm que ser exercidos apenas por uma pessoa, ou por um elenco restrito de pessoas. Não há outra maneira. Por isso é que a selecção de quem os deverá exercer terá necessariamente que ser arbitrária. E é pelo carácter arbitrário de uma tal selecção que a alternância se impõe. Acresce que sempre que alguém exerce o poder, não é por ser superior aos demais, por deter uma maior parcela do *logos*, por ser mais inteligente ou mais racional. Se o faz é unicamente porque alguém tem que exercer o poder. Daí que, conforme lembra Aristóteles, entre iguais se deva procurar a alternância no “comando e na obediência”.

Entre desiguais, porém, a alternância não tem lugar. Entre o *logos* e a ausência de *logos*, entre o senhor e o seu escravo, por exemplo, ou entre um homem e um objecto, não há arbitrariedade. Antes é justo e adequado que seja sempre o boi a puxar o arado, sem jamais alternar com o agricultor, o músico a dar pancadas no tambor, sem alguma vez as receber, a cadeira a servir de assento, ou o professor a dar a aula, e nunca o aluno.

Pelo facto de ter acedido ao universo das formas e, neste, à forma superior do bem, era ao Filósofo-rei que, na utopia platónica da *República*, cabia a tarefa de enformar a *polis* e de conduzir os respectivos destinos – e apenas a ele

já que só ele detinha as condições apropriadas para o fazer. De igual modo, pelo facto de constituir a encarnação da razão pura e, por esta via, se demarcar radicalmente dos alemães que, aliás, pouco mais poderiam consubstanciar do que a ausência de razão (e, em todo o caso, mesmo que a ela tivessem acesso, seria sempre de modo imperfeito e impuro), é Hitler quem deve comandar, por inteiro, os destinos nacionais alemães e definir, livremente, o rumo por que a nação deve optar.

Numa perspectiva pluralista, os paradigmas aristotélico e liberal, em geral, apostam na igualdade fundamental entre todos os cidadãos – contexto em que todos apresentam igual legitimidade para participarem, directa ou indirectamente, no exercício do poder. Daí que a democracia exija o pluralismo, a tolerância, a alternância no poder, etc. Já Platão, e com ele todos os totalitarismos, apostam, antes, numa perspectiva estritamente dualista do social.

Em alternativa à visão pluralista aristotélica e democrática, em geral, os totalitarismos apenas têm lugar para sociedades integrando sujeitos de dois tipos. Por um lado, um leque alargado de sujeitos, que em si mesmos pouco ou nada valerão, caracterizados, seja pela ausência de razão, seja pela posse de um nível rudimentar de razão, contexto em que poderão ser animais racionais, mas de uma razão imperfeita, ou impura. Por outro lado, por um sujeito superior, a quem, enquanto “razão pura encarnada”, os destinos da comunidade devem ser confiados por inteiro e sem a menor discussão. Jamais se poderá permitir que a ausência de “razão” ou a “razão impura” questione ou coloque quaisquer obstáculos à “razão pura”, impedindo-a de cumprir a sua missão superior de enformar a comunidade.

Que fazer, hoje, de tudo isto e como combater a tentação totalitária?

A melhor resposta, estamos em crer, é aquela que nos é disponibilizada pela matriz aristotélico-tomista do homem como ser que, constituindo um valor em si mesmo carece do social para nele se completar e se forjar plenamente – daí que, em vez de sermos capazes de viver bem sozinhos, em isolamento, tenhamos necessidade de nos abrir aos outros, e de nos encontrarmos disponíveis para, através do diálogo entre todos, participarmos na tarefa de procurar cumprir o bem comum. Do social como encadeamento subsidiário de pessoas em comunidades de base, e destas, em comunidades mais amplas, até à *cosmo-*

polis, à União Europeia e à comunidade universal. Da política como partilha do poder, como autonomia, na afirmação da igual dignidade de cada um, e como mecanismo, simultaneamente, de comprometimento de todos no cumprimento da identidade privativa de cada pessoa e de cada corpo social, e de participação orgânica das pessoas e dos corpos inferiores nos corpos sociais superiores: das pessoas nos municípios e nas regiões, destas nos Estados e na União Europeia, e de todos na governação da globalidade.

Porquê estudar hoje os totalitarismos, como nos perguntava recentemente um estudante?

Para além de uma perspectiva histórica, permanece oportuno estudar os totalitarismos, e o subsolo conceptual que os enforma, desde logo pela atractividade de que se podem revestir nos dias de hoje, em particular face à crise que sobre as democracias liberais se abate.

Já Maquiavel nos havia lançado um alerta que, estamos em crer, urge ter bem presente, pela actualidade de que se reveste. Recuperando a tipologia platónica e aristotélica das formas de governo, puras e degeneradas, conforme nelas o poder seja exercido para o serviço do bem comum, formas puras, ou para o serviço privado de quem o exerce, formas degeneradas, o florentino identifica seis formas possíveis de governo: três puras, Monarquia, governo de uma só pessoa, Aristocracia, governo de poucos, Democracia regrada, governo de muitos, às quais acrescem outras três, degeneradas, Tirania, governo de um só, Oligarquia, governo de poucos, e Democracia anárquica, governo de muitos. E, conforme a tradição Ocidental sublinha, pelo menos desde Platão, aquilo que separa as formas puras de governo das degeneradas prende-se com o *telos*, o objectivo subjacente ao exercício do poder. Nas formas puras de governo o poder é exercido para benefício da comunidade; nas degeneradas para proveito de quem o exerce. Daí a diferença substancial que separa o monarca, legítimo, do tirano, ilegítimo, o aristocrata do oligarca, o democrata, defensor do Estado de direito, do sofista.

Ora, segundo a grande lição de Maquiavel, é impossível congelar o tempo, é inútil aspirar ao *Fim da História*. Nunca uma forma de governo poderá ser estabelecida definitivamente, de uma vez por todas. Pelo contrário, as formas puras degeneram, sempre. As monarquias resvalam sempre para a tirania, e os governos tirânicos permanecerão até que se assista à emergência de

uma elite capaz de libertar a comunidade do jugo do tirano. Esta, aristocracia, porém, degenerará sempre numa oligarquia, e aí permanecerá até que o povo se revolte e se assuma como senhor dos seus destinos colectivos. A democracia regrada, o Estado de direito, por sua vez, acaba sempre por conduzir à demagogia e à sofística – como nos dias que correm temos bem a obrigação de ter presente. E se, por sua vez, uma tal circunstância de modo algum poderá perdurar, é o exercício do poder por parte de um só homem – monárquico ou tirânico – que comumente lhe sucederá.

Com isto, mais do que enunciar uma lei cíclica da história, o que Maquiavel pretende é sublinhar o carácter eminentemente precário dos sistemas políticos, inclusivamente da democracia, e a sedução perene da simplicidade e da eficácia dos sistemas totalitários que, mesmo quando degenerados, segundo a sua caracterização, se procuram enroupar, sempre, da legitimidade decorrente da condição de serviço à comunidade. Desta forma, revestem-se de uma atractividade terrivelmente perigosa, para os jovens e para os espíritos altruístas, em particular. Desencantados com o vazio axiológico que a sofística e a demagogia necessariamente criam à sua volta, sentem-se sequiosos de valores e de um rumo que possam imprimir às suas vidas, tanto individuais como colectivas, tornando-se, por isso presa fácil para os fundamentalismos, a xenofobia, os totalitarismos, e as respectivas seduções de construção de homens novos e de paraísos terrestres.

Bibliografia

Para a exploração e o aprofundamento das temáticas abordadas neste texto, vejam-se, de entre o manancial bibliográfico disponível, as seguintes obras e a bibliografia nelas identificada:

Amaral, Carlos E. Pacheco, *Do Estado soberano ao Estado das autonomias. Regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova ideia de Estado*, Porto, Afrontamento, 1998;

—————, “Comunitarismo”, in João Cardoso Rosas, org. *Manual de Filosofia Política*, Coimbra, Almedina, 2008;

Arendt, Hannah, *O sistema totalitário*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978;

- Aristóteles, *Política*, Lisboa, Vega, 1998;
- Berlin, Isaiah, *Four Essays on Liberty*, Oxford, Oxford University Press, 1969;
- Braddon, Mary Elizabeth, *London Pride, or when the world was younger*, London, Simpkin, Marshall, Hamilton, Kent & Co., 1896;
- Dworkin, Ronald, *Taking Rights Seriously*, Cambridge, Harvard University Press, 1972;
- Fukuyama, Francis, *The End of History and the Last Man*, New York, Free Press, 1992;
- Lerner, Ralph & Muhsin Mahdi, eds, *Medieval Political Philosophy*, Ithaca, New York, Cornell University Press, 1963;
- Locke, John, *Segundo tratado do governo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007;
- Maquiavelli, *The Prince and the Discourses*, New York, Modern Library College Editions, 1950;
- Platão, *A República*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987;
- Rawls, John, *Uma teoria da justiça*, Lisboa, Editorial Presença, 1993;
- Roussaeu, Jean-Jacques, *Du contrat social*, Paris, Flammarion, 1966 ;
- Sandel, Michael, *O liberalismo e os limites da justiça*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005;
- São Tomás de Aquino, *Aquinas, Selected Political Writings*, ed. por Alessandro Passerin d'Entrèves, Oxford, Basil Blackwell, 1974.

**O ULTRAMAR E A POLÍTICA ULTRAMARINA NOS LIVROS DE LEITURA DA
ESCOLA PRIMÁRIA DOS ANOS 60...**

1. Dos manuais e dos livros de leitura...

Os manuais escolares, que há pouco tempo não passavam de “objectos fungíveis”, transformaram-se em documentos importantes. O interesse por estas fontes deve associar-se a motivações relacionadas com a renovação nos processos de fazer historia e história da educação¹. Além disso, à história da cultura interessam não só as “obras maiores” da literatura, mas também as que caem no âmbito do popular e do escolar, de grande impacto nos processos de apropriação da cultura por aqueles sectores sociais que acedem ao escrito através dessas publicações ditas “menores”.

Dada a sua natureza de instrumentos, simultaneamente “pedagógicos, culturais e ideológicos”, concretizam relevantes funções em todos estes cam-

¹ O manual, como hoje o conhecemos, é uma criação que está associada à implantação dos “sistemas nacionais” de educação que arranca com as revoluções liberais. A expansão e diversificação destas obras especificamente escolares, para uso das crianças, estão relacionadas com a implantação dos modelos de “ensino simultâneo” (ligado à difusão do ensino público) - Agustín Escolano Benito, “Introducción”, in *Historia ilustrada del libro escolar en España: Del Antiguo Regimén a la Segunda Republica*, dir. de Agustín Escolano Benito, vol.I, Madrid, 1997, pp.13-18, p.14; ver, ainda, para conhecer as variadas problemáticas do livro escolar, o vol II: *De la posguerra a la reforma educativa*, Madrid, 1998 (sobre iconografia, cf. pp. 125-148).

pos². Acresce ainda que os múltiplos e diversificados olhares, de que são alvo, permitem avaliar as funções e os estatutos que lhes são atribuídos, identificar as concepções pedagógicas e didácticas que reflectem e conhecer os saberes, as ideias e os valores que veiculam (e que silenciam)³. O livro escolar «é um *espelho da sociedade* que o produz, um cenário material no qual se representam os valores e as atitudes, os estereótipos e as ideologias que caracterizam a mentalidade colectiva, quer dizer o imaginário de cada época, o que hoje se incluiria na expressão “currículo oculto”».⁴

Para Alain Choppin, o manual é, de uma certa maneira, “o espelho no qual se reflecte a imagem que a sociedade quer dar dela própria”, constitui um “reflexo deformado, incompleto, muitas vezes idealizado. Mas, mesmo se a imagem que reflecte é esquemática e muitas vezes obsoleta, ele é revelador, tanto por aquilo que diz, como por aquilo que cala, do estado de conhecimentos de uma época, bem como dos principais aspectos e estereótipos de uma sociedade”. É também o “**suporte** – durante muito tempo privilegiado – dos conteúdos educativos, o depositário de conhecimentos e técnicas cuja aquisição a sociedade julga necessária à perpetuação dos seus valores...”. É um “vector

² Ver “Apresentação”, in Rui Vieira de Castro, Angelina Rodrigues, José Luís Silva, M^a de Lourdes Dionísio de Sousa (org.s), *Manuais escolares. Estatuto, funções, história. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares*, Braga, Univ. do Minho, 1999, pp. IX-XI. Ver Clara Isabel Serrano, «Manuais escolares: “a ponte e a porta” da vida e da cultura», in *Revista de Estudos do século XX*, n.º 8 (2008), CEIS 20, Coimbra pp. 247-259.

³ Sobre a definição, as funções e o estatuto, ver Alain Choppin, *Les manuels scolaires: histoire et actualité*, Paris, Hachette, 1992, pp. 6-20. Produto condensado da sociedade que o produz, foi sempre um objecto datado (determinado historicamente). Ver de Agustín Escolano Benito: “El libro escolar en la Restauración” e “El libro escolar en la segunda mitad del siglo xx”, in *Historia ilustrada del libro español. La edición moderna. Siglos XIX y XX*, dir de Hipólito Escolar, Madrid, Ediciones Pirámide, 1996, pp. 345-370 e 371-398. Cf. Augusto José Monteiro, «“As verdades que convêm à Nação”: como Carneiro Pacheco reescreveu os manuais de língua portuguesa», in *Estados autoritários e totalitários e suas representações* (Actas), coord. de Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, Coimbra, 2008, pp. 255-276; «“Heróis do lar, nação católica e rural”: os livros únicos do ensino primário no Estado Novo», in *Revista de Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), pp. 209-231.

⁴ Agustín Escolano Benito, “Introducción”, in *ob. cit.*, vol. I, p. 15: A memória aí depositada pode ser percebida como “depósito de uma *paideia*, como expressão do *ethos* social e como registo de uma *ratio* didáctica.” Para Roger Chartier, os livros (também os escolares) são uma “representação” do mundo que os produz e da cultura que deles se apropria.

ideológico e cultural – **veículo** de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura”⁵.

Os manuais desempenham “um papel determinante no contexto escolar”: chegam a marcar mais a prática pedagógica do que os próprios programas. A sua autoridade resulta do facto de prescreverem “como verdade e como ciência determinado conhecimento”(embora silenciem muitos outros saberes...)⁶ Condensam um determinado “capital cultural”; são “objectos culturais autoritários”: o seu discurso - representado e interpretado como sendo a verdade – é erigido “ao plano de um universal”. (Eles “escondem a sua historicidade”)⁷. Vêm ainda a sua importância acrescida, porque “fornecem elementos de leitura e descodificação do real”⁸.

Compreende-se assim, por todas estas e outras razões, o reposicionar dos livros escolares – nos quais se incluem, muito especialmente, os manuais – no interesse que lhes dedica a investigação⁹.

Pela sua complexidade, não se compadecem com análises apressadas e superficiais¹⁰. E, além do mais, a avaliação dos seus efeitos e da sua eficácia

⁵ Alain Choppin, *Les manuels scolaires: histoire et actualité*, pp.19-20. Eles foram “durante gerações, o utensílio fundamental que forjou a armadura intelectual do povo...” Nos últimos tempos, sofreram sérias alterações. É manifesta a influência, por contágio, dos *media* (e em especial dos mais interactivos). Levantam agora novos problemas de legibilidade e de “navegação”. Continuam, contudo, a desempenhar (talvez por força dessas adaptações), apesar da concorrência, um importante papel (pedagógico e ideológico) - Alain Choppin, “Les manuels scolaires – de la production aux modes de consommation”, in *Manuais escolares...*, pp. 3-17.

⁶ Ver Justino Pereira de Magalhães, “Um apontamento para a história do manual escolar – entre a produção e a representação”, in *Manuais escolares...*, pp. 279-301.

⁷ Dissimulam a relação com o poder instituído de que dependem e com a sociedade em que se inserem. Ver S. Campos Matos *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, 1990.

⁸ Ana Parracho Brito, “A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões”, in *Manuais escolares...*, pp. 139-148, pp. 139-142. Ver Miguel Vale de Almeida, “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”, in Brian Juan O’Neill e Joaquim Pais de Brito (orgs.), *Lugares de Aqui. Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”*, Lisboa, D. Quixote, 1991, pp. 245-261, p. 247.

⁹ Tornaram-se objectos de estudo de historiadores da educação, das “mentalidades” e das ideias; de pedagogos, antropólogos e sociólogos. Tratámos algumas destas questões na comunicação “A (re)valorização de outras fontes históricas – a problemática dos manuais escolares”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Outros combates pela História* (colóquio), Coimbra, IUC, 2010, pp. 343-380. Ver *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas*, dir.de Alejandro Tiana Ferrer, Madrid, Univ. Nac. de Educ. a distancia, 2000.

não é consensual¹¹. Torna-se, de facto, difícil sopesar a sua relevância na conformação das mundividências dos que por eles “aprenderam”... São muito difíceis de aferir as potencialidades e os limites da sua influência – a importância (real) da acção que exercem sobre os destinatários, o papel desempenhado nos processos de socialização e de doutrinação e na edificação de memórias (individual, social)¹².

Certo é que todos os regimes políticos – e em especial os mais autoritários, porque mais ciosos e zelosos das suas doutrinas – tutelam e controlam, mais ou menos conscientemente, com mais ou menos rigor, a concepção, a produção e a circulação dos manuais escolares (carimbados como “oficialmente adoptados” “autorizados”, “livros únicos”)¹³.

A investigação recente sobre manuais tem realçado a importância dos *livros de leitura* na escola primária. Nos séculos XIX e XX ocuparam um lugar privilegiado: a “leitura” converteu-se «num eixo “vertebrador” da prática

¹⁰ Pelos seus aspectos diversos, pelas suas funções múltiplas e pelo seu estatuto ambíguo não é um objecto fácil de definir e que se trabalhe facilmente – Alain Choppin, *Les manuels scolaires: histoire et actualité*, p.5; ver Pierre Caspard, “De l’horrible danger d’une analyse superficielle des manuels scolaires”, in *Histoire de l’Éducation*, n.º 21, Janv. 1984, pp.67-74.

¹¹ Sobre diferentes posições de autores acerca do papel dos manuais na formação – ver Clara Isabel Serrano, art. cit., p. 25. Para Marc Ferro, “a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada á história que nos contaram quando éramos pequenos.” – cf. *Falsificações da História* - (tradução infeliz de *Comment on raconte l’Histoire aux enfants...*, 1981) –, Lisboa, Europa-América, s.d. Os livros de leitura estão entre os que mais podem contribuir para a formação do “imaginário”.

¹² Sobre história e ideologia e a construção das memórias, ver: Sérgio Campos Matos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998, pp. 56-71, 384-462; Luís Reis Torgal, História e ideologia, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, p. 20, 31-32. Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX- XX*, Círculo de Leitores, 1996.

¹³ Às obras já referidas, juntem-se os estudos pioneiros de: Maria de Fátima Bivar (Mª Velho da Costa), *Ensino Primário e ideologia*, Lisboa, Seara Nova, 2ª ed., 1975; Maria Carlos Radich, *Temas de história em livros escolares*, Porto Afrontamento, 1979; Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar, (A escola primária salazarista: 1926-1939)* Lisboa, Presença/ GIS, 1978. Vejam-se ainda: Joaquim Pintassilgo, *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998; *Um século de ensino da história* (coord. de Maria Cândida Proença), Lisboa, Inst. de Hist. Contemporânea (Univ. Nova de Lisboa), Ed. Colibri, 2001; Maria Manuela Carvalho, *Poder e Ensino. Os manuais de História na política do Estado Novo (1926-40)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 72-78.

escolar»¹⁴. Em 1934 já era bem nítida a consciência da importância da língua: “é o mais rendoso instrumento educativo, porque por ali se realiza o comércio das ideias e sentimentos”. Anos depois, na Observação dos Programas (aprovados em 1968), sublinha-se que o seu “ensino – bem compreender, bem falar, bem escrever – sobreleva o de qualquer das outras matérias do programa. (...) Para além dos seus fins específicos, o ensino da língua portuguesa deve ser considerado como *excelente meio educativo* e como vínculo de unidade nacional.” Destes “poderes”, conferidos à língua, resulta a importância que é atribuída aos manuais de leitura e de língua portuguesa.

Mesmo em tempos próximos de nós, não perderam, por completo, as características “enciclopédicas” (“herdadas” do Antigo Regime e do século XIX). Apesar das transformações que sofreram, continuam a manter um carácter compósito: incluem saberes considerados básicos (lições de “ciências”, de história, de moral, de civismo, de religião...). Em virtude da sua multifuncionalidade e da sua centralidade, têm conhecido uma utilização intensiva (que, por sua vez, lhes acentua essa centralidade) no quotidiano escolar¹⁵. Estão entre os materiais didácticos de mais largo “alcance social”.

2. Temáticas coloniais...

“No Portugal, contemporâneo, a questão colonial ocupa um dos pontos centrais da vida política, presente em todas as suas opções de fundo, determinante no destino dos movimentos e dos regimes”¹⁶. Como já foi dito, “*a fusão entre nacionalismo e colonialismo* estava em curso na cultura política portu-

¹⁴ Ver: João Carlos Paulo, «“A ensinar como um mestre” - manuais e organização da cultura escolar em perspectiva histórica», in *Manuais Escolares...*, pp. 355-365; Alejandro Tiana Ferrer, “La lectura como eje vertebrador de la practica escolar: una perspectiva histórica”, in *Manuais Escolares...*, pp. 35 -53, p.35.

¹⁵ Atente-se nas funções dos seus múltiplos níveis de estruturação e nas dimensões declarativa, processual e representativa – Maria de Lourdes Dionísio de Sousa, “Níveis de estruturação e dimensões de transmissão dos livros de português”, in *Manuais escolares...*, pp. 495-505.

¹⁶ Esse peso resulta da longa tradição, iniciada no século XVI. “Formulado já na década de 30 do século XIX, o projecto colonial para o continente africano (onde se devia criar um “novo Brasil”) só vem a concretizar-se no último quartel de Oitocentos...” – Valentim Alexandre, “O império colonial”, in *Portugal contemporâneo*, António Costa Pinto (coord.), Lisboa, Dom Quixote, 2005, pp. 67-86, p. 67.

guesa desde fins do século XIX, ainda que no contexto de um regime liberal, e foi continuada e acentuada durante a I República”¹⁷.

A I República, mais do que uma simples alternativa à Monarquia, ou um mero regime político, devia ser “um projecto de refundação nacional, pelo que os seus objectivos se fundiam com os ideais de povo, de Pátria e de Nação”¹⁸. Os republicanos foram os vencedores das “batalhas nacionalistas da memória”: na “sacralização” das colónias africanas; na tentativa de fusão entre patriotismo e republicanismo¹⁹.

O Estado Novo, ao invés de rejeitar a fusão entre nacionalismo e colonialismo, “apropriou-se dessa herança e transformou-a num dos dogmas mais duráveis da sua existência política”. As categorias do nacionalismo (retocadas e ajustadas) foram apropriadas pelo salazarismo para a concretização do seu projecto institucional. As principais constantes do nacionalismo historicista do Estado Novo, “codificadas pelo discurso oficial e difundidas pelo aparelho de propaganda e escolar, a partir dos anos 30, remetem para a reinvenção de uma nação moldada historicamente pelo império e pelo catolicismo”²⁰. Mais do que o nacionalismo, o que se ensinava, propagandeava e esgrimia, era o patriotismo – tendência que vinha de trás, mas que conhece expressões mais exacerbadas com o salazarismo.

¹⁷ Nuno G. Monteiro e António Costa Pinto, “A identidade nacional portuguesa”, in *Portugal contemporâneo*, p. 61. Aliás, o problema do destino do império ultramarino esteve “mais directamente associado à instauração e queda da República do que a historiografia clássica tem admitido” – ver Douglas L. Wheeler, «“Mais leis do que mosquitos”: a I República portuguesa e o Império ultramarino (1910- 1926)», in *A Primeira República Portuguesa – entre o liberalismo e o autoritarismo* (coord. de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto), Lisboa, Edições Colibri, 133-168, p. 134.

¹⁸ “Educação republicana significava essencialmente educação patriótica.” O que explica que “a expulsão de Deus do ensino”, tal como em França, tenha sido substituída “pelo crescente culto da Pátria na Escola”. O patriotismo republicano “ainda não estava enimesmado e inscrevia-se num cosmos evolutivo e numa historicidade progressiva...” O nacionalismo republicano “... ainda não escamoteava a dimensão ecuménica da sua futura concretização...”; o integralismo contrapunha-lhe, pelo contrário, “uma utopia regressiva (...), e contestatária de todos os valores em que assentava a modernidade (...)” – F. Catroga, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Notícias, 2000, pp. 264-267, 289.

¹⁹ Ver, a propósito, Nuno G. Monteiro e António Costa Pinto, art. cit., in *ob. cit.*, pp. 51-65, p.59.

²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 60-61.

As temáticas coloniais – e os conteúdos que lhes dão substância – interagem, através dos tempos, nem sempre da mesma maneira, com o culto do nacionalismo e do patriotismo²¹. São temas que, embora ostentem diferenças (compagináveis com os diversos regimes), revelam afinidades e continuidades. Os textos, que tratam essas matérias, “reflectem” – não raras vezes com desfalecimentos e de uma maneira deformada - a realidade. Mas o que visam, verdadeiramente, e em última instância, é influenciá-la e moldá-la.

Manuais de diferentes épocas, sobretudo os das classes finais (da 4ª e da 5ª, mas também da 3ª), prestam-se à análise de temáticas transversais como estas que aqui tratamos. Vamos destacar alguns textos que as abordam. Uma chamada de atenção, ainda, para trechos que foram retocados, em especial nos anos sessenta, para ficarem mais consentâneos com as doutrinas oficiais. Por fim, procedemos à análise de dois “doutrinários” compêndios – um de 1965 e outro de 1968 - que constituem o objecto fulcral deste estudo.

2.1. Dos fins da Monarquia e da I República...

Em 1898, *Leituras escolares. Para uso dos alunos do 2.º grau do ensino elementar*²² (que ia na 11.ª edição), inclui assuntos e matérias que vão manter-se, com alterações e adaptações, nos manuais correntes, para as classes mais avançadas, da I República. Verifica-se uma fixação de áreas temáticas. A secção de *História* conta com textos de Cândido de Figueiredo e de Manuel Pinheiro Chagas²³. Celebram-se, numa lição de grande fervor patriótico, que aparece em obras posteriores, as campanhas africanas que tanto prestigiavam os “portugueses de agora” (*O combate de Magul*, p. 368).

Livros de leitura “republicanos” (entenda-se: edições saídas na I República) vão dar continuidade a uma linha de “educação cívica”, que já se mani-

²¹ Sobre estas matérias ver Luís Reis Torgal, in *História da História...*, pp. pp.471-475, 496-500. Cf. Fernando Catroga, “Pátria, Nação, Nacionalismo”, in *Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África*, coordenação de Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta, Julião Soares Sousa, pp. 9-39.

²² *Coligidas e anotadas* por Arlindo Varela e J. M. Silva Barreto, Livraria de Avelar Machado. *Mandadas adoptar por decreto de 23 de Outubro de 1897*. É um livro auxiliar, para leituras complementares...

²³ Os deste autor exaltam figuras consensuais para o ideário republicano: D. João I; D. Henrique, Vasco da Gama, Álvares Cabral; Camões. Cf., *infra*, livros de Ulisses e de Amália Luazes.

festa no ocaso da Monarquia, impondo-lhe um cariz patriótico mais acentuado. (Para os republicanos, a escola seria a “oficina em que se fabrica o cidadão” e o patriota). Vejamos um ou outro exemplo de alguns desses manuais da autoria de notáveis intelectuais que, por empenho cívico, vão ser também “manua- listas”.

Amália Luazes é autora do *Livro de leitura para a 4.ª classe, aprovado pelo Governo da República* (por Decreto de 21.11.1910 e por Decreto especial de 27.09.1916). Consultámos a 2.ª edição (1916, Lisboa). Em *Um herói, filho do povo* (p. 98), o avô conta ao neto o heroísmo do cabo, José Corneta, que foi condecorado com a Torre-Espada. O acto heroico tem como palco as campanhas de África. São elucidativas as razões que justificam essas guerras “civilizadoras”. As campanhas eram, como explica o avô, “para implantarmos a civilização nas nossas possessões” e para “conseguir que os negros trabalhem (...), para que aprendam a ler e a escrever e obedeçam às nossas leis, deixando a vida selvagem que hoje têm...” A civilização superior dos colonizadores tinha sérias obrigações para com os selvagens.

Num outro *Livro de leitura* (4.ª classe) – obra “republicana” (e literária), aprovada oficialmente em 1916²⁴ –, organizado por João da Câmara, Maximiliano de Azevedo e Raul Brandão, são muitas as lições referentes ao espaço colonial. A valoração atribuída a determinados períodos, acontecimentos e figuras, enquanto outros são desvalorizados ou ignorados, reflecte as “visões” e as “representações” da historiografia liberal e republicana. (Que são exemplarmente dadas na obra de João Soares e Elísio de Campos, *Portugal nossa terra. Educação cívica*, 1917). *Cartas dum avô para um neto* foi a fórmula escolhida para ensinar a história pátria. A *Sexta carta...* (pp. 145-151) narra o que na Índia se passou, no tempo de D. Manuel e de D. João III: histórias de luz e de algumas sombras²⁵.

²⁴ *Livro de leitura... 4.ª classe. Ensino Primário Oficial*. Lisboa. Esta versão tem como ascendente uma de 1905 (decreto de 04.09.1903). De entre outros manuais, de que são autores, ver *A Pátria* (1906), aprovado pelo Governo, como “livro destinado para prémio aos alunos distintos na escola de instrução primária”.

²⁵ Francisco de Almeida manchou-se também “com crueldades inúteis...”. Destaque, entre os heróis, para Afonso de Albuquerque, “o maior de todos os grandes homens da Índia” (p. 147). Associa-se o começo da “perda” da Índia à sua morte. Ver os manuais de outra notável figura: *Ana de Castro Osório*. Apresenta vários no concurso de 1920 (Abril), da Dir. Geral do Ens. Normal e Primário. Muitas páginas louvam, tal como faz A. Luazes, as conquistas civilizacionais e os progressos (que muito se deviam a portugueses e europeus).

Uma referência ainda para os manuais de Ulisses Machado (“aprovados” em 1922, pelo mesmo decreto, para várias classes: 2.^a, 3.^a e 4.^a e 5.^a). No *Livro de leitura para a quarta e quinta classes da Escola Primária*,²⁶ ensina-se história, civismo e patriotismo segundo a visão republicana. Na “secção” de História, podemos falar mesmo de um “ciclo da Índia.” Também as “brilhantes campanhas africanas”, com feitos que povoavam o imaginário, são evocadas em *O combate de Magul* (pp. 331-333), já inserido no livro de 1898. As guerras, em “terras selvagens”, provam a valentia dos “portugueses de agora...” Em Magul (em 1895) era “um português para cada 24 daqueles ferozes filhos de África”. Não se hesita na comparação: “era uma luta como nos antigos tempos das conquistas da Índia...” Os negros “avançam aos gritos e aos pulos como animais ferozes...” Mas os portugueses saem vitoriosos. Em *A Bandeira portuguesa!* (pp. 285-286), a epopeia constrói-se, em grande parte, “nas plagas inóspitas de África”. É protagonizada pelos que combatiam o “preto” (que é equiparado aos “selvagens da Oceânia”) “que nos enxovalhou” e é “atrevido”.

Dê-se, também, notícia de um surpreendente manual para a Índia. A publicação de 1926 – *Livro de leitura para as 3^a e 4^a classes*, de António Leite de Magalhães, António Alves Prudente e José Benedito Gomes - é uma “nova edição melhorada e corrigida” (da de 1922). Trata-se de um livro, para a Índia portuguesa, que “deveria ser português e indiano.” Apesar de se parecer com os congêneres da metrópole e de ter pouca “cor local”, vale pelos seus propósitos: é uma criação destinada especificamente para um território colonial. Algumas razões podem ajudar a explicar esta precocidade (e originalidade?) – as possessões indianas apresentavam características especiais: eram tidas em grande apreço, povoadas por gentes que não eram “selvagens” e muito marcadas pela “portugalidade”.

2.2 O Estado Novo...

É com Carneiro Pacheco que a Escola passa a ser fundamentalmente a “oficina das almas” (como Salazar pretendia)²⁷. Será, como ministro – que

²⁶ 11.^a edição (*aprovado oficialmente* pelo D. do G. de 30/01/1922). A 4.^a e 5.^a classes finais, do “ensino primário geral”, deveriam ser obrigatórias (reforma de 1919).

²⁷ Ver S. C. Matos, *História, mitologia, imaginário nacional...* O “exacerbamento do nacionalismo” – detectável nos programas de 1895, 1918 e 1936 – coincide com os

assume a pasta da Instrução no Governo que toma posse no início de 1936 –, o executor activo (1936-1940) da “reforma educacional salazarista, especialmente para os ensinos primário e secundário...”²⁸

Entre as medidas tomadas, o Decreto-Lei n.º 27 279 de 24.11. 1936 – que estabelece as bases do ensino primário – determina que, a cada classe do elementar, corresponda um “único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas”; decide “a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário” e autoriza o ministro a adoptar as “soluções transitórias que se tornem necessárias para o ano lectivo de 1936-1937”. Em Dezembro de 1936, Carneiro Pacheco escrevia a Salazar: “envio-lhe oito colecções de livros de leitura que estavam aprovados e contêm já alterações impostas para serem vendidos este ano. Longe de perfeitos, já são úteis”²⁹.

As obras “alteradas” são quase todas provenientes da I República (num ou noutro caso, até dos fins da Monarquia). Tudo isto comprova continuidades e inércias... Estes livros assim “censurados” – “uma parte (...) do reforço do discurso ideológico do Estado Novo nas escolas” –, e tornados “úteis”, foram o “fiel espelho do endurecer do regime e reflexo das guerras de propaganda”³⁰. “Reescritos”, com intervenções cirúrgicas, passam a incluir mais religião e (propaganda) política. Inauguram um formato “durável” que, com ajustamentos, vai chegar, nalguns casos, aos fins dos anos 60. É grande o êxito da “fórmula”...

Faremos apenas breves referências a alguns desses manuais alterados que acabaram por se manter muitos anos³¹.

conflitos em que Portugal, directa ou indirectamente, interveio: Ultimatum, Grande Guerra e Guerra Civil de Espanha – pp. 38-39, 90, 123.

²⁸ Fernando Rosas, “Carneiro Pacheco, António Faria”, in *Dicionário enciclopédico de História de Portugal*, Alfa, 1985, p. 106. O Ministério passa a chamar-se da Educação. Com esta reforma prevalece “uma versão ultranacionalista e sectária da memória colectiva institucional”.

²⁹ Helena Matos, *Salazar. A propaganda (1934-1938)*, vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 2004, pp. 141-293, pp.203-207. Ver desta autora, “Manual em Estado Novo”. In: *Revista do Expresso*, 09-09-2000, pp. 54-62.

³⁰ Helena Matos, *art. cit.*, pp. 54 e 57. (Na I República, livros do período anterior já tinham sido ajustados com cortes de textos religiosos). Livros de história, da República, também são alterados com C. Pacheco.

³¹ Sobre a acção do Ministro e os livros alterados ver o nosso artigo: «“As verdades que convêm à Nação”: como Carneiro Pacheco reescreveu os manuais de língua portuguesa.», in *ob. cit.*.

Vejam os *Livros de Leitura. III classe* de João Grave (1871- 1934), em dois momentos diferentes. O primeiro é 1932 (versão de um manual “aprovado oficialmente” em 1929). Quase não “denuncia” as alterações políticas que vinham ocorrendo. Em 1936 (“autorizado oficialmente”), o livro é já outro... Suprimiram-se lições para as substituir por outras inspiradas pela ideologia do novo regime.

Há lições que dizem a grandeza de Portugal e as razões por que se deve amar esta Pátria: *O império português no mundo* (p. 35) e *Portugal não é um país pequeno* (pp. 177-181). Não deve haver nenhum texto, como este último, que tanto apele aos sentimentos patrióticos.

Finalmente... (Leituras para a quarta classe) – livro de Joaquim Tomaz, Chagas Franco e Ricardo Rosa y Alberty – é mais uma obra que foi reformulada. A 6.^a edição (Lisboa, 1937; livro *aprovado oficialmente*) foi cotejada com uma anterior (de 1932) e com algumas posteriores (10.^a, 13.^a: 1952, 16.^a) que seguem a de 1937. A avaliar pelos anos que se manteve como livro oficial, conheceu grande aceitação...

Em *Superior destino* (já inserido na ed. de 1932; 6.^a: 241-242) sublinha-se, a propósito das potencialidades (ainda não exploradas) das possessões africanas, que “Portugal tem um grandíssimo futuro diante de si”, porque “o grande destino da raça não foi cumprido ainda: falta-lhe acabar na África obra idêntica à que realizou na América. Só então terá direito a descansar...”³²

O livro *Leituras. IV classe* é da autoria da mais famosa equipa de autores – Manuel Subtil, Cruz Filipe, Faria Artur e Gil Mendonça. Vamos apanhá-lo, em 1967 (foi esta a versão privilegiada), quando já ia na 132.^a edição!³³ É uma das obras didácticas com maior tiragem em Portugal e, eventualmente, o maior *best-seller* dos compêndios do século XX...

Depois de 1936, já é um livro “salazarista”... Os *Bons portugueses* (p. 93) estão divididos em três classes: “os que descobriram novas terras, os que as conquistaram e os que as civilizaram e engrandeceram”. Os portugueses “da

³² Na lição *Angola* (pp. 86-89) proclama-se a crença no futuro da “admirável colónia” – enumeram-se realizações inexistentes... Ao longo do livro, a série de textos sobre *Provincias de Portugal* está subdividida em duas secções: *Portugal no continente* e *Portugal além dos mares*.

³³ *Ensino primário elementar*. Livraria Bertrand, Lisboa. (Aprovado oficialmente). Em vigor desde 1931. A média é quase de 4 edições por ano! 9.^a ed., 1932; 20.^a, 1935; 24.^a, 1936; 26.^a, 1937; 60.^a, 1948-49.

época dos descobrimentos” mostraram que o grande propósito era o de “ensinarem a esses povos uma nova religião (...), e uma nova civilização que (...) os iria arrancando do estado de barbaria...”

Nos Anos 60 – ver 132ª ed. –, no texto *Angola* (p. 148) descrevem-se as grandes realizações que caracterizam a magnífica obra “agora” edificada e continua a escrever-se: “tudo vai contribuindo para a civilização do preto, que pouco a pouco perde e esquece a sua vida primitiva de homem da selva e permite a educação aos filhos de muitos brancos que mourejam por aquelas terras africanas”.

O *Livro de leitura para a 4.ª classe* da “Série Escolar Educação...”, também alvo das alterações de C. Pacheco, conheceu grande popularidade. Esta versão consultada – “aprovada oficialmente” por despacho de 1961³⁴ - atesta a preferência de que gozaria (juntamente com *Leituras: IV classe... e Finalmente...*) Apresenta textos diferentes (como já acontecia nas versões dos anos 50) da edição de 1938-39.

Portugal insular e ultramarino (da versão aprov. em 1961) louva a obra civilizadora, exemplar, dos portugueses que “souberam, como ninguém, civilizar”. Os vinte e um milhões de Portugueses vivem “todos sob a mesma bandeira”, obedecem “aos mesmos Chefes”, têm a mesma história (pp. 15-16). Esta lição é uma variante actualizada de *Possessões portuguesas* (pp. 36-37), que constava do livro aprovado pelo despacho de 1951, onde se escrevia que “os portugueses souberam, como ninguém, colonizar e civilizar”. Caiu a palavra “colonizar” e introduziu-se a passagem que se inicia com “todos sob a mesma bandeira...” Tudo ficava, assim, mais de acordo com a doutrina oficial³⁵.

O livro é reformulado depois de Marcello Caetano chegar ao poder (Porto, s/d). Para além das melhorias gráficas, procede-se à (re)actualização da história. Em *Índia portuguesa* – que não constava da ed. dos anos 50 – lembrava-se na versão de 1961: “os territórios de Dadrá e de Nagar-Aveli foram violentamente ocupados pelos Indianos” e o reconhecimento do direito de soberania sobre esses enclaves, pelo Tribunal Internacional de Haia, “foi uma grande vitória para Portugal” que “nunca se deixará espolar por nenhuma

³⁴ “Por despacho ministerial de 6-1-1961”, ed. Ed. Nacional, Porto.

³⁵ Nesta versão (aprovada pelo desp. de 1961) surge *Dois portugueses* (p.111): é tão português o menino que nasceu na metrópole como o que nasceu em África (“nascer em Angola é nascer em Portugal”).

nação estrangeira...” (pp.127-128). Do compêndio “marcelista” constava: “Os Estados da Índia foram violentamente ocupados pela União Indiana, encontrando-se na dependência deste País. Porém, de direito, continuam a pertencer-nos e a fazer parte da nação portuguesa” (p. 103).

Do manual *Leituras... Quarta classe* – da autoria de Augusto C. Pires de Lima e Américo Pires de Lima - consultámos várias edições... Uma de 1932 (aprov. em 1931) e uma outra de 1937³⁶. Em 1960, ia na 29.^a edição (aprov. por desp. de 20 de Maio de 1953). Vimos, ainda, uma de 1966 (estudada por M^a Velho da Costa) e outra de 1967 (39.^a edição).

A lição *Os elefantes* (1960: 114-115) – que surge em 1937 (p. 197) – é verdadeiramente surpreendente. O naire, em Goa, ordenou a um elefante domesticado que “pusesse a cabeça na popa de um navio e que o lançasse ao rio, como era costume”. Não pôde, porque era uma embarcação pesada. O naire lançou-lhe: “Pois tu, vassalo de el-rei de Portugal, tão poderoso, não te envergonhas de ser tão fraco e mole?” “O elefante tomou estas palavras como grande afronta. Para desagrar a sua honra, remeteu terceira vez à nau e, pondo-lhe a cabeça, fez tanta força, que a lançou ao rio, e juntamente rebentou e caiu logo morto” (1967: 110). Qual era a Pátria que tinha patriotas com esta dimensão?³⁷

Passemos ao texto *O moinho dos negros* (1960: p. 85): “A farinha [de milho], é claro, fica sempre grosseira...” devido ao arcaísmo do pilão. Não há problemas: “Os pretos, porém, não dispõem de paladar muito delicado, e contentam-se com uma alimentação grosseira”. Esta afirmação já não consta da versão de 1966: “os pretos” tinham ficado (finalmente) com um paladar mais requintado! O texto, que vem de 1932 – p.132 - só é suprimido na edição de 1967.

A dimensão propagandística está em *Prestígio de Portugal* (1966 e 1967: 65-66) de Noel de Arriaga (que substitui *O Estado corporativo* – 1960: 65): “recentemente, o mundo parece ter descoberto Portugal. Nunca um

³⁶ Porto. A ed. de 1932 ostenta na capa *quinta edição* (D.Gov. n.º 80, de 8 de Abril de 1931, II Série). Na de 1937 lê-se: *segunda edição*. (A 2^a, depois de 1936?) A 10.^a ed. (1946) é igual à de 1937.

³⁷ Ver *O crocodilo* que vem de 1932 (p. 146) e ainda figura em 1967... Há crocodilos que têm pretos e brancos nos estômagos, e um que agarrou “pelos pés um preto”. “ Aos gritos do desgraçado, acudiram os companheiros que o seguraram pelos braços, sustentando uma verdadeira luta de tracção com o terrível bicho. Servia de corda o pobre preto. A luta só acabou quando o pé foi arrancado pelo esforço dos lutadores.”

número tão grande de estrangeiros ocorreu ao nosso país (...). Encontrou, de novo, a linha da sua missão civilizadora”.

Os “únicos livros” funcionaram como “livros únicos” para as três (obrigatórias) primeiras classes do ensino elementar³⁸. Aparecem, agora, no contexto de um programa “nacionalista e corporativo de inculcação autoritária e sectária”³⁹. *O livro da primeira classe* (1.^a edição, 1941), *O livro da segunda classe* (1.^a edição, 1944) e *O livro de leitura da 3.^a classe* (que sai em 1951) foram assumidos pelo Ministério da Educação Nacional. Pela sua utilização, privilegiada e hegemónica, viram-se transformados, até quase aos fins dos anos 60, em autênticas “vedetas”. Visavam, para além da imposição de outros valores, a “formação de uma mentalidade nacionalista e católica” (é enorme a visibilidade dada à religião). No da 3.^a classe já há muita história – *ad majorem lusitaniae gloriam*. Em *Conquistas e descobrimentos* (pp. 91-92) lê-se: “Esta empresa (...) foi a maior que se realizou no mundo para a dilatação da Fé e da civilização cristã. Portugal tirou dela mais glória do que riqueza”. *Portugal é grande* (p.17) porque tem “possessões em quase todas as partes do mundo”. É grande, também, porque está a viver “uma época de prosperidade e de grandeza...” (*O Estado Novo*, p. 161)⁴⁰.

3. A defesa da política ultramarina nos livros de leitura dos anos sessenta...

Após a II Guerra Mundial, a “fusão” entre nacionalismo e colonialismo «transformou-se progressivamente no pólo central do nacionalismo do Regime de Salazar. Uma das constantes do discurso de Salazar, a partir de 1933, seria o de apontar as colónias como as grandes “escolas do nacionalismo português” e

³⁸ A Lei n.º 1941, de 11.04.1936, já estipulara *compêndios únicos de leitura para o ensino primário* e para as disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Moral nos outros graus de ensino (à excepção do superior). Sobre os únicos livros de leitura há decisões de 1936, 1937 e 1940.

³⁹ Sérgio Campos Matos *História, mitologia, imaginário nacional...*, pp.62-63. Num outro contexto, o regime de livro único já tinha vigorado, de 1895 a 1905.

⁴⁰ Cf. «“Heróis do lar, nação católica e rural”: os livros únicos do ensino primário no Estado Novo», in *ob. cit.*

o aparelho escolar e de propaganda desenvolveu um assinalável esforço de enraizamento do ideal do “império”, agora tornado indiscutível»⁴¹.

Como é sabido, entre 1961 e 1974, Portugal “alimentou uma guerra colonial em três frentes (...)” «Resistir seria a palavra de ordem do ditador (...). A dimensão analítica mais importante para a explicação da longa duração da Guerra Colonial foi a própria natureza ditatorial do regime político (...) O ditador e a sua elite conseguiram reequilibrar e “congelar” o sistema político que (...) se limitou a resistir, rejeitando qualquer procura de solução negociada. O futuro do regime transformou-se assim no futuro da guerra». Marcelo Caetano sofreria “a verificação empírica de uma dificuldade: liberalizar mantendo a guerra. Ao escolher a segunda provocou a queda descontrolada da Ditadura em 1974”⁴².

Para alguns analistas ter-se-ia assistido, na década de sessenta, a um endurecimento do regime⁴³; há até quem fale em “refascização.” Para o autor que estamos a seguir, o conceito parece exagerado: no respeitante à política colonial «mais do que reforçar as instituições políticas do regime com uma “mística de combate” pelo império (...), a Ditadura procurou sobretudo dar a ideia de “paz forçada”...»⁴⁴

Nos anos sessenta, publicaram-se, no continente e nas colónias, manuais de língua portuguesa (de leitura) que, ao privilegiar as temáticas ultramarinas, assumiram as linhas ideológicas e doutrinárias da política colonial. Para acentuar a eficácia destes instrumentos pedagógicos, revalorizou-se a componente propagandística (que se avolumou nessa década).

⁴¹ Nuno G. Monteiro e António Costa Pinto, art. cit., in *ob. cit.*, p. 61.

⁴² António da Costa Pinto “Portugal contemporâneo: uma introdução.”, in *Portugal contemporâneo*, pp. 48-50.

⁴³ Para Manuel Braga da Cruz verifica-se, nesta fase, um “endurecimento” do regime (1961-1968) – *O partido e o Estado no salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988, p.38.

⁴⁴ (Parece ser credível a opinião que sustenta ter sido a guerra realizada “mais para defender o regime do que para salvar a economia.”). Mas, o fundamental do sistema não sofreu alterações ... “Com uma oposição semilegal controlada e a maioria dela na clandestinidade, só no final dos anos 60 é que a pressão anticolonialista se alargará ao movimento estudantil e a alguns sectores das classes médias”. Os anos 60 conheceram, contudo, uma diversificação crescente da oposição à ditadura – António da Costa Pinto, art. cit., in *ob. cit.*, pp. 48-49.

3.1. Um livro (en)doutrinador para o ultramar⁴⁵

Porque se fez um livro assim...

Estamos nos meados dos anos 60... Quando tanto se propalava a portugalidade de todos os territórios, quando tanto se investia nas “campanhas de pacificação”, quando tanto se advogava uma política de desenvolvimento das colónias e se procedia (efectivamente) à promoção dessas terras e das suas gentes, quando se fazia tudo isto, tornava-se compreensível a concepção de livros de leitura, específicos para os territórios coloniais, que contribuíssem, à sua maneira, para promover causas consideradas decisivas. É assim que se concebe uma obra adaptada ao espaço colonial (sobretudo, segundo cremos, ao grande território de Angola). Um livro de “língua nacional” (leia-se portuguesa), para além do que podia fazer pela língua, dado o seu valor instrumental e a sua importância como cimento de unidade, oferecia a possibilidade de muito dizer e “publicitar” (saberes, crenças, valores)⁴⁶.

Uma manifesta “africanização”

Portugal. Livro de leitura da terceira classe – aprovado oficialmente (Despacho ministerial de 5 de Abril de 1965)⁴⁷ – é uma obra com uma forte componente “africana” que se manifesta em muitos textos e na iconografia.

⁴⁵ Não conhecemos exemplos de manuais, com estas características, para a História e a Geografia. A provar que os de leitura eram dos que reuniam mais condições para fazer passar ensinamentos e mensagens.

⁴⁶ Era importante uma obra como esta, até porque o PAIGC havia lançado *O nosso primeiro livro de leitura* (2ª ed., 1966): o ensino da língua ao serviço da “contra-memória” – Luís Reis Torgal, *ibidem*, p. 446.

⁴⁷ “Edições ABC” (Distribuidores: Luanda, Lobito, Benguela, Nova Lisboa, Sá da Bandeira), Porto, 1965. A língua portuguesa é designada como “língua nacional” (p.131): “lições de leitura” para a 3.ª classe (4.º ano). A autoria será de algum grupo (“comissão”?) nomeado pelos poderes responsáveis? Justino Pereira de Magalhães refere o título *Portugal: velas de Cristo – livro de leitura para a 3.ª classe* (mesmos ano e editora), como exemplo de um dos manuais dos anos 60, com uma “prevalência” de textos alusivos a África e à vida nas colónias (in *ob. cit.*, p.295). Cremos que alude a este livro, embora o título não incluía “velas de Cristo”. Vela, com a cruz de Cristo, só na ilustração da capa. *Portugal*, um dos elementos do título, está em letra tão pequena que mal se nota... Terá sido intencional?



Deparamos com uma grande variedade de temas, de assuntos e de materiais que têm que ver com os universos africanos (sobretudo com o angolano)⁴⁸. São muitos os trechos e as gravuras que testemunham essa “africanização”. Também se lança mão do estratagem de dar “cor local” a conteúdos, já consagrados em manuais anteriores, documentando-os com elementos (visuais e/ou escritos) alusivos às realidades coloniais.

Incluem-se, ainda, lições, para instruir e educar, que figuravam, ou bem podiam figurar, em livros de leitura que não se destinassem ao ultramar⁴⁹. Havia um património comum que devia ser dado a conhecer “cá e lá” e compartilhado em todas as parcelas portuguesas...

Uma história que não engana...

Muitos dos recados, que se querem dar, provêm da grandiosa história de Portugal. Os ensinamentos históricos deviam ser “funcionais”, postos ao serviço de uma história oficial, institucional e pedagógica...

Viriato (pp.10-11) – um dos primeiros trechos – “é o símbolo da valentia desse povo indómito”. Mas trata-se de um *Viriato* especial, não é o habitual... A influência dos Romanos “foi benéfica para os Lusitanos”: “em contacto com uma civilização mais adiantada”, aprenderam muito. “E, assim, progrediram e civilizaram-se”. A conclusão, “exigida” pelo momento, é lógica: “É, de resto, o que a História nos mostra em todos os tempos: a Civilização avança e propaga-se através do contacto de uns povos com os outros”. O subtexto aponta para o que se devia acreditar que se passara e se estava a passar nas colónias: a “Civilização” (maiusculizada) avançara e avançava agora, mais do que nunca, graças ao contacto com os civilizados portugueses⁵⁰.

⁴⁸ Simples narrativas – com ou sem lições de moral... – inspiradas nessa realidade ou servindo-se dela como “pano de fundo”: pp. 7, 21, 22, 65, 71, 87, 90, 98, 102.

⁴⁹ Narrativas populares, fábulas, histórias de proveito e exemplo, textos de autores consagrados ...

⁵⁰ *Viriato*, esse herói que lutara pela independência e pela autonomia, começava a não parecer conveniente?! É provável que sim.... O texto sobre o indómito *Viriato*

Dos restantes textos “históricos” são muitos os que estão ao serviço de mensagens apropriadas que se justificavam no contexto existente. Mulheres heroínas animam as páginas: a *Rainha D. Filipa de Lencastre* (p. 50), virtuosa e patriota exemplar e *A Rainha D. Leonor* (p. 62), fundadora das Misericórdias... Como se frisa neste último texto, “não foram só os homens que se notabilizaram ao serviço da nossa Pátria”. Portugal voltava a exigir, de novo, sacrifícios das suas mulheres (da metrópole e do ultramar) de todas as raças⁵¹.

São concitados, uma vez mais, alguns dos grandes obreiros da epopeia marítima e civilizadora⁵². *Afonso de Albuquerque* (p. 92), ensinado pelas meninas goesa e moçambicana, numa escola da Beira, era um herói que vinha a propósito... Graças a este paladino de uma política integracionista e multirracial, “Portugal estabeleceu-se definitivamente na Índia” e “o povo vivia feliz, sob a sua protecção”⁵³. Governantes esclarecidos, que sabiam civilizar e integrar, já vinham de Quinhentos...

O professor, diplomado pela escola de Cuíma (Angola), veio à Metrópole (a expensas do governo), onde viveu os “melhores dias da sua vida”. Aproveita, agora, para contar aos alunos o que viu e admirou. Desta vez descreve a “maravilha” que é *O Mosteiro dos Jerónimos* (p. 104)⁵⁴. A história deste Portugal (continental) também é sua...

(1932:56; 1937 e 1946: 60) já não consta da versão de 1960 do livro, já referido, da autoria de Pires de Lima. Parece ter desaparecido dos compêndios de leitura depois de estalarem as guerras nas colónias portuguesas.

⁵¹ Ver *Deuladeu Martins* (p.40). Ver *Nun’ Álvares Pereira* (pp. 44-45) - desde muito jovem que se consagra à Pátria. Ver *O Mosteiro da Batalha* (p. 46) - “o esforço de uma Raça, que fez de um pedaço de terra uma das mais gigantescas nações do Mundo, está bem patente no Mosteiro (...), símbolo (...) do heroísmo e da fé de um Povo – o Povo Português”.

⁵² *O Infante D. Henrique* (p. 56); *Vasco da Gama* (p.68). Em *Pedro Álvares Cabral* (p. 88) celebra-se o Brasil que é “orgulho do génio civilizador português” e a língua de “uma comunidade multirracial”; este “génio” seria capaz de fazer o mesmo em África (ver, *infra*, *A unidade portuguesa...*). *Gago Coutinho e Sacadura Cabral* (p.120) – prolongam a saga dos descobrimentos...

⁵³ Quando morreu, “os indianos e os mouros não queriam acreditar...” Era tão grande a fama de justiceiro que, “quando recebiam agravos dos outros governadores”, iam em romaria à sua sepultura para lhe pedirem justiça... Já deparamos com este Albuquerque nos livros da República...

⁵⁴ Atente-se nos cenários: nas escolas de Angola e de Moçambique convivem portugueses das mais diferentes parcelas e raças; por todo o lado impera a concórdia. *O Terramoto de 1755* (p. 114) dá-nos um “novo” Marquês (no contexto do Estado Novo): Pombal, “primeiro-ministro”, “sereno e enérgico”, “bom governante”, com “decisão e

... à mistura com propaganda...

O texto, *Portugal em África* (p. 118), abre com uma afirmação que podia ser esgrimida como argumento (oficial) contra os que proclamavam ser chegada a hora de Portugal deixar as suas “províncias ultramarinas”: “Até começos do século XIX, as nações da Europa, à exceção de Portugal, pouco se interessaram pela África e pelos seus povos.” (Sublinhado nosso). Portugal interessou-se... E queria – em nome desse interesse precoce, que soube prosseguir através dos tempos – continuar a ser a exceção. A prova foi dada pelos grandes exploradores oitocentistas. Mas, não é (provavelmente) por acaso, que ficam de fora da lista, grandes glórias, como Mouzinho de Albuquerque e outros “pacificadores”, que tanto se haviam distinguido nas campanhas contra os negros (e tão celebrados eram noutros livros escolares). Num livro, saído em 1965 e destinado ao Ultramar, a narração dos seus feitos – das suas acções bélicas – era desaconselhável e capaz de ferir susceptibilidades...

A unidade portuguesa no mundo de hoje (pp. 122-123), mais do que uma “lição de história”, é um texto eminentemente doutrinador... A tão celebrada política civilizadora – assente no “humanismo universalista dos portugueses”, responsável pela construção de sociedades e culturas humanizadas –, que já vinha sendo proclamada, em diversos tons, há muito tempo, por ideólogos de vários quadrantes políticos (monárquicos, demoliberais, republicanos), foi assumida com manifesta convicção pelo Estado Novo (e reafirmada na conjuntura dos anos 60). A missão colonizadora de Portugal, transmutada em missão civilizadora – única e invejável –, profundamente impregnada pela seiva cristã (e com uma dimensão plurirracial), era esgrimida, assim caracterizada e maquilhada, pelos diversos poderes do Estado Novo. “Portugal é uma nação pluricontinental e plurirracial que se estende do Minho até Timor”⁵⁵.

inteligência”, faz “ressurgir uma cidade moderna e ainda mais bela!” “Sempre Portugal, nas horas difíceis, pela graça de Deus, tem podido contar com governantes à altura dos acontecimentos, capazes de salvarem a situação...” (Portugal não era governado por um homem como este?).

⁵⁵ Mas atenção: pelo menos até aos anos 60, como prova, por exemplo, Luís Reis Torgal, «há uma lógica proteccionista, como se o português tivesse por dever de “cruzada” de proteger o negro, o que difere substancialmente da imagem da multirraciedade que se começa a apresentar como propaganda nos anos 50, tendo-se aceitado, só então, a imagem da acção miscigenadora do português, expendida por Gilberto Freyre nos anos 30.» - “As comunidades imaginadas. Reflexões metodológicas sobre o estudo dos nacionalismos africanos”, in *Comunidades imaginadas...*, pp. 227-237, p. 230; cf. do autor: «“Muitas raças, uma nação” ou o mito de Portugal multirracial na “Europa”

Heróis portugueses há-os de todas as raças e de todas as etnias: “para cimentar e defender esta maravilhosa realidade, que é o ser-se filho de uma Pátria sem barreiras, deram e continuam a dar a sua vida milhares de portugueses de todas as suas parcelas e de todas as raças. E o sangue destes mártires ainda mais fortalece a união e a grandeza de Portugal”. “O belo exemplo de Portugal há-de frutificar no mundo. Todas as nações hão-de vir a aprender a maravilhosa lição que já demos no Brasil e se está realizando em todas as províncias do território nacional”. (A capacidade realizadora de Portugal, já comprovada, repetia-se em África...) Este jeito para unir raças já vinha dos primórdios da nacionalidade: “Foi a primeira nação do mundo a realizar a união de raças diferentes, sem preconceitos de qualquer espécie. É que, à data da sua fundação, Portugal era já o resultado da mistura de vários povos que tinham passado pela Península Ibérica ou nela se tinham fixado”.

Depois, glosavam-se outros “clichés” propagandísticos: “Os portugueses nascidos na Europa servem no Portugal Ultramarino como os nascidos no Ultramar podem servir, segundo a sua capacidade, tanto na Metrópole como em qualquer outra parcela do território nacional, em todos os cargos, desde os mais humildes aos mais elevados”⁵⁶.

“São testemunho” dessa enorme “irmandade”, “como verdadeiros símbolos, entre tantos, D. Aleixo Corte Real, sangue de Timor; Aniceto do Rosário, sangue de Goa; Maciel Chaves e Mota da Costa, sangue do Portugal europeu, que, como Honório Barreto, da Guiné, Salvador Correia de Sá, do Brasil, Luís Lopes de Sequeira, de Angola, e tantos outros, heróis consagrados ou anónimos, que lado a lado, e sem olharem à cor da sua pele, têm lutado e arriscado a vida, generosamente, pela grandeza do destino da nossa querida Pátria...”. Todos eles heróis “de tão diferentes terras e raças tão diversas, mas formando uma grande Nação.” (Ilustrações: Aniceto do Rosário e o Régulo D. Aleixo).

Além de se reafirmarem e “relegitimarem” princípios e orientações que enformavam a política colonial, acrescentavam-se, ao panteão nacional, heróis “ultramarininos” recentes.

do Estado Novo», in *Estudos do século XX*, nº 2, *Europa-Utopia, Europa-Realidade*, Coimbra 2002, pp. 147-165.

⁵⁶ Mais se diz: “Todos são iguais perante a Pátria que vela pelo seu progresso e bem-estar. Frequentam as mesmas escolas, são tratados nos mesmos hospitais, rezam nas mesmas igrejas, viajam nos mesmos transportes, frequentam os mesmos clubes e vão juntos para os mesmos empregos.” Era difícil que, todos os que viviam nas colónias, acreditassem que as coisas eram exactamente assim...

“São Portugal” e a “santidade” (“sombra luminosa do heroísmo”)

Num livro como este, nada mais aconselhável, para terminar, do que a exaltante lição de *S. Portugal de aquém e além céu* (p. 124) – um texto de Adolfo Simões Müller que é agora reutilizado⁵⁷. “Os heróis portugueses saíram a descobrir mundo; os santos partiram para desvendar o Céu. À nossa epopeia trágico-marítima corresponde, assim, a nossa história trágico-celeste. E D. Portugal, de aquém e além-mar, confunde-se com S. Portugal de aquém e de além-Céu.” É que, “na nossa história de oito séculos, a santidade foi sempre a sombra luminosa do heroísmo. Parece que cada gesto de bravura se transformava numa ação de graças. Aquelas mãos que erguiam montanhas ou seguravam a roda do leno sabiam, também, juntar-se em jato de prece.

São, reparar: enquanto os barões dos promontórios tallavam o nosso território continental, Santo António fazia o milagre de estar em dois lados ao mesmo tempo. Era uma lição para Portugal que, em breve, com as viagens marítimas, estaria, simultaneamente, na Europa, na África, na Ásia, na América e na Oceânia.

Mais tarde, Santo Isabel transformava o pão em rosas. Não há-de tardar o dia em que Gil Eanes possa mostrar, nos seus olhos, as rosas de Santa Maria, em que o Infante de Sagres converteu, também, por vontade de Deus, os pomboes de D. Diogo.

— 124 —



O “milagre português”; um santo ubíquo; a “lusitanidade”



Era essencial repetir e orquestrar... *O milagre português* (p. 91) – tem consistido e consiste na aproximação de raças, na prática da multiracialidade e da fraternidade, e na reafirmação de uma política que não discrimina ninguém. A mesma lógica, os mesmos argumentos e os mesmos heróis da lição *A unidade portuguesa...* (No livro, que analisaremos a seguir, há textos iguais...)

⁵⁷ In *Historiazinha de Portugal*, 1943, (3.ª ed., 1957) – cf. Luís Reis Torgal, in *História da História...*, pp. 504 e 510-511. Também é certo que se viviam, por esses anos, momentos de grande exaltação patriótica e nacionalista. (Já Fernando Pessoa havia falado, alguns anos antes, em *S. Portugal*).

Todos os homens, “seja qual for a cor da sua pele, são filhos de Deus.” Para acabar com todas as diferenças, “a melhor solução – a única solução cristã que é aquela, aliás que faz as Nações mais fortes e mais dignas – é a que nós, Portugueses, seguimos no Brasil, em Goa, em Cabo Verde e em todas as parcelas do território nacional.” A mensagem final, a negrito, revela o que é o verdadeiro “milagre português”: **“Homens de diferentes raças vivendo como verdadeiros irmãos, dentro das mesmas fronteiras, trabalham de mãos dadas para o engrandecimento da Pátria comum, que vai do Minho, na Europa, a Timor, na Oceânia – não por vãs honrarias na terra, mas para a eterna glória de Deus. Foi este o espírito que sempre conduziu o punhado de portugueses que assombrou o mundo com os descobrimentos. É este, afinal, o segredo de o Milagre português”** (p. 91).

Com *Portugueses de sempre* (p.117) reafirma-se “a unidade indestrutível”, desde a Metrópole à mais distante província ultramarina”. Em todo esse espaço, “é a mesma bandeira que recebe a homenagem de homens de raças diversas e de diversas religiões (...). Em matéria de patriotismo, os portugueses europeus não diferem dos restantes portugueses”, como comprovam múltiplos exemplos de heroicidade...⁵⁸

Em *A nossa glória* (p. 103) proclama-se que nunca se viu raça como a portuguesa que “escuta apenas... a voz do dever, a voz de Deus”. (Este povo único apenas trabalha “para a eterna glória de Deus”!) Mesmo que se erga “o mundo inteiro contra nós”, “a alma intemerata desta gente não sabe o que é temer...” A Pátria Portuguesa “foi sempre assim...”. (Poema de Gabriello de Altamira).

Atente-se na espantosa leitura que é feita do passado: no *S. Portugal...* (já aludido), o próprio Santo António, com o milagre da ubiquidade, é tido como um precursor do destino glorioso de Portugal... “Enquanto os barões dos primeiros reis talhavam o nosso território continental, Santo António fazia o milagre de estar em dois lados ao mesmo tempo. Era uma lição para Portugal que, em breve, com as viagens marítimas estaria simultaneamente na Europa, na África, na Ásia, na América e na Oceânia”.

Outros textos, assumidamente ideologizados, que também se socorrem da matéria histórica, visavam contribuir para fazer cidadãos crentes na indivisi-

⁵⁸ Volta-se à lista: Nicolau de Mesquita, “chinês de Macau”; Honório Barreto, herói “negro da Guiné”; D. Aleixo Corte Real, “malaio de Timor”; Aniceto do Rosário, “asiático de Goa”; Carlos Alberto e António Aleixo, “mestiços de Angola”. (Texto de António Maria Zorro).

bilidade da (grande) nação portuguesa. O ultramar, não o esqueçamos, era a “quinta essência” do regime.

Leia-se *Pátria imortal. Cantada por vários poetas* (p. 12) - as quadras não podiam ser mais laudatórias: “Como Deus está na hóstia,/ e como a vista no olhar,/ – a Pátria está na Bandeira,/ quando a Bandeira passar.// (...) Se Portugal uma vela/ pusesse em cada lugar,/ que a sua glória revela,/ seria o Mundo um altar!” Leia-se *O povo da metrópole* (p. 33), dito por Sarmento Rodrigues. O que conta verdadeiramente é a maneira como a metrópole sente e vive o ultramar: “... Por toda a parte se sente, do homem mais humilde ao mais culto, o interesse pelo Ultramar, o desejo de para cá vir (...), a perfeita compreensão da *lusitanidade* dos territórios ultramarinos”⁵⁹.

Muitos destes estereótipos, destas representações e destas mistificações – em que tanto se insiste – revestiam um carácter “arcaico” nos meados dos anos 60. Fica a sensação de que já não seria fácil, apesar do controlo e da propaganda, fazer passar mensagens como estas...

Ambientes bem “ultramarinos”

Para além do que vimos, prosseguem as mensagens para divulgar e promover as realidades ultramarinas e para reafirmar os valores que “legitimavam” a política estatal.

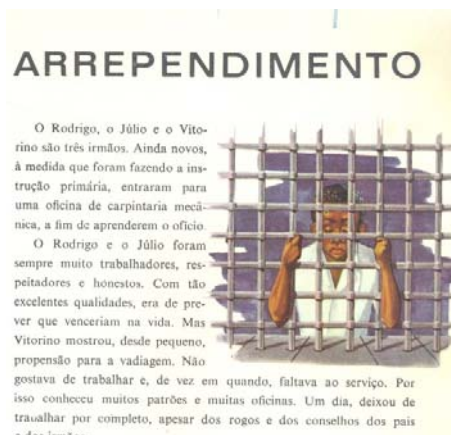
Da história contada em *A ilusão* (p. 66), com protagonistas que têm nomes que não enganam – Tito Fumela e Inácio Chicomo –, conclui-se que “todos precisamos uns dos outros”. No texto *Recordando* (p.82), Sabino é natural de Angola e Vicente de Coimbra (mas “veio para cá tão novo que se considera também natural de Angola”). Agora já crescidos, “voltaram a ser meninos” ao partilharem os tempos vividos na escola. Na gravura ilustrativa um negro e um branco abraçam-se...

⁵⁹ Razões para esta lusitanidade: “dos tempos heróicos até hoje, nunca nas províncias ultramarinas faltou gente da Metrópole para lutar ou para lavrar”. (Não era bem assim: a propaganda passa por cima da ausência de facilidades, ao longo de muitos anos de vigência do Estado Novo, para quem queria “emigrar” para o ultramar).



Acresce, ainda, como já notámos, que é muita a iconografia alusiva a África. Por vezes força-se mesmo a nota: há histórias e situações, que pouco ou nada têm que ver com a realidade africana, mas que são “africanizadas”, graças (tão somente) aos motivos iconográficos. Em *Era merecedor*, o “pobre ceguinho”, protagonista da história, só é negro na imagem (p. 29). A lição *Como se faz uma boneca* (pp. 35-36) é ilustrada com um boneco negro, com uma boneca mulata e com bonecas brancas! O Vitorino, de *Arrependimento* (p. 95), mostra-se muito arrependido do crime que cometeu. Agora, na cadeia, já trabalha. (A ilustração

mostra-nos um jovem negro atrás das grades)⁶⁰.



⁶⁰ *O trabalho* (p. 83): profissões que exigem mais esforço físico (trabalho manual) são documentadas com operários negros; o trabalhador intelectual (sentado numa secretária) é branco... As imagens nem sempre são “politicamente correctas”: nos casos de *Arrependimento* e de *O trabalho* a autocensura e/ou a “Acção Psicológica” não teriam funcionado? Há vários exemplos com figurantes negros... *A melhor acção* (pp. 60-61) apresenta “vinhetas” com negros. Um trecho de Guerra Junqueiro, com o título *A sinceridade* (p. 67), cuja acção se relaciona com a escola, é ilustrado com uma fotografia de uma classe multirracial (são poucas as crianças brancas...); o professor também é negro. Em *Vamos fazer um papagaio e Brinquedo* (poema de Miguel Torga...), vemos meninos “pretos”, com “roupas de brancos”! (pp. 74 e 76). Com mais uma criança negra ilustra-se a lição sobre *O eco* (p. 80).

Ortodoxias em consonância com os tempos

O livro segue determinações superiores. De acordo com as disposições do ministro do Ultramar (19.02.1964) – e em conformidade com o programa da 3.^a classe (do ensino primário no ultramar) –, os livros de leitura deviam incluir textos sobre Portugal em África (“As grandes viagens de exploração”), sobre Gago Coutinho e Sacadura Cabral e sobre a “Unidade portuguesa no Mundo de hoje”. Deviam abordar, ainda, as figuras de Aleixo Corte Real e de Aniceto do Rosário (que integravam o novo panteão dos “heróis do ultramar”). Todos estes temas se queriam ao serviço da construção de um Portugal de “muitas raças – uma nação”⁶¹.

Os anos sessenta teriam trazido o reforço de uma propaganda fortemente institucionalizada – “tendencialmente total”? – que pretendia mais do que influenciar ideias e modificar opiniões, obter adesões e desencadear actuações (acções). Mais do que uma ortodoxia, visava uma “ortopraxia”⁶².

Campanhas de propaganda – com componentes de “acção psicológica” (e “psicossocial”) –, devidamente orquestradas, eram levadas à prática, por muitas instituições e organismos, com os mais variados meios e pelos mais diversos canais. Entre essas iniciativas, gizadas superiormente, tinha pleno cabimento uma obra como esta. O livro *Portugal* era mais uma (grossa?) gota de água, no mar das mais variadas realizações. Fruto da conjuntura da época, reflecte, por um

⁶¹ E ainda: Viriato, Egas Moniz (...), o castelo de Guimarães (...), Santo António, a Rainha Santa Isabel, Nuno Álvares Pereira, o Mosteiro da Batalha, D. Filipa de Lencastre e a “íclita geração”, o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, o Mosteiro dos Jerónimos, Luís de Camões (...), 1.º de Dezembro, o terramoto de 1755... Estes temas também foram incluídos no livro. Nesse tempo das “campanhas ultramarinas”, houve a preocupação de dar ao ensino, no ultramar, um carácter específico: em 1964 publicam-se os programas do Ensino Primário no Ultramar; semelhantes aos do ensino na “Metrópole”, apresentam “algumas marcações específicas” – cf. Luís Reis Torgal, in *História da História em Portugal...*, p.447. Vamos encontrar estas “figuras exemplares” no programa de história da 4.^a classe de 1968.

⁶² Baseada em métodos e técnicas da publicidade, ao serviço da propaganda. Aos objectivos integradores (“propaganda de integração”), estavam subjacentes objectivos ideológicos e políticos de agitação (para “galvanizar” energias). Difícil averiguar, como é óbvio, a eficácia de todas estas acções e iniciativas. A propaganda existe, mas não explica a “totalidade das coisas”. Durante os últimos 20 anos de liderança política, Salazar quis aparecer como o defensor dos vilipendiados valores da “civilização ocidental” – ver Jorge Ramos do Ó, *O lugar de Salazar. Estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 62, 125.

lado, os tempos em que foi produzido e, por outro, pela concepção e pelos intuítos doutrinários e pedagógicos, constitui um veículo para influenciar o público-alvo a que se destinava: os alunos que, nas colónias, frequentavam a escola primária.

3.2. O “oficial” e doutrinador livro de Joaquim Gaspar

O porquê desta obra

É preciso dizer que, na segunda metade dos anos sessenta (mais propriamente a partir de 1967), vão aparecendo, para todas as classes, manuais de língua portuguesa que integram uma “nova geração”: mais atraentes esteticamente, com outras preocupações iconográficas e com arranjos gráficos cuidados (e inovadores em relação às obras convencionais). São livros menos ideologizados, com uma maior percentagem de textos de qualidade literária, assinados, nalguns casos, por autores pouco ou nada comuns. Parece haver, nestas produções, um maior investimento pedagógico: pensa-se mais no público-alvo e nas suas características mentais e psicológicas. São exemplos de manuais desta “geração” – que aparece “ao cair do pano...” – o *Livro da primeira classe* de Maria Luísa Torres, Francisca Laura Batista e Glória N. Gusmão, 1º ed. 1967, e o *Livro de leitura de segunda classe* de Judite Vieira, Manuel Ferreira Patrício e Silva Graça, 1968⁶³. Destaca-se, ainda, pela inovação, *O novo livro de leitura da 4ª classe* de António Branco⁶⁴. São sinais (a juntar a outros) de contradições que se iam agudizando.

⁶³ Um e outro foram assumidos pelo “Ministério da Educação”. Vão substituir os livros únicos. Maria Keil e Luís Filipe de Abreu são os inspirados ilustradores. Os livros da “nova geração” – fruto dos tempos e da postura dos seus autores – estão longe dos intuítos doutrinários que tanto se notam, por exemplo, nos compêndios homónimos (livros únicos) do “Ministério”, que se tinham revelado, aliás, precocemente inovadores e avançados no que respeita à qualidade gráfica e estética. Mas as inovações, destes livros da nova geração, não consomem um corte sério com os seus congéneres anteriores. (M^a Velho da Costa analisa o da 1ª classe).

⁶⁴ A versão original, analisada por M^a Velho da Costa, teria aparecido em 1968. (Pensamos que em 1967). É confrontada com o livro de Joaquim Gaspar (aqui tratado): as diferenças são flagrantes – ver *ob. cit.*, 2ª parte - pp.155 e ss.. Em 1969 sai uma nova versão (Porto, s/d.; entra na Biblioteca Geral da Univ. de Coimbra em 03.10.1969) que apresenta diferenças em relação ao original: é menos ousada, mais “suavizada” e fixa o texto utilizado em posteriores reedições. (Embora se tivesse servido da versão mais arrojada, parece-nos que, mesmo assim, a autora sobrevalorizou os aspectos inovadores). Mas

Se o regime consente um livro como o de António Branco, aprova e perfilha outros (em especial para a 4ª classe), como o de Joaquim Gaspar (que vamos analisar), mais consentâneos com o que ainda era o ideário oficial. Este volume é um exemplo acabado de uma criação rotineira e tradicional, uma espécie de “reverso” do compêndio de António Branco. Livros convencionais continuaram a ser “aprovados” (oficialmente) pouco antes de Caetano chegar ao poder e na “primavera marcelista” (que continua a ter muito de “inverno”). Aliás, estas duas obras, “actualizadas” segundo o mesmo programa (de 1968), traduziam, dadas as diferenças existentes entre uma e outra, as contradições dos tempos que corriam.⁶⁵

O certo é que, em 1968, se utilizava, para a “retaguarda” (para a metrópole), um livro como o de Joaquim Gaspar que pode ser considerado o equivalente, para o território continental, do “livro para o ultramar”⁶⁶.

Uma obra convencional e propagandística...



O Livro de leitura da 4.ª classe – actualizado segundo os novos programas para o ensino primário. Oficialmente autorizado o seu uso⁶⁷ – é uma edição (revista) do que tradicionalmente se vinha fazendo. Os conteúdos revelam-se ajustados ao “pensamento oficial” (e único) e bem conformes à orientação política estatal. É difícil encontrar, nos livros de leitura, maior fidelidade e

este livro de 69 continua a apresentar inovações (pedagógicas, estéticas e temáticas) significativas. (Não cabe aqui referi-las). Não houve, para este nível, um livro assim: foi a “andorinha que não chegou para fazer a primavera”.

⁶⁵ Havia, cada vez menos, um só Portugal: ao lado do “Portugal” tradicional, conservador e autoritário – que os poderes políticos pareciam querer cultivar e impor –, havia um “Portugal”, mais arejado e mais apostado no desenvolvimento económico e social, desejoso de uma maior abertura. Dentro do Governo (e do próprio ministério da Educação) haveria representantes destas posições (destas “correntes?”) que encarnavam sensibilidades políticas e sociais diferentes.

⁶⁶ É também significativo o parentesco com os manuais da Série Escolar Educação (4ª classe), dos anos 60.

⁶⁷ Atlântida Editora, Coimbra, edição de 1968. A portaria dos novos programas é de 16 de Julho. As 5.ª, 6.ª e 7.ª edições saem neste ano. (Em Setembro de 1968 toma posse Marcelo Caetano).

maior alinhamento com o que o poder queria que se ensinasse...

Dadas as circunstâncias – defesa intransigente das “províncias ultramarinas” –, amplifica-se (nos anos sessenta), como já sugerimos, o discurso sobre a “especificidade” do colonialismo português⁶⁸. No fim da década assiste-se a uma maior contestação interna, a um aumento das pressões externas (em relação à política colonial) e a dificuldades acrescidas nas frentes coloniais. Esta ambiência poderá explicar, eventualmente, a publicação de um livro como este, em que se atingem níveis de mentalização e de propaganda dificilmente ultrapassáveis.

Iremos destacar, sobretudo, em função dos nossos propósitos, algumas lições que são compagináveis com a orientação ideológica e política que era determinada, essencialmente, pela defesa das províncias ultramarinas e dos interesses coloniais⁶⁹.

O grande Portugal - a grande pátria una e multirracial

Também surge, aqui, um conjunto de textos que exalta a nação portuguesa e o império – e os seus grandes construtores –, que visa justificar a política portuguesa para África e que enfatiza o que se considerava serem algumas das características da identidade nacional. São elementos indissociáveis de uma mensagem patriótica que urgia impor nesses tempos (cada vez mais) difíceis para a “unidade da nação portuguesa”.

⁶⁸ Este discurso «...já estava presente nos textos oficiais dos anos 30, coexistindo com a imagem “imperial”.» Mas tornou-se dominante quando, «prevenindo-se perante o início da época de descolonização, Portugal e as suas colónias, agora designadas como “províncias ultramarinas”, passaram constitucionalmente a formar um mesmo Estado “uno e indivisível”, sem qualquer traço de dominação formal da metrópole.» «A “nação” transmutava-se assim em “pluricontinental e pluri-racial”» - Nuno G. Monteiro e A. Costa Pinto, in *ob.cit.*, p.61.

⁶⁹ Deixamos na sombra textos que espelham alguns dos princípios ideológicos que melhor ilustram o “conservadorismo” (e as continuidades) e reafirmam aspectos doutrinários conservadores (apenas se referem alguns dos que tratam matérias de história ou de religião). M^a Velho da Costa sintetiza: o livro continua “a trilha que conhecemos”: exaltação familiar e patriótica, predominância de textos sobre fainas e meio rural, idílio bucólico, textos “exemplares...” – *ob.cit.*, p. 164, 156-167, 176-180. Ver, sobre esta ambiência e sobre “O nacionalismo salazarista...”, as análises de João Medina, in *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a ditadura*, Livros Horizonte, Lisboa, 2000, pp. 68-74 e 90-133.

Declaram-se logo, na citação (epígrafe) de Salazar que abre o manual, alguns dos propósitos que presidem à concepção do manual: **“É essencial que o espírito da mocidade seja por nós formado no sentido da vocação histórica de Portugal, com os exemplos de sacrifício, patriotismo, desinteresse, abnegação, valentia, sentimento de dignidade própria (...)”**. Esta epígrafe ainda não consta da 5.^a edição...

O mineiro negro – de *Eu sou português* (p. 62) – trabalha “para lá da fronteira”; mas, apesar de ganhar “muitíssimo bem”, regressa a Moçambique, porque se está a proceder ao recenseamento da província. É que, como ele próprio frisa, “se lá ficasse, não me contariam cá no número dos Portugueses e eu sou Português”. As razões são convincentes: eram os portugueses que o estimavam, porque quando lhe pagavam, embora lhe dessem menos, faziam-no “gentilmente”, com um sorriso. “O seu rosto e o seu gesto mostravam que o africano apreciava o respeito que os portugueses tinham por todos, sem distinção de raça ou de cor” (Margarida P. Bastos Valente). É provavelmente um dos textos que mais longe vai nesta mistificadora exemplaridade do colonialismo português.

A equidade social e a harmonia inter-racial voltam a ser ingredientes fundamentais na lição *Aspectos da vida corrente na província de Angola* (p. 110). A vida escolar “funciona com a máxima eficiência”, a assistência médica é “exemplar”. “Estas regalias podem usufruí-las todos os portugueses, sem distinção de raça ou de cor, pois em todo o território nacional não há discriminação racial: tão portugueses são os de pele branca, como os que a têm preta, vermelha ou amarela”. À pluri (e multi) racialidade juntavam-se a pluri (e multi) “coloridade”! Onde estavam os de pele vermelha? Deviam figurar aqui por “força de expressão”.

É de Oliveira Salazar o texto que explica e justifica *Por que (sic) está Portugal em África* (p. 126). Fundos e duradoiros são os sulcos que Portugal deixa por onde passa (mesmo onde já não exerce a soberania e o domínio político). Não é obra “do explorador que busca, à pressa, as riquezas fáceis...” é obra de quem tem “o sentido da missão civilizadora. Não é a terra que se explora: é Portugal que revive”. É “a mesma Pátria reproduzida, alma e sangue, ao modo da mãe em seus filhos.” Querem-se intenções mais nobres, desígnios mais elevados?

A Índia Portuguesa (p. 131) – é para que se saiba que não se pode aceitar a usurpação que fora feita em 1961. (Como já vimos, v.g., em textos de um livro para o 4.^a classe da “Série Escolar Educação”). “O Governo Portu-

guês não reconhece o acto de força levado a efeito e reservou-se todos os direitos com vista a uma acção diplomática ou militar que restitua os territórios usurpados à soberania portuguesa.” Não se podia desistir... Para defender sagrados e inalienáveis direitos, não se descartava mesmo a acção militar... Junta-se um excerto de Salazar que atestava a comprovada dimensão da “civilização ocidental” que impregnava a colonização portuguesa: “Nos mares e terras do Oriente, a Índia Portuguesa representa um tipo bem definido de cultura e de civilização, uma característica expressão ocidental.”

Em *O régulo D. Aleixo*, pp. 138-139)⁷⁰, outro conveniente *exemplo de patriotismo* (é este o subtítulo) é dado pela “atitude heróica e patriótica” de D. Aleixo Corte Real, “bem digna de figurar entre os feitos dos heróis nacionais”. A quando da invasão japonesa de Timor, em 1942, o régulo e os seus homens decidem-se pela resistência. Acabam por ser atraídos para uma armadilha... Ao descobrirem a traição, “atiram-se aos oficiais japoneses e dizem-lhes que, como portugueses que são, só os portugueses os podem prender”. Desenrola-se “tremenda luta (...). Mas os inimigos eram, pelo menos, vinte vezes mais e estavam bem armados. Apesar disso, muitos caíram para sempre...” D. Aleixo e os seus companheiros pagaram com o sacrifício supremo da vida o seu portuguesismo....

Muitas outras lições ajudam a celebrar, de variadas maneiras, o espaço colonial com as suas (portuguesíssimas) gentes e a glorificar a colonização portuguesa⁷¹.

⁷⁰ (Ver supra “Um livro para o ultramar...”). Vários textos históricos – com mensagens patrióticas – passam em revista outras figuras exemplares que constam do programa de História de Portugal (portaria nº 23 485 de 16 de Julho 1968): “as matérias indicadas terão o seu complemento no livro de leitura”, com inclusão de “textos narrativos de episódios exemplares das figuras mais significativas do passado.”

⁷¹ Ver: *Costumes de Cabo Verde*, p. 81; *Província da Guiné*, 84; *Um passeio por S. Tomé*, p.88; *Aspectos da vida corrente na Província de Angola*, p.110; *A caça em Moçambique*, p.116; *O batuque*, p. 125; *Macau*, p.134; *O bazar (em Timor)*, p. 137; *O coelho e o gato bravo (conto de Moçambique)*, p. 118. Ver, mais voltados para a realidade histórica: *De Portugal ao Brasil. Viagem de Pedro Álvares Cabral*, p.101; *A caça ao pirata Coja Acém*, p. 108; *Audácia e patriotismo (Mouzinho de Albuquerque)*, p.121; *Viagens de exploração*, p. 129; *De Portugal ao Brasil - viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral*, p. 132; ver, ainda, *Missionários*, p. 99 - um dos textos assinados por J. G. (Joaquim Gaspar?); *A língua portuguesa*, p. 96. O texto de encerramento, *Roteiro de gente moça*, de A. C. de Oliveira, constitui uma exaltante descrição da Pátria e um veemente apelo patriótico.

“Não fogem de nós, fogem para nós...”

Pela maneira como são reproduzidos argumentos e “axiomas” oficiais, destacamos

Cartas familiares (p.87). O furriel João Alberto (S.P.M. 8216)⁷² – filho de um pai agricultor e de uma mãe doméstica –, escreve de Maquela do Zombo (em Abril de 1966). Sente saudades, mas “nem sombra de tristeza ou de aborrecimento”. Como diz: “estou no cumprimento do meu dever e, além disso, estou em Portugal” (já antes havia afirmado que as terras, “embora distantes”, são “bem portuguesas”). E depois prossegue: “É certo que me lembro da família e da aldeia (...); mas não é menos certo que me sinto feliz por me ter sido dada a oportunidade de, como soldado, concorrer o melhor que posso, para a defesa e engrandecimento da Pátria”. E o orgulhoso e feliz furriel avança com informações que dão a conhecer, explicitamente, a argumentação oficial que era esgrimida para justificar as campanhas ditas de pacificação:

“...Os nossos inimigos são apenas os estrangeiros, porque os nativos olham-nos com simpatia extrema, orgulhosos de serem portugueses. Não fogem de nós, fogem para nós. Eu, quando tiver de regressar aí, tenho a certeza de que vou sentir grandes saudades desta gente, que entre nós se sente como em família.”

Para além das temáticas tradicionais, como bem nota M^a Velho da Costa, regista-se, neste volume, uma “continuidade”, senão um “agravamento”, “das situações e propostas dos volumes anteriores”; ostenta «apenas como motivos não inteiramente novos, descrições mais detalhadas das belezas turísticas e actividade das províncias ultramarinas, bem como maior frequência de “presenças” indígenas»⁷³.

Numa altura em que o futuro do regime parecia depender, cada vez mais, do êxito das “campanhas de pacificação”, as palavras e as ideias deviam ajudar a servir os princípios e as actuações defendidos pela elite dirigente e pelos governantes. Era fundamental, como fomos vendo, na lógica dos poderes que controlavam as produções ideológicas, destinadas a doutrinar, fazer passar mensagens que suportassem e legitimassem a defesa e a manutenção do Portu-

⁷² Refere-se o “código postal” militar para dar maior verosimilhança à narrativa.

⁷³ *Ob.cit.*, pp. 158,164.

gal pluricontinental. Vai-se tão longe, ou ainda mais, na “publicidade” à exemplar colonização portuguesa e à política ultramarina (oficialmente trilhada), do que no manual de 1965 (para as “províncias africanas”).

**PORTUGAL, INDONESIA Y TIMOR ESTE
LA OPINIÓN PÚBLICA INTERNACIONAL Y LA RESISTENCIA DEMOCRÁTICA
DEL PUEBLO TIMORENSE**

1. Notas introductorias

Actualmente, cuando nos referimos al conflicto de Timor Oriental, inevitablemente, estamos recordando los trágicos sucesos acaecidos los días precedentes y posteriores al referéndum celebrado en aquel territorio el 19 de agosto de 1999, para que los timorenses decidiesen si la antigua colonia portuguesa debía regir su destino fuera de Indonesia, tal y como era preceptivo tras el inicio del proceso de descolonización en 1974, o preferían continuar bajo el yugo del régimen militarista de Yakarta, que había impuesto la represión desde la invasión del territorio el 7 de diciembre de 1975 con el visto bueno de los Estados Unidos.¹

Desde la cruel invasión indonesia hasta la década de los noventa, el pueblo maubere (etnia mayoritaria entre los timorenses orientales), mayoritariamente católico y que tenían como idioma oficial el portugués, dentro de un país de creencia fundamentalmente musulmana y con decenas de lenguas, el

¹ Cf.: Pires, Mário Lemos, *Descolonização de Timor, missão impossível?*, Lisboa, 3ª edición, Publicações Dom Quixote, 1994; TAYLOR, John G., *Indonesia's forgotten war. The hidden history of East Timor*, Londres y Nueva Jersey, Zed Books, 1991; Barbedo Magalhães, A., *East Timor. Indonesian Occupation and Genocide*, Porto, Porto University, 1992.

drama timorense era un asunto desconocido para la opinión pública internacional. Muy pocos eran los que, en España, más allá de algunas organizaciones humanitarias, pocos políticos y ciudadanos muy bien informados, habían oído hablar de Timor Oriental. Los gritos del silencio alcanzaron la retina o el corazón de la comunidad internacional cuando las cámaras de los medios de comunicación mundiales orientaron sus objetivos hacia aquel olvidado lugar a principios de la década de los noventa. El genocidio de la antigua colonia portuguesa, que había sido abandonada a su suerte por la ONU y por las potencias internacionales, que prefirieron mantener el *status quo* político, en contra de los derechos (avalados por varias resoluciones de la ONU que Indonesia nunca reconoció y que nadie impuso, como ocurrió con otras zonas en las que se cometieron genocidios, como Kosovo), salió a la superficie informativa gracias a la acción propagandística de la Resistencia Timorense en el exterior y a la ayuda prestada por la Iglesia Católica, el Estado portugués y diversas organizaciones no gubernamentales que se implicaron en una campaña de propaganda internacional, cuyas claves estratégicas explicaremos a continuación.

2. Antecedentes y evolución del conflicto timorense

Timor Oriental ha sido siempre una espina clavada en el corazón de los portugueses. Una espina en forma de noticia que desde hace más de dos décadas está infectando una herida difícil de sanar que se recuerda diariamente desde algunas de las principales tribunas informativas de Portugal. Prensa, radio y televisión han alimentado un remordimiento que pesa desde entonces en la conciencia nacional. La propaganda del Estado portugués y el sentimiento colectivo de la opinión pública del país vecino es que 800.000 ciudadanos timorenses, que poseían la nacionalidad lusa hasta el 7 de diciembre de 1975, fecha de la cruenta invasión indonesia, fueron abandonados a su trágico destino ante la imposibilidad de que el gobierno portugués, sumergido en el proceso revolucionario del 25 de abril, pudiese hacer nada para impedir la masacre en su colonia. Una tragedia perpetuada desde entonces, que, según cifras de organizaciones humanitarias, llegó a alcanzar entre los 70.000 y los 200.000 muertos. El sistemático genocidio tenía intereses tan oscuros como el color del petróleo, que, actualmente, están explotando más de una decena de empresas petrolíferas occidentales en el denominado “Timor-Gap”, una zona en aguas

territoriales de la isla del Índico que, según algunos especialistas, es uno de los mayores yacimientos de oro negro del mundo.²

Detrás de esta operación de invasión y genocidio estuvo la Agencia de Inteligencia (CIA) de los Estados Unidos, que apoyó abiertamente la ocupación del territorio por el dragón indonesio ante el temor al expansionismo chino, que podría llegar a entenderse con el Frente Timorense de Liberación Nacional (FRETILIN), de militancia izquierdista, posteriormente transformado en una guerrilla que todavía hoy sobrevive más como símbolo de una resistencia que como esperanza de una victoria militar. Ahora, sin embargo, China es un buen amigo del Tío Sam. Es más: se trata de una de las naciones más favorecidas por el comercio americano para tratar de hacer de ellas un gran mercado para sus productos. Precisamente, fue la tentación del mercado indonesio, superior a los 200 millones de personas (el cuarto país más poblado del mundo) y el petróleo timorense lo que hizo que Estados Unidos siguiera protegiendo la *integridad* territorial del archipiélago hasta 1999, sosteniendo su dictatorial régimen antes que los derechos humanos en Timor Oriental. El dictador Suharto entendió perfectamente la clave del apoyo incondicional norteamericano, aunque no así la ONU, que dictó numerosas resoluciones en contra de la ocupación del territorio, que nunca reconoció como indonesio.

Pero los timorenses sabían que la lucha por los derechos humanos y la independencia de Timor Oriental se podía perder en el complicado juego diplomático o en el propio campo de batalla, pero nunca en el terreno de la propaganda. Porque ésa era la única forma de vencer el silencio impuesto por las agencias de información mundiales sobre este genocidio, en el fondo y en la forma comparable al cometido por el nazismo sobre el pueblo judío o el Pol Pot sobre los camboyanos. El olvido del drama tenía como objetivo hacer cada vez más firme la razón de Suharto y sus aliados y extirpar la resistencia timorense sin que la sangre de las víctimas salpicase los titulares de los principales me-

² Cf.: Taylor, John G., *Indonesia's forgotten war. The hidden history of East Timor*, Londres y Nueva Jersey, Zed Books, 1991; Pires, Mário Lemos, *Descolonização de Timor, missão impossível?*, Lisboa, 3ª edición, Publicações Dom Quixote, 1994, entre otros libros. Sobre el estudio de diferentes casos de propaganda política a nivel internacional, véanse: Pizarroso Quintero, Alejandro, *Historia de la Propaganda. Notas para un estudio de la propaganda política y de guerra*, Madrid, Eudema, 1990; idem, *La guerra de las mentiras. Información, propaganda y guerra psicológica en el conflicto del Golfo*, Madrid, Eudema, 199; Iglesias Rodríguez, Gema, *La propaganda en las guerras del siglo XX*, Madrid, Arco/Libros S. L., 1997; Sahagún, Felipe, *De Gutenberg a Internet, La sociedad internacional de la información*, Madrid, Estudios Internacionales de la Complutense, 1998.

dios de comunicación occidentales.³ Hasta que la diplomacia del Vaticano (que intenta proteger a la mayoría católica timorense frente a la imperante cultura musulmana indonesia), el Estado portugués y un grupo de representantes timorenses encabezados por José Ramos-Horta decidieron emprender una orquestada campaña de propaganda internacional para rasgar las cortinas del olvido y promover la independencia de Timor Este. El punto de inflexión en la firme batalla propagandística contra el silencio está marcado por la masacre ocurrida en el cementerio de Santa Cruz, en la capital de Timor Oriental, Díli, el 12 de noviembre de 1991. Allí fallecieron alrededor un centenar de estudiantes timorenses que se habían concentrado, en señal de duelo y homenaje, ante la tumba de un compañero que había sido asesinado días atrás por el ejército indonesio.

Tras aquella nueva matanza, los medios de comunicación portugueses fueron un encendido clamor avivado por las declaraciones oficiales del propio gobierno del socialdemócrata Anibal Cavaco Silva, que siempre vio en la cuestión de Timor Oriental una excelente oportunidad para proyectar una imagen de solidaridad y unidad nacional frente a un problema para cuya solución el Estado portugués, antes y ahora, no ha tenido más que buenas palabras e iniciativas simbólicas sin repercusión internacional. El gobierno luso sabe que los beneficios políticos del drama de Timor Oriental son muchos porque los *media* y la opinión pública portuguesa están enormemente sensibilizados con esta cuestión y tienen, además, asumida la impotencia de un país condicionado por su debilidad y sus alianzas externas. El gobierno portugués, pues, siempre supo que sólo sacaría beneficios propagandísticos, ante su sociedad nacional, de todas las iniciativas que presente para *liberar* a su antigua colonia del yugo indonesio, con un riesgo mínimo y calculado de disidencias o enfrentamientos externos porque es consciente de que le asiste la razón y la ONU la respalda.

Junto al Estado luso, la Iglesia Católica adoptó una posición siempre firme aunque prudente en defensa de los intereses timorenses, emitiendo diversos comunicados y organizando foros internacionales para difundir la tragedia del pueblo maubere.⁴ Aunque, oficialmente, el Vaticano jamás ha presionado

³ Cf.: Pena Rodríguez, Alberto, "El genocidio de Timor Este y el silencio informativo mundial (1995-1996)", in *Actas de las III Jornadas Internacionales de Jóvenes Investigadores en Ciencias de la Comunicación*, Madrid, Facultad de Cc. de la Información, Universidad Complutense, 1997, pp. 229-235.

⁴ Por ejemplo, la organización católica alemana Evangelische Akademie Iserlohn organizó, entre el 30 de septiembre y el 2 de octubre de 1994, en colaboración con la Universidade de Porto y otras instituciones alemanas y holandesas, un congreso internacional en Berlín, dirigido por el Dr. Rüdiger Sareika, el Dr. A. Barbedo Magalhães,

directamente al régimen indonesio ni ha tomado una posición diplomática demasiado comprometida, el episcopado portugués sí abanderó un movimiento favorable a la causa timorense⁵, que consiguió que el Papa Juan Pablo II viajara a Díli, capital de Timor Este, en misión pastoral en octubre de 1989.⁶ Tanto gobierno como Iglesia portuguesa, en cualquier caso, trabajaron en el mismo sentido. El gobierno luso, en primer lugar, por restituir el honor y la soberanía de la nación internacionalmente, y, en segundo lugar, por “promocionar” un drama que, francamente, mejoró su imagen pública y también para utilizar diplomáticamente el conflicto como moneda de cambio en determinadas negociaciones con terceros. La Iglesia, en cambio, busca, esencialmente, no perder una posición estratégica en un continente mayoritariamente musulmán. Ambas instituciones colaboraron en acciones propagandísticas conjuntas, como, por ejemplo, la organización anual, en la Universidad de Porto, de un curso sobre Timor Oriental. Este foro de debate, al que son invitados profesores y estudiantes de diferentes países, está subvencionado con fondos del Ministerio de Educación, del Movimento Cristão para a Paz y la Universidad Católica Portuguesa, entre otros, y sus conclusiones son posteriormente editadas y difundidas.

Mientras tanto, Indonesia, que intentó en varias ocasiones entablar negociaciones con Portugal, adoptó a lo largo de todo el conflicto una actitud propagandística defensiva. En 1991, según el periodista portugués Nuno Rocha, Suharto propuso al gobierno portugués la normalización de relaciones diplomáticas entre los dos países con las siguientes condiciones iniciales a cambio de la integración de Timor Oriental en Indonesia: apertura de un consulado y un Instituto de Cultura Portuguesa en Díli, liberación de todos los presos políticos timorenses y participación de Portugal, como accionista, en la explotación del petróleo de Timor.⁷ Condiciones que no fueron aceptadas por Mário Soares. Diplomáticamente, Portugal nunca estuvo dispuesto a ceder a la inte-

Pedro Pinto Leite y Peter Franke. El título del congreso era sintomático: *The European Responsibility for East Timor*.

⁵ Sobre la posición de la Iglesia Católica con respecto al conflicto timorense justo antes de desencadenar la ofensiva propagandística internacional, véanse los siguientes números del boletín *Timor-Leste*, órgano de la Comissão Para os Direitos do Povo Maubere: año VII, nº 62, marzo de 1991, pp. 1 y 2; año VII, nº 64, mayo de 1991, pp. 2 y 3.

⁶ Cf.: Barbedo de Magalhães, A., *East Timor, Indonesian Occupation and Genocide*, Porto, Porto University, 1992, p. 44 y ss.

⁷ Cf.: Paradelo de Abreu, *Timor. A verdade histórica*, Lisboa, Luso-Dinastia, 1997, p. 265.

gración de su territorio colonial en Indonesia, a pesar del cada vez más numeroso grupo de timorenses favorables a esa salida al conflicto, que cuentan con el apoyo de intelectuales como el propio Nuno Rocha, que creían que ésa es la mejor de las soluciones para Timor Este y Portugal.⁸ De hecho, el 14 de agosto de 1993, treinta y cinco jefes de tribus tradicionales timorenses (los denominados “Liurais”) hicieron pública una declaración política que decía lo siguiente:

“Desde há 17 anos, precisamente a partir do dia 17 de Julho de 1976, formalmente nós somos indonésios e agora, em nome dos nossos Povos, nós os “Liurais” de todo o Timor Oriental e suas dependências, acordamos por unanimidade expressar os nossos lídimos sentimentos como Chefes Tradicionais de Timor Oriental para determinar a nossa postura política:

1. Rexeitamos a posição de Portugal como Potência Administrante de Timor Oriental em Agosto de 1975, deixando o povo de Timor Oriental mergulhado numa guerra civil.

2. Nós classificamos a alegada intenção de Portugal desejar proceder à “continuação de descolonização de Timor Oriental” como uma tomada de posição errada, de total extemporaneidade e de irrealismo, porque o processo de descolonização que foi iniciado por Portugal e continuado forçosamente pelos Partidos políticos, é já um facto consumado (...).⁹

Desde el punto de vista informativo, Indonesia cerró el territorio anexionado a las visitas de periodistas que no obtuviesen el visto bueno de su gobierno. Al tiempo, sus agentes promocionaron allí donde iban las ventajas de los timorenses integrados dentro de la nación asiática como 27ª provincia del país. El Departamento de Información del régimen de Suharto editó diversos folletos y libros en inglés sobre el progreso alcanzado por la población maubere bajo su administración.¹⁰ Esta propaganda la difunde internacionalmente a través de sus legaciones diplomáticas sin demasiado ahínco para no irritar precisamente algunas sensibilidades. Aunque las lindezas que se le dedican al Estado portugués decían cosas como siguiente:

“(...) As the direct result of 450 years of Portuguese colonial rule, almost all the population of East Timor found themselves in a state of ex-

⁸ Cf.: Idem, *ibidem*, pp. 261-269.

⁹ Cf.: Idem, *ibidem*, pp. 103-106.

¹⁰ Véase el libro: *East Timor after integration*, Yakarta, s.d., 149 pp.

treme backwardness in many aspects of life. Indicative of this backwardness, for instance, the prevalence of 80% illiteracy, the very primitive system of agriculture, the very low mobility of the inhabitants and the concentration of their adobe in isolated regions (...)"¹¹

3. La matanza de Santa Cruz y la proyección internacional de la crisis humanitaria

Cuando ocurrió la masacre de Santa Cruz, estaba ya creada una extensa red de agentes timorenses por todo el mundo que se encargaban de dar a conocer (a través de múltiples acciones propagandísticas) la tragedia de Timor Oriental. Esta red se organizó por medio de varias plataformas de apoyo internacional relacionadas con los *lobbies* timorenses repartidos en diferentes países y concentrados, fundamentalmente, en tres países: Australia, donde reside la mayor colonia de exiliados, Portugal y Estados Unidos. Entre las organizaciones asociadas a la defensa de los intereses timorenses en el mundo podemos citar: la Tapol en el Reino Unido, la East Timor Alert Network, en Canadá, la Osttimor Kommiten, en Suecia, la Asia Watch, en Estados Unidos, la Pacific Concern Ressource Center, en Nueva Zelanda, la Australian Council for Overseas Aid, en Australia, la Association Solidarité Timor Oriental, en Francia, la Coordinadora italiana di Solidarità con il Popolo di Timor-Est, el Free East Timor Coalition, en Japón, etc.¹² Desde estos tres países se llevaron a cabo iniciativas diversas para darle al conflicto una dimensión informativa internacional. Se creó una especie de gabinete de propaganda liderado por el abogado José Ramos-Horta, que actúa como portavoz del pueblo maubere en el exterior (apoyado económicamente por el Estado portugués)¹³, cuyo objetivo prioritario era desenterrar a los muertos timorenses para mostrarlos a la opinión pública mundial: despertar de una vez a los medios de comunicación occidentales de su letargo, anestesiados por la política informativa de sus respectivos gobiernos. Con el impulso de este aparato de propaganda se creó una red de información cada vez más extendida de la que nacieron diversas publicaciones con noticias exclusivas sobre el conflicto, se organizaron mítines, se realizaron giras por universidades, se concertaron innumerables entrevistas radiofónicas y televisivas,

¹¹ Cf.: Idem, *ibidem*, p. 83.

¹² Cf.: *Timor Oriental. Santa Cruz*, Lisboa, diciembre de 1991, p. 1.

¹³ Cf.: Paradela de Abreu, *op. cit.*, p. 261.

se enviaron cartas y comunicados constantes a las redacciones de los medios locales e internacionales, etc. Además, se impulsó la forja de mitos de la tragedia y se intentó avivar el interés del público por la cultura maubere reivindicando sus especificidades a través de sus principales símbolos para diferenciarse de la sociedad indonesia. Se editaron incontables libros de propaganda que narraban testimonios de supervivientes de la invasión o que contaban experiencias diversas de la represión indonesia y se imprimieron postales, pegatinas, carpetas, pins, y toda clase de material propagandístico para suscitar, cada vez, más adhesiones.

Los estudiantes asesinados en Santa Cruz no eran los únicos muertos de la represión dignos de ser utilizados como mártires de la represión indonesia en la campaña internacional que el aparato de propaganda timorense llevó a cabo. Pero en esta ocasión se contaba con un elemento poderoso y demoledor desde el punto de vista publicitario: *la imagen de la muerte*. O sea: alguien consiguió fotografiar y filmar aquella ejecución de jóvenes desarmados. Se trataba de los periodistas norteamericanos Alan Nairn, del *The New Yorker*, y Amy Goodman, de la *Radio WBAI*, también de Nueva York, los británicos Steve Cox, de *The Independent*, y Max Stahl, de la *Yokshire Television*, y los australianos Russel Anderson y Bob Muntz, que recogieron la escena de terror, mientras realizaban reportajes sobre Timor Oriental autorizados por el gobierno de Suharto, que entonces empezaba a ceder a las presiones internacionales para abrir el territorio a los medios de comunicación internacionales a cambio de la ayuda occidental.¹⁴ Este hecho dio un giro importante a la campaña a favor de la independencia de Timor Este. El rostro de la muerte había sido filmado en directo. Con ello, se había conseguido fabricar uno de los símbolos de propaganda más eficaces en la actualidad. Nada más conmovedor, más espeluznante, más impactante, para la opinión pública internacional (léase, en este caso, occidental) que pasar por televisión la escena de un asesinato múltiple, a sangre fría, en los informativos de máxima audiencia. En el mercado de la comunicación global, la cuestión de Timor Oriental se transformó, automáticamente, en un valor en auge. De repente, los canales empezaron a apuntar sus cámaras hacia aquel punto de la geografía del sureste asiático. Por fin, los timorenses confirmaron que había alguien al otro lado. Sus gritos atravesaron el silencio informativo. Se había forjado un mito (la resistencia de un pueblo indefenso

¹⁴ Cf.: Barbedo Magalhães, A., *East Timor. Indonesian Occupation and genocide*, Porto, Oporto University, 1992, pp. 61-62.

que lucha por sus derechos contra un sistemático genocidio) y se habían creado nuevos mártires para una causa ya conocida.

El poder publicitario de la televisión¹⁵ se ponía por vez primera al servicio de los propagandistas timorenses a gran escala. Esta bengala de socorro, que por unos minutos había ocupado la atención de los medios de comunicación mundiales, era un guiño del destino que un buen propagandista no podía dejar escapar para seguir alimentando el interés de la opinión pública por el conflicto. Era necesario, por tanto, avivar el fuego de la propaganda para trasladar el problema a un ámbito internacional. Las imágenes de los estudiantes escapando del horror, con las balas zumbando entre sus cuerpos, fueron transformadas en el símbolo de una lucha que empezaba a ganar enteros en el *ránking* de los conflictos más noticiados por las agencias internacionales. Las escenas captadas por la *Yokshire Tv.* dieron la vuelta al mundo. Era apenas un minuto de desenfocadas y trepidantes imágenes tomadas por un profesional atemorizado, pero que dejaban patente la huella de la tragedia: los rostros aterrizados de los estudiantes que huían en tropel en medio de una polvareda que dejaba traslucir algunos cuerpos que suplicaban ayuda mientras se escuchaba entre los gritos desesperados el metálico sonido de las metralletas.¹⁶

Aquellas imágenes, que ponían en evidencia la indefensión de los timorenses ante la crueldad de los indonesios, dieron lugar a una avalancha de iniciativas solidarias con el pueblo timorense. Durante los meses siguientes a la matanza de Santa Cruz se sucedieron incontables gestos políticos y sociales en apoyo de la causa timorense alentados por las organizaciones católicas portuguesas y el propio gobierno, mientras los medios de comunicación se inundaban de informaciones y comentarios relativos al conflicto. El problema de Timor Oriental pasó a ser la noticia más rentable para la prensa. Los lectores querían saber más y más sobre la evolución del problema. El diario *Público*, al igual que otras cabeceras, optó por rotular sus constantes informaciones sobre los sucesos de Díli con el reclamo “Timor-Díli: depois do massacre”. Este mismo periódico recogía, el 3 de diciembre de 1991, una agenda de acontecimientos relacionados con el asunto entonces más debatido por los portugueses. En ella,

¹⁵ Sobre el poder publicitario de la televisión cf.: Saborit, José, *La imagen publicitaria en televisión*, Madrid, Cátedra, 1994; González Requena, Jesús, y Ortiz de Zárate, Amaya, *El spot publicitario. La metamorfosis del deseo*, Madrid, Cátedra, 1995, entre otras referencias.

¹⁶ Una de las imágenes de aquel video se puede ver en el semanario *Expresso*, 30/11/1991, p. 8.

se recogen varias convocatorias de manifestaciones de colectivos como el Núcleo de Intervenção pela Solidariedade entre os Povos, el Movimento Português de Estudantes Universitários o la União dos Sindicatos de Aveiro, entre otros, para la primera semana de aquel mes de diciembre.¹⁷ Junto a estas concentraciones comprometidas con la causa maubere, aquellos días se celebró una misa a favor de los mártires timorenses en la iglesia Santa Maria de Belém. Mientras, el Sindicato de Professores organizaba un debate sobre Timor en el Hotel Roma con la participación de periodistas que conocían de cerca el problema: Adelino Gomes, Rúi Araújo, Mário Robalo y la australiana Jill Jolliffe. Además, se sucedieron actos diversos para obtener fondos para la resistencia timorense.¹⁸

Una de las iniciativas más sonadas entonces fue la de los artistas y galeristas de Lisboa. Unos y otros se unieron espontáneamente para realizar entre el 7 y el 15 de diciembre en el Palácio de Galveias una exposición solidaria con Timor Este. “(...) Desde o 25 de Abril de 1974 que o nosso país não vivia o entusiasmo e unidade de uma causa justa e comum, ainda para mais na extrema nobreza de não corresponder a outros interesses que não o desejo de lutar pelo direito de um povo amigo a uma vivência livre e autónoma (...)”, decía el manifiesto firmado por el núcleo organizador, del que formaban parte Alda Cortez, Graça Fonseca, António Bacalhau, Leonel Moura, Pedro Portugal y Pires Vieira. Los beneficios de la venta de los cuadros expuestos revirtieron también en favor de los luchadores por la independencia timorense.¹⁹ Por su parte, los grupos musicales Xutos & Pontapés, Rádio Macau, Delfins y Censurados ofrecieron un concierto en el campo José Alvalade el 8 de diciembre bajo el lema “Xanana Gusmão é o guia dos timorenses”, cuyos beneficios ascendieron a 2 millones trescientos mil escudos, destinados también a combatir al enemigo indonesio.

En el origen de todo estaban aquellas imágenes que los propios órganos de los timorenses en el exterior se encargaron de multiplicar su difusión a través de incontables medios de comunicación. Se publicaron revistas en edición bilingüe (francés-inglés) dedicadas exclusivamente a dar a conocer las imágenes de la represión. Los ejemplares de estas publicaciones eran obra de la asociación A Paz é Possível em Timor Leste. En la portada aparecía una de las

¹⁷ Cf.: *Público*, 03/12/1991, p. 11.

¹⁸ Cf.: *Idem*, *ibidem*.

¹⁹ Cf.: *Idem*, *ibidem*, p. 9.

imágenes televisivas del video de la *Yorkshire* más impactantes: un muchacho aprieta con sus dos manos el estómago mientras se desangra tumbado a los pies de varios compañeros que intentan auxiliarlo.

El poder de las imágenes, pues, fue determinante para impulsar la campaña de propaganda internacional a favor de la independencia de la colonia portuguesa, que fue protagonista de foros políticos y sociales internacionales desde que ocurrió la masacre de Santa Cruz. Se desencadenaron también acciones de apoyo a la causa maubere de especial relevancia, como la *Missão de Paz em Timor*, realizada entre febrero y marzo de 1992, en la que participaron un centenar de personas procedentes de diferentes países. Entre ellas se encontraban el ex presidente de la República portuguesa, Ramalho Eanes, varios diputados australianos, líderes estudiantiles de casi una veintena de países, periodistas de varias agencias internacionales y dirigentes de varias organizaciones humanitarias. La *Missão de Paz* fue una nueva plataforma de proyección internacional que tuvo el efecto esperado: los principales medios de comunicación mundiales informaron por fin del conflicto (que, desde entonces, pasó a formar parte de la agenda informativa) y los políticos de diversos países, automáticamente, empezaron a defender la posición timorese ante una opinión pública cada vez más sensibilizada con el problema. La presión de la opinión pública internacional colocó, por fin, a Timor Oriental en el lugar que le correspondía en la esfera internacional.

Todo esto conduciría a la Academia del Premio Nobel a estudiar en profundidad el caso y acabar otorgándole el Nobel de la Paz a dos activistas timorenses en contra de la represión Indonesia, el obispo Ximenes Belo y el diplomático Ramos Horta. Las dos figuras premiadas fueron utilizadas continuamente, aprovechando la credibilidad y prestigio de los Premios Nobel, para realizar giras propagandísticas por todo el mundo, con el objetivo de conseguir nuevos apoyos para la causa. Desde entonces, las cosas cambiaron mucho hasta que el territorio colonizado por los portugueses desde mediados del siglo XVI se transformó en una nación independiente reconocida por la ONU en 1999. Aunque, de facto, la independencia no fue efectiva hasta 2002, cuando se creó un gobierno que presidió el ex guerrillero Xanana Gusmão. El escudo del país fue aprobado el 18 de enero de 2007.

Sin embargo, desde entonces, la situación de Timor Este ha atravesado por situaciones difíciles. Ha perdido interés informativo, lo que le ha restado al pueblo timorese proyección pública para seguir atrayendo la necesaria solidaridad internacional; Indonesia sigue manteniendo una influencia, en muchos

momentos, desestabilizadora; el país no ha logrado todavía una necesaria cohesión nacional y, además, la situación económica y política es muy compleja. El presidente de Timor Leste, fue, recientemente tiroteado en su casa y los enfrentamientos entre afines a la antigua potencia invasora y los partidarios de la progresiva nacionalización del territorio son frecuentes.

4. Conclusiones

Timor Este es un claro ejemplo de la importancia estratégica que tiene hoy la articulación de acciones de carácter comunicativo para conseguir que determinados conflictos, olvidados por las estructuras de poder informativo internacional, puedan ocupar un espacio en la *agenda* de los medios de comunicación occidentales, que ejercen una importante influencia sobre la opinión pública mundial y, en consecuencia, pueden conseguir el necesario apoyo mediático, social y político para solucionar sus crisis. El colonialismo territorial europeo y norteamericano, unido al neocolonialismo mediático, ha convertido a muchas zonas del planeta en lugares que, prácticamente, no existen salvo que, por razones muchas veces comerciales, las grandes agencias de información decidan centrar temporalmente su atención. En el caso de Timor Oriental, la Resistencia a la represiva ocupación indonesia, con gran acierto, decidió volcar su energía en desarrollar campañas de comunicación internacionales para lograr su objetivo fundamental: la independencia del territorio. A juzgar por la experiencia del pueblo maubere, éste, probablemente, sea en la actualidad el método más eficaz para despertar la conciencia de la sociedad internacional.

Referencias bibliográficas básicas:

BARBEDO DE MAGALHÃES, A., *East Timor. Indonesian cocupation and genocide*, Porto, Porto University, 1992.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto, "El genocidio de Timor Este y el silencio informativo mundial" in *Actas de las III Jornadas de Jóvenes Investigadores en Ciencias de la Comunicación*, Madrid, Facultad de Cc. De la Información, Universidad Complutense, 1997, pp. 229-235.

Idem, "Propaganda política, derechos humanos e independencia nacional: el caso de Timor Oriental", in *Historia y Comunicación Social*, Madrid, 1998, nº 3, pp. 365-372.

PARADELA DE ABREU, *Timor. A verdade histórica*, Lisboa, Luso-Dinastia, 1997.

PIRES, Mário Lemos, *Descolonização de Timor. Missão impossível?*, Lisboa, 3ª edição, Publicações D. Quixote, 1994.

SAHAGÚN, Felipe, *De Gutemberg a Internet. La sociedad internacional de la información*, Madrid, Estudios Internacionales de la Complutense, 1998.

TAYLOR, John G., *Indonesia's forgotten war. The hidden history of East Timor*, Londres y Nueva Jersey, Zed Books, 1991.

**PORTUGAL
DESCOLONIZAÇÃO AUTORITÁRIA**

O fim dos impérios coloniais foi um dos acontecimentos mais significativos da história mundial do século XX. O Império Colonial Português foi o mais duradouro da história do colonialismo europeu e um dos maiores em termos territoriais no continente africano. Por isso, a queda do Império Português provocou profundas alterações políticas e económicas em toda a África Austral, influenciando de forma decisiva a evolução política do regime de *apartheid* na África do Sul. Neste sentido, a nossa comunicação pretende repensar a história da descolonização portuguesa, analisando-a em correlação com o processo de transição para a democracia em Portugal. A nossa hipótese de trabalho é a de que a descolonização portuguesa foi caracterizada por uma deturpação política dos valores democráticos inicialmente expressos pela revolução de 25 de Abril de 1974. Apesar das muitas proclamações iniciais no sentido da realização de um processo de descolonização democrático, pautado pelo respeito dos direitos dos povos coloniais, o poder revolucionário português acabou por aceitar – e impor – a realização de uma descolonização marcada pelo centralismo e pelo autoritarismo (uma herança da ditadura), não deixando espaço político para a participação das sociedades civis coloniais nos respectivos processos de independência.

Em 1960, Portugal era o terceiro maior império colonial europeu, dominando uma área superior a dois milhões de quilómetros quadrados, ou seja mais de vinte vezes o território metropolitano. O Império Colonial Português englobava cinco colónias em África – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau,

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – e três pequenos enclaves na Ásia – o Estado Português da Índia (Goa, Damão e Diu), Macau e Timor Leste. Os tempos, porém, estavam em rápida mudança e no mundo começava já a não haver lugar para os velhos impérios coloniais. A Grã Bretanha e, depois, a França e a Bélgica tinham já iniciado os processos de descolonização das respectivas colónias na Ásia e em África. Os povos colonizados erigiam-se em Estados independentes, ainda que muitas das vezes dependentes economicamente das antigas metrópoles. Perante estas mudanças, Portugal não quis acompanhar os “ventos da história” e recusou fazer a descolonização dos seus territórios coloniais. A recusa portuguesa levou alguns movimentos nacionalistas das colónias portuguesas a optar pela luta armada como meio de obter a independência dos respectivos países. Em Angola, a maior e a mais rica colónia portuguesa, a guerra de independência explodiu de forma muito violenta no início de 1961, pela mão da UPA (depois FNLA) e do MPLA. A estes movimentos juntou-se a UNITA, em 1966¹. Em 1963 a guerra estalou na Guiné Bissau, pela mão do PAIGC², enquanto em Moçambique a guerra só teve início em 1964, pela mão da Frelimo³. Salazar reagiu de forma tenaz, mobilizando a sociedade portuguesa e as Forças Armadas para uma guerra colonial em três frentes, resistindo a qualquer mudança que levasse a médio prazo à descolonização. A guerra colonial continuou mesmo depois da substituição de Salazar por Marcelo Caetano no cargo de Presidente do Conselho de Ministros em 1968.

Em 1974 a guerra prosseguia nas três frentes sem uma solução à vista e já se tornava evidente a degradação da situação militar portuguesa na Guiné e em Moçambique. Nestas colónias, o exército português enfrentava grandes dificuldades no combate às guerrilhas nacionalistas. Na Guiné, o PAIGC tinha proclamado a independência em 1973, a qual tinha sido reconhecida por cerca de noventa países com assento na ONU. Em Moçambique, a Frelimo ameaçava

¹ John Marcum – *The Angolan Revolution* (2 vols.). Massachusetts: Mit Press, 1969-1978; C. Messiant – *L'Angola colonial, histoire et société. Les premisses du mouvement nationaliste*. Paris: [Ph D Thesis, École de Hautes Études en Sciences Sociales], 1983; René Pélissier – *La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Éditions Pélissier, 1978; Fernando Tavares Pimenta – *Angola. Os Brancos e o Nacionalismo*. Florence: [PhD Thesis European University Institute], 2007.

² Basil Davidson – *La liberazione della Guinea. Aspetti di una rivoluzione africana*. Torino: Einaudi, 1970.

³ A. Isaacman – *Mozambique from colonialism to revolution*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1985.

as áreas de colonização branca na região de Vila Pery e criava sérios problemas às comunicações ferroviárias entre a cidade da Beira e a Rodésia, um dos nós centrais da economia moçambicana. Só em Angola a situação militar estava sob o controlo português. De facto, ao contrário do que acontecia na Guiné e em Moçambique, Portugal dominava o território angolano e os guerrilheiros não controlavam nenhuma zona do país. Durante o ano de 1973, a actividade militar dos guerrilheiros tinha praticamente desaparecido e os sessenta mil soldados do exército português ali estacionados, dos quais cerca de 40% recrutados localmente, tinham o controlo da colónia. Nesse ano, as forças militares portuguesas sofreram apenas oitenta e uma baixas mortais, das quais só quinze em consequência de confrontos directos com as forças nacionalistas⁴. Os cerca de trezentos e trinta mil brancos, ou seja mais de 5% da população angolana, viviam praticamente como se a guerra não existisse e as suas elites estavam mais interessadas na evolução política interna do regime colonial, do que nos sucessos ou insucessos das guerrilhas nacionalistas.

Com efeito, os guerrilheiros angolanos ou tinham sido empurrados para fora das fronteiras angolanas, ou sobreviviam escondidos no mato, em situação de “nomadismo”, fugindo literalmente aos recontros com a tropa portuguesa. As forças nacionalistas angolanas encontravam-se enfraquecidas, divididas e desmobilizadas e a sua representatividade política no seio da sociedade colonial era muito questionável⁵. A razão principal do insucesso da guerrilha em Angola foi o forte divisionismo no seio do nacionalismo angolano, facto que provocou a formação de movimentos antagonistas. Ao contrário da Guiné e de Moçambique, onde os nacionalistas conseguiram construir uma frente nacionalista unida, em Angola existiam cinco grupos de guerrilha opostos. O MPLA, a FNLA e a UNITA eram os movimentos militarmente mais relevantes e que contavam com apoios internacionais mais significativos. A FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) lutava pela independência separada de Cabinda. No Leste de Angola e na Zâmbia, um grupo dissidente do MPLA assumiu a designação de Revolta de Leste e, já em 1974, apareceu um outro

⁴ John P. Cann – “Um notável feito de armas”, in Rui de Azevedo Teixeira (Org.) – *A Guerra Colonial: realidade e ficção. Livro de Actas do I Congresso Internacional*. Lisboa: Ed. Diário de Notícias, 2001, pp. 129-140; John P. Cann – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press, 1997; Norrie MacQueen – *A Descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998, pp. 55-57.

⁵ Fernando Tavares Pimenta – *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006.

grupo de dissidentes, a Revolta Activa, com sede em Brazzaville. Todos estes movimentos e grupos guerrilheiros, em vez de lutarem contra o colonialismo português, lutavam entre si pela hegemonia no campo nacionalista. A luta mais violenta era travada entre o MPLA e a FNLA, enquanto a UNITA tinha realizado um acordo secreto com as autoridades portuguesas em 1970 (a famosa “Operação Madeira”), pelo qual se comprometia a lutar contra o MPLA no Leste de Angola. Assim, paralelamente à luta pela independência, cedo se desenharam os contornos duma guerra civil envolvendo a UPA/FNLA e o MPLA, primeiro, e depois também a UNITA⁶.

No entanto, apesar do relativo “sucesso” militar em Angola, treze anos de guerra tinham cansado o exército português e o perigo eminente duma derrota na Guiné e em Moçambique incumbia sobre Portugal. A consciência deste perigo teve um papel fundamental na mobilização duma parte das Forças Armadas contra o Estado Novo⁷. Isto é, a incapacidade do governo português de encontrar uma solução para o problema colonial obrigou os militares a procurar uma solução fora do quadro político do Estado Novo. Como tal, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 resultou da necessidade sentida por uma parte do exército de encontrar uma solução para o problema colonial. Tudo se precipitou no início de 1974, quando a morte da mulher de um fazendeiro branco no centro de Moçambique, durante um ataque da Frelimo, provocou o protesto dos colonos brancos, que se manifestaram violentamente contra o exército português na cidade da Beira, acusando-o de incompetência e de nada fazer para proteger a população. Ora, os protestos dos colonos brancos tiveram o efeito contrário, ou seja o de mobilizar parte das médias e baixas patentes do exército contra a continuação da guerra. Assim, depois dos incidentes da Beira, uma parte do exército convenceu-se definitivamente da necessidade de sair o mais rapidamente possível das colónias, mesmo contra a vontade do governo de Lisboa. Poucas semanas depois, em Fevereiro de 1974, Spínola publicou o seu

⁶ Jean-Michel Mabeko Tali – *Dissidências e poder de Estado. MPLA perante si próprio, 1962-1977* (2 vols.). Luanda: Editorial Nzila, 2001.

⁷ Veja-se a este respeito o relato de um dos principais organizadores do 25 de Abril de 1974: Otelo Saraiva de Carvalho – *Alvorada em Abril* (2 volumes). Lisboa: Alfa, 1991. Para uma perspectiva completamente diferente veja-se: Silvino Silvério Marques (*et alii*) – *África: a vitória traída. Quatro generais escrevem*. Braga: Intervenção, 1977; Jorge Jardim – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976, pp. 163-169. Para uma visão mais académica: Norrie MacQueen – *Ob. Cit.*, 1998, pp. 49-89; Witney W. Schneidman – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005, pp. 187-188.

famoso livro *Portugal e o Futuro*, no qual denunciou a ausência de uma solução militar para a guerra colonial e a necessidade de encontrar uma solução política para o conflito. Implicitamente, Spínola reconheceu o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação. Porém, Spínola esperava que as populações coloniais optassem pela constituição de uma federação com Portugal, uma espécie de Comunidade de Estados de Língua Portuguesa (uma *Commonwealth Lusitana*). Como tal, Spínola propunha a realização de um referendo nas colónias⁸. A publicação deste livro conduziu às demissões dos generais Costa Gomes e Spínola dos cargos de Chefe e Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas em Março de 1974, mas deu ao Movimento das Forças Armadas uma importante referência política, fundamental para o êxito do golpe de Estado que estava em preparação. Um mês depois, um golpe militar levado a cabo por oficiais de média e baixa patente do exército e chefiado nominalmente pelos dois generais colocou um ponto final no Estado Novo.

O 25 de Abril de 1974 criou as condições políticas para a realização da descolonização das colónias africanas. Este ponto ficou mais ou menos claro desde o início do processo revolucionário na metrópole. O que ficou por esclarecer foi o tipo de descolonização que os portugueses iriam tentar realizar em África. Na realidade, os autores do golpe militar na metrópole não eram unânimes quanto à forma de pôr termo à guerra e, sobretudo, quanto ao futuro político das colónias. Logo na noite de 25 de Abril de 1974, apresentaram-se duas linhas distintas relativamente à definição da política colonial do novo poder revolucionário. Por um lado, havia uma linha mais conservadora encabeçada pelo General Spínola e apoiada pelos sectores que lhe eram fiéis – os “spínolistas” – dentro do Movimento das Forças Armadas (MFA). Na continuação do que já fora escrito no livro *Portugal e o Futuro*, Spínola encarnava uma solução do tipo *gaullista*, isto é, a formação de uma federação de Estados entre a metrópole e as colónias, cuja aprovação seria submetida – por referendo – ao escrutínio das populações coloniais⁹. Paralelamente, para Spínola era

⁸ António de Spínola – *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia, 1974.

⁹ O projecto federalista de Spínola inspirava-se na ideia de De Gaulle da formação duma Comunidade Francesa. De Gaulle apresentou o seu projecto em 1958, o qual foi aprovado por todas as colónias da AEF e da AOF, excepto pela Guiné Conakry de Sekou Touré. A Comunidade Francesa desagregou-se “tranquilamente” dois anos depois da sua formação com a independência dos Estados africanos em 1960. Mas o projecto *gaullista* permitiu a realização duma descolonização pacífica das colónias francesas a Sul do Saara e a conservação de fortes laços económicos e políticos de tipo neocolonial com os novos países independentes. A federação idealizada por Spínola

importante encontrar uma acomodação política com os movimentos independentistas, na medida em que a guerra lhes tinha dado uma projecção política internacional que não podia ser ignorada por Lisboa. Porém, não era de todo perceptível a forma como Spínola pretendia acabar com a guerra se esses movimentos rejeitassem a sua proposta. Em clara oposição a Spínola, havia uma linha mais “revolucionária”, de esquerda, encabeçada por Costa Gomes e em maioria no seio do MFA, que defendia a independência imediata das colónias e a transferência de poderes directamente para as mãos das guerrilhas nacionalistas, as quais ficariam a governar os respectivos países depois da independência. Esta linha considerava que as guerrilhas representavam, senão a totalidade, pelo menos a maioria da população em cada colónia. Não atribuía por isso qualquer legitimidade política a outros movimentos que não os que efectivamente tivessem feito a guerra contra os portugueses. Isto é, considerava que a guerra tinha dado às guerrilhas uma espécie de legitimidade revolucionária que não era partilhada por quaisquer outros movimentos políticos nas colónias.

Nos primeiros meses subsequentes ao 25 de Abril de 1974 prevaleceu a linha política de Spínola, que foi escolhido para chefiar a Junta de Salvação Nacional (JSN) e para o cargo de Presidente da República. Na verdade, a linha spinolista era politicamente mais aceitável quer para os meios conservadores metropolitanos, quer para as elites brancas e as classes médias mestiças e negras coloniais. Para os brancos angolanos e moçambicanos, a figura de Spínola parecia constituir garantia suficiente de que o novo regime não tomaria medidas contrárias aos seus interesses. E o projecto federalista de Spínola parecia vir ao encontro das aspirações duma autonomia alargada ou mesmo duma independência no quadro de uma Comunidade Lusíada. Além disso, os colonos brancos esperavam que o processo de independência fosse conduzido segundo os princípios democráticos e que se realizassem eleições gerais com o concurso de todas as forças políticas. De facto, o poder revolucionário português permitiu, pelo menos nos primeiros tempos, a formação de novos partidos, como por exemplo o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), bem como a legalização de alguns movimentos que tinham uma existência política anterior na clandestinidade. Foi o caso da Frente de Unidade Angolana (FUA), um movimento nacionalista formado sobretudo por brancos, cuja primeira fundação

estaria assim mais na linha da política de De Gaulle do que da *Commonwealth* britânica. Cf. Tony Smith – “A Comparative Study of French and British Decolonization”, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 20, n.º 1, Jan. 1978, pp. 70-102.

datava de 1961, mas que tinha sido duramente reprimido pelas autoridades coloniais durante a ditadura, para além de hostilizado – em termos políticos – pelo MPLA e pela FNLA¹⁰.

No entanto, as diferenças de posição quanto à política colonial tornaram inevitável o confronto entre, por um lado, Spínola e, por outro, Costa Gomes, o MFA e os partidos de esquerda. Spínola viu a sua posição fragilizada com a resignação de Palma Carlos ao cargo de Primeiro Ministro (9 de Julho de 1974). Esta decisão foi tomada na sequência da rejeição pelo Governo Provisório da proposta feita por Palma Carlos para adiar as eleições para Assembleia Constituinte e avançar com as eleições presidenciais ainda em 1974. Para além disso, as tentativas de conversações com as guerrilhas nacionalistas não tinham dado fruto, excepto no caso da UNITA, porque Lisboa não tinha reconhecido oficialmente o direito das colónias à autodeterminação e à independência. Face a esta primeira derrota, Spínola teve de aceitar a realização de modificações na política colonial no sentido de uma aceleração do processo de descolonização. Após pressões dos sectores mais radicais do MFA, Spínola promulgou uma nova Lei Constitucional em 26 de Julho de 1974, a Lei n.º 7/74. A nova Lei reconheceu “o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”. No dia seguinte, Spínola declarou oficialmente na televisão que reconhecia o direito das colónias à independência¹¹. Apesar da derrota do seu projecto federalista, Spínola tentou ainda conduzir o processo de descolonização mediante a formação de uma Comissão Nacional de Descolonização (CND), que reunia sob a sua presidência¹². Mas o Presidente da República acabou por ser ultrapassado pelos acontecimentos, sobretudo nos casos da Guiné e de Moçambique.

Na realidade, Costa Gomes e a ala esquerda do MFA conseguiram impor – contra a vontade do Presidente da República – a sua linha favorável à transferência directa dos poderes exclusivamente para as mãos das guerrilhas nacionalistas. Isto porque Spínola não conseguiu “ter mão” – se assim podemos dizer – nos seus próprios delegados às conversações com os movimentos guerrilheiros, por exemplo em Otelo Saraiva de Carvalho, bem como no Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que prosseguiu uma estratégia política muito pessoal. O facto é que Spínola não dispunha de autoridade suficiente

¹⁰ Fernando Tavares Pimenta – *Ob. Cit.*, 2007, pp. 341-426.

¹¹ Norrie MacQueen – *Ob. Cit.*, 1998, pp. 117-121.

¹² António de Spínola – *Páís sem rumo*. Lisboa: Scire, 1978, p. 270.

sobre o governo e sobre os meios militares metropolitanos. Mas a derrota da linha spínolista acabou por implicar a realização de um processo de descolonização caracterizado pelo centralismo político e pela repressão das vozes dissidentes. Além disso, a transferência directa dos poderes para as mãos das guerrilhas nacionalistas teve consequências nefastas para a democracia nas ex-colónias portuguesas, sobretudo em Moçambique e em Angola. Vejamos em detalhe o processo de descolonização destas duas colónias.

Em 7 de Setembro de 1974, em Lusaka, representantes portugueses assinaram com a Frelimo o acordo de independência de Moçambique. O Acordo de Lusaka estabeleceu o reconhecimento português da independência de Moçambique e a transferência de poderes exclusivamente para as mãos da Frelimo¹³. O Acordo marcou a data da independência para 25 de Julho de 1975 e definiu a constituição de um Governo de Transição, formado por seis Ministros nomeados pela Frelimo e três por Portugal. O Governo de Transição seria chefiado por um Primeiro Ministro indicado pela Frelimo (Joaquim Chissano). Portugal nomearia um Alto Comissário, cujas funções seriam semelhantes às de um Chefe de Estado, assumindo também o cargo de Comandante das Forças Armadas Conjuntas Portuguesas e da Frelimo. Com a aprovação da Frelimo, Victor Crespo, um elemento do MFA, foi nomeado Alto Comissário de Moçambique¹⁴. O Acordo não definiu o sistema político do novo país (democracia multipartidária, regime de partido único, etc.), atribuindo essa prerrogativa à Frelimo¹⁵. O Acordo também não salvaguardou os direitos da minoria branca residente no território, nem sequer o direito à nacionalidade moçambicana. Portanto, o Acordo de Lusaka serviu fundamentalmente para sancionar internacionalmente a entrega de Moçambique à Frelimo, atribuindo-lhe o controlo exclusivo do poder político depois da independência. Os signatários do acordo justificaram esta posição pelo facto da Frelimo ter sido o único movimento moçambicano a adquirir uma “legitimidade popular pela via revolucio-

¹³ O primeiro artigo do Acordo de Lusaka afirma: “O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território”, *apud* Luís Moita – “Não há uma mas várias descolonizações”, in Associação 25 de Abril – *Seminário 25 de Abril. 10 anos depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 289.

¹⁴ Norrie MacQueen – *Ob. Cit.*, 1998, pp. 181-182.

¹⁵ *Apud* Luís Moita – *Ob. Cit.*, 1984, p. 289.

nária indubitável”, isto é, pela via militar¹⁶. Por isso, foram excluídas do processo político da independência e tornadas ilegais todas as outras forças políticas moçambicanas, preparando assim o terreno para a criação dum regime político de partido único em Moçambique.

O Acordo de Lusaka provocou uma reacção imediata das forças políticas moçambicanas excluídas do processo de independência, FICO, GUMO, COREMO, etc.¹⁷. Dirigentes políticos brancos – Gomes dos Santos, Hugo Velez Grilo, Pires Moreira, Gonçalo Mesquitela – e negros – Joana Simião, Uria Simango, Kawandame, Gumane – juntaram-se numa única plataforma política para impedir a aplicação do Acordo, o Movimento Moçambique Livre (MML). O Movimento Moçambique Livre desencadeou, no próprio dia da assinatura do Acordo, uma rebelião em Lourenço Marques, ocupando a principal estação emissora, a Rádio Clube de Moçambique, e, momentaneamente, o aeroporto. O MML conseguiu ainda mobilizar centenas de manifestantes que desfilaram nas ruas da capital moçambicana a favor do movimento. Porém, a rebelião foi sufocada militarmente pela tropa portuguesa comandada pelo General Costa Gomes, que para o efeito deslocou efectivos militares portugueses do Norte de Moçambique para Lourenço Marques. Nas semanas seguintes, Lourenço Marques e Beira foram palco de desordens e de confrontos armados entre grupos não necessariamente pertencentes à Frelimo, mas que provocaram um número elevado de mortos entre a população civil, inclusive entre os brancos. Em 21 de Outubro de 1974, cerca de cinquenta brancos moçambicanos foram massacrados nessas duas cidades, na sequência de uma rixa entre militares. Neste contexto de acentuada violência, gerou-se um êxodo maciço de brancos para o exterior, tendo milhares de famílias brancas atravessado as fronteiras com a Rodésia e a África d Sul, enquanto muitas outras optaram por fugir para Portugal¹⁸.

Em Angola, o processo de descolonização teve uma evolução diferente relativamente a Moçambique, mas nem por isso menos dramática. Spínola, que tinha cedido às pressões do MFA no caso moçambicano, não estava disposto a fazer o mesmo em Angola, que era a maior e a mais rica colónia portuguesa e a

¹⁶ Idem, p. 289.

¹⁷ GUMO e COREMO já antes tinham formado entre si coligações, nomeadamente a FRECOMO e o Partido de Coligação Nacional. Cf. Norrie MacQueen – *Ob. Cit.*, 1998, pp. 174-175.

¹⁸ Bernardo Oliveira – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978.

que tinha o maior número de brancos. Além disso, Spínola julgava que era mais fácil aplicar a sua visão de descolonização em Angola, porque as guerrilhas angolanas estavam divididas entre si e eram fracas do ponto de vista militar. Por isso, Spínola tentou desde o início assumir directamente a condução do processo de descolonização de Angola. Em 9 de Agosto de 1974, a Junta de Salvação Nacional, pela mão de Spínola, propôs um plano de descolonização de Angola com a duração de três anos. Este plano consistia na realização dum cessar fogo com as guerrilhas nacionalistas e a constituição de um governo provisório de coligação que representasse “todos os movimentos de libertação, em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola”, incluindo a “etnia branca”. Ao governo de coligação competiria elaborar uma lei eleitoral, que garantisse a livre expressão de toda a população de Angola, e proceder ao recenseamento eleitoral na base de “um homem um voto”. O governo provisório deveria também realizar, no prazo aproximado de dois anos, a eleição de uma Assembleia Constituinte por sufrágio universal, directo e secreto, à qual competiria a elaboração da Constituição do Estado Angolano e a definição das ligações que desejasse estabelecer com Portugal. Aprovada a Constituição, a Assembleia Constituinte deveria dissolver-se automaticamente e proceder-se-ia a novas eleições, de acordo com a Constituição, das quais resultaria a formação de uma Assembleia Legislativa e de um Governo representativo da “vontade soberana do povo de Angola”. O plano de Spínola previa também o envolvimento das Nações Unidas no processo de descolonização, nomeadamente através do envio de observadores internacionais aos “actos de consulta popular”¹⁹.

Neste sentido, Spínola pretendia assegurar o carácter democrático do processo de descolonização de Angola, reconhecendo à população angolana – e somente a ela – o direito de decidir por sufrágio directo e universal o futuro do território. E todas as correntes políticas poderiam concorrer às eleições e participar no processo de descolonização. Spínola também procurava criar as condições para a permanência dos brancos no país, garantindo uma representação no governo provisório a todos os segmentos demográficos da população, inclusive aos brancos, através dos seus partidos e representantes políticos. Provavelmente, Spínola queria evitar uma repetição do êxodo dos *pieds noirs* da Argélia em 1962. Porém, o plano de descolonização não foi bem aceite pelos meios políticos e militares portugueses à esquerda de Spínola. O plano também foi rejeitado pela FNLA, pelo facto de reconhecer representatividade política aos

¹⁹ *A Província de Angola*, n.º 15.803, de 10 de Agosto de 1974, pp. 1-2.

“grupos étnicos”²⁰, e pelo MPLA, que o considerou demasiado longo do ponto de vista temporal²¹. Além disso, ambos os movimentos exigiram como pré-condição fundamental para a obtenção dum acordo de cessar-fogo o reconhecimento português da aceitação do princípio da independência incondicional, isto é, uma espécie de “rendição incondicional” do Estado Português às guerrilhas nacionalistas. Possivelmente, os movimentos independentistas tinham uma manipulação do processo eleitoral por parte do regime colonial e também a concorrência política de outros partidos em eleições livres. Eleições essas que poderiam revelar a debilidade política desses mesmos movimentos guerrilheiros²².

No entanto, em Angola, a Frente de Unidade Angolana (FUA), presidida pelo engenheiro Fernando Falcão, trabalhava no sentido de preparar politicamente a população angolana, sobretudo a branca, para intervir no processo de descolonização, que se esperava pacífico e democrático. A FUA conseguiu implantar-se rapidamente em grande parte do território angolano, mobilizando um grande número de angolanos e impondo-se como uma força política válida e abrangente. O rápido crescimento da FUA provocou alguns receios nos meios políticos e militares locais, que temiam que a FUA fizesse concorrência aos movimentos guerrilheiros, nomeadamente ao MPLA. O MFA em Angola teve então uma intervenção decisiva no processo político da descolonização. No dia 18 de Setembro de 1974, num plenário à porta fechada no Palácio de Governo de Luanda, cerca de quinhentos oficiais portugueses decidiram que o processo de descolonização de Angola só deveria ter em consideração “as forças políticas verdadeiramente representativas do povo angolano”. Segundo esses oficiais portugueses, as únicas forças representativas da população angolana eram os movimentos guerrilheiros que tinham combatido pela independência de Angola, ao passo que todas as outras forças políticas – FUA incluída – não passavam de “pseudo partidos fantoches, formados por elementos reacionários, servidores de interesses fascistas-colonialistas do antigo regime”²³.

A FUA reagiu à decisão tomada nesse plenário, denunciando a contradição entre a moção aprovada por esse grupo de militares e o programa de descolonização estabelecido pela Junta de Salvação Nacional. Para a FUA, a

²⁰ *A Província de Angola*, n.º 15.804, de 11 de Agosto de 1974, p. 2.

²¹ *A Província de Angola*, n.º 15.809, de 17 de Agosto de 1974, p. 1.

²² PRO, FCO 9/2054, *Overseas Territories of Portugal*, 1974.

²³ *A Província de Angola*, n.º 15.845, de 22 de Setembro de 1974, pp. 1 e 5; *A Província de Angola*, n.º 15.846, de 23 de Setembro de 1974, pp. 5 e 11.

moção desses militares desrespeitava os princípios democráticos expostos no Programa do Movimento das Forças Armadas e constituía “uma grave ingerência na vida política de um Estado em formação”, na medida em que os militares portugueses pretendiam impor directrizes num processo político que só aos angolanos caberia decidir. A FUA colocou a questão nestes termos:

“Não sendo os 500 oficiais em causa um movimento de libertação angolano; não sendo os 500 oficiais angolanos; estando os 500 oficiais subordinados a uma hierarquia militar e política que definiu já claramente o processo de descolonização, compreende-se mal porque terão que decidir sobre a independência de Angola – que aos angolanos compete e não ao exército que não pode derrotar os movimentos emancipacionistas – contrariando o que está democraticamente aprovado pelo consenso português e angolano”²⁴.

Neste sentido, a FUA exigiu um “esclarecimento inequívoco da Junta Governativa de Angola”, liderada por Rosa Coutinho, e a promulgação de medidas que conduzissem a um processo concreto de “descolonização militar”²⁵. Em resposta, a FUA foi acusada de ter cometido um crime ao colocar em causa a legitimidade do papel das Forças Armadas no processo de descolonização de Angola. A FUA foi ainda acusada de encobrir os interesses colonialistas responsáveis pela exploração do povo angolano²⁶. Interpelado sobre o assunto pelo Cônsul Geral Britânico em Luanda, um membro da Junta Governativa de Angola afirmou que, se fosse necessário, as Forças Armadas estavam dispostas a abrir fogo sobre os brancos²⁷.

Face ao aumento da tensão política e ao crescimento das interferências do MFA no processo de descolonização de Angola, Spínola tentou “colocar mão” na situação, procurando para o efeito o apoio externo dos EUA e do Zaire (encontrou Nixon nos Açores e Mobutu na ilha do Sal) e interno da sociedade civil metropolitana e colonial. Como tal, Spínola convocou os representantes das associações, grupos cívicos e partidos políticos angolanos para uma reunião

²⁴ *A Província de Angola*, n.º 15.845, de 22 de Setembro de 1974, pp. 1 e 5.

²⁵ *A Província de Angola*, n.º 15.845, de 22 de Setembro de 1974, pp. 1 e 5; *A Província de Angola*, n.º 15.846, de 23 de Setembro de 1974, pp. 5 e 11.

²⁶ PRO, FCO 45/1504, *Political Situation in Angola*, 1974 (British Consulate General, Luanda, 2/10/1974).

²⁷ PRO, FCO 45/1504, *Political Situation in Angola*, 1974 (British Consulate General, Luanda, 2/10/1974).

em Lisboa, em 26 de Setembro de 1974. Nessa reunião, o Presidente da República reafirmou o seu empenho na realização de um processo de descolonização pautado pelo respeito dos princípios democráticos, em especial do sufrágio popular, da pluralidade partidária e da intervenção dos cidadãos na elaboração e alteração das leis²⁸. Por isso, frisou a sua rejeição de governos minoritários, nomeadamente de minoria branca, considerando que o governo de Angola teria de ser exercido sobre o voto e por mandato inequívoco das maiorias africanas do território. E considerou também que o processo de descolonização teria de envolver forçosamente as guerrilhas independentistas. Mas isto não deveria significar a transferência directa de poderes para as mãos dessas guerrilhas, pois uma coisa era a luta pela independência, outra coisa era a governação de um país. Assim, muito embora as guerrilhas tivessem contribuído através da luta armada para alcançar a independência, a governação do território deveria ser exercida somente pelos representantes eleitos democraticamente pela população angolana²⁹. Este é pois o teor das seguintes declarações de Spínola:

“Os partidos de libertação alcançaram o seu objectivo legítimo: o reconhecimento do direito à independência. Mas quando desse facto se pretende fazer decorrer o mediato acesso ao poder dos chefes desses partidos em regime de exclusividade podemos perguntar onde se encontra o fio separador entre libertação e usurpação./ Porque, em boa verdade, o primeiro gesto dos movimentos de libertação, se realmente democráticos, deverá ser o de promover eleições gerais deixando ao povo o uso de facto da liberdade (...)./ Há, pois, que distinguir muito claramente dois planos: o do princípio da autodeterminação e independência, princípio que já não está em causa e cujo direito a luta armada conquistou; e o do livre exercício desse direito que só ao povo cabe, escolhendo na plenitude dessa mesma liberdade e independência o tipo de sociedade que deseja ser e os seus mandatários”³⁰.

Mas esta reunião acabou por ser o “canto do cisne” da política colonial de Spínola porque, três dias depois, foi obrigado a resignar ao cargo de Presidente da República, na sequência do falhanço da manifestação da “maioria silenciosa” de 28 de Setembro de 1974. A manifestação da “maioria silenciosa” fora convocada para apoiar a política de Spínola, que pretendia assim reforçar a

²⁸ *A Província de Angola*, n.º 15.851, 28 de Setembro de 1974, pp. 1-2.

²⁹ António de Spínola – *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand, 1976, p. 204.

³⁰ Reproduzido em António de Spínola – *Ob. Cit.*, 1976, pp. 205-206.

sua posição perante os seus oponentes de esquerda no governo e no MFA. Isto é, a manifestação deveria restabelecer a supremacia política do Presidente da República sobre o governo e sobre o MFA. Porém, as forças políticas e militares de esquerda consideraram que essa manifestação era o prelúdio de um golpe de Estado de direita, pelo que procuraram evitar a sua realização. Neste sentido, na noite de 27 para 28 de Setembro de 1974 foram montadas barricadas populares, com o auxílio de militares, para impedir a entrada dos apoiantes de Spínola em Lisboa. Segundo a Embaixada Britânica em Lisboa, Spínola teria ordenado o levantamento das barricadas, mas às quatro horas da madrugada de 28 de Setembro as barricadas ainda estavam intactas. Spínola teria então percebido que só poderia remover as barricadas com o uso da força e das tropas que lhe eram leais, com o conseqüente espargimento de sangue. Ora, Spínola não estaria pronto a aceitar derramamento de sangue entre portugueses. Por isso, na manhã de 28 de Setembro, Spínola cancelou a realização da manifestação da “maioria silenciosa” a fim de evitar incidentes³¹. As forças políticas e militares de esquerda impuseram então o afastamento dos elementos mais conservadores da Junta de Salvação Nacional, os Generais Diogo Neto, Galvão de Melo e Jaime Silvério Marques. Na manhã de 30 de Setembro de 1974, o General Spínola renunciou ao cargo de Presidente da República. Em substituição de Spínola, o General Costa Gomes foi escolhido, pelos restantes membros da JSN, para o cargo de Presidente da República³².

A resignação de Spínola implicou uma mudança radical na orientação política portuguesa em relação ao processo de independência de Angola. A partir de então, a opinião dominante na Presidência da República, no Governo Provisório e nas Forças Armadas era a de negociar o mais rapidamente possível a independência de Angola com os três principais movimentos guerrilheiros – e só com esses movimentos – FNLA, MPLA e UNITA. Relativamente às divisões no interior do MPLA, a opinião prevalecente era a de reconhecer como legítimo interlocutor exclusivamente Agostinho Neto, em detrimento das facções lideradas por Daniel Chipenda (Revolta de Leste) e Joaquim Pinto de Andrade

³¹ PRO, FCO 9/2059, *Change of Government in Portugal*, October 1974 (“The fall of Spinola”, Her Majesty’s Ambassador at Lisbon to the Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs, 2/10/1974).

³² PRO, FCO 9/2059, *Change of Government in Portugal*, October 1974 (“The fall of Spinola”, Her Majesty’s Ambassador at Lisbon to the Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs, 2/10/1974).

(Revolta Activa)³³. Neste sentido, o projecto de descolonização apresentado pela JSN em Agosto de 1974 foi sendo posto de parte até que foi definitivamente abandonado em Janeiro de 1975, com a assinatura do acordo de independência de Angola. Isto significa que o Estado Português deixou de aceitar a participação das forças políticas não armadas no processo de descolonização de Angola. Por outras palavras, Portugal decidiu excluir os representantes políticos da população branca – e de todos os angolanos que não se identificavam com nenhum dos três movimentos armados – do processo de independência de Angola. Portanto, depois de ter recusado durante décadas de ditadura a intervenção dos colonos na governação colonial, o Estado Português negava agora a participação da minoria branca no processo de independência e de construção do Estado Angolano. E os brancos angolanos, que ao contrário dos rodesianos nunca tinham conseguido obter o controlo do Estado colonial, poucos instrumentos políticos tinham à sua disposição para rebater a posição portuguesa. Vejamos.

Na sequência da resignação de Spínola, o Presidente da Junta Governativa de Angola, Rosa Coutinho, instituiu temporariamente a censura prévia sobre a comunicação social, impedindo a publicação do discurso de renúncia do Presidente da República, e ordenou a prisão de várias personalidades ligadas aos meios políticos mais conservadores. Por exemplo, foram presos vários dirigentes do PCDA (António Navarro, Coronel Costa Campos, etc.). O Presidente do PCDA, António Ferronha, e o director do jornal *A Província de Angola*, Rui Correia de Freitas, foram obrigados a fugir para o estrangeiro para escapar às prisões. Ao empresário Manuel Vinhas também foi passado mandado de captura, obrigando-o ao exílio no Brasil. Estas medidas faziam parte de uma estratégia repressiva de enfraquecimento das elites brancas, de forma a preparar a sua exclusão política do processo de independência³⁴.

Mas as elites e os outros sectores da população branca angolana procuraram reagir à política repressiva das autoridades portuguesas. Assim, em Novembro de 1974, teve lugar uma greve dos camionistas que paralisou a economia do país, isolando Luanda e as demais cidades das suas fontes de abastecimento de géneros alimentares. O objectivo era obrigar o governo colonial a garantir a paz, a ordem e a segurança no território e evitar a exclusão política da minoria branca do processo de independência. Os camionistas foram então acusados de sabotagem da economia angolana e de serem instrumentos da

³³ Norrie MacQueen – *Ob. Cit.*, 1998, pp. 202-203 e 208-209.

³⁴ Fernando Tavares Pimenta – *Ob. Cit.*, 2007, pp. 385-389.

reação branca, em particular das elites económicas brancas. O MPLA chegou mesmo a considerar as associações económicas dos colonos como inimigas do povo angolano³⁵. Determinados meios de comunicação social angolanos e metropolitanos procederam ainda à “demonização” política das elites brancas, que foram rotuladas de “reaccionárias” e de “inimigas” do povo angolano – logo, entendidas como não angolanas, estrangeiras e usurpadoras. Por arrastamento político, a minoria branca foi reduzida ao estatuto de camada reaccionária da sociedade colonial. Em resposta à greve dos camionistas, a Junta Governativa de Angola decidiu prender os indivíduos que considerava responsáveis pela “sabotagem económica” do país, em especial o Presidente da Associação Comercial de Luanda, Joaquim Fernandes Vieira, em 17 de Novembro de 1974³⁶.

No entretanto, perante a crescente oposição política em Luanda, Lisboa decidiu dar plenos poderes a Rosa Coutinho, elevando-o à condição de Alto Comissário de Angola. Rosa Coutinho passou a ter categoria e honras idênticas à do Primeiro Ministro da República, presidindo ao Governo Provisório do Estado de Angola. O Governo Provisório passou a exercer a função legislativa através de decretos. Simultaneamente, o MFA decidiu tomar uma posição de força para obter uma solução favorável à administração portuguesa, ameaçando publicamente usar a força militar contra qualquer grupo que colocasse em causa a autoridade portuguesa e as directivas do Alto Comissário³⁷. Face à ameaça de intervenção da tropa portuguesa, os dirigentes das associações económicas, os camionistas e a maior parte da oposição à governação colonial recuaram nas suas posições. Tomou-se consciência de que ninguém em Angola tinha força política e militar para enfrentar abertamente as Forças Armadas Portuguesas³⁸.

Só a FUA perseverou na defesa da realização de um processo de descolonização pacífico e democrático. De facto, a FUA continuou a trabalhar pelo estabelecimento de um regime democrático em que os direitos e as liberdades cívicas e políticas de cada cidadão fossem respeitadas, num clima de paz e de respeito mútuo entre as várias componentes demográficas de Angola. Um regime que permitisse a participação de todas as correntes políticas angolanas,

³⁵ *A Província de Angola*, n.º 15.899, de 16 de Novembro de 1974, pp. 1 e 11.

³⁶ *A Província de Angola*, n.º 15.901, de 18 de Novembro de 1974, p. 5; *A Província de Angola*, n.º 15.902, de 19 de Novembro de 1974, p. 1.

³⁷ *A Província de Angola*, n.º 15.911, de 28 de Novembro de 1974, p. 5.

³⁸ *A Província de Angola*, n.º 15.911, de 30 de Novembro de 1974, p. 1.

de forma a que nenhum segmento da população fosse – ou se sentisse – excluído do processo político da governação. E, no específico, a FUA tentou assegurar a criação das condições para que a minoria branca permanecesse no país depois da independência, não numa condição de subordinação política em relação à maioria negra, mas numa condição de paridade de direitos e de deveres perante a lei angolana. No entanto, a FUA não conseguiu atingir nenhum dos seus objectivos políticos e a população branca acabou por ser excluída do processo de independência.

De facto, no início de Dezembro de 1974, Rosa Coutinho anunciou a realização duma cimeira no Alvor, entre representantes do Estado Português e dos três movimentos armados, com o objectivo de preparar o governo de transição. Não participariam nessa cimeira representantes de quaisquer outras forças políticas³⁹. A FUA reagiu ao anúncio do Alto Comissário, acusando-o de “esquecer ou negar” as proclamações e promessas feitas pela Junta de Salvação Nacional e pela Junta Governativa de Angola e de entrar em contradição com as promessas do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves e do Ministro Almeida Santos, que teriam garantido a participação de representantes da população branca no processo de independência. E, sobretudo, “esquecer ou negar” os princípios democráticos preconizados no próprio Programa do MFA⁴⁰. Com efeito, Fernando Falcão considerava inconcebível, em democracia, a ideia da marginalização do processo de independência de todas as forças políticas angolanas que não os três movimentos armados. Marginalização essa – sublinhou – que poderia vir a ter consequências imprevisíveis para o futuro de Angola⁴¹. A FUA chegou mesmo a enviar telegramas ao Presidente da República, Primeiro Ministro e Ministro da Coordenação Interterritorial a pedir uma solução democrática para o processo de independência de Angola⁴².

Paralelamente, a FUA tornou pública à população angolana a sua posição sobre a cimeira do Alvor através de um comunicado à imprensa. Nesse comunicado, a FUA frisou que o processo de descolonização fixado pela JSN tinha feito acreditar aos angolanos que esse processo obedeceria a uma via democrática, mediante a realização de eleições gerais livres e abertas ao concurso de todas as forças políticas. No entanto, a evolução dos acontecimentos

³⁹ *A Província de Angola*, n.º 15.913, de 30 de Novembro de 1974, p. 2.

⁴⁰ *A Província de Angola*, n.º 15.915, de 3 de Dezembro de 1974, pp. 3 e 5.

⁴¹ *A Província de Angola*, n.º 15.919, de 7 de Dezembro de 1974, pp. 1-2.

⁴² *A Província de Angola*, n.º 15.923, de 12 de Dezembro de 1974, p. 9.

demonstrava que as autoridades portuguesas não tinham cumprido as garantias dadas inicialmente à população angolana, defraudando as expectativas criadas depois do 25 de Abril de 1974. Como tal, para a FUA, a realização da cimeira da independência só com os representantes dos três movimentos armados constituía uma distorção do processo de independência, no sentido em que: a) ignorava as promessas e proclamações anteriormente feitas; b) negava os princípios democráticos preconizados no Programa do MFA; c) frustrava as legítimas expectativas duma parte expressiva da população angolana; d) provocava o risco de “se instalar a descrença, contrária à paz e à concórdia necessárias a uma independência modelar que se deseja, de consequências imprevisíveis”. Por isso, a FUA sentia-se na obrigação de denunciar publicamente o perigo que representava para o país a distorção do processo de independência, em particular o desrespeito pelas proclamadas liberdades democráticas⁴³. A este respeito, a FUA já tinha alertado para o facto das guerrilhas continuarem a treinar e a enquadrar elementos nos seus exércitos, como que preparando um regresso à guerra⁴⁴. A FUA exprimia assim a sua preocupação pela eclosão de uma guerra civil entre os três movimentos logo que o poder lhes fosse transferido em regime de monopólio.

Porém, o Estado Português manteve-se insensível aos apelos da FUA. Neste sentido, o processo de independência de Angola foi decidido exclusivamente pelos representantes de Portugal e dos três movimentos armados, FNLA, MPLA e UNITA. No dia 15 de Janeiro de 1975 foi assinado o acordo de independência de Angola, o Acordo do Alvor. O Acordo reconheceu a FNLA, o MPLA e a UNITA “como os únicos e legítimos representantes do povo angolano” (Capítulo I, artigo 1º), de modo que todas as outras forças políticas angolanas deixaram de ter legitimidade política para continuar a existir. Como tal, deveriam dissolver-se ou integrar-se num dos três movimentos armados. O Acordo estabeleceu a criação de um Governo de Transição, liderado por um colégio presidencial de três membros, um em representação de cada um dos três movimentos armados. Todas as outras forças políticas angolanas eram excluídas do governo de transição (Capítulo III, artigos 15º e 20º). O lugar de Presidente do Governo de Transição seria ocupado rotativamente por cada um dos três membros do colégio presidencial, sendo as decisões tomadas obrigatoriamente por maioria de dois terços. Portugal nomearia um Alto Comissário, à semelhança do que acontecia em Moçambique. O Governo de Transição seria

⁴³ *A Província de Angola*, n.º 15.950, de 10 de Janeiro de 1974, p. 2.

⁴⁴ *A Província de Angola*, n.º 15.924, de 13 de Dezembro de 1974, pp. 9 e 14.

composto por doze ministérios, divididos equitativamente pelas quatro partes (Portugal mais os três movimentos armados) e entraria em funções no dia 31 de Janeiro de 1975. Ao Governo de Transição caberia organizar eleições para uma Assembleia Constituinte, antes do fim de Outubro de 1975. Às eleições só seriam admitidos os candidatos dos três movimentos armados, pelo que nenhuma outra força política poderia participar nas eleições gerais para a Assembleia Constituinte (Capítulo VI, Artigo 41º). A lei eleitoral, a elaboração dos cadernos eleitorais e o registo das listas de candidatos (apresentadas unicamente pelos três movimentos) seriam organizadas por uma comissão central constituída em partes iguais por membros dos três movimentos armados. Esta comissão central também seria a responsável pela elaboração da Lei Fundamental, isto é, uma espécie de “Constituição Provisória”, que estaria em vigor até à entrada em vigência da Constituição de Angola. Constituição essa que seria elaborada pela Assembleia Constituinte formada exclusivamente pelos representantes dos três movimentos armados (Capítulo VI, Artigos 42º, 43º e 44º). Refira-se que o Acordo não estabeleceu o tipo de sufrágio que seria usado nas eleições gerais, mas deu essa “prerrogativa” aos três movimentos armados. Isto é, a adopção ou não do sufrágio universal no processo eleitoral ficava ao arbítrio dos três movimentos, que poderiam decidir a adopção doutro tipo de sufrágio (orgânico, censitário, etc.). O Acordo estabeleceu enfim a formação de um exército nacional angolano, composto por oito mil militares por cada um dos três movimentos, mais vinte e quatro mil soldados provenientes das antigas Forças Armadas Portuguesas em Angola. A tropa portuguesa ficaria no território até Fevereiro de 1976. A data da independência foi marcada para o dia 11 de Novembro de 1975⁴⁵.

Face ao exposto, podemos questionar se o Acordo de Alvor procurou lançar as bases para o estabelecimento de um regime democrático em Angola? A resposta é indubitavelmente negativa. Pelo contrário, o Acordo negou um dos princípios fundamentais da democracia: a liberdade de associação política, na medida em que estabeleceu um regime político tripartidário, colocando fora da legalidade política todos os outros partidos angolanos. De facto, a consequência imediata da aplicação do Acordo de Alvor foi a ilegalização de todas as forças políticas angolanas que não os três movimentos armados. O Acordo do Alvor também não salvaguardou o direito ao sufrágio universal por parte da

⁴⁵ O texto do Acordo do Alvor foi reproduzido em A Província de Angola, n.º 15.956, de 16 de Janeiro de 1975, pp. 1-2. Cf. Norrie MacQueen – Ob. Cit., 1998, p. 214.

população angolana. Resultado, o Acordo estabeleceu uma independência sem democracia e serviu fundamentalmente para sancionar internacionalmente o monopólio do poder pelos três movimentos armados durante e depois do período de transição para a independência.

Na realidade, nem Portugal, nem os movimentos armados estavam interessados na instituição dum regime democrático em Angola. Portugal queria desembaraçar-se o mais depressa possível do território, mesmo à custa de fazer uma descolonização atabalhoada, sem um plano bem definido e sem objectivos políticos claros e transparentes. Isto é, Portugal, que durante décadas nada tinha feito para preparar a população angolana para a independência, procurou deixar Angola em menos de um ano, obrigando a uma aceleração desordenada do processo de preparação do país para a independência. Relativamente aos três movimentos armados, é provável que alguns dos seus dirigentes tivessem tido “receio da democracia”, na medida em que as regras do jogo democrático não só não lhes permitiriam obter o monopólio do poder, mas também poderiam revelar a escassa representatividade política desses movimentos na sociedade angolana. Assim, ao excluir as demais forças políticas angolanas (FUA, FLEC, Revolta de Leste, Revolta Activa, etc.) do processo político angolano, cada um dos três movimentos armados ficou com as “mãos livres” para preparar sozinho a tomada do poder, em detrimento dos outros dois parceiros.

Na verdade, os factos demonstraram que nenhum dos três movimentos armados estava disposto a partilhar o poder com os outros dois movimentos, pelo que preparavam a tomada individual do poder pela guerra. Assim, uma vez alcançado – pelo Acordo do Alvor – o afastamento das demais forças políticas angolanas do processo de independência, cada um dos três movimentos procuraria tomar individualmente o poder em Angola. Ora, Portugal não tomou no acordo de independência medidas precaucionais para evitar a guerra civil. Pelo contrário, o Acordo de Alvor proporcionou as condições políticas para a queda do país na guerra civil. Efectivamente, o acordo de independência, tal como foi concebido por Portugal e pelos três movimentos armados – FNLA, MPLA e UNITA –, não poderia ter conduzido a um processo de independência pacífico. Senão vejamos. Desde logo, era impensável que três movimentos que durante anos se tinham combatido violentamente entre si na mata, viessem agora, da noite para o dia, conviver pacificamente no governo de transição, sem ter havido primeiro um período de adaptação. Os três movimentos não tinham experiência política, sobretudo experiência democrática, nem quadros políticos em número suficiente para assegurar a governação e a administração económica

do país. Isto é, os três movimentos armados não dispunham de condições políticas para começar a governar o território angolano apenas duas semanas depois do Acordo de Alvor. Como tal, o governo de transição jamais poderia ter funcionado de forma eficaz. Nove meses era também um período de tempo demasiado curto para que três movimentos essencialmente militares se transformassem em partidos políticos capazes de organizar e disputar pacificamente as eleições gerais para a Assembleia Constituinte. Por fim, em termos militares, era inconcebível que três guerrilhas inimigas pudessem formar em poucas semanas um só exército nacional, unificado à pressa com a tropa colonial, sob um comando tripartido.

Além disso, a exclusão do processo de independência – e por conseguinte do governo de transição e das eleições gerais – de todas as forças políticas angolanas que não os três movimentos armados criou as condições políticas para o êxodo dos brancos de Angola e para a conseqüente queda do território no caos económico, político e administrativo. Outra coisa não se podia esperar, visto que a minoria branca – tal como os independentistas de Cabinda e todos os angolanos que não se identificavam com os três movimentos armados – foram de facto marginalizados do processo de independência, apesar das promessas feitas anteriormente pelas autoridades portuguesas. Os representantes portugueses e dos três movimentos preferiram assim não afrontar questões politicamente delicadas, mas essenciais para o futuro de Angola: a democracia, o independentismo de Cabinda, o estatuto político e jurídico da minoria branca⁴⁶. De facto, os signatários do acordo de independência preferiram ignorar o problema do estatuto jurídico e político da minoria branca, dois terços da qual nascida fora do país, que pela sua condição de população colonizadora se colocava num plano político necessariamente diferente da população colonizada. Como tal, o acordo não assegurou suficientemente a permanência dos brancos no país depois da independência.

No contexto regional da África Austral, Angola e Moçambique foram as únicas colónias de povoamento europeu em que as populações brancas foram politicamente excluídas dos processos de independência dos respectivos países. Por exemplo, na Rodésia, a *Lancaster House Conference*, que definiu a Constituição do Estado do Zimbábue, garantiu a realização de eleições livres e democráticas em 1980, com a participação de todos os partidos políticos, inclusive do *Rhodesian National Front* de Ian Smith. Atribuiu também à minoria

⁴⁶ Veja-se a este respeito as considerações de Witney W. Schneidman – *Ob. Cit.*, 2005, pp. 261-263.

branca uma representação política de 20% dos deputados na Câmara Baixa do Parlamento e de 25% dos senadores na Câmara Alta. Aliás, aos senadores brancos foi reconhecido o direito de veto por dez anos sobre qualquer proposta de alteração da Lei Agrária. Ficou também decidida a concessão de dupla cidadania – zimbabweana e britânica – aos colonos brancos. Na Namíbia foi seguido, grosso modo, o exemplo do Zimbabwe, de modo que dois Ministérios “chave” – Finanças e Agricultura – foram atribuídos aos representantes da minoria branca, depois da vitória da SWAPO nas eleições livres e democráticas de 1990. Na África do Sul, o regime de *apartheid* foi substituído por um sistema político de “poder partilhado” (*power-sharing*) entre as várias comunidades demográficas do país (negros, brancos, mestiços, indianos, etc.). Assim, após a vitória do ANC de Nelson Mandela nas primeiras eleições democráticas multirraciais sul africanas em 1994, os representantes brancos continuaram a desempenhar funções significativas na administração política e económica da África do Sul, em especial no Cabo⁴⁷.

Neste sentido, a exclusão dos brancos dos processos de independência de Angola e de Moçambique constituiu, por assim dizer, uma anomalia política sem paralelo no contexto regional e internacional da África Austral. A exclusão dos brancos pode ser explicada, pelo menos em parte, pela continuação de uma concepção centralista – senão mesmo autoritária - da política colonial da parte do Estado Português mesmo depois do 25 de Abril de 1974. Por outras palavras, o centralismo político da ditadura gerou uma descolonização ditada exclusivamente por um entendimento entre o novo poder revolucionário na metrópole e as guerrilhas nacionalistas nas colónias, não deixando espaço político nem para o elemento branco, nem para as demais componentes das sociedades civis coloniais. Portanto, a descolonização portuguesa acabou por sofrer das mesmas “taras” políticas que caracterizaram as décadas precedentes de ditadura colonial, nomeadamente o centralismo e o autoritarismo. Taras essas que foram consagradas pelo quadro político estabelecido pelo Acordo do Alvor, do qual resultou a supressão de todas as forças políticas que não os três movimentos armados, FNLA, MPLA e UNITA. Portugal optou assim por entregar o poder em regime de monopólio aos movimentos com a chamada legitimidade “revolucionária” – confundida com legitimidade nacionalista – , facto que constituiu uma autêntica deturpação em termos democráticos do pro-

⁴⁷ Guy Pervillé – “Décolonisation à l’algérienne et à la rhodésienne en Afrique du Nord et en Afrique australe”, in Charles Robert Ageron; Marc Michel – *L’ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995, pp. 29-30 e 34-37.

cesso de descolonização. Ora, ao impor o domínio tripartido dos três movimentos guerrilheiros, Portugal negou à população angolana o direito de decidir sobre o seu próprio futuro, o sistema político e governativo a adoptar, no quadro de um multipartidarismo amplo e não apenas restrito a três movimentos, e contribuiu para preparar o terreno para a guerra civil e a luta desenfreada pelo poder. Aos brancos ficaram, enfim, duas únicas opções: ou colocar-se sobre a “protecção” de determinado movimento guerrilheiro, ou “regressar” à metrópole, sendo que uma parte consistente dos brancos nunca tinha posto pé na chamada Mãe Pátria. A eclosão da guerra civil tornou a segunda hipótese numa escolha quase obrigatória, daí o êxodo dos brancos para fora de Angola. É claro, porém, que a guerra foi apenas a mola, porque as causas do êxodo residem na forma como foi conduzido o processo de descolonização, que se saldou na exclusão política da população branca de Angola.